UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO

Tese de Doutorado

Ni Una Menos:
Violência de gênero, política e democracia em disputa na Argentina (2015-2025)

Gabriela de Moraes Kyrillos

Pelotas, 2026

Gabriela de Moraes Kyrillos

Ni Una Menos:
Violência de gênero, política e democracia em disputa na Argentina (2015-2025)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Marione Schulz

Pelotas, 2026

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

K99n Kyrillos, Gabriela de Moraes

Ni Una Menos [recurso eletrônico] : violência de gênero, política e democracia em disputa na Argentina (2015-2025) / Gabriela de Moraes Kyrillos ; Rosangela Marione Schulz, orientadora. — Pelotas, 2026.
387 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2026.

1. Ni Una Menos. 2. Violência de gênero. 3. Movimentos feministas. 4. Política. 5. Democracia. I. Schulz, Rosangela Marione, orient. II. Título.

CDD 320

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Gabriela de Moraes Kyrillos

Ni Una Menos:
Violência de gênero, política e democracia em disputa na Argentina (2015-2025)

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 13 de março de 2026.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Rosangela Marione Schulz (Orientadora).
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Profa. Dra. Mónica Lucía del Valle Tarducci
Doutora em Antropologia pela Universidade de Buenos Aires (UBA).

Profa. Dra. Simone da Silva Ribeiro Gomes.
Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Profa. Dra. Luciana de Aragão Ballestrin.
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Para todas nós que falamos.
Para todas nós que ainda não falamos.
Para todas nós que nunca conseguiremos falar.
Para todas nós que já não estamos mais aqui para falar.

“Una marcha multitudinaria como de años buenos y recordé que tuve esperanzas, que tengo amigas y todas las ganas.”
Francesca Gargallo, La calle es de quien la camina.

Resumo

KYRILLOS, Gabriela de Moraes. ***Ni Una Menos:*** violência de gênero, política e democracia em disputa na Argentina (2015-2025). 2026, 388f. Orientadora: Rosangela Marione Schulz. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2026.

Esta tese investiga de que modo os repertórios e os sentidos sobre as violências de gênero produzidos pelo Ni Una Menos (NUM) argentino afetaram as práticas políticas, as agendas dos movimentos feministas e sociais e o campo político-institucional no país ao longo de sua primeira década de existência (2015-2025). O objetivo geral consiste em examinar como a politização das violências de gênero estruturou a atuação do NUM e contribuiu para transformações no campo da política e do político. A pesquisa se ancora em um arcabouço teórico interdisciplinar que articula a compreensão da política como prática de disputa e reconfiguração do comum, com a noção de política *callejera* e os aportes das teorias dos movimentos sociais. Nesse diálogo, mobiliza-se especialmente os conceitos de repertório de confronto, repertório de estratégias e estoque de legados para analisar as formas públicas e não públicas de ação coletiva do NUM ao longo do tempo. Esse marco é complementado pela teoria política feminista, em particular pela crítica à separação entre público e privado e pelo conceito de gênero como categoria relacional de poder, central para compreender a politização das violências de gênero no contexto argentino contemporâneo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico-empírico, baseada em um estudo de caso que combina análise de conteúdo temática-categorial dos documentos produzidos pelo NUM por ocasião dos 3J e 4J, nove entrevistas semiestruturadas com militantes argentinas e observação participante de assembleias e protestos em Buenos Aires nos anos de 2024 e 2025. Os resultados demonstram que a violência de gênero operou não apenas como objeto de denúncia, mas como eixo estruturante da ação coletiva, funcionando como diagnóstico político, gramática de articulação interseccional e chave interpretativa para a ampliação de alianças sociais. Ao longo do período analisado, o NUM contribuiu para a massificação e pluralização dos sujeitos políticos, para a incorporação das dimensões econômica, racial, migratória e institucional da violência e para a redefinição das agendas feministas e dos movimentos sociais. A tese evidencia ainda que, nos distintos contextos sociopolíticos analisados – que incluiu tanto períodos marcados pela ampliação democrática, com expansão de direitos e da participação política, quanto os caracterizados por processos de desdemocratização – o NUM atuou como um ator capaz de tensionar as fronteiras do espaço público e de reatualizar práticas *asamblearias*. Em ambos os cenários, disputou os sentidos da democracia e do político ao articular linguagem, afetos e ação coletiva, sustentando a legitimidade democrática não apenas como arranjo institucional, mas como forma de organização da vida social.

Palavras-chave: Ni Una Menos; violência de gênero; movimentos feministas; política; democracia.

Abstract

KYRILLOS, Gabriela de Moraes. ***Ni Una Menos:*** gender violence, politics, and democracy in dispute in Argentina (2015–2025). 2026. 388 p. Supervisor: Rosangela Marione Schulz. PhD Thesis (Doctorate in Political Science) – Graduate Program in Political Science, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2026.

This dissertation investigates how the repertoires and meanings related to gender-based violence produced by the Argentine Ni Una Menos (NUM) movement shaped political practices, the agendas of feminist and social movements, and the political-institutional field in the country over its first decade of existence (2015–2025). The general objective is to examine how the politicization of gender-based violence structured NUM's collective action and contributed to transformations in both institutional politics and the broader political field. The research is grounded in an interdisciplinary theoretical framework that articulates an understanding of politics as a practice of contestation and reconfiguration of the common, the notion of *política callejera* (street politics), and contributions from social movement theories. Within this dialogue, the concepts of repertoire of contention, repertoire of strategies, and stock of legacies are central to the analysis of both public and non-public forms of collective action developed by NUM over time. This framework is complemented by feminist political theory, particularly critiques of the public/private divide and the concept of gender as a relational category of power, which is central to understanding the politicization of gender-based violence in contemporary Argentina. Methodologically, this qualitative, theoretical-empirical research adopts a case study approach combining thematic-categorical content analysis of political documents produced by NUM for each 3J and 4J mobilization, nine semi-structured interviews with Argentine activists, and participant observation conducted during assemblies and protests in Buenos Aires in 2024 and 2025. The findings demonstrate that gender-based violence operated not merely as an object of denunciation, but as a structuring axis of collective action, functioning as a political diagnosis, a grammar of intersectional articulation, and an interpretive key for expanding social alliances. Over the period analyzed, NUM contributed to the massification and pluralization of political subjects, the incorporation of economic, racial, migratory, and institutional dimensions of violence, and the redefinition of feminist and social movement agendas. The thesis further demonstrates that, in the distinct sociopolitical contexts analyzed – which included both periods marked by democratic expansion, with the enlargement of rights and political participation, and those characterized by processes of de-democratization – NUM acted as an actor capable of challenging the boundaries of the public sphere and of reactivating assembly-based practices. In both scenarios, it contested the meanings of democracy and of the political by articulating language, affects, and collective action, sustaining democratic legitimacy not only as an institutional arrangement, but as a form of organization of social life.

Keywords: Ni Una Menos; gender-based violence; feminist movements; politics; democracy.

Resumen

KYRILLOS, Gabriela de Moraes. ***Ni Una Menos:*** violencia de género, política y democracia en disputa en Argentina (2015-2025). 2026. 388 p. Directora: Rosangela Marione Schulz. Tesis (Doctorado en Ciencia Política) – Programa de Posgrado en Ciencia Política, Universidad Federal de Pelotas, Pelotas, 2026.

Esta tesis investiga de qué modo los repertorios y los sentidos sobre las violencias de género producidos por el Ni Una Menos (NUM) argentino afectaron las prácticas políticas, las agendas de los movimientos feministas y sociales y el campo político-institucional en el país a lo largo de su primera década de existencia (2015-2025). El objetivo general consiste en examinar cómo la politización de las violencias de género estructuró la actuación del NUM y contribuyó a transformaciones en el campo de la política y de lo político. La investigación se apoya en un marco teórico interdisciplinario que articula la comprensión de la política como práctica de disputa y reconfiguración de lo común con la noción de política callejera y los aportes de las teorías de los movimientos sociales. En este diálogo, se movilizan especialmente los conceptos de repertorio de confrontación, repertorio de estrategias y stock de legados para analizar las formas públicas y no públicas de acción colectiva del NUM a lo largo del tiempo. Este marco se complementa con la teoría política feminista, en particular con la crítica a la separación entre lo público y lo privado y con el concepto de género como categoría relacional de poder, central para comprender la politización de las violencias de género en el contexto argentino contemporáneo. Desde el punto de vista metodológico, se trata de una investigación cualitativa, de carácter teórico-empírico, basada en un estudio de caso que combina análisis de contenido temático-categorial de los documentos producidos por el NUM para cada 3J y 4J, nueve entrevistas semiestructuradas con militantes argentinas y observación participante de asambleas y protestas realizadas en Buenos Aires en los años 2024 y 2025. Los resultados demuestran que la violencia de género operó no solo como objeto de denuncia, sino como eje estructurante de la acción colectiva, funcionando como diagnóstico político, gramática de articulación interseccional y clave interpretativa para la ampliación de alianzas sociales. A lo largo del período analizado, el NUM contribuyó a la masificación y pluralización de los sujetos políticos, a la incorporación de las dimensiones económica, racial, migratoria e institucional de la violencia y a la redefinición de las agendas feministas y de los movimientos sociales. La tesis evidencia además que, en los distintos contextos sociopolíticos analizados – que incluyó tanto momentos marcados por la ampliación democrática, con expansión de derechos y de la participación política, como aquellos caracterizados por procesos de desdemocratización – el NUM actuó como un actor capaz de tensionar las fronteras del espacio público y de reactivar prácticas asamblearias. En ambos escenarios, disputó los sentidos de la democracia y de lo político al articular lenguaje, afectos y acción colectiva, sosteniendo la legitimidad democrática no solo como un arreglo institucional, sino como una forma de organización de la vida social.

Palabras clave: Ni Una Menos; violencia de género; movimientos feministas; política; democracia.

Lista de Figuras

Figura 1: Folheto da UFA pelo Dia das Mães, outubro de 1970.....66
Figura 2: Intervenção visual em homenagem a Norita Cortiñas durante o 3J de 2024, Buenos Aires.....70
Figura 3: Faixa do Ni Una Menos com a consigna “Nos mueve el deseo” durante o 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.....88
Figura 4: Cartaz do Ni Una Menos em homenagem a Otoño Uriarte em espaço público de memória, Praça Pagano, El Bolsón.....158
Figura 5: Assembleia do Ni Una Menos em Buenos Aires, 15 de maio de 2024. ...246
Figura 6: Assembleia do Ni Una Menos (Comissão de Logística) em Buenos Aires, 29 de maio de 2024.....256
Figura 7: Assembleia do Ni Una Menos (Comissão de Documento) em Buenos Aires, 29 de maio de 2024.....256
Figura 8: Materiais diversos à venda durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.....268
Figura 9: Atividade de stencil durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.....269
Figura 10: Elaboração coletiva de faixa com participação aberta durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.....269
Figura 11: Intervenção visual de denúncia de feminicídios durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.....270
Figura 12: Presença da ATE por meio de banda musical durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.....271
Figura 13: Multiplicidade de demandas expressas no protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.....273
Figura 14: Intervenção no palco com denúncia por caso de lesbocídio durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.....274
Figura 15: Leitura do documento do Ni Una Menos no palco durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.....274
Figura 16: Leitura de texto em homenagem a Norita Cortiñas no palco durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.....275
Figura 17: Assembleia do Ni Una Menos para o 4J em Buenos Aires, 23 de maio de 2025. 277

Figura 18: Espaço de convivência durante a assembleia do Ni Una Menos para o 4J, com pintura em homenagem a Norita Cortiñas no prédio da CTA, Buenos Aires, 23 de maio de 2025.....278
Figura 19: Assembleia do Ni Una Menos (Comissão de Documento) em Buenos Aires, 30 de maio de 2025.....288
Figura 20: Assembleia do Ni Una Menos (Comissão de Logística) em Buenos Aires, 30 de maio de 2025.....289
Figura 21: Material de convocação à manifestação do 4J de 2025 do Ni Una Menos. 298
Figura 22: Uso de imagem inspirada em *El Eternauta* em manifestação no centro de Buenos Aires, maio de 2025. 299
Figura 23: Registros do protesto do 4J de 2025, Praça do Congresso, Buenos Aires. 300
Figura 24: Convivência entre participantes durante o protesto do 4J de 2025, Praça do Congresso, Buenos Aires.....301
Figura 25: Faixas e cartazes com referência ao Ni Una Menos durante o protesto do 4J de 2025, Praça do Congresso, Buenos Aires.....302

Lista de Tabelas

Tabela 1: Caracterização das entrevistadas e das entrevistas realizadas (nomes fictícios). 38
Tabela 2: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2015. 107
Tabela 3: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2016. 127
Tabela 4: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2017. 139
Tabela 5: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2018. 142
Tabela 6: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2019. 147
Tabela 7: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2020. 197
Tabela 8: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2021. 203
Tabela 9: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2022. 210
Tabela 10: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2023..... 215
Tabela 11: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2024..... 261
Tabela 12: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 4J de 2025..... 293

Lista de Quadros

Quadro 1: Categorias e índices para a análise de conteúdo dos documentos do Ni Una Menos. 32
Quadro 2: Modos de aparecimento dos índices na análise de conteúdo. 34
Quadro 3: Síntese das categorias analíticas da atuação do Ni Una Menos (2015-2019). 166
Quadro 4: Síntese das categorias analíticas da atuação do Ni Una Menos (2020-2023). 222
Quadro 5: Síntese das categorias analíticas da atuação do Ni Una Menos (2024-2025). 307

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Cinco índices mais frequentes no documento 3J de 2015.....106
Gráfico 2: Cinco índices mais frequentes no documento 3J de 2016.....129
Gráfico 3: Seis índices mais frequentes no documento 3J de 2017.....140
Gráfico 4: Cinco índices mais frequentes no documento 3J de 2018.....145
Gráfico 5: Seis índices mais frequentes no documento 3J de 2019.....152
Gráfico 6 - Distribuição percentual dos índices mais frequentes nos documentos do Ni Una Menos para o 3J (2015-2019).....165
Gráfico 7: Cinco índices mais frequentes no documento 3J de 2020.....200
Gráfico 8: Seis índices mais frequentes no documento 3J de 2021.....205
Gráfico 9: Seis índices mais frequentes no documento 3J de 2022.....213
Gráfico 10: Sete índices mais frequentes no documento 3J de 2023 217
Gráfico 11: Distribuição percentual dos índices mais frequentes nos documentos do Ni Una Menos para o 3J (2020-2023). 221
Gráfico 12: Cinco índices mais frequentes no documento 3J de 2024.....263
Gráfico 13: Seis índices mais frequentes no documento 4J de 2025.....296
Gráfico 14: Distribuição percentual dos índices mais frequentes nos documentos do 3J de 2024 e do 4J de 2025. 306

Lista de Abreviaturas

3J – 3 de Junho/Manifestação pelo dia 3 de junho
4J – 4 de Junho/Manifestação pelo dia 4 de junho de 2025
8M – 8 de Março/Manifestações pelo Dia Internacional da Mulher
ATE – Asociación Trabajadores del Estado (Associação Trabalhadores do Estado)
AUH – Asignación Universal por Hijo (Assistência Universal por Filho)
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDAW – Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher)
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGT – Confederación General del Trabajo (Confederação Geral do Trablho)
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNCT – Confederación Nacional de Cooperativas de Trabajo (Confederação Nacional de Coperativas de Trabalho)
CONICET – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas e Tecnicas (Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas)
COVID-19 – Corona Virus Disease 2019
CPM – Comisión Provincial por la Memoria (Comissão Estadual pela Memória)
CTA-Autónoma – Central de Trabajadores de la Argentina (Central de Trabalhadores da Argentina – Autônoma)
CTA-Trabajadores – Central de Trabajadores de la Argentina (Central de Trabalhadores da Argentina – Trabalhadores)
CTEP – Confederacion de Trabajadores de la Economia Popular (Confederação de Trabalhadores da Economia Popular)
DNU – Decreto de Necesidad y Urgencia (Decreto de Necessidade e Urgência)
ESI – Educación Sexual Integral (Educação Sexual Integral)
FLM – Frente de Lucha por la Mujer (Frente de Luta pela Mulher)
FinTechs – Financial Technology (Tecnologias Financeiras)
FMI – Fundo Monetário Internacional
H.I.J.O.S. – Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio

ICERD – International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial)

IFEX-ALC – Alianza Regional por la Libre Expresión e Información (Aliança Regional pela Liberdade de Expressão e Informação)

INAM – Instituto Nacional de las Mujeres (Instituto Nacional das Mulheres)

IVE/IVG – Interrupción Voluntaria del Embarazo (Interrupção Voluntária da Gravidez)

LLA – La Libertad Avanza -

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais e outras

NMS – Novos Movimentos Sociais

NUM – Ni Una Menos

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PJ – Partido Justicialista

PO – Partido Obrero

PRO – Partido Proposta Republicana

PRP – Partido Revolucionário del Pueblo

PTS – Partido de los Trabajadores Socialistas

UC – Unidad Ciudadana

UFA – Unión Feminista Argentina **(**União Feminista Argentina)

VLLC – Viva la libertad, carajo! (Viva a liberdade, caralho!)

WUNC/VUNC – Worthiness, Unity, Numbers, Commitment (Valor, Unidade, Números e Comprometimento)

Agradecimentos

A melhor maneira de se registrar a memória da gratidão não é, certamente, através das cuidadosas listas de pessoas e lugares que a página de agradecimentos comporta. A ajuda que recebemos acontece de forma bem mais casual. Dá-me um prazer especial observar que muitas das pessoas mencionadas abaixo já se sentaram conosco à mesa da cozinha. Foi nessa atmosfera que muitas vezes os relacionamentos acadêmicos se tornaram amizades duradouras. (Homi Bhabha, O Local da Cultura – Agradecimentos)

Inspirada pelo trecho acima, apresento aqui minha lista de agradecimento cuidadosa, ainda que necessariamente imperfeita. Mais do que agradecer o apoio no decorrer dos anos dessa tese, quero expressar meu carinho e minha gratidão pelas relações que dão sentido a essa jornada, a todas que vieram antes e as que ainda virão.

Primeiramente agradeço a Rosangela Schulz, orientadora deste trabalho. Passei mais de dez anos dizendo que queria ser sua orientanda e, ainda assim, não tinha como imaginar o quão especial seria essa experiência. Espero que saibas da tua importância na minha trajetória pessoal e profissional. Vindo de alguém que escreve demais e que, agora, sente faltar palavras melhores: obrigada por tanto.

Agradeço a toda equipe do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPEL por acolher esse projeto de realizar um doutorado na área e pelo suporte no decorrer desta trajetória.

Agradeço igualmente à Universidade Federal do Rio Grande (FURG) pelo afastamento concedido para a conclusão deste doutorado. De modo especial, registro meu agradecimento afetuoso às/aos estudantes de Relações Internacionais, com quem tenho a sorte de compartilhar, desde 2019, esse processo sempre inacabado de tornar-se professora.

Agradeço a todas as pessoas dos grupos de pesquisa dos quais faço parte: INDERI/FURG e REAGE/UFPel. Não há como mensurar o privilégio de fazer uma tese na companhia de vocês. Igualmente agradeço a Jade Arbo pelo seu trabalho de adequação desta tese às normas técnicas.

Agradeço as generosas contribuições das professoras que tanto admiro e que compuseram a banca de qualificação deste trabalho, Simone Gomes e Luciana

Ballestrin. Reitero meu agradecimento pela disponibilidade e generosidade em integrarem também a etapa final da avaliação. Do mesmo modo, agradeço imensamente à professora Mónica Tarducci por aceitar o convite para compor a banca final desta tese.

São várias(os) as/os amigas(os) e professoras(es) a quem devo agradecimento pelas conversas e leituras de partes do que fui escrevendo ao longo dos anos e que pacientemente contribuíram com sugestões valiosas. Agradecimento muito especial a Martina Ferreto, Daniel Coronato, Bibiana Florio e Almudena Cabezas. Também agradeço a Giovanna del Grande por me ajudar a falar e escrever com menos sofrimento.

Faço um agradecimento especial a Martina Ferreto e a Leticia González por tornarem Buenos Aires mais um lugar no mundo onde sei que tenho amigas. Também agradeço a Martina pelas muitas conversas sobre política e feminismo na Argentina. Sua ajuda transformou tanto essa pesquisa quanto a mim. Estendo um agradecimento carinhoso às companheiras de Incidencia Feminista, pela oportunidade do diálogo e pela acolhida em Buenos Aires em 2025.

Registro meu agradecimento às *compas* do Ni Una Menos da Argentina, em particular àquelas que pude acompanhar nas assembleias e nas manifestações durante os períodos de pesquisa de campo em 2024 e 2025. Um agradecimento ainda maior às nove entrevistadas que generosamente aceitaram compartilhar seu tempo e conhecimento. Espero que este trabalho, apesar de suas limitações, esteja à altura do movimento que vocês têm construído.

Agradeço à minha família, pela história e pelo amor que compartilhamos: Eunice Moraes, Alexandre Kyrillos Filho (em memória), Laryssa, Leia, Luanda e Lohanna Moraes, Maria Helena e José Carlos Franckini. Agradeço, mais uma vez, a Lina, por nossa família interespécie.

Finalmente, agradeço às amizades, minha valiosa rede afetiva sem a qual nada faz sentido. Obrigada Daiane Jardim, Tom Maximila, Fernando Jardim Maximila, Bitisa Mascarenhas, Jaciana Araújo, Fabiane Simioni, Daniel Coronato, Bibiana Florio, Jessica Grassi, Camila Damasceno, Ana Paula Rengel, Carlos Gallo, Fernando Comiran, Yndira Coelho, Marina Landa e Wellignton Machado (em memória). Não tenho palavras suficientes para expressar o carinho e a importância de vocês na minha vida.

Sumário

1 Introdução 20
1.1 Justifica e relevância 22
1.2. Marco teórico 25
1.3 Metodologia 28
1.3.1 Estudo de caso 29
1.3.2. Análise de conteúdo 30
1.3.3 Observação participante 36
1.3.4 Entrevistas 37
1.4 Estrutura da tese 41
2 Marcos Teóricos e Antecedentes Históricos do *Ni Una Menos* 44
2.1 Movimentos sociais, política e o político: aportes teóricos para a análise do Ni Una Menos 44
2.2 Movimentos feministas na América Latina e a construção do conceito de violência de gênero 54
2.3 Feminismos na Argentina: da ditadura militar aos anos Kirchner (1970-2015) 63
2.4 O Ni Una Menos argentino como ator político complexo 78
3 Emergência do Ni Una Menos e Massificação do Campo Feminista Argentino (2015-2019) 96
3.1 Surgimento do Ni Una Menos: contexto e características 97
3.2 NUM durante o Governo Macri: massificação feminista e retomada neoliberal 117
3.2.1 Reconfigurações do NUM e a retomada das práticas asamblearias no 3J de 2016 118
3.2.1.1 3J de 2016: assembleias e ampliação dos significados de violência de gênero 121
3.2.1.2 Greve e neoliberalismo 131
3.2.2 Expansão temática e alianças políticas e sociais (2017-2018) 137
3.2.3 Interseccionalidade e pluralização do movimento: 3J de 2019 146
2.3 Conclusão do capítulo 162
4 Da Conquista Histórica da Legalização do Aborto à Ampliação da Institucionalização das Políticas de Gênero (2020-2023) 169
4.1 Aos lenços verdes se somam os lenços roxos: a conquista histórica do direito ao aborto na Argentina a partir do Ni Una Menos 170
4.2 Governo Fernández, pandemia e ampliação da institucionalização das políticas de gênero (2020-2023) 185
4.2.1 Ni Una Menos durante o governo Fernández: ampliação da institucionalização das pautas de gênero 186
4.2.2 Análise dos documentos 3J 2020 a 2023: dívida, moradia e trabalho 195
4.3 Conclusão do capítulo 220

5 “Unir Las Luchas” em Tempos de Extrema Direita: Reconfigurações da Política e do Político (2024-2025) 227
5.1 O Governo Milei e a ofensiva antigênero: desdemocratização, neoliberalismo e violência 228
5.2 “Unir las luchas”: rearticulações do Ni Una Menos frente à extrema direita 244
5.2.1 3J de 2024: práticas asamblearias e a reunificação das mobilizações 245
5.2.2 “Unir las luchas es la tarea”: o 4J de 2025 e as alianças políticas 276
5.4 Conclusão do Capítulo 304
Conclusão 314
Referências 324
Apêndice: Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas 337
Anexo: Documentos NUM 3J e 4J (2015-2025) 338
1. 3J – 2015 338
2. 3J – 2016 341
3. 3J – 2017 346
4. 3J – 2018 347
5. 3J – 2019 349
6. 3J – 2020 355
7. 3J – 2021 362
8. 3J – 2022 367
9. 3J – 2023 371
10. 3J – 2024 378
11. 4J – 2025 382

1 Introdução

Nas primeiras décadas do século XXI, os feminismos na América Latina foram articulados por meio da retomada de protestos massivos nas ruas e do uso estratégico e viral das redes sociais. Nesse contexto, os feminismos argentinos têm produzido ações com impactos políticos em âmbito nacional e internacional. Este trabalho dedica-se à análise dessas ações e protestos a partir da centralidade da violência de gênero, tomando o Ni Una Menos (NUM) como fio condutor. Trata-se de considerar o NUM de modo contextualizado, incorporando tanto as conexões com ações feministas que lhe antecederam quanto suas articulações mais recentes, priorizando os modos pelos quais o Coletivo compreende, nomeia e enfrenta as violências de gênero ao longo de sua primeira década de existência, entre 2015 e 2025.

Essa é uma pesquisa inspirada pela proposta de Sonia Alvarez (2019) de compreender a atuação dos movimentos feministas na América Latina nas primeiras décadas do século XXI, sem se deter em narrativas que definem sucessos ou fracassos, mas priorizando a construção de linguagens e gramáticas capazes de nos permitir mapear esses feminismos enquanto impactam uns aos outros, se movem e se transformam.

Nesse sentido, são múltiplas as origens do NUM e as detalho no decorrer da tese. A *consigna* “ni una menos”, por sua vez, é inspirada na obra da escritora e ativista dos direitos humanos, Susana Chávez Castelo, publicada no ano de 1995. Seu poema com a frase “nem uma morta mais” era uma denúncia dos assassinatos de mulheres em Juarez[1], México, onde ela também foi morta em 2011. Em nome de Susana Chávez, um grupo de escritoras e jornalistas iniciou no dia 26 de março de 2015 uma maratona de leitura em Buenos Aires, para desnaturalizar a violência contra as mulheres. Nesse mesmo dia se somou a notícia da morte da jovem Daiana García ao alto número de feminicídios[2] no país.

---

[1] Conhecidos como os feminicídios em Juárez, são casos de assassinatos de mulheres, em sua maioria jovens, comumente precedidos de sequestro e violência sexual, ocorridos em Cidade Juárez, localizada no estado de Chihuahua, no México. A frequência e semelhança de padrões nos casos, fizeram com que se recorresse ao termo feminicídio como modo de expressar a especificidade desses assassinatos. De acordo com Segato (2020), estes compõem o caso mais duradouro de ataques às mulheres com mesmo *modus operandi* fora de um contexto de guerra, e estão relacionados com a acumulação econômica de algumas famílias de Cidade Juarez em conjunto com atos ilícitos que são parte de um neoliberalismo global, na fronteira de tráficos de drogas e de corpos mais lucrativa do mundo.

[2] Recorro ao termo feminicídio como tem sido empregado por parte da literatura e do ativismo feminista latino-americano, principalmente em razão dos feminicídios de *Ciudad Juarez* (sobre isso, ver nota anterior). Isso significa entender feminicídio como sendo o assassinato de mulheres em razão de sua

Foi nesse contexto que ocorreu a conhecida postagem em rede social da jornalista Marcela Orjeda, em razão da notícia do assassinato de outra jovem, Chiara Páez, de 16 anos, que ao se negar a fazer um aborto, foi assassinada pelo namorado. A partir deste post e das interações que ele suscitou, se convocou uma manifestação contra os feminicídios no dia 03 de junho. A convocatória utilizou fortemente as redes sociais e produziu manifestações em aproximadamente 120 cidades argentinas, alcançando também outros países, em especial Chile e Uruguai (Natalucci; Rey, 2018) e se tornou o marco de surgimento do que posteriormente se nomeará como Coletivo Ni Una Menos. Este momento marca o início de um processo de massificação feminista que durará pelo menos até 2020 (Barrancos, 2020; Natalucci; Messore, 2023).

Nesse sentido, o NUM é parte de um contexto mais amplo de transformações e manifestações na região nas primeiras décadas do século XXI, razão pela qual surgiu o interesse em estudar o Coletivo e sua capacidade de produzir uma nova linguagem política no contexto da tradição política argentina (Palmeiro, 2020). Contudo, o interesse em estudar o NUM não nasce apenas de sua centralidade no cenário feminista latino-americano, mas também de um percurso que me atravessa há mais tempo.

Desde 2008, ainda na graduação, as relações entre gênero e política despertaram meu interesse e constituem um eixo central da minha formação acadêmica e atuação profissional desde então. Esse percurso se aprofundou com a formação em Relações Internacionais e com a atuação como professora na área. A experiência como aluna especial na disciplina sobre feminismos latino-americanos, ministrada por Rosangela Schulz em 2021, foi igualmente decisiva, ao ampliar meus conhecimentos e interesse sobre os feminismos e suas articulações políticas na América Latina. Assim, a escolha do NUM como objeto desta tese emerge do encontro entre esse trajeto intelectual e um momento histórico marcado, na década de 2010, pela intensificação de protestos com características feministas na região, dos quais também fiz parte.

---

condição de mulher e que ocorre em decorrência da omissão e negligência do Estado, ainda que possuam especificidades em cada caso concreto (Caicedo-Roa; Bandeira; Cordeiro, 2022). No geral, considera-se que femicídio são mortes violentas de mulheres por serem mulheres, enquanto feminicídios inclui esse aspecto, mas também os elementos de gênero que compõem as razões desses crimes contra as mulheres; ainda assim, é comum na literatura que ambos os termos (femicídio e feminicídio) sejam utilizados de modo intercambiável (Laudano, 2023).

Nesse marco, coloca-se a questão que orienta esta pesquisa: de que modo os repertórios e sentidos sobre as violências de gênero produzidos pelo NUM afetaram tanto as práticas políticas e as agendas dos movimentos feministas e sociais quanto o campo político-institucional na Argentina entre 2015 e 2025? Portanto, o objetivo geral desta tese é examinar os repertórios e os sentidos sobre as violências de gênero articulados pelo Ni Una Menos na Argentina, a fim de analisar a contribuição do Coletivo nas mudanças no campo da política e do político ao longo de sua primeira década de existência, entre 2015 e 2025.

Para alcançar esse objetivo, desdobrei a investigação em cinco objetivos específicos. Em primeiro lugar, busquei compreender os antecedentes históricos do NUM na Argentina e sua construção como um ator político. Em seguida, procurei identificar os principais repertórios de ação adotados pelo NUM ao longo de sua primeira década. O terceiro objetivo consistiu em investigar os sentidos atribuídos às violências de gênero pelo Ni Una Menos desde seu surgimento até 2025, bem como suas consequências políticas. O quarto objetivo implicou em analisar como a atuação do NUM contribuiu para alterações nas práticas políticas e nas agendas dos movimentos sociais, em especial dos movimentos feministas e de mulheres na Argentina. Por fim, examinei a atuação do NUM nos diferentes contextos político-institucionais do período, com atenção às disputas em torno dos sentidos da democracia e aos realinhamentos produzidos em momentos de avanço da extrema direita.

Assim sendo, nesta introdução apresento as estratégias adotadas para responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos acima delineados. Bem como, apresento a relevância do estudo, as metodologias utilizadas, a estrutura da tese e os motivos que orientaram essas escolhas.

1.1 Justifica e relevância

A violência de gênero é historicamente uma questão central dos feminismos e permanece como um dos principais eixos de mobilização política na América Latina. Ao tomá-la como foco analítico, busquei considerar, simultaneamente, sua continuidade histórica nas agendas feministas e os deslocamentos que assume no contexto contemporâneo, tanto em termos de diagnóstico quanto das formas de enfrentamento. Nesse sentido, a violência de gênero não aparece apenas como objeto

de denúncia, mas como chave para compreender a articulação entre experiências vividas, práticas políticas e disputas no espaço público.

Essa dimensão é igualmente relevante para a Ciência Política. A análise da violência e, de modo particular, da violência de gênero, é central para compreender as condições de possibilidade e os limites dos regimes democráticos. A persistência de diferentes formas de violência, assim como sua naturalização ou legitimação institucional, evidencia os vínculos entre desigualdades estruturais e as condições materiais da democracia, permitindo interrogar tanto seus déficits quanto seus mecanismos de exclusão.

É nesse cruzamento entre feminismos, violência e democracia que se insere esta análise do NUM. Nos primeiros anos do Coletivo, identifico as disputas pela ampliação do que é considerado politizável e socialmente relevante, assim como a incorporação de novas sujeitas e temas à agenda pública, em um movimento de disputa e ampliação do que se compreende como democrático. Nos anos mais recentes, esses vínculos se reconfiguram em um contexto de desdemocratização, no qual a violência passa a operar como ferramenta política explícita da extrema-direita que chegou à presidência. O que se observa em todo esse período é a continuidade do NUM como parte do campo da política e do político no país.

No âmbito acadêmico, embora o NUM seja amplamente reconhecido como um marco dos feminismos contemporâneos, ainda são relativamente escassas as pesquisas que analisam de forma sistemática as transformações e implicações do conceito de violência de gênero a partir do próprio Coletivo. O tema da violência aparece em praticamente todos os estudos sobre o NUM – como em Acosta (2020), Lenguita (2021), Mason-Deese (2020), Palmeiro (2019, 2020) Tesoriero (2019) –, porém apenas algumas pesquisas anteriores tomaram a violência como foco analítico prioritário, a exemplo de Cabral e Acacio (2016), Laudano (2019), Rovetto (2015) e Silva (2024b).

Ainda assim, não identifiquei trabalhos que realizem essa análise nos termos aqui propostos, tanto em relação à amplitude temporal, quanto da diversidade de estratégias metodológicas.

Esse cenário é ainda mais evidente no contexto brasileiro. Apesar da importância e da influência do NUM em âmbito regional, o Coletivo permanece pouco estudado no Brasil. Um indicativo disso é que, no Catálogo de Teses e Dissertações

da CAPES[3], nenhuma tese e apenas seis dissertações de mestrado mencionam o NUM, das quais somente duas tomam o Coletivo como foco central. A primeira é a dissertação de Thatiane Mandelli (2023), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, que analisou as estratégias transnacionais de luta e mobilização do NUM, com ênfase nos usos das redes sociais. A segunda é a dissertação de Lohana Pereira da Silva (2024b), colega do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, que examinou o NUM no contexto das amplas mobilizações feministas na Argentina, explorando também suas conexões e os sentidos atribuídos às diferentes manifestações da violência de gênero.

É nesse contexto de produção ainda restrita sobre o NUM que se insere a escolha da violência de gênero como eixo analítico desta pesquisa. Como já indicado, trata-se de uma questão recorrente nos feminismos de períodos anteriores e que permanece central nas manifestações contemporâneas, além de ter sido o eixo inicial das mobilizações do NUM. Nesse sentido, concordo com Alvarez (2022, p. 5) ao argumentar que "a violência sexual, racial e econômica não é um tema, mas uma estrutura política que configura a vida das mulheres, dos corpos feminizados e das pessoas racializadas". É essa dimensão estrutural da violência que importa nesta tese, na medida em que permite compreender tanto os diagnósticos produzidos pelo NUM quanto às formas pelas quais o Coletivo articula enfrentamentos políticos.

Analisar os modos como a violência de gênero é compreendida e enfrentada pelo NUM implica não o tratar como um movimento totalmente inédito em suas reivindicações. Mas sim como um Coletivo com características específicas, cujas práticas e discursos podem ser apreendidos em diálogo com agendas fundamentais dos feminismos de momentos anteriores, ao mesmo tempo em que revelam deslocamentos e reconfigurações próprias do contexto atual.

Ao mesmo tempo, esta tese contribui para o campo da Ciência Política ao evidenciar como a violência de gênero opera como eixo organizador de práticas políticas, de disputas no espaço público e das relações entre movimentos sociais e o campo político-institucional no contexto da reativação dos protestos que marcaram as primeiras décadas do século XXI na América Latina. Ao colocar a violência no centro da análise, essa pesquisa permite ainda compreender como essas disputas incidem

[3] Pesquisa realizada dia 28/08/2025, utilizando o termo "*ni una menos*", no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/.

sobre os processos democráticos, seja nos momentos de ampliação das(os) sujeitas(os) e temas reconhecidos como politizáveis, seja nos contextos de desdemocratização, nos quais a violência tende a ser mobilizada como instrumento político e de contenção das manifestações sociais.

1.2. Marco teórico

Para alcançar os objetivos indicados acima, mobilizo nesta tese um arcabouço teórico interdisciplinar a partir do diálogo da Ciência Política, das teorias feministas e dos estudos sobre movimentos sociais. Essa articulação permite compreender o NUM como um ator coletivo que atua no espaço público e disputa sentidos sobre a política e o político a partir do eixo estruturante da violência de gênero. Trata-se, portanto, de analisar como a politização das violências de gênero foi central para a organização coletiva a partir do NUM e como se estabeleceram as dinâmicas no político e na política no contexto argentino contemporâneo.

Parto do entendimento de Jacques Rancière (2018), para quem a política não se confunde com a administração institucional do poder, mas emerge nos momentos de dissenso, quando sujeitas(os) historicamente excluídas(os) (“sem-parte”) interrompem a ordem estabelecida e tornam visíveis demandas, corpos e discursos antes considerados ilegítimos. Nesse trabalho, a política é considerada como prática que desloca as fronteiras do visível e do dizível, produzindo reconfigurações do comum e tensionando os critérios que definem quem pode falar, sobre o que se pode falar e em que espaços. Nesse marco, a democracia não é tomada apenas como um arranjo institucional ou um conjunto de regras procedimentais, mas como um processo histórico e conflitivo permanentemente reconfigurado pelas práticas políticas que tensionam seus limites formais (Rancière, 2014, 2018).

Essa concepção é central para compreender as manifestações sociais não apenas como expressões de insatisfação, mas como atos políticos que criam espaços públicos e produzem sujeitos políticos no próprio curso da ação coletiva. Essa leitura dialoga com a noção de *política callejera* desenvolvida por Natalucci, Tatagiba e Somma (2024), que diferencia entre política institucional e a política feita nas ruas, por meio das manifestações. Enquanto a política institucional tende a estabilizar conflitos e administrar a ordem, a *política callejera* coloca essa ordem em questão, incidindo

diretamente sobre os regimes políticos e seus modos de funcionamento. Essa distinção não implica uma oposição absoluta entre política institucional e *política callejera*, mas permite observar as tensões, interdependências e deslocamentos entre essas duas dimensões, especialmente em contextos democráticos marcados por disputas sobre participação, representação e legitimidade.

A partir desse arcabouço, as ações do NUM são compreendidas como práticas que transcendem reivindicações específicas, na medida em que constroem coletivamente um "nós" político que se materializa no próprio processo da mobilização. Esses processos produzem impactos tanto na política institucional quanto no político, entendido como o campo das relações de poder que definem as condições de possibilidade da comunidade política, isto é, as formas que são entendidas como legítimas para se viver coletivamente (Natalucci; Tatagiba; Somma, 2024).

Para analisar essas práticas do NUM, recorro ao campo teórico dos movimentos sociais, em especial às contribuições de Charles Tilly, que apresenta os movimentos sociais como uma forma específica de política contenciosa, caracterizada por campanhas prolongadas no tempo, pela formulação pública de reivindicações coletivas e pelo uso de repertórios historicamente situados de ação (Tilly, 1978, 2006, 2010). O conceito de repertório de confronto (Alonso, 2012; Tilly, 2006, 2010) é central nesta tese e refere-se às formas públicas de protesto acionadas pelo Coletivo para expressar demandas e disputar o espaço político.

Além do repertório de confronto, outras duas categorias orientam a análise deste trabalho, ampliando o enfoque para além da dimensão pública e contenciosa da ação coletiva. Trata-se dos conceitos de repertório de estratégias e de estoque de legados, desenvolvidos por Federico Rossi (2017). Partindo do reconhecimento da relevância da contribuição de Tilly, Rossi identifica uma lacuna analítica entre as ações públicas de protesto e as múltiplas decisões táticas, muitas vezes não públicas, que sustentam as rotinas cotidianas dos movimentos sociais.

Assim, repertório de estratégias ("repertoire of strategies") seguindo a formulação de Federico Rossi (2017), abrange o conjunto de opções políticas e modos de inserção do Coletivo nas diferentes arenas de disputa. Esse repertório não diz respeito às modalidades de protesto, mas sim aos aspectos não-públicos da atuação do movimento e inclui as formas de articulação com outros atores políticos. Essa noção permitiu analisar as relações estabelecidas pelo NUM com outros atores e

organizações, identificando tanto alianças quanto desentendimentos. Também tornou possível compreender seus modos de inserção e posicionamento estratégico na arena política. Incluo nesse repertório, ainda, as formas de organização interna e de funcionamento do Coletivo, como o uso de meios de comunicação como o WhatsApp, enquanto estratégia de articulação e de coordenação territorial, inclusive em nível nacional.

A categoria de estoque de legados ("stock of legacies") (Rossi, 2017), por sua vez, diz respeito ao conjunto de experiências e práticas existentes em períodos anteriores na Argentina, estabelecendo uma correlação social e histórica com as ações do NUM. Esse acervo inclui trajetórias anteriores de mobilização, repertórios herdados, saberes militantes e formas organizativas sedimentadas. A partir dessa categoria, foi possível compreender como alguns desses repertórios são atualizados no contexto atual.

Por esses motivos, as quatro categorias analíticas centrais desta tese são: violência, repertório de confronto, repertório de estratégias e estoque de legados. Essas categorias orientam a análise dos materiais empíricos e estruturam o exame das interpretações produzidas a partir da literatura acadêmica.

No entanto, esse arcabouço não é suficiente para apreender plenamente a especificidade do NUM como sujeito político. A literatura descreve o NUM de modos diversos – como movimento, coletivo, rede, manifestação, *consigna* ou grito – refletindo sua natureza híbrida e mutável (Mason-Deese, 2020; Gago, 2020; Natalucci; Rey, 2018). Em vez de buscar uma classificação rígida, esta tese compreende o NUM argentino de dois modos simultâneos. Por um lado, como um Coletivo que se consolida nos anos imediatamente posteriores à primeira manifestação de 3 de junho de 2015, aproximando-se, nesse processo, de práticas comuns a movimentos sociais já existentes. Por outro, como uma arena pública feminista capaz de condensar experiências de vida, tradições militantes e sujeitas(os) diversas(os), funcionando como um tecido ou uma rede em permanente recomposição (Alvarez, 2022; Bringel; Cabezas González, 2014; Tesoriero, 2019). Essa perspectiva reconhece tanto o caráter fluido de sua emergência quanto sua posterior organização por meio das assembleias, que se tornaram espaços centrais de deliberação, articulação política e produção coletiva de sentidos.

Compõem ainda este marco teórico as contribuições da teoria política feminista, especialmente a partir da crítica à separação entre público e privado como

fundamento da política moderna (Biroli, 2014; Miguel, 2020). Os feminismos evidenciam que essa dicotomia exclui da esfera política experiências centrais da vida social, como o trabalho reprodutivo e a violência de gênero, ao mesmo tempo em que naturaliza hierarquias construídas a partir do gênero. Desde sua formulação no campo feminista a partir da década de 1980, o conceito de gênero rompe com explicações biologizantes das diferenças entre homens e mulheres e destaca seu caráter relacional, histórico e socialmente construído, evidenciando as assimetrias e relações de poder que estruturam essas diferenças (Scott, 1995; Pedro, 2005). O gênero opera, assim, como uma chave analítica transversal para compreender os processos de despolitização, naturalização e reinscrição de determinadas experiências no espaço público.

Essa perspectiva é central para compreender os processos recentes de desdemocratização analisados na parte final da tese, que se dá articulada a um novo momento do neoliberalismo na América Latina, marcado pelo avanço de projetos políticos de extrema-direita que combinam a radicalização do ajuste econômico com agendas neoconservadoras e antigênero (Gago, 2025; Ballestrin, 2023; Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Corrêa; Soares; Freitas, 2021; Brown, 2019). Nesses contextos, a desdemocratização não se expressa por meio de rupturas institucionais explícitas, mas pela erosão gradual de direitos, pela restrição dos canais de participação e pela redefinição dos limites do que é reconhecido como legítimo no espaço público.

Esse arcabouço permitiu analisar como, nos anos mais recentes, a atuação do NUM se desenvolveu em um contexto de retração de direitos, reconfiguração do papel do Estado e intensificação da violência como forma de governo e de contenção da participação política (Franco, 2025; Gago, 2025). É a partir dessa articulação que esta tese analisa o NUM como um ator que, ao politizar as violências de gênero, disputa os sentidos da democracia e do político, tensionando as fronteiras do espaço público tanto em contextos de ampliação democrática quanto em cenários de desdemocratização.

1.3 Metodologia

Metodologicamente esta tese se caracteriza como uma investigação qualitativa e exploratória, de natureza teórico-empírica. O recorte temporal compreende o

período de 2015 a 2025, desde a manifestação realizada em 3 de junho de 2015, marco inaugural do NUM, até o protesto de junho de 2025. Esse intervalo permite acompanhar tanto o surgimento do Coletivo quanto suas transformações ao longo de sua primeira década de atuação, em contextos políticos distintos.

Para alcançar os objetivos propostos, recorro a diferentes estratégias metodológicas, mobilizadas de forma complementar: estudo de caso, análise de conteúdo de documentos, observação participante e entrevistas. Essas estratégias permitem apreender, de maneira articulada, os discursos, as práticas políticas e os modos de organização do NUM, bem como suas relações com o campo político-institucional. Cada uma dessas abordagens é detalhada nas subseções a seguir.

1.3.1 Estudo de caso

O estudo de caso é amplamente utilizado na investigação de fenômenos nos quais não é possível manejar ou delimitar comportamentos, razão pela qual tende a incorporar estratégias metodológicas como a observação direta e as entrevistas (Yin, 2001). O NUM é um fenômeno complexo, contemporâneo e fortemente contextualizado, o que o torna particularmente adequado a esse tipo de abordagem, na medida em que demanda uma compreensão aprofundada de suas interações, dinâmicas internas e relações com o contexto político mais amplo. Nesse sentido, o estudo de caso implica a utilização de “várias fontes de evidências” (Yin, 2001, p. 33), entendidas como complementares entre si, o que justifica a escolha por utilizar diferentes tipos de materiais empíricos.

Esta pesquisa caracteriza-se também como um estudo de caso em razão da formulação teórica prévia ao levantamento dos dados (Yin, 2001). Conduzi a análise documental, a observação participante e as entrevistas a partir de conceitos previamente definidos no marco teórico da tese. Para isso, foi fundamental a realização de uma revisão bibliográfica que incluiu a literatura sobre movimentos sociais, feminismos – com ênfase nos feminismos argentinos – e sobre o próprio NUM. Além disso, recorro a entrevistas realizadas em momentos anteriores e disponibilizadas em sites de notícias, livros e periódicos científicos, bem como a relatos em primeira pessoa publicados por participantes do NUM. Esses materiais

foram centrais para a contextualização e a interpretação dos documentos analisados, conforme detalhado a seguir.

1.3.2. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo que realizei nesta pesquisa tem como referência a proposta de Laurence Bardin (2002) e é operacionalizada a partir de uma abordagem temática-categorial. Essa estratégia foi aplicada aos onze documentos produzidos anualmente pelo NUM em Buenos Aires, para os protestos de junho. Tomei como ponto de partida categorias analíticas previamente definidas no marco teórico, mas permitindo sua revisão e refinamento a partir do contato sistemático com os textos. Assim, com o cuidado de reconhecer que todo documento é feito com objetivo particular e direcionado a um público específico, a análise dos documentos em um estudo de caso como este, permite enriquecer as evidências provenientes de outras fontes (Yin, 2001), como a observação participante e as entrevistas.

Seguindo a proposta metodológica de Yin (2001), considero primeiramente que os documentos ajudam a verificar a grafia utilizada pelo Coletivo para distintos termos e os modos como se alteram ao longo do tempo. Alguns dos documentos também fornecem listas de organizações que atuaram em conjunto, informações importantes para o desenvolvimento das entrevistas e da observação participante; especialmente considerando que sou estrangeira à realidade argentina e do NUM.

A escolha de analisar os documentos produzidos por ocasião de cada 3 de junho – a partir daqui 3J (ou 4J, no caso de 2025, quando a manifestação ocorreu no dia 4) – se deu em razão da centralidade dessa data para o NUM. Elaborados de forma coletiva desde 2016, esses documentos funcionam como declarações políticas do Coletivo, refletindo parte das discussões, disputas e consensos construídos no interior do NUM.[4]

[4] Não ignoro que existem outros documentos nos quais o NUM se manifestou ao longo dos anos ou atuou como participante ativo na sua elaboração, em especial em mobilizações para datas como o 8 de março (8M, Dia Internacional da Mulher), as Greves Internacionais de Mulheres, o 25 de novembro (25N, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher) e o 28 de setembro (28S, Dia Internacional pela Legalização do Aborto). No entanto, dois desafios se impuseram à realização de uma análise tão aprofundada e sistemática desses documentos quanto recomendado pela metodologia da análise de conteúdo: em primeiro lugar, não estão disponíveis todos os documentos e, diferentemente daqueles elaborados para os 3J, não consegui acessá-los nem mesmo por meio de informantes. Em segundo lugar, a maior parte destes documentos foram produzidos em assembleias convocadas por distintas organizações, dentre as quais o NUM. Como o foco prioritário desta tese são os entendimentos e enfrentamentos às violências de gênero no NUM, considerei que analisar apenas

Os onze documentos analisados estão contidos no Apêndice 2. Disponibilizá-los integralmente e cronologicamente organizados é um modo de registro histórico. Também pretende ser uma contribuição para o campo de estudo dos movimentos feministas na região, em especial, pode servir como material para o desenvolvimento de pesquisas futuras sobre o NUM. Nem todos os documentos estão disponíveis no site oficial do NUM[5], portanto alguns foram acessados em sites de notícias ou informalmente por pedido à participantes diretas ou indiretas do NUM argentino.

Esse procedimento também explicita um limite da análise de conteúdo quando aplicada a documentos produzidos por movimentos sociais. Diferentemente de documentos estatais ou de organizações internacionais, esses materiais não seguem protocolos formais de autoria, publicação ou arquivamento, o que pode tornar mais difusa a identificação de sua origem. No caso do NUM, cujos documentos são produzidos de modo coletivo e circulam por múltiplos canais, essa característica é parte constitutiva do próprio movimento. Para lidar com essa condição, optei por cruzar fontes e registros, de modo a assegurar que os documentos analisados correspondessem efetivamente àqueles produzidos pelo Coletivo em cada 3J e 4J.

Para esse conjunto de documentos, realizei uma pesquisa qualitativa por meio de uma análise de conteúdo de natureza temática, baseada na construção de índices a partir da categorização léxica (Bardin, 2002; Lima, 2013). Conforme proposto por Bardin (2002), a categorização léxica consiste no agrupamento de palavras e expressões com proximidade semântica, organizando o conteúdo em categorias que facilitam a análise e a interpretação dos dados textuais. A categorização léxica pode ser compreendida também como a organização de um conjunto de termos dotados de coerência semântica, passíveis de serem distribuídos em subcategorias analíticas (Lima, 2013). Esse procedimento permite identificar padrões, recorrências e relações internas ao corpus, tornando a análise mais sistemática e controlada.

Conforme indicado na obra “Análise de Conteúdo”, de Laurence Bardin (2002), respeitei as diferentes etapas propostas pela autora: (1) a pré-análise; (2) a exploração do material; e (3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 2002, p. 95). Na etapa de pré-análise, defini o corpus da

documentos produzidos em assembleias convocadas pelo Coletivo foi a melhor alternativa. Com isso, documentos como os mencionados e aqueles produzidos em outras regiões do país compõem esse estudo quando apresentam alguma informação que seja relevante, mas não foram objeto da análise de conteúdo.

[5] O site oficial do Coletivo NUM é: https://niunamenos.org.ar/.

pesquisa, selecionando os documentos produzidos por ocasião de cada manifestação de junho, em razão dos motivos expostos anteriormente. Em seguida, considerando os objetivos da pesquisa – formulados a partir tanto da leitura flutuante dos documentos quanto da revisão teórica – procedi à exploração do material, construindo índices analíticos que orientaram a etapa final de interpretação e fundamentaram as inferências realizadas.

A análise foi operacionalizada a partir da identificação de temas e subtemas relacionados à violência de gênero no NUM, organizados por meio da criação de categorias, subcategorias e índices léxicos. Esses índices foram construídos e organizados em cinco grupos, definidos a partir de sua proximidade semântica: (a) justiça, (b) saúde, (c) economia, (d) raça e etnia e (e) identidade de gênero e sexualidade, conforme se observa no Quadro 1. Inicialmente, todos estes elementos foram elaborados em espanhol, assim como a coleta das informações; posteriormente, procedi à sua tradução para o português, de modo a facilitar a fluidez da leitura. O mesmo procedimento foi adotado para as citações diretas extraídas desses documentos, dado que os textos originais se encontram disponíveis no Apêndice 2.

Quadro 1: Categorias e índices para a análise de conteúdo dos documentos do Ni Una Menos.

Categorias	**Subcategorias**	**Índices**
A - Justiça	Estado	Democracia/democrática(o)/democraticamente
		Estado
		Direitos Humanos
		Ditadura
		Governo
		Justiça/Poder Judiciário/Operadoras(es) judiciais
		Patriarcal/Patriarcado
		Igreja(s)
		Ministério
		Orçamento
		Lei de Proteção Integral das Mulheres /Lei nº 26.485
		Plano Nacional de Ação para a Prevenção, Assistência e Erradicação da Violência contra as Mulheres
		Programa Acompanhar
	Justiça Social	Pobreza/Pobre(s)
		Infância(s)/Meninas(os/es)
		Velhice(s)

	Feminicídios	Violência(s)*[6]/Violenta(o)/Violentamente/Violentada(s)
		Violência Institucional
		Violência(s) Machista(s)
		Violência contra a(s) mulher(es)
		Feminicídio(s)/Femicídio(s)/Femicida
		Morte/Morta(s)/Matar(am)/Assassinada(s)(es)/Assassinato/ Assassino
		Vítima(s)
		Emergência em violência de gênero/Emergência Nacional [por violência de gênero]
	Tráfico e abuso	Tráfico [de pessoas]
		Prostituição [forçada]/Pessoa em situação de prostituição/ Exploração Sexual/Prostituída(s)
B – Saúde	Direitos Sexuais e Reprodutivos	Aborto(s)/Interrupção Voluntária da Gravides/IVG/
		Educação Sexual Integral/ESI
	Outros temas	Gordofobia/Gorda(o/e)
		Deficiência
C – Economia	Aspectos macroeconômicos	Violência(s) econômica(s)
		Ajuste(s)
		Inflação
		Dívida*
		Dívida Externa
		Endividada(s)/Endividamento/Endividar-nos/ Desendividada(s)(rnos)
		Economia(s) popular(es)/Economia(s) comunitária(s)
		Moradia/Aluguéis
		Extrativista(s)/Extrativismo(s)
	Trabalho	Trabalho(s)
		Trabalhador(a/as/es)
		Cuidado(s) [enquanto função]
		Greve/*Paro*
		Aposentar/Aposentada(s/o/os/e/es)/Aposentar-se
		Prostituição [enquanto trabalho]/Trabalhadora(s) sexual(is)
D - Raça e Etnia	Indígenas	Indígena(s)
		Chineo
		Plurinacional(ais)
		Território/Terra(s)
	Afrodescendentes	Negra(s/o/os/e/es)/Afro/afroargentina(s/o/os/e/es)/ Afroamericana(s/o/os/e/es)
		Racismo/Racista(s)
	Migração	Migrante(s)/(I)Migrar
E – Identidade	Sujeitas(es/os)	Trans/Transgênero(s)/Transexual
		Travesti(s)

[6] Os índices assinalados com asterisco (*) indicam que foi contabilizado o total de ocorrências do termo de forma agregada, independentemente de suas especificações posteriores. Assim, por exemplo, o índice “Violência” reúne todas as menções ao termo, sem prejuízo da posterior identificação e contabilização de índices mais específicos, como “violência machista”.

de gênero e sexualidade		Não-bináries(as)
		Intersexo/Intersex/Intersexual
		Bissexual(ais)
		Lésbica(s)/Lesbo
		Mulher(es)
		Heterossexual(ais)/Hetero/ Heterossexista(s)
		Homem(ens)
		Corpo/ *Acuerpamiento/Acuerpada*(s)
		Homo/Homossexual
	Violações	Transfemicídios(s)
		Lesbocídio(s)
		Ódio [contra LGBTQIA+ e/ou mulheres]/Discurso(s) de ódio

Fonte: elaboração própria a partir dos 11 documentos produzidos pelo NUM para o 3J e 4J (2015-2025) analisados.

Com estas categorias e índices, foi possível mapear os modos como a violência de gênero foi elaborada em cada documento produzido anualmente pelo NUM em Buenos Aires. Como a análise de conteúdo não se trata apenas de contabilizar a presença ou ausência de determinados termos, foi imprescindível identificar como as distintas categorias e índices eram abordadas nos documentos. Para isso, organizo em quatro possibilidades distintas:

Quadro 2: Modos de aparecimento dos índices na análise de conteúdo.

Modos de aparecimento dos índices	**Descrição**
Denúncias, reivindicações ou oposição (DRO)	Quando se trata de reivindicações do NUM, questões às quais se opõem ou temas que denunciam.
Conquistas	Índices que se referem a direitos adquiridos a partir da atuação dos movimentos sociais, movimentos de mulheres e/ou movimentos feministas.
Dado histórico, econômico ou termo presente em títulos e subtítulos	Quando são apenas informações estatísticas e acontecimentos históricos, sem ter caráter de demanda ou caráter de uma conquista do movimento.
Autoidentificação (do Coletivo ou de suas sujeitas/es)	Índices que dizem respeito à identidade das pessoas que compõem o NUM e que, portanto, atuam como sujeitas(es) na escrita e nas reivindicações do documento.

Fonte: elaboração própria a partir dos 11 documentos produzidos pelo NUM para o 3J e 4J (2015-2025) analisados.

Por essa organização acima, é possível perceber que um mesmo índice pode aparecer de distintos modos. Por exemplo, quando se considera a Educação Sexual Integral (ESI), em alguns contextos ela surge como uma conquista do movimento

feminista dada sua atuação na construção da Lei que a regulamentou, em outros está colocada como uma reivindicação por mais recursos para que seja efetiva tal legislação e ainda, pode surgir apenas como um elemento de realidade, ao apresentar, por exemplo, dados de implementação da Lei ESI nas escolas. O importante, ao utilizar esta classificação é sistematizar não apenas quais temas surgem, mas os sentidos que lhes são atribuídos nos documentos do NUM.

Realizada esta organização dos índices, utilizo o software Voyant Tools para detalhar e auxiliar na organização de cada um dos documentos. Esta é uma plataforma online de acesso livre para análise textual que permite explorar grandes volumes de texto de forma interativa. Ele facilita a visualização e interpretação de padrões linguísticos. Uma das informações que o software disponibiliza é a frequência relativa de aparição de uma determinada palavra (índice), considerando o tamanho do documento e sua densidade vocabular. Com isso, além de contabilizar o número bruto de aparição de um índice, foi possível perceber a sua frequência, o que tornou a comparação entre os documentos sobre presença e ausência de determinados temas mais precisa.

Por fim, considero fundamental destacar a importância política desses documentos para o NUM. Ao longo do trabalho de campo, tive acesso a um compilado de textos produzidos pelo NUM argentino entre 2015 e 2018, recebido como presente da entrevistada Susana, integrante do Coletivo NUM de Mendoza. Como ela ressaltou, esses documentos constituem declarações políticas centrais de um movimento heterogêneo e transversal, na medida em que expressam coletivamente o que pensam e o que querem. Não se trata, portanto, de textos meramente representativos ou comunicacionais, mas de produções políticas em si.

Como afirmam as próprias integrantes do NUM, a escrita desses documentos é concebida como uma prática de inteligência coletiva que elabora uma crítica situada da conjuntura e, simultaneamente, imagina outros mundos possíveis a partir de uma ética feminista da vida, do prazer e do desejo (Ni Una Menos, 2018). Nessa perspectiva, a escrita não aparece como um registro posterior da ação, mas como uma de suas linhas de força, capaz de mobilizar afetos, reconfigurar sensibilidades e disputar sentidos sobre o espaço comum. Ao serem produzidos de forma coletiva, apropriáveis e traduzíveis em outros contextos, esses textos operam como instrumentos de politização, circulação de ideias e construção de um “nós” feminista, reafirmando o caráter público e criativo da política praticada pelo NUM.

Esse foi o procedimento adotado para a organização e a realização da análise de conteúdo dos documentos desta pesquisa, cujos resultados apresento ao longo dos capítulos 3 a 5 da tese. Além da análise documental, realizei observação participante em dois períodos de assembleias responsáveis pela elaboração desses documentos, aspecto que será detalhado na subseção seguinte.

1.3.3 Observação participante

Entre os meses de maio e junho dos anos de 2024 e de 2025 realizei as etapas de observação participante nas assembleias e protestos do NUM em Buenos Aires. Apesar da relativa falta de definição na literatura em relação à delimitação precisa das metodologias de pesquisa qualitativa, a observação participante é um tipo de pesquisa que se caracteriza por envolver um período de interações sociais entre quem realiza a pesquisa e as pessoas participantes, ocorrendo no ambiente destas (Fino, 2003). Foi por meio dessa estratégia que pude estar presente no local e no contexto das ações do NUM. Optei por acompanhar as assembleias abertas e as mobilizações realizadas nesse período em Buenos Aires, capital federal da Argentina. Assim, enquanto pesquisadora, atuei simultaneamente como instrumento de coleta de dados e como intérprete dos processos observados (Correia, 2009).

Para isso, escrevi um diário de campo em cada um dos períodos em que acompanhei as ações do Coletivo. A primeira etapa da pesquisa foi realizada em 2024, quando observei as três assembleias preparatórias e o protesto do 3J. A importância do 3J para o NUM reside tanto no fato de marcar o surgimento do Coletivo quanto de constituir seu momento de maior visibilidade pública, quando ocorrem marchas e mobilizações em diversas cidades do país. A segunda etapa da pesquisa ocorreu em 2025, quando acompanhei as duas assembleias preparatórias e o protesto do 4J.

O primeiro período constituiu uma aproximação fundamental para entender o funcionamento e os modos de organização das assembleias e do protesto do 3J, além de possibilitar o estabelecimento dos primeiros contatos com participantes do NUM. A segunda ida, realizada um ano depois, permitiu tanto identificar variações e continuidades em relação ao ano anterior, quanto retomar contatos que foram importantes para a realização das entrevistas.

O uso da observação participante nesta tese teve uma limitação importante no que diz respeito à localidade. Apesar de Buenos Aires ser o centro político do país,

existem assembleias e protestos pelo 3J em muitas cidades de todas as regiões da Argentina e os modos como se organizam não são idênticos. Lamentavelmente, dados os limites desta pesquisa, não foi possível acompanhar estes processos em outras regiões, algo que pode ser feito em pesquisas futuras. Um modo encontrado de dirimir um pouco esta lacuna foi realizar entrevistas com participantes do NUM de outras localidades do país, algo que retomo na próxima subseção.

As assembleias do NUM em Buenos Aires refletem uma prática historicamente construída pelos feminismos argentinos, conforme abordo no Capítulo 2. Elas são convocadas publicamente por meio das redes sociais do Coletivo e são abertas a qualquer pessoa interessada. Todas as presentes podem se manifestar, com o microfone circulando entre as participantes. Essa característica das assembleias como espaços abertos possibilitou minha participação sem dificuldades.

Ao recorrer à metodologia da observação participante, pude acessar algumas das dinâmicas internas do Coletivo nas assembleias, bem como acompanhar os protestos e observar continuidades e mudanças de um ano para o outro, especialmente à luz das transformações no contexto político argentino, marcadas pelo acentuamento dos processos instaurados por um governo de extrema-direita. Assim como os documentos contribuíram para compreender as dinâmicas de elaboração política nas assembleias do NUM, as entrevistas foram fundamentais para aprofundar a compreensão dos sentidos atribuídos pelas participantes às suas trajetórias, práticas e percepções sobre o período analisado, conforme detalho na subseção seguinte.

1.3.4 Entrevistas

A última estratégia metodológica a ser detalhada foi a realização de nove entrevistas semiestruturadas com ativistas argentinas. Após a primeira etapa do trabalho de campo, realizada em 2024, e a participação nas assembleias e nos protestos do NUM, iniciei o processo de identificação e contato com possíveis participantes a serem entrevistadas.

Para esse fim, elaborei previamente um roteiro de entrevistas organizado em três módulos temáticos centrais: (1) trajetória e participação no NUM; (2) violência de gênero; e (3) estratégias coletivas. O roteiro completo está disponível no Apêndice 1.

Considerando que o NUM se organiza de modo horizontal e difuso, não dispondo de uma lista formal de participantes – nem no presente, nem em períodos anteriores –, o acesso às entrevistadas ocorreu a partir das interações estabelecidas durante o trabalho de campo. Na primeira etapa, em 2024, obtive o contato de algumas pessoas que haviam se manifestado nas assembleias, em especial de uma participante que aparentava exercer um papel mais recorrente na condução das atividades. A partir desses primeiros contatos e dos vínculos informais estabelecidos naquele momento, entrei em contato com outras pessoas que haviam participado ou ainda participavam das ações do NUM, obtendo novas indicações por meio dessas primeiras entrevistadas, segundo o procedimento conhecido como “bola de neve”.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial, na cidade de Buenos Aires, ou virtual, entre os meses de maio e junho de 2025, com duração variando entre 30 minutos e 1 hora e 30 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas com a autorização das participantes e posteriormente transcritas com o auxílio do software Transkriptor. As entrevistas foram realizadas e transcritas em espanhol. Quando citadas diretamente ao longo da tese, serão apresentadas em tradução de minha autoria para o português, com a versão original indicada em nota de rodapé. Conforme estabelecido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado por todas as participantes, optei por preservar o anonimato das entrevistadas, que são identificadas nesta pesquisa por meio de nomes fictícios comuns na Argentina. Ao longo da tese, quando faço referência às entrevistas, indico, entre parênteses, a localidade de atuação e a organização da qual participam, quando aplicável. Algumas informações gerais sobre as entrevistadas estão sintetizadas na tabela a seguir.

Tabela 1: Caracterização das entrevistadas e das entrevistas realizadas (nomes fictícios).

Nome fictício	**Localidade de atuação**	**Idade**	**Organização da qual faz parte (atualmente)**	**Data da entrevista e formato**
Ana	Buenos Aires	42	Incidencia Feminista e Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito	26/05/2025, presencial
Olivia	Buenos Aires	39	-	28/05/2025, presencial
Susana	Mendoza	47	Colectivo NUM Mendoza	31/05/2025, presencial
Verónica	Buenos Aires	40	Campaña por el Aborto Legal	03/06/2025, presencial
Camila	Buenos Aires	40	NUM Buenos Aires	05/06/2025,

				presencial
Milagros	Rosário	40	Mujeres Evita	09/06/2025, virtual
Teresa	El Bolsón	49	Colectiva Comarcal NUM	25/06/2025, virtual
Carmen	Buenos Aires	43	Ni Una Migrante Menos	25/06/2025, virtual
Laura	Buenos Aires	28	Mala Junta	27/06/2025, virtual

Como é perceptível, foi possível entrevistar majoritariamente participantes que atuam em Buenos Aires, não apenas por ser o principal centro político do país, mas também por ter sido o local onde estive por duas temporadas para a realização da observação participante. Este foi um dos limites encontrados ao aplicar o método da entrevista nesta pesquisa.

Outra dificuldade inicial encontrada foi a definição do critério de seleção das entrevistadas, pois, como já mencionado, o NUM é um Coletivo difuso e horizontal e, especialmente em Buenos Aires, funciona como uma rede de conexão entre diversas organizações sociais, ainda que exista um pequeno grupo de pessoas que parecem atuar de modo mais sistemático na organização do NUM local. Diante disso, o critério adotado foi propositalmente abrangente quanto às organizações das quais as entrevistadas fazem parte, incluindo todas aquelas que, de algum modo, compõem esse tecido bastante amplo que se construiu ao redor do Ni Una Menos, conforme mencionado pela entrevistada Carmen (Buenos Aires, Ni Una Migrante Menos). Esse critério é coerente tanto com a literatura que descreve o caráter horizontal e difuso do NUM quanto com o que observei durante os períodos de observação participante realizados em 2024 e 2025.

Após a realização das entrevistas recorri às quatro categorias analíticas previamente apresentadas como guia para a análise: (a) os entendimentos sobre as violências, (b) os repertórios de confronto, (c) os repertórios de estratégias e (d) o estoque de legados. Essas categorias foram mobilizadas reconhecendo que correspondem a níveis analíticos distintos. Embora, do ponto de vista empírico, uma mesma ação possa se inscrever simultaneamente em mais de uma categoria, analiticamente elas permitem diferenciar entre a dimensão pública e visível da ação coletiva e suas funções políticas mais amplas, relacionadas à organização, à articulação e à sustentação do movimento ao longo do tempo.

Como mencionado anteriormente, de forma transversal, essas categorias orientam a análise dos diferentes materiais empíricos – documentos, observação participante e entrevistas – bem como a revisão da literatura. O repertório de confronto

permitiu responder à pergunta sobre como o NUM protesta, isto é, quais formas públicas de ação coletiva são acionadas em distintos momentos, como as manifestações a cada 3J e a produção coletiva de documentos e cartazes nos bairros. O repertório de estratégias, por sua vez, possibilitou compreender como o movimento se organiza politicamente, incluindo as alianças e tensões estabelecidas com sindicatos, partidos políticos e movimentos LBTQIA+, suas formas de incidência no campo institucional e os mecanismos cotidianos de articulação interna, como o uso de ferramentas de comunicação inclusive para coordenação territorial em escala nacional. Já a categoria de estoque de legados orientou a análise das condições históricas que tornam essas ações e estratégias possíveis e reconhecíveis, permitindo identificar continuidades com experiências anteriores de mobilização, como as assembleias populares, o uso dos lenços e a prática dos escraches.

Articulada a essas três dimensões, a categoria de violência atravessa toda a análise como eixo estruturante dos sentidos, diagnósticos e disputas políticas produzidas pelo NUM. Isso possibilita compreender de que modo as violências de gênero são politizadas e mobilizadas em diferentes níveis da ação coletiva. Com essa abordagem, portanto, entendo o NUM para além de suas ações mais visíveis e públicas. Isso permite uma aproximação aos diferentes níveis de atuação que conformam sua dinâmica política.

Por fim, é importante destacar que esses critérios metodológicos não eliminam a subjetividade das escolhas realizadas ao longo da pesquisa, mas tornam explícitos os caminhos adotados. Ao reconhecer essa dimensão e em diálogo com debates feministas, esta tese se inscreve em uma perspectiva de conhecimento situado, assumidamente parcial. Parcial, aqui, nos termos de Verónica Gago (2020), não como simples fragmento ou recorte reduzido, mas como um retalho que integra uma bricolagem mais ampla, operando simultaneamente como perspectiva singular e como ponto de entrada. Pretendo, assim, apresentar uma contribuição particular a essa “arte da bricolagem” que constitui o campo da produção acadêmica feminista.

Nesses termos, nesta tese não pretendo esgotar nem representar a totalidade das experiências, práticas ou sentidos produzidos pelo NUM argentino, mas oferecer uma leitura situada e analiticamente orientada de suas dinâmicas políticas ao longo do período estudado. Ao assumir seus recortes e limites, essa pesquisa pode contribuir para o debate acadêmico justamente por explicitar seu lugar de enunciação

e por dialogar com outras interpretações possíveis sobre o Coletivo e sobre os feminismos contemporâneos na Argentina.

1.4 Estrutura da tese

A organização desta tese responde ao objetivo geral de examinar os repertórios e os sentidos sobre as violências de gênero articulados pelo NUM na Argentina, analisando sua contribuição para as transformações no campo da política e do político ao longo de sua primeira década de existência (2015-2025). Para tanto, a estrutura do trabalho acompanha os objetivos específicos, articulando análise teórica, reconstrução histórica e investigação empírica. Além deste capítulo Introdutório e da Conclusão, a pesquisa está organizada em outros quatro capítulos.

O Capítulo 2 atende principalmente ao objetivo específico I, ao reconstruir os antecedentes históricos do NUM e situá-lo como um ator político. Para isso, apresento os marcos teóricos que orientam toda a pesquisa, articulando debates sobre movimentos sociais, a política, o político, a construção do conceito de violência de gênero nos feminismos latino-americanos e o percurso histórico dos feminismos na Argentina desde a ditadura militar até os anos kirchneristas (1970-2015). O capítulo se encerra com uma discussão sobre o NUM como um ator político complexo, antecipando sua natureza híbrida e suas formas de articulação.

Por sua vez, o Capítulo 3 aborda o período de emergência do NUM e a massificação do campo feminista argentino entre 2015 e 2019, contribuindo diretamente para os objetivos II, III e IV. Analiso o surgimento do Coletivo, suas características iniciais e suas reconfigurações ao longo do governo Macri, com atenção aos repertórios de ação adotados, à ampliação dos sentidos da violência de gênero e às alianças sociais construídas. A análise dos documentos do 3J e das práticas *asamblearias*[7] permite compreender como o NUM expandiu suas pautas, aprofundou uma abordagem interseccional e contribuiu para redefinir agendas e práticas políticas no campo feminista e nos movimentos sociais.

Já o Capítulo 4 concentra-se no período de 2020 a 2023 e aprofunda os objetivos III e IV, ao examinar os sentidos atribuídos às violências de gênero no

[7] Utilizo o termo em espanhol pois “assembleária” ou “assembleário” não são oficialmente reconhecidas no português, ainda que por vezes utilizadas de modo informal em discussões políticas ou sindicais para descrever algo relacionado a assembleias ou a um sistema de decisões tomadas em assembleias.

contexto da conquista histórica da legalização do aborto e da ampliação da institucionalização das políticas de gênero durante o governo Fernández. Analiso a atuação do NUM nesse cenário, marcado pela pandemia e pela ampliação inédita da institucionalização das políticas de gênero na Argentina, bem como os documentos do 3J desse período, evidenciando a centralidade de temas como dívida, moradia e trabalho na gramática do movimento.

Por fim, o Capítulo 5 responde de modo mais direto ao objetivo específico V, ao analisar a atuação do NUM no contexto mais recente de avanço da extrema direita na Argentina (2024-2025). Discuto o governo Milei e a ofensiva antigênero como parte de um processo mais amplo de desdemocratização, neoliberalismo e intensificação da violência. Em seguida, examino as práticas *asamblearias* como eixo da reorganização política do NUM e analiso o 4J de 2025 a partir da *consigna* “unir las luchas es la tarea”, evidenciando a potência articuladora do Coletivo em um cenário de retrocessos democráticos e reconfigurações do espaço público.

Desse modo, ao articular diferentes períodos, contextos político-institucionais e níveis de análise, nesta tese demonstro que os repertórios e os sentidos sobre as violências de gênero produzidos pelo NUM foram centrais para a reconfiguração de práticas políticas, para a ampliação e reorganização das agendas de mobilização e para a disputa dos sentidos da democracia e do político na Argentina no período analisado. Ao longo de sua primeira década de existência, o Coletivo não apenas contribuiu para politizar as violências de gênero, mas também atuou como um agente capaz de tensionar os limites do espaço público, articular alianças sociais diversas e intervir nas relações entre movimentos sociais e o campo político-institucional, inclusive em contextos antagônicos.

Ou seja, o NUM atuou tanto em momentos de ampliação democrática quanto em cenários de avanço da extrema direita. No primeiro caso, entendo ampliação democrática como um contexto de expansão de direitos sociais e civis e ampliação do reconhecimento de novos sujeitos políticos na esfera pública. Também inclui a incorporação institucional de demandas históricas dos movimentos sociais e dos “sem-parte”, ainda que nunca livre de tensões. Um momento de existência de canais de participação e de incidência política ativos. Já no cenário de avanço da extrema direita, predominou a retração e a reversão de direitos e a deslegitimação das lutas sociais e feministas com uma redefinição restritiva do espaço público. Também se

reativou a violência como recurso político explícito, discursivamente apresentado como legítimo.

Ao articular essas diferentes temporalidades, contextos político-institucionais e níveis de análise, considero que o NUM constituiu um dos principais eixos de reconfiguração da política feminista na Argentina contemporânea. Ao politizar as violências de gênero como problema público e estrutural, o Coletivo não apenas redefiniu agendas, repertórios e alianças no interior dos movimentos feministas e sociais, como também tensionou os próprios sentidos do espaço público, da democracia e do político. Assim, a análise de sua primeira década de existência permitiu compreender como as lutas feministas se tornaram centrais tanto nos processos de ampliação democrática quanto nos embates travados em contextos de desdemocratização, oferecendo uma chave analítica para pensar as disputas políticas na Argentina e, de modo indireto, na América Latina no início do século XXI.

2 Marcos Teóricos e Antecedentes Históricos do *Ni Una Menos*

Este capítulo tem como objetivo geral apresentar as bases teóricas que fundamentam esta tese, bem como os aspectos históricos que antecedem o surgimento do NUM na Argentina. Para tanto, na primeira parte, exponho os principais marcos teóricos que situam a pesquisa no campo da Ciência Política. Na segunda parte, analiso o contexto latino-americano e argentino em que emerge o NUM, com enfoque nas dinâmicas regionais e internacionais da atuação feminista, bem como nas conceituações sobre violência de gênero que estruturam o problema de pesquisa.

A terceira parte apresenta uma breve síntese do movimento de mulheres e dos movimentos feministas na Argentina a partir da década de 1970, quando surgem as primeiras organizações feministas no país. Com um recorte que vai até os governos Kirchner, destaco alguns aspectos que influenciaram diretamente as condições de emergência do NUM. Na quarta e última parte, elaboro uma conceituação do NUM como ator político complexo, retomando as discussões feitas na primeira seção e estabelecendo as bases necessárias para compreendê-lo nos capítulos seguintes. Apesar da complexidade dessa análise, é possível identificar alguns aspectos distintos do NUM que inclui tanto elementos de internacionalismo, quanto de práticas *asamblearias* revisitadas.

Assim, este capítulo busca responder à questão mais ampla sobre o que é e de onde surgiu o NUM, servindo de base para a análise que será apresentada nos capítulos seguintes sobre suas principais características ao longo de sua primeira década de existência.

2.1 Movimentos sociais, política e o político: aportes teóricos para a análise do Ni Una Menos

Tanto os movimentos feministas em geral, quanto o NUM em particular, podem ser lidos a partir dos marcos teóricos dos movimentos sociais. Por movimentos sociais me refiro à definição de Charles Tilly (2006, 2010) segundo a qual se trata de um modo específico de política contenciosa surgido no século XVIII na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Para o autor, o caráter contencioso decorre do fato de envolver

reivindicações coletivas que confrontam interesses de outras pessoas ou grupos, enquanto o elemento da política resulta da participação dos governos de algum modo, como alvos, como aliados ou mediadores das disputas (Tilly, 2010).

Para Tilly um movimento social é composto por três elementos: (a) o caráter público de reivindicação de demandas coletivas à certas autoridades ou campanhas, (b) o uso de diferentes ações coletivas ou repertórios como associações, vigílias, declarações em meios de comunicação, dentre outras, e; (c) representações públicas que contenham VUNC dos participantes, ou seja, valor, unidade, números e comprometimento (Tilly, 2010). Assim, o que define um movimento social para o autor é a relação entre esses três elementos. Portanto, uma campanha não se resume a um evento isolado, mas implica uma ação prolongada no tempo, caracterizada, no mínimo, pela presença de um grupo de reivindicantes, por um ou mais objetos de reivindicação e por algum tipo de público destinatário de suas demandas (Tilly, 2006).

Assim, se as formas particulares de expressão política dos movimentos sociais variam significantemente de um contexto para o outro, o acrônimo VUNC (WUNC, em inglês) marcaria suas continuidades. Por valor (tradução de w*orthiness*) se quer dizer a respeitabilidade das pessoas participantes do movimento. Unidade refere-se à projeção de uma coesão, com líderes e participantes bem-organizados(as) e mensagens claras. Enquanto números diz respeito a contagem de participantes, assinaturas ou outros elementos semelhantes que quanto maior é, mais difícil que ignorem o movimento. Por fim, comprometimento refere-se às demonstrações de dedicação das pessoas participantes, por exemplo indo a marchas e protestos em dias de chuva ou resistência à repressão (Tilly, 2010).

Essa formulação se insere em um esforço mais amplo de renovação analítica no campo dos estudos sobre movimentos sociais, que buscou responder aos limites das teorias clássicas predominantes até meados do século XX. Existe um vasto arcabouço teórico que classifica os movimentos sociais ao longo do tempo e em distintas regiões. As mobilizações coletivas realizadas principalmente na Europa e nos Estados Unidos na década de 1960, que não se baseavam na classe, mas em categorias como raça e gênero, e que não visavam a tomada do poder do Estado por meio de uma revolução, não se adequaram a nenhum dos esquemas teóricos existentes até então no século XX sobre movimentos sociais, como o marxismo e o funcionalismo (Alonso, 2009). Nesse sentido, ainda que abordagens como a teoria do

conflito político compartilhem o mesmo período histórico de emergência, elas se diferenciam justamente por deslocar o foco analítico da classe e da estrutura para as interações, os repertórios e as oportunidades políticas. Como sintetiza Alonso (2009, p. 51), “um novo fenômeno demandava uma nova explicação”.

Conforme a síntese de Maria da Glória Gohn (1997), uma dessas explicações, que incluía os feminismos, veio do paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS), surgido na Europa. Esse paradigma rejeita o marxismo clássico por sua incapacidade de explicar ações coletivas que vão além dos aspectos estruturais e econômicos, propondo um sujeito coletivo difuso, crítico dos efeitos da modernidade e fundamentado em valores tradicionais e comunitários (Gohn, 1997).

Os movimentos feministas, que nesse período se reavivaram especialmente nos Estados Unidos e na Europa, costumam ser teoricamente enquadrados nesse paradigma. Eles se alinham no que se convencionou chamar de segunda onda feminista, com demandas voltadas para questões sociais, culturais e políticas, como direitos reprodutivos, liberdade sexual e igualdade de acesso ao mercado de trabalho. O paradigma dos NMS entende que, ao longo do século XX, houve uma mudança macroestrutural, deslocando o foco do capitalismo do trabalho e da produção industrial para uma nova sociedade, onde a dominação seria eminentemente cultural, pelo controle da informação, o que geraria novas agendas de reivindicação (Alonso, 2009). Portanto, desde pelo menos a segunda metade do século XX, reconhece-se a pluralidade de sujeitos(as) e causas que caracterizam os movimentos sociais, assim como a existência de uma organização interna que, embora não precise ser altamente hierarquizada, envolvia lideranças, redes de comunicação e coordenação de atividades.

No caso do NUM, é importante considerar a dimensão contenciosa da política – entendida, nos termos de Charles Tilly, como o conjunto de interações públicas e conflituosas por meio das quais atores coletivos formulam reivindicações, disputam sentidos e desafiam autoridades e estruturas de poder – em diálogo com a noção de *política callejera* (política das ruas), conforme apresentada por Natalucci, Tatagiba e Somma (2024), pois se a política institucional busca estabilizar conflitos e manter a ordem, a *política callejera* coloca essa ordem em questão. expressa na relação entre os regimes políticos e os repertórios de ação mobilizados pelos movimentos sociais (Tilly, 2006).

O conceito de repertório foi criado por Tilly em 1976 e se transformou ao longo do tempo, como bem sintetizado por Angela Alonso (2012). Surgiu inicialmente como “repertório de ações coletivas” e foi generalizado pelo autor em 1978, enquanto um conjunto limitado de formas de ação política. De acordo com Tilly (1978), em determinado momento histórico, as formas de ação coletiva assumidas por uma população configuram um repertório restrito. Embora esses repertórios se transformem com o passar do tempo, tais mudanças são lentas, pois resultam de construções culturais partilhadas, assimiladas e modificadas no próprio processo de luta. Quase duas décadas depois o autor o apresenta como “repertório de confronto”:

> Regressa a velha metáfora: o repertório é uma linguagem, estrutural e estruturante. Mas com tônica nova: a imagem agora apela tanto para a permanência quanto para o uso. O repertório é conhecimento social sedimentado [...]. Mas só vive quando ativado pelo uso, que faz a língua variar na fala, em dialetos, em sotaques. (Alonso, 2012, p. 25)

O conceito de repertório define o conjunto de rotinas públicas possíveis em um determinado contexto, entendendo que as pessoas participantes as executam de maneiras distintas e fazem escolhas estratégicas entre elas, orientadas pelo desenrolar da interação e em constante ajuste às ações de quem se opõe (Alonso, 2012). Os repertórios dos movimentos sociais são distintos daqueles utilizados por outros atores políticos (Tilly, 2010). Nos anos 2000, Tilly associa o conceito de repertório com o de performance e consolida sua teoria dos repertórios (Alonso, 2012; Tilly, 2006). Assim, as performances se organizam em repertórios que delineiam as modalidades de reivindicação acessíveis a um determinado grupo de atores políticos (Tilly, 2006)

Nesta pesquisa o conceito de repertório de confronto é importante pois contribui para compreender as estratégias públicas utilizadas pelo NUM argentino, sendo uma das categorias analíticas que guiará a análise das informações conseguidas no decorrer desta pesquisa. Mas como foi mencionado na Capítulo Introdutório, outros dois conceitos inspirados na obra de Tilly são também importantes: o de repertório de estratégias (“repertoire of strategies”) e o de estoque de legados (“stock of legacies”) (Rossi, 2017).

A partir das elaborações de Federico Rossi (2017) por meio do repertório de estratégias consigo acessar não apenas as atividades mais públicas do NUM, mas também seus modos de organização interna, bem como as relações com partidos,

sindicatos, governos e outras organizações. Enquanto o estoque de legado (Rossi, 2017) é útil para perceber o acumulado de experiências, instituições e práticas organizacionais que moldam as possibilidades de ação do NUM. Assim, acompanho os repertórios de confrontos, mas também as dinâmicas internas que os tornam possíveis.

Considero importante destacar que tomo o campo dos movimentos sociais e da *política callejera* enquanto fazeres da política, nos termos como pensado por Jacques Rancière (2018). Para ele, a política é a atuação dos "sem-parte" que, ao pressupor a existência da igualdade, desestabilizam a ordem desigual estabelecida e instauram formas de dissenso. Assim, protestos e mobilizações são atos que tornam visíveis sujeitos e questões até então invisibilizados. "A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado [...]; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o ruído [...]" (Rancière, 2018, p. 43). Isso se aproxima do entendimento de Maria Alcaraz (2020) do NUM compreendido como resultado do processo pelo qual os feminismos populares produziram uma linguagem política própria, apta a expressar denúncias, reivindicações e horizontes de desejo que não encontravam tradução adequada nos repertórios discursivos disponíveis até então.

O estudo das produções teóricas e das práticas políticas feministas desde pelo menos meados do século XX – como as formulações de Simone de Beauvoir[8] e Betty Friedan[9] centradas na dimensão da construção social que sustenta as diferenças nos

[8] A filósofa francesa Simone de Beauvoir publicou seus dois volumes de "O Segundo Sexo" em 1949. Neles ela questionou os significados de ser mulher, argumentando que essa categoria é construída como "o outro" em relação ao homem, considerado o padrão neutro (Beauvoir, 1970). Ela demonstrou que nem os aspectos biológicos, nem a psicanálise, nem o materialismo histórico eram suficientes para compreender o que é ser mulher e os motivos das desigualdades fundadas na hierarquia entre os sexos. É no segundo volume que Beauvoir (1967, p. 9) apresenta sua frase mais conhecida: "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher". Essa assertiva é complementada pela afirmação de que não há qualquer destino imutável que define a forma como a mulher irá assumir um papel na sociedade. Beauvoir foi muito importante no movimento feminista europeu e americano da segunda metade do século XX. O Segundo Sexo pode ser compreendido como "fundamental para a nova onda do feminismo" (Pinto, 2010, p. 16).

[9] A obra mais conhecida da jornalista estadunidense Betty Friedan é a "Mística Feminina", publicada em 1963, que reacendeu o debate nos Estados Unidos sobre o feminismo e as desigualdades entre mulheres e homens. Considerada uma bíblia para as mulheres do movimento feminista dos Estados Unidos na década de 1960 (Duarte, 2006), apresentou o "problema sem nome" que afetava a mente de muitas donas de casa, que se sentiam insuficientes (Friedan, 1971). A autora descreve como, nos anos após a Segunda Guerra Mundial, se desenvolveu o discurso da "mística feminina", no qual não se questionava se as mulheres eram superiores ou inferiores, mas as compreendia como diferentes, excluindo das discussões temas como emancipação e carreira profissional (Friedan, 1971). O amplo alcance da obra deveu-se em certa medida, à sua capacidade de comunicar-se com as mulheres

papéis atribuídos a homens e mulheres – têm contribuído para reformular o próprio significado de política (Miguel, 2020). Em especial as obras de Beauvoir são importantes por terem colaborado na redefinição do que é a política, evidenciando a forte interconexão entre o âmbito individual e o coletivo, bem como entre a esfera pública e privada (Miguel, 2014a). Perspectiva que se reflete no conhecido lema “o pessoal é político”, que se consolidou como distintivo dos feminismos a partir da década de 1960 (Miguel, 2014a).

A dualidade entre público e privado reflete uma compreensão limitada da política que, em nome da universalidade da esfera pública, classifica determinados temas e experiências como privados e, portanto, não políticos (Biroli, 2014). Esse enquadramento isola a política das relações de poder presentes no cotidiano, minimizando ou negando o caráter político e conflitivo tanto das relações de trabalho quanto das relações familiares (Biroli, 2014). A crítica à separação entre público e privado é importante nas abordagens feministas da teoria política pois visibiliza as dinâmicas de poder presentes no cotidiano, frequentemente ignoradas pela teoria tradicional, e fundamentais para a compreensão do político no feminismo (Biroli; Miguel, 2014).

O conceito de gênero foi central para as elaborações sobre o poder a partir desta perspectiva. Ao deslocar o foco das explicações biológicas para as dimensões sociais e culturais, com o gênero, as feministas conferiram centralidade às relações que se constroem a partir das diferenças baseadas no sexo, evidenciando as assimetrias e hierarquias entre mulheres e homens. Nesse sentido, gênero torna visível que os papéis socialmente atribuídos aos sexos e seus simbolismos produzem compreensões necessariamente relacionais (Pedro, 2005).

A partir do texto clássico de Joan Scott (1995), publicado nos Estados Unidos no fim da década de 1980, gênero é uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres, na medida em que “o gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”, e seu uso “coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (Scott, 1995, p. 7).

---

brancas, heterossexuais e de classe média, que eram dominantes nesse momento do movimento feminista.

Assim, para Scott, o sexo, entendido como diferenças biológicas entre os corpos, não determina de forma direta os comportamentos na esfera social. Por essa razão, quando a autora realiza um esforço para conceituar o gênero ela o faz dividindo-o em duas partes, que são analiticamente diferentes, porém integralmente conectadas, já que "[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder" (Scott, 1995, p. 21). No que se refere à primeira dimensão, já abordei nos parágrafos anteriores como o gênero questiona perspectivas que naturalizam as diferenças entre homens e mulheres.

Já a segunda dimensão, destaca o gênero como um dos principais modos de atribuir significado às relações de poder, compreendidas de forma difusa, o que exige abandonar a noção de poder social como algo unificado e centralizado. Portanto, Scott (1995) faz alusão direta à concepção foucaultiana de poder.

Em sua teoria, Michel Foucault, apresenta o poder como difuso, ou seja, sem um centro único de emanação e que circula em múltiplos níveis da vida social. Em oposição a uma visão clássica do poder como único, geralmente vinculado ao direito, às instituições e a soberania dos Estados, Foucault propõe "[...] uma análise do poder nos meandros concretos e históricos de seus procedimentos" (Foucault, 2014, p. 99), percebendo o poder como um conjunto de relações de força que emergem nos próprios espaços em que são exercidas e que estruturam a organização social. Essas relações estão em constante movimento, sendo atravessadas por conflitos, disputas e confrontos que as modificam, reforçam ou reconfiguram ao longo do tempo (Foucault, 2014). O poder, portanto, não emana de um centro único, nem se impõe de forma homogênea, mas circula de maneira difusa, sendo produzido a cada instante nas múltiplas interações entre sujeitos, práticas e discursos. É nesse sentido que ele pode assumir configurações estratégicas mais amplas, que eventualmente se cristalizam em instituições, normas jurídicas ou formas de hegemonia, sem que isso elimine seu caráter relacional, dinâmico e historicamente situado (Foucault, 2014).

É a partir desta perspectiva de poder como relacional e difuso que Scott vai apresentar a "diferença sexual" não como um fato natural, mas sobretudo "como uma base ontológica para diferenciação política e social" (Scott, 2005, p. 21)[10]. Tal

[10] Reconheço que gênero pode ser entendido de outros modos. Especialmente a partir das análises de Judith Butler as disputas em torno do gênero assumem outras características desde as últimas décadas do século XX. Uma das contribuições de Butler foi questionar a distinção clássica entre sexo e gênero,

operação não se limita ao plano simbólico ou cultural, mas se materializa em arranjos institucionais que organizam a vida social, entre eles a própria dicotomia público-privado. Tal operação não se limita ao plano simbólico ou cultural, mas se materializa em arranjos institucionais que organizam a vida social, entre eles a própria dicotomia público-privado. Essa dicotomia constitui um pressuposto do Estado moderno, ao definir o espaço público como esfera legítima da política e relegar o privado ao domínio do não-político, de modo que a separação entre essas esferas deve ser entendida não apenas como uma construção cultural, mas como um princípio estruturante da forma estatal moderna.

A tradição da teoria política clássica[11] consolidou a ideia de que o espaço público seria o lugar legítimo da cidadania, das instituições e da soberania, enquanto o privado corresponderia ao domínio doméstico e particular, considerado não político. Essa separação constituiu a base sobre a qual se estruturou a legitimidade do Estado e a definição do que é reconhecido como político.

Os feminismos contribuíram para pensar o Estado mais do que como um aparato repressivo, incluindo também seu aspecto de construtor de práticas sociais, o Estado como um mediador que permite o funcionamento do patriarcado e do capitalismo (Miguel, 2014a). Assim, as elaborações feministas foram centrais para complexificar as análises sobre categorias no campo político como espaço público, igualdade, justiça e democracia (Miguel, 2014a).

A democracia é um tema central neste trabalho, tanto por ser o regime que mais se alinha à existência dos movimentos sociais e dos protestos (Tilly, 2006), quanto pelas discussões e tensões recentes que integram a análise desta tese, especialmente no contexto do governo de Javier Milei, do Partido Libertário, cuja agenda ultraliberal de orientação anarcocapitalista será retomada no capítulo 5.

---

conforme popularizada entre as décadas de 1980 e 1990. Ao fazer isso, Butler (2008) afirma que tanto para falar de gênero como de sexo é preciso primeiro investigar de que modo e por quais meios eles se constituem. “Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (Butler, 2008, p. 25). Apesar das grandes implicações para as discussões epistemológicas feministas, não é meu propósito nesta pesquisa aprofundar os embates em torno dos significados do conceito de gênero.

[11] Por teoria política clássica, refiro-me especialmente aos autores contratualistas, como Thomas Hobbes (2014), Jean-Jacques Rousseau (2019) e John Locke (2020), que, apesar de suas diferenças, formularam concepções que compreendem a organização política e jurídica atual como resultado da passagem do “estado de natureza” para a “sociedade civil” e, em seguida, para o “Estado”. Esse movimento implicava, entre outros aspectos, na separação entre o espaço da vida privada composto pela família e o espaço público, associado às instituições, à política e à cidadania.

Desse modo, a democracia não será compreendida apenas como o regime que favorece a atuação dos movimentos sociais, mas também como espaço em que se disputam sentidos sobre o fazer político. Retomo o entendimento de Rancière (2018), que compreende a democracia para além de sua concepção liberal, portanto não apenas como um regime institucional, mas como princípio de igualdade que rompe a ordem estabelecida. É nesse horizonte que se insere a análise de Natália Souza (2019), ao mostrar como, no feminismo latino-americano, a centralidade do corpo na arena política possibilitou uma reconceitualização da política a partir das violências e dos feminicídios. Isso faz com que a violência de gênero seja cada vez menos entendida como uma questão privada entre homens e mulheres e mais como um sistema que estrutura essas relações (Souza, 2019).

Ao passo que a resistência feminista do NUM se dá pela construção coletiva de reflexões não apenas sobre como os corpos feminizados são afetados pela violência de gênero, mas, sobretudo, sobre como sua materialidade pode ser o próprio marco pelo qual a resistência política se reconstrói (Souza, 2019).

Isso também é perceptível em algumas entrevistas que falam da importância dos feminismos no geral e do NUM em particular na ampliação do debate e das reivindicações de elementos como o público, a política e o político. Laura (Buenos Aires, Mala Junta) que contou de seu ingresso na política em razão dos feminismos, menciona que uma consequência do início do NUM perceptível até os dias atuais é que as jovens têm uma maior preocupação com o coletivo e o público. Enquanto Milagros (Rosário, Mujeres Evita) apontou como o surgimento do NUM pôde "interromper também a política e o político"[12]. Essa interrupção pode ser compreendida como uma quebra no fluxo estabelecido de como a política e o político estavam funcionando.

Esta perspectiva conduz a entender o NUM como um agente desestabilizador tanto do funcionamento da política institucional quanto da ordem simbólica do campo político que define quem pode ou não falar, sobre o que se pode falar e de que modo. Essa interrupção se lida em termos rancierianos, pode ser considerada como a emergência de um "desentendimento", isto é, o momento em que aquelas que não tinham voz se apresentam como parte legítima, forçando uma redefinição do comum (Rancière, 2018).

[12] No original: "interrumpir también a la política y a lo político" (Milagros, Rosário, Mujeres Evita).

Por isso, não me aproximo dos protestos como meras demonstrações de insatisfações sociais, mas sim como manifestação, algo que transcende as reivindicações específicas que eles expressam (Natalucci; Tatagiba; Somma, 2024). Ou seja, trata-se de compreender as manifestações como capazes de criar espaços públicos e de promover a construção coletiva de um "nós" que só se corporifica no próprio processo da ação coletiva (Natalucci; Tatagiba; Somma, 2024).

Dessa forma, a presente tese tem como fundamento o arcabouço teórico dos movimentos sociais, bem como parte destas concepções sobre a política e o político. Por partir de uma perspectiva crítica, também compartilho da preocupação de Raquel Aguilar (2017) que questionou se a concepção de movimento social ainda é útil no século XXI para entender as lutas que se dão na América Latina. Sendo necessário, portanto, reconhecer a complexidade de utilização deste conceito.

De um lado: "Falar de 'movimentos sociais', então, no início do século XXI, em meio ao turbilhão de lutas que agitava a vida cotidiana em diversos países, restituía com palavras a presença pública e política de *sujeitos coletivos de luta* [...]"[13] (Aguilar, 2017, p. 19), razão pela qual o termo adquiriu grande relevância e potencialidade neste período. Por outro lado, o uso cristalizado como um "conceito fechado" também pode servir para a produção de esquemas explicativos estreitos, por exemplo: apenas substituindo "classe operária" por "movimento social" como sujeito genérico (Aguilar, 2017). Tendo isso em vista, na última seção deste capítulo retomo os conceitos de movimentos sociais e de movimentos sociais transnacionais para analisar a realidade específica do NUM na Argentina, apontando seus limites. Trata-se de um esforço de utilização destes conceitos de modo mais aberto e, sobretudo, a partir das experiências de luta concretas desenvolvidas pelo NUM, como proposto por Aguilar (2017).

Portanto, os feminismos da região, dentre os quais os argentinos, se construíram de modo diverso, reflexo das diferentes realidades, histórias e lutas. Em particular nas últimas décadas do século XX, o cenário regional foi marcado pela busca dos Estados nacionais, sob a égide de organizações internacionais, por incorporar as mulheres nas políticas de desenvolvimento (Marco, 2010), alinhado com

[13] Tradução livre, no original: "Hablar de 'movimientos sociales', entonces, a principios del siglo XXI, en medio del remolino de luchas que agitaba la vida cotidiana en diversos países, restituía con palabras la presencia pública y política de *sujetos colectivos de lucha* […]" (Aguilar, 2017, p. 19).

uma perspectiva liberal dos direitos humanos e os processos de retomadas democráticas na região.

Assim, o marco temporal desta pesquisa inclui o contexto de renovação das manifestações feministas nas primeiras décadas do século XXI a partir do entendimento dos feminismos na América Latina como movimentos/ações transnacionais (Bringel; Cabezas González, 2014). Os movimentos feministas transnacionais têm produzido um rico acervo de conhecimentos, permitindo compreender as maneiras complexas como o poder se manifesta em diferentes níveis e nos processos de transformação social (Baksh; Harcourt, 2015).

Esse contexto de mobilizações sociais e protestos feministas das primeiras décadas do século XXI só podem ser bem entendidas se considerarmos o espectro mais amplo dos feminismos na região no período que lhes antecede, ou seja, as últimas décadas do século XX. Este é o cenário que analiso na próxima seção.

2.2 Movimentos feministas na América Latina e a construção do conceito de violência de gênero

Não existe uma teoria ou um único feminismo latino ou sul-americano e dificilmente se pode definir um feminismo argentino. A pluralidade e complexidade do campo, torna inevitável a qualquer pessoa que pesquise sobre essa temática lidar com a ausência de unicidade.

Uma autora que largamente tem se dedicado a compreender esta região é Sonia Alvarez (2014, p. 16), para quem os movimentos feministas na América Latina podiam ser entendidos enquanto “campos discursivos de ação”. O que comumente tem sido apresentado como “ondas do feminismo”[14] seria mais bem compreendido pelo fato de que em momentos distintos, diferentes “[...] atoras/es ou vertentes

[14] Enquanto movimento social, algumas autoras sistematizam didaticamente o feminismo em ondas, ou seja, períodos nos quais predominam certas particularidades muito marcantes como narrativas prioritárias de reivindicações. Essa é hoje uma linearidade bastante questionável por pretender construir uma história unificada para um movimento com características diversas e temporalidades distintas. No caso específico da Argentina, mesmo utilizando a classificação das ondas para analisar os feminismos no país, Pousadela (2023a) reconhece que a ideia de ondas subsequentes com foco em gerações sucessivas de direitos, não se aplica completamente à experiência do país, marcada por sucessivos períodos autoritários. Em especial, durante a última ditadura militar (1976-1983), as mulheres começaram a atuar em diversos espaços, como movimentos estudantis e partidos políticos, embora essa atuação nem sempre estivesse estruturada em torno do feminismo e, muitas vezes, fosse conflituosa em relação a ele (Pousadela, 2023a).

ganham maior ou menor visibilidade política e cultural, e maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais, às vezes conseguindo se estabelecer como hegemônicos" (Alvarez, 2014, p. 18). Portanto, Alvarez sugeriu se aproximar da história dos feminismos reconhecendo que este nunca foi unificado, como fez parecer uma certa história oficial ou mito de origem que dividiu historicamente o feminismo (no singular) em ondas.

Assim, Alvarez (1998, 2014) construiu uma análise dos feminismos, nas últimas décadas do século passado, como um campo de ação discursivo e heterogêneo que já surgiu plural. A atuação de mulheres negras, indígenas, pobres, lésbicas, bissexuais, transexuais, deficientes, dentre outras, já existia na década de 1970 enquanto reivindicações feministas, mas foram rotuladas como "o outro" de um movimento que se pretendia detentor de uma narrativa universal.

Por outro lado, quando considera as primeiras décadas do século XXI, a autora argumenta que seu conceito de "campo discursivo de ação" não dá mais conta de compreender os feminismos latino-americanos, diante de sua drástica expansão e horizontalização (Alvarez, 2019). Quando passa a observar os movimentos da região na primeira metade da década de 2010, Alvarez (2019) utiliza a nomenclatura de *side streaming* feminista, para destacar os *streams,* traduzível também como vertentes, fluxos ou entrecruzamentos que se constroem nas práticas e discursos feministas de modo horizontal e que têm emergido não apenas de locais que se nomeiam como feministas, mas também de outros espaços da sociedade civil (Alvarez, 2019).

O termo, em inglês, faz um trocadilho com o *mainstrem*, que na linguagem da Organização das Nações Unidas (ONU) diz respeito a um movimento feminista verticalizado, em direção aos Estados e outras organizações tradicionais; enquanto o *side streaming* prioriza os cruzamentos, conflitos e confluências dos diversos feminismos (Alvarez, 2019). Mais do que plurais, Alvarez (2019) demonstra que os feminismos atuais são mini situados e internamente hiper heterogêneos. Retomarei essa concepção de Alvarez em outros momentos, dada sua proximidade com o que identifico no NUM.

Isso também se nota em outras literaturas sobe o campo feminista contemporâneo, bem como tem sido documentado a partir de discursos de ativistas (Cabezas González, 2014). Por esse motivo, cada vez mais se considera a importância de pensar as fragmentações e articulações dos movimentos sociais da

região como tecidos construídos (Cabezas González, 2014). Algo semelhante é dito por Carmen, quando pergunto sobre sua participação no NUM e ela responde:

> Acredito que existe um tecido bastante amplo que foi se construindo em torno do Ni Una Menos. Acho que foi feito um trabalho bastante interessante, bastante sólido. E isso também ajudou muitas de nós, mulheres, a nos organizarmos e a construirmos nossos próprios feminismos, a partir de nossos territórios, de nossas necessidades, sob o lema de Ni Una Menos [...][15] (Carmen, Buenos Aires, Ni Una Migrante Menos).

O enfrentamento às violências de gênero é ainda um elemento articulador importante desses fluxos e entrecruzamentos horizontais do tecido feminista na América Latina. De acordo com Pousadela (2023b), quando se trata de movimentos de mulheres e feministas na América Latina e Caribe o tema da representação política é um problema central em quase todos os países, enquanto a violência de gênero e o acesso a direitos sexuais e reprodutivos são constantes ao longo do tempo.

Na América Latina, a redemocratização favoreceu a incorporação das desigualdades e discriminações de gênero como problemas públicos, impulsionando a incorporação dessas pautas na agenda estatal e à criação de estruturas institucionais de gênero, em razão sobretudo da atuação e pressão dos movimentos de mulheres e feministas (Lopreite; Gustá, 2021). Portanto, não surpreende que a violência de gênero tenha se tornado o tema principal na agenda dos movimentos de mulheres em todos os lugares e um dos eixos em torno do qual se tem reconfigurado os feminismos no século XXI (Pousadela, 2023b).

Isso se dá porque apesar dos avanços em distintos países da região quanto a identificação do problema e construção de políticas públicas, permanece existindo um expressivo *gap*, tornando a violência de gênero a maior dívida pendente na região (Pousadela, 2023b).

Trata-se de um problema global e atual (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, UNODC; United Nations Women, UN Women, 2024): em 2023, cerca de 51.100 mulheres e meninas foram mortas por seus parceiros íntimos ou por outros

[15] No original: “[…] creo que hay un tejido bastante amplio que se ha ido armando alrededor de Ni Una Menos. Creo que se ha hecho un trabajo bastante interesante, bastante fuerte. Y que también ayudó esto a que varias de las mujeres nos vayamos organizando y armando nuestros propios feminismos, desde nuestros territorios, desde nuestras necesidades, bajo el lema de ni una menos […]” (Carmen, Buenos Aires, *Ni Una Migrante Menos*).

membros da família[16]. A América Latina e o Caribe é a região com os índices mais elevados de violência sexual cometida fora do contexto conjugal em todo o mundo, assim como a segunda maior taxa de violência perpetrada por parceiros ou ex-parceiros (Essayag, 2017). Para compreender as articulações contemporâneas de enfrentamento às violências de gênero na Argentina, é necessário traçar um breve histórico das reivindicações, conceituações e modos de articulações anteriores na região.

Algumas das definições de violência contra as mulheres mais importantes do século XX foram aquelas contidas em documentos internacionais de direitos humanos. Os modos como essas construções se deram a partir de ações coletivas transnacionais no contexto pós-Guerra Fria foi estudado, principalmente a partir de 1980, com a aproximação das teorias dos movimentos sociais com o campo das Relações Internacionais, que permitiu identificar os impactos no plano global da incorporação de novos e diversos atores da sociedade civil visível, por exemplo, nas Conferências temáticas internacionais da ONU (Ferretto, 2024). Retorno a esse tema na última seção deste capítulo.

Assim, a partir de mobilizações feministas transnacionais surgiram documentos como a Declaração de Viena para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (aprovada pela ONU, em 1993), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher ou Convenção de Belém do Pará (publicada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA – em 1994) e a Resolução nº 19/1992 sobre violência contra as mulheres do Comitê da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

Em especial a Convenção de Belém do Pará, ratificada em 1996 pelo Estado argentino, altera o entendimento do que é violência de gênero, não se restringindo à violência doméstica e influenciando a legislação que posteriormente será criada no país; a qual retorno na seção seguinte.

Uma das principais tônicas nas últimas décadas do século XX no campo internacional dos direitos humanos das mulheres foi o enfrentamento às violências. A Década Internacional das Mulheres, declarada pela ONU entre 1975 e 1984, e o

[16] Como indicado pelo relatório, esse valor supera o número de 48.800 vítimas registradas em 2022, reflexo das variações na disponibilidade de dados entre os países (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, UNODC; United Nations Women, UN Women, 2024).

surgimento da CEDAW em 1979, constituem esse contexto de internacionalização das demandas feministas.

Como sintetiza Ballestrin (2020a) este período foi marcado por mudanças relevantes no cenário internacional sendo algumas delas: a utilização da divisão entre Norte e Sul em detrimento de Primeiro e Terceiro mundo, o início da implementação do neoliberalismo nos países centrais, a globalização impulsionando relações multipolares e a reintegração da sociedade civil por meio dos processos de redemocratização dos Estados nacionais.

É neste contexto que se institucionaliza pela primeira vez a concepção de violência contra às mulheres na Convenção de Belém do Pará como sendo "[...] qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado." (Organização dos Estados Americanos, OEA, 1994, art. 1º). Além de se ter convencionado que existem ao menos três dimensões diferentes da violência contra às mulheres: violência física, violência sexual e violência psicológica (Assembleia Geral das Nações Unidas, ONU, 1993)[17]. Estas definições e classificações influenciam muitas das legislações e políticas públicas que surgiram na América do Sul nos anos seguintes.

Como afirmam Rawwida Baksh e Wendy Harcourt (2015), apesar das expectativas das feministas sobre o que seria possível alcançar por meio desses encontros terem sido em certa medida ingênuas, as Conferências mundiais promovidas pela ONU sobre as mulheres, assim como os encontros globais da década de 1990, criaram a oportunidade para que feministas do Norte e do Sul se reunissem presencialmente, debatessem e formulassem uma visão global ampliada sobre direitos das mulheres e igualdade de gênero, incorporando a diversidade. Esses eventos internacionais foram fundamentais para a consolidação de movimentos feministas transnacionais como atores relevantes, tanto dentro quanto fora das

[17] "Artigo 2.ºA violência contra as mulheres abrange os seguintes atos, embora não se limite aos mesmos:
a) violência física, sexual e psicológica ocorrida no seio da família, incluindo os maus tratos, o abuso sexual das crianças do sexo feminino no lar, a violência relacionada com o dote, a violação conjugal, a mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais nocivas para as mulheres, os atos de violência praticados por outros membros da família e a violência relacionada com a exploração;
b) violência física, sexual e psicológica praticada na comunidade em geral, incluindo a violação, o abuso sexual, o assédio e a intimidação sexuais no local de trabalho, nas instituições educativas e em outros locais, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada;
c) violência física, sexual e psicológica praticada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra." (Assembleia Geral das Nações Unidas, ONU, 1993)

instituições de governança global da ONU, com efeitos que seguem influenciando as formas de organização feminista até hoje (Baksh; Harcourt, 2015), e com algumas consequências em políticas e legislações nacionais como veremos nas seções seguintes.

Foi também nesse período que o gênero passou a ser incorporado em documentos internacionais de direitos humanos, bem como em legislações e políticas públicas nacionais. Com isso, consolidou-se a compreensão do gênero como dimensão cultural e socialmente construída das relações desiguais de poder entre mulheres e homens, amplamente difundida e mobilizada em documentos e legislações nacionais e internacionais ao longo das últimas décadas do século XX. Esse panorama, gerou tensões entre feministas institucionalistas e autônomas, que marcaram as disputas nos campos teórico e prático dos feminismos nas décadas de 1980 e 1990[18]. É possível perceber esses impactos também na desnaturalização das violências contra as mulheres e na ampliação de sua compreensão como um problema estrutural.

Portanto, alguns dos avanços dos movimentos feministas nas últimas décadas do século XX foram a inclusão do conceito de gênero no sistema onusiano, a compreensão da violência contra as mulheres para além da violência física doméstica, bem como, a própria afirmação de que os direitos das mulheres são direitos humanos[19]. Em larga medida, essas conquistas foram resultado dos movimentos

[18] Ao mesmo tempo que a partir dos anos 1980 o conceito de gênero foi útil para que as feministas conseguissem melhor se articular com outras mobilizações – como aquelas em defesa da democracia e dos direitos humanos – ele também foi instrumentalizado para servir aos interesses das agendas neoliberais (Alvarez, 1998, 2014). Esse contexto de mudança de uma total oposição aos Estados para uma negociação-crítica, modifica o cenário político de todos os países da América Latina, que passam a incorporar mecanismos especializados para promover e monitorar políticas de gênero (Alvarez, 1998). Esse contexto significou uma tensão entre as feministas que consideravam a institucionalização como caminho necessário e aquelas que defendiam uma maior autonomia organizativa frente ao poder estatal e às organizações internacionais. O processo de incorporação parcial das reivindicações por igualdade de gênero por parte de governos e organizações de cunho liberal ou neoliberal pôde ser lido como um modo de despolitização do gênero e *onguização* de setores feministas latino-americanos (Alvarez, 2014). Essa reorganização do campo significou, para Silvia Federici (2019), uma incorporação colonizadora da ONU sobre os movimentos feministas. De modo semelhante Ochy Curiel (2006), identifica como no campo dos feminismos afrolatinoamericanos, a institucionalização sob a égide da ONU, tornou o movimento mais reformista e menos crítico. Um dos elementos mais destacados desse período da história dos movimentos feministas é, portanto, a tensão entre institucionalistas e autônomas.

[19] É necessário reconhecer que se torna cada vez mais evidente que estas mudanças no cenário internacional não produziram agendas estáveis de direitos. Em especial a partir do século XXI, questionamentos às concepções de gênero no campo dos direitos humanos e alianças espúrias de atores internacionais conservadores, produziram a partir da “ideologia de gênero”, campanhas que colocam em risco as garantias de igualdade no campo internacional dos direitos humanos e dificultam o seu aprimoramento (Corrêa, 2018; Gago, 2019).

feministas latino-americanos (Marino, 2022)[20]. Desde esse período, além do feminismo liberal, a atuação dos feminismos negros (Carneiro, 2011) e pós-coloniais (Ballestrin, 2021), foram fundamentais na consolidação da agenda internacional que reconheceu a violência contra as mulheres como um problema global e que afeta todas as pessoas.

Em especial a partir dos feminismos negros, se constroem modificações importantes em torno das compreensões das violências e discriminações de gênero, em razão do reconhecimento do imbricamento de outros elementos estruturais, como raça e classe. Talvez os mais emblemáticos resultados disso em âmbito internacional tenham sido o conceito de interseccionalidade e a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas de 2001, conhecida como Conferência de Durban.

Interseccionalidade é um termo que surgiu das articulações teóricas e práticas de mulheres negras, indígenas e *chicanas* do norte e do sul global (Collins; Bilge, 2016; Kyrillos, 2020, 2024). Foi nomeada pela jurista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989), que a partir de uma metáfora, apresentou a interseccionalidade como uma ferramenta analítica. Crenshaw (1989, 1991) partiu de uma preocupação pragmática de mostrar que as desigualdades de raça, gênero, classe e/ou outras, não atuam como eixos únicos, pois interagem e geram consequências específicas que o sistema de justiça e *policymakers* precisam considerar. Desse modo, a interseccionalidade se popularizou como uma ferramenta analítica capaz de capturar as consequências estruturais e dinâmicas que surgem da interação entre dois ou mais eixos de subordinação (Crenshaw, 2002).

Kimberlé Crenshaw (2002) elaborou um texto para a Conferência de Durban, que ocorreu na África do Sul, em 2001. Ele foi um marco no que diz respeito à inclusão da interseccionalidade no âmbito internacional dos Direitos Humanos, pois foi a partir de seu *position paper* que ocorreu o aumento das referências à interseccionalidade, mesmo que com outras nomenclaturas (Collins; Bilge, 2016). Este texto influenciou a própria compreensão adotada na Conferência sobre a existência de “intolerâncias

[20] Conforme sistematizado por Katherine M. Marino, desde a década de 1920 se estabelecem movimentos latino-americanos que articulam em âmbito internacional uma diplomacia pelos direitos das mulheres. A partir das décadas de 1930 e 1940, conectam as reivindicações pelos direitos das mulheres com o que começa a ser nomeado como direitos humanos internacionais, “[...] based on multiple and inter-connected grassroots struggles against fascism, racism, and imperialist capitalism.” (Marino, 2022, p. 1-2).

correlatas” nos processos discriminatórios que experienciam as diversas mulheres no mundo (Blackwell; Naber, 2002).

Isso tem impacto na produção internacional sobre violência contra as mulheres nos anos seguintes. Já existem análises sobre como a interseccionalidade influencia as proposições, inclusive nos casos de violência, do Comitê CEDAW – órgão responsável pelo monitoramento e aplicação da Convenção (Catoia et al., 2020; Kyrillos, 2018; Campbell, 2015). Também é possível observar movimento semelhante no caso do Comitê da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ICERD) que em razão da pressão de movimentos feministas negros utilizou a interseccionalidade pela primeira vez em 2009, aplicando-a como metodologia e princípio (Garcia, 2022).

Tal qual indicado por Luiza Bairros, é por meio da Conferência de Durban, que pela primeira vez um documento internacional de direitos reconhece que as pessoas negras são alvo do racismo e que os Estados são os primeiros responsáveis por combatê-lo, algo que passa a ser aproveitado pelos movimentos negros para cobrar e promover políticas públicas dentro dos países (Alvarez; Bairros, 2014). De modo semelhante, as concepções interseccionais de violência contra as mulheres também impactam nas políticas nacionais de países da América Latina[21]. Inclusive pelo fato de que “Após a queda do muro de Berlim, as Conferencias Mundiais convocadas pelas Nações Unidas tornaram-se espaços importantes no processo de reorganização do mundo e vêm se constituindo em fóruns de elaboração de diretrizes para políticas públicas” (Carneiro, 2002). A interseccionalidade é um signo presente nas ações do NUM, de modo que retorno a esse conceito ao longo desta tese.

Esses modos de articulações feministas em âmbito internacional, demarcam o que Alvarez (2019) chamou de *side streaming*, como citado anteriormente. Apesar de ter sido uma estratégia frutífera analisar essas conferências internacionais, seus produtos e mobilizações para entender as concepções de violência contra as mulheres desde as últimas décadas do século XX, atualmente não parece suficiente olhar para os espaços institucionais para entender as mudanças em torno do significado e dos modos de enfrentamento às violências.

[21] Garcia (2022) cita como exemplo o Estatuto brasileiro da igualdade racial (Lei nº 12.288/2010) que em seu artigo 1º utiliza “o mesmo conceito de discriminação racial previsto na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e reproduz a metodologia interseccional [...]”.

Em alguma medida, isso decorre do fato de que as violências contra as mulheres ainda são frequentes e assumem características próprias em cada contexto. Assim, podemos nos aproximar das manifestações com características feministas do século XXI, como aqueles promovidos pelo NUM, como respostas às diversas crises (econômicas, climática, políticas, dentre outras), ao mesmo tempo, que sinalizam os limites das estratégias políticas *mainstream* dos feminismos onguicizados do final do século passado (Alvarez, 2022). “Essas políticas deixaram quase intactas as dimensões cotidianas, corporificadas, sexuadas, e estruturais do heteropatriarcado racial neoliberal, justamente as dimensões que figuram entre as reivindicações centrais dos feminismos em protesto.” (Alvarez, 2022, p. 5).

Dentre os distintos modos de enfrentamento às violências desenvolvidos no âmbito teórico e prático dos feminismos na região, considero importante destacar aqueles elaborados pelos feminismos decoloniais, pois conforme entendido por Françoise Vergès, essa perspectiva não entende as violências contra as mulheres de modo isolado de outras violências como:

> [...] o suicídio maciço de crianças nos campos de refugiados/as, o uso maciço do estupro por policiais e militares nos conflitos armados, o racismo sistêmico, o exílio de milhões de pessoas devido à multiplicação de zonas de guerra e às condições econômicas e climáticas que tornaram a vida impossível, os feminicídios, a precarização ininterrupta. Como enfrentar apenas uma parte dessas violências sem nos preocuparmos com as outras? Ainda podemos fingir não ver que todas essas violências se reforçam mutuamente e que aquelas que atingem mais diretamente as mulheres são fruto de uma sociedade violenta? A recente mobilização contra as violências de gênero e sexuais oferece uma oportunidade teórica e prática: fazer dessas violências o próprio campo no qual o capitalismo patriarcal será desafiado. (Vergès, 2021, p. 12)

Em seu livro sobre uma teoria feminista da violência, Françoise Vergès (2021) constrói uma crítica ao uso da política e do judiciário como modos únicos ou prioritários de enfrentamento às violências contra as pessoas mais vulneráveis. Destacando a “violência como componente estruturante do patriarcado e do capitalismo” (Vergès, 2021, p. 13), a autora demonstra como colonialismo, racismo e capitalismo foram essenciais para a renovação e continuidade do patriarcado e da violência contra as mulheres e pessoas LGBTQIA+. Além disso, toma a violência de gênero nesses termos, como o cenário de enfrentamento do “capitalismo patriarcal”.

Essa abordagem está alinhada com os modos como se tem entendido as violências de gênero, em particular na América Latina. Os feminismos têm produzido respostas interseccionais abrangentes o suficiente para incluir quase todas as reivindicações por justiça social, de gênero, racial e de classe (Alvarez, 2022). Em contextos de múltiplas crises globais, regionais e nacionais – como as socioambientais e do capitalismo racializado – se percebe a exacerbação das violências, inclusive as de gênero (Alvarez, 2022). De modo que,

> As mais diversas lutas contra essas crises e violências, quero sugerir, se entrelaçam, se entrecruzam, no interior do próprio campo feminista, nas próprias práticas e discursos políticos e culturais dos feminismos latino-americanos. (Alvarez, 2022, p. 9)

Isso se insere em um novo internacionalismo, baseado em processos imaginativos transnacionais que repercute em mulheres de diferentes lugares do mundo compartilhando estratégias de mobilização semelhantes, com palavras de ordem, instituições e práticas comuns (Gago, 2020). Nesse cenário, Alvarez (2022) entende que esses protestos feministas se dão em um imaginário global distinto do transnacionalismo das décadas de 1990 e 2000, mencionados no início desta subseção. Esses compartilhamentos dos elementos discursivos do imaginário feminista se dão sem a necessidade de existência de vínculos estáveis e redes entre países diferentes, produzindo traduções culturais e apropriações políticas que geram expressões feministas profundamente locais (Alvarez, 2022). Esses aspectos também estão presentes no NUM e serão retomados na parte final deste capítulo.

Esse panorama regional se relaciona com contextos e respostas próprias nas articulações dos movimentos de mulheres e feministas na Argentina. Para entender o cenário contemporâneo no país no qual surge o NUM, proponho na seção seguinte iniciar por um breve apanhado histórico das décadas finais do século XX, percebendo como os aspectos internacionais apresentados até aqui se interrelacionam nacionalmente no campo dos movimentos de mulheres e movimentos feministas.

2.3 Feminismos na Argentina: da ditadura militar aos anos Kirchner (1970-2015)

Recorrendo à sistematização de Alejandra Vasallo (2005), é possível entender o “mito de origem” do movimento feminista argentino como tendo sido o surgimento da primeira organização feminista: a União Feminista Argentina (UFA), que durou de

1970 a 1973[22]. Para entender esse período, a autora o sistematiza em dois momentos. A primeira etapa de 1966 a 1976, inicia com a autoproclamada “Revolução Argentina” instaurada pela ditadura de Juan Carlos Onganía que acentuou os processos de organização coletiva para mobilização social, sindical e a luta armada; culminando no *Cordobazo*[23] em 1969, que conduziu ao curto período democrático com o triunfo peronista[24] de 1973 a 1976. O ano de 1976 marca o início da segunda etapa, na qual se estruturou o aparelho terrorista de Estado e as violações sistemáticas de direitos humanos da ditadura, construindo as bases para a implementação do programa neoliberal, que permanece vigente (Vasallo, 2005).

É coerente com esse contexto político nacional o surgimento de diversas organizações de mulheres e/ou feministas entre os anos 1970 e 1975 (Lenguita, 2021; Marco, 2010; Vasallo, 2005). Em 1975, no proclamado Ano Internacional da Mulher pela ONU, a UFA e outras organizações surgidas nesse período, se articulam em uma Frente de Luta pela Mulher (FLM).

A ausência do movimento feminista em parte da historiografia argentina desse período se dá pela leitura equivocada que entende a UFA como se estivesse isolada de outras organizações de mulheres e dos demais processos de mobilização política, associando o início das articulações feministas no país com meras “preocupações burguesas”, importadas de Europa e Estados Unidos (Vasallo, 2005). Apaga-se, o que se tem denominado como “dupla militância” que caracterizou a atuação simultânea de muitas mulheres em organizações feministas e em partidos e outros tipos de organizações sociais de esquerda (Felitti, 2010; Lenguita, 2021; Pousadela, 2023a). Esses elementos subsidiam a constatação de Vasallo (2005), de que as feministas

[22] Não ignoro que existe uma longa história anterior de mobilizações de mulheres e/ou feminista na Argentina. Para saber mais sobre ver: Pousadela, (2023a).

[23] O *Cordobazo* foi um protesto iniciado por trabalhadores(as) e estudantes em Córdoba em maio de 1969 por diversos motivos, em especial, pelo descontentamento de trabalhadores(as) diante do congelamento salarial e do ajuste econômico imposto pela ditadura de Onganía, a insatisfação estudantil com a repressão nas universidades e a articulação crescente entre sindicatos e movimento estudantil em Córdoba (Gordillo, 2019). Como analisado por Mónica Gordillo (2019), a repressão sofrida fez com que rapidamente se transformasse em uma rebelião popular de grandes proporções que mais do que um protesto pontual, marcou uma ruptura no cenário político argentino daquele período, ao evidenciar a força da ação coletiva e abrir caminho para processos posteriores de radicalização social e política.

[24] De modo breve, é possível entender o peronismo como um movimento popular consolidado desde a década de 1940, com uma enorme influência sobre as massas, principalmente em razão da figura de Juan Domingo Perón (1895-19740), tema que retomo no próximo capítulo. Juan Perón foi presidente da Argentina de 1946 a 1955 e novamente, de 1973 a 1974, ano de sua morte. Isabel Peron (1931-), segunda esposa de Juan, governou até 1976, completando esse mencionado curto período democrático de governo peronista.

dos anos 1970, mantiveram contatos fluidos e próximos com as estruturas partidárias existentes na época e com lideranças importantes que, por vezes, se aproximaram da UFA na construção de diálogo e ações conjuntas.

A UFA foi a primeira tentativa de estudar gênero enquanto relações sociais entre mulheres e homens na Argentina. Desde seu surgimento, se apresentou como um movimento inclusivo e não discriminatório em razão de classe, posições político-ideológicas, culturais ou geracionais (Vasallo, 2005). Tinham críticas aos partidos políticos, inclusive os de esquerda, por entender que mantinham intactas as desigualdades de poder dentro de suas estruturas (Vasallo, 2005). A organização ficou conhecida principalmente pelos "grupos de conscientização" ("*grupos de concienciación*"), dedicados ao estudo de textos feministas e a organização de debates e relatos pessoais em pequenos grupos, onde as experiências individuais se percebiam coletivas (Felitti, 2010; Lenguita, 2021).

As organizações desse período ficaram conhecidas pela recusa de personalismos, pela horizontalidade como modo de organização interna, utilização de mecanismos deliberativos e a aproximação entre organizações distintas, que possibilitou uma polissemia ideológica (Lenguita, 2021; Vasallo, 2005). Ainda que essas características tenham resultado numa participação mais ampla de mulheres, o alcance desse sucesso inicial foi incipiente, com a publicação de alguns textos em jornais e mobilizações para o Dia das Mães (Lenguita, 2021), em outras palavras, esse impulso inicial não foi suficiente para a construção de um movimento feminista argentino de longo alcance (Vasallo, 2005).

Sobre este período, portanto, é preciso destacar as mobilizações no Dia das Mães. De acordo com Karina Felitti (2010), eram ações de protesto contra a exaltação social e mercadológica à maternidade, demarcando uma importante transformação que organizações como a UFA fizeram ao apresentar as mulheres como indivíduos autônomos. Essas ações foram de encontro com estratégias de movimentos de períodos anteriores, em especial aqueles de reivindicação por direitos políticos das mulheres, que subsidiaram suas campanhas em sua suposta condição maternal (Felitti, 2010).

A campanha da UFA para o Dia das Mães, em conjunto com outras organizações[25], incluiu a panfletagem de materiais gráficos como o abaixo.

[25] É válido destacar que não se envolveram nessas campanhas apenas organizações de mulheres e/ou feministas. Karina Felitti (2010) analisa as alianças na década de 1970 entre essas organizações e

Figura 1: Folheto da UFA pelo Dia das Mães, outubro de 1970.



Fonte: Lenguita (2021, p. 57).

Nesse folheto, é retratada a figura de uma mulher com aspecto cansado enquanto realiza trabalhos domésticos e o cuidado com as crianças, ao mesmo tempo em que a televisão anuncia a venda de um produto para que seja “sexy”. Abaixo o título (em tradução livre): “‘MÃE’ escrava ou rainha, mas nunca uma pessoa.”. Esse tipo de material demonstra como o tema do trabalho doméstico não remunerado está presente no movimento feminista argentino pelo menos desde 1970.

Esse assunto persistiu com o surgimento do Decreto 659/1974, que pretendeu dificultar o acesso à anticoncepcionais e proibir ações de planejamento familiar em hospitais e órgãos públicos, alegando que a baixa natalidade colocava em risco a soberania e o desenvolvimento do país (Felitti, 2010). As organizações que se opuseram ao Decreto sofreram resistência tanto da direita, quanto da esquerda. Enquanto a direita argumentava que o controle de natalidade era um atentado à soberania nacional e uma afronta à moral católica, a esquerda entendia que se tratava de uma atitude pequeno burguesa que negava filhos à revolução (Felitti, 2010). Como abordo no capítulo seguinte, há uma similaridade importante entre esses temas e a

outras dedicadas aos direitos das pessoas LGBTQIA+ (sigla contemporânea que inclui lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero distintas da cis-heterosexual). Em especial, a autora demonstra como a Frente de Liberação Homossexual apoiou os mencionados protestos em Dia das Mães (Felitti, 2010).

reivindicação pelo direito ao aborto e o uso do mecanismo de greve para denunciar o trabalho não remunerado realizado pelas argentinas em ações feministas no século XXI.

Com o golpe militar em 1976, a maior parte das organizações feministas se dissolveram ou passaram a atuar na clandestinidade. Além de um regime político ditatorial e autoritário, o autodenominado Processo de Reorganização Nacional instaurou as condições necessárias para um novo modelo de sociedade e economia, baseado na atomização social e adequação às imposições do capitalismo internacional (Azconegui, 2023; D'Alessandro, 1998).

Politicamente, a Junta Militar composta pelas três forças armadas e o presidente (militar eleito pela Junta) destruiu o Estado de direito em todas as suas esferas, dissolveu o legislativo eleito, removeu membros do judiciário, impôs normas contrárias à Constituição Federal e proibiu atividades políticas e manifestações sociais (Taberne, 2022). Economicamente, promoveu uma reforma em 1977 que garantiu a livre circulação de capitais, congelou salários e eliminou aspectos e instituições alinhadas com o ideal de bem-estar social, com o propósito de promover a liberalização da economia (Taberne, 2022).

Nesse contexto, *Madres de Plaza de Mayo* (a partir de agora, apenas Madres) foi um importante movimento de enfrentamento ao regime ditatorial protagonizado por mulheres. Sua primeira aparição pública ocorreu dia 30 de abril de 1977, em Buenos Aires, com uma marcha de 14 mães, que posteriormente crescerá em número e força política (D'Alessandro, 1998). O movimento também se expandiu territorialmente para outras regiões do país, onde grupos de mães de desaparecidos(as) políticos(as) com trajetórias e características próprias, passaram ao longo dos anos a adotar também o nome e as insígnias das Madres (Azconegui, 2023). Também surgiram segmentos importantes, como as *Abuelas de Plaza de Mayo* (a partir de agora, apenas Abuelas) que a partir de outubro de 1977 tornou-se um movimento autônomo (Sanchis, 2020).

Além dos já mencionados projetos de mudanças em âmbito político e econômico, a ditadura fortaleceu no campo social e simbólico a estrutura patriarcal da família nuclear, reforçando os papeis de gênero, conforme analisado por Eva Taberne (2022). O papel de gênero masculino esteve associado com a proteção da família das ameaças externas, numa correlação com o papel do Estado ditatorial de proteção de ameaças aos valores nacionais. Por sua vez, a idealização da mulher durante a ditadura tinha como base os papeis reprodutivos de esposa, mãe e dona de casa,

sendo, portanto, a maternidade um lugar central a partir do qual as mulheres eram responsabilizadas pela proteção das/dos jovens das “influências subversivas” (Taberne, 2022).

Inicialmente, as Madres sofreram uma campanha de ridicularização por parte do regime, que as acusava de loucas ao se recusarem a ficar em silêncio diante do constrangimento de ter um filho ou filha desaparecido(a) político(a), em um período no qual se reforçou a ideia de que “pessoas de bem” não eram vítimas do terrorismo de Estado[26] (Azconegui, 2023). Ainda assim, desde 1977, as Madres organizaram manifestações públicas pacíficas no centro da Praça de Maio, toda quinta-feira às 15:30h. Para que pudessem identificar umas às outras, começaram a utilizar os lenços brancos na cabeça, que se tornaram um dos principais símbolos da luta contra a ditadura militar. Inicialmente, ficavam sentadas ou paradas em pé, com o tempo, se tornaram tão numerosas que a polícia, mencionando a proibição de reuniões políticas, começou a tentar dissipá-las, e assim se viram obrigadas a “circular” e iniciaram as marchas das Madres, de duas em duas, em torno da Praça (Taberne, 2022).

As Madres realizaram um processo de coletivização das reinvindicações que inicialmente eram individuais na busca por filhos e filhas que desapareceram em razão do terrorismo de Estado do regime militar (Azconegui, 2023). Esse processo se dá a partir do local essencialista e tradicional de mulheres-mães, articulando estrategicamente uma posição como interlocutoras válidas em razão do próprio imaginário construído pelo discurso oficial do regime militar (Taberne, 2022).

A coletivização das Madres foi essencial para o seu funcionamento e implicou em uma postura radical com algumas consequências importantes. Primeiramente, depois de suas constantes reivindicações por uma resposta do Governo, elas rejeitam a morte judicial contida no decreto geral do Governo Militar que reconheceu como mortas todas as pessoas desaparecidas políticas (Azconegui, 2023). Além disso, as Madres ao coletivizarem a luta em prol dos(as) desaparecidos(as), proíbem a individualização das reivindicações, de modo que uma Madre não deve falar do caso específico de seu filho ou filha, e nem mesmo quando há o reconhecimento do Estado, deve receber os restos mortais (Azconegui, 2023). Por fim, isso também implicou na

[26] Terrorismo de Estado é o termo utilizado na Argentina para se referir às ações estatais de perseguição, encarceramento, prisão em centros clandestinos de tortura, desaparecimentos, assassinatos e apropriação de crianças, por meio da ocultação de suas identidades durante a ditadura militar (Taberne, 2022).

postura de não negociação frente às suas duas reivindicações centrais: aparição com vida e julgamento e punição para os culpados (D'Alessandro, 1998).

Essa postura crítica radical das Madres se estendeu aos governos de transição para a democracia, diante das continuidades de elementos do período ditatorial em termos normativos e estruturais, um exemplo notório disso são os indultos de Carlos Menen. Foram 20 decretos sancionados entre outubro de 1989 e dezembro de 1990 pelo então presidente da Argentina, concedendo indultos a civis e militares que cometeram crimes durante a ditadura. Assim, o sistema – tanto ditatorial quanto democrático – não respondeu às demandas originais das Madres (D'Alessandro, 1998). A radicalidade do movimento das Madres, sua continuidade e perseverança são comumente rememoradas quando se aborda a atuação de feministas argentinas contemporâneas.

Muitas das entrevistadas mencionam as Madres como um antecedente histórico fundamental para compreender os feminismos atuais na Argentina e o próprio NUM. É o caso de Olivia (Buenos Aires), Susana (Mendoza, Colectivo NUM Mendoza), Laura (Buenos Aires, Mala Junta) e Teresa (El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM). Assim como, em entrevista, as principais articuladoras do NUM reconheceram a influência das Madres na conformação das táticas adotadas em sua ação política (Gómez, 2023).

A memória da importância das Madres também se faz presente de diferentes maneiras nas assembleias e protestos do NUM, inclusive naqueles que acompanhei em 2024 e 2025, em Buenos Aires. Em especial em 2024, com a morte de Norita Cortiñas em 20 de maio, havia numerosas faixas em sua homenagem, além de uma grande imagem com seu rosto pintado; como é possível observar na figura abaixo.

Figura 2: Intervenção visual em homenagem a Norita Cortiñas durante o 3J de 2024, Buenos Aires



Fonte: arquivo pessoal.

O uso dos lenços, signo das Madres, é retomado no século XXI em especial no movimento de luta pela legalização do aborto, que se torna internacionalmente conhecida pelo uso dos lenços verdes, tema ao qual retorno nos capítulos seguintes. Mas também foi adotado pelas participantes do NUM que passam a usar um lenço roxo.

O movimento das Madres construiu relações importantes com as redes transnacionais de defesa e promoção dos Direitos Humanos, desde o final da década de 1970 (Sanchis, 2020). Ainda nos primeiros anos da ditadura, as Madres viajaram a Washington e apresentaram denúncias contra o governo argentino na OEA. Em razão disso, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA realizou uma visita para averiguar a situação no país em setembro de 1979. Esse processo resultou no reconhecimento pela CIDH das diversas e graves violações de direitos

humanos cometidas pelo Estado argentino e na recomendação, dentre outras, de que fossem julgados os responsáveis pelos assassinatos políticos (Taberne, 2022). As denúncias internacionais realizadas pelas Madres acarretou em maior repressão, com prisões e perseguições ao movimento, inclusive a proibição de acessar a Praça de Maio, o que resultou no deslocamento das Madres para outras praças da cidade, sem nunca pararem com as manifestações públicas durante a ditadura (Taberne, 2022).

A articulação da oposição à ditadura militar na Argentina ocorreu principalmente a partir das organizações de direitos humanos, com campanhas nacionais e internacionais, por meio de ativismo jurídico e pela construção de redes transnacionais em contato com outras organizações de defesa dos direitos humanos e grupos de exilados(as) (Taberne, 2022). Nos primeiros anos da ditadura, os movimentos feministas argentinos sobreviveram por meio de pequenos agrupamentos, semelhantes aos mencionados grupos de conscientização da UFA e conseguiram criar alguns grupos acadêmicos para estudos de gênero, que foram espaços de resistência intelectual à ditadura (Taberne, 2022). As ações da ONU, como a Década da Mulher (1975-1985) e suas Conferências mundiais mencionadas na seção anterior, contribuíram na construção de redes feministas transnacionais nas quais as feministas argentinas participavam, apesar das barreiras políticas internas. Assim, há a incorporação da linguagem e da compreensão de direitos humanos por parte dos feminismos no país (Taberne, 2022).

Com o retorno ao regime democrático em 1983, a violência é o tema presente em praticamente todas as organizações sociais, diante da publicização dos atos cometidos pelo terrorismo de Estado. Nesse contexto, a violência contra as mulheres passa a ser associada às violências cometidas pelo Estado, o que aumentou a aproximação das organizações feministas com os movimentos pelos direitos humanos (Felitti, 2010).

O tema da violência aparece já no início da década de 1980, com o movimento antiviolência e suas denúncias nas ruas. Nos anos 1990, ganha forma em articulações específicas, tanto em âmbito nacional, como na Rede Argentina contra a Violência Doméstica e Sexual, quanto em âmbito regional, por meio da Rede Feminista Latino-americana contra a Violência Doméstica e Sexual (Laudano, 2023).

Um marco da retomada das organizações feministas na Argentina foi o surgimento do *Encuentro Nacional de Mujeres* – Encontro Nacional de Mulheres (a partir daqui, apenas Encontro). Em âmbito nacional, surgiu pela influência dos extintos

grupos de conscientização da UFA e outras ações semelhantes de organizações feministas argentinas da década de 1970 e durante a ditadura militar. Em âmbito internacional, teve influência das Conferências da ONU, como a Primeira Conferência Mundial da Mulher de 1975 no México, assim como, o Primeiro Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, em 1981, na Colômbia; do qual surgiu a determinação do dia 25 de novembro como Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (Lenguita, 2021).

O primeiro Encontro ocorreu em 1986, proposto por um conjunto de feministas argentinas que haviam participado da 3ª Conferência Internacional da Mulher da ONU, realizada em Nairobi em 1985 (Marco, 2010). Conforme abordado na seção anterior, as organizações feministas da região foram impactadas pelo processo de institucionalização das questões de gênero, promovido principalmente pela ONU e suas Conferências (Alvarez, 2014), mas também por organizações regionais como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Nesse contexto, os Encontros podem ser compreendidos como espaços democráticos de participação que serviram de suporte para outras organizações políticas nacionais e internacionais (Lenguita, 2021).

Os Encontros acontecem anualmente de modo autônomo, autofinanciado e autoconvocado (Caimmi, 2021; Herrera, 2017; Tarducci, 2005). A dinâmica do processo de autoconvocação para participar dos Encontros, resultou na inclusão de mulheres de distintos setores da sociedade, como aquelas vinculadas aos feminismos, a sindicatos, partidos políticos, organizações de bairros populares, à academia, entre outros (Lenguita, 2021). Também teve impacto na ampliação do número de participantes. Enquanto no primeiro Encontro não chegava a mil mulheres, no decorrer dos anos se tornou multifacetário e multitudinário (Tarducci, 2005): em 2023 foram aproximadamente 100 mil pessoas reunidas em Bariloche.

Os Encontros ocorrem de modo sistemático ao longo dos anos e adota um ritual que inclui dar as boas-vindas, a realização de debates em oficinas, a festa e a grande marcha final (Lenguita, 2021). O discurso de boas-vindas contextualiza os debates ocorridos no Encontro do ano anterior, o cenário político nacional e internacional, bem como, resgata a história de outros Encontros (Caimmi, 2021). As oficinas se dividem em comissões temáticas nas quais ocorrem os debates e se elaboram as considerações finais que serão incorporadas nas conclusões gerais do Encontro (Caimmi, 2021). Desde o início da década de 1990, a reivindicação por direitos das

mulheres está relacionada com a luta pela desnaturalização da subordinação, das violências e do assédio sexual (Marco, 2010).

Também é importante reconhecer que na Argentina há Lei de cotas para mulheres na política desde 1991. A participação de mulheres na política e a construção de mecanismos de ação afirmativa foram temas centrais dos movimentos feministas durante a redemocratização, o que gerou essa legislação pioneira e um reflexo importante de inserção de mulheres no sistema político-eleitoral (Pousadela, 2023b). A Lei de Cotas na Argentina foi estruturada dentro do sistema eleitoral de listas fechadas e com obrigatoriedade de alternância de gênero de candidatos/as. Dentre outros aspectos, isso tornou a Argentina o segundo país latino-americano e caribenho com maior representatividade de mulheres na política, um percentual de 44,8% (Pousadela, 2023b). Esse número foi alcançado também pela articulação em prol da paridade de gênero em cargos políticos, tornando obrigatória a inclusão de 50% de mulheres em posições alternadas na lista eleitoral, conforme determinado pela Lei 27.412 de 2017 (Pousadela, 2023a).

Foi a partir dessas medidas e do consequente aumento no número de mulheres em cargos do Estado, especialmente no poder legislativo, que se tornou possível a construção de agendas com perspectiva de gênero[27] em instituições públicas argentinas (Natalucci; Rey, 2018). Isso está em sintonia com um cenário regional marcado pela busca dos Estados, sob a égide de organizações financeiras internacionais, por incorporar as mulheres nas políticas de desenvolvimento, ainda que na Argentina esse processo de onguização tenha sido mais tardio que em outros países da região, como Brasil e México (Marco, 2010).

Os mencionados Encontros que seguem sendo realizados, passaram a reunir um número cada vez maior de participantes. Conforme apresentado por Mónica Tarducci (2005) nesse contexto, as feministas militantes tornaram-se minoritárias diante de um cenário composto por ativistas de direitos humanos, sindicalistas, integrantes de partidos políticos e um amplo contingente de mulheres de setores populares, organizadas em diferentes coletivos, como movimentos de

[27] Vale ressaltar que apesar da importância da representatividade eleitoral em normalizar a presença de mulheres em posições de poder, de acordo com Pousadela (2023a) as cotas e a paridade têm efeitos ambíguos quando se trata de representação substantiva. De um lado, a presença de feministas no Congresso em distintos partidos políticos, foi fundamental para aprovação da lei do casamento igualitário (2010) e de identidade de gênero (2011), porém, o debate legislativo sobre o aborto tornou evidente que nem todas as mulheres eleitas são feministas, tendo inclusive algumas delas se tornado proeminentes representantes dos movimentos antigênero no país (Pousadela, 2023a).

desempregadas(os) e cozinhas comunitárias. Essa composição é uma característica importante para compreender os movimentos de mulheres e feministas no país. A autora afirma que para além de um espaço de discussões nas oficinas, os Encontros são onde as mulheres compartilham vivências, conhecem novos lugares, acessam publicações específicas, vendem artesanatos, constroem redes de informação e, sobretudo, são onde elas "aprendem a falar em público" (Tarducci, 2005).

Ao mesmo tempo, no decorrer dos anos, os Encontros também passaram a ter a atenção de setores reacionários, com interferência de igrejas com o propósito de evitar os debates sobre temas como anticonceptivos e aborto (Marco, 2010), mas não apenas estes. Tarducci (2005) analisou como a partir do Encontro de 2002, mulheres católicas, sob orientações específicas do Vaticano[28], passam a estar nas oficinas e não apenas naquelas destinadas a debater aborto e saúde reprodutiva. Esse processo se dá no contexto mais amplo da construção política antigênero e antifeminista levado a termo pelo Vaticano nos espaços internacionais de debate e construção dos direitos humanos das mulheres (Corrêa, 2018). No caso dos Encontros, é possível perceber como a atuação do Vaticano não se deu apenas nos fóruns internacionais, mas também em espaços nacionais de discussão de direitos das mulheres.

Conforme indicado por Tarducci (2005), algumas consequências importantes resultaram dessa tentativa de ingerência da Igreja Católica nos Encontros no início dos anos 2000. Em primeiro lugar, o tema do aborto foi para o centro do debate, inclusive quando a imprensa falava sobre os Encontros. Além disso, a presença massiva de mulheres enviadas pela Igreja Católica no Encontro de Mendonça em 2004, somou-se às agressões verbais e físicas nas ruas, dentre outras violências, com ataques aos espaços onde estavam dormindo as participantes do Encontro e a presença de grafites nas paredes das escolas nas quais ocorreriam as oficinas com

[28] No texto, a autora (Tarducci, 2005) detalha como a Igreja se mobilizou para influenciar os Encontros por meio da participação de mulheres católicas. Cabe destacar a Carta da Comissão da Arquidiocese sobre o XVIII Encontro, que ocorreu em Rosário em 2003. Nessa Carta, há uma explicação sobre o funcionamento e a história dos Encontros. Eles são apresentados como sendo formado por oficinas que transversalmente abordam temas como feminismo, gênero, aborto, homossexualidade, anticoncepcionais, desvalorização da família tradicional e da maternidade. Sendo assim, a Carta informa que foi criada a Comissão das Mulheres para motivar e prepará-las para participarem do Encontro, solicitando que cada paróquia indique dez mulheres para participar. Elas devem ser "[...] fieles a su bautismo y con profundo amor a la Iglesia, se sientan movidas a intervenir en dicho encuentro para testimoniar la defensa de los derechos de la mujer y de la vida desde una perspectiva cristiana. Dado que este evento no es una instancia de formación sino de confrontación donde deben quedar claros y bien fundamentados los principios de orden natural que dignifican a la mujer, será necesario enviar mujeres con cierta formación en el tema del taller que elijan para participar." (Carta de la Comisión *apud* Tarducci, 2005, p. 399).

dizeres como: "'Assassinas', 'Não ao aborto', 'Não à Praça de Maio', 'Não à educação sexual'"[29] (Tarducci, 2005, p. 400). Por fim, diante da necessidade de firmar posicionamentos tão díspares sobre temas importantes nos Encontros, se produziu uma polarização entre as participantes. Assim, a organização Católicas Pelo Direito de Decidir adotou o uso de lenços verdes – em alusão aos lenços das Madres – na marcha final do Encontro. Esses lenços se tornaram um marcador do posicionamento em defesa do direito ao aborto e passou a ser utilizado por muitas nas marchas finais dos Encontros (Tarducci, 2005).

Há diferentes histórias sobre a origem dos lenços verdes como símbolo da reinvindicação pelo direito ao aborto. Nina Brugo em entrevista à Alessandra Almeida (2024) relatou que o lenço verde, inspirado no lenço branco das Madres, começou a ser usado em 2003, com a palavra "anticoncepción". A cor foi escolhida para se diferenciar do branco das Madres, do amarelo da Cúria e do violeta feminista, buscando um símbolo mais amplo e popular. Há duas versões sobre a escolha do verde: em uma delas a cor foi escolhida por ser o tecido disponível no momento, outra diz que foi por representar "verde esperança". Brugo utilizou esse lenço por vários anos, antes mesmo do surgimento da Campanha Nacional pelo Aborto Legal (Almeida, 2024).

A participação das mulheres de movimentos sociais nos Encontros, aliada aos esforços católicos[30] para sabotá-los, impulsionou a radicalização da luta pela legalização do aborto, que juntamente com as exigências pelo fim da violência e por emprego digno, são os três pilares fundamentais das demandas das mulheres populares na Argentina, inclusive nas primeiras décadas do século XXI (Marco, 2010).

Durante a década seguinte cresceu internamente o debate sobre o nome do evento. Uma ampla campanha para que o Encontro passasse a ter um nome mais inclusivo e abrangente resultou em tensões durante a organização do Encontro de 2019. No texto de Nuria Caimmi (2021), vemos como de um lado havia o grupo da "Campanha somos plurinacional" que advogou pela alteração no nome,

[29] Tradução livre, no original: "'Asesinas', 'No al aborto', 'No a la Plaza de Mayo', 'No a la educación sexual'".

[30] Graciela Di Marco (2010) analisa como na Argentina as ordens do Vaticano balizam as políticas públicas e retoma a construção desse cenário desde a década de 1930 e os golpes de Estado, demonstrando a estreita relação entre as Forças Armadas e a Igreja, no processo de produção de uma ordem católica nacional totalizante. Dentre as continuidades desse processo, é possível destacar que o Estado argentino votou alinhado com o posicionamento do Vaticano e dos países mulçumanos na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo em 1994 (Marco, 2010).

argumentando que isso resultaria em maior visibilidade à pluralidade de vozes que compõem os Encontros, incluindo as dissidências de gênero e a diversidade étnico racial. De outro lado, estava a “Comissão organizadora oficial” ou “Campanha oficial” que entendeu que os Encontros eram espaços exclusivamente para mulheres, ainda que não necessariamente feministas. Portanto, em 2019 ocorreu um evento paralelo dentro do Encontro geral, denominado como *Encontrolazo*[31], promovido pela Campanha somos plurinacional (Caimmi, 2021).

Depois da pandemia e ainda sem consenso interno sobre o nome, em 2022, foram realizados dois Encontros na cidade de San Luis, um manteve a nomenclatura Encontro Nacional de Mulheres e contou com a participação de aproximadamente 15 mil pessoas. O outro, intitulado “Encuentro Plurinacional de Mujeres, Lesbiana, Trans, Travestis, Bisexuales, Intersexuales y No Binaries” (Encontro Plurinacional de Mulheres, Lésbicas, Trans, Travestis, Bissexuais, Intersexuais e Não Bináries) contou com a participação de aproximadamente 100 mil pessoas (Bianco, 2022). Em 2023, voltou a ocorrer apenas um Encontro, na cidade de Bariloche, utilizando o novo título.

A relevância dos Encontros para compreender o surgimento e os modos de ações do NUM reside em sua importância na formação de quadros políticos e no modo de recrutamento e participação de mulheres de origens diversas, que se relaciona com as possibilidades de massificação dos protestos no século XXI (Lenguita, 2021).

Dentre as nove entrevistas que realizei, oito entrevistadas mencionaram espontaneamente os Encontros. Tanto para falar da importância de participação nesses espaços na sua própria trajetória pessoal e formação política, como pela importância dos Encontros como um elemento central dos movimentos de mulheres e feministas no país com impacto direto no surgimento e na continuidade do NUM. Olivia (Buenos Aires) que participou dos primeiros anos de surgimento do NUM comentou sobre a massividade dos protestos nesse período e afirma:

> É que todo mundo me perguntava: “te surpreendeu a quantidade de gente?” e, na verdade, não. Porque eu vou aos Encontros há 20 anos, já fazia 10 anos antes do NUM que eu ia a todos os Encontros, e sempre havia uma marcha enorme que ninguém cobria, não saía na mídia, ninguém prestava atenção no que estava acontecendo. E, de repente, tudo isso culminou no NUM. Para mim foi um processo quase natural. O movimento de mulheres já estava vivo, só que ninguém o

[31] “Encontrolazo” é um neologismo que combina em espanhol a palavra “encuentro” (encontro) com o sufixo “-lazo”, que sugere algo grande ou impressionante, podendo ser traduzido livremente como encontrão ou superencontro.

> estava enxergando. Não é que… não é algo que surgiu ali, no calor do momento; já estava presente desde o retorno da democracia […] por isso, me parece que não se pode pensar o NUM sem considerar os Encontros Nacionais de Mulheres como uma história, como um antecedente. (Olivia, Buenos Aires)[32]

Essa síntese de elementos do movimento feminista na Argentina nas últimas décadas do século XX, pretende demonstrar como o contexto sociopolítico de muitos conflitos sociais e de repressão do Estado, tornaram os movimentos feministas argentinos, no que diz respeito a sua construção política, diferente das organizações feministas europeias ou estadunidenses (Vasallo, 2005). Além disso, retomar a história da militância de mulheres e feministas possibilita identificar elementos de continuidade nas ações mais contemporâneas, como a organização horizontalizada e a heterogeneidade das pautas (Lenguita, 2021).

Por essa razão, Veronica Gago (2020) indica como o NUM surge em um campo feminista que historicamente combinou massividade e radicalidade, sendo essas suas bases anteriores. Sobre radicalidade, não se pode apagar a importância dos movimentos das Madres e Abuelas. No que diz respeito à massividade, os Encontros são exemplos de ampliação e abrangência a partir de ações autônomas, transversais e horizontais. Os Encontros são uma experiência única e própria dos feminismos argentinos, pela sua continuidade, alcance e modo de organização e funcionamento horizontal, plural e democrático (Caimmi, 2021).

Também é preciso mencionar que poucos anos antes do surgimento do NUM, há a aprovação da Lei de Identidade de Gênero, em 9 de maio de 2012 – sancionada durante o governo de Cristina Kirchner, que será retomado na seção seguinte. Isso tornou a Argentina um dos primeiros países a adotar uma legislação tão abrangente em relação aos direitos das pessoas trans, ao assegurar direitos essenciais como o acesso integral à saúde e medidas de promoção, inclusão e condições igualitárias na educação e no mercado de trabalho.

---

[32] No original: “Cómo que a mí todo mundo me preguntaba ‘¿te sorprendió la cantidad de gente?’ y la verdad que no. Porque yo hace 20 años que voy a los Encuentros, hacía 10 años antes de Ni Una Menos que iba a todos los Encuentros y había una marcha enorme y nadie la cubría, no salía en los medios, nadie miraba lo que estaba pasando. Y de repente todo eso concluyó en Ni Una Menos. Para mí fue como un proceso medio natural. Como el movimiento de mujeres estaba vivo, solo que nadie lo estaba mirando. No es que... no es algo que surgió ahí, al calor de; ya estaba ahí desde el regreso de la democracia […] como que me parece no se puede pensar Ni Una Menos sin pensar en los que Encuentros Nacionales de Mujeres como una historia, como un antecedente.” (Olivia, Buenos Aires)

Essa breve retomada de aspectos anteriores ao NUM e que com ele se conecta serve para historicizar o movimento tanto nacionalmente, como regional e internacionalmente. Na seção seguinte, me dedico a refletir sobre o NUM a partir do arcabouço teórico dos movimentos sociais e movimentos sociais transnacionais, percebendo a complexidade de enquadramento teórico do Coletivo.

2.4 O Ni Una Menos argentino como ator político complexo

O NUM surge na literatura de diversos modos, tais quais: movimento, coletivo, ação social, rede, rede feminista transnacional, manifestação, grito e protesto. Muitas vezes sem que se tenha explicitado o motivo pelo qual lhe chamam de um modo ou de outro. Para Liz Mason-Deese (2020) *ni una menos,* além de ser uma hashtag, é também um coletivo organizador formado por jornalistas, artistas, acadêmicas(os) e escritoras(os). Além disso, é um movimento maior, composto por mulheres de diversas classes sociais, que lutam contra a violência de gênero (Mason-Deese, 2020). Enquanto Ana Natalucci e Julieta Reys apresentam que:

> [...] Ni Una Menos tem várias conotações: é uma **manifestação em termos de repertório**, é uma ***consigna*** e também **um campo onde se articulam coletivos** de mulheres, organizações profissionalizadas, ativistas e mulheres sem pertencimento orgânico nem trajetórias prévias que se incorporaram ao ciclo. Nos cruzamentos dessas conotações, configurou-se uma **arena pública** em torno do problema de gênero, capaz de condensar experiências de vida e tradições militantes/organizativas anteriores, dando lugar a uma renovação das formas de participação, dos repertórios de ação e das formas de pensar o feminismo. (Natalucci; Rey, 2018, p. 17, sem grifo no original)[33]

As autoras entendem que elaborações teóricas tradicionais sobre movimentos sociais não dão conta integralmente do NUM (Natalucci; Rey, 2018), isso inclui aquelas que mencionei no início deste capítulo. Assim, elas destacam a particularidade do 3J de 2015 de não ter sido convocado por uma organização específica e as pessoas que impulsionaram inicialmente a convocatória nas redes

[33] Tradução livre, no original: "[...] Ni Una Menos tiene varias connotaciones: es una manifestación en términos de repertorio, es una consigna y también un campo donde se articulan colectivos de mujeres, organizaciones profesionalizadas, activistas y mujeres sin pertenencia orgánica ni trayectorias previas que se incorporaron al ciclo. En los cruces de estas connotaciones se configuró una arena pública en torno al problema de género capaz de condensar experiencias de vida y tradiciones militantes/organizativas previas, dando lugar a una renovación de las formas de participación, de los repertorios de acción y de las formas de pensar el feminismo." (Natalucci; Rey, 2018, p. 17).

sociais serem jornalistas que não estavam vinculadas a quaisquer organizações de mulheres ou feministas (Natalucci; Rey, 2018), tema que retomo no início do próximo capítulo.

No mesmo sentido, Bernardo Sorj (2016) indica que o NUM surge à margem de organizações estabelecidas anteriormente, ainda que seja produto de um século de lutas anteriores pelos direitos das mulheres. Esse modo de emergência do NUM, faz com que se entenda que as Organizações Não Governamentais (ONG) não foram as primeiras protagonistas desse movimento (Sorj, 2016), o que já nos indica uma característica peculiar com relação a força política da onguização do campo feminista na década de 1990 na região, como analisado na seção 1.2.

Na mesma obra organizada por Bernardo Sorj e Sergio Fausto, outro texto analisando principalmente o surgimento do NUM e o primeiro 3J, retrata como o sentido construído publicamente dos acontecimentos produzidos no NUM escapam às pessoas que inicialmente o impulsionaram, o que coloca em questão a própria definição de organizadoras (Annunziata et al., 2016).

O primeiro 3J é comumente associado ao tweet de 11 de maio de 2015, escrito pela jornalista Marcela Orjeda, em razão da notícia do assassinato da jovem Chiara Páez de 16 anos que ao se negar a fazer um aborto, foi assassinada por seu namorado (Natalucci; Rey, 2018). A postagem na rede social pessoal da jornalista dizia: “Atrizes, políticas, artistas, empresárias, referenciais sociais... mulheres, todas, bah: não vamos levantar nossas vozes? ESTÃO NOS MATANDO.” (Laudano, 2019)[34]. A partir desse apelo, outras dez mulheres responderam e construíram ali a proposta de realização de uma ação contra os feminicídios, a ocorrer em Buenos Aires no dia 03 de junho (Laudano, 2019). O protesto foi organizado por 23 dias e nesse período ocorreu o lançamento da convocatória que se espalhou por cerca de 120 cidades argentinas, alcançando também outros países, em especial Chile e Uruguai (Natalucci; Rey, 2018).

O fato delas não serem um grupo previamente organizado, não pertencerem a organizações já existentes e nem mesmo todas se conhecerem pessoalmente[35], fez

[34] No original: “Actrices, políticas, artistas, empresarias, referentes sociales... mujeres, todas, bah, ¿no vamos a levantar la voz? NOS ESTÁN MATANDO” (Laudano, 2019, p. 154).

[35] Vale destacar que existia previamente ao tweet impulsionador da mobilização, um grupo no Facebook intitulado *Ni Una Menos*, que organizou a maratona de leitura em março de 2015, no qual apenas algumas das jornalistas que promovem o chamado para a mobilização do 3J participavam (Annunziata et al., 2016). Alguns textos se dedicam a analisar as especificidades para as mobilizações e o próprio

com que em parte a composição desse grupo “organizador” tivesse um aspecto de “acaso”, a depender de quem estava online no momento do tweet de Marcela Orjeda (Annunziata et al., 2016). Por esse motivo, estes autores tomam o NUM principalmente como um movimento cidadão, destacando a fluidez de agentes e a predominância de uma lógica de cidadania (em contraste à organização a partir de atores de movimentos sociais ou ONGs), e destaca o papel das redes sociais na amplificação e na construção de sentidos públicos para a mobilização que vão além daqueles estabelecidos pelo grupo que a impulsionou (Annunziata et al., 2016).

Esta interpretação é especialmente coerente com o NUM de 2015 em Buenos Aires, mas não parece se sustentar totalmente quando se acompanha o desenvolvimento do Coletivo ao longo dos anos e seus modos de organização nas diferentes regiões do país. Especialmente quando se considera que não tardou para se complexificar essa dinâmica de participantes individuais convocadas(os) pelo online, com as assembleias presenciais, enquanto espaço de construção coletiva das reivindicações, dos modos de organização e das próprias práticas intersubjetivas de quem participa do NUM.

Também considerando o início do NUM, em especial o 3J de 2015 até a greve de outubro de 2016, Brenda Marques (2019) classifica-o como uma rede feminista transnacional, acionando principalmente um arcabouço teórico feminista de Relações Internacionais. Ela argumenta que o NUM de 2015 a 2016 já era uma rede feminista ciberativista transnacional, em razão do amplo alcance das campanhas online e da realização de protestos com criação de ações e grupos em distintas localidades na Argentina e vários países da América Latina com o mesmo nome de *Ni Una Menos* e com o propósito comum de enfrentamento às violências de gênero (Marques, 2019).

É válido considerar o entendimento de Ilse Scherer-Warren (2006) sobre as redes de movimentos sociais. A autora organiza a sociedade civil em distintos níveis a partir dos interesses e valores que encadeiam e os modos como articulam suas demandas por justiça social. O primeiro é o associativismo local, o segundo os associativismos intergovernamentais e o terceiro nível, aquele no qual as mobilizações resultam:

---

surgimento do NUM em razão das diferenças das plataformas digitais Facebook e Twitter, sobre isso, ver: Annunziata et al (2016) e Laudano (2019).

> [...] da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo. (Scherer-Warren, 2006, p. 112)

Nesse sentido, redes de movimento social são articulações voltadas para a mobilização na esfera pública e produzida por distintos agentes, como diferentes movimentos sociais, universidades, comunidades e igrejas (Scherer-Warren, 2006). Essa elaboração conceitual é anterior ao surgimento do NUM e se deu a partir da observação e análise dos movimentos sociais do final da década de 1990 e início dos anos 2000, principalmente na América Latina. Então, se parte dela parece fazer sentido para compreender o NUM, especialmente o elemento do protesto público como modo de pressão política e da diversidade de agentes envolvidas(os), a ausência de um grupo articulador inicial que fosse composto por "[...] atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes [...]" (Scherer-Warren, 2006, p. 112) parece afastar o NUM dessa conceituação.

Por outro lado, ao considerar o NUM contextualizado no campo feminista argentino e ao longo dos anos (e não apenas seu surgimento em 2015), María Piccone (2020) o entende conceitualmente como rede de movimentos, em razão da articulação do grupo promotor do Coletivo NUM com outras pessoas e grupos feministas do país, que atuavam em "estado de latência" antes da convocatória. Nessa perspectiva, a autora incorpora o grande desborde da proposta inicial das organizadoras, ao analisar os movimentos feministas argentinos como redes de movimentos, visibilizando os pontos de encontro com outras organizações, como os movimentos por direitos humanos e os sindicatos.

Esta é uma perspectiva coerente com o que distintas entrevistadas falaram quando questionadas sobre seu pertencimento ou não ao NUM. Não apenas inclui a concepção mencionada na introdução de que se trata de um tecido amplo que foi sendo construído em torno do NUM como dito por Carmen (Buenos Aires, *Ni Una Migrante Menos*), mas também porque se reconheceu que, de algum modo, todas de Buenos Aires se consideravam como parte do NUM no presente ou em algum momento dentro do período de tempo estudado, mesmo aquelas que nunca fizeram parte do pequeno grupo de articuladoras na cidade.

A organização a partir das redes sociais e dos meios de comunicação online e o alcance internacional de ações, como datas e greves de mulheres coordenadas simultaneamente, reforçam o aspecto internacional que as iniciativas do coletivo alcançaram (Piccone, 2020). Assim, seria também uma rede de movimento transnacional.

A conhecida definição de Rawwida Baksh e Wendy Harcourt (2015) de Movimentos Feministas Transnacionais parece relevante. As autoras os entendem como coalizões fluidas de organizações, redes, campanhas e *advocacy* em defesa dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero para além dos limites do Estado-nação, possível especialmente a partir dos avanços tecnológicos e o aprofundamento da globalização que permitiu a comunicação entre feministas e os questionamentos sobre suas realidades locais e transfronteiriças a partir da década de 1990. As autoras compreendem que estes movimentos atuam em diferentes níveis, que inclui (a) o político institucional (como a ONU), (b) via construção de redes dentro e fora das fronteiras nacionais e regionais apoiando lutas com propósitos feministas e (c) por meio de redes intersetoriais, ou seja, via aliança com outros movimentos globais que se organizam a partir de agendas como a dos direitos humanos (Baksh; Harcourt, 2015).

De modo complementar, podemos considerar a definição de transnacionalidade de Thomas Davies e Alejandro Peña (2019), a partir da qual não se trata mais da existência de vínculos estruturais ou cadeias estáveis de colaboração entre agentes além das fronteiras, mas sim, se refere a processos semânticos e simbólicos que permitem que eventos de movimento influenciem outros atores sociais e se conectem a dinâmicas mais amplas ao longo do tempo e espaço.

Trata-se então de considerar as mudanças no modo de circulação dos fazeres feministas em âmbito internacional nas últimas décadas. Se como mencionado no início desse capítulo, a visibilidade e força do ativismo feminista na década de 1990 em âmbito transnacional era um reflexo do ativismo direcionado principalmente às instituições governamentais e intergovernamentais como a ONU, grande parte do seu sucesso veio da capacidade das ativistas de atuarem dentro e fora dessas instituições (Baksh; Harcourt, 2015).

Portanto, não é exclusividade do século XXI entender as reivindicações de movimentos sociais como multinível. Conforme Ferretto (2024), o que atualmente costuma-se denominar como ação coletiva transnacional tem origem nas primeiras

articulações das campanhas antiabolicionistas, dos movimentos de combate ao apartheid, contra o imperialismo colonial e em prol do sufrágio das mulheres e de luta pela paz, entre o fim do século XIX e início do XX. Nesse contexto, os Estados nacionais são os principais destinatários e interlocutores das ações coletivas, o que irá se transformando ao longo do tempo e do avanço da globalização (Ferretto, 2024).

Assim sendo, parece haver especificidades na atualidade. Donatella della Porta (2021) aborda como as conexões em nível transnacional dos movimentos sociais mudaram ao longo do tempo, assim como os canais por onde circulam as ideias entre os movimentos de diferentes países. A autora analisa três ciclos de protestos transnacionais a partir dos anos 2000, nomeando-os como: (1) Movimento por Justiça Global, (2) Protestos anti-austeridade e (3) *Hot fall*[36] de 2019. Os protestos do NUM são incluídos neste terceiro ciclo, em especial, pela organização repetidas vezes de dias globais de protesto (Porta, 2021). A autora argumenta que, embora os protestos deste ciclo apresentem características nacionais particulares, todos compartilham a expressão de indignação contra um desenvolvimento capitalista global que intensificou as desigualdades sociais e limitou direitos.

Ao analisar cada ciclo pelos modos de transmissão de suas reivindicações no espaço e no tempo, a autora conclui que a difusão também ocorreu no terceiro ciclo, com protestos que têm início em âmbito nacional e rapidamente se espalham por meio de dias globais de ação, com ondas massivas de manifestações em diferentes países, conectando-se transnacionalmente através da expressão de solidariedade recíproca (Porta, 2021). Em todos os casos desse ciclo e, portanto, também no NUM, a autora entende que a difusão das reivindicações ocorre quase que de forma automática, através de um ambiente midiático denso, onde a informação se espalha globalmente por meio da interação entre mídias tradicionais e novas. Marchas multitudinárias e formas massivas de desobediência civil, além de, às vezes, greves gerais, não só refletiram a propagação do descontentamento, mas também contribuíram para seu alastramento (Porta, 2021).

[36] A autora utiliza expressões como "*hot fall*" e "*hot autumn*" que significam "outono quente" ou "outono intenso" e que servem tanto para se referir ao clima, quanto a eventos políticos de agitação social significativos. Considerando que inclui mobilizações de denúncia da crise climática, o trocadilho funciona muito bem. Contudo, é curioso observar que outubro é primavera na América Latina, local de origem do NUM, movimento que a autora inclui nesse ciclo. Isso se dá, possivelmente, porque ela está tomando como referência principal em sua análise os protestos que ocorreram na Europa nesse período sob a designação de *ni una menos*.

Ao longo dos anos, uma das características que se destaca do NUM é a diversidade de pautas que mobiliza, pela articulação entre um problema social específico e outras dinâmicas estruturais, bem como pela formação de alianças com múltiplas organizações em âmbito internacional (Gómez, 2023). Esse aspecto está presente também em documentos produzidos pelo Coletivo, quando reconhecem que possuem uma dimensão global de articulação antineoliberal, que se pretende enraizado territorialmente (Ni Una Menos, 2018).

Nesse sentido, parece seguro chegar à conclusão de que o NUM é um movimento transnacional, razão pela qual Brenda Marques (2019) o entende como parte desse tipo de ativismo baseado em uma identidade-solidariedade internacional, que é diferente de estratégias mais conhecidas como o *advocacy* em organizações institucionalizadas. Entendendo o NUM como uma rede que se aproxima das tendências de descentralização organizativa comuns em novas ações coletivas (Marques, 2019).

De um modo geral, a literatura tem consensuado que o aspecto internacional decorrente dos protestos atuais não tem as mesmas características estruturais das articulações feministas anteriores – como as citadas no início deste capítulo. Por isso, ações como as do NUM têm sido pensadas como partes/produtoras de um "imaginário global", com seus "múltiplos processos de apropriação e tradução de imagens, textos e *consignas*" (Alvarez, 2022, p. 11), horizontais e difusas. Donatella della Porta (2021) considera isso a partir do que nomeia como difusão de imaginários e práticas de protestos ao longo do tempo e entre diferentes países.

Não passa despercebido às participantes do NUM argentino as interconexões entre o nacional e o internacional. Tanto nas assembleias e protestos que acompanhei em 2024 e 2025, quanto nas entrevistas, está presente o reconhecimento de que existe uma conexão entre pautas feministas de distintos países. Assim como, estão conscientes dos impactos internacionais de suas ações locais.

Conforme Tesoriero (2019), ainda que saibamos que os feminismos são historicamente internacionais, há atualmente um novo internacionalismo com características específicas, a partir do qual algumas vezes se consegue coordenar atividades por meio de *consignas* semelhantes nos mesmos dias, com atuação direta entre ativistas de distintos lugares, inclusive por meio de grupos de trabalho de comunicação online para datas específicas. Para a autora, esse internacionalismo se renova em três momentos: com as Marchas de Mulheres, com o chamado para a

greve internacional de mulheres e quando do Grito Global pelo Aborto Legal, em 28 de setembro de 2017.

A greve internacional do 8 de março de 2017, que contou com a atuação do NUM argentino, é um exemplo notório desse caráter internacional e será retomada no capítulo seguinte, mas vale destacar que pela primeira vez em toda América Latina houve chamamento a greve (com exceção de Cuba), demarcando um movimento regional construído por meio de assembleias, de massificação e radicalização feminista (Palmeiro, 2019).

Na verdade, esse não foi um processo restrito à região latino-americana. Conforme analisado por Giardini (2021), transformar os feminicídios não apenas como uma questão de gênero se tornou uma ferramenta para reinterpretar as condições de vida em escala global. Isso possibilitou a produção de diagnósticos sobre os modos destrutivos das políticas econômicas e financeiras com efeitos para todas as pessoas, e com peso desproporcionalmente maior sobre as mulheres, exercendo violências não apenas sobre a vida humana, mas também a não humana (Giardini, 2021).

A transnacionalização do NUM não foi uma reprodução das lutas argentinas em outros espaços, na medida em que cada país e região adaptou as estratégias e os conteúdos de acordo com as particularidades locais (Makki, 2023) – em um processo que pode ser pensado a partir do conceito de tradução política de Palmeiro (2020). A variedade que essas construções e reelaborações que partem do NUM têm alcançado no processo de transnacionalização permite inclusive ações e análises direcionadas a organizações *mainstreaming* como a ONU e sua agenda de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), demarcando a diversidade que as pautas e estratégias têm alcançado (Makki, 2023).

Para Cecilia Palmeiro (2020), no NUM há um internacionalismo situado territorialmente que se dá por meio do processo de tradução política.

> Por tradução política, refiro-me a um fluxo de tradução espontâneo e coletivo entre diferentes línguas nacionais e regionais, entre linguagens visuais e verbais, entre diferentes níveis de uma língua (do cotidiano à linguagem teórica e vice-versa), incluindo a poesia e as linguagens das redes sociais, do discurso público e as linguagens corporais dos protestos sociais. Meu argumento é que essa ideia de tradução política pode descrever as lógicas da nossa rede ativista; levando em consideração o fato de que Ni Una Menos é uma hashtag, o nome de um coletivo, o nome de um movimento social mais amplo, uma reivindicação, uma utopia, uma palavra-chave, uma senha, uma declaração de solidariedade e um grito de guerra coletivo. Ni Una

> Menos, como uma formulação que vem da poesia, foi condensada e transformada em uma hashtag – uma tradução da poesia para um slogan de mídia social e uma palavra-chave histórica.[37] (Palmeiro, 2020, p. 2)

Para a autora, as práticas organizativas sem hierarquia e centralização oportunizaram a ativação de uma inteligência coletiva que vai além do que qualquer pessoa sozinha poderia alcançar e que liberta a imaginação social das barreiras da autoria individual e da posse exclusiva da linguagem e das ideias (Palmeiro, 2020). A autora vincula essa inteligência coletiva às epistemologias feministas e as produções feitas nas assembleias públicas, onde não apenas é gerado um discurso comum, como também produzido um conhecimento compartilhado, por meio de um método experimental de criação de conhecimento fora das instituições acadêmicas (Palmeiro, 2020).

Essa perspectiva remete às comunidades epistêmicas, definidas pela literatura de Relações Internacionais desde a década de 1990 como grupos e redes de especialistas, profissionais e técnicos(as) que se dedicam a um tema comum, com o objetivo de influenciar a opinião pública e as políticas internacionais (Ferretto, 2024). Contudo, nos novos modos de produção epistêmica a partir do NUM, essas redes não são necessariamente tão estruturadas quanto eram no passado, inclusive em razão da facilidade com que as ideias circulam pelas redes sociais e internet. Além disso, suas produções se dão, em grande parte, em âmbitos coletivos e não acadêmicos, como as assembleias.

No que diz respeito ao caráter de ciberativismo presente no NUM se destaca a desterritorialização do movimento a partir de massivas mobilizações que surgem nas redes sociais com hashtags, como a própria *#NiUnaMenos*. Claudia Laudano (2019) traça uma genealogia do aspecto dual entre o digital e o presencial nas mobilizações e nos espaços de organização do NUM. A autora demonstra como essa relação produz repercussões internacionais e sofre influência externa, indicando o

[37] Tradução livre, no original: “By political translation, I mean a spontaneous and collective translation flow between different national and regional languages, between visual and verbal languages, between different levels of a language (from everyday to theoretical language, and vice-versa), including poetry and the languages of social media, public discourse and the bodily languages of social protest. My argument is that this idea of political translation can describe the logics of our activist network; taking into account the fact that Ni Una Menos is a hashtag, the name of a collective, the name of a broader social movement, a claim, a utopia, a keyword, password, a declaration of solidarity, and a collective war cry. Ni Una Menos, as a formulation that comes from poetry, was condensed and transformed into a hashtag – a translation from poetry into a social media slogan and a historical keyword.” (Palmeiro, 2020, p. 02).

alcance do NUM para além das fronteiras argentinas, mas também os limites dessas ferramentas em um cenário de desigualdade no acesso às tecnologias da informação que tende a produzir novas distorções sobre quem consegue falar e ser ouvida, e quais ações coletivas e trajetórias de movimentos de mulheres são eclipsados (Laudano, 2019).

Por esses motivos, não é raro encontrar o entendimento na literatura do NUM como um caso de ciberativismo (Laudano, 2019; Marques, 2019). Contudo, sugiro que o melhor conceito para entender a importância do uso das redes para o chamado e a popularização do NUM é o de protestos híbridos, entendido como um processo de aumento crescente de articulação entre os repertórios presenciais e digitais (Bülow; Messore; Olguín, 2024). As estratégias empregadas no uso das redes sociais como as hashtags, vídeos curtos e campanhas para viralizar conteúdos nas plataformas digitais, tão importantes no início do NUM (Bülow; Messore; Olguín, 2024), continuaram presente nos anos seguintes, inclusive com os chamados para as assembleias sendo feitos sobretudo via redes sociais como a página do Instagram e grupos de Whatsapp.

Um aspecto que não se pode esquecer é que o internacionalismo a partir do NUM surge do sul global (Palmeiro, 2020). De acordo com Palmeiro (2020), o mencionado processo de tradução, é também produtor de uma nova linguagem e força política e se nutre do desejo que atravessa línguas e fronteiras, de modo que *#NosMueveElDeseo* (#NosMoveODesejo) é uma das hashtags adotada por múltiplos grupos e coletivos em todo o mundo. E continua presente no 3J de 2024 e 2025 em Buenos Aires, como se pode ver na foto abaixo.

Figura 3: Faixa do Ni Una Menos com a consigna “Nos mueve el deseo” durante o 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.



Fonte: Arquivo pessoal.

Este tema também apareceu na entrevista com Laura (Buenos Aires, Mala Junta) que ao recordar o primeiro NUM comentou como as jovens, inclusive ela que no momento tinha 18 anos e havia acabado de terminar o ensino médio, também estavam refletindo sobre suas identidades políticas e pessoais. Nesse sentido, as mobilizações feministas que surgiram para denunciar a violência de gênero e reivindicar o fim dos feminicídios, constituíram igualmente um chamado às jovens no plano identitário e do desejo, abrindo espaço para uma série de outras demandas (Laura, Buenos Aires, Mala Junta).

O desejo aparece como um elemento central na reapropriação do corpo pelas mulheres na política: o desejo é entendido como força motriz que desafia normas morais conservadoras (Piccone, 2020). Portanto, o desejo é entendido não apenas em termos sexual ou pessoal, mas político, como um vetor que contribui para a quebra de padrões socialmente aceitos e a visibilidade de práticas e trabalhos historicamente desvalorizados, como os de cuidado, deslocando o debate político tradicional.

Além disso, não se pode perder de vista que as expressões nas redes sociais são fruto de uma dinâmica constante entre offline e online. Quando Gago aborda a greve internacional feminista do 8M de 2017 ressalta esse aspecto, ao reconhecer que:

> Companheiras em distintos lugares do mundo fazíamos coisas parecidas ao mesmo tempo, coordenadas por palavras de ordem e instituições, **por práticas e por redes tecidas há muito tempo**, e também por gestos que nem sabíamos que habitavam em nós. Estávamos imantadas por um estranho sentimento compartilhado de fúria e cumplicidade, de potência e urgência, mas, sobretudo, estávamos deslumbradas pela surpresa dessa coordenação múltipla e efetiva. Funcionamos conectadas por imagens que se acumulam como senha: das ruas, passavam às redes sociais e, das redes, às nossas retinas, construindo-se como parte de **uma imaginação transnacional**, multilíngue. Tecemos, com o horizonte daqueles dias, um **novo internacionalismo**. (Gago, 2020, p. 47-48, sem grifo no original)

Essa nova imaginação ou novo internacionalismo não se restringe a ações feministas, nem mesmo em seu sentido interseccional. Para Sonia Alvarez (2022, p. 10) há uma contaminação mútua entre os protestos feministas e os demais protestos atuais, que produz novos tipos de lideranças "mais fluidas e mais 'networked', ou mais 'en-redadas'". Para ela, devemos considerar essas formas mais fluidas, recombinantes e vibrantes de protestos como uma antecipação das novas configurações dos movimentos sociais. Atualmente, os modos de expressar demandas e afirmar direitos podem se assemelhar mais a *assemblagens* ativistas, "que combinam protesto fluido e às vezes explosivo com expressões coreografadas virtualmente e organizações sólidas, porém mais transitórias, menos 'pesadas' organizativamente" (Alvarez, 2022, p. 14).

Essa *assemblagem* do campo feminista argentino fica evidente quando se observa que dentre as nove entrevistas realizadas temos não apenas participantes de NUM de distintos lugares, mas também de outras organizações que ajudam a construir esse tecido mais amplo do que se tornou o NUM ao longo de sua primeira década de existência.

Nesse sentido, apesar dos limites no uso das tecnologias da informação, a notoriedade do NUM e dos feminismos em âmbito internacional está relacionada com a capacidade de comunicação das demandas e o uso das redes sociais foi importante nesse processo, assim como, a renovação das práticas organizativas locais (Lenguita, 2021). A relação entre o nacional e o internacional evidencia a importância de considerar esse contexto de influências recíprocas, pois, ainda que o foco desta tese esteja nas dinâmicas internas do NUM, estas não ocorrem em isolamento.

Portanto, se um dos aspectos basilares do NUM foi sua inserção em um campo mais amplo de circulação internacional de reivindicações feministas pelos meios de

comunicação online e redes sociais, o outro elemento fundamental parece ter sido a capacidade de renovação das práticas locais organizativas. Em especial, ao reforçar o uso de práticas *asamblearias*, já conhecida dos feminismos argentinos e presente nos mencionados Encontros. Algumas vezes, os elementos que tornam o Coletivo "situado territorialmente" nas palavras de Palmeiro (2020), têm menos ênfase nas abordagens mais generalistas sobre movimentos feministas transnacionais que incluem o NUM. Para evitar este equívoco, considero importante o reconhecimento de que o NUM surge em um campo feminista particular.

> É um feminismo que está organizado mais além de uma concepção liberal, como podemos encontrar pelo Norte global. No nosso caso, o que aqui se entende como feminismo popular – que é ainda um feminismo que está nas organizações sociais, nos sindicatos – é um feminismo que trabalha reforçando a liderança das companheiras que estão no que aqui chamamos de economia popular, a economia que se organiza nos bairros para reproduzir a vida. Isso é algo que não está presente em outros países do Norte. (Luci Cavallero, em entrevista para: Correia, 2023)

O uso do termo feminismo popular está presente na fala de diferentes entrevistadas. Em especial Milagros (Rosário, Mujeres Evita) apresentou sua atuação política no campo dos feminismos populares na Argentina, entendendo-os como fortemente ligados aos momentos de crises econômicas. Ela argumentou como em diferentes conjunturas políticas da história do país, as mulheres tiveram papel central no enfrentamento das dificuldades e nos modos de organização coletiva. Em particular menciona a de 2001 na qual afirmou que foram as mulheres, especialmente nos bairros populares de Buenos Aires e sua região metropolitana, que diante da crise saíram às ruas, bloquearam pontes e organizaram cozinhas comunitárias para alimentar suas famílias. Ela está se referindo ao que ficou conhecido como movimento *piquetero*[38], o maior movimento de pessoas desempregadas do mundo (Rossi, 2017) que retomo no próximo capítulo. O que considero importante destacar neste momento é a percepção da entrevistada sobre as ações passadas e atuais, a partir do NUM, como expressões dos feminismos populares.

[38] De acordo com Kestler (2023) o nome *piquetero* vem da principal estratégia utilizada de fazer bloqueios nas ruas com piquetes. Algumas vezes considerado como um movimento cíclico, surgiu em 1996 na província patagônica de Neuquén como um movimento de protesto contra as consequências sociais das privatizações, e logo se espalhou para Buenos Aires. Portanto, surgiu como uma reação ao aumento do desemprego, que atingiu seu pico no colapso econômico de 2001 e 2002.

Na entrevista com Teresa (El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM) essa compreensão de feminismos populares está mais associada às lógicas e dinâmicas territoriais. Isso fica manifesto quando ela contextualiza as práticas feministas e do NUM em sua localidade, situada na região patagônica, onde enfrentam diversas disputas e violências decorrentes das tentativas de ocupação das terras indígenas e da exploração extrativista de recursos naturais. Assim, ela afirma que atuam contra as violências de gênero, mas tanto a defesa dos povos originários, considerando que estão em um território mapuche-tehuelche, quanto as lutas contra a mega mineração e o extrativismo lhes unem. “Na verdade, todas as lutas nos unem, defendemos a vida e a vida é o território. Então é impossível que não apoiemos os povos originários.”[39] (Teresa, El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM). Este modo de atuação do NUM pode ser lido a partir do mencionado conceito de um Coletivo que é “situado territorialmente” (Palmeiro, 2020) – ainda que possua variações nos modos como isso se dá em cada território e região do país.

Assim, as bases populares e territoriais somadas a massividade dos Encontros, radicalidade das Madres e o protagonismo das mulheres no movimento *piquetero,* são aspectos que constroem as condições de possibilidade do surgimento do NUM e de suas práticas *asamblearias*. Há, inclusive, um processo intergeracional em curso, no qual filhas de *piqueteras*, que eram crianças quando suas mães participavam das assembleias de desempregados(as), hoje integram movimentos de economia popular e passam a estar presentes em protestos e coletivos contemporâneos que, diferentemente dos períodos anteriores, se desenvolvem em um processo de politização no qual essas sujeitas se identificam explicitamente como feministas (Gago, 2018).

O nomear-se feminista é uma mudança que vem ocorrendo há mais tempo, mas que distintas entrevistadas indicaram o NUM como ponto de inflexão neste processo na Argentina. Susana (Mendoza, Colectivo NUM Mendoza), que disse militar no feminismo desde 1990, quando “ainda nem existia a palavra” aborda como foi a partir de 2015 e do NUM que a maioria das militantes em Partidos Políticos passaram a se dizer feministas, assim como, foi a partir deste momento que os Partidos passaram a ter uma perspectiva de gênero. Também associa o NUM com o fato de

[39] No original: “En verdad nos hermanan todas las luchas, defendemos la vida y la vida es el territorio. Entonces es imposible que no acompañemos los pueblos originarios.” (Teresa, El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM).

que “hoje as mais jovens nem sequer precisam dizer que são feministas, são feministas, ponto.”[40] (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza). Ela entende isso como uma mudança cultural perceptível também nos meios de comunicação e no sistema de Justiça, mas que ainda está pendente na política e nos sindicatos, pois apesar da grande mudança de atualmente a maioria das participantes se nomearem como feministas, estes espaços ainda seguem sendo administrados principalmente por homens machistas (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza).

Por sua vez, Carmen (Buenos Aires, Ni Una Migrante Menos) conta como a partir de 2015 se aproximou mais dos grupos feministas. Após migrar da Bolívia para a Argentina, participou de Coletivos, inicialmente de bolivianos(as), desde o início dos anos 2000, em Buenos Aires. Com o objetivo prioritário de tornar visíveis os casos de violência contra mulheres indígenas e/ou migrantes, ela narra o processo de sua aproximação com um feminismo majoritariamente branco, no qual migrantes e indígenas não eram reconhecidas nem tinham suas demandas devidamente visibilizadas. Uma percepção compartilhada com outros grupos e coletivos como os de mulheres racializadas, negras e moradoras de favelas. Carmen conta como passaram a tomar como iniciativa própria “estar nesses lugares, de lutar por esses espaços e que isso começasse a nos visibilizar e a nos nomear”[41]. Para ela, a aproximação com os feminismos que se tornou útil a diferentes coletivos iniciou antes de 2015 com participações nos Encontros, mas se estabeleceu a partir deste ano de modo mais constante nos espaços *asamblearios* que se ampliaram e com o convite recebido por participantes do NUM de Buenos Aires (Carmen, Buenos Aires, Ni Una Migrante Menos).

Assim, valorizar a importância das assembleias é ir de encontro a perspectivas que consideram possível organizar todas as ações de uma *política callerera*, nos termos de Natalucci, Tatagiba e Somma (2024) de modo virtual ou por chamados em redes sociais.

> [...] a trama da assembleia, com sua repetição obstinada e em diferentes escalas, traz novamente à cena o árduo trabalho do corpo a corpo, do desacordo permanente, do mapeamento em voz alta das experiências divergentes e das dissidências concretas e irredutíveis. A maneira de compartilhar um espaço, de ouvir pacientemente as

[40] No original: “hoy las pibas ni siquiera necesitan decirse que son feministas, son feministas, listo.” (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza).
[41] No original: “de estar en esos lugares, las de pelear por esos espacios y que nos empiece también a visibilizar y a nombrar.” (Carmen, Buenos Aires, Ni Una Migrante Menos).

> intervenções e, finalmente, de sustentar essa tensão que é pensante sem ser necessariamente produtora de consensos, evidencia que a heterogeneidade não é apenas uma questão discursiva. [42] (Gago, 2018, p. 180)

A observação participante realizada em 2024 e 2025 permitiu que eu pudesse acompanhar algumas destas assembleias. Esta dinâmica particular esteve visível nos questionamentos sobre quem fala ao microfone e como se constrói um documento que precisa incluir consensos em um cenário com representantes de pelo menos algumas dezenas de organizações e movimentos – dos mais informais e recentes, aos mais tradicionais e antigos como os sindicatos nacionais.

As assembleias do NUM acontecem a partir de chamadas públicas e qualquer pessoa pode entrar e participar. Todas podem pedir a palavra e terão o mesmo tempo para cada intervenção. As assembleias que acompanhei tinham como finalidade definir todos os aspectos relacionados ao protesto do 3J e do 4J, dentre os quais: o local, o horário e o documento público com as reivindicações; em uma dinâmica que se repete anualmente. Esse documento registra os consensos alcançados nas deliberações das assembleias. Consensos que não são estabelecidos por votação, mas construídos de forma dialogada e negociada. Assim, todos os documentos analisados nesta tese (com exceção do de 2015, quando não houve assembleias) resultam de acordos coletivamente produzidos nesses espaços. Os modos concretos como esses documentos são produzidos variam em alguma medida, mas essas são suas características gerais e norteadoras das práticas *asamblearias*.

A ausência de estruturas verticais e hierarquizadas nos modos mais contemporâneos dos fazeres políticos feministas na Argentina, diferente de organizações mais tradicionais como sindicatos e partidos políticos, implica em novos esforços organizativos que não coloquem em risco as solidariedades compartilhadas, de modo que “A hierarquia está na horizontalidade construtiva.”[43] (Ferretto, 2024, p. 349).

---

[42] Tradução livre, no original: “[…] la trama de la asamblea, de su reiteración obstinada y en distintas escalas, vuelve a poner en escena lo trabajoso del cuerpo a cuerpo, del desacuerdo permanente, del mapeo a viva voz de las experiencias divergentes y las disidencias concretas e irreductibles. El modo del compartir un espacio, de escuchar pacientemente las intervenciones y, finalmente, de sostener esa tensión que es pensante sin ser necesariamente productora de consensos, evidencia que la heterogeneidad no es sólo una cuestión discursiva.” (GAGO, 2018, p. 180).

[43] Tradução livre, no original: “La jerarquía está en la horizontalidad constructiva.” (Ferretto, 2024, p. 349).

A fluidez e a ausência de hierarquia não significam a exclusão das participantes do NUM do campo institucional, inclusive o estatal. A partir do primeiro 3J de 2015, novos coletivos feministas populares surgiram e algumas de suas fundadoras passaram a ocupar espaços recém-criados dentro das estruturas estatais, promovendo a integração da perspectiva de gênero (Pousadela, 2023b) – tema que retomo principalmente no capítulo 4, em razão do Governo de Alberto Fernández. A isso, Gago (2020) denominou como não oposição entre um movimento de reforma *ou* revolução, diante da simultaneidade na luta por demandas concretas frente ao Estado e o entendimento de que ele não será a resposta para solucionar o tema da violência. Em outras palavras, reivindicar e conseguir recursos junto ao Estado não são fins em si mesmos, mas parte de outras demandas por transformação que vão além da esfera estatal. Sem ignorar o Estado em sua capacidade política limitada, ele não é um foco prioritário como espaço privilegiado de transformação social (Gago, 2020).[44]

De modo semelhante, entendo que não se trata de identificar no NUM um novo internacionalismo *ou* um antigo, mas um antigo *e* um novo. São ambos. As redes e rituais (ou repertórios) são revisados, justamente porque já existiam redes e repertórios das décadas anteriores (Kyrillos; Schulz, 2025). O "imaginário global" dos protestos se constrói em um cenário internacional de estruturas já adensadas pelos movimentos sociais, movimentos de mulheres e movimentos feministas, em especial a partir das últimas décadas do século passado – e brevemente apresentados neste capítulo. Assim como o NUM teve tamanho alcance por não ter suas origens apenas em um *post* em rede social, as novas construções de redes de movimentos e de protestos transnacionais ou imaginários globais não se dão fora das práticas e estruturas já existentes e que permanecem ativas. Do mesmo modo, o aspecto local, e os processos de renovação dessas estratégias, que no caso do NUM são visíveis especialmente nas assembleias, são as bases dessa experiência que pode ser entendida como *glocal*: uma atuação simultânea nos âmbitos global e local, com a solidariedade global influenciando mudanças sociais locais, ou seja, uma atuação

[44] Muitas autoras feministas, em especial a partir de abordagens pós e decoloniais, têm críticas importantes ao papel do Estado na manutenção das estruturas de desigualdade de gênero, raça, classe e outras. Em particular, vale citar Rita Segato (2012) e seu entendimento de que o Estado, as agências de cooperação internacional e as organizações transnacionais que postulam políticas transversais de gênero, por exemplo, pretendem a universalização da cidadania, ao substituir a hierarquia pré-colonização que ordenava a relação de homens e mulheres, por uma relação igualitária. Para Segato (2012), o que realmente está em jogo é uma remediação dos males que a modernidade colonial já introduziu, apresentando soluções também modernas: o Estado entrega com uma mão o que já retirou com a outra.

feminista que opera através de processos relacionais históricos que transcendem fronteiras, desafiando as definições tradicionais de local, nacional e global (Baksh, Harcourt, 2015).

Essas características são também importantes para entender os processos de aproximações e distanciamentos do NUM com outros movimentos feministas ao longo dos anos, nessas *assemblagens* en-redadas (nos citados termos de Sonia Alvarez). Um exemplo disso é a aproximação do NUM com a Campanha Nacional pelo Aborto Legal a partir de 2016, cuja sinergia oscila no decorrer do tempo, tema que abordo no capítulo 4.

A partir desse esforço de caracterização analítica do NUM argentino, é possível identificar sua proximidade com as teorias dos movimentos sociais, mas também os limites desse enquadramento. Ao se autointitular como um Coletivo, o NUM reconhece as influências mútuas no cenário de novos internacionalismos, bem como a importância das práticas *asamblearias* revisadas, como caminho para a construção de consensos em dinâmicas não hierarquizadas. No próximo capítulo apresento como se dá o início do NUM e algumas de suas características nos seus primeiros anos de existência.

3 Emergência do Ni Una Menos e Massificação do Campo Feminista Argentino (2015-2019)

Este capítulo tem como proposta geral responder à questão: como surgiu o NUM argentino, como se organizou e quais suas ações e demandas nos primeiros anos? Para isso, recorro à revisão de literatura, bem como às entrevistas e à análise de conteúdo dos documentos produzidos a cada 3J nos anos de 2015 a 2019. A escolha desse recorte temporal neste capítulo se deve ao início do NUM e abrange todo o período do governo do presidente Mauricio Macri, bem como o processo de massificação dos protestos a partir do NUM.

Nesse sentido, o capítulo está subdividido em três seções. A primeira analisa a emergência do Ni Una Menos, identificando os fatores políticos, sociais e culturais que confluíram para o seu surgimento em 2015, bem como os sujeitos, linguagens e formas organizativas que marcaram esse momento inicial. A segunda seção examina a trajetória do Coletivo ao longo do governo de Mauricio Macri, atentando para o processo de massificação dos feminismos, as reconfigurações internas do NUM e a ampliação progressiva de suas demandas, em diálogo conflitivo com a retomada das políticas neoliberais. Nessa parte, são analisados, em especial, os protestos do 3J entre 2016 e 2019, com foco nas práticas *asamblearias*, na incorporação da greve como repertório de ação, na expansão temática e nas alianças políticas construídas pelo movimento. Por fim, a terceira seção sistematiza os principais achados do capítulo, retomando os deslocamentos analíticos propostos e indicando de que modo esse período inaugural contribuiu para a consolidação do NUM como ator político central no campo feminista argentino.

Foi possível identificar mudanças nas pautas prioritárias e aproximações do NUM com outras organizações sociais, bem como, perceber alguns aspectos de continuidade com relação às práticas feministas apresentadas no capítulo anterior. Em especial, merece destaque o uso da greve e a produção de uma mudança qualitativa do que se entende por violência de gênero.

Na última seção do capítulo, realizo uma síntese dos principais aspectos observados no período, articulando principalmente os resultados da análise de conteúdo dos documentos e das entrevistas. Com isso, este capítulo serve para entender o surgimento do NUM e seu funcionamento neste primeiro período.

3.1 Surgimento do Ni Una Menos: contexto e características

Em 2009, foi promulgada na Argentina uma legislação de combate à violência contra as mulheres intitulada como *Ley de Protección Integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres en los ámbitos en que desarrollen sus relaciones interpersonales*[45] (Lei nº. 26.485). Nela adotou-se uma concepção ampliada de violência contra as mulheres, subdividindo-a em cinco tipos: física, psicológica, sexual, econômica e patrimonial e midiática. Esse modo de institucionalizar o combate à violência contra as mulheres tem influência das discussões e dos documentos internacionais de direitos humanos elaborados desde o final do século XX que abordei no capítulo anterior.

Também é preciso considerar que essa Lei é parte de um conjunto de outras medidas legais e de políticas públicas decorrentes do "giro à esquerda" de governos da região, que significou a ampliação de direitos, inclusive para as mulheres e a população LGBTQIA+ no país (Natalucci; Rey, 2018) – como a Lei de Identidade de Gênero, mencionada no capítulo anterior. Conhecida como onda rosa, a Argentina foi um dos países da América do Sul nos quais políticos(as) de esquerda foram eleitos(as) a partir de 1998 e que perdurou até início do século XXI. Esses governos representaram uma mudança em relação aos anteriores que eram de centro-direita e implementaram reformas neoliberais na década de 1990.[46]

A Lei argentina de combate à violência contra as mulheres foi sancionada em 2009 durante o governo de Cristina Kirchner[47]. Apesar disso, em 2015, a Argentina ainda não possuía um sistema estatal de coleta e informação de dados sobre feminicídios e das demais formas de violência contra as mulheres.

Em razão disso, desde 2007 foram produzidos dados extraoficiais a partir da iniciativa de distintas organizações feministas (Laudano, 2019), em especial *La Casa*

---

[45] Lei de Proteção Integral para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres nos âmbitos em que desenvolvam suas relações interpessoais.

[46] A "onda rosa" é marcante porque: "Pela primeira vez na história da região, as elites políticas e econômicas toleraram o acesso democrático ao poder da oposição partidária da esquerda sem lhes oferecer riscos de supressão. A eleição de vários governos de esquerda e centro-esquerda representou, assim, a última etapa simbólica para a consolidação democrática, dada sua perseguição pelas ditaduras civis-militares. Ainda que o neoliberalismo tenha sobrevivido de diferentes maneiras nesses governos, a retomada do papel do Estado foi responsável por políticas redistributivas que tiveram impactos positivos na diminuição de desigualdades pós-coloniais." (Ballestrin, 2023, p. 110).

[47] Período político marcado por três mandatos presidenciais de centro-esquerda, sendo um de Néstor Kirchner (25/05/2003 a 10/122007) e dois de Cristina Kirchner (de 10/12/2007 a 10/12/2015).

del Encuentro (A Casa do Encontro) que por muitos anos foi a única entidade que produziu dados sobre os feminicídios no país[48], coletando-os e sistematizando-os a partir das publicações dos meios de comunicação (Piccone, 2020). Essa produção extraoficial de dados, sua publicização e a recorrência com que esses casos eram noticiados na mídia, são aspectos fundamentais para o surgimento do NUM.

É comum a associação do início do NUM ao tweet em 11 de maio de 2015, escrito pela jornalista Marcela Orjeda, diante da notícia do assassinato da jovem Chiara Páez de 16 anos, que ao se negar a fazer um aborto, foi assassinada pelo namorado (Natalucci; Rey, 2018). Conforme apresentado no capítulo anterior, foi a partir desta postagem de desabafo e indignação na antiga rede social Twitter (atualmente X) que outras dez mulheres responderam e construíram ali a proposta de realização de uma ação contra os feminicídios, a ocorrer em Buenos Aires no dia 03 de junho (Laudano, 2019). O protesto foi organizado por 23 dias e nesse período ocorreu o lançamento da convocatória que se espalhou por cerca de 120 cidades argentinas, alcançando também outros países, em especial Chile e Uruguai (Natalucci; Rey, 2018).

Contudo, para bem entender o que ocorre nesse curto período e culmina na grande mobilização de 3 de junho de 2015, é necessário retomar o que já vinha acontecendo. A própria insígnia “nem uma a menos”, como mencionado na Introdução, foi escolhida para a maratona de leitura realizada em março daquele ano na praça em frente ao Congresso Nacional, em memória da mexicana Susana Chávez Castillo, sua poesia e seu trabalho em defesa dos direitos humanos (Lenguita, 2021). De acordo com Claudia Laudano (2019) a escolha pelo “*ni una a menos*” vem dessa maratona de leitura, mas aquelas que chamaram o protesto do dia 03 de junho de 2015 desconheciam a origem e relação dessa expressão com os feminismos latino-americanos.

Claudia Laudano (2019) traça a história do surgimento do NUM a partir do contexto já existente de mobilizações ciberativistas e dos protestos de rua em torno

[48] Conforme detalhado por Pousadela (2023), o primeiro registro nacional de feminicídios na Argentina foi criado em 2008 pela organização social *Casa del Encuentro.* Trata-se de uma organização fundada em 2003 para apoiar vítimas de violência de gênero e tráfico de pessoas, cofundada por Ada Beatriz Rico após o feminicídio de Alicia Muñiz, assassinada em 1988 por seu ex-companheiro, o boxeador Carlos Monzón. Este caso marcou um ponto de inflexão, mobilizando a mídia e a sociedade para a violência contra as mulheres. Embora na época os feminicídios não fossem reconhecidos oficialmente, o episódio impulsionou campanhas de denúncia, multiplicou pedidos de ajuda, instituiu protocolos de atendimento e levou à criação da primeira Delegacia da Mulher em La Plata (Pousadela, 2023a).

do tema da violência contra as mulheres, em especial contra os feminicídios. Para isso, a autora retoma como no dia 25 de novembro de 2014 ocorreu uma convocatória feminista que ressaltou o alto número de feminicídios, utilizando os dados extraoficiais para denunciar que uma mulher havia sido assassinada há cada 30 horas no país, totalizando 1808 feminicídios em sete anos e utilizando a insígnia "El Estado es responsable" ("O Estado é responsável") (Laudano, 2019, p. 152). No 8 de Março (8M) de 2015 na Argentina, distintas organizações de mulheres e/ou feministas indicaram o fim da violência feminicida como uma de suas reivindicações centrais, e o tema da violência continuou produzindo mobilizações, como a do dia 21 de março do mesmo ano, conhecida como *siluetazo*[49] no qual foram feitas marcas na cidade de Buenos Aires nos lugares onde mulheres haviam sido assassinadas (Laudano, 2019).

De acordo com a cronologia traçada por Florencia Alcaraz (2020), a primeira ação pública do Coletivo NUM foi a maratona de leitura no dia 26 de março de 2015. Uma ação organizada por escritoras, acadêmicas, jornalistas e artistas; um grupo majoritariamente composto por mulheres, mas que também teve a participação de alguns homens. A organização da maratona coincidiu com dois marcos significativos: os dez anos do desaparecimento de Florencia Pennacchi[50] e o recente aparecimento do corpo de Daiana García, encontrado em um saco de estopa em Buenos Aires (Alcaraz, 2020).

Daiana García tinha 19 anos quando desapareceu em março de 2015, após sair de casa no bairro de Flores, em Buenos Aires, para uma entrevista de trabalho. Quando seu corpo é encontrado descobre-se que foi vítima de estrangulamento, e o principal suspeito se suicidou pouco depois de ser identificado pela polícia.

O feminicídio de Daiana García marcou um ponto de ruptura para aquele grupo inicial, que expressou sua indignação e repúdio diante do crime (Lenguita, 2021). A reação foi intensificada pelo modo como a imprensa tratou o caso, atribuindo à própria vítima parte da responsabilidade. Como observa Paula Lenguita (2021), diante desse cenário, a iniciativa teve como propósito evidenciar e contestar a naturalização da

[49] O s*iluetazo* é assim denominado por se tratar de uma intervenção político-artística de desenhar em papel ou no asfalto silhuetas humanas como modo de representar pessoas vítimas de violências diversas (Laudano, 2019). Essa era uma estratégia utilizada durante a ditadura militar para denunciar os desaparecimentos de pessoas em razão do terrorismo de estado e foi reapropriada em protestos feministas, como o de 3 de junho de 2015 (Lodwick, 2017).

[50] Florencia Pennacchi era uma estudante de 24 anos quando desapareceu em 16 de março de 2005, na região de Palermo, em Buenos Aires. Duas décadas depois, o caso segue sem conclusão. Entre as linhas de investigação levantadas esteve a possibilidade de que ela tenha sido vítima de uma rede de tráfico para fins de exploração sexual.

violência machista. A maratona de leitura, que se estendeu por várias horas, pode ser entendida mais do que como um encontro pontual: tornou-se o marco simbólico do surgimento do NUM, um movimento que se consolidaria como decisivo para o feminismo na Argentina (Lenguita, 2021).

Na entrevista com Olivia (Buenos Aires) foi possível perceber que a maratona de leitura de março de 2015 surgiu a partir de um grupo no Facebook que tinha como nome "*Ni Una Menos*". O chamado de Marcela Orjeda via Twitter (atualmente X) acabou formando um outro grupo, que convocou para a organização do protesto em 3 de junho. A chamada para a mobilização em 3 de junho via redes sociais rapidamente chegou no grupo que tinha participado da maratona de leitura, ao mesmo tempo em que alcançou organizações feministas (Natalucci; Rey, 2018).

Portanto, é possível perceber como o contexto de surgimento do NUM é heterogêneo e complexo, uma conjunção de distintas ações e sujeitas(os). Um exemplo disso é que ao mesmo tempo em que ocorria a mencionada maratona de leitura, que comumente é indicada como elemento pré-fundacional do NUM (Lenguita, 2021), outro grupo de jornalistas realizava campanhas com o título "Fartos e fartas de contar feminicídios" (Laudano, 2019). Portanto, a tentativa de identificar a gênese do NUM, passada uma década de seu surgimento, é bastante desafiadora.

Isso é um indicativo de como este chamado não surgiu de organizações feministas ou organizações de mulheres já existentes – tal qual mencionado no capítulo anterior. Isso não significa dizer que o 3J de 2015 (como foi nomeado pelo movimento) não seja tributário das ações anteriores dos movimentos de mulheres e movimentos feministas do país. Apesar da importância do tweet de denúncia e de desabafo da jornalista, como mencionado, já existiam ações de ciberativismo feminista com foco na publicização dos casos de violência contra mulheres e convocatórias de protestos nas ruas de denúncia dessas violências (Laudano, 2019). A própria Marcela Orjeda reconhece que as condições para que o tweet fosse escrito e tivesse o impacto que alcançou haviam sido construídas ao longo de décadas de ativismo de mulheres (Pousadela, 2023a).

Por esse motivo, Laudano (2019) indica que a convocatória ocorreu no âmbito de uma série de ações públicas heterogêneas e contou com o apoio de jornalistas, partidos políticos, professoras(es), estudantes, organizações de bairro e de defesa dos direitos humanos, sem ter a oposição de nenhum setor social organizado. Seu alcance foi tão expressivo que teve o apoio não apenas de diversas organizações

sociais de mulheres e feministas, mas também de instituições públicas e privadas, inclusive a Igreja Católica por meio de duas organizações (Comissão Episcopal de Apostolado Laico e Pastoral Familiar e a Ação Católica Argentina) que afirmaram atuar em defesa da necessidade de acompanhar os discursos e iniciativas do novo Papa Francisco I (Annunziata et al., 2016).

Além disso, de acordo com Ana Natalucci e Julieta Rey (2018), a convocatória para o 3J de 2015 foi organizada por pelo menos dois grupos de pessoas: as ativistas e as militantes. As ativistas eram aquelas que se aproximaram da causa por convicção individual, disponibilizaram seu capital simbólico e suas redes de contatos, principalmente as jornalistas, dentre as quais várias afirmavam não serem militantes feministas. No geral, a atuação delas foi fundamental e concentrou-se no momento de surgimento do NUM, quando se colocou publicamente o tema da violência contra as mulheres e os feminicídios, sem que isso significasse a participação continuada no coletivo que se formará posteriormente (Natalucci; Rey, 2018). O outro grupo, as militantes, se aproximam do NUM já tendo algum sentimento de pertencimento a uma organização de mulheres e/ou feminista. Estas tenderam a reforçar a importância e influência da trajetória do movimento de mulheres e feminista argentino anterior ao NUM e desde o início buscaram construir uma continuidade ao 3J, para instalar uma agenda política feminista não centrada apenas no tema da violência feminicida (Natalucci; Rey, 2018).

Esta distinção é reconhecida por algumas das entrevistadas, em especial Olivia (Buenos Aires) que participou diretamente do NUM desde o chamado ao 3J de 2015 até 2017. Ela, que também é jornalista e que trabalha na cobertura de matérias relacionadas com as violências de gênero desde muito antes do surgimento do NUM, destacou a importância do papel desempenhado pelas jornalistas feministas não apenas para o alcance do chamado para o protesto, mas no modo como ele foi construído por aquelas que eram jornalistas e ativistas ao mesmo tempo.

A contradição entre as ativistas e as militantes esteve presente desde o chamado para o 3J de 2015, pois como dito por Olivia sobre as jornalistas que convocaram à mobilização: “Havia muita desconfiança também por isso, porque sim, nenhuma representava uma organização política, social ou sindical, nenhuma. E me

parece que também por isso foi efetiva [a convocatória].”[51] (Olivia, Buenos Aires). Nesse processo de interação entre ativistas e militantes, Milagros (Rosário, Mujeres Evita), militante de longa trajetória, também ressaltou a importância de o 3J ter surgido por meio de jornalistas. Segundo ela, essas(es) profissionais funcionam como pontes essenciais para tornar visíveis situações que, muitas vezes, são difíceis de evidenciar a partir dos próprios territórios. Os meios de comunicação e seus profissionais oferecem a oportunidade de dar visibilidade a fatos que, de outra forma, permaneceriam ocultos (Milagros, Rosário, Mujeres Evita). Por sua vez, Olivia argumenta que o capital simbólico das jornalistas foi importante, mas também o conhecimento, enquanto “trabalhadoras da palavra”, influenciou a forma como se construiu e realizou o primeiro 3J, especialmente em Buenos Aires – o que repercutiu e influenciou também a maneira como ele foi organizado em outras localidades do país.

Ela argumenta que as escolhas feitas, como quais palavras e hashtags usar, não foram casuais: ainda que tenha sido um processo intuitivo, também havia uma estratégia apoiada no conhecimento sobre os meios de comunicação (Olivia, Buenos Aires). O que María Piccone (2020) destacou como sendo a habilidade de sintetizar demandas feministas complexas em frases simples, ao mesmo tempo em que lhes conferem repercussão por meio de suas vozes e de sua familiaridade em se fazer ouvir nos espaços midiáticos. A própria publicização do documento produzido naquele 3J reflete isso, na medida em que ele foi lido em Buenos Aires por três pessoas famosas: uma quadrinista, um ator e uma atriz “[...] tudo isso está meio calculado. É que as organizações talvez tivessem dito não, que fosse tal pessoa histórica, que tem um grande valor, mas que ninguém a conhece.”[52] (Olivia, Buenos Aires).

Ana Correa, uma das participantes do grupo organizador, afirmou em entrevista a Inés Pousadela (2017):

> Houve algum grau de espontaneidade, mas também houve muito trabalho organizativo. [...] Desde o início, nos propusemos a fazer algo massivo. Vimos isso como a única maneira de alcançar nossos objetivos. Isso não poderia ser apenas mais uma marcha. Por isso,

[51] No original: “había mucha desconfianza también por eso, porque sí, ninguna representaba una organización política, social, sindical, ninguna. Que me parece que también por eso fue efectivo.” (Olivia, Buenos Aires).

[52] No original: “[…] todo eso está pesado un poco. Es que las organizaciones quizás hubiesen dicho no, que vaya esta persona histórica, que tiene un valor pero por ahí nadie la conoce.” (Olivia, Buenos Aires).

> tomamos iniciativas que eram disruptivas na época: por exemplo, buscamos o apoio de "celebridades", mulheres e homens, para que pudessem nos ajudar a divulgar o chamado à mobilização o mais amplamente possível. Vale lembrar que não tínhamos nenhum orçamento para fazer isso, e não queríamos aceitar ajuda dos mesmos setores aos quais estávamos dirigindo nossas demandas. Precisávamos de aliados na grande mídia e apoio tanto de mulheres quanto de homens. Não pedimos credenciais de senioridade dentro dos movimentos feministas, embora obviamente tenhamos estabelecido alguns limites.[53] (Ana Correa em entrevista a Pousadela, 2017)

Esses elementos exemplificam o que a literatura já aponta sobre o surgimento do NUM: o primeiro 3J teve um modo de organização *sui generis* em comparação aos anos posteriores, uma vez que não contou com assembleias nem com a construção da mobilização e do documento a partir dos consensos produzidos nesses espaços. Não havia ainda neste início uma organização estruturada, como costuma ocorrer em movimentos sociais. Isso faz com que Véronica (Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal) relate que, quando o NUM surgiu, enquanto integrava a organização Católicas pelo Direito de Decidir, presenciou diversas pessoas e instituições querendo financiar o movimento, porém a *consigna* havia emergido de maneira espontânea, sem uma estrutura organizativa consolidada e diante da rápida popularização, muitos doadores se aproximavam oferecendo recursos.

Reconhecer a importância das jornalistas ativistas neste momento inicial, não significa dizer que elas, incluindo Olivia, atribuem o sucesso do chamado para o 3J apenas a esse caráter público e de conhecimento das jornalistas que impulsionaram a mobilização.

> Para mim, sempre é importante, sempre que nos perguntam por que surge o NUM ou por que aqui na Argentina e não em outro lugar: olhar para a história do nosso país e do movimento de Direitos Humanos. Nossa luta é herdeira das Madres, das Abuelas, da luta dos sindicatos, ou seja, da luta dos docentes, como você sabe, você viveu, conhece de perto: ocupar as ruas é uma prática na Argentina. Não é que o NUM surgiu do nada, não surgiu apenas de um tweet. Sim, naquele momento se utilizou da inteligência coletiva e da difusão das redes,

[53] Tradução livre, no original: "there was some degree of spontaneity, but there was also a lot of organisational work. [...] From the beginning we set out to do something massive. We saw this as the only way our goals could be achieved. This could not be just another march. That's why we took initiatives that were disruptive at the time: for instance, we sought the support of "celebrities", women and men, so they could help us disseminate the call for mobilisation as far and wide as possible. Let's keep in mind that we didn't have any budget to do this, and we did not want to accept help from the very same sectors we were addressing our demands to. We needed allies in the mass media and support from both women and men. We did not ask for seniority credentials within feminist movements, although we obviously did in set some boundaries." (Ana Correa em entrevista a Pousadela, 2017).

> mas acredito que não teria sido possível sem toda essa história. [...] e, para mim, não é por acaso que tenha surgido no Governo de Cristina. Não digo que estávamos super bem economicamente como país, mas era um governo que havia garantido condições mínimas, como por exemplo a a*signación universal por hijo*[54]. Porque você não vai a uma marcha se não tem o que comer nem com quem deixar seus filhos. Ainda que aconteça agora um evento mobilizador como os feminicídios de 2015, seria mais difícil que os setores populares se manifestassem de forma massiva pois estão em uma situação mais complicada do que naquele momento. Então, também existiam as condições materiais para que o acontecimento ocorresse, e esse era um avanço que já tínhamos alcançado.[55] (Olivia, Buenos Aires)

O ciclo kirchnerista de expansão de direitos, mencionado na fala de Olivia, foi compreendido pelos movimentos de gênero e diversidade como uma oportunidade para impulsionar novos debates culturais e renovar as estratégias voltadas à conquista de outros direitos (Natalucci; Messore, 2023). Alguns dos resultados desse modo de construção do primeiro 3J foi a exclusão da reivindicação pela descriminalização do aborto no documento final de Buenos Aires. Também ocorreu a aproximação com os movimentos pelos direitos humanos, em especial retomando a luta pela democracia traçada desde a ditatura por meio de uma proposta de recriação do pacto democrático, pautado no fim dos assassinatos de mulheres (Natalucci; Rey, 2018).

Outro aspecto importante foi o uso estratégico de hashtags, por meio de uma campanha para que fossem postadas fotos e selfies em redes sociais com um cartaz escrito #NiUnaMenos. Como já mencionado no capítulo anterior, o NUM produz protestos híbridos entre o online e offline desde o seu início (Bülow; Messore; Olguín,

---

[54] A *Asignación Universal por Hijo* (AUH) é um programa governamental de transferência de renda condicionada (à frequência escolar e vacinação das crianças) criado em 2009 e voltado para famílias sem trabalho formal ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

[55] No original: “Para mí siempre es importante como, siempre que nos preguntan por qué surge ni una menos o por qué acá en Argentina o no: ver la historia de nuestro país y del movimiento de Derechos Humanos. Nuestra lucha es heredera de las Madres, de las Abuelas, de la lucha de los sindicatos, o sea de la lucha de docentes como que bueno vos conoces, tuvisteis, conoces de cerca: ocupar las calles es una práctica en Argentina. Como que no es que ni una menos sale de un repollo, no sale de un tweet únicamente. Sí usa en ese momento la inteligencia colectiva y la difusión de las redes para, pero creo que no hubiese sido posible sin toda esa historia. […] a mí no es casual que haya surgido en el Gobierno de Cristina porque estaban, no te digo que estábamos recontra bien como país económicamente, pero como era un Gobierno que había garantizado condiciones mínimas, por ejemplo, la asignación universal por hijo… Como que, pues no vas a una marcha si no tienes para comer ni para cuidar a tus hijos, ahora aún por más que pasen estallido de un evento conmocionante como están los femicidios en 2015, va a ser más difícil que los sectores populares vienen a manifestación de manera masiva porque están más complicado que antes. Entonces, como también estaban las condiciones materiales para que suceda el acontecimiento y cómo eso ya habíamos avanzado.” (Olivia, Buenos Aires)

2024). A postagem das fotos com a hashtag além de ser uma ação simples e de demandar pouco compromisso, aspectos que facilitaram a adesão, foi uma campanha direcionada sobretudo às celebridades, o que ampliou exponencialmente o alcance do protesto (Laudano, 2019). Também se somaram organizações sociais argentinas e personalidades de outros 280 países, de modo que a hashtag se tornou *trending topic* mundial no dia 3 de junho de 2015 (Natalucci; Rey, 2018), resultado da adesão massiva à campanha ciberfeminista que fez esse chamado no dia anterior (Laudano, 2019).

Isso se conectou em 2015 com o fato de ser ano de eleição presidencial, legislativa e para o governo estadual, sendo necessariamente o último ano do mandato da presidenta Cristina Kirchner. Para María Piccone (2020), a conjuntura política por vezes facilita a emergência de certas demandas e o desgaste dessa aliança política que governou por 12 anos pode ter sido uma janela de oportunidade. Nesse contexto, aderiram à hashtag *#NiUnaMenos* quase 700 políticos e políticas, inclusive pré-candidatos(as) presidenciais: Daniel Scioli, Florencio Randazzo, Mauricio Macri, Sergio Massa (candidato apoiado por Cristina Kirchner) e Margarita Stolbizer (Natalucci; Rey, 2018). Tratava-se do início da crise do giro à esquerda e começo de um período de restauração conservadora não apenas na Argentina, mas na região (Natalucci; Messore, 2023).

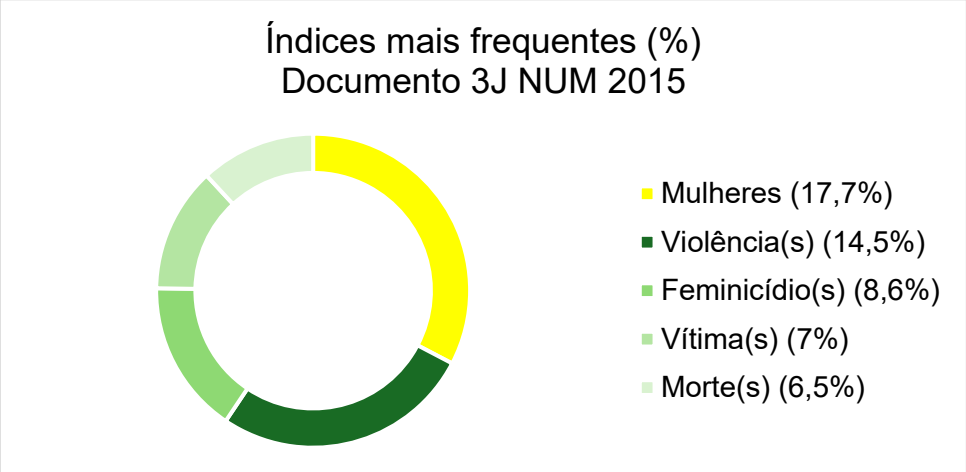
O grupo que se forma a partir do tweet de maio de 2015 incluía pessoas opositoras e apoiadoras do então Governo de Cristina Kirchner (Laudano, 2019). As organizadoras do 3J de 2015 também direcionaram sua campanha às/aos candidatos(as) presidenciais, apresentando um documento de compromisso e solicitando que se pronunciassem diante das demandas do NUM, impulsionando a hashtag *#DeLaFotoalaFirma* (em tradução livre: #DaFotoàAssinatura), de modo que a postagem da foto de apoio com a hashtag do *#NiUnaMenos* viesse a se tornar também um compromisso político (Natalucci; Rey, 2018). Além disso, denunciaram que propostas de políticas públicas destinadas a combater a violência contra as mulheres estavam majoritariamente ausentes nas campanhas eleitorais de quase todos os partidos, demarcando o NUM como uma reinvindicação política não partidária (Natalucci; Rey, 2018).

Quando perguntei para Olivia sobre as estratégias coletivas neste primeiro 3J, ela indicou duas em especial: (1) as ações pensadas a partir do reconhecimento de que se estava em ano eleitoral e (2) a produção de um documento com demandas

específicas direcionadas ao Estado. Assim, ela mencionou essa campanha via redes sociais para que as/os candidatos(as) assumissem publicamente as *consignas* do NUM em seus planos de governo e a elaboração do documento com cinco propostas concretas que interpelavam o Estado, aí incluídos os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (Olivia, Buenos Aires). Vale ressaltar que este documento foi divulgado online e, como já mencionado, também lido publicamente durante o protesto, em uma dinâmica que exemplifica o caráter híbrido das manifestações do NUM, conforme discutido anteriormente (Bülow; Messore; Olguín, 2024).

Ao aplicar a metodologia da análise de conteúdo, nos modos como detalhado no Capítulo Introdutório, foi possível perceber que neste documento inaugural do NUM são abordados de modo predominante temas relacionados ao "Grupo A – Justiça". Estando praticamente ausentes os demais e totalmente excluídas questões relacionadas ao "Grupo D – Raça e etnia". Quanto aos modos de aparição, foram majoritariamente como Denúncias, Reivindicações ou Oposição (DRO), tendo algumas como Conquistas e nenhuma como Dado ou Autoidentificação. O fato de serem principalmente denúncias e reivindicações é coerente com o propósito do documento, conforme narrado anteriormente. Os dados produzidos via análise de conteúdo estão visíveis na Tabela 2, na página seguinte.

Gráfico 1: Cinco índices mais frequentes no documento 3J de 2015.



Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2015 (Ni Una Menos).

Tabela 2: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2015.

CATEGORIA	ÍNDICES	QUANT.	MODOS DE APARIÇÃO:	
			DRO	Conquistas
A – Justiça	Estado	4	4	
A – Justiça	Direitos humanos	1	1	
A – Justiça	Poder Judicial/operadores(as) judiciais/Justiça	11	11	
A – Justiça	Orçamento	2	2	
A – Justiça	Ley de Protección Integral de las Mujeres/Ley Nº 26.485	5	3	2
A – Justiça	Plan Nacional de Acción para la Prevención, Asistencia y Erradicación de la Violencia contra las Mujeres	2	1	1
A – Justiça	Crianças/menina(s)/infância(s)	4	4	
A – Justiça	Violência(s)*/violenta(o)/violentamente/violentada(s)	27	25	2
A – Justiça	Violência institucional	1	1	
A – Justiça	Violência machista	7	6	1
A – Justiça	Violência contra a(s) mulher(es)	6	5	1
A – Justiça	Feminicídio(s)/Femicídio(s)	16	16	
A – Justiça	Morte/Morta(s)/Assassina(s)(es)/ Assassinato/Matar(m)/Assassino	12	12	
A – Justiça	Vítima(s)	13	13	
A – Justiça	Tráfico [enquanto tráfico de pessoas]	1	1	
A – Justiça	Prostituição [forçada] /Pessoa em situação de prostituição/ Exploração sexual/ Prostituída(s)	1	1	
B – Saúde	Educação Sexual Integral (ESI)	1	1	
C – Economia	Trabalho	1	1	
E - Identidades de gênero e sexualidade	Mulher(es)*	33	31	2
E – Identidades de gênero e sexualidade	Homem(ns)	2	2	

Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2015 do Ni Una Menos.

Diante destes dados, de todos os índices pesquisados, “mulher(es)” e “violência(s)” são os mais frequentes. Assim, percebe-se que a abordagem sobre as violências de gênero neste primeiro documento é nomeada principalmente a partir de “feminicídio” e “violência machista”, sendo a categoria mulher(es) a identidade de gênero predominante. O gráfico a seguir ilustra a centralidade do “Grupo A”, evidenciando a frequência relativa de seus índices em comparação ao conjunto total do documento. Os dados, obtidos a partir da ferramenta Voyant Tools, permitem observar a distribuição proporcional dos cinco índices mais recorrentes em relação ao corpus total do documento.

Desde este primeiro documento fica expressa uma compreensão de que embora a maioria dos feminicídios seja cometida por homens do círculo íntimo das vítimas, esses crimes não devem ser entendidos como questões privadas, mas sim como produtos da violência social e cultural legitimada por discursos públicos e midiáticos que reforçam estereótipos e desqualificam as mulheres (Doc 3J 2015).

Há um chamado direto à responsabilidade do Estado, mas também à sociedade como um todo e aos meios de comunicação em especial.

> Os feminicídios não devem ser tratados como problemas de segurança. E a luta contra eles exige uma resposta múltipla, de todos os poderes do Estado e todas as suas instâncias – nacional, estadual, municipal – mas também precisa de uma resposta de toda a sociedade civil. E em especial uma resposta por parte dos e das jornalistas, comunicadores e comunicadoras, que são quem constroem interpelações públicas. (Doc 3J 2015)

Há uma preocupação em reconhecer que as demandas do NUM não são por mais práticas punitivistas de segurança pública, em sintonia com a perspectiva de algumas organizações em defesa dos direitos humanos.

Na entrevista com Camila (Buenos Aires, NUM Buenos Aires) ela aborda como ao olharmos o primeiro 3J é perceptível uma preocupação com os feminicídios e a violência machista. Ela também menciona que há no início do NUM uma vinculação entre o desaparecimento de mulheres com o crime de tráfico de pessoas. Nos anos seguintes, essa perspectiva passa por mudanças. Camila narra como, em especial a partir de 2018, deixa-se de associar de forma tão direta o desaparecimento de mulheres ao tráfico de pessoas, abrindo espaço para outras interpretações. Ganha força, então, o entendimento de que as jovens também desaparecem ou são desaparecidas por outros motivos, entre eles os feminicídios.

Esse é o contexto de surgimento do NUM, portanto, associado à denúncia das violências contra as mulheres e os feminicídios, tendo sido essa a pauta que possibilitou o 3J de 2015. Nele se reuniu em Buenos Aires, na praça do Congresso e seu entorno, entre 150 e 250 mil pessoas (Natalucci; Rey, 2018), totalizando aproximadamente 400 mil pessoas em 240 localidades argentinas (Laudano, 2019).

Nas entrevistas de Susana (Mendoza, Colectivo NUM Mendoza), Teresa (El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM) e Milagros (Rosário, Mujeres Evita) foi possível perceber como o chamado inicial do NUM repercutiu em diferentes regiões do país e de maneiras diversas, mesmo em localidades de porte médio ou pequenas.

No texto-relato de Eugenia del Puerto (2017) ela narra como em El Bolsón, mesma localidade onde vive e atua politicamente Teresa, ocorreram ações prévias a marcha do 3J como roda de conversa sobre violência de gênero e feminicídio e a produção de stencil e pintura de camisetas com dizeres como “ni una menos” e “basta de violencia”. A complexidade deste primeiro 3J envolveu a baixa participação em algumas localidades nessa região e as tentativas de cooptação por partidos políticos da agenda em outras (Puerto, 2017). Especificamente em El Bolsón, ela narra que a marcha contou com “muita gente, não sei calcular quantas pessoas, mas ocupamos mais ou menos duas quadras, isso para aqui é muita gente!”[56] (Puerto, 2017, p. 80). El Bolsón está situada ao sul da Argentina, na região patagônica, extremo sudoeste do estado de Río Negro, e possui cerca de 13.500 habitantes.

Além disso, também é possível perceber nas entrevistas as diferenças nos modos e tempos de organização nas diferentes regiões. Ou seja, não é apenas a organização do NUM de Buenos Aires que se transforma muito do 3J de 2015 para o que virá a ser nos anos seguintes. Isso se percebe, por exemplo, quando Teresa (El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM) detalha o surgimento da Colectiva Comarcal Ni Una Menos da qual participa desde o início e que se consolidou somente em 2017. É apenas nesse momento que a Coletiva se constitui, inicialmente formada por 75 pessoas, como grupo organizado com diferentes propósitos, dentre eles, o de acompanhar mulheres vítimas de violência no âmbito institucional do judiciário, uma prática que até onde se sabe o NUM de Buenos Aires nunca chegou a adotar. Ou seja, o NUM na Argentina teve e ainda tem muitos modos diferentes de organização interna e atuação pública.

[56] Tradução livre, no original: “mucha gente, no sé calcular cuántas personas, pero más o menos ocupábamos dos cuadras, ¡eso por acá es mucha gente!” (Puerto, 2017, p. 80).

De modo semelhante, Susana (Mendoza, Colectivo NUM Mendoza) relata que, quando receberam a convocatória para o primeiro 3J, ela e outras militantes já traziam consigo anos de atuação em diferentes espaços. Assim, em Mendoza, organizaram uma grande marcha com características próprias, processo que também se repetiu em outros estados. Para ela, este primeiro protesto a partir do NUM foi um marco na localidade. Um dos motivos foi a grande adesão ao chamado: “Em Mendoza foi impressionante. Uma das maiores marchas que já vi no meu estado, de todas as que participei, fossem estudantis, de trabalhadores, enfim, a marcha foi enorme.”[57] (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza).

Um segundo motivo para a importância deste 3J em Mendoza foi terem conseguido reunir setores que pareciam impossíveis de articular, incluindo toda a esquerda, o peronismo e o radicalismo. Este elemento, segundo ela, foi o reflexo de uma organização feita por muitas pessoas, fazendo com que a força coletiva se manifestasse de forma extraordinária (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza). Susana percebe como esta é outra diferença com relação ao NUM em Buenos Aires naquele momento, pois na capital a organização foi feita por um grupo muito menor de pessoas, especialmente jornalistas, como já mencionado. Mendoza é a cidade capital do estado homônimo, localizada na região oeste do país, a leste da Cordilheira dos Andes. A cidade conta com aproximadamente 115.000 habitantes, enquanto a população da área metropolitana é superior a 1 milhão de pessoas; o que faz da Grande Mendoza a quarta maior região metropolitana da Argentina.

Nesse contexto, Susana conta em tom divertido como foi após terminado o primeiro 3J em Mendoza: “todas as que havíamos organizado o Ni Una Menos, éramos de espaços distintos, não nos reunimos novamente. Além disso, ficamos meio ‘tchau, não quero mais te ver, viu?’ [...] amo vocês, meninas, mas não quero mais vê-las.”[58] (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza). Durante a entrevista ela conta isso rindo e dizendo que foi mais ou menos assim que aconteceu dadas as diferenças, em especial, com as *troskas*. Somente em 2016 se estabelece um grupo mais contínuo de atuação que se nomeará como NUM Mendoza. Retomo mais adiante o

[57] No original: “En Mendoza fue impresionante. Una de las marchas más grandes que he visto en mi provincia, de todas las marchas en las que he participado, siempre sean estudiantiles, de trabajador, o sea, fue enorme la marcha.” (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza).

[58] No original: “todas las que habíamos armado ni una menos, éramos de espacio distinto, no nos volvimos a juntar. Además, como quedábamos de ‘chau no te quiero ver más, ¿viste?’ […] las amo chicas, pero no las quiero ver más.” (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza).

modo como esses primeiros 3J se desdobram nos anos seguintes tanto em El Bolsón, quanto em Mendoza.

Contudo, gostaria aqui de considerar a fala de Susana para traçar uma breve contextualização sobre o campo político argentino de um modo geral e suas implicações aos feminismos em particular. É preciso considerar pelo menos três grupos políticos que são mencionados com alguma frequência nas entrevistas e perceptíveis nas dinâmicas das assembleias que acompanhei: o peronismo, a esquerda e as *troskas,* trotskistas ou radicais.

De modo sucinto, o peronismo pode ser compreendido como um movimento político associado principalmente a Juan Domingo Perón (1895-1974) e sua primeira esposa, Eva Perón (1919-1952). Surgiu na década de 1940 e foi um movimento de promoção de políticas de bem-estar social e direitos trabalhistas, características da social-democracia, mas que também incorporava elementos de nacionalismo, corporativismo e populismo; que não são exclusivos da social-democracia. O peronismo nasceu como uma resposta às condições sociais, políticas e econômicas da Argentina da época, marcada pela desigualdade social, industrialização acelerada e lutas trabalhistas.

Na Argentina, a esquerda foi muitas vezes percebida como distante das massas populares, historicamente identificadas com o peronismo (Etulain, 2001). Sua principal divisão interna, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, esteve relacionada justamente à forma de se posicionar diante desse movimento. Assim, há uma esquerda peronista, exemplificada pelos Montoneros, que se autodefiniam como peronistas de esquerda e buscavam atuar dentro do peronismo para dialogar com a base popular; e a esquerda não peronista, de matriz marxista, que manteve identidade própria, como o Partido Revolucionário del Pueblo (PRP), classificado como não peronista e marxista, e o Partido Obrero (PO), de orientação trotskista (Casola, 2021; Etulain, 2001).

É neste último que se encontram as *troskas:* modo informal que inicialmente se referia às militantes mulheres vinculadas ao Partido Obrero (PO), de orientação trotskista e não peronista. Conforme analisado por Natalia Casola (2021), esse setor da esquerda revolucionária, ao longo do século XX olhava com desconfiança para o feminismo, considerado um movimento burguês e policlassista. Defendiam que a libertação das mulheres só poderia ser alcançada por meio da revolução socialista, colocando a opressão de gênero em posição subordinada à luta de classes (Casola,

2021). Com o passar dos anos, em especial ao longo da década de 1990, e diante do crescimento do movimento de mulheres no país como a frequência e adesão aos Encontros e a partir de debates internos, o PO passou por uma “militância sinuosa” e criou sua própria organização de mulheres (Casola, 2021). O uso do termo *troskas* acabou se ampliando para designar, em geral, mulheres militantes da esquerda trotskista argentinas, que podem estar no PO, mas também em outros partidos políticos ou não estarem formalmente vinculadas a nenhum partido.

As tensões e divergências entre esses três grupos (peronistas, esquerda não-peronistas e trotskistas ou radicais) é perceptível no âmbito do NUM argentino. Um dos aspectos mais emblemáticos do NUM foi a capacidade de estabelecer espaços de diálogo e de articulação política coletiva entre militantes desses grupos distintos e, ao mesmo tempo, internamente complexos. Retomo essa distinção em outros momentos desta tese.

Neste contexto, o dia 03 de junho se tornou uma data paradigmática da luta feminista argentina por ter ampliado os protestos, os repertórios e o número de agentes envolvidas(os) (Natalucci; Rey, 2018). Contribuiu igualmente para a conformação de novos espaços de articulação entre sujeitas(os) e organizações provenientes de distintas tradições e perspectivas políticas.

A cobertura midiática deste primeiro 3J também é um aspecto importante tanto pelo fato de que jornalistas foram algumas das principais articuladoras, quanto pelas mencionadas críticas do Coletivo endereçadas à própria cobertura midiática dos casos de feminicídios. Antes deste primeiro 3J, os meios de comunicação divulgaram diversas notícias relacionadas à violência de gênero e aos feminicídios, inclusive entrevistando diretoras da ONG A Casa do Encontro, que, como mencionado, registrava e tornava públicos os números de casos de feminicídio no país, além de fornecer dados ao grupo organizador do primeiro 3J (Annunziata et. al, 2016).

Melina Pagnone (2017), identifica como alguns dos principais veículos de comunicação argentinos repercutiram o 3J de 2015, mostrando uma mudança significativa dos jornais que até então capitalizavam os casos de feminicídios, como se fossem apenas um tema de segurança pública. Noticiaram o 3J a partir da perspectiva de violência de gênero, ainda que a maioria tenha adotado o termo de modo genérico e sem distinções que considerassem as categorias de feminicídios, violências sexuais e outras (Pagnone, 2017).

De acordo com Lucía Nuñez Lodwick (2017) nesse primeiro protesto do 3J de 2015, *“ni una menos”* se tornou nas ruas um significante para diferentes reivindicações contra múltiplas violências. Dentre elas: de luta contra violência de gênero e feminicídios; de reinvindicações em prol do aborto legal, seguro e gratuito, denunciando as mortes decorrentes dos abortos clandestinos; pelo fim das redes de tráfico de exploração sexual, denunciando a cumplicidade do Estado nesses casos; pelo fim dos maus tratos contra animais, e; de denúncia das violências contra pessoas feminilizadas, em especial, em razão dos assassinatos de trans e travestis.

Para Karina Moura (2017), o 3J de 2015 continha uma expressiva heterogeneidade de participantes e seu amplo alcance decorreu da sua capacidade de produzir interpelações a todas as pessoas – ainda que não sejam as mesmas para cada uma. As adesões se deram de modos variados, bem como foram diferentes os entendimentos do que se considerou parte do chamado pela expressão “ni una menos”.

Um dos aspectos que chama a atenção no primeiro documento do NUM é a já mencionada ausência da reinvindicação pelo direito ao aborto. Ainda assim, o documento apresenta a defesa do direito das mulheres a dizerem “não” às imposições sociais, relacionamentos ou papéis preestabelecidos, visível em “o direito de dizer NÃO diante daquilo que não se deseja: um parceiro, uma gravidez, um ato sexual, um modo de vida preestabelecido.” (Doc 3J, 2015). Reforçando que somente a partir desse direito ao “não” é possível afirmar o “sim” às escolhas próprias sobre o corpo, a sexualidade, a vida afetiva, o trabalho, a política e a participação social em geral. Ainda que esta não seja uma declaração expressa pelo direito ao aborto, torna a *consigna ni una menos* ampla o suficiente para aquelas que são contra a legalização do direito ao aborto, mas também àquelas que eram a favor – retomo a reinvindicação ao direito ao aborto legal desde este primeiro 3J no próximo capítulo. Inclusive, as lideranças que leram este documento em Buenos Aires estavam usando lenços verdes (Gómez, 2023)

Especialmente nesse primeiro 3J o grande alcance da mobilização se deu em boa medida por esta amplitude da *consigna*, que resultou no apoio de praticamente toda a classe política (inclusive pessoas com alinhamentos políticos bastante distintos como Mauricio Macri e Sergio Massa) e personalidades midiáticas (mesmo aquelas acusadas anteriormente por movimentos feministas de reproduzir discursos e práticas machistas), permitindo que estivessem na mesma mobilização organizações pelo

direito ao aborto e jovens de escolas católicas (Annunziata et. al, 2016). Considerando a articulação da Igreja Católica para influenciar os Encontros, mencionada no capítulo anterior, podemos considerar o seu paradoxal apoio à mobilização do NUM, em especial fazendo menção ao Papa Francisco[59], como um indicativo da complexidade que envolveu a massificação do NUM e sua popularização.

Na cidade de Buenos Aires, a escolha pela mobilização na Praça do Congresso também carregou o simbolismo de destinar as reivindicações ao legislativo, coerente com o fato de que as principais *consignas* foram pelo fim dos feminicídios, e, portanto, uma demanda pela regulamentação e cumprimento da Lei de Proteção Integral nº 26.485 (Moura, 2017). Essa Lei, mencionada no início desta seção, ainda que aprovada, não estava totalmente regulamentada, assim como o Plano Nacional de Ação destinado a prevenir e erradicar a violência contra as mulheres (Annunziata et. al, 2016). Esta é uma demanda expressa do documento do 3J daquele ano.

Assim, o NUM se tornou internacionalmente conhecido a partir do seu surgimento em 2015. Foi lido como um ponto de inflexão por meio do qual as violências contra as mulheres e pessoas feminizadas passam a ser consideradas relevantes e com impacto para toda a sociedade (Moura, 2017). Também como o movimento feminista mais importante dos últimos anos (Bidaseca, 2023). Para isso, a própria questão da identidade das pessoas que são sujeitas do feminismo produziu uma expansão na qual falar apenas de mulheres não era mais suficiente, e se passou a utilizar também termos como “corpos dissidentes” (da norma cis-heterossexual) e pessoas feminizadas (Mason-Deese, 2020) – tema que retomo na seção seguinte.

Foi a partir desse cenário que se construiu o Coletivo NUM, como se autointitulam, e que tem sido entendido como “o pontapé de um ciclo impressionante de mobilização feminista, que conduziu à criação de novas dinâmicas, organizações, demandas, agendas públicas e conquistas de novos direitos.”[60] (Natalucci; Messore, 2023, p. 179–180). A criação do Coletivo pode ser lida como uma das consequências do protesto do 3J de 2015 (Bülow; Messore; Olguín, 2024).

---

[59] Refiro-me ao fato de que o Papa Francisco, assim como o Papa Bento XVI, são dois atores importantes na popularização do conceito de “ideologia de gênero” que tem sido um dos principais amálgamas na contraofensiva eclesiástica, econômica e militar contra os direitos das mulheres e pessoas LGBTQIA+, tanto no campo nacional quanto internacional dos direitos humanos (Gago, 2019).

[60] Tradução livre, no original: “el puntapié de un ciclo impresionante de movilización feminista, que condujo a la creación de nuevas dinámicas, organizaciones, demandas, agendas públicas y conquistas de nuevos derechos. (Natalucci; Messore, 2023, p. 179–180).

É a partir deste cenário que se utiliza com frequência a expressão massificação para se referir ao que ocorre na Argentina a partir do NUM, a exemplo de: Verónica Gago (2020), Paula Lenguita (2021), Liz Mason-Deese (2020), María Piccone (2020) e Ana Natalucci e Florencia Messore (2023). Estas últimas consideraram a quantidade de protestos que tinham como tema questões de gênero no país e perceberam que entre o período de 2011 e 2015 e o período de 2015 e 2019, ocorreu um crescimento expressivo: as organizações voltadas para gênero e diversidade cresceram de 0,8% do total das que protestavam para 4,1%, enquanto as demandas relacionadas a questões de gênero subiram de 1,9% para 5,4%. (Natalucci; Messore, 2023).

> Esses dados mostram, por um lado, o crescimento das organizações feministas e, por outro, a difusão das demandas específicas dos movimentos. Além disso, esse aumento se refletiu na realização de manifestações ou *pañuelazos* em cidades que normalmente não participam de eventos contestatórios, revelando outra dimensão da expansão do ciclo.[61] (Natalucci; Messore, 2023, p. 185)

Isso está em consonância com os relatos das entrevistas realizadas e com a literatura apresentada sobre a ampla adesão aos protestos do 3J de 2015 em diversas localidades da Argentina. Ana Natalucci e Florencia Messore (2023) apresentam o NUM como o acontecimento que ativa um ciclo de protestos: uma maré feminista marcada pela renovação dos repertórios, a circulação dos lenços verdes e o reconhecimento da violência machista como um problema público. Diagnóstico semelhante ao de Cabral e Acacio (2016) sobre este primeiro 3J. Ao passo que María Piccone (2020) faz uma leitura sobre a importância dos movimentos feministas argentinos que não apenas são parte de uma quarta onda feminista[62], como chega a

---

[61] Tradução livre, no original: Estos datos muestran, por un lado, el crecimiento de las organizaciones feministas y, por otro lado, la difusión de las demandas específicas de los movimientos. A su vez, este incremento se expresó en la realización de manifestaciones o pañuelazos en ciudades que no suelen adherir a eventos contenciosos, mostrando otra dimensión de la expansión del ciclo. (Natalucci; Messore, 2023, p. 185)

[62] Além da já realizada ressalva quanto aos limites da classificação dos feminismos em ondas de um modo geral, vale destacar o entendimento de Pousadela (2023) de que a perspectiva das ondas feministas, entendidas como gerações sucessivas de conquista de direitos, revela limitações ao ser aplicada à experiência argentina, caracterizada por interrupções autoritárias sucessivas. A mais recente delas foi antecedida por um processo de ativação política que inseriu as mulheres em diferentes espaços, que não estavam estruturados estritamente em torno do feminismo e que frequentemente apresentavam tensões com suas pautas (Pousadela, 2023a). Apesar disso, a autora consegue traçar paralelos entre a história dos feminismos na Argentina e a classificação em ondas, entendendo que na década de 2010, os movimentos feministas argentinos se engajaram plenamente na quarta onda do feminismo, marcada pelo uso intensivo da Internet e das redes sociais, especialmente e não

orientá-la, aproveitando redes de comunicação e pluralidades culturais para replicar ativismos globalmente e organizar ações internacionais, ao mesmo tempo em que interage com outros movimentos, fortalecendo sua internacionalização.

Nesse cenário duas pautas foram potencializadas pela participação de uma geração de jovens que aderiram ao chamado para o 3J: a legalização do aborto e a efetivação da Educação Sexual Integral (ESI) nas escolas (Natalucci; Messore, 2023). Paula Lenguita (2021) denomina esse processo de rebelião das *pibas*[63] e destaca que, nesse contexto, os corpos se tornaram espaços de inscrição das reivindicações, enquanto as manifestações de rua assumiram caráter ritual e estético visualmente marcante, atraindo especialmente as mais jovens.

Este impacto geracional do NUM foi narrado por algumas das entrevistadas. Para Laura (Buenos Aires, Mala Junta) o NUM funcionou como um convite à politização de muitas jovens, meninas e adolescentes, o que fez com que chamassem o movimento também de revolução das filhas, em alusão ao legado histórico das Madres. Ao mesmo tempo, ela recordou que sua mãe participou da mobilização do 3J de 2015, o que foi marcante, já que até então nunca haviam discutido política e sua mãe não costumava se envolver em causas sociais. Esse episódio evidencia, portanto, o amplo alcance geracional do 3J de 2015. Reforçando que esta renovação no movimento não se deu por meio de uma substituição, mas sim, pela convergência entre distintas gerações (Pousadela, 2023a).

Por sua vez, Verónica (Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal) relatou que, desde o momento em que se envolveu com a militância pelo direito ao aborto passou uma década sem poder discutir o tema abertamente. Com o NUM se somaram muitas jovens, algumas ainda adolescentes, que se declararam feministas e participaram das mobilizações. Essa presença juvenil representou uma mudança significativa em relação às militantes mais antigas, que tinham 25 anos ou mais, evidenciando a entrada de uma nova geração no movimento (Verónica, Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal). Em suas palavras: “E depois do Ni Una Menos se somaram *pibas*, mas meninas. [...] Que colocavam glitter, que iam às mobilizações,

exclusivamente pelas jovens feministas, e pela atenção voltada ao sexismo e à misoginia presentes no cotidiano, com ênfase particular no assédio sexual.

[63] “Pibas” é um termo coloquial do espanhol argentino utilizado para designar meninas ou jovens mulheres, geralmente na adolescência ou no início da idade adulta. No contexto de movimentos sociais e mobilizações feministas, a expressão é utilizada para se referir a essas jovens militantes.

que se diziam feministas. [...] todas nós tínhamos 25 anos para cima, as militantes, sabe? E agora não, agora são todas muito mais jovens."[64]

Verónica integra a chamada "geração sanduíche", atualmente com idades entre 30 e 40 anos, cuja trajetória política se consolidou nos anos 1990 e início dos anos 2000, em um contexto de implementação do neoliberalismo e profunda crise econômica (Pousadela, 2023a). O percurso ao feminismo desta geração é bastante distinto do de suas mães, que "descobriram o feminismo aos 40 anos", e do de suas filhas, que se engajaram no movimento ainda na adolescência.

A literatura acadêmica também já vem indicando como a chegada de uma nova geração de feministas conferiu ao movimento um caráter excepcionalmente massivo, que foi determinante para suas maiores conquistas até então e marcou uma diferença significativa em relação à experiência das feministas mais antigas, sendo ao mesmo tempo mais interseccional e combativo, gerando uma contrarreação crescente de oposição às pautas de gênero (Pousadela, 2023a).

Por todos esses motivos o NUM se consolidou como um marco no feminismo argentino e permaneceu atuante nos anos subsequentes, atravessando transformações relevantes, como será discutido na seção seguinte.

3.2 NUM durante o Governo Macri: massificação feminista e retomada neoliberal

Nesta seção, analiso as principais ações e dinâmicas do NUM entre 2016 e 2019, período marcado, em nível federal, pelo governo de Mauricio Macri. Para fins analíticos, a seção está organizada em três partes, nas quais destaco algumas das temáticas que ganharam maior centralidade em cada edição do 3J. Trata-se de uma divisão heurística, uma vez que os temas abordados atravessam diferentes momentos do Coletivo, articulam-se entre si e não se apresentam de forma estanque na experiência concreta do movimento.

Na primeira parte, contextualizo o 3J de 2016 e as principais mudanças em relação ao ciclo inicial do NUM, com destaque para o início das práticas *asamblearias*, a retomada de determinados repertórios de confronto e a ampliação das pautas

[64] No original: "Y después del ni una menos se sumaron pibas, pero niñas. [...] Que se ponían glitter, que iban las movilizaciones, que se decían feministas. [...] todas éramos de 25 para arriba, las militantes ¿vistes? y ahora no, ahora son todas mucho más jóvenes." (Verónica, Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal).

econômicas. Nesse momento, ganham centralidade temas como a greve de mulheres, a crítica ao neoliberalismo e uma compreensão mais ampla da violência de gênero.

Na segunda parte, concentro-me nos anos de 2017 e 2018, período marcado por variações temáticas, pela intensificação da transversalidade das demandas e pela aproximação do NUM com outros setores da sociedade, em especial com os sindicatos. Essa etapa evidencia a capacidade do movimento de articular suas pautas feministas a conflitos sociais mais amplos.

Por fim, na terceira parte, abordo o contexto do 3J de 2019, aprofundando a análise sobre a interseccionalidade presente tanto na composição das sujeitas participantes do NUM quanto nas demandas formuladas pelo coletivo.

3.2.1 Reconfigurações do NUM e a retomada das práticas asamblearias *no 3J de 2016*

É difícil documentar de maneira cronologicamente organizada e precisa os acontecimentos a partir da manifestação para o primeiro 3J e a formação do Coletivo NUM argentino, nos moldes em que ele se apresenta atualmente. O alcance massivo ao chamado para o 3J de 2015 surpreendeu a maior parte das pessoas participantes: sejam ativistas, militantes de longa data ou aquelas que se somaram ao chamado de modo autônomo. Mais do que isso, a convocatória ao 3J se desdobrou na ampliação de organizações e novas pessoas identificadas com os feminismos, o que Barrancos (2020) denominou como sendo a massificação do movimento. Portanto, tendo repercussão no decorrer do tempo e em diferentes localidades do país.

> Quando surgiu o NUM nos surpreendeu muitíssimo. Eu acho que, desde as organizadoras até todas nós. Eu me lembro que levei várias bolsas de lenços verdes para o Encontro daquele ano, o Encontro de 2015, que foi em Mar del Plata. Mas eu desci na praça com as bolsas que tinha levado, quatro bolsas assim [grandes] de lenços, te juro que em 15 minutos acabaram. Não cheguei ao gazebo. Bom, antes não queriam pegá-los, ou seja, uma época em que as mulheres não queriam pegar esses lenços, não queriam. Ou seja, foi uma mudança total. [...] Eu nunca imaginei ver 1 milhão de pessoas na rua por algo da nossa agenda! Nunca, nunca na vida imaginei que isso pudesse acontecer.[65] (Verónica, Campaña por el Aborto Legal)

[65] No original: “Cuando surgió ni una menos nos sorprendió muchísimo. Yo creo que, desde las organizadoras, hasta todas nosotras. Yo me acuerdo que llevé varias bolsas de pañuelos verdes al Encuentro de ese año, al Encuentro del 2015, que fue en Mar de Plata. Pero yo me bajé en la plaza con las bolsas que había llevado, cuatro bolsas así [grandes] de pañuelos, te juro que en 15 minutos se fueron. No llegue al gazebo. Bueno, antes no me los quería agarrar, o sea, una época en las que las mujeres no querían agarrar esos pañuelos, no querían. O sea, fue un cambio rotundo. [...] ¡Yo nunca

Paralelamente à massificação e a ampliação geracional de participantes, o NUM em Buenos Aires atravessou diferentes processos internos de ruptura. Isso foi mencionado de distintos modos nas entrevistas que realizei para esta tese, mas também perceptível em conversas informais com quem atuava no vasto campo dos movimentos feministas no país naquele momento.

Verónica (Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal) relembra que, logo após a primeira mobilização, iniciaram-se reuniões com outras organizações de mulheres. No entanto, em menos de dois meses o grupo inicial que se identificava como NUM se fragmentou. Ela recorda ter participado de um primeiro encontro na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, quando estas reuniões começaram a ocorrer semanalmente depois do 3J de 2015 e, sobretudo, a rapidez com que ocorreram as divisões internas.

Ela aponta que, em um primeiro momento, o grupo não sabia exatamente como se organizar, dado que para a maior parte das que convocaram ao 3J não havia interesse em assumir responsabilidades administrativas, como a formalização de uma organização, a gestão de recursos ou a contratação de uma contadora (Verónica, Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal). Esse período, descrito por ela como nebuloso, antecedeu a consolidação de uma maior institucionalidade conferida ao NUM pelos próprios movimentos sociais. Para Verónica, manter a agenda pública das violências de gênero em evidência era de interesse dos movimentos sociais de mulheres e/ou feministas, pois isso contribuía para processos de formação, para a conquista de novas leis, para ampliar o debate social sobre o tema e para impulsionar múltiplas pautas vinculadas ao movimento.

Por sua vez, Ana (Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal) mencionou com pesar que reconhece que o Coletivo atravessou diversas rupturas internas ao longo do tempo. Sua longa trajetória de militância na cidade a levou a conhecer integrantes de diferentes cisões. Foi também ela quem indicou que eu entrevistasse Olivia (Buenos Aires), participante mais próxima dos primeiros anos do NUM que aceitou conceder a entrevista e compartilhar sua perspectiva sobre esse período.

---

imaginé ver a 1 millón de personas en la calle por algo de nuestra agenda! Nunca, nunca en la vida me lo imaginé que podía pasar eso.” (Verónica, Campaña por el Aborto Legal)

Conforme já mencionado, Olívia (Buenos Aires) é jornalista e atua cobrindo matérias sobre violência de gênero desde muito antes do surgimento do NUM, assim como frequenta os Encontros desde 2005. Segundo ela, há bastante tempo as jornalistas mantêm uma articulação com os movimentos de mulheres e feministas, pautando suas ações de maneira estratégica, mesmo que não fossem militantes destas organizações. Olivia participou da maratona de leitura de março de 2015 e compunha o grupo Ni Una Menos no Facebook, que, logo após o chamado ao protesto do 3J de 2015, se engajou na mobilização, contribuindo para a articulação inicial do movimento.

Olívia foi parte do NUM desde esse período até 2017. Portanto, esteve presente no 3J de 2016 quando voltaram a fazer o chamado à mobilização e incorporaram o lema das mexicanas: “Vivas nos queremos” (“Nos queremos vivas”). Segundo sua perspectiva, a divisão concreta no Coletivo envolveu duas integrantes, que ela identificou nominalmente e que permanecem, desde então, como figuras centrais no NUM. Em suas palavras: “Elas duas levaram o movimento a uma conversa que, para mim, não fala a todo mundo, só fala a um grupo reduzido. Me parece que o NUM conseguiu interpelar toda a sociedade, elas só falam a determinadas interlocutoras.”[66] (Olívia, Buenos Aires). O ponto de ruptura se deu durante uma ação no Banco Central, que utilizou o lema “La deuda es con nosotras” (“A dívida é com a gente”), em 2017. Embora concordassem com o conteúdo, algumas integrantes não acreditavam que essas mensagens fossem capazes de mobilizar as maiorias, vendo a questão como uma diferença política e de narrativa dentro do movimento.

Essa cisão não foi a primeira, já que há relatos de divisões nos primeiros meses após o 3J de 2015. No entanto, possivelmente foi uma das mais significativas, pois a partir dela se consolidou o grupo articulador que permanece ativo em Buenos Aires até hoje. Esse grupo é mencionado em diversas entrevistas, embora não exista uma lista pública com os nomes de quem o compõe. Característica coerente com o que se tem observado em termos de ação coletiva na década de 2010 na região, na qual há novos tipos de lideranças “mais fluidas e mais ‘networked’, ou mais ‘en-redadas’”, como definido por Sonia Alvarez (2022, p. 10).

[66] No original: “ellas dos llevaron el movimiento a una conversación que, para mí, no le habla a todo el mundo, solo le habla a un grupo reducido. Y como que ni una menos logró interpelar a toda la sociedad, ellas solo hablan a determinadas interlocutoras.” (Olívia, Buenos Aires).

Para Olivia (Buenos Aires), NUM abordava essencialmente dois temas: a violência contra as mulheres e a vida digna das mulheres. Ela entende que a pauta das violências não devia ser abandonada, pois continua sendo um tema não resolvido. Embora reconheça a possibilidade de problematizar a violência de gênero a partir de outras narrativas ou perspectivas menos centradas na condição de vítima, considera que enfoques econômicos e teóricos ajudam a compreender as violências, mas não constituem temas capazes de convocar amplamente a sociedade. Para ela, o que ocorreu a partir de 2017 foi a saída do debate sobre as violências, o que em parte significou perder a conexão com setores mais populares (Olivia, Buenos Aires).

A partir de 2016, o NUM passou a se aproximar mais dos movimentos sociais e de suas práticas organizativas. O Coletivo continuou os processos de diversificação e ampliação das demandas, incluindo questões relacionadas à igualdade de gênero e direitos sociais e econômicos, em especial a partir do novo ciclo político que começou em dezembro de 2015, com o mandato de Mauricio Macri do Partido Proposta Republicana (PRO) (Natalucci; Rey, 2018). Macri significou a ascensão de um governo de direita, com agenda político-econômica pautada por propostas neoliberais de livre mercado, financeirização da economia e reformas estruturais de restrição às políticas públicas sociais. Isso teve repercussões no 3J de 2016, como veremos na subseção a seguir.

3.2.1.1 3J de 2016: assembleias e ampliação dos significados de violência de gênero

Como mencionado, o 3J de 2016 teve novos protestos na Argentina, com reinvindicações mais radicalizadas, incluindo aquelas pelo direito ao aborto legal, contra os ajustes neoliberais, a diminuição das ofertas de empregos e a desestruturação dos programas de assistência social do Estado (Palmeiro, 2019). As assembleias foram parte fundamental deste processo. Tornaram-se espaços de debate e construção de consensos possíveis, mesmo em grupos diversos (Natalucci; Rey, 2018). Os protestos são a parte mais visível da articulação política que acontece principalmente nas assembleias. Em uma entrevista, Luci Cavallero, uma das participantes do NUM de Buenos Aires, afirmou que as assembleias têm sido o espaço de construção política onde podem se articular diferentes organizações

(Correia, 2023). Além disso, as assembleias são espaços de construção e criação de laços entre uma manifestação e outra (Gago, 2018).

O 3J de 2016 em Buenos Aires foi marcado por essa incorporação da prática de assembleias como método de organização, na qual participam distintas organizações e coletivos. Também teve a proposta de alguns coletivos de incluir a reivindicação pela libertação de Milagro Sala[67], provocando resistência de setores feministas associados ao PRO e ao trotskismo (Natalucci; Messore, 2023). Essas divergências eram um reflexo da dinâmica mais ampla do Governo Macri de contínua perseguição política à dirigentes sociais, líderes políticos e sindicalistas (Natalucci; Messore, 2023). Vale ressaltar que Milagro Sala não é mencionada no documento final do 3J de 2016, a primeira menção ao seu nome nestes documentos do NUM será em 2019, com um pedido direto por sua libertação e incluída numa lista de pessoas que são consideradas como presas políticas pelo Coletivo.

Para Palmeiro (2019, p. 187), o 3J de 2016 "[...] significou o início de um processo *asambleario* massivo em que os feminismos constroem horizontalidade e transversalidade, um processo aberto então para a organização de todas as grandes ações em nível nacional."[68]. Essa massificação é narrada também em entrevista como uma perda de controle das "organizadoras" no sentido tradicional de pensar os movimentos sociais.

> Começaram a surgir tantas organizações que já perdemos o controle e, de certa forma, elas se autoproclamavam da Campanha ou se autoproclamavam de NUM, então. […] Não estava errado, ou seja, não é que estávamos contra isso, mas perdemos o controle, o controle se perdeu. É como 'bom, já era, não podemos estar em contato com todas'. Ou seja, porque a dimensão realmente se perde. Massifica-se."[69] (Verónica, Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal)

[67] Milagro Sala é uma ativista argentina e líder da organização Tupac Amaru, que atua em comunidades marginalizadas da província de Jujuy, promovendo projetos de moradia, educação e inclusão social. Em 2016, foi detida após liderar uma manifestação contra o governo local, sendo acusada de incitação à violência. Depois disso foi presa sob a acusação de, dentre outras coisas, apropriação ilícita e extorsão. Sua prisão foi denunciada pelo Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária da ONU (Jonas, 2016) e por diversos coletivos e movimentos sociais argentinos.

[68] Tradução livre, no original: "[...] significó el comienzo de un proceso asambleario masivo en el que los feminismos construyen horizontalidad y transversalidad, un proceso abierto entonces para la organización de todas las grandes acciones a nivel nacional." (Palmeiro, 2019, p. 187)

[69] No original: "Empezaron a surgir tanta cantidad de organizaciones que ya perdimos el control y como que se autoproclamaban de la Campaña o se autoproclamaban de Ni Una Menos, entonces. […] No estaba mal, o sea no es que estábamos en contra de eso, pero perdimos el control, se perdió el control. Es como 'bueno, ya está, no podemos estar en contacto con todas'. O sea, porque ya sí se pierde la dimensión. Se masifica." (Verónica, Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal).

Essa ampliação de participantes também se refletiu no uso de repertórios de confronto nem sempre consensuais. Um deles foram os escraches públicos, mencionados em algumas das entrevistas como uma estratégia utilizada em diferentes regiões do país.

Os escraches foram uma forma de ação coletiva que se popularizou na Argentina a partir da ação da organização de direitos humanos H.I.J.O.S. (acrónimo para “Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio”). Esta organização é formada sobretudo por filhas e filhos de pessoas desaparecidas durante a ditadura militar. Como detalhado por Verónica (Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal), era um repertório muito presente no campo popular de esquerda, pois a partir de H.I.J.O.S. e seus lemas “onde não há resposta, há escrache” ou “onde não há justiça, há escrache” são realizados contra os genocidas do regime ditatorial.

Muito antes de sua reutilização a partir do NUM, os escraches de H.I.J.O.S. podem ser entendidos como uma fórmula que estava além de seus participantes, em uma exigência radical da história – radical no sentido como mencionado pelas demandas das Madres e Abuelas no capítulo anterior. Foram uma combinação comovente: “Mistura de ventos de rebeldias juvenis com o eterno retorno de uma história dilacerada, que é ao mesmo tempo repetição e atualização.”[70] (Colectivo Situaciones, 2002, p. 11). É interessante perceber como a partir do NUM há um outro ciclo de repetição e atualização do repertório coletivo do escrache.

Na entrevista com Verónica (Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal) ela conta que, em determinado momento a partir do NUM os escraches começaram a se generalizar, dirigindo-se quase como se fosse a todos os homens. Situações menores passaram a ser denunciadas do mesmo modo que as violências graves. Assim, em um contexto em que de fato havia muitos casos de violência e assédio dentro das instituições, também se recorreu ao escrache para denunciar, por exemplo, gestos ou olhares, tratados como casos de agressão ou abuso. Na percepção dela, isso acabou fugindo do controle e distorcendo o sentido original da ferramenta, gerando episódios muito dolorosos, inclusive alguns suicídios de homens. Para Verónica, parte desse processo ajuda a explicar o crescimento do atual presidente Javier Milei, já que, em sua visão, o voto masculino foi determinante: muitos homens ficaram sem um espaço de identificação, sem uma narrativa que os acolhesse. Enquanto os feminismos,

[70] Tradução livre, no original: “Mezcla de aires de rebeldías juveniles con eterno retorno de una historia desgarrada que es a la vez repetición y actualización.” (Colectivo Situaciones, 2002, p. 11).

sobretudo a partir do NUM, abriram as portas da política para uma nova geração de militantes, jovens engajadas nas pautas do aborto e das questões de gênero, os homens não encontraram um lugar equivalente. Esse vazio, segundo ela, contribuiu para o fortalecimento de uma reação antifeminista que hoje constitui o núcleo duro de *La Libertad Avanza*, coalização política à qual pertence Milei – retorno a essa discussão no capítulo 5.

Assim, Verónica (Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal) entende que, em uma perspectiva de longo prazo, o repertório dos escraches acabou tendo um efeito ambivalente: foi importante para ampliar a noção de violência, mas também teve consequências negativas. Uma parte da sociedade passou a enxergar as feministas como extremistas ou destrutivas. Apesar do movimento não ter incentivado diretamente esses excessos e eles terem ocorridos em um contexto em que as denúncias traziam questões reais e importantes.

Os escraches foram utilizados de modos muito variados a partir do NUM. Isso fica notório também nas entrevistas de Laura e Teresa. Laura (Buenos Aires, Mala Junta) interpreta os escraches como um reflexo do alcance disruptivo que o NUM teve ao tornar público e socialmente relevante o tema das violências de gênero. Ela, que era muito jovem à época e acompanhou essas ondas de escraches sobretudo entre adolescentes e jovens adultas(os), relata que as instituições não sabiam como conter esse fenômeno e que esses episódios também geraram incertezas sobre como estabelecer vínculos interpessoais. Para Laura, tratou-se de uma verdadeira revolução, tanto no plano social quanto no das relações, em torno da redefinição do que é ou não é violência. Ela considera que se lidou com a situação da forma possível naquele momento e que os escraches não foram necessariamente inadequados; ainda assim, avalia de modo semelhante a Verónica, que o processo produziu consequências que hoje se expressam, por exemplo, na adesão de muitos homens ao mileísmo.

A experiência narrada por Teresa (El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM) é diferente da mencionada por Laura. No caso da Coletiva houve uma decisão tomada em conjunto por mudar o enfoque mais comum no NUM e em vez de mostrar os rostos das vítimas, passar a expor os rostos dos(as) agressores(as). De acordo com ela, essa mudança foi feita com muito cuidado e responsabilidade, sustentada por um intenso processo de formação já que, embora autodidatas, todas se capacitaram em temas como legislação, práticas de escrache e outras formas de denúncia pública. Em

cerca de metade dos casos, as ações foram realizadas a pedido das próprias pessoas afetadas, enquanto nos demais, a decisão era avaliada coletivamente pela organização.

Teresa (El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM) narra que a primeira marcha organizada após o surgimento da Coletiva, foi motivada pelas denúncias de impunidade envolvendo casos de pedofilia, violência de gênero e abusos cometidos por progenitores. Embora nem todas as situações precisassem estar judicializadas para que elas denunciassem, naquela primeira mobilização optaram por se basear em causas que já tramitavam na Justiça. Saíram às ruas com 50 cartazes exibindo os rostos de homens denunciados por diferentes formas de violência de gênero. Foi assim que a Coletiva se tornou conhecida no território. A primeira denúncia pública feita como organização teve como alvo uma juíza de família, cujo rosto e nome foram expostos com as palavras “juíza machista” e “violenta”. Foi dessa forma que, segundo Teresa, começaram a atuar a partir de 2017.

Esse processo complexo e não homogêneo de massificação, portanto, ocorreu também nas demais cidades e regiões do país. As entrevistas de Susana (Colectivo NUM Mendoza), Milagros (Mujeres Evita) e Teresa (Colectiva Comarcal NUM) reforçam como o 3J foi feito a partir das especificidades locais em Mendoza, Rosário e El Bolsón.

Um aspecto que pode ser tomado como comum a todas as regiões foi a capacidade do NUM de nomear os feminicídios e as violências de gênero, produzindo entendimentos sobre a relação entre diferentes instâncias de violência a partir das assembleias, constituídas como prática de investigação e produção coletiva de subjetividades (Mason-Deese, 2020). Por subjetividades, Liz Mason-Deese (2020) se refere ao processo pelo qual as identidades, percepções, emoções e pensamentos dos indivíduos são moldados em um contexto social e coletivo. Entendendo a influência das assembleias nas experiências e identidades pessoais que se constroem nessas interações. De modo semelhante, Agustina Rossi (2022) analisa essas construções e alterações nas subjetividades não apenas de quem participa das assembleias, mas também de quem adere aos protestos do NUM na Argentina. Portanto, nomear os feminicídios como tais não se tratou apenas de uma questão semântica, pois “fez toda a diferença para que este fosse um problema que deveria

fazer parte da agenda pública e se tornar objeto de políticas públicas."[71] (Pousadela, 2023a, p. 25).

Nomear os feminicídios e as violências de gênero, como mostram Mason-Deese (2020) e Pousadela (2023a) não é apenas descrever fatos, mas produzir inteligibilidade política. Ao transformar violências antes naturalizadas em uma categoria pública e coletiva, o movimento contribuiu para a criação de um problema político que demanda ação estatal e social. As assembleias como prática de investigação e produção de subjetividades mostram como a política não se restringe às instituições formais, mas também é construída em espaços coletivos como as assembleias e os protestos. Aqui a política se faz tanto na elaboração de diagnósticos quanto na transformação das identidades de quem participa (Rossi, 2022).

Ainda que o falar constitua uma práxis feminista muito anterior ao NUM, como demonstram, por exemplo, os grupos de conscientização mencionados no capítulo anterior, o modo como se ampliaram os espaços e os contextos nos quais passaram a circular relatos sobre as diversas violências de gênero possui especificidades neste momento (Rossi, 2022). Na pesquisa de Agustina Rossi (2022), a partir de entrevistas com participantes dos primeiros protestos do NUM, observa-se que todas reconhecem o ato de falar sobre essas violências – que sempre existiram, mas não eram tematizadas nem em conversas íntimas, muito menos coletivas – como um ato político. Ao mesmo tempo, esse processo é marcado por uma aleatoriedade distinta dos períodos anteriores, nos quais os espaços de fala eram mais estruturados, como os grupos de conscientização ou as assembleias feministas. A partir do NUM, a circulação das falas e a maior visibilização das violências não estão necessariamente vinculadas a uma forma específica de organização sociopolítica (Rossi, 2022).

Esse cenário revela como os feminismos ampliam o horizonte da ação política, ao evidenciar que disputar sentidos, produzir subjetividades e coletivizar experiências é também um fazer político – nos termos como pensadas as distinções entre a política e o político apresentadas no início do capítulo anterior. Assim, o NUM não apenas tensiona o Estado, mas também contribui para reconfigurar a forma como os sujeitos se reconhecem e se constituem politicamente, seja pela massificação do movimento, pela ampliação geracional, pela incorporação de novas organizações com características feministas ou pela expansão territorial, dentro e fora da Argentina.

---

[71] Tradução livre, no original: "made the whole difference as to whether this was a problem that should be part of the public agenda and become the object of public policy" (Pousadela, 2023a, p. 25).

Ao aplicar a metodologia da análise de conteúdo ao documento do 3J de 2016 de Buenos Aires é visível a continuidade da predominância do “Grupo A – Justiça”, mas já se ampliam as preocupações com temas de outros grupos como o “C – Economia”, quase inexistente no documento do 3J de 2015. Demarcando as mudanças nos debates internos percebidas nas entrevistas. Os índices mencionados são os que estão na tabela a seguir.

Tabela 3: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2016.

CATEG	ÍNDICES	QUANT.
A - Justiça	Estado	2
A - Justiça	Governo	2
A - Justiça	Poder Judiciário/Operadores(as) da Justiça/Justiça	7
A - Justiça	Patriarcal(es)/Patriarcado*	1
A - Justiça	Ministério	1
A - Justiça	Orçamento	2
A - Justiça	Ley de Protección Integral de las Mujeres/Ley N.º 26.485	1
A - Justiça	Pobreza	2
A - Justiça	Protesto(s)	1
A - Justiça	Violência(s)*/violenta(o)/violentamente	12
A - Justiça	Violência machista	6
A - Justiça	Feminicídio(s)/Femicídio(s)/Feminicida	3
A - Justiça	Morte/Morta(s)/Assassinada(s)(es)/Assassinato/Matar(m)/Assassino	1
A - Justiça	Vítima(s)	8
A - Justiça	Tráfico [enquanto tráfico de pessoa]	2
B - Saúde	Interrupção Voluntária da Gravidez/Aborto	3
B - Saúde	Educação Sexual Integral/ESI	2
C - Economia	Ajuste(s)	4
C - Economia	Inflação	1
C - Economia	Trabalho(s)	3
C - Economia	Trabalhador/as(es)	2
C - Economia	Cuidado(s) [enquanto função]	2
D - Raça e etnia	Racismo/Racista(s)	1
E - Identidades de gênero e sexualidade	Trans/Transgénero(s)/Transexual(ais)	3
E - Identidades de gênero e sexualidade	Travestis	1

E - Identidades de gênero e sexualidade	Lésbica(s)/Lesbo	2
E - Identidades de gênero e sexualidade	Mulher(es)*	7
E - Identidades de gênero e sexualidade	Corpo/*Acuerpamiento*/*Acuerpada*(s)	4
E - Identidades de gênero e sexualidade	Homo	1
E - Identidades de gênero e sexualidade	Ódio [contra LGBTQIA+ e/ou mulheres] / Discursos de ódio	1

Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2016 (Ni Una Menos).

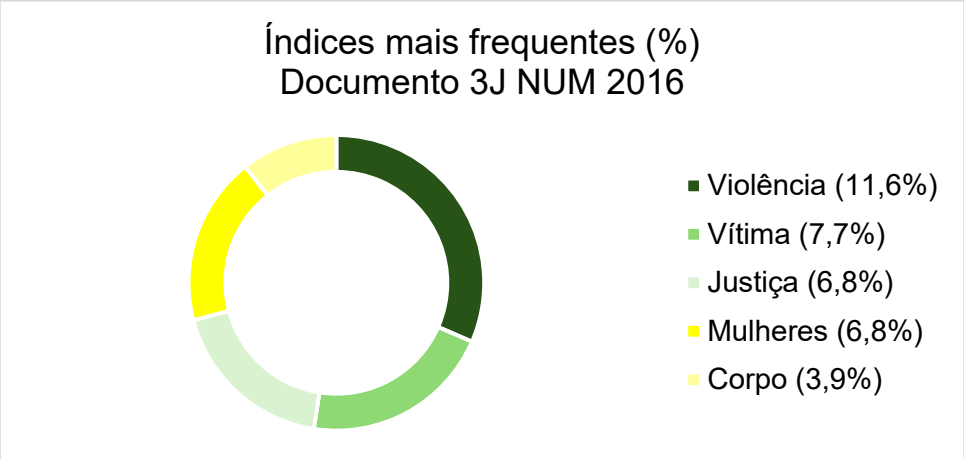
É perceptível a ampliação de temas abordados no documento do segundo 3J. Neste, há presença de índices de todas as categorias, ainda que predominantemente do grupo “A – Justiça” e muito incipiente do “Grupo D – Raça e etnia”. Isso se dá mesmo este sendo um documento cujo texto é menor que o anterior. E diferentemente do anterior no qual não há assinaturas, este conta com uma lista de 115 organizações e pessoas que assinam o documento. Todos os índices surgem enquanto DRO (Denúncias, Reivindicações ou Oposição).

Enquanto há uma maior presença de temas relacionados à questão econômica, ocorre a diminuição proporcional da incidência de termos como feminicídios e morte. Ainda assim, categorias como vítimas e justiça aproximam as reivindicações que articulam a violência física, cujo extremo são os feminicídios, às violências econômicas. Surge também, pela primeira vez, a formulação do direito ao aborto como um direito sobre o próprio corpo e sua proibição entendida como violência, além da inclusão do racismo como componente da violência de gênero, diretamente relacionado ao direito à organização coletiva e ao protesto: “O disciplinamento do protesto social e o encarceramento de dirigentes sociais e políticos falam claramente de uma revanche misógina e racista que nos golpeia a todas.” (Doc 3J, 2016). Essa mudança é significativa ao se considerar que no documento de 2015 não há referência nem ao racismo, nem ao direito de manifestação/protesto.

Essas mudanças no documento podem ser interpretadas como resultado de ao menos dois fatores já mencionados: (1) a mudança governamental, dado que no 3J de 2016 a Argentina já estava sob a presidência de Mauricio Macri; e (2) a diferença em relação ao ano anterior, quando a organização esteve a cargo de um grupo difuso,

impulsionado principalmente por jornalistas, que optou por centrar a estratégia na violência contra as mulheres em sentido estrito e nos feminicídios. Em 2016, ao contrário, observa-se uma ampliação da participação, incorporando movimentos sociais de mulheres, sindicatos e organizações feministas, como é perceptível pela lista de organizações que assinam o documento. Isso se refletiu também na ampliação das sujeitas nomeadas: embora mulher(es) continue sendo a categoria mais frequente, passam a aparecer identidades como trans, travestis e lésbicas; além de uma referência direta ao ódio, expressa em uma demanda específica: “Nenhuma a menos por ódio homo, lésbico e trans.” (Doc. 3J, 2016). Os cinco índices mais frequentes são visíveis no gráfico abaixo.

Gráfico 2: Cinco índices mais frequentes no documento 3J de 2016



Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2016 (Ni Una Menos).

Este período também foi importante na consolidação do NUM em Mendoza. Susana narra como em 2016 o grupo que havia trabalhado em conjunto para o 3J de 2015 volta a se reunir e constrói uma mobilização para o 3J. Mas será somente em setembro que decidem criar a Coletiva:

> Depois fizemos uma reunião, dissemos, bom, formamos o Coletivo, pronto. Estamos todas, estavam como te digo, as *troskas*, as peronistas, todas… as do PRO… e eu criei esse WhatsApp. Eu me lembro quando comecei a colocar as *muñeconas* que eu colocava, que eram todas minas potentes, sabe? A chefe do Partido Obrero, a chefe do Partido do PTS, a chefe do PJ… Esse primeiro WhatsApp éramos umas 30 a 40, hoje já somos umas 300 [...]. Comecei a colocar e disse: “que Deus nos proteja... encomendo a Deus, vamos ver quanto tempo dura isso, vamos ver o que acontece aqui” [risos]. E me lembro que eu

> as colocava todas e nenhuma falava nada, e uma companheira diz: "tché, meninas, vamos pelo menos nos cumprimentar". "Oi" "Oi…". Mas bom, depois terminamos sendo, além de um coletivo com diferenças, um coletivo que sempre colocou, em princípio, a questão das coincidências sobre as diferenças e o consenso... e amigas. Isso eu dizia outro dia aqui na assembleia, que isso aqui eu não vejo em Buenos Aires, de jeito nenhum.[72] (Susana, Mendoza, Colectiva Comarcal NUM)

Quando Susana apresentou alguns antecedentes imediatos ao 3J de 2015 em Mendoza, ela mencionou o desaparecimento de duas meninas: Johana Chacón e Soledad Oliveira. Foi um grupo de professoras de Lavalle que encabeçou a reivindicação pelo aparecimento com vida. Ela relatou que em 2016 ocorreu um episódio marcante: em apenas uma semana de setembro, houve cinco feminicídios. Segundo ela, esses casos se tornaram marcos no estado, pois antes do NUM sequer se utilizava a categoria feminicídio, falava-se muito mais em "crime passional".

Susana (Mendoza, Colectiva Comarcal NUM) destacou que esses cinco feminicídios geraram uma resposta social imediata, com marchas e mobilizações, pressionando o governo estadual[73], que acabou renovando a Corte e indicando para o cargo um juiz que havia absolvido o responsável pelos assassinatos de Johana e Soledad, mortes que haviam se confirmado como sendo feminicídios.

Foi nesse contexto, que surgiu o grupo NUM Mendoza com o objetivo de impedir a nomeação desse magistrado à Corte estadual. Susana explicou que o movimento foi inédito, pois pela primeira vez a escolha de um juiz da Corte, geralmente restrita às negociações entre a Justiça e o Senado, foi alvo de contestação pública. Embora, ao final, ele tenha assumido o cargo, ela ressaltou que a experiência foi fundamental para identificar os principais adversários do movimento no estado: de um lado, o poder político aliado a uma Igreja Católica fortemente vinculada a Opus

---

[72] No original: "Después hicimos una reunión, dijimos, bueno, armamos el colectivo listo. Estamos todas, estaban como te digo, las troskas, las peronistas, todas… las del PRO… y yo armé ese WhatsApp. Yo me acuerdo cuando empecé a meter a las muñeconas que metía, que eran todas minas potentes, ¿viste? la capa del Partido Obrero, la capa del Partido del PTS, la capa del PJ… Ese primer WhatsApp éramos unas 30 a 40, ya hoy somos como 300 […]. Empecé a meter y dije: 'que Dios nos proteja... encomiendo a Dios, a ver cuánto dura esto, a ver qué sucede acá' [risas]. Y me acuerdo que las metía todas y ninguna hablaba nada y una compañera dice: 'tché, muchachas saludémonos por lo menos'. 'Hola' 'hola…' Pero bueno, después terminamos además de siendo un colectivo con diferencias, pero que siempre estuvo en principio la cuestión de las coincidencias sobre las diferencias y el consenso... y amigas. Eso lo decía el otro día acá en la asamblea, que eso acá no lo veo en Buenos Aires, para nada,". (Susana, Mendoza, Colectiva Comarcal Ni Una Menos)

[73] No contexto argentino, a designação oficial é "*gobierno provincial*", já que cada província possui autonomia política e institucional. Neste trabalho, opto por traduzir como "governo estadual" para facilitar a leitura no português do Brasil, mantendo a equivalência de sentido.

Dei; de outro, a própria Justiça. Nesse cenário, “o espanto nos uniu”, afirmou, lembrando que, desde então, a Coletiva NUM Mendoza reúne cerca de 50 organizações e conta com bom humor que ainda estão até hoje todas em um mesmo grupo de WhatsApp (Susana, Mendoza, Coletiva NUM Mendoza). Este grupo é o responsável por organizar as manifestações que ocorrem a cada 3J em Mendoza.

Enquanto o 3J se consolidou como uma data de protestos sobretudo na Argentina, diretamente em razão do surgimento do NUM, as mobilizações em torno do 8M, evidentemente muito anteriores ao movimento, transformaram-se a partir do uso estratégico da greve. Ainda em 2016, em 19 de outubro, ocorreu a primeira greve[74] nacional de mulheres na Argentina e, portanto, a primeira greve durante o governo Macri foi protagonizada pelas mulheres. Na subseção a seguir, abordo o movimento de greve no país, sua relação com as políticas econômicas neoliberais na história recente argentina e sua reatualização no governo Macri.

3.2.1.2 Greve e neoliberalismo

A proposta da greve feminista[75] do dia 19 de outubro surgiu no Encontro que aconteceu no mesmo ano, em Rosário, quando se tomou conhecimento do assassinato de Lucía Pérez, violentada sexualmente e empalada até a morte (Gago, 2018). Encontro no qual as pessoas participantes sofreram forte repressão policial[76], tornando visível a relação entre violência institucional e violência machista (Palmeiro, 2019). Essa primeira greve foi organizada pelo NUM em conjunto com outras 50 organizações (Rossi, 2022). Realizada em apenas uma semana, essa mobilização

[74] Em espanhol, no geral, utilizam o termo “*paro general*”, algo semelhante a paralisação geral em português. Contudo, o significado reivindicado pelo movimento está mais próximo do nosso conceito de greve geral. Tanto é assim, que na tradução do livro de Veronica Gago (2020) para o português, também se optou por traduzir “*paro*” como greve, por ser parte da proposta feminista a ampliação do que se compreende por greve.

[75] Na literatura aqui apresentada, há menções tanto à greve de mulheres quanto à greve feminista, termos que se referem ao mesmo fenômeno analisado nesta tese. Neste trabalho, utilizo-os de forma intercambiável, procurando empregar a nomenclatura conforme aparece no texto, documento ou fala a que me refiro.

[76] Como detalhado por Florencia Alcaraz (2020) a marcha de encerramento do XXXI Encontro em Rosário contou mais 90 mil participantes. Essas tradicionais marchas de encerramento dos Encontros costumavam ser ignoradas pelos principais meios de comunicação, mas neste ano se tornou notícia em todo o país em razão do ataque da Polícia de Santa Fe com balas de goma e gás lacrimogênio por mais de duas horas contra manifestantes que protestavam em frente a uma Catedral, ferindo manifestantes e profissionais da imprensa. A autora detalha que esta é também uma tradição dos Encontros: passar pelas Catedrais do local para denunciar o papel da Igreja na resistência à legalização do direito ao aborto.

inaugurou um ciclo de greves, que se desdobrou posteriormente em outras paralisações, como aquelas realizadas nos 8M dos anos seguintes.

Essas ações sofrem influência internacional do movimento de Greve de mulheres que ocorria no mesmo ano na Polônia bem como, em razão da ação de distintos coletivos e organizações argentinas. Para Gago (2018), compreender a greve feminista como um processo e não um fato isolado, envolve reconhecer que na Argentina ela se nutriu do NUM e produziu um salto no modo de politizar e rechaçar as violências. Mesmo internacionalmente, a greve feminista e o NUM aparecem atrelados principalmente pela repercussão e impactos nos movimentos feministas globais (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019). Por esse motivo, não há como abordar o NUM na Argentina sem considerar sua conexão com as greves feministas.

Para Mason-Deese (2020), a greve feminista em si mesma é uma forma própria de pesquisa e intervenção que traça um mapa sobre o trabalho das mulheres e pessoas feminizadas, em particular o trabalho de reprodução social. A greve feminista também pode ser entendida como a construção de uma estratégia prática e concreta de crítica ao neoliberalismo, ampliando e produzindo novas conceitualizações da ferramenta da greve, enlaçando a violência feminicida e as estruturas econômicas e políticas (Gago, 2018). Um modo de produzir ferramentas para lidar com questões locais, mas em um contexto global de violência neoliberal e intenso extrativismo (Palmeiro, 2020).

Em algumas das entrevistas a greve também é reconhecida como uma mobilização feminista importante da qual o NUM fez parte. Laura (Buenos Aires, Mala Junta) mencionou que esse foi um período de união contra o macrismo, marcado por reivindicações antineoliberais. Por esse motivo, torna-se necessário explicitar o que se entende por neoliberalismo e contextualizar o cenário econômico argentino.

De acordo com Wendy Brown (2019), o neoliberalismo é a faceta atual do capitalismo, de modo que a razão neoliberal tem impactado nas diversas esferas da vida social e das estruturas de países ocidentais. Ela considera o neoliberalismo como uma perspectiva de diminuição das barreiras impostas pelos Estados para a circulação do capital e uma estratégia de neutralização de demandas por justiça e redistribuição de países do sul global, após passarem pelo processo de descolonização. Além disso, pontua o neoliberalismo como uma nova racionalidade política, na qual os princípios que regem as lógicas de mercado tornam-se princípios de governo a serem executados pelos Estados; e que circulam em outras instituições

e em toda a sociedade (Brown, 2019). A crítica e o desmonte de discursos e projetos em defesa do social e da justiça social é parte dessa razão neoliberal do tempo presente, que impacta não apenas nas instituições, mas também em nossas subjetividades (Brown, 2019).

Por sua vez, vale destacar em especial o livro de Verónica Gago (2014) que tem como foco pensar o neoliberalismo a partir da realidade argentina, entendendo-o como uma complexa tecnologia de governo multinível. A autora define o neoliberalismo na América Latina como sendo ao mesmo tempo um regime de existência do social e um modo de comando político, uma forma do fazer político, que se instalou na região a partir da repressão das ditaduras às reivindicações populares e pela implementação de reformas estruturais fundamentadas nos indicativos de ajustes das políticas econômicas internacionais (Gago, 2014).

O ciclo do neoliberalismo na Argentina é semelhante ao do contexto regional latino-americano. Com a ditadura de 1976 a 1983 se iniciaram as reestruturações alinhadas com as determinações neoliberais, que no fim da década 1980 geraram uma crise inflacionária. A partir dali, e em especial na década seguinte, há a concretização do neoliberalismo pela privatização de serviços públicos, flexibilização de direitos trabalhistas, abertura às importações e desregulamentação geral da cadeia produtiva (Gago, 2014). A pobreza cresceu e os movimentos de trabalhadores(as) desempregados(as) se proliferam no país, especialmente o movimento *piquetero*, que surgiu em 1996, poucos anos antes da crise econômica que durou de 1999 a 2002, muitas vezes mencionada como crise de 2001.

Ao analisar o movimento *piquetero*, Federico Rossi (2017) teve como algumas de suas questões centrais entender como as lutas vindas de baixo contribuíram para conter o neoliberalismo em parte da América Latina e de que modo a arena sociopolítica foi ampliada para incluir os interesses dos setores pobres e historicamente excluídos. Para responder, o autor propõe a noção de uma “segunda onda de incorporação dos setores populares” (a primeira tendo sido as mencionadas políticas nos governos peronistas entre 1940 e 1950). Para Rossi (2017), esta segunda onda pode ser entendida como a redefinição da arena política e social a partir da inclusão, ainda que seletiva, de grupos que haviam sido previamente desincorporados pelos regimes militares autoritários e, posteriormente, pelas reformas neoliberais em democracias fragilizadas.

Nesse processo, o movimento *piquetero* assume um papel singular, pois se configurou como um ator característico das consequências do neoliberalismo, vinculado a dinâmicas de desincorporação e reincorporação que marcaram a região desde os anos 1980 (Rossi, 2017)[77]. Ao oferecer uma estrutura organizativa enraizada nos territórios, inclusive com o uso do repertório das assembleias, os *piqueteros* canalizaram as demandas dos setores populares contra o neoliberalismo e por maior igualdade social.

Por sua vez, Gago considera que a crise econômica vivida na Argentina em 2001, não é uma crise do capitalismo ou do livre-mercado, mas sim da legitimidade das políticas neoliberais. O neoliberalismo ao invés de ser compreendido como o reino da economia sobre a política, seria mais bem entendido como a projeção das lógicas de mercado que criam o mundo político (Gago, 2014). Por esse motivo, a autora afirma que a crise econômica de 2001 resultou no colapso do governo e do sistema bancário, mas não em uma crise do livre-mercado. Representou também um rechaço a toda classe política (Annunziata et al., 2016).

Diante da piora significativa das condições de vida, a crise produziu uma aproximação entre os movimentos *piqueteros* e movimentos de cidadãos(ãs) não-organizados(as), em protestos contra o confisco bancário (comumente chamado de *corralito*) e a declaração do estado de sítio pelo então presidente (Annunziata et. al., 2016). O país teve cinco presidentes diferentes em 11 dias. Entre janeiro de 2002 e maio de 2003, Eduardo Duhalde foi presidente interino, eleito pela Assembleia Legislativa, até que se antecipou as eleições que resultaram na vitória de Néstor Kirchner.

Kirchner pretendeu uma volta à normalidade por meio de uma forte recomposição econômica, depois de dois anos de desestabilização política com trocas de governo, repressão e assassinatos de militantes. Essa mudança política, que como mencionado anteriormente, foi também regional, conhecida como onda rosa, esteve alinhada a uma proposta de “superação do neoliberalismo”, entendido apenas como sendo a ausência do Estado (Gago, 2014).

---

[77] De acordo com Rossi (2017), diferentemente do primeiro ciclo de incorporação, conduzido por instituições peronistas de caráter corporativo, a segunda onda se apoiou em instituições novas ou reformuladas, criadas para responder ao caráter territorial das reivindicações trazidas pelo movimento e ao enfraquecimento do corporativismo tradicional. Assim, os piqueteros não apenas mobilizaram os setores sociais desincorporados, mas também impulsionaram mudanças institucionais que reconfiguraram as formas de mediação política na Argentina (Rossi, 2017). Para saber mais sobre isso, ver: Rossi (2017).

Contudo, esse modo de entender o neoliberalismo na região é insuficiente pois na América Latina ele não é apenas uma racionalidade dos atores macropolíticos, mas um processo que se expandiu e se transformou, gerando novas combinações de racionalidades e afetividades em nível micro (Gago, 2014).

Assim, a autora observa as finanças como um aspecto importante para entender as trocas produtivas desde baixo na Argentina, que inclui práticas de uma economia migrante da década de 1990 e as iniciativas de autogestão promovida pelo movimento de desempregados(as) do começo do século XXI (Gago, 2014). O movimento *piquetero* teve uma expressiva participação de mulheres e pode ser incluído em uma genealogia sobre a participação delas em movimentos sociais do país. Naquele contexto de crise política, econômica e de emprego, a política de redistribuição do Estado implicou em uma bancarização compulsória e em endividamento.

Em termos macro, a economia argentina no início da década de 2010 continuava enfrentando as consequências dos ajustes neoliberais e da crise de 2001. O Governo de Cristina Kirchner que se orientou na construção de políticas sociais, não reduziu o processo de bancarização e endividamento dos mais pobres, e a inflação continuou sendo um problema. Com o Governo Macri e sua agenda neoliberal de abertura econômica e redução dos subsídios sociais, há o aumento da pobreza e piora das condições de vida. Isso conduziu ao que ficou conhecido como crise de 2018, uma combinação de desvalorização da moeda, alta inflação, déficit fiscal elevado e dificuldades para pagamento da dívida externa, resultando em um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e mais medidas de austeridade.

Por esses motivos, Gago (2020), quando considera as especificidades do neoliberalismo na América Latina, destaca como ele corrói as condições de superação das desigualdades de gênero em um sentido interseccional, desmantela as possibilidades de justiça social e põe uma carga desproporcionalmente maior sobre as mulheres, pessoas pobres, não-brancas e/ou LGBTQIA+. É nesse cenário que a apropriação da ferramenta da greve pelos feminismos na Argentina vai ocorrer e se ampliar a partir de 2017.

A politização do trabalho de reprodução social promovida pelo NUM nas assembleias, protestos e greves, também passou por identificar que o processo de financeirização e endividamento popular pressiona a reprodução social, forçando as famílias ao endividamento como modo de sobrevivência (Mason-Deese, 2020). Há um

reenquadramento do debate sobre violência ao conectar as violências de gênero em múltiplos espaços e escalas de análise, em particular, o papel fundamental que a violência tem na reprodução das relações capitalistas e na desvalorização do trabalho reprodutivo (Mason-Deese, 2020).

Retorno ao tema da dívida no próximo capítulo, mas é importante destacar neste momento, que são as Greves feministas a partir de 2016 que farão uma mudança qualitativa no modo de entender as violências de gênero, uma transformação na capacidade de articular e dar dimensão política, de maneira inovadora, à rejeição às violências (Gago, 2020). Nessa perspectiva, as greves feministas, inclusive as realizadas entre outubro de 2016 e março de 2019 na Argentina, tramaram "as violências econômicas e as violências concentradas contra os corpos das mulheres e os corpos feminizados." (Gago, 2020, p. 21). Para Gago (2020) as greves se dão em um contexto histórico mais amplo de mobilizações feministas anticapitalistas, bem como, possuem embasamentos teóricos que as antecedem, sendo um dos mais emblemáticos o livro de Silvia Federici, Calibã e a Bruxa (2017).

Assim, há quem compreenda que desde o princípio o NUM foi além de denunciar as violências contra as mulheres, reformulando análises sistêmicas anteriores, e fazendo isso ao menos tempo em que produzia novas práticas que redefinem a política em si mesma (Giardini, 2021). Uma dessas análises sistêmicas existentes, elaborada na década de 1970, reivindicava pagamento para o trabalho reprodutivo, internacionalmente conhecida pela ação do movimento *Wages for Housework* (Salários para o Trabalho Doméstico), cofundado por Silvia Federici[78]. Para Giardini (2021), as reflexões sobre esse tema que emergem do NUM geram uma reivindicação coletiva diante das questões da exploração capitalista. Isso é feito através da compreensão da violência de gênero que entrelaça aspectos econômicos, éticos e simbólicos, que supera a dicotomia entre uma crítica da economia política centrada na exploração e abordagens culturalistas focadas na dominação.

[78] A trajetória e importância desse movimento escapa ao escopo desta pesquisa. Contudo, vale ressaltar sua relevância na produção do debate sobre o que é entendido como trabalho nas sociedades capitalistas. Além disso, antes de ser uma reivindicação por um valor a ser pago (salário), tratou-se de uma demanda política, capaz de demonstrar a relação da desvalorização do trabalho reprodutivo com a violência contra as mulheres, percebendo que a demanda pelo salário para trabalhos reprodutivos não é uma busca por inclusão das mulheres nas relações capitalistas, dado que nunca estivemos fora delas (Federici, 2019). Sobre isso, ver: Silvia Federici (2017, 2019).

Foi também um processo de reivindicação de compreensão da violência machista não como sendo mais um problema de segurança pública, que se resolveria com mais medidas punitivistas (Gago, 2018). Entendimento existente desde a organização do 3J de 2015: que não se utilizasse o NUM para reforçar lógicas punitivistas e repressivas, de modo que a escolha por vincular o 3J de 2015 expressamente aos direitos humanos foi uma estratégia para evitar usos distorcidos das demandas do Coletivo (Natalucci; Rey, 2018).

Ações como a greve internacional no 8M de 2017, foram possíveis pela proliferação de assembleias, grupos de trabalho, e conversas tanto online quanto em espaços físicos, que produziram novos encontros feministas e o surgimento de um senso de solidariedade entre mulheres e população LGBTQIA+ (Mason-Deese, 2020).

De acordo com Gago (2018), a movimentação para a greve sintetizada na hashtag *#NosotrasParamos* (#NósParamos), produz aproximações dentre as diferenças. A greve parte e demonstra a relação entre acumulação e violência, integrando o tema do trabalho, mas também transbordando alguns de seus significados existentes até então (Gago, 2020). O slogan *#NosotrasParamos* foi mobilizado na primeira greve de 2016, e retomado nas greves internacionais de mulheres dos 8M de 2017, 2018 e 2019 (Palmeiro, 2020). Também teve repercussão no 3J de 2017, como será detalhado na subseção seguinte.

3.2.2 Expansão temática e alianças políticas e sociais (2017-2018)

A greve internacional do 8M de 2017 ocorreu em 55 países. Na Argentina, contou com aproximadamente 500 mil mulheres em cada uma das greves de outubro de 2016 e março de 2017, e 800 mil em cada 8M de 2018 e 2019 (Gago, 2020). A greve feminista na Argentina retomou o debate em torno dos subsídios sociais[79], que a partir da crise de 2001 e das reivindicações do movimento *piquetero*, foram um modo de retribuição econômica por tarefas reprodutivas e de organização coletiva,

[79] Alguns dos subsídios sociais criados para enfrentar a crise econômica de 2001, como o *Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados* (Plano Chefes e Chefas de Família Desempregados), ofereciam um subsídio de renda para chefes(as) de família desempregados(as) que tinham filhos menores de 18 anos ou pessoas com deficiência. Exigia-se, como contrapartida, que os(as) beneficiários(as) participassem de programas de treinamento ou realizassem trabalhos comunitários. Esse engajamento nessas atividades, como trabalhos em cooperativas, projetos de infraestrutura ou serviços comunitários, como os *comedores populares*, muitas vezes organizados por movimentos sociais, cooperativas e ONGs, e com expressiva participação de mulheres, compõe os empreendimentos que fazem parte da economia popular no país.

conectada com uma economia informal ou “economia popular”, com protagonismo feminino (Gago, 2020).

Nesse cenário, as assembleias como modo de organização foram importantes para produzir alianças e permitir que a saída “do gueto do discurso de gênero, aquele que pretende nos confinar a falar apenas de feminicídios e a nos situar meramente como vítimas” (Gago, 2020, p. 52). O NUM de Buenos Aires promoveu assembleias preparatórias com diversas organizações para as greves e convocou assembleias e mobilização também no 3J de 2017.

Por sua vez, em El Bolsón a experiência de conformação de um grupo intitulado NUM ocorre neste mesmo ano, ainda que tenham existido mobilizações no 3J de 2015 e 2016. Teresa explicou a origem do nome *Colectiva Comarcal Ni Una Menos*. Segundo ela, trata-se de uma escolha bastante significativa, pois vive na região sul da Argentina, em uma área chamada de *comarca*. Ela contou que mora em El Bolsón, mas que a poucos quarteirões já se cruza a fronteira estadual com Río Negro e, logo adiante, com o estado vizinho de Chubut, na altura do chamado Paralelo 42. A partir dali também se chega à localidade de Lago Puelo. São, portanto, distâncias muito curtas, e essa configuração territorial acabou dando forma ao Coletivo. Criada em 2017, a Colectiva Comarcal surgiu como um espaço que reunia mulheres e dissidências de todas essas localidades próximas. Naquele momento inicial, eram cerca de 75 integrantes, que decidiram adotar o nome “Comarcal” justamente para expressar essa união entre as comunidades vizinhas. Teresa ressaltou que a formação do grupo não aconteceu de modo repentino, pois sua raiz estava diretamente ligada ao impacto do feminicídio de Micaela García[80] em 2017 (Teresa, El Bolsón, Coletiva Comarcal NUM). A Coletiva foi responsável pela organização do 3J de 2017 em El Bolsón, assim como ocorreram manifestações em dezenas de outras cidades do país.

[80] O feminicídio de Micaela García foi citado em diversas entrevistas. Em particular, Milagros (Rosário, Mujeres Evita) relatou que Micaela militava no mesmo movimento que ela, o Evita, na *Juventud Peronista Evita*, e participava do NUM. Tinha 22 anos quando foi assassinada. De acordo com Milagros, o autor do crime, Sebastián Wagner, já estava preso quando recebeu autorização judicial para saída condicional, mesmo com relatórios indicando que não deveria ter sido liberado. Antes do assassinato de Micaela, uma família havia tentado denunciar que Sebastián Wagner tinha tentado abusar de uma adolescente, mas a denúncia não foi registrada na delegacia sob a justificativa de que a promotora responsável não estava presente e que deveriam voltar na segunda-feira. No sábado, Micaela saía de uma festa com amigos quando Wagner a sequestrou e a assassinou. O caso gerou comoção nacional e evidenciou falhas graves no sistema de proteção, sendo um dos fatores que impulsionou a criação da chamada Lei Micaela em 2018 (Ley nº. 27.499), que instituiu a obrigatoriedade de capacitação sobre questões de gênero para todos as/os trabalhadoras(es) do Estado.

Esse contraste entre dinâmicas territoriais específicas e a articulação nacional do movimento permite, por sua vez, observar como determinados temas ganham centralidade em espaços distintos. Ao recorrer à metodologia da análise de conteúdo, é possível perceber que o documento do 3J de 2017 de Buenos Aires apresenta uma ampliação substancial da incidência de temas do "Grupo C – Economia", especialmente aqueles relacionados à dívida e ao endividamento, conforme indicado na tabela a seguir.

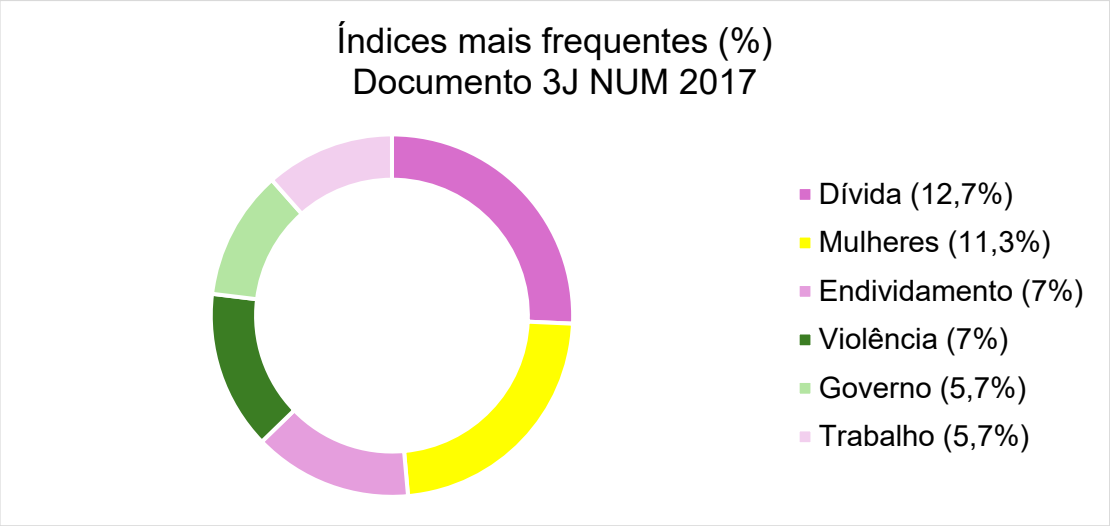
Tabela 4: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2017.

CATEG	ÍNDICES	QUANT	MODOS DE APARIÇÃO	
			DRO	Autoident
A - Justiça	Estado	3	3	
A - Justiça	Ditadura	1	1	
A - Justiça	Governo	4	4	
A - Justiça	Pobreza	1	1	
A - Justiça	Crianças/menina(s)/infância(s)	2	2	
A - Justiça	Violência(s)*/violenta(o)/violentamente/violentada(s)	5	5	
A - Justiça	Violência machista	2	2	
A - Justiça	Feminicídio(s)/Femicídio(s)/Femicida	1	1	
A - Justiça	Vítima(s)	1		1
C - Economia	Dívida*	9	9	
C - Economia	Endividada/Endividamento/Endividarmos/Desendividada(s)(rnos)	5	5	
C - Economia	Econômia(s) Popular(es)/ Econômia(s) comunitária(s)	2	2	
C - Economia	Trabalho(s)	4	4	
C - Economia	Cuidado(s) [enquanto função]	1	1	
C - Economia	Greve/*Paro*	1	1	
D - Raça e etnia	Território/terras	1	1	
E - Identidades de gênero e sexualidade	Mulher(es)*	8	7	1
E - Identidades de gênero e sexualidade	Corpo/*Acuerpamiento*/*Acuerpada*(s)	2	2	

Fonte: elaboração própria a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2017 do Ni Una Menos.

Trata-se do menor de todos os 11 documentos analisados nesta tese e pela primeira vez, dentre os índices mais frequentes não temos uma maioria do “Grupo A – Justiça”, mas sim do “Grupo C – Economia”, conforme é visível no gráfico abaixo.

Gráfico 3: Seis índices mais frequentes no documento 3J de 2017.



Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2017 (Ni Una Menos).

A dívida aparece no documento expressamente como “outra forma de violência que coloca nossas vidas em risco” sendo o endividamento um fator de exposição à precarização e a novas formas de violência (Doc 3J, 2017). Apresentam que “A violência machista se torna ainda mais forte com a feminização da pobreza e a falta de autonomia econômica, consequência do endividamento.”. Portanto, é a partir deste documento que o NUM argentino vincula diretamente a violência com a dívida. Inclusive assume como parte de sua identidade que “O movimento de mulheres se consolidou como um ator social dinâmico e transversal capaz de colocar em questão as diversas formas de exploração econômica.” (Doc. 3J 2017).

Estes dados estão em consonância com o que parte da literatura chamou de transversalização da discussão de gênero, inclusive com a aproximação com os sindicatos (Natalucci; Messore, 2023). Esta é uma característica singular desse processo na Argentina dada a convocação desde os feminismos que resultou em uma relação constante de diálogo e questionamentos, marcada por tensões e conflitos, com sindicatos de diferentes orientações ideológicas (Gago, 2020). De acordo com Gago (2020), isso ocorreu pelo protagonismo das mulheres que se articulam no país

na organização sindical *Confederacion de Trabajadores de la Economia Popular* – CTEP (Confederação de Trabalhadores da Economia Popular). Isso faz com que fique visível a genealogia *piquetera* nos feminismos atuais argentinos, pois foi a partir do movimento dos(as) desempregados(as) que se discutiu, no país, o significado de trabalho digno (Gago, 2020).

A criação de novos coletivos desempenhou um papel importante na ampliação das demandas dos movimentos de mulheres e feministas como um todo (Natalucci; Messore, 2023). Nos eventos de 2017, como as manifestações do 8M e do 3J, os sindicatos destacaram a necessidade de incluir na agenda reivindicações econômicas relacionadas à crise gerada pela política econômica do governo Macri, levando em conta o papel invisibilizado das mulheres nas tarefas de cuidado e sua maior presença entre os grupos em situação de pobreza (Natalucci; Messore, 2023). Entre 2015 e 2018, a agenda feminista expandiu-se para abarcar demandas econômicas e questões do mundo do trabalho, assumindo de forma mais explícita uma perspectiva interseccional que considerava a classe social como uma variável relevante nas desigualdades de gênero (Natalucci; Messore, 2023).

São esses movimentos que fazem com que haja o anúncio durante uma marcha operária em fevereiro de 2018, pelos dirigentes das centrais sindicais, de que "o 8 de março era o próximo dia de mobilização dos trabalhadores, porque se tratava da greve internacional feminista" (Gago, 2020, p. 58). Durante as assembleias preparatórias para aquele 8M, ocorreu a criação inédita de uma intersindical feminina de nível federal, composta por mulheres dirigentes das cinco centrais sindicais[81] do país, que inclusive continuou funcionando mesmo depois daquele 8M (Gago, 2020).

Ainda que já existissem experiências anteriores de intersindicais de mulheres, elas eram de nível estadual ou municipal, como havia ocorrido em Córdoba ou Buenos Aires (Rodriguez, 2020). Um dos desafios que a intersindical enfrentou foi a interpelação provocada pelos movimentos feministas ao convocar uma greve geral e ampliar o conceito de direito de greve para além do previsto em lei (Rodriguez, 2020).

[81] Sobre a composição da intersindical, ela foi: "integrada por secretarías de mesas directivas y referentes de género de la Confederación General del Trabajo (CGT), Central de Trabajadores de la Argentina (CTA-Trabajadores) y Central de Trabajadores de la Argentina (CTA-Autónoma); referentes de federaciones nacionales y sindicatos - instituciones de segundo y primer grado reconocidas por ley - que integran nucleamientos político-sindicales como la Corriente Federal de Trabajadores de CGT (CFT-CGT); y referentes de organizaciones de trabajadorxs de la economía popular y cooperativistas, como la Confederación de Trabajadores de la Economía Popular (CTEP) y Confederación Nacional de Cooperativas de Trabajo (CNCT)." (Rodriguez, 2020).

A intenção era diluir as fronteiras entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, convocando as mulheres a pararem tanto no emprego remunerado quanto nas tarefas domésticas, reconhecidas também como trabalho.

Segundo Tania Rodriguez (2020), um dos aspectos marcantes do período de 2015 a 2019 na Argentina foi a maneira como os movimentos feministas interpelaram outros campos, como os sindicatos. Isso trouxe inovações, como a criação da intersindical, que não apenas envolveu a participação de militantes sindicalistas nas assembleias do NUM – como já ocorria – mas também resultou em decisões públicas por parte das secretarias sindicais para coordenar participações conjuntas no 8M de 2017, movimento que deu início à construção de laços entre mulheres de diferentes centrais sindicais e correntes políticas (Rodriguez, 2020). Essas participações em assembleias do NUM continuam ocorrendo até o 3J de 2025, tema que retomarei no capítulo 5.

Assim, a partir desses movimentos nas greves feministas, o NUM abarcou a conexão das violências e feminicídios com a acumulação capitalista, que perpassa o próprio entendimento do que é trabalho, bem como o endividamento e a precarização das condições de vida. Esses temas estão presentes na literatura mais recente sobre feminismos de um modo geral e na Argentina em especial, além de terem sido constantes nas assembleias preparatórias e no protesto do 3J de 2024 e 2025 em Buenos Aires, que analisarei no 5º capítulo da tese.

O documento do 3J de 2018 tem como título “Desejo e revolução feminista” e possui uma linguagem diferenciada dos demais. Mesmo tendo um tamanho médio, considerando todos os documentos, poucos índices são mencionados mais do que uma ou duas vezes, conforme se reflete na tabela a seguir.

Tabela 5: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2018.

CATEG	ÍNDICES	QUANT	MODOS DE APARIÇÃO		
			DRO	Autoid	Conq
A - Justiça	Poder Judiciário/operadores(as) da Justiça/Justiça	2	2		
A - Justiça	Patriarcal(es)/Patriarcado*	5	5		
A - Justiça	Crianças/meninas(s)/Infância(s)	1	1		
A - Justiça	Violência(s)*/violenta(o)/violentamente/violentada(s)	8	7		1

A - Justiça	Violência machista	3	2	1	
A - Justiça	Feminicídio(s)/Femicídio(s)/Femicida	2	2		
A - Justiça	Morte(s)/Morta(s)/Assassinada(s)(es)/Assassinato/Matar(m)/Assassino	1	1		
A - Justiça	Vítima(s)	1		1	
B – Saúde	Aborto/Interrupción voluntaria del embarazo	4	3		1
B - Saúde	Educação Sexual Integral/ESI	1	1		
C - Economia	Violência(s) econômica(s)	1	1		
C - Economia	Ajuste(s)	1	1		
C - Economia	Endividada/Endividamento/Endividarmos/Desendividada(s)(rnos)	1	1		
C - Economia	Trabalho	1	1		
C – Economia	Trabalhador(as)(es)	1	1		
C – Economia	Greve/*Paro*	1	1		
D – Raça e etnia	Território/terras	4	2	2	
D – Raça e etnia	Racismo/Racista(s)	2	2		
D – Raça e etnia	Migrante(s)/(I)Migrar	1	1		
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesti(s)	1	1		
E – Identidades de gênero e sexualidade	Mulher(es)	1	1		
E – Identidades de gênero e sexualidade	Homem(ens)	1	1		
E – Identidades de gênero e sexualidade	Corpo/Acuerpamiento/Acuerpada(s)	10	6	4	

Fonte: elaboração própria a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2018 do Ni Una Menos.

Além disso, a expressão “desejo” pouco presente até então se destaca neste ano, com nove menções neste documento. É talvez o tema central, tanto que as últimas frases afirmam:

> O movimento feminista coloca no centro da política a questão do desejo, e isso não admite respostas fáceis nem rápidas. O desejo é também um terreno de disputa, de tensão, de contradições. É um espaço de experimentação, de dobras e redobras. Dissemos que, neste movimento, nos move o desejo. E isso o disputamos com o mercado, com as promessas da publicidade e com as agendas de gênero neoliberais. Não é um desejo individual, mas que se tece na trama coletiva, que busca seu espaço-tempo para se realizar, para encontrar seus limites, para dizer seu nome. Nos move o desejo de habitar essa casa feminista a construir, ao mesmo tempo em que construímos comunidades. Nosso desejo é também uma aposta de tempo, o tempo desta revolução que é aberta e é agora. (Doc 3J, 2018)

O tema do desejo como um lema do NUM já foi abordado no capítulo anterior, tanto por sua presença nas mobilizações, como pelo conceito de tradução política de Cecilia Palmeiro (2020) e sua importância como força motriz que desafia normas morais conservadoras (Piccone, 2020).

Talvez mais expressiva do que a diferença de temática entre os documentos anteriores e do 3J de 2018 seja a própria diferença na linguagem. Como é possível perceber considerando o trecho acima, há um contraste com o documento de 2015 que apresentou cinco demandas específicas e bem direcionadas, em especial, ao Estado.

A frequência do índice território também destoa dos anos anteriores, em particular porque duas vezes surge como uma autoidentificação, um modo de fazer feminista:

> Esta forma de entrelaçar e dar corpo e voz ao pessoal e ao coletivo, ao político e ao doméstico (que também é político) possibilitou uma militância ao estilo do tecido e do enxame: uma maneira na qual hoje se articulam experiências e demandas feministas nos territórios e corpos concretos (e nos corpos-territórios). (Doc 3J, 2018)

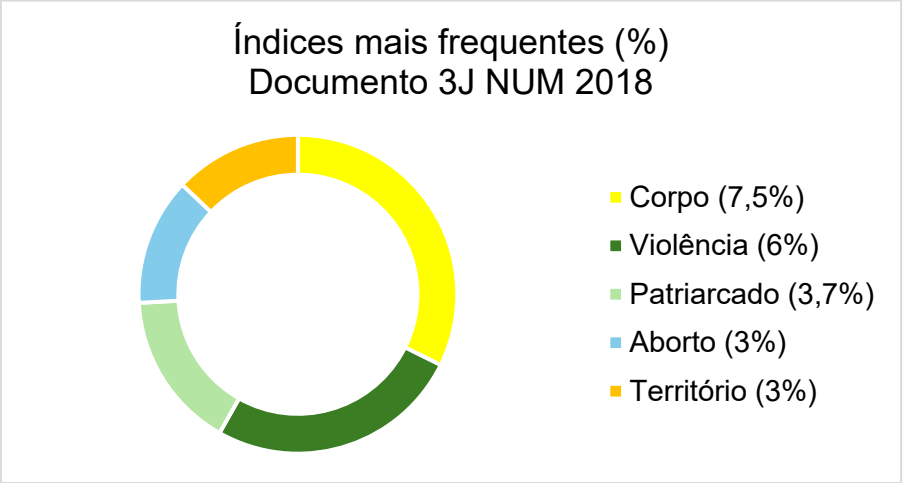
A compreensão de um fazer político como um tecido que se constrói já foi mencionada no capítulo anterior em razão de como a literatura acadêmica tem pensado os feminismos na região a partir das fragmentações e articulações dos movimentos sociais como tecidos construídos (Cabezas González, 2014), assim como na fala de entrevistadas, em especial Carmen que compreende que há "[...] um tecido bastante amplo que foi se construindo em torno do Ni Una Menos."[82] (Carmen, Buenos

[82] No original: "[…] un tejido bastante amplio que se ha ido armando alrededor de Ni Una Menos." (Carmen, Buenos Aires, Ni Una Migrante Menos).

Aires, Ni Una Migrante Menos). É interessante perceber como esta compreensão também surge em um documento construído em assembleias.

A inclusão do termo corpo-território no documento também é inédita e, ao analisarmos os cinco termos mais frequentes, é possível perceber sua presença refletida nos índices de “corpo” e “território”, conforme evidenciado no gráfico abaixo.

Gráfico 4: Cinco índices mais frequentes no documento 3J de 2018.



Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2018 (Ni Una Menos).

O índice “dívida”, o mais frequente no documento anterior, está totalmente ausente em 2018, ainda que haja menção ao endividamento, com a inclusão da *consigna* “Desendividadas nos queremos”.

Por sua vez, o índice “aborto” ou “interrupção voluntária da gravidez” aparece com mais frequência até então, inclusive por estar totalmente ausente em 2015 e em 2017. Há um reconhecimento da importância da luta pela legalização do aborto no país e se apresentam identificadas com:

> Os lenços verdes que há 13 anos são o símbolo da luta pelo direito ao aborto legal, que, neste momento, por pressão da rua, pela capacidade do feminismo de dar corpo e sentido a essa demanda, está muito próximo de ser debatido e, esperamos, aprovado no Congresso Nacional, enquanto a discussão continua a se aprofundar nos bairros, nas casas e nas escolas. (Doc 3J, 2018)

Apresento esta correlação entre a agenda em defesa do direito ao aborto e o NUM no próximo capítulo, diante do vínculo entre o surgimento do NUM e a conquista histórica encabeçada pela Campanha Nacional pelo Aborto Legal da Lei 27.610, em

2020, que assegurou o acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez e aos cuidados pós-aborto.

A inclusão do direito ao aborto legal nas reivindicações do NUM pode ser compreendida também como um reflexo da abertura do movimento a diferentes setores populares. Segundo Ana (Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal), nesse momento conseguiu-se construir "um guarda-chuva de temas tão amplo que todas podíamos participar"[83]. Sua percepção é que um dos modos de entender o NUM é como um fenômeno do movimento feminista argentino, vivido e construído coletivamente por militantes e ativistas em todo o país (Ana, Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal) – tema ao qual retornarei no próximo capítulo.

Essa ampliação do "guarda-chuva" de temas e a abertura do NUM a diferentes setores sociais não apenas fortaleceram a capacidade de mobilização do movimento, como também impactou na diversidade de sujeitas e demandas que o compõem. É nesse contexto que, em 2019, essas dinâmicas podem ser lidas a partir do signo da interseccionalidade, tanto na composição do movimento quanto nas reivindicações formuladas no 3J, tema que será abordado na subseção seguinte.

3.2.3 Interseccionalidade e pluralização do movimento: 3J de 2019

Os enfrentamentos dos movimentos feministas na Argentina ao governo Macri alcançam, em 2019, um de seus momentos mais significativos, por se tratar de um ano eleitoral. O documento produzido para o 3J de Buenos Aires naquele ano menciona as duas assembleias realizadas para sua construção coletiva e se distingue por ser o único elaborado em formato de tópicos, com subtítulos que organizam cada seção. Além disso, apresenta uma expressiva variedade de índices distribuídos entre todas as categorias analíticas, como pode ser observado na tabela a seguir.

[83] No original: "este paraguas tan amplio de tema y todas nos podíamos meter" (Ana, Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal).

Tabela 6: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2019.

CATEG	ÍNDICES	QUANT	MODOS DE APARIÇÃO	
			DRO	Autoident
A – Justiça	Democracia	1	1	
A – Justiça	Estado	8	8	
A – Justiça	Direitos Humanos	1	1	
A – Justiça	Governo	11	11	
A – Justiça	Poder Judiciário/operadores(as) da Justiça/Justiça	8	8	
A – Justiça	Patriarcado	8	8	
A – Justiça	Igreja(s)	5	5	
A – Justiça	Orçamento	4	4	
A – Justiça	Ley de Protección Integral de las Mujeres/Ley Nº 26.485	1	1	
A – Justiça	Plan Nacional de Acción para la Prevención, Asistencia y Erradicación de la Violencia contra las Mujeres	1	1	
A – Justiça	Pobreza	1	1	
A – Justiça	Protesto(s)	1	1	
A – Justiça	Crianças/menina(s)/infância(s)	6	6	
A – Justiça	Velhice(s)	1	1	
A – Justiça	Violência(s)*/violenta(o)/violentamente/violentada(s)	20	20	
A – Justiça	Violência institucional	2	2	
A – Justiça	Violência machista	2	2	
A – Justiça	Feminicídio(s)/Femicídio(s)/Femicida	5	5	
A – Justiça	Morte(s)/Morta(s)/Assasinada(s)/Assassinato/Matar(am)/Assassino	5	5	
A – Justiça	Vítima(s)	4	4	
A – Justiça	Emergência em violência de género/Emergência Nacional [por violência de género]	1	1	
A – Justiça	Tráfico [enquanto tráfico de pessoa]	2	2	
A – Justiça	Prostituição [forçada]/Pessoa em situação de prostituição	1	1	
B – Saúde	Aborto(s)/Interrupção Voluntária da Gravidez	8	8	
B – Saúde	Educação Sexual Integral (ESI)	5	5	
B – Saúde	Gordofobia/Gordo(a)	1	1	
C – Economia	Violência(s) econômica(s)	2	2	

C – Economia	Ajuste(s)	4	4	
C – Economia	Inflação	1	1	
C – Economia	Dívida*	3	3	
C – Economia	Dívida externa	1	1	
C – Economia	Endividada/Endividamento/Endividarmos/Desendividada(s)	3	3	
C – Economia	Econômia(s) Popular(es)/ Econômia(s) comunitária(s)	1	1	
C – Economia	Extrativista/Extrativismo	1	1	
C – Economia	Trabalho(s)	3	3	
C – Economia	Trabalhador/as(es)	6	6	
C – Economia	Cuidado(s) [enquanto função]	2	2	
C – Economia	Greve/*Paro*	2	1	1
C – Economia	Prostituição [como trabalho]/ Trabalhadora(s) sexual(is)	5	5	
D – Raça e etnia	Indígena(s)	6	6	
D – Raça e etnia	Plurinacional(ais)	1	1	
D – Raça e etnia	Território/terras	4	4	
D – Raça e etnia	Negra(s)/Negro(s)/Negre(s)/Afro/Afroargentina(o)(s)/Afrodescente(s)/Afroamericanxs(as/es)	10	9	1
D – Raça e etnia	Racismo/Racista(s)	9	9	
D – Raça e etnia	Migrante(s)/Imigrar	6	5	1
E – Identidades de gênero e sexualidade	Trans/Transgénero(s)/Transexual(ais)	14	12	2
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesti(s)	12	10	2
E – Identidades de gênero e sexualidade	Não-binárie(s)	6	5	1
E – Identidades de gênero e sexualidade	Intersex	2	2	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Bissexual(ais)	3	3	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Lésbica(s)/Lesbo	5	3	2
E – Identidades de gênero e sexualidade	Mulher(es)*	10	8	2
E – Identidades de gênero e sexualidade	Corpo/*Acuerpamiento*/*Acuerpada*(s)	5	5	

E – Identidades de gênero e sexualidade	Transfeminicídio(s)/transfeminicídio(s)	2	2	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesticídio(s)	3	3	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Ódio [contra LGBTQIA+ e/ou mulheres] / Discursos de ódio	4	4	

Fonte: elaboração própria a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2019 do Ni Una Menos.

Pela primeira vez há menção ao tema da imigração, expressamente contra o Decreto de Necesidad y Urgencia (DNU – Decreto de Necessidade e Urgência) nº 70/2017. A importância deste DNU foi detalhada pela entrevistada Carmen (Buenos Aires, Ni Una Migrante Menos). Como apresentado no capítulo anterior, ela mesma sendo migrante e de origem aimará e quéchua, atua na Argentina desde os anos 2000 em diversas organizações sociais voltadas principalmente aos direitos das pessoas migrantes e/ou indígenas. Durante a entrevista contou como foi sua aproximação com o NUM a partir de 2015. Recordou que neste período estavam especialmente preocupadas e denunciando o caso de Reina Maraz[84], boliviana falante de quéchua, presa em 2010 pela morte de seu marido e depois condenada à prisão perpétua (Carmen, Buenos Aires, Ni Una Migrante Menos).

Carmen relata que foi por meio de sua atuação nessas organizações que recebeu o convite de uma integrante do NUM para se somar às assembleias, especialmente porque sabia de seu envolvimento na denúncia da prisão de Reina Maraz. Como já vinham participando dos Encontros, através do grupo "*Munani Justiciata*" (que significa "Quero Justiça"), também passaram a estar no 8M, no 3J e em outras assembleias feministas desde aquele ano.

[84] Conforme documentado pela *Comisión Provincial por la Memoria* (CPM), Reina nasceu em Avichuca, um território quéchua de Sucre, Bolívia. Portanto, era falante de quéchua e não compreendia o espanhol. Mesmo assim, ficou todo o primeiro ano presa sem que nenhum funcionário da Justiça percebesse isso. Nesse período, assinou documentos e participou de audiências sem entender o que estava acontecendo. Somente um ano depois, durante uma inspeção de rotina, integrantes da CPM tiveram contato com Reina e conseguiram que fosse indicada uma intérprete para o processo, tendo sido a partir desse caso, que se criou um Registro de Intérpretes de Línguas Originárias no país. Ainda assim, em 2014 foi condenada à prisão perpétua, sentença que desconsiderou provas de sua inocência e sua condição de vítima de múltiplas violências físicas, sexuais e trabalhistas. Em 2016, o Tribunal de Cassação Penal absolveu Reina, destacando a necessidade de julgamentos com perspectiva de gênero e diversidade cultural. (COMISIÓN PROVINCIAL POR LA MEMORIA, *[S.d.]*).

Ela contou que, ao longo desse processo, diferentes organizações foram se somando, o que permitiu que em dezembro de 2016 conquistassem a liberdade e absolvição de Reina. Destacou que foi uma batalha intensa, que exigiu mobilização constante e a divulgação do caso em diversos espaços. Segundo ela, o feminismo foi uma fonte de força para sustentar essa caminhada (Carmen, Buenos Aires, Ni Una Migrante Menos).

A relevância desse tema também se manifesta em outros documentos do NUM, como na inclusão da exigência de liberdade para Reina e nas denúncias de perseguição a migrantes no documento elaborado para o chamado à greve de 19 de outubro de 2016 (Ni Una Menos, 2018). De acordo com Gómez (Gómez, 2023), ao abordar esse caso e denunciar as leis que criminalizavam a migração, o movimento evidencia o racismo institucional exercido pelo Estado argentino contra indígenas bolivianos.

Em 2017 surgiu o DNU 70 destinado a modificar a Lei de Migração argentina. De acordo com Carmen (Buenos Aires, Ni Una Migrante Menos) a norma contribuía com a violação dos direitos das pessoas migrantes, especialmente das mulheres. Para ela, além das violências que atingem todas as mulheres, a condição de migrante acrescenta maior vulnerabilidade. A partir do DNU, passaram a se articular com outras organizações migrantes, sobretudo latino-americanas, organizando uma Greve migrante em 30 de março de 2017. Foi no 8M deste ano que se apresentaram pela primeira vez como a organização “Ni Una Migrante Menos”, por considerar importante visibilizar e nomear as violências que as atravessavam diante da complexidade de situação de mulheres migrantes. No documento nacional produzido em 2018 para o 8M, o NUM afirma que as mulheres, migrantes e trabalhadoras vivem uma “tripla opressão” (Ni Una Menos, 2018).

Essa perspectiva que pode ser entendida a partir da interseccionalidade da condição de mulher e migrante está presente em toda a entrevista com Carmen. Um dos aspectos centrais é perceber os motivos que levam as mulheres a migrarem de um país a outro. O que ela resume assim:

> A maioria de nós migra por situações econômicas, por independência econômica ou porque temos que ajudar [...] Porque a situação econômica, trabalhista, social é bastante complexa em nossos países, então nos vemos obrigadas a migrar. Mas também acredito que é importante tornar visível isso: que as violências machistas que sofremos em nossas terras também são as que nos empurram a

> migrar. Tenho visto isso em muitas companheiras migrantes, como se fosse algo que não nomeamos porque pensamos que é algo secundário. Mas não é algo secundário, é algo que também acaba nos mobilizando, nos obrigando a deixar nossas famílias, nossa gente, nossa terra. Não apenas o econômico, mas também a nossa condição de mulheres, não é? E também de diversidades.[85] (Carmen, Buenos Aires, Ni Una Migrante Menos)

Ao mesmo tempo em que destaca a importância da violência como motor a migrar, ela apresenta dados e relatos sobre as situações de superexploração trabalhista e com salários miseráveis de quem migrou, principalmente pela falta de documentação, que lhes força a aceitar trabalhos informais em condições insalubres (Carmen, Buenos Aires, Ni Una Migrante Menos). Um DNU que pretende dificultar essa documentação, aumenta a vulnerabilidade das(os) migrantes. Além disso, há um continuum de violências diversas que perpassa o processo de migração, especialmente quando se trata de mulheres e pessoas LGBTQIA+ migrantes.

Segundo Carmen, o DNU 70/2017 atuou como um fator de unificação de pessoas que antes atuavam de forma dispersa, fortalecendo a mobilização do grupo para contestar a medida, que acabou sendo derrubada apenas em março de 2021, após um longo processo de luta e já durante o governo de Alberto Fernández.

A variação de temas neste documento do 3J de 2019 também se relaciona com a de sujeitas nomeadas, como as migrantes. Isso também se reflete no fato de que, apesar da maioria das menções aos índices listados na tabela acima serem de DRO, há algumas como autoidentificação, como expresso no trecho abaixo sobre quem é parte do movimento:

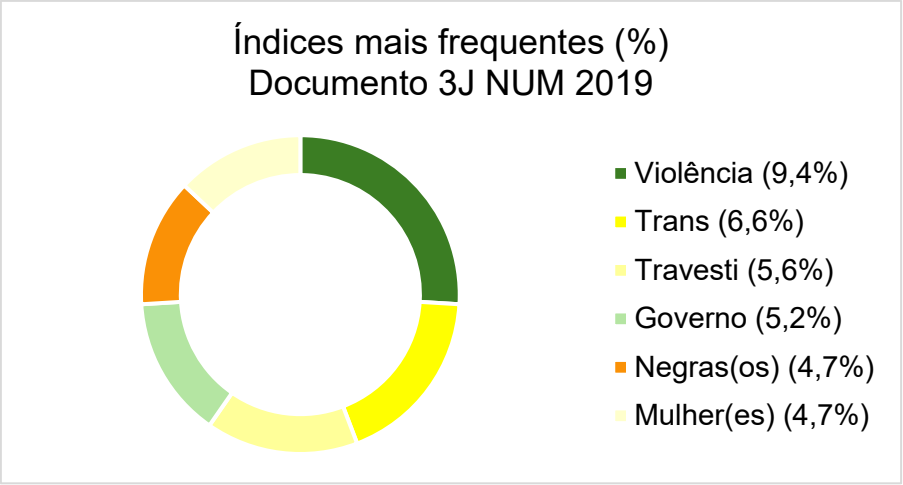
> Estamos organizades e não podemos retroceder. Quem quer que vença em outubro [a eleição], o movimento de mulheres, travestis, trans e não-bináries enfrenta o desafio de continuar ocupando as ruas por suas reivindicações. Porque nenhum governo, jamais, nos deu nada de graça. Todos os nossos direitos sempre foram conquistados por meio da nossa própria organização, confiando em nossas próprias forças. (Doc 3J 2019)

---

[85] No original: “a mayoría de nosotras migramos por situaciones económicas, por independencia económica o porque tenemos que ayudar […] Porque la situación económica, laboral, social son bastante complejas en nuestros países, entonces nos vemos obligadas a migrar. Pero también creo que es importante visibilizar esto, no de que las violencias machistas que sufrimos en nuestras tierras también son las que nos empujan a migrar. ¿No? Lo he llegado a ver en muchas compañeras migrantas como que es esto. Que no lo nombramos porque pensamos que es algo secundario. Pero no es algo secundario, es algo que también nos termina movilizando, nos termina obligando a dejar a nuestras familias, a nuestra gente, nuestra tierra, no solo económico, sino también es sí en nuestra condición de mujeres ¿no? y diversidades también.” (Carmen, Buenos Aires, Ni Una Migrante Menos)

A pluralidade de sujeitas fica perceptível quando observamos os termos mais frequentes:

Gráfico 5: Seis índices mais frequentes no documento 3J de 2019.



Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2019 (Ni Una Menos).

É notória a ampliação das sujeitas, com a maior frequência de termos como trans, travestis e mulher(es), bem como a menção a “transfeminicídio”, “travesticídio” que se somam à já consolidada “feminicídio”. Ou seja, há uma correlação com a ampliação das percepções sobre as violências de gênero.

O tema sobre quem são as pessoas que atuam tanto como sujeitas quanto destinatárias dos direitos reivindicados pelos feminismos é bastante complexo e anterior ao NUM. No contexto argentino, María Piccone (2020) apresenta como a discussão sobre o pluralismo dentro dos feminismos revela não apenas uma disputa terminológica, mas sobretudo a emergência de múltiplas sujeitas, sujeitos e sujeites políticas(os/es) no interior do movimento. O deslocamento do “*nosotras*”, outrora entendido como expressão de uma identidade comum, para formas mais abertas como “*nosotras, nosotros y nosotres”* evidencia a crescente complexificação do sujeito político do feminismo. Esse processo não é consensual: ele traduz tensões em torno da linguagem, mas também dos limites éticos de práticas cotidianas (Piccone, 2020).

Se em outros períodos o “*nosotras*” parecia sintetizar uma identidade comum, hoje a pluralização da enunciação torna visível a heterogeneidade interna e desestabiliza qualquer tentativa de fechamento identitário no NUM. Considerando a já citada teoria de Rancière (2018), esse processo pode ser interpretado como um

“desentendimento”, no qual novas(os) sujeitas(os) irrompem e se tornam audíveis sobre quem podia falar em nome do feminismo e dentro dos espaços feministas. Mais do que uma disputa terminológica, trata-se de uma reordenação simbólica que amplia o espaço político, ao reconhecer diferentes identidades de gênero e sexualidade como parte legítima do “nós” feminista.

O mencionado signo da interseccionalidade ganha força nesse contexto, não apenas como um modo de perceber os múltiplos cruzamentos das desigualdades sociais, mas também como uma possibilidade de construir espaços capazes de articular lutas que são diversas, mas compartilham características ou reivindicações. Esses elementos ficaram evidentes nas assembleias que acompanhei, refletindo a crescente pluralização de identidades de gênero e orientações sexuais no NUM ao longo dos anos, também estão registrados nos documentos de cada 3J, como é perceptível em especial neste de 2019.

Um aspecto que se destaca desde o início do NUM, mas que se amplia ao longo do tempo é seu caráter interseccional. Parto da fala de Cecília Palmeiro, uma das participantes do coletivo, que ao explicar o NUM afirma que se trata de um movimento feminista anticapitalista, anticolonial e antirracista, cujo principal desafio é continuar:

> [...] articulando um movimento unido e interseccional, capaz de abrigar mulheres e corpos indígenas, afrodescendentes, migrantes, trabalhadoras, travestis e trans, presas e escravizadas de todas as religiões, culturas e classes sociais. Temos que poder seguir articulando um discurso radical que não seja cooptado pelas agendas neoliberais (Serafini, 2017, s/p.)

Esse é um exemplo significativo pois há menção expressa à interseccionalidade. Mas não é o único. Autoras como, Paula Lenguita (2021), Inés Pousadela (Pousadela, 2023a) e Federica Giardini (2021), apenas para citar algumas, também incluem a interseccionalidade como uma das características dos feminismos argentinos atuais, dentre os quais o NUM. Assim, retomo o conceito de interseccionalidade apresentado no capítulo anterior e tributário das obras de Crenshaw (1991, 2002).

Com frequência se percebe na literatura o uso da interseccionalidade no NUM como uma ferramenta de análise da realidade social. Outro aspecto no qual a interseccionalidade agora enquanto teoria do poder (Collins, 2019) nos auxilia a

entender o NUM é a partir da compreensão de violência de gênero para além de segmentações em violência doméstica ou violência sexual, ou mesmo, como uma forma isolada de violência contra corpos feminizados. Os processos de violência são múltiplos, complexos e se coproduzem, de modo que as estratégias de oposição também são pensadas e construídas simultaneamente em múltiplas instâncias.

Considero que a interseccionalidade é um dos elementos que ajuda a entender a mencionada ampliação e complexificação nos modos de perceber as violências. Isso tornou possível cartografar a simultaneidade e inter-relação entre a violência machista em diversas esferas, como os ajustes neoliberais de Estados e instituições financeiras internacionais, a degradação da natureza, as desigualdades salariais entre homens e mulheres, a criminalização das economias de subsistência e a estrutura racista que está imbricada em cada uma dessas relações (Gago, 2020).

Para Gómez (2023), a capacidade do movimento de se manter ativo e politicamente relevante está associada à sua constituição interseccional e à articulação de múltiplas correntes do feminismo. Estas características também não são ignoradas pelas entrevistadas. Como exemplificado na fala de Susana (Mendoza, Colectivo NUM Mendoza), trata-se de “um movimento heterogêneo e transversal”[86]. Aspectos que aqui traduzo como um movimento não apenas transversal, mas também interseccional e capaz de produzir articulações políticas internas e externas entre distintos setores.

Uma aproximação ao documento deste 3J tendo em conta a interseccionalidade é coerente também com a leitura de Pousadela (2023a) sobre os movimentos feministas na Argentina como um todo, que não apenas passaram por um processo de renovação e inclusão de jovens e a construção de espaços intergeracionais, mas também se caracterizou por sua dimensão interseccional. De acordo com a autora isso inclui “[...] novas formas de organização – mais informais e menos profissionalizadas –, bem como correntes menos teóricas e mais práticas de um ‘feminismo da vida cotidiana’, preocupadas com questões como quem pode falar [...]”[87] (Pousadela, 2023a, p. 36).

---

[86] No original: “un movimiento heterogéneo y transversal” (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza).

[87] No original: “[…] new organising forms – more informal and less professionalised – and less theoretical and more practical strands of “daily life feminism” concerned with matters such as who is allowed to speak […]” (Pousadela, 2023a, p. 36)

Coerente com esse contexto, é perceptível que o índice “negras(os)” está entre os mais frequentes no documento, sendo que sequer havia sido mencionado nos anos anteriores. Aqui observamos, de modo semelhante, uma ampliação não apenas na categoria de sujeitas, mas também na percepção das violências, diante do crescimento expressivo no índice referente ao racismo. Um modo de compreensão das violências bastante interseccional, quando o Coletivo afirma que:

> Nós nos opomos à violência racista estrutural, capitalista, patriarcal e colonialista que nossas *corpas* negras e afro sofrem nas ruas e nas instituições.
> Exigimos políticas públicas que protejam nossas vidas e nossa saúde empobrecida. Matam nossas companheiras negras e afrodescendentes em seus territórios e invisibilizam as afro-argentinas dentro deste Estado-nação fundado com suas vidas. (Doc 3J, 2019)

A citação acima é emblemática tanto da ampliação desse *nosotras*, quanto na percepção de que as violências de gênero se constroem de modo intrincado com outras estruturas como o racismo, o capitalismo e o colonialismo. Estes temas estão presentes também em outros documentos produzidos pelo NUM, como naquele destinado ao 8M de 2017, quando defendem a greve como uma estratégia de articulação política contra o racismo, discriminação e xenofobia contra as mulheres indígenas, negras e afro-indígenas e reconhecem que o feminicídio tem sua origem no tráfico escravista e na violência colonial (Ni Una Menos, 2018).

A crítica anticolonial do NUM aparece em distintos documentos e em algumas das entrevistas que realizei, e talvez o extrativismo seja um dos modos mais visíveis de percebê-la. Neste documento há menção expressa: “Nem um Território a Menos: o modelo extrativista e neocolonialista aniquila de forma organizada as mais de 36 Nações Originárias existentes [na Argentina].” (Doc 3J, 2016).

Na entrevista com Teresa (El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM) é frequente o tema do extrativismo desde uma percepção interseccional de violência que toma em conta as condições de vida dos povos originários e de proteção dos recursos naturais. Teresa afirmou que as pautas relacionadas à defesa dos povos originários, ao combate à megamineração e ao extrativismo constituem lutas que criam vínculos de solidariedade entre diferentes movimentos. Em sua percepção, todas essas lutas estão interligadas pela centralidade da defesa da vida, concebida como inseparável do território. Nesse sentido, considera inevitável o apoio às causas dos povos originários, já que o enfrentamento ao extrativismo, à megamineração e a proteção da

água são dimensões que igualmente articulam e fortalecem essas lutas que são irmanadas.

Teresa destacou que, diferentemente de outras organizações feministas do país, inclusive em Buenos Aires, a Coletiva Comarcal NUM se reconhece desde o início como articulada não apenas em torno da violência contra mulheres, meninas e adolescentes: “Para nós, na Patagônia, nos irmana as lutas pela defesa do território dos povos originários.”[88] (Teresa, El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM). O emblemático caso do desaparecimento seguido da morte de Santiago Maldonado, ocorrido nesse território, levou à organização, em menos de dez dias, de um protesto que reuniu diversas organizações locais e o Coletivo NUM de Buenos Aires. A partir de uma assembleia com cerca de 220 organizações de todo o país, realizou-se uma marcha diante da Gendarmería que contou com a participação de integrantes do NUM da capital e de Mirta Baravalle, uma das Madres, que viajaram até lá para se somar à assembleia e à marcha.

Segundo Teresa (El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM), essa articulação entre diferentes organizações sociais é em parte facilitada pelo fato de que a maioria das existentes no território são apartidárias, incluindo a própria Coletiva. O caráter apartidário é um dos aspectos fundamentais da Coletiva, o que nunca excluiu participantes que têm vínculo com partidos políticos. Um segundo elemento fundamental foi o caráter de horizontalidade na tomada de decisões. Em outras palavras, a adoção das práticas *asamblearias*.

A morte de Santiago Maldonado[89] pode ser entendida como parte deste contexto de extrativismo e violências decorrentes das disputas por territórios e exploração de recursos naturais na região em que Teresa vive e atua politicamente. Um dos recursos naturais centrais nessa região é a água.

Assim, a entrevista de Teresa evidencia como a exploração predatória dos recursos naturais em seu território, por empresas nacionais e internacionais que controlam por exemplo as represas e vendem a água no exterior como produto de luxo, se insere em um contexto mais amplo de violência. A luta pela defesa do território

[88] No original: “A nosotras en la Patagonia, nos hermanan las luchas por la defensa del territorio de los pueblos originarios.” (Teresa, El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM).

[89] Santiago era um jovem não indígena, morador de El Bolsón, que havia se somado à luta da comunidade mapuche *Resistencia Cushamen*, que dois anos antes tinha iniciado um processo de recuperação de parte das terras adquiridas pelo grupo Benetton na década de 1990, durante uma intensa repressão da Gendarmaria contra a comunidade, ele desapareceu e, dois meses depois, seu corpo foi encontrado no rio Chubut (Crespo, 2021).

torna-se inseparável da luta contra diferentes formas de violência, incluindo aquelas baseadas em gênero, raça e classe.

Estes temas estão presentes em documentos elaborados pelo NUM nacional, como se observa no documento destinado a Greve do 8M de 2018, no qual o Coletivo afirma que se reconhece na luta latino-americana e afrodescendentes e que atua contra as novas formas de “colonização” dos territórios por empresas multinacionais que são favorecidas pelo governo na exploração dos recursos naturais e bens comuns (Ni Una Menos, 2018).

Uma das ações que a Coletiva desenvolve nesse território foi a colocação de cartazes nos locais onde ocorreram feminicídios, como forma de conscientização. Teresa (El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM) conta que saem às ruas para fixar cartazes com o símbolo do NUM, acompanhado do nome de cada vítima de feminicídio e da data em que o crime ocorreu em cada bairro. Essa ação é feita inclusive para casos antigos, como o de Otoño Uriarte[90] que ocorreu em 2006 e cujo julgamento terminou apenas em 2025. Teresa compartilhou a imagem abaixo que ilustra a colocação deste cartaz pouco tempo antes de nossa entrevista.

O cartaz ao qual Teresa se refere é este em rosa e roxo com o dizer “NI UNA MENOS”, contendo o nome de Otoño e a data do feminicídio. Ele foi colocado, como é possível ver na foto, junto a um mural feito em homenagem a Otoño. Ele é atualmente parte de um conjunto de murais existentes na Praça Pagano, a praça central de El Bolsón, onde também existe um em homenagem a Santiago Maldonado. Os murais da praça Pagano articulam, de forma integrada, denúncias de mortes, racismo e violência institucional, muitas vezes praticada ou tolerada pelas forças de segurança contra sujeitos subalternizados e/ou racializados (Crespo, 2021). Embora cada caso possua trajetórias específicas, prevalece entre eles a impunidade, de modo que servem também para manter constante a demanda coletiva por justiça (Crespo, 2021).

[90] Otoño Uriarte tinha 16 anos quando desapareceu no caminho para casa em 23 de outubro de 2006. Seu corpo foi encontrado em abril de 2007. Quatro homens foram condenados por sequestro seguido de morte no início de 2025. Contudo, em 10 de agosto foram absolvidos após recurso – portanto, depois da data em que entrevistei Teresa. Desde o momento em que se encontrou o corpo e se realizou a autópsia e as análises subsequentes, se concluiu que ela havia sido vítima de violência sexual, tortura e assassinato, e o caso expôs tanto a existência de redes de tráfico de pessoas na região quanto a conivência da polícia (Crespo, 2021).

Figura 4: Cartaz do Ni Una Menos em homenagem a Otoño Uriarte em espaço público de memória, Praça Pagano, El Bolsón.



Fonte: Foto cedida pela entrevistada Teresa.

O mural de Otoño foi o primeiro, feito em 2007, portanto, parece importante destacar que é anterior ao NUM a prática na comunidade de ocupação do espaço público com ações que funcionam como instrumentos de reelaboração e exposição pública de memórias traumáticas e que operam como arquivos de recordações políticas com potencial de crítica e interpelação (Crespo, 2021). Segundo Carolina Crespo (2021), os murais são realizados por artistas da região em conjunto com pessoas próximas às vítimas, com as quais muitas vezes também participam de organizações políticas como sindicatos, movimentos de trabalhadores desempregados e o NUM. Não se registra a autoria dos murais, reforçando seu caráter coletivo, anônimo e popular, no qual o essencial não é a autoria individual, mas a mensagem que comunicam e os vínculos comunitários que produzem.

Um dos murais homenageia Lucinda Quintupuray. Teresa (El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM) relatou que recentemente colocaram um cartaz em sua memória como aquele com o dizer “Ni Una Menos”, dessa vez na Cuesta del Ternero, uma zona rural afastada, próximo a um arroio que Lucinda costumava frequentar. Teresa

contou que Lucinda era uma anciã mapuche de 79 anos que foi estuprada e assassinada por quatro homens por disputa de terras em 1993. Sabe-se que ela foi assassinada após recusar diversas propostas de compra de suas terras e que meses depois, seu filho, Victorio Quintupuray também foi encontrado morto (Crespo, 2021). De acordo com Teresa, a comunidade local, agora composta por descendentes mais distantes de Lucinda, deu permissão para a ação, e o Parlamento Mapuche atualmente protege o território. A colocação do cartaz foi feita em conjunto com mulheres do Parlamento Mapuche dia 21 de junho, em alusão ao *we tripantu* ou ano novo Mapuche.

Estas medidas são entendidas por Teresa como ações voltadas à visibilização e conscientização "Para que as pessoas, quando caminham nesses bairros, também tomem consciência de que ali ocorreu um feminicídio e que não é algo qualquer, nem apenas mais uma notícia que as pessoas esquecem."[91] (Teresa, El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM). Isso se aproxima com o modo de compreender os murais da praça Pagano:

> Através deles, seus realizadores se apropriam do espaço público, lembrando que ele lhes pertence e, nessa apropriação, discutem as assimetrias que se tecem em seu uso e na construção de uma história e de um regime de representação em que "outros", especialmente o Estado municipal, são aqueles que têm o monopólio de como a imagem e a palavra devem ser traçadas. Paralelamente, transmutam a paisagem do visível, expõem a estrutura sobre a qual se edifica o poder dominante e desnaturalizam a forma como El Bolsón foi tradicionalmente definido: como um espaço tranquilo, em paz e natural.[92]

Proponho pensar a colocação dos cartazes mencionados por Teresa como um modo de transmutar a "paisagem do sensível" tornando visíveis dores e memórias historicamente marginalizadas ao mesmo tempo em que expõem o modo de funcionamento do "poder dominante". Se considerarmos em termos rancierianos,

---

[91] No original: "para que la gente cuando camina en esos barrios también tome conciencia de que ahí pasó un femicidio y no es algo más, ni es una noticia más de que la gente se olvida." (Teresa, El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM).

[92] Tradução livre, no original: "A través de ellos, sus realizadores se apropian del espacio público recordando que éste les pertenece y, en esa apropiación, discuten las asimetrías que se tejen en su uso y en la construcción de una historia y un régimen de representación en el que "otros", en especial el Estado municipal, son quienes tienen el monopolio de cómo debe trazarse la imagen y la palabra. En paralelo, transmutan el paisaje de lo visible, exponen el andamiaje sobre el que se edifica el poder dominante y desnaturalizan la forma en que tradicionalmente ha sido definido El Bolsón: como un espacio tranquilo, en paz y natural." (Crespo, 2021, p. 8-9)

essas ações reorganizam o sensível, deslocando o equilíbrio entre quem pode ver e ser vista(o), quem pode falar e ser ouvida(o) (Rancière, 2018).

Além disso, é possível perceber os cartazes conectados às práticas dos murais da praça Pagano. Estes, na leitura de Carolina Crespo (2021) são também uma prática política que vai além da denúncia das violências, pois se tornaram um espaço de encontro que fortalece os vínculos ao longo do tempo entre familiares e amigas(os) das vítimas, além de um espaço de debate. Esses laços se constroem desde o momento de planejar o mural, por meio das reuniões e dos debates de como fazê-los, assim como, na coleta dos materiais que serão utilizados (muitos são produtos reutilizados) e nos festivais que se costuma realizar para inauguração de cada novo mural (Crespo, 2021). Além disso, esses laços permanecem e seguem se fortalecendo após a instalação dos murais, que passam a atuar como espaços de encontro para o início de marchas, a realização de assembleias, festivais e outras atividades voltadas a problemáticas da comunidade ou se reúnem para restaurar ou refazer os murais quando necessário (Crespo, 2021).

> Nesse sentido, os murais adquirem uma vitalidade que, longe de serem objetos ou coisas, tornam-se acontecimentos ou experiências que envolvem efeitos e afetos a longo prazo. E é essa experiência coletiva, de gestar e atar relações, possibilitar a reflexão conjunta sobre si mesmos, gerar discussões, colocar em evidência problemáticas candentes, desacordos e processos históricos apagados, convocar a cada ano novas mobilizações e lutas ou homenagear a cada aniversário aqueles que foram retratados, uma das arestas mais enriquecedoras e particulares desses murais e, inclusive, mais potentes. Não obstante, é também – como assinalam muitos dos muralistas – uma das arestas mais paradoxais que têm esses murais da praça, porque vitalizam a partir da referência à morte.[93] (Crespo, 2021, p. 13–14)

Sugiro que essa perspectiva sobre os murais também se faz presente na ação de afixar cartazes nos bairros com a imagem e o nome das vítimas de feminicídio. Não se trata apenas de ampliar a visibilidade das violências ocorridas, nem somente

[93] Tradução livre, no original: “En tal sentido, los murales adquieren una vitalidad que lejos ser objetos o cosas, devienen acontecimientos o experiencias que involucran efectos y afectos a largo plazo. Y es esa experiencia colectiva, de gestar y anudar relaciones, habilitar la reflexión conjunta sobre sí mismos, generar discusiones, poner en el tablero problemáticas candentes, desacuerdos y procesos históricos borrados, convocar cada año a nuevas movilizaciones y luchas u homenajear cada aniversario a quienes fueron retratados, una de las aristas más enriquecedoras y particulares de estos murales e, incluso, más potentes. No obstante, es también –como señalan muchos de los muralistas– una de las aristas más paradojales que tienen estos murales de la plaza, porque vitalizan a partir de la referencia a la muerte.” (Crespo, 2021, p. 13-14).

de ocupar o espaço público para esse fim, ainda que esses aspectos sejam relevantes em si mesmos. Essas iniciativas envolvem, igualmente, um processo de articulação política coletiva, que abrange desde o planejamento até os momentos posteriores à colocação dos cartazes. Um exemplo é o cartaz em memória de Lucinda Quintupuray, para o qual Teresa (El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM) relatou a necessidade de articulação com o Parlamento Mapuche do território. Desse modo, a experiência prévia dos murais na comunidade influenciou essa estratégia, entendida como "[...] expressões materiais e marcas de memórias de violência que não fixam nem cristalizam o passado, mas interpelam de formas sempre renovadas as ausências de direitos e de justiça."[94] (Crespo, 2021, p. 14).

Além disso, o relato de Teresa (El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM) demonstra uma leitura dos feminicídios como consequência de disputas territoriais e de recursos naturais, tendo o aspecto étnico-racial como parte decisiva. Isso se relaciona com a discussão apresentada anteriormente sobre as formas de expropriação e exploração no regime neoliberal. No caso específico deste território, essa dinâmica se aproxima da lógica descrita pelo conceito de capitalismo *gore*. Conforme definido por Sayak Valencia (2024), que pega emprestado o termo *gore*[95] do cinema, o conceito serve para compreender os territórios no terceiro mundo nos quais o derramamento explícito e injustificado de sangue é feito para tentar acompanhar as crescentes exigências do capitalismo, frequentemente associado a redes de crime organizado. Nesse contexto, a destruição dos corpos é transformada em mercadoria, e a acumulação econômica passa a depender da contabilização de mortes, tornando-as um dos negócios mais lucrativos e um aspecto sistemático do descontrole do neoliberalismo (Valencia, 2024).

Com isso, percebe-se que, embora a crítica à exploração econômica neoliberal faça parte das reivindicações do NUM em diferentes regiões do país, os modos de expressão dessa violência variam, tanto em relação aos fatores que a motivam quanto nas intersecções que têm impacto nos modos como afetam as pessoas. Portanto, a partir da entrevista com Teresa se torna visível algumas das diferenças regionais do

[94] Tradução livre, no original: "[…] expresiones materiales y huellas de recuerdos de violencia que no fijan ni cristalizan el pasado sino que interpelan de maneras siempre renovadas las ausencias de derechos y de justicia." (Crespo, 2021, p. 14).
[95] Nas próprias palavras da autora: "Tomamos o termo *gore* de um gênero cinematográfico que faz referência à violência extrema visceral." (Valencia, 2024, p. 24)

NUM argentino. Tanto naquilo que afeta as organizações nas diferentes localidades do país, quanto nas especificidades das ações que são desenvolvidas a partir disso.

Além disso, assim como em outras entrevistas, há menção direta ao modo como, dentro da diversidade de agendas prioritárias e formas de organização do NUM no território nacional, também se estabelece uma conexão em nível federal. Em especial, Teresa (El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM) contou que o NUM de Buenos Aires está articulado de forma federal com representantes de todos os estados do país. Elas mantêm um grupo de WhatsApp para compartilhar informações, documentos e mobilizações, permitindo contribuições e assinaturas coletivas. Mesmo diante de dificuldades, realizaram reuniões virtuais para discutir problemas de cada território e planejar ações conjuntas. Teresa destacou que essa articulação fortalece vínculos duradouros entre os distintos Coletivos do NUM.

Neste cenário, na eleição de outubro ocorreu a vitória em primeiro turno da chapa de Alberto Fernández (PJ) e Cristina Kirchner (Unidad Ciudadana – UC), fazendo com que se concluísse o Governo de Mauricio Macri em 10 de dezembro de 2019. Com o Governo de Fernandéz se inicia um novo ciclo político que produz impactos importantes nos modos de organização do NUM. Ao mesmo tempo em que é um período marcado por dois grandes temas: a conquista da legalização do direito ao aborto e a pandemia de COVID-19. São esses aspectos que analiso no capítulo seguinte.

2.3 Conclusão do capítulo

Neste capítulo busquei apresentar algumas das principais características do NUM no seu surgimento e nos primeiros anos de atividade na Argentina. Considero importante sintetizar alguns dos principais pontos apresentados: (1) a origem do NUM em um chamado online por ativistas jornalistas, (2) a capacidade de nomear feminicídios e outras violências como um fazer político, (3) as mudanças entre sujeitas já inseridas no campo dos movimentos sociais e feministas, bem como as aproximações mais ou menos inéditas entre grupos distintos, o que inclui mudanças dentre as sujeitas dos feminismos, tanto no aspecto geracional quanto para além do "*nosotras"* mulheres, e; (4) a ampliação do entendimento do que são violências de gênero.

A origem do NUM a partir de um chamado feito sobretudo por jornalistas ativistas via redes sociais é um aspecto particular do que virá a se constituir como o

Coletivo NUM com alcance em todo o país e repercussão internacional. Não apenas se tratou de uma mobilização inicial que pode ser compreendida a partir do conceito de manifestações híbridas (Bülow; Messore; Olguín, 2024), marcada pela articulação entre dinâmicas virtuais e presenciais que, em certa medida, se mantêm ao longo de toda a primeira década do movimento. Foi também um momento inaugural que produziu rupturas e tensões fundamentais para a trajetória do NUM e para sua posterior aproximação, no período analisado neste capítulo, com outros movimentos e organizações sociais mais tradicionais.

O segundo ponto diz respeito à possibilidade de relacionar a prática do NUM de nomear os feminicídios e outras violências de gênero com uma perspectiva mais ampla sobre o que constitui o político a partir dos feminismos. Ao inscrever as violências de gênero na esfera pública, o Coletivo não apenas denunciou um problema social, mas redefiniu suas fronteiras, demonstrando que a política não se limita às instituições estatais ou à elaboração de leis, mas também envolve disputas de sentido, produção de subjetividades e construção de diagnósticos coletivos. Assim, tanto a criação e popularização do uso de certas categorias, como feminicídio, quanto a vivência compartilhada em assembleias e protestos são entendidas aqui como práticas políticas, capazes de ampliar o campo do que é considerado politizável e legitimar novas formas de participação e ação coletiva.

Assim, é social e politicamente importante a popularização do conceito de feminicídio inicialmente e a posterior ampliação do entendimento de violências de gênero pensadas a partir de termos como transfeminicídio, travesticídio e sua aproximação com racismo. Entendendo que o modo como enunciam esses assassinatos não é uma mera questão semântica pois importa para que possam ser entendidos como problemas que devem ser incluídos na agenda pública (Pousadela, 2023a).

O terceiro ponto sobre as aproximações construídas nesse período, está diretamente relacionado com o anterior. Trata-se da criação de espaços de diálogo e de articulação política em um cenário de divergências internas no campo feminista (como a distinção entre peronistas, esquerda não-peronistas e trotskistas ou radicais), assim como a ampliação geracional das participantes, a maior incorporação de sujeitas LBTQIA+ (por um período nomeadas como diversidades) e de pessoas negras, indígenas e migrantes. A isso, a entrevistada Verónica (Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal) nomeou como uma política de alianças.

A estratégia de organização feminista via alianças com outros setores da sociedade é anterior ao NUM e especialmente documentada a partir da experiencia da Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito (Campanha Nacional pelo Aborto Legal, Seguro e Gratuito). A partir do NUM isso se amplia e cria um cenário no qual novas formas de organização, capaz de aproximar diferentes atores sociais com trajetórias e repertórios variados, colocam em questão a noção clássica de movimento social (Tesoriero, 2019). De acordo com Victoria Tesoriero (2019) isso inclui a invenção de novos repertórios pelo uso das tecnologias digitais, a capacidade de articulação de mobilizações e pelas identidades que se reinventam em torno dos feminismos, sendo igualmente importante considerar que esse ator coletivo surge durante um período de ascensão de governos comprometidos com modelos neoliberais.

Apesar das diferenças de organização com relação a modelos tradicionais de movimentos sociais, o NUM se consolida na Argentina especialmente a partir de algumas experiências e práticas utilizadas por movimentos anteriores. Ao mesmo tempo em que construiu aproximações com organizações sociais clássicas como são os sindicatos. Na entrevista de Verónica (Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal) ela afirma que são os movimentos sociais que dão institucionalidade ao NUM, permitindo que não fosse uma grande mobilização massiva e que morresse em seguida. Em certa medida, embora o NUM incorpore novas formas de articulação – em rede, horizontais e menos hierarquizadas –, sua consolidação ao longo desta primeira década também dependeu de bases organizativas e repertórios herdados dos movimentos sociais clássicos. Foi a partir dessa combinação entre práticas inovadoras e legados históricos que se consolidou o que é hoje nomeado como Coletivo NUM argentino.

É nesse contexto de expansão de sujeitas que se dá a massificação dos feminismos (Barrancos, 2020), que inclui o NUM, mas não se restringiu a ele. Recorro ao conceito de interseccionalidade como modo de traduzir a complexidade de demandas e sujeitas(os) que passam a compor o NUM e que se amplia ao longo do tempo. Trata-se de um movimento que, como aponta Gómez (2023), torna-se progressivamente mais interseccional, possibilitando articular patriarcado e colonialidade às problemáticas da violência doméstica e dos feminicídios.

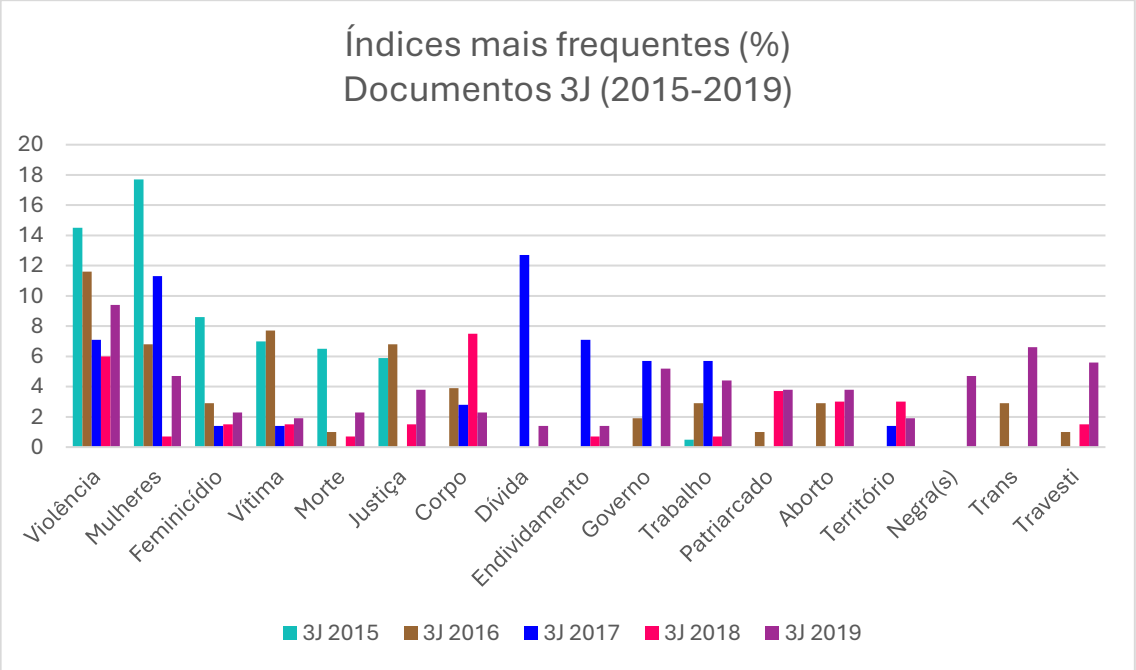
Portanto, é coerente com esse período de ampliação de sujeitas(os) e de alianças o quarto ponto mencionado: a expansão das concepções de violências de

gênero. Em um processo dialético entre participantes e concepções do que são as violências de gênero, amplia-se não apenas o entendimento sobre essas violências, mas a visibilidade com que estes temas são tratados dentro e fora do Coletivo NUM. Isso fica notório nos documentos e entrevistas aqui analisados.

Portanto, quero encerrar este capítulo apresentando uma síntese da análise de conteúdo dos documentos e das entrevistas mencionadas a partir das categorias de análise já estabelecidas anteriormente.

Considerando o período de 2015 a 2019 é perceptível como os documentos produzidos a cada 3J em Buenos Aires teve variações principalmente em temas e modos de escrita. O índice violência se manteve frequente, mas as variações no número de menções e os termos que com ele se relacionaram refletiram as mudanças que estavam ocorrendo tanto internamente no Coletivo quanto na política nacional. Considerando os índices que foram citados com mais frequência em cada um dos cinco documentos, produzi o gráfico abaixo para mostrar como variaram neste período[96].

Gráfico 6 - Distribuição percentual dos índices mais frequentes nos documentos do Ni Una Menos para o 3J (2015-2019).



Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo dos documentos do Ni Una Menos para o 3J (2015-2019).

[96] Este gráfico foi elaborado com base no percentual de ocorrência de cada índice em cada um dos documentos, permitindo uma comparação mais precisa entre textos que têm variações significativas em extensão e número de palavras. Os dados brutos encontram-se disponíveis nas tabelas disponibilizadas no decorrer deste capítulo.

Enquanto o documento de 2015 foi o que incluiu menos índices da lista acima (apenas sete), o documento de 2019 é o único a mencionar todos os 17 índices. É possível interpretar este dado como um reflexo da ampliação das temáticas abordadas pelo NUM entre 2015 e 2019, especialmente no que se refere à violência de gênero.

Por sua vez, as informações analisadas neste período derivam principalmente do material empírico produzido a partir das entrevistas realizadas, incorporando também elementos extraídos dos documentos produzidos pelo próprio coletivo, bem como aportes provenientes da revisão da literatura. Esses materiais são organizados a partir das quatro categorias de análise já detalhadas anteriormente: violência, repertórios de confronto, repertórios de estratégia e estoque de legados. Essas categorias permitem compreender tanto os conteúdos políticos mobilizados pelo Coletivo quanto as formas e os sentidos que foram tendo suas ações coletivas. Para isso, recorro ao quadro abaixo como modo de organizar os elementos mencionados no decorrer deste capítulo.

Quadro 3: Síntese das categorias analíticas da atuação do Ni Una Menos (2015-2019).

CATEGORIA	IDENTIFICADOS NO NUM (2015-2019)
Violência	Feminicídios; transfeminicídios; travesticídios; violência econômica; racismo; violência contra migrantes.
Repertórios de confronto	Marchas; protestos; campanhas em redes sociais (uso de hashtags, ações para tornar o tema *trending topic* e campanhas com fotos acompanhadas do lema “Ni Una Menos”); cartazes em locais onde ocorreram feminicídios; *escrache*; *siluetazo*; maratonas de leitura; *pañuelazos*; greves (feministas e de migrantes) de âmbito nacional e internacional.
Repertórios de estratégia	Grupos de WhatsApp para organização e comunicação interna (tanto locais quanto nacionais); aproximação com sindicatos e outros movimentos sociais; produção e publicização de documentos coletivos (como os elaborados a cada 3J).
Estoque de legados	Produção de cartazes e murais para divulgação pública de casos de violência de gênero; organização horizontal (especialmente pela prática *asamblearia*); *escraches* públicos; marchas e protestos; elaboração de documentos coletivos; *siluetazo*; maratonas de leitura; rodas de conversa sobre violência de gênero e feminicídio; produção de *stencis* e pintura de camisetas; *pañuelazos*; greves.

Fonte: elaboração própria, a partir da análise de documentos do Ni Una Menos, entrevistas e revisão da literatura referente ao período de 2015 a 2019.

Em primeiro lugar, a categoria violência abrange os diversos modos pelos quais o NUM nomeia, denuncia e politiza as múltiplas expressões da violência que atravessam a vida das mulheres e população LBTQIA+ neste período. As entrevistas e demais materiais analisados indicam que o movimento articulou uma leitura ampliada da violência, que incluiu os feminicídios, mas também as dimensões econômica, racial e vinculada à nacionalidade, evidenciando um enquadramento interseccional que conecta opressões de gênero, classe, sexualidade, raça e nacionalidade.

Os repertórios de confronto, no sentido tillyano (Alonso, 2012; Tilly, 2006, 2010), que se destacam nesse período são as marchas massivas, os protestos de rua, o uso das redes sociais e a produção de cartazes e intervenções artísticas e as maratonas de leitura. Esses repertórios também incluem práticas como o escrache, as greves feministas e de migrantes e outras ações performativas que transformam o espaço público em um território de denúncia e visibilidade, como os *siluetazos*.

Por sua vez, os repertórios de estratégia, seguindo a formulação de Federico Rossi (2017), utilizados pelo NUM neste período incluiu as estratégias de coordenação interna e horizontal, como as assembleias e os grupos de WhatsApp entre integrantes de distintas regiões, e as formas de articulação com sindicatos, movimentos sociais e redes transnacionais. As campanhas virtuais, por meio de hashtags, e a produção de documentos coletivos, também aparecem como instrumentos estratégicos de visibilização e comunicação política, reflexo de uma característica do NUM que articula espaços digitais e presenciais.

Por fim, a partir da categoria de estoque de legados (Rossi, 2017) se identifica a horizontalidade organizativa e a prática das assembleias, a ocupação do espaço público por meio de marchas, protestos, murais e cartazes, e o uso de performances artísticas e simbólicas como os *siluetazos* e os *pañuelazos*. Essas práticas, já conhecidas em outras lutas feministas, territoriais, trabalhistas e de direitos humanos, são reinterpretadas pelo NUM e incorporadas à sua gramática política.

Assim, a articulação entre essas quatro dimensões – violência, repertórios de confronto, repertórios de estratégia e estoque de legados – permitiu compreender o NUM em diferentes escalas de análise, incluindo tanto suas formas de ação imediata quanto seus processos de continuidade histórica. Essas categorias operam como níveis complementares que, ao serem observados em conjunto, evidenciam a complexidade do Coletivo que, ao denunciar as violências de gênero, reformulou

repertórios de protesto e organização, ampliou estratégias de incidência política e atualizou legados históricos de mobilização do país.

4 Da Conquista Histórica da Legalização do Aborto à Ampliação da Institucionalização das Políticas de Gênero (2020-2023)

Este capítulo tem como objetivo examinar a conquista legal do direito ao aborto na Argentina e o contexto político do governo de Alberto Fernández (2019-2023), considerando o processo de maior institucionalização das políticas de gênero e as dinâmicas feministas, em especial as protagonizadas pelo NUM, nesse período.

Na primeira parte do capítulo, apresento brevemente o processo iniciado com a *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito* (a partir de agora apenas Campanha), que desde 2005 reuniu uma ampla rede federal de organizações e ativistas em torno da demanda histórica pela legalização do aborto. Na análise priorizo a correlação, não livre de tensões, entre a Campanha e o NUM nesse processo, que culminou na conquista histórica da *Ley de Acceso a la Interrupción Voluntaria del Embarazo* (Lei de Acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez), em dezembro de 2020.

Na segunda parte do capítulo, contextualizo o governo de Alberto Fernández e busco abordar duas questões centrais: (1) as mudanças decorrentes da maior institucionalização das políticas de gênero no governo federal e (2) os temas que ganharam centralidade nesse período, em especial a partir dos documentos produzidos pelo NUM a cada 3J. Para isso, examino a constituição do novo governo, em especial a criação do *Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad* (Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidades) como expressão desta maior institucionalização das políticas de gênero, compreendida aqui como reflexo da massificação das mobilizações impulsionadas pelo NUM e pela maré verde.

Apresento os temas mais recorrentes articulados pelo NUM em torno da violência de gênero nesse período, a partir da análise de conteúdo dos documentos produzidos em cada 3J. Por meio deles, torna-se visível, além das demandas já destacadas no capítulo anterior, a centralidade adquirida pelas reivindicações em torno da dívida como forma de violência de gênero e pela necessidade de reconhecimento do trabalho de cuidado. Elementos que se relacionam com o contexto pandêmico iniciado em março de 2020.

Por fim, na última seção deste capítulo apresento algumas sínteses dos achados deste período para entender o funcionamento do NUM. Para isso recorro tanto às inferências possíveis de serem feitas a partir da análise de conteúdo dos

documentos deste período, quanto às categorias que estão servindo de guia para entender o Coletivo, ou seja, violência, repertório de confronto, repertório de estratégia e estoque de legado.

4.1 Aos lenços verdes se somam os lenços roxos: a conquista histórica do direito ao aborto na Argentina a partir do Ni Una Menos

Considerando que um dos propósitos desta tese é entender as aproximações e os distanciamentos do NUM com outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil ao longo dos anos, nessas *assemblagens* en-redadas (nos citados termos de Sonia Alvarez), torna-se inevitável abordar a aproximação do NUM com a Campanha cuja sinergia oscilou no decorrer do tempo.

Antes de analisar o período após o surgimento do NUM, é fundamental contextualizar, mesmo que de modo breve, a reivindicação pelo direito ao aborto no país, em especial, a partir do surgimento da Campanha[97]. Trata-se de uma organização de alcance federal criada em 2005 com o objetivo de inserir na sociedade e no Estado o debate sobre a importância de descriminalizar e legalizar o aborto na Argentina (Natalucci; Rey, 2018). Sua origem remonta ao 18º Encontro, realizado em Rosário em 2003, e ao 19º Encontro, ocorrido em Mendoza em 2004 – como apresentado no primeiro Capítulo. A Campanha reúne o apoio de mais de 500 grupos, organizações e figuras ligadas a entidades de direitos humanos, ao meio acadêmico e científico, a profissionais da saúde, sindicatos e diferentes movimentos sociais, incluindo redes camponesas e educativas, coletivos de pessoas desempregadas, grupos estudantis, comunicadores sociais, entre outros (Natalucci; Rey, 2018; Alcaraz, 2020).

Trata-se da aliança mais longa da história do movimento de mulheres na Argentina em busca de um direito (Tesoriero, 2019). Como mencionado anteriormente, os lenços verdes se tornaram o símbolo da reivindicação pelo direito ao aborto legal, primeiro na Argentina e posteriormente em toda a América Latina e o Caribe. Foi a Campanha que consolidou o lenço verde como emblema internacional da luta pela legalização do aborto.

---

[97] Existe uma trajetória anterior de organização social e luta em prol do direito ao aborto na Argentina, particularmente no pós redemocratização na década de 1980, sobre isso sugiro ver: Florencia Alcaraz (2020).

Inicialmente os lenços não tinham a logo da Campanha, apenas *consignas* amplas como “aborto”, “direitos sexuais e reprodutivos” ou “pelo direito de decidir” (Alcaraz, 2020). Foram seus usos, especialmente após serem adotados pela Campanha, que gerou a expressão “maré verde” para se referir a crescente pressão social por mudanças nas leis e nas políticas de saúde reprodutiva, resultando em mudanças legislativas não apenas na Argentina em 2020, mas também em outros países como México em 2021 e na Colômbia em 2022.

Alessandra Almeida (2024) destacou como os lenços verdes são parte de uma política simbólica que remete à redemocratização, pela alusão às Madres e Abuelas, e funcionou como um repertório afetivo que associou a luta pela democracia à luta pelo aborto legal. A ampliação do uso dos lenços verdes, e não apenas deles, é visível no relato de Verónica (Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal), ao destacar a diferença percebida quando foi distribuir os lenços da Campanha no Encontro de outubro de 2015. Em contraste com os anos anteriores, naquele momento se observava uma elevada procura por esses símbolos.

Tanto a maré verde na região, quanto a luta pela legalização do aborto na Argentina possuem trajetórias e especificidades próprias que escapam aos propósitos dessa tese. Contudo, são importantes nesta pesquisa pelo imbricamento entre elas e o NUM a partir de 2015.

O direito ao aborto legal foi um ponto de discussão desde o primeiro 3J. Como mencionado no capítulo anterior, esteve ausente no documento final em 2015, mas foi reivindicado por muitas organizações e participantes na manifestação. Isso foi feito já partindo de uma compreensão de que as mortes evitáveis de mulheres em decorrência de abortos clandestinos deveriam ser incluídas nos reclamos por nenhuma a menos (Moura, 2017).

Um caso emblemático que exemplifica isso é o de Ana María Acevedo, que, conforme denunciado pela Campanha, era uma jovem de Santa Fé, mãe de três filhos, diagnosticada com câncer na mandíbula (Campaña, 2008). Os médicos se recusaram a iniciar o tratamento com quimioterapia devido à gravidez e, quando ela e sua família solicitaram o aborto terapêutico ao qual tinha direito pela legislação vigente, o Comitê de Bioética do hospital indeferiu o pedido. Sem conseguir acessar esse direito pela via judicial, Ana María morreu em maio de 2007. Era uma jovem que havia cursado apenas o ensino fundamental e trabalhava como empregada doméstica. Tornou-se mãe pela primeira vez aos 16 anos e, antes do diagnóstico de câncer, sua mãe havia

iniciado o processo para que ela realizasse uma laqueadura, já que era menor de idade; embora toda a documentação estivesse pronta, o hospital se negou a realizar o procedimento. Assim, a ela foram negados tanto o direito ao método anticoncepcional escolhido quanto o acesso ao aborto legal não punível previsto no Código Penal da época.

Na entrevista com Ana (Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal) ela narrou como foi a participação da Campanha no primeiro 3J em Buenos Aires. Ela é parte desta organização há 15 anos e conta que quando receberam a convocatória tentaram construir em conjunto com as organizadoras a inclusão do direito ao aborto legal como uma das reivindicações. Diante da impossibilidade desta articulação e da ausência dos espaços que eram comuns em organizações de atos deste tipo para os movimentos sociais, como as assembleias, decidiram então fazer uma intervenção.

Ana relata que, naquele momento, a *consigna* foi considerada "*muy lavada*", isto é, pouco contundente ao restringir-se apenas ao "Ni Una Menos". Assim, tornou-se necessário atribuir significados àquela *consigna*, conectando-a às pautas já defendidas por organizações como a Campanha. Relatou que, junto a outros grupos (pois naquele momento também era parte de um coletivo de várias organizações e ativistas de Buenos Aires) decidiram confeccionar uma enorme faixa, bem longa, com a frase: "NI UNA MENOS. EL ESTADO, LAS IGLESIAS Y LOS GOBIERNOS SON RESPONSABLES" ("NI UNA MENOS. O ESTADO, AS IGREJAS E OS GOVERNOS SÃO RESPONSÁVEIS"). A ideia era que fosse impactante, até mesmo visível pelos drones, e por isso, naquela convocatória à Praça do Congresso, chegaram assim, entre muitas, segurando esta grande bandeira que foi pintada a mão por participantes dessas diferentes organizações.

Este relato de Ana está em consonância com a literatura que indica que a Campanha aderiu aos chamados do NUM desde a primeira manifestação em 2015, ainda que a questão do aborto não tenha aparecido no documento daquele ano, por receio de que isso diminuísse a amplitude da mobilização – algo que de fato gerou rejeição em certos setores, especialmente entre mães de vítimas de feminicídio (Pousadela, 2023a).

É interessante como, apesar dessa relação ambígua especialmente no primeiro ano do NUM, o ingresso de muitas jovens na política e nos feminismos a partir da mobilização para o 3J de 2015 potencializou a discussão sobre dois temas em

especial: a legalização do aborto e a efetivação da ESI nas escolas (Natalucci; Messore, 2023). Esse fenômeno lido como uma rebelião das *pibas* (Lenguita, 2021), ampliou o alcance geracional das militantes na Campanha, como também foi narrado no capítulo anterior pela entrevistada Verónica (Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal). A inserção de novas gerações na política a partir de pautas feministas, provocou a construção de novos sentidos ao movimento e influenciou na sua reinterpretação, com formas diferentes de compreensões e significados que as gerações anteriores lhe conferiam (Tesoriero, 2019).

Essa renovação dos feminismos, com a inclusão de jovens com menos de 20 anos, produziu interpretações próprias sobre as violências e um feminismo entendido de modo mais cotidiano (Tesoriero, 2019). Elas participaram das ocupações das escolas em 2017 reivindicando a aplicação da Lei de ESI e se somaram em peso aos protestos pela legalização do aborto, a partir de 2018 (Tesoriero, 2019).

Como analisado no capítulo anterior, o 3J de 2016 marcou uma nova onda de protestos na Argentina, caracterizada por reivindicações mais amplas e radicalizadas, que incluíram a legalização do aborto (Palmeiro, 2019). Uma mudança com relação a 2015, pois em 2016, o Coletivo NUM somou-se ao chamado da Campanha pela libertação de Belén, uma jovem de Tucumán que, após sofrer um aborto espontâneo, permaneceu mais de dois anos presa preventivamente e acabou condenada a oito anos de prisão por homicídio premeditado (Pousadela, 2023a). “À medida que se aproximava sua segunda marcha, o #NiUnaMenos já havia adotado o slogan da Campanha: ‘Educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer’.” [98] (Pousadela, 2023a, p. 30).

Este contexto populariza o que a entrevistada Olívia (Buenos Aires) resumiu como sendo o reconhecimento de que naquele momento, em termos de direitos, o aborto representava uma das principais dívidas do Estado para com as mulheres. A primeira vez que a Campanha apresentou um projeto de Lei para assegurar o direito ao aborto legal foi em 2007. Em 2018, quando leva à Câmera dos Deputados o Projeto de Lei para Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) pela sétima vez consecutiva:

> Essa apresentação foi precedida por um protesto massivo por meio do repertório do “pañuelazo” em frente ao Congresso e motivou as declarações públicas do presidente Mauricio Macri a respeito de sua

[98] Tradução livre, no original: “As its second march approached, #NiUnaMenos had already embraced the Campaign’s slogan: ‘Sexual education to decide, contraceptives not to abort, legal abortion not to die’.” (Pousadela, 2023a, p. 30).

> vontade de permitir a discussão legislativa. Isso marcou uma mudança de posição em matéria de política pública, já que o tema não apenas não fazia parte da agenda governamental, como também a bancada oficialista era composta por declarados opositores ao projeto. No entanto, esses acontecimentos se inscrevem em uma temporalidade mais ampla, iniciada entre maio e junho de 2015, quando o tema havia sido introduzido no debate público devido à presença que o movimento de mulheres havia adquirido nos últimos três anos. A reformulação de velhos problemas públicos, manifestações e acontecimentos tiveram um ponto de inflexão em 3 de junho de 2015.[99] (Natalucci; Rey, 2018, p. 16)

Há, portanto, um vínculo entre a massividade a partir do NUM e o fortalecimento de históricas reivindicações como aquela em prol da legalização do aborto. Esta perspectiva entende que o embrião do ativismo das novas gerações de feministas na Argentina esteve nos protestos massivos do NUM a partir de 2015, que aproximou as jovens da luta pelo direito ao aborto legal (Acosta, 2020).

Além disso, é válido destacar que o repertório dos *pañuelazos* foi criado durante os ciclos de protestos entre 2018 e 2020, como uma performance de várias participantes em um mesmo espaço portando os lenços verdes que coordenadamente o exibiam como uma forma de reivindicar a aprovação da lei (Natalucci; Messore, 2023). Esse repertório continua ativo nos anos recentes mesmo após a aprovação da Lei, como pude testemunhar durante o 3J de 2024, sobretudo com lenços verdes, mas também lenços roxos, símbolo do NUM. Tal permanência expressa o entrelaçamento de um campo feminista nacional heterogêneo e dinâmico, no qual muitas militantes transitam entre diferentes organizações e coletivos e cujos processos se interconectam e influenciam mutuamente.

Com essa abordagem também é possível reforçar a historicidade do NUM como parte de uma trajetória mais ampla. Como narrado em diversas das entrevistas e exemplificado na fala de Susana (Mendoza, Colectivo NUM Mendoza) que entende o NUM como parte de uma história Argentina que inclui as Madres e Abuelas, os

[99] Tradução livre, no original: “Dicha presentación fue precedida por una masiva protesta mediante el repertorio de “pañuelazo” frente al Congreso y motivó las declaraciones públicas del presidente Mauricio Macri respecto de su voluntad de habilitar la discusión legislativa. Esto marcó un cambio de posición en materia de política pública, ya que el tema no solo no era parte de la agenda gubernamental, sino que incluso la bancada oficialista estaba integrada por declarados opositores al proyecto. Sin embargo, estos acontecimientos se inscriben en una temporalidad mayor, a partir de un ciclo iniciado entre mayo y junio de 2015 en que se había instalado el tema en el debate público debido a la presencia que el movimiento de mujeres había cobrado en los últimos tres años. La reformulación de viejos problemas públicos, manifestaciones y acontecimientos tuvieron un punto de inflexión el 3 de junio de 2015.” (Natalucci; Rey, 2018, p. 16).

Encontros e a Campanha: “[...] foi como se toda essa acumulação desembocasse em um NUM que, para mim, o que ele realmente consegue é tornar massiva a luta feminista [...]”[100].

Mesmo tendo ocorrido essa aproximação entre o NUM e a Campanha principalmente desde o 3J de 2016, foi a partir de 2018 que se acentuou a canalização das mobilizações em torno da despenalização e legalização do aborto. A discussão pública sobre violência de gênero impulsionada pelo NUM, junto à demanda pela autonomia sobre o próprio corpo, ampliou-se a ponto da demanda pelo direito ao aborto tornar-se o desdobramento lógico para o movimento (Pousadela, 2023a). De acordo com Inés Pousadela (2023a), os feminicídios são a representação extrema do resultado da soma de várias violências e discriminações diárias que têm como ponto comum a negação da autonomia das mulheres de decidirem sobre seus próprios corpos e suas vidas. Portanto, a negação do direito de escolher realizar ou não um aborto é entendida como uma forma de violência de gênero. Por esse motivo, se reconhece que o modo amplo como a violência é tratada a partir do NUM produziu impacto no fortalecimento das campanhas pelo aborto legal, especialmente entre as mais jovens (Acosta, 2020).

Mesmo sem resultar na aprovação da Lei IVG em 2018, o aborto se tornou um tema amplamente discutido na mídia, simbolicamente presente nas casas e como adereços nos corpos pelo uso dos lenços verdes, tema de conversas e, sobretudo, significou o reconhecimento social do direito de decidir (Rossi, 2022). Por meio de ativismo feminista físico e virtual, se falou de aborto na agenda pública, um tema tabu, tornando-o uma questão política prioritária e conquistando uma “descriminalização social” que tornava a descriminalização legal uma questão de *quando* aconteceria e não mais de *se* aconteceria (Ferretto, 2024; Pousadela, 2023a).

A Campanha é o núcleo organizativo central da maré verde, articulando muitas organizações e com *consignas* e datas próprias de protestos (Tesoriero, 2019). Como narrado na entrevista de Ana (Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal) em 2017, a Campanha organizou um grito global pelo direito ao aborto e realizou sua primeira marcha de forma autônoma, embora fortemente impulsionada pelo impacto do NUM e das mobilizações de 2015. Ela contou como os Encontros também se ampliaram, alcançando um público cada vez maior de mulheres e jovens.

[100] No original: “[…] fue como que toda esa acumulación, desemboca en un NUM que lo que para mí sí logra el NUM es hacer masiva la lucha feminista […]” (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza).

Em 2018, o movimento ganhou ainda mais força, resultado de uma longa trajetória de ativismo e aprendizado acumulado desde a apresentação do primeiro projeto de lei sobre o tema em 2007.

Nas palavras de outra ativista do NUM:

> A partir de 2018, o movimento todo se organiza a partir dessa demanda. Os dois processos se retroalimentam: Ni Una Menos massificou o feminismo e gerou um movimento crítico para que, depois, essa Campanha Nacional, que não era tão massiva, se tornasse massiva, com quase dois milhões de pessoas nas ruas no dia da aprovação do aborto [na Argentina]. (Luci Cavallero, em entrevista para: Correia, 2023)

De modo semelhante, Ana contextualizou como em 2018 o aborto se tornou um dos principais temas das mobilizações, inclusive no 3J do NUM, reflexo do trabalho feito ao longo dos anos para preencher de significado a ampla *consigna* “ni una menos” (Ana, Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal). É exemplo disso a presença no documento do 3J de 2018 da menção direta aos lenços verdes enquanto “[...] símbolo da luta pelo direito ao aborto legal, que, neste momento, por pressão da rua, pela capacidade do feminismo de dar corpo e sentido a essa demanda, está muito próximo de ser debatido e, esperamos, aprovado no Congresso Nacional [...]” (Doc 3J, 2018).

A militância que a Campanha construiu ao longo de seu tempo de existência contou com redes para garantir condições reais de acesso ao direito ao aborto. Assim, surgiram dentro da Campanha diversas redes fundamentais como a Rede de Socorristas, a Rede de Profissionais da Saúde pelo Direito de Decidir e, mais recentemente, a Rede de Docentes voltada à aplicação da Lei de ESI (Tesoriero, 2019). Cada uma dessas redes contribuiu no avanço da luta pelo direito ao aborto, ao demonstrar que o objetivo não se limitava à conquista de um marco legal, mas incluía também a preocupação com sua efetiva implementação e com o acesso integral a esse direito (Tesoriero, 2019). Isso também fez com que, mesmo antes da aprovação da Lei, o acesso ao aborto – inclusive nos casos em que era permitido por lei, como de gravidez decorrente de violência – fosse facilitado em distintas regiões do país, uma consequência do caráter federal da Campanha e de muitas das redes que surgem a partir dela. Como narrado por Teresa em El Bolsón, local onde também ocorreram muitas mobilizações pela aprovação da lei:

> O direito ao aborto legal foi garantido muito antes da Lei [de IVG], e isso graças às Socorristas daqui e ao fato de termos companheiras feministas dentro do hospital, pois foi feito um grande trabalho interno no hospital. Na verdade, a diretora atual do hospital – porque a anterior que não garantia esse direito foi demitida – é uma companheira feminista de muitos anos, ligada à diversidade e às marchas.[101] (Teresa, El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM)

Este relato está em sintonia com um aspecto histórico relevante dos feminismos argentinos que é a capacidade de ter feministas "em todos os lugares", como analisado por Laura Masson (2007) que investigou como as práticas feministas moldam os fazeres políticos no país. A autora constatou que as feministas atuam em múltiplos espaços, sem privilegiar um único local para o exercício de suas práticas (Masson, 2007). A partir de 2015 com o NUM, isso se ampliou. Como narrado pela entrevistada Verónica, as mais diversas instituições se sentiram impelidas a incluir mulheres e especialistas em questões de gênero dentro dos seus quadros, pois "[...] todos têm que dizer algo, saber algo, fazer alguma atividade, ter alguma referência por perto, sabe? Era como se, de repente, fosse necessário ter uma feminista nos lugares. Isso foi impressionante."[102] (Verónica, Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal).

Assim, no decorrer de 2018, quando da sétima apresentação da Lei de IVG ocorreram muitas manifestações. Entre 10 de abril e 13 de junho, todas as terças e quintas-feiras, houve exposições de especialistas contrários e favoráveis à legalização do aborto na Câmara (Natalucci; Messore, 2023). Paralelamente, nas ruas, aconteciam manifestações e concentrações, tornando as terças-feiras conhecidas como "terças verdes", pois a Campanha organizava atividades, debates e *pañuelazos* (Tesoriero, 2019). A constância e a grande adesão às mobilizações foram fundamentais para manter o aborto em destaque no debate público e como um problema social relevante (Messore, 2020). Em paralelo às terças verdes, foram promovidas performances, redes de articulação, cátedras universitárias e não por

---

[101] No original: "se garantizó el derecho al aborto mucho antes de la Ley y esto es gracias a las Socorristas de acá y que tenemos compañeras feministas dentro del hospital, pues hizo un relaburo en el hospital. De hecho, la directora del hospital – porque la echaron al anterior que no garantizaba – es una compañera feminista de años de la diversidad y de marchas." (Teresa, El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM)

[102] No original: "[…] todos tienen que decir algo, saber algo, hacer alguna actividad, tener alguna referente cerca, ¿viste? Era como que de repente había que tener una feminista en los lugares. Eso fue impresionante." (Verónica, Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal).

acaso isso se refletiu no 3J de 2018 que teve como uma de suas principais demandas a aprovação da Lei de IVG (Natalucci; Messore, 2023).

No dia 13 de junho o projeto de Lei de IVG foi debatido na Câmara por 36 horas seguidas ao passo que em diferentes lugares do país, assim como em frente ao Congresso nacional, ocorriam vigílias enquanto aguardavam o resultado da votação, que foi de aprovação com 129 votos a favor, 125 contrários e uma abstenção (Natalucci; Messore, 2023). Essa vitória na Câmara refletiu anos de um trabalho cotidiano de "infiltração" das feministas no poder legislativo em todos os seus níveis, estabelecendo diálogos e grupos de trabalho destinados a isso (Alcaraz, 2020). Uma estratégia de incidência política no legislativo de modo premeditado e coordenado pela Campanha. Também é coerente com o contexto citado anteriormente de um país com feministas em todos os lugares (Masson, 2007).

De modo semelhante, quando ocorreu o debate no Senado em 8 de agosto, mais de 80 atividades foram realizadas em diversas cidades ao redor do mundo em apoio a tramitação legal que ocorria na Argentina, e na capital chegaram ônibus de todas as regiões do país (apenas de Rosário foram 36), assim como viajaram feministas de países vizinhos e de outras partes do mundo para acompanhar aquele momento histórico (Tesoriero, 2019).

Existe uma declaração produzida pelo NUM de agosto de 2018 destinada às companheiras(es) feministas de todo o mundo. Esta declaração está contida em um compilado de documentos feitos pelo NUM argentino de 2015 a 2018 e que recebi de presente da entrevistada Susana do Coletivo NUM de Mendoza. Nessa declaração, torna-se evidente o reconhecimento, por parte do NUM, do caráter internacionalista do feminismo do qual faz parte, conforme discutido no Capítulo 2. Reconhece e valoriza as manifestações realizadas em todo o país, assim como em outros Estados, em solidariedade a esse processo de tramitação da Lei na Argentina (Ni Una Menos, 2018).

Mais uma vez é importante retomar o entendimento de manifestações como conceituado no segundo capítulo, enquanto modos de expressar reivindicações mas também, como tendo capacidade de criar espaços públicos e de promover a construção coletiva de um "nós" que só se corporifica no próprio processo da ação coletiva (Natalucci; Tatagiba; Somma, 2024). As manifestações em prol da Lei de IVG cumpriram essa dupla função, inclusive alcançando um "nós" que não se limita à fronteira nacional.

Nesse contexto, mesmo com o frio intenso, quando da discussão da Lei no Senado à noite se reuniram aproximadamente dois milhões de pessoas em frente ao Congresso em Buenos Aires e diversas organizações haviam montado tendas ao redor do local para acompanhar a vigília (Natalucci; Messore, 2023). A adesão foi tão ampla que Verónica contou que se lembrava de ouvir, naquele dia 8 de agosto, de uma parlamentar:

> [...] “ah, mas vocês, as feministas, têm muito dinheiro”. Eu disse: “não, não temos dinheiro, temos alianças”. Porque, por exemplo, não sei, as tendas para as organizações foram fornecidas por uma central sindical, o som e as telas foram colocados pelo sindicato da televisão... Tudo foi se formando assim, com a contribuição de todos os setores que apoiavam, e foi impressionante.[103] (Verónica, Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal)

Esse episódio demonstra o mencionado anteriormente: as manifestações não apenas expressam as demandas, mas também produzem laços e alianças que corporificam um sujeito coletivo a partir do ato de ocupar o espaço público. Ao mesmo tempo em que cria um “vocês feministas” (um “outro”), estabelece esse “nós” possível pela ação coletiva. Neste caso, um “nós feministas” que está presente na fala de Verónica, assim como na mencionada declaração do NUM. Um “nós” que foi se tornando mais massivo, transversal e interseccional.

Apesar da ampla mobilização, o resultado da votação foi de 38 votos contrários, 31 a favor, duas abstenções e uma ausência. Ainda assim, as manifestações continuaram, inclusive quando no Encontro de outubro ocorreu nova repressão das forças de segurança contra as manifestantes, com a reação conservadora já consolidada (Natalucci; Messore, 2023). As reivindicações pela legalização do aborto persistiram, presentes também no documento elaborado a partir da greve internacional de 2019, ganhando força com a comoção gerada pelos casos de meninas de 11 e 12 anos que foram obrigadas a parir, mesmo tendo solicitado a aplicação do protocolo de interrupção legal da gravidez, conforme lhes garantia a legislação de então (Natalucci; Messore, 2023). A partir daí surgiu a *consigna* #NiñasNoMadres (que no Brasil é conhecida como #CriançaNãoéMãe) central nas

[103] No original: “[…] ‘ah, pero ustedes, las feministas tienen un montón de plata’. Yo le dije ‘no, no tenemos plata, tenemos alianzas’. Porque, por ejemplo, no sé, las carpas para las organizaciones las puso una central sindical, el sonido y las pantallas las puso el sindicato de televisión... Todo se fue formando así, como con el aporte de todos los sectores que apoyaban y fue impresionante.” (Verónica, Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal).

mobilizações que aconteceram após aquele momento, assim como, se ressaltou a importância da separação entre Igreja e Estado, que tem como símbolo o lenço laranja (Natalucci; Messore, 2023).

Esse contexto muda o processo eleitoral de 2019 no que diz respeito à presença das questões de gênero. Candidatas(os) e partidos políticos se sentiram impelidos a incluir nos materiais e nas propostas de campanha modos de enfrentamento às violências de gênero, estratégias para promover a igualdade no ambiente de trabalho, paridade nos espaços de decisão e a eliminação das barreiras ao livre exercício dos direitos sexuais e reprodutivos (Pousadela, 2023a). Nesse processo eleitoral a agenda dos feminismos foi fundamental, seja a favor ou contra, nenhum partido ou candidata(o) pôde evitar ter que se posicionar; e a chapa à presidência de Alberto Fernández e Cristina Kirchner apoiou a Lei de IVG (Natalucci; Messore, 2023), assim como Macri já havia declarado publicamente que apoiava a discussão da Lei (Natalucci; Rey, 2018).

Essa mudança de postura de políticas(os) sobre a legalização do aborto é um aspecto fundamental deste período. Mesmo Cristina Kirchner declarava publicamente ser contrária a legalização do aborto até então. O entendimento do movimento sobre esta mudança de postura frente ao tema pode ser sintetizado na fala de Teresa quando afirma que Cristina "[...] não era a favor do aborto antes, com Néstor, com o marido dela. E depois acabou sendo conveniente. Por quê? Porque não lhe convinha ter contra si as feministas e os transfeminismos."[104] (Teresa, El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM). Na literatura acadêmica também se identifica como nesse momento, o aborto já não representava mais um tema custoso politicamente "[...] e passou a ser uma carta na manga. Muitos(as) políticos(as) que antes eram vocalmente contra ele, incluindo a ex-presidenta e agora vice-presidenta Cristina Kirchner, perceberam isso e aderiram ao movimento feminista."[105] (Pousadela, 2023a, p. 32).

Desde o princípio estou considerando as ações dos movimentos sociais aqui estudados como fazeres da política capazes de forçar à redefinição do comum, nos termos como apresentado por Rancière (2018). À luz desse referencial teórico, a

[104] No original: "[...] no estaba a favor del aborto antes, con Néstor, con su marido. Y después le terminó siendo conveniente. ¿Por qué? Porque no le convenía tener en contra a las feministas y a los transfeminismos.". (Teresa, El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM).

[105] Tradução livre, no original: "[...] was a trump card. Many politicians who had been vocal against it in the past, including former president and now-vice-president Cristina Kirchner, now realised this and jumped on the feminist bandwagon." (Pousadela, 2023a, p. 32).

mudança no campo político-institucional[106] acima mencionada pode ser compreendida como um processo de ampliação da democracia, não entendida como um regime já estabelecido, mas como princípio, isto é, como processo e horizonte normativo e político (Mendonça; Vieira Junior, 2014; Rancière, 2018). Nesse sentido, o que se observa a partir de 2018 é que a ampliação do debate público e a força das mobilizações produziram deslocamentos na própria lógica representativa, tensionando o modo como partidos e políticas(os) se relacionam com a pauta da legalização do aborto. Essa transformação não se explica apenas por uma mudança de posição de candidatas(os) e partidos, mas pelo modo como o espaço público foi reconfigurado pela ação coletiva, abrindo fissuras no consenso que delimitava o que era possível ou legítimo de ser dito e disputado quando se tratava do direito ao aborto legal.

Sugiro compreender esse processo como um momento de politização no sentido forte do termo isto é, como a irrupção de um dissenso que desestabiliza a ordem e redefine o comum ao introduzir novas(os) sujeitas(os) e novas questões na cena política (Mendonça; Vieira Junior, 2014). Desse modo, é possível relacionar esse processo de mudança de como o aborto era amplamente compreendido ou silenciado enquanto tema tabu com uma prática que interpela tanto a política institucional quanto o imaginário social, fazendo com que a democracia se exerça como princípio ativo de igualdade, e não (apenas) como forma de governo. Desse modo, mais do que conquistar a adesão de partidos ou representantes, o movimento produziu uma transformação na própria inteligibilidade do político.

Rancière (2018) propõe compreender a democracia para além de sua concepção liberal, portanto não como regime institucional, mas como princípio de igualdade que rompe a ordem estabelecida. A maré verde deslocou o sentido da luta pelo aborto. Este outro entendimento inserido a partir dos feminismos está presente na mencionada declaração do NUM de agosto de 2018. O movimento apresenta o direito ao aborto legal não como uma demanda liberal de direitos individuais, mas

[106] Rancière definiria essa dimensão como “polícia”, conceito que formula em oposição à política. Para o autor, polícia é o que melhor define “[...] o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição [...]” (Rancière, 2018, p. 41-42). Apesar da importância desta distinção para a teoria política, opto por não a incorporar de forma sistemática. O entendimento rancieriano de política e democracia é aqui mobilizado apenas em diálogo com outros referenciais teóricos, na medida em que permite compreender com maior profundidade o caso do NUM argentino, sem, contudo, fazer da obra do autor o eixo articulador de todas as categorias de análise.

como uma reivindicação coletiva que articula dimensões políticas, econômicas e sociais (Ni Una Menos, 2018). Nesse sentido, o aborto torna-se uma prática de resistência frente às formas de disciplinamento moral e material que sustentam a ordem patriarcal, afirmando a igualdade como princípio ativo, e não como promessa institucional.

Com a vitória eleitoral de Alberto Fernández inaugurou-se um novo ciclo político no país. Essa reabertura de oportunidades foi importante para a massiva participação no 8M de 2020, cujo documento destacou quatro eixos centrais: (1) o trabalho, com críticas ao aumento da dívida externa durante o governo Macri, reivindicações pelo reajuste das aposentadorias, maior representação das mulheres nos sindicatos e implementação da cota laboral travesti-trans; (2) a saúde, com demandas relacionadas ao aborto e à violência obstétrica; (3) as vidas das mulheres, diante do crescimento da violência machista e racista e da necessidade de responsabilização jurídica e estatal para preveni-la; e, (4) a educação pública, laica e gratuita, especialmente no que diz respeito à implementação da ESI nas escolas (Natalucci; Messore, 2023). Contudo, logo em seguida inicia a Pandemia de COVID-19 que alterou drasticamente as possibilidades de manifestações nas ruas.

Ao longo de 2020 diante do isolamento imposto pela pandemia, o debate sobre a legalização do aborto deixa de ter sua “presença callejera” e se fortalece via militância virtual com performances difundidas vias redes sociais, *pañuelazos* virtuais, cursos e entrevistas ao vivo (Natalucci; Messore, 2023) – características de protestos híbridos, como detalhado no capítulo anterior (Bülow; Messore; Olguín, 2024). No final de 2020, a proposta de Lei de IVG foi reapresentada pelo Presidente Alberto Fernández ao Congresso, cumprindo tardiamente sua promessa de campanha (Pousadela, 2023a). Além disso, enviou o Projeto “Mil Dias”, voltado à proteção e ao apoio de gestantes que decidem continuar com a gravidez. A votação ocorreu em 17 de novembro na Câmara e 29 de dezembro no Senado, em ambos os casos acompanhada por novas manifestações nas ruas (Natalucci; Messore, 2023).

Finalmente há a aprovação da Lei de IVG em dezembro de 2020. O aborto na Argentina era criminalizado, salvo em caso de risco de morte da mãe ou quando a gravidez era resultado de estupro, desde 1921. Naquele período “as mulheres não podiam votar nem ser votadas, quando o Estado nem sequer registrava quantas mulheres havia no território argentino, mas sim contabilizava de maneira ordenada quantas vacas pastavam no campo, um Congresso de machos votou o artigo 86 do

Código Penal […]"[107] (Alcaraz, 2020, p. 13). A aprovação da nova Lei constituiu uma vitória histórica para os movimentos de mulheres e feministas, fruto de um longo processo de cerca de quatro décadas, marcado por lutas contínuas, construção de acordos, mobilização de forças políticas e avanço na garantia de direitos (Natalucci; Messore, 2023).

Nesse contexto é possível entender a participação do NUM de duas formas. Por um lado, como mais um Coletivo ou organização que se somou na reivindicação das demandas e nas manifestações em prol da Lei de IVG. Como definiu Ana (Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal): "o Ni Una Menos é como uma organização a mais. Essa é a diferença entre ser apenas mais uma organização e realmente ser um movimento que convoca."[108]. Por outro lado, como um movimento mais amplo e de caráter guarda-chuva, que ampliou o tecido das redes de mobilização social e feminista e foi central na massificação dos protestos que culminaram na aprovação da Lei. Entendo que essas duas leituras são complementares, pois coexiste o NUM enquanto um Coletivo mais ou menos estruturado, de alcance federal, e o NUM enquanto fenômeno difuso, capaz de mobilizar e convocar participantes, com impacto na massificação dos protestos no país – como detalhado no capítulo anterior. Essa massificação também pode ser lida como:

> [...] o choque entre duas formas de fazer política. Porque nós, com o tema do aborto, vínhamos com uma mentalidade de movimento tradicional. Ou seja, não sei... [por exemplo] na cidade de Pelotas vocês têm uma responsável que organiza o grupo, que se conecta com outra, e então vão para o território, distribuem lenços, recolhem assinaturas, fazem essas atividades, e estamos todas conectadas em rede, em uma rede nacional de e-mails, e uma vez por ano temos uma assembleia, definimos uma estratégia para aquele ano e a colocamos em prática em cada território, e assim seguimos, digamos. O Ni Una Menos foi outra coisa, como uma manifestação que se entrelaçou, se entrelaçou, se entrelaçou com o que vínhamos fazendo, mas era algo diferente, algo que nunca tinha acontecido antes – outra forma de colocar um tema em pauta, outra forma de fazer política. E realmente foi impressionante.[109] (Verónica, Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal)

[107] Tradução livre, no original: "las Mujeres no podían votar ni ser votadas, cuando el Estado no registraba ni siquiera cuántas mujeres había en el territorio argentino, pero sí contabilizaba de manera ordenada cuántas vacas pastaban en el campo, un Congreso de machos votó el artículo 86 del Código Penal […]" (Alcaraz, 2020, p. 13).

[108] No original: "Y ni una menos es como una organización más. Esta es la realidad entre ser una organización más y de realmente ser un movimiento que convoca. (Ana, Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal).

[109] No original: "Y además como que, para mí, también fue el choque de dos formas de hacer política. Porque nosotras con el aborto veníamos como con una cabeza de movimiento tradicional. Es decir, no

Nesse processo de entrelaçamento entre o NUM e as lutas pela legalização do direito ao aborto, não é possível delimitar com precisão as fronteiras entre um e outro. Isso reflete tanto a massificação do feminismo nesse período (Barrancos, 2020), quanto sua organização em um *side streaming*, caracterizado por vertentes, fluxos e entrecruzamentos. O NUM parece ser adequadamente lido a partir desse entendimento de *side streaming* como conceituado por Sonia Alvarez (2019), que enfatiza justamente os cruzamentos, tensões e confluências entre múltiplas expressões dos feminismos, evidenciando que, mais do que plurais, os feminismos contemporâneos são situados e internamente hiper-heterogêneos.

Essa confluência ou entrelaçamento ao longo desses anos, faz com que haja quem apresente o lenço verde na atualidade também como símbolo no NUM, dado que mais além do seu simbolismo inicial, ele "[...] transcendeu a luta pelo aborto para representar a resistência feminista em geral. Seu uso nos protestos sugere a interconexão de diversas lutas feministas: desde os direitos reprodutivos até a violência doméstica [...]"[110] (Izquierdo Expósito; Gutiérrez Colomer Ruiz, 2025, p. 259)

De acordo com Ana Natalucci e Florencia Messore (2023) a conquista do direito ao aborto na Argentina é o fim de um ciclo de protestos massivos iniciado em 2015, com o primeiro 3J. De acordo com as autoras, a principal novidade desse ciclo foi sua massificação, expressa tanto na entrada de novas gerações nas mobilizações pelo aborto quanto na ampliação do questionamento ao patriarcado. Esse processo resultou na legalização do aborto, no fortalecimento da participação política e na conquista de direitos para a população LGBTQIA+, como a Lei de Cota Trans (Natalucci; Messore, 2023).

Ao mesmo tempo, o ano de 2020 marcou o início de um novo ciclo político no país, com a chegada de Alberto Fernández à presidência, o que gerou impactos

---

sé… [por ejemplo] la ciudad de Pelotas tenéis una responsable que arma el grupo que se conecta con esta y entonces van a territorio y reparten pañuelos y juntan firmas y hacen estas actividades y estamos todas conectadas en red, en una red nacional de correos electrónicos y una vez al año tenemos una asamblea y definimos una estrategia para ese año y la ejecutamos en cada una en su territorio y la llevamos adelante y así, digamos. Ni una menos fue como otra cosa, como una manifestación que se empalmó, se empalmó, se empalmó con lo que nosotras veníamos haciendo, pero era otra cosa que no había pasado nunca, como otra forma de instalar un tema, otra forma de hacer política. Y realmente fue impresionante." (Verónica, Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal).

[110] Tradução livre, no original: "[…] ha trascendido la lucha por el aborto para representar la resistencia feminista en general. Su uso en las protestas sugiere la interconexión de diversas luchas feministas: desde los derechos reproductivos hasta la violencia doméstica […]" (Izquierdo Expósito; Gutiérrez Colomer Ruiz, 2025, p. 259)

significativos na atuação do NUM. Foi também o início da pandemia de COVID-19, que não apenas impôs mudanças nas formas de fazer política, mas também influenciou nas demandas do movimento; aspectos que serão discutidos na seção seguinte.

4.2 Governo Fernández, pandemia e ampliação da institucionalização das políticas de gênero (2020-2023)

Em 10 de dezembro de 2019 tomou posse como presidente Alberto Fernández (PJ) e vice-presidenta Cristina Kirchner (UC), pondo fim ao Governo de Mauricio Macri (PRO) e dando início a um Governo peronista e kirchnerista. A Argentina em 2020 é marcada por dois grandes acontecimentos históricos: a aprovação da Lei de IVG e o começo da pandemia de COVID-19.

Após seu governo encaminhar ao legislativo a Lei de IVG, foi o presidente Alberto Fernández quem a promulgou em 14 de janeiro de 2021. Foi também o responsável por criar o inédito "*Ministerio de Mujeres, Géneros y Diversidad"* ("Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidades", a partir de agora apenas Ministério). Tanto o apoio a Lei de IVG, quanto a criação do Ministério foram promessas de campanha da chapa eleita (Lopreite; Gustá, 2021). A criação do Ministério resultou das mobilizações massivas impulsionadas pelo NUM e pela maré verde, expressando a articulação de um movimento em expansão que exigia mais protagonismo e participação. Essa iniciativa teve um duplo objetivo: diferenciar o governo de Fernández de seus antecessores e, ao mesmo tempo, consolidar as bases da coalizão política que o levou ao poder (Canelo; Avalos, 2023).

Três meses após a posse de Fernández e a formação de seu governo, com a criação do novo Ministério em dezembro de 2019, teve início oficialmente a pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. Como mencionado na seção anterior, a pandemia alterou profundamente o cenário de todas as formas de mobilização e protesto.

A pandemia impôs a necessidade de medidas de isolamento social que transformaram as condições de desenvolvimento dos protestos sociais na Argentina no século XXI, restringindo, em meio a uma crise sanitária, econômica e social, as formas tradicionais de manifestação que nessas primeiras décadas se caracterizaram por sua massividade e heterogeneidade (Rebón; Troncoso, 2022).

Esse contexto fez com que no momento de assinatura da Lei de IVG, em tom descontraído, Fernández afirmasse que após uma reunião com coletivos de mulheres se perguntou ao final de seu discurso o que mais poderia acontecer durante seu governo, pois:

> Recebi a Argentina com uma crise econômica, tivemos que sair do default, fomos atingidos pela pandemia e, no meio de tudo isso, lhes ocorreu acabar com o patriarcado. Estou muito feliz por estar colocando fim ao patriarcado; é uma grande injustiça que se viveu durante séculos.[111] (Presidente Alberto Fernández para: Unidiversidad, 2021)

Assim, para compreender o período em que Fernández esteve na presidência com a coalizão política Frente de Todos, busco considerar duas questões centrais: (1) as mudanças decorrentes do ingresso de feministas nos quadros do poder estatal, com a ampliação e a institucionalização das políticas de gênero em nível federal; e, (2) os temas que ganharam prioridade nesse período. A seguir, contextualizo a organização do governo Fernández, destacando o surgimento do novo Ministério e os impactos da pandemia sobre os modos de manifestação e organização política. Enquanto na seção seguinte, apresento os temas mais recorrentes articulados pelo NUM em torno da violência de gênero nesse período.

4.2.1 Ni Una Menos durante o governo Fernández: ampliação da institucionalização das pautas de gênero

Um desenho inicial de gabinete presidencial pode ser lido como uma declaração política de intenções do presidente, um reflexo de suas prioridades para o governo, mais além de como a realidade posterior irá moldar esta estrutura de intenções iniciais (Canelo; Avalos, 2023). A composição inicial do governo de Fernández foi marcada por uma ampla variedade de sujeitas(os), incluindo representantes da política tradicional, do campo acadêmico e científico, dos movimentos socioterritoriais, feministas e de diversidades; sendo a incorporação destes movimentos um indicativo da transformação do papel historicamente marginal

[111] No original: “Recibí a la Argentina con una crisis económica, tuvimos que salir del default, nos agarró la pandemia, y en el medio de esto, se les ocurrió terminar con el patriarcado. Estoy muy feliz de estar poniéndole fin al patriarcado, es una gran injusticia que se ha vivido durante siglos. (Presidente Alberto Fernández, para Unidiversidad, 2021).

ou secundário que mulheres e pessoas LGBTQIA+ vinham exercendo nas instâncias do poder executivo federal (Canelo; Avalos, 2023).

O gabinete inicial de Fernández representou uma novidade em relação aos anteriores, com aumento na presença de mulheres em cargos de governo revelando, ao se analisar cada área, que as mulheres ocupavam 37% do total dos cargos mais altos – enquanto no governo Macri (2015) as mulheres representaram 24% e de Cristina (2011) apenas 23% (Canelo, 2021). Embora ainda permanecessem em minoria nos três tipos de cargos analisados na pesquisa de Paula Canelo (2021), a participação das mulheres cresceu significativamente: no nível de secretarias, passou de 16% em 2015 para 40%, e nas subsecretarias, de 28% para 38% em 2019. Portanto, um gabinete inicial no qual ainda persistiam tendências históricas de masculinização nos cargos.

Isso foi sintetizado por Paula Canelo e Gonzalo Avalos (2023) como sendo a persistência de barreiras estruturais: as mulheres seguiam sendo minoria, continuavam excluídas dos postos de maior hierarquia em diversas áreas e raramente alcançavam o cargo de ministra, limitações que refletem padrões de desigualdade de longa duração. Além disso, eram convidadas a assumir pastas na área de gestão social, relacionadas a uma dimensão simbólica de representação das mulheres historicamente ligadas às tarefas de cuidado, e tinham formação acadêmica mais altas que os homens que ocupavam cargos equivalentes (Canelo, 2021).

A orientação política à esquerda e a inserção de militantes dos movimentos sociais no geral e de feministas em especial no poder, muda a dinâmica do NUM frente ao Governo Federal, dada a oposição realizada nos quatro anos anteriores contra o Governo Macri. Com o governo de Alberto Fernández e Cristina Kirchner se amplia a institucionalização das pautas de gênero. Na fala de Teresa (El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM) ela indica como este contexto se alterou a partir da criação não apenas do Ministério, mas também de órgãos semelhantes em nível estadual e municipal.

A entrevistada Susana (Mendoza, Colectivo NUM Mendoza) contou que atuou como funcionária no Ministério, sendo a única representante de Mendoza a integrar a equipe. Convidada em razão de seu histórico de atuação nos movimentos sociais, em particular no Coletivo NUM de Mendoza, se somou a muitas outras mulheres que vieram de diferentes partes do país para construir aquele Ministério, do qual afirma

sentir muito orgulho. Reconhece que ainda havia muito a ser feito, mas destaca que conquistaram grandes avanços.

Ela explicou que se tratava do primeiro ministério de nível federal dedicado às políticas voltadas às mulheres, questões de gênero e população LGBTQIA+ da Argentina, criado a partir da transformação do antigo Conselho Nacional de Mulheres que, em períodos anteriores, havia funcionado também como um Instituto (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza).

Essas informações estão em sintonia com o dado de que na Argentina desde a redemocratização, as questões de gênero são parte da agenda estatal, um processo que foi comum na região sob a influência das conferências e documentos internacionais, conforme abordado no segundo capítulo.

O texto de Débora Lopreite e Ana Gustá (2021) analisa o processo de construção do feminismo de Estado na Argentina desde a redemocratização em 1983, considerando as transformações nas configurações e nas dinâmicas entre os movimentos feministas e de mulheres e o Estado ao longo dos anos, desde a criação da Subsecretaria da Mulher até a constituição do Ministério no governo Fernández. Assim sendo, o Ministério precisa ser lido como parte de uma história mais ampla de institucionalização das questões de gênero no governo federal argentino ao mesmo tempo em que se dá a partir do período *sui generis* das massivas mobilizações do NUM e da maré verde.

No Governo Macri havia, desde 2017, o Instituto Nacional de las Mujeres (INAM – Instituto Nacional das Mulheres) com foco direcionado ao tema das violências de gênero, dada influência das mobilizações do NUM. O órgão era parte do Ministério de Desarollo Social (Ministério do Desenvolvimento Social), sendo sua presidenta Fabian Túñez fundadora e presidenta da ONG Casa del Encuentro, cuja importância na divulgação de dados de violência de gênero foi abordada no capítulo anterior (Lopreite; Gustá, 2021). Foi um organismo importante na construção de algumas políticas já mencionadas: como o Plano Nacional destinado ao combate às violências contra as mulheres[112] e a Lei Micaela (Lei nº 27499/2019), assim como regularizou o funcionamento do Conselho Federal de Mulheres. Contudo, os vínculos com os movimentos feministas foram insuficientes em um contexto de ampliação e diversidade destes movimentos, mantendo o mesmo distanciamento institucional que

[112] No original: Plan Nacional para la Prevención, Atención y Erradicación de la Violencia contra la Mujer.

havia marcado o Conselho Nacional da Mulher na gestão anterior (Lopreite; Gustá, 2021).

Assim, é importante considerar que o Ministério tem especificidades com relação aos organismos anteriores que tinham propósitos semelhantes. A partir do seu surgimento com uma normativa que indicava como um dos objetivos prioritários do Estado os direitos das mulheres e pessoas LGBTQIA+, o Ministério representou "um feminismo de Estado que adota a agenda transfeminista da época, com demandas propriamente interseccionais cuja natureza é incorporar as necessidades de gênero, com identidades e preferências sexo-genéricas, segundo classe, raça, geração e condições territoriais."[113] (Lopreite; Gustá, 2021, p. 301).

Neste cenário, Elizabeth Gómez Alcorta foi indicada para assumir o Ministério, tendo sido ela a advogada no mencionado caso de Milagro Sala. Sua indicação foi entendida como um sinal de comprometimento da aliança política Frente de Todos do governo de Fernández, por ela ser uma integrante do coletivo feminista Mala Junta, vinculada ao espaço Pátria Grande e com uma trajetória prévia como defensora das vítimas do terrorismo de Estado e crítica da ausência de perspectiva de gênero nos julgamentos referentes à última ditadura militar (Canelo; Avalos, 2023). O Ministério também se diferenciava dos demais por ser o único composto 100% por mulheres, todas com experiências anteriores em gestão de órgãos públicos, graduadas e 50% delas com pós-graduação (Canelo; Avalos, 2023). Elizabeth Alcorta se apresentava como uma militante que exercia o cargo de Ministra e deu prioridade à transversalização e à federalização das políticas de gênero (Lopreite; Gustá, 2021).

Três meses após a posse de Fernández e a composição do Gabinete e do Ministério tem início a pandemia que mudou substancialmente o cenário de possibilidade das manifestações que eram tão massivas até então, como observado no caso da luta pela legalização do aborto abordada na seção anterior. Conforme sistematizado por Julián Rebón e Fabio Troncoso (2022), no início da pandemia, houve uma queda nas mobilizações no país, que voltaram a crescer com a flexibilização das medidas de isolamento a partir de julho de 2020. A crise da COVID-19, contudo, não afetou apenas a intensidade dos protestos, mas também suas

[113] Tradução livre, no original: "un feminismo de Estado que adopta la agenda transfeminista de la época, con demandas propiamente interseccionales cuya naturaleza es incorporar las necesidades de género, con identidades y preferencias sexo-genéricas, según clase, raza, generación y condiciones territoriales." (Lopreite; Gustá, 2021, p. 301).

formas: surgiram manifestações mais espontâneas e menos organizadas, como os panelaços, além do aumento das ações virtuais. Sindicatos e outras organizações recorreram mais a comunicados e coletivas de imprensa, enquanto as greves diminuíram dada a restrição às atividades produtivas e o crescente desemprego, e trabalhadores(as) de setores "não essenciais" passaram a utilizar as redes sociais como meio de reivindicação (Rebón; Troncoso, 2022). Nesse contexto, os setores de direita conquistaram ampla visibilidade nas ruas, assumindo o protagonismo da oposição às decisões do governo nacional na gestão da pandemia às medidas como o isolamento social, adotado para tentar conter a contaminação (Rebón; Troncoso, 2022).

A partir de 2021 o contexto se altera. Apesar da ampliação no controle da circulação do vírus da COVID, em especial pela vacinação, há um processo de redução no número de participantes nas manifestações, se comparado com o período anterior. Isso é mencionado por algumas das entrevistadas como por exemplo, Camila, para quem "Depois da aprovação da lei do aborto com Alberto Fernández, com a pandemia no meio, a presença nas ruas se desfez bastante."[114] (Camila, Buenos Aires, NUM Buenos Aires). Compreensão semelhante a leitura feita por Laura de que:

> No meio disso, também ocorreu a pandemia, que fez parte desse processo de degradação, pois... por um lado, acentuou sentidos mais individualistas, né? Como cada um fechado em sua casa. Para as juventudes, isso também significou um processo de não socialização e de não perguntar-se sobre quem somos, o que desejamos ou como nos vinculamos, ou ao menos, de não experimentação.[115] (Laura, Buenos Aires, Mala Junta)

Nos dois casos, elas também relacionam esse processo de maior isolamento da pandemia com o cenário vivido após o governo de Fernández, tema que retomarei no próximo capítulo. O que vale ressaltar aqui é esse entendimento compartilhado de que a pandemia, apesar da existência de mobilizações adaptadas ao contexto,

[114] No original: "Después de la sanción de la ley de aborto con Alberto Fernández, pandemia de por medio se desgranó mucho la presencia en las calles." (Camila, Buenos Aires, NUM Buenos Aires).
[115] No original: "En el medio pasó también la pandemia, que fue parte de esa degradación, como… por un lado como aumentó los sentidos más individualistas, ¿no? como de cada quien encerrado en su casa. Y para las juventudes también fue un proceso de no socialización y de no preguntas sobre quiénes somos, qué deseamos o cómo nos vinculamos o por lo menos de no experimentación, ¿no?" (Laura, Buenos Aires, Mala Junta).

impactou fortemente nas articulações feministas e na sua capacidade de produzir manifestações massivas.

Não há como avaliar com precisão também qual o impacto na desmobilização do processo de maior institucionalização das agendas de gênero, cujo exemplo máximo neste período é o surgimento do Ministério. Essa é uma discussão muito antiga no campo dos feminismos sobre os impactos para o movimento dos processos de inserção de militantes em órgãos estatais ou agências internacionais – como mencionado no Capítulo 2 sobre a incorporação da agenda de gênero na ONU e nos Estados latino-americanos nos anos 1980.

Do mesmo modo que este processo não é inédito na Argentina. Como relata Verónica, militante social desde 2001, ela integrou a equipe do governo de Cristina Kirchner (2011–2015) e conta que enfrentou e ainda enfrenta as consequências dessa escolha. Pois, segundo suas palavras, parte das pessoas do bloco político no qual estava inserida, "trataram-me de traidora, de inorgânica, de filha da puta."[116] (Verónica, Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal). Exemplo das contradições que envolve esse tipo de inserção de militantes nos espaços políticos, ainda que sejam processos recorrentes historicamente.

No caso do Ministério ele também é reconhecido como uma agência que se diferencia das anteriores como o Conselho Nacional de Mulheres ou o INAM ao ter dado maior relevância aos processos de consulta e às redes territoriais, criando um Conselho Assessor *ad honorem*, composto por ativistas provenientes dos âmbitos acadêmico, sindical, de movimentos e organizações sociais, bem como, de associações e conselhos profissionais, ainda que suas recomendações não tinham caráter vinculante (Lopreite; Gustá, 2021). Além disso, o Ministério construiu redes com outras mulheres inseridas em espaços institucionais, o que também foi considerado como fundamental no processo de formulação e aprovação da Lei de IVG, sancionada em dezembro de 2020 pelo Congresso (Lopreite; Gustá, 2021)

Algumas das medidas mais importantes do Ministério foi a criação de um Plano Nacional de Ação contra as violências de gênero (2020-2022), que, em razão da pandemia e as medidas de restrição de circulação impostas pelo Governo, ganhou destaque como medida de prevenção e ampliação dos centros integrais e territoriais de atendimento, incorporando também apoio econômico (Lopreite; Gustá, 2021).

[116] No original: "me trataron de traidora, de inorgánica, de hija de puta." (Verónica, Buenos Aires, Campaña por el Aborto Legal).

Outra, foi o “Plan Nacional de Igualdad en la Diversidad” (2021-2023 – “Plano Nacional de Igualdade na Diversidade”), apresentado como uma política de caráter interseccional, federal e participativa, para criar condições de igualdade substantiva para que mulheres e pessoas LBTQIA+ possam acessar seus direitos e exercê-los de maneira livre, justa e igualitária (Lopreite; Gustá, 2021).

A constituição do Ministério significou também a ampliação da equipe, que era de 700 pessoas em maio de 2021, em contraste com as 260 que compunham o INAM no final de 2019. Esse aspecto, que se conecta também com o acesso a recursos orçamentários, é importante para destacar que o surgimento do Ministério não foi apenas uma ação simbólica, na medida em que permitiu uma maior capacidade de formulação, implementação e coordenação de políticas de gênero de nível federal. A ampliação institucional refletiu, portanto, um avanço no processo de incorporação das demandas feministas ao Estado, ainda que os limites dessa institucionalização se tornassem evidentes no decorrer do governo de Fernández, diante das tensões entre o campo feminista e o próprio governo.

O processo de maior institucionalização a partir do final de 2019 ocorre em meio a sucessivas crises políticas e econômicas no país. A tendência à masculinização dos espaços de poder se intensificou durante o governo Fernández, especialmente após a derrota nas eleições legislativas de novembro de 2021, quando conseguiu somente 33% dos votos para deputadas(os) (perdendo o quórum próprio que mantinha na Câmara) e 27,5% para senadoras(es), enquanto a oposição alcançou 41,9% e 46,8%, respectivamente (Canelo; Avalos, 2023).

Como analisado por Paula Canelo e Gonzalo Avalos (2023) ainda que o Governo já apresentasse indícios de fragmentação interna, essa derrota marcou o início de um processo de enfraquecimento e instabilidade política que não seria mais revertido, com a ruptura entre presidente e vice-presidenta, o realinhamento de alianças e mudanças expressivas no gabinete nacional. Em particular, ocorreu uma aproximação do governo federal com os governadores (um poder fortemente masculinizado), que ofereciam uma base territorial consolidada eleitoralmente. Isso enfraqueceu a centralidade da agenda feminista, entre outras pautas, e alterou os equilíbrios políticos iniciais da coalizão: “Em momentos de crise política, a política voltou-se para o que poderíamos chamar de seus cursos naturais, para a política

‘como coisa de homens’.”[117] (Canelo; Avalos, 2023, p. 4). Cenário que impactou no Ministério:

> O Ministério das Mulheres não escapou aos rigores da crise política e socioeconômica. Em outubro de 2022, a ministra Gómez Alcorta apresentou sua renúncia, detonada pelo violento despejo de uma comunidade mapuche em Villa Mascardi, no qual houve detenções de mulheres e crianças, com participação de forças federais. Gómez Alcorta denunciou violações dos direitos humanos contra a comunidade Lafken Winkul Mapu, particularmente contra as mulheres detidas dessa comunidade. Sua sucessora à frente do Ministério das Mulheres foi Ayelén Mazzina, nascida e criada em San Luis, ativista lésbica e militante peronista que, de acordo com suas próprias declarações, respondia a Alberto Rodríguez Saa [então governador de San Luis]. […] A nova funcionária recompôs seu ministério com funcionárixs ligados a essa província e incorporou o primeiro homem a ocupar um cargo. Em suma, e em termos muito gerais, a composição inteiramente feminina e com funcionárias ligadas à Frente Pátria Livre do gabinete inicial deu lugar, no Ministério das Mulheres, a um elenco ligado ao Partido Justicialista da província de San Luis.[118] (Canelo; Avalos, 2023, p. 5)

Apesar das mudanças, o Ministério conseguiu resistir aos efeitos da crise política e econômica com essa nova equipe, ainda que não tenha recuperado o protagonismo público que havia conquistado em 2019 (Canelo; Avalos, 2023). O que se percebe ao longo da história da institucionalização da agenda de gênero no Estado argentino desde a redemocratização, é que a estrutura institucional é constantemente frágil, pois se forma e se desfaz com facilidade, revelando um grau de consolidação menor do que o indicado pelos estudos de gênero e institucionalismo, que costumam destacar a estabilização da agenda das mulheres (Lopreite; Gustá, 2021).

---

[117] Tradução livre, no original: “En momentos de crisis política, la política viró hacia lo que podríamos llamar sus cauces naturales, hacia la política ‘como cosa de hombres’” (Canelo; Avalos, 2023, p. 4).

[118] Tradução livre, no original: “El Ministerio de las Mujeres no escapó a los rigores de la crisis política y socioeconómica. En octubre de 2022, la ministra Gómez Alcorta presentó su renuncia, detonada por el violento desalojo de una comunidad Mapuche en Villa Mascardi, en el que se produjeron detenciones de mujeres y niñxs, con participación de fuerzas federales. Gómez Alcorta denunció violaciones a los derechos humanos sobre la comunidad Lafken Winkul Mapu, particularmente, sobre las mujeres detenidas de dicha comunidad. Su sucesora al frente del Ministerio de las Mujeres fue Ayelén Mazzina, nacida y criada en San Luis, activista lesbiana y militante peronista que, de acuerdo con sus propias declaraciones, respondía a Alberto Rodríguez Saa [então Governador de San Luis]. […] La nueva funcionaria recompuso su ministerio con funcionarixs ligados a dicha provincia e incorporó al primer varón ocupando un cargo. En suma, y en términos muy generales, la composición enteramente femenina y con funcionarias ligadas al Frente Patria Libre del gabinete inicial dio paso, en el Ministerio de las Mujeres, a un elenco ligado al Partido Justicialista de la provincia de San Luis.” (Canelo; Avalos, 2023, p. 5)

Em certa medida o que se está discutindo ao considerar a criação do Ministério é que a representação política importa quando se trata dos direitos das mulheres, de pessoas LGBTQIA+ e de políticas voltadas para a igualdade de gênero. Como analisado por Canelo e Avalos (2023), a presença de mulheres em cargos legislativos e executivos é decisiva para garantir a representação de metade da população, fortalecer a democracia, ampliar as agendas políticas, promover a competição partidária e incorporar os interesses das mulheres nas políticas públicas. Além disso, contribui para transformar padrões de gênero e estimular maior participação feminina. A autora e o autor entendem que o governo de Fernández manteve o compromisso com a igualdade durante todo o período, refletida no anúncio em 2022 de uma norma para estabelecer paridade de gênero no acesso a cargos do Poder Executivo[119], que gerou muitas tensões e dificuldades para sua implementação. Aspectos que demonstram que "O anunciado fim do patriarcado segue permanecendo, na verdade, muito distante"[120] (Canelo; Avalos, 2023, p. 6).

Assim, este período é marcado por aproximações e tensões entre a maior institucionalização das políticas de gênero e os movimentos feministas, ao mesmo tempo em que ocorriam disputas internas no governo e um acentuamento da crise econômica, em meio a uma crise sanitária. Assim como, por um processo de desmobilização depois de um ciclo de cinco anos com manifestações de caráter feministas massivas.

A já detalhada diversidade dos feminismos argentinos, do qual é parte o NUM, implica sempre em divergências internas que, em contextos políticos como este, ganham dimensões particulares. Um dos modos em que essa divisão se fez explícita foi no 8M de 2023, para o qual duas mobilizações diferentes foram realizadas em Buenos Aires, uma na Praça de Maio e outra em frente ao Congresso Nacional.

> Organizações de esquerda, incluindo a Campanha Nacional, marcharam até a Praça de Maio exigindo a efetiva implementação da legislação e o acesso aos direitos ao aborto em todo o país. Já aquelas alinhadas ao governo, entre elas o coletivo Ni Una Menos, marcharam até o Congresso Nacional, atribuindo ao Poder Executivo um mérito desproporcional pelas vitórias do movimento e recusando-se a torná-lo alvo de qualquer descontentamento. Entre seus principais lemas

[119] Em 2017 a Argentina aprovou a Lei de paridade de gênero em no poder legislativo, nomeada como *Ley de Paridad de Género en Ámbitos de Representación Política* (nº. 27412). Foi regulamentada em março de 2019 e aquela foi a primeira eleição em que a nova regra estava em vigor.
[120] Tradução livre, no original: "El anunciado fin del patriarcado sigue permaneciendo, en realidad, muy lejos."(Canelo; Avalos, 2023, p. 6).

> estavam as condenações à “perseguição judicial” da vice-presidenta Cristina Kirchner, processada por múltiplas acusações de corrupção, e os apoios à sua candidatura à presidência nas próximas eleições (Marin, 2023a, b).[121] (Pousadela, 2023a, p. 37)

Esse contexto muda com a chegada do ultraliberal Javier Milei à presidência em dezembro de 2023 com o desmonte, dentre outras, das instituições estatais destinadas ao combate às violências de gênero na Argentina e discursos e práticas contrárias à implementação de leis como a de IVG e de ESI. Isso produz aproximações entre essas organizações, ainda que não livre de tensões, como são observáveis nas assembleias para o 3J de 2024 e de 2025 em Buenos Aires que analisarei no Capítulo 5.

4.2.2 Análise dos documentos 3J 2020 a 2023: dívida, moradia e trabalho

Esta subseção busca analisar quais são os temas que se destacam neste período, em especial a partir da análise de conteúdo dos documentos produzidos em Buenos Aires a cada 3J. Além da constante presença dos temas já abordados no capítulo anterior, como violência e feminicídio, há que se destacar a retomada de dois temas: a dívida e o trabalho; e a inclusão do tema da moradia.

O contexto político, econômico, sanitário e social apresentado na subseção anterior marca o 3J de 2020 que, pela primeira vez desde o surgimento do NUM, não tem manifestações nas ruas. Ainda assim, se produzem mobilizações e o documento que torna pública as demandas do Coletivo. Não apenas em 2020, mas durante todo o período pandêmico, ocorreram “ruidazos” (semelhantes aos panelaços no Brasil), bem como, “assembleias virtuais, auxílios com marmitas, campanhas e redes de aborto, grupos de whatsapp para ajudas específicas, etc.”[122] (Cavallero; Gago, 2022, p. 8).

---

[121] Tradução livre, no original: “Left-wing organisations, including the National Campaign, marched to Plaza de Mayo demanding the effective implementation of legislation and access to abortion rights across the country. Those aligned with the government, including the Ni Una Menos collective, marched to the National Congress, giving the Executive disproportionate credit for the movement’s victories and refusing to make it the target of any discontent. Prominent among their slogans were condemnations of the “judicial persecution” of Vice-President Cristina Kirchner, under prosecution over multiple corruption allegations, and endorsements of her candidacy for president in the upcoming elections (Marin, 2023a, b).” (Pousadela, 2023a, p. 37).

[122] Tradução livre, no original: “asambleas virtuales, ayudas de viandas, campañas y redes de aborto, grupos de wasap para ayudas específicas, etc.” (Cavallero; Gago, 2022, p. 8).

O documento de 2020 tem um título: "*Nos sostienen las redes feministas – vivas, libres y desendeudadas nos queremos*" ("Nos sustentam as redes feministas – vivas, livres e sem dívidas nos queremos."). Ele conta com 145 assinaturas, como representantes das Madres, dos sindicatos de trabalhadores(as), organizações partidárias, coletivos LBTQIA+, dentre outras.

De acordo com as participantes do NUM e pesquisadoras Luci Cavallero e Verónica Gago (2022), a expressão "As redes feministas nos sustentam" servia como um código capaz de evidenciar a potência das articulações entre diferentes organizações sociais com a criação de formas próprias de infraestrutura em meio à emergência sanitária, a recomposição de recursos, afetos e saberes, a continuidade dos acompanhamentos em condições adversas, a construção de mecanismos de alerta e o desenvolvimento de um senso de urgência que, em vez de imobilizar, impulsionava à ação. O documento é também um registro deste momento, como se observa no trecho abaixo:

> Nestes dias de isolamento e de incerteza quanto ao futuro diante da pandemia global, diante do aumento das violências machistas, dos feminicídios, travesticídios e transfeminicídios, quando as companheiras trans e travestis são despejadas de suas moradias em hotéis pela voracidade imobiliária, quando choramos pela morte evitável de Ramona Medina, companheira militante da Vila 31, quando exigimos pelos casos das meninas em Santiago del Estero e Corrientes que precisam de aborto legal e pelas violações de meninas e jovens, quando repudiamos a violência institucional sofrida por companheirxs do bairro "Bandera Argentina", na província do Chaco, viemos reafirmar que nos sustentamos nas redes feministas, internacionalistas e transfronteiriças, afrofeministas e indígenas, porque são a nossa força, e é a partir delas que insistimos: a dívida é com *nosotras* e *nosotres*. (Doc 3J 2020)

O tema da dívida também apareceu em algumas das entrevistas. Em especial, vale mencionar Susana (Mendoza, Colectivo NUM Mendoza) que ao explicar como o tema da dívida foi incorporado no NUM, ela indica que isso se deu de modo federal, dado o contato que as diferentes organizações nomeadas como NUM tiveram desde o início com as militantes dos diferentes lugares e de Buenos Aires, em especial. Em suas palavras:

> Muitas das questões que as companheiras levantavam em Buenos Aires, nós também as assumíamos lá [em Mendoza]. E a questão da dívida foi um tema que tivemos como bandeira. Além disso, muitas de nós viemos, em nossa militância, dos anos 1990. [...] os movimentos

> políticos, sociais e universitários, desde os anos 1990, vêm pedindo que não se pague a dívida externa neste país. Então, o tema da dívida é um tema que os movimentos políticos e sociais na Argentina assumem há muito tempo e que o feminismo assumiu, e nós, em Mendoza, o assumimos completamente.[123] (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza)

Nesse contexto, a tabela a seguir demonstra como no documento do 3J de 2020 há um variado leque de temas que se reflete na presença de índices de todos as categorias estabelecidas para a análise de conteúdo dos documentos, com a permanência da "violência" como o mais frequente.

Tabela 7: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2020.

CATEG	ÍNDICES	QUANT	MODOS DE APARIÇÃO		
			DRO	Dado	Autoident
A – Justiça	Democracia	1	1		
A – Justiça	Estado	5	5		
A – Justiça	Direitos Humanos	1	1		
A – Justiça	Governo	1	1		
A – Justiça	Poder Judiciário/operadores(as) da Justiça/Justiça	1	1		
A – Justiça	Patriarcado	3	2		
A – Justiça	Igreja(s)	1	1		
A – Justiça	Ministério	1	1		
A – Justiça	Orçamento	1	1		
A – Justiça	Crianças/meninas(s)/Infância(s)	8	8		
A – Justiça	Velhice(s)	1	1		
A – Justiça	Violência(s)*/violenta(o)/violentamente/violentada(s)	14	14		
A – Justiça	Violência institucional	1	1		
A – Justiça	Violência machista	4	4		
A – Justiça	Feminicídio(s)/Femicídio(s)/ Femicida	1	1		

[123] No original: "Muchas de las cuestiones que planteaban las compañeras a Buenos Aires, también las tomábamos allá [en Mendoza]. Y lo de la deuda ha sido un tema que lo hemos tenido como bandera. Además de que muchas de nosotras venimos en nuestra militancia de los 90. […] los movimientos políticos, sociales, universitarios, desde los 90 estamos pidiendo que no se pague la deuda externa en este país. Entonces el tema de la deuda es un tema que lo toman los movimientos políticos y sociales en la Argentina hace mucho tiempo y que lo tomó el feminismo y nosotras en Mendoza los lo tomamos completamente." (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza)

A – Justiça	Morte(s)/Morta(s)/Assasinada(s)/Assassinato/Matar(am)/Assassino	3	3		
A – Justiça	Vítima(s)	2	1	1	
A – Justiça	Emergência em violência de género/Emergência Nacional [por violência de género]	1	1		
A – Justiça	Prostituição [forçada]/Pessoa em situação de prostituição	1	1		
B – Saúde	Aborto(s)/Interrupção Voluntária da Gravidez	5	5		
B – Saúde	Educação Sexual Integral (ESI)	2	2		
B – Saúde	Gordofobia/Gordo(a)	1	1		
B – Saúde	Deficiência	5	5		
C – Economia	Dívida*	5	5		
C – Economia	Dívida externa	1	1		
C – Economia	Endividada/Endividamento/ Endividarmos/Desendividada(s)	5	5		
C – Economia	Econômia(s) Popular(es)/ Econômia(s) comunitária(s)	1	1		
C – Economia	Moradia/Aluguel	5	5		
C – Economia	Trabalho(s)	8	8		
C – Economia	Trabalhador/as(es)	5	5		
C – Economia	Cuidado(s) [enquanto função]	3	3		
C – Economia	Greve/*Paro*	1		1	
C – Economia	Prostituição [como trabalho]/ Trabalhadora(s) sexual(is)	1	1		
D – Raça e etnia	Indígena(s)	4	2		2
D – Raça e etnia	*Chineo*	1	1		
D – Raça e etnia	Território/terras	11	11		
D – Raça e etnia	Negra(s)/Negro(s)/Negre(s)/ Afro/Afroargentina(o)(s)/Afrodescente(s)/Afroamericanxs(as/es)	4	4		
D – Raça e etnia	Racismo/Racista(s)	3	3		
D – Raça e etnia	Migrante(s)/Imigrar	5	5		
E – Identidades de gênero e sexualidade	Trans/Transgénero(s)/Transexual(ais)	7	6		1
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesti(s)	6	5		1
E – Identidades de gênero e sexualidade	Não-binárie(s)	1	1		

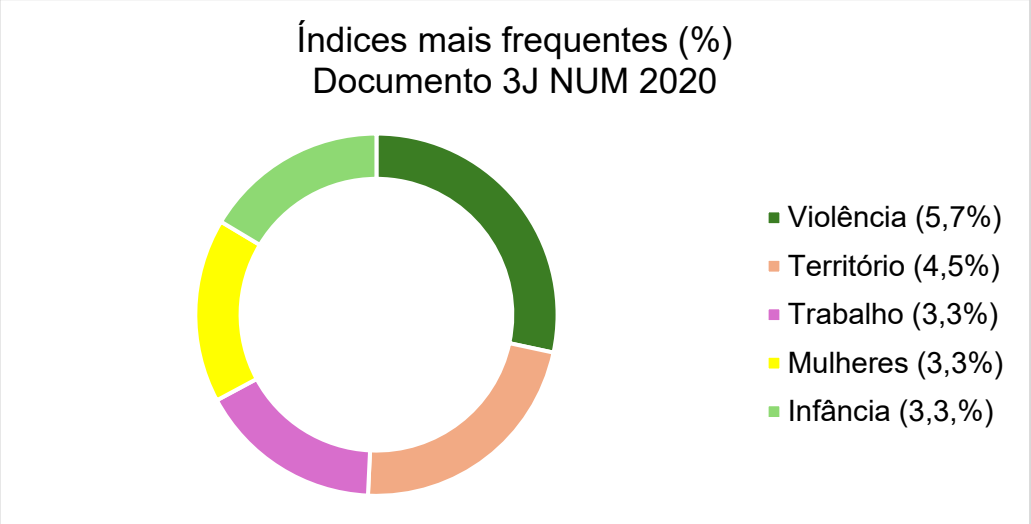
E – Identidades de gênero e sexualidade	Intersex	3	3		
E – Identidades de gênero e sexualidade	Lésbica(s)/Lesbo	2	1		1
E – Identidades de gênero e sexualidade	Mulher(es)*	8	5	2	1
E – Identidades de gênero e sexualidade	Corpo/*Acuerpamiento*/*Acuerpada*(s)	6	6		
E – Identidades de gênero e sexualidade	Transfeminicídio(s)/transfeminicídio(s)	1	1		
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesticídio(s)	1	1		

Fonte: elaboração própria a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2020 do Ni Una Menos.

Quase todos os índices aparecem como DRO e alguns como dados ou autoidentificação, se mantendo a presença de uma diversidade de sujeitas(es) e identidades – algo já observado no documento do 3J de 2019 e analisado no capítulo anterior. De modo semelhante, “Violência” permanece como o mais recorrente e mulher(es) a identidade mais mencionada, aspectos de continuidade com o período anterior. Mas também são perceptíveis as especificidades deste momento, como por exemplo o reconhecimento de que a violência de gênero aumentou durante a pandemia, pois “a quarentena se tornou um inferno para milhares de pessoas que tiveram de passar as 24 horas do dia com seus agressores” (Doc 3J, 2020).

O aumento significativo das menções a “território”, que é o segundo índice mais frequente em 2020, também merece destaque, assim como a ampliação dos temas reunidos na categoria “D – Raça e Etnia”. Essas tendências podem ser visualizadas no gráfico abaixo, que apresenta a distribuição dos cinco temas mais frequentes no documento.

Gráfico 7: Cinco índices mais frequentes no documento 3J de 2020.



Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2020 (Ni Una Menos).

A correlação entre violência, território e povos indígenas aparece de forma especialmente marcada neste documento, inclusive por meio das referências às infâncias indígenas, à violência sexual e ao acesso ao aborto legal. O uso do termo "*chineo*" é particularmente elucidativo dessa abordagem interseccional:

> Dizemos "Ni Una Menos!" porque já não se pode tolerar que se tome as infâncias como reféns para que continuem gestando como se fossem incubadoras; porque o *chineo* continua sendo a forma pela qual o patriarcado colonial executa, de maneira mais brutal, a dominação sobre as meninas e adolescentes indígenas; porque a Interrupção Legal da Gravidez já é um direito e ninguém pode negá-lo, nem em Santiago del Estero nem em Corrientes, que têm de aderir já! ao protocolo de ILG [Interrupção Legal da Gravidez], nem em nenhum outro território, hospital ou centro de saúde. (Doc 3J, 2020)

Chineo é uma prática de origem colonial, machista e racista que consiste na violação sexual sistemática de "meninas, mulheres e diversidades indígenas por parte de homens geralmente brancos, especialmente no norte da Argentina e em outros lugares da América Latina."[124] (Alemany, 2022). A correlação entre *chineo* e gravidez involuntária, portanto, é coerente com a história desta prática.

Outro tema inédito, com relação aos documentos de 3J de anos anteriores é a moradia. Neste caso a abordagem interseccional se dá na correlação entre violência

[124] Tradução livre, no original: "niñas, mujeres y diversidades indígenas por parte de hombres generalmente blancos, especialmente en el norte de Argentina y en otros lugares de América Latina." (Alemany, 2022)

econômica, direito à moradia e ao trabalho, no contexto da pandemia. Condiz com o impacto negativo que a pandemia teve sob as condições de vida e a situação econômica, em especial, prejudicando as mulheres (Natalucci; Messore, 2023).

Para Luci Cavallero e Verónica Gago (2022), a partir da pandemia de COVID-19 se torna central para a agenda feminista no país a dívida, a moraria e o trabalho. De acordo com as autoras, isso se dá em um contexto marcado por quatro elementos: (1) o aumento do endividamento doméstico para aquisição de bens básicos como alimentos diante da diminuição das rendas em razão da pandemia; (2) o aumento das dívidas para pagamento de aluguel com ampliação das possibilidades de despejo; (3) o aumento e a reorganização das jornadas de trabalho reprodutivo e produtivo em um mesmo espaço, e; (4) a inserção de novas tecnologias financeiras nos lares – as FinTechs, que possibilitaram o acesso, pelo celular, a serviços como pagamentos e empréstimos. É nesse contexto que as autoras vão demonstrar a importância de entender a casa não apenas como um espaço de isolamento durante a pandemia, mas, sobretudo, como um campo de batalha no qual passam a se inserir novas tecnologias financeiras e se reorganiza as jornadas de trabalho, quando o endividamento deixou de estar ligado à compra eventual de um bem ou serviço e passou a funcionar como um recurso contínuo e quase inevitável para complementar rendas que não paravam de cair (Cavallero; Gago, 2022).

Não surpreende, portanto, que o índice “dívida” seja constantemente mencionado em todos os documentos de 3J deste período, sendo mais frequente em 2020, com a reafirmação de que “a dívida é com *nosotras* e *nosotres*” (Doc 3J, 2020). Neste documento demandam a aprovação do imposto sobre grandes fortunas e que se faça uma investigação da dívida externa “fraudulenta e ilegítima, porque queremos que a crise seja paga pelos responsáveis pelo saque e pelo endividamento produzidos nos últimos anos de políticas neoliberais, os bancos e as empresas beneficiadas pelo agronegócio que envenenam nossos territórios.” (Doc 3J, 2020).

Assim como já observado nos modos como outros temas foram tratados pelo NUM, há uma abordagem interseccional de moradia, dívida e trabalho; a partir de uma perspectiva de gênero, raça e classe que entende estes elementos como centrais para a continuidade das violências de gênero.

O índice “Trabalho” é frequente no documento de 2020, sendo quantitativamente o maior número de menções considerando todo o período analisado nesta tese (2015-2025). Aqui há tanto uma defesa do trabalho produtivo e remunerado

com perspectiva de gênero e raça durante a pandemia, quanto uma demanda do reconhecimento dos trabalhos de cuidado e reprodutivo. A pandemia acentuou desigualdades que já existiam anteriormente ao mesmo tempo em que gerou novas, aprofundando e tornando mais visível a “crise dos cuidados” (Zibecchi, 2022).

Se bem que são antigas as teorizações e demandas no campo dos feminismos sobre a sobrecarga dos trabalhos domésticos e de cuidado sobre as mulheres, no período pandêmico na Argentina acentuaram-se também as funções de cuidado realizadas fora do espaço doméstico propriamente dito. Cavallero e Gago (2022) relacionam esse processo ao fato de que o doméstico passou a assumir novos contornos e desdobramentos, estendendo-se ao bairro e à comunidade. Por sua vez, Carla Zibecchi (2022) denomina essas práticas de “cuidados comunitários”, entendidos para além de ações derivadas exclusivamente do âmbito doméstico. Para a autora, trata-se de um campo heterogêneo de organizações territoriais de promoção de cuidados comunitários, composto por equipes majoritariamente feminizadas, que durante a pandemia desempenharam um duplo papel: continuar as ações de cuidado já existentes e, ao mesmo tempo, implementar medidas de contenção da pandemia. Essas pessoas, em grande parte socialmente desprotegidas e sem vínculos formais de trabalho, frequentemente reivindicam o reconhecimento das tarefas de cuidado como trabalho.

Este tema está presente no documento, como é possível perceber nos trechos abaixo:

> [...] nós, trabalhadoras da economia popular que continuamos sustentando refeitórios e comedores nos bairros; as tarefas de cuidado vão se acumulando, sem reconhecimento nem remuneração, e sem que nossos direitos trabalhistas sejam respeitados. [...]
> Por isso sentimos esta crise que é econômica, sanitária, habitacional e ecológica, na sobrecarga de trabalho doméstico nas casas e do trabalho nos territórios. 90% dos espaços comunitários responsáveis pela alimentação das moradoras e dos moradores são mantidos por mulheres. (Doc 3J, 2020).

O tema do cuidado perpassa diversos outros índices presentes no documento, inclusive “Infância” que também foi um dos cinco temas mais frequentes neste documento. Se relacionam na medida em que há a defesa de “que as infâncias e as velhices sejam dignas, sem violências nem estereótipos, e em que possamos pensar as crianças e os cuidados como uma relação recíproca e comunitária.” (Doc 3J, 2020).

Embora o âmbito doméstico e privado tenha sido politizado pelos feminismos desde suas origens, como apresentado desde o capítulo 2, é sobretudo a partir da pandemia que, no caso do NUM, se torna mais evidente a ampliação da compreensão sobre a interconexão entre endividamento, moradia e trabalho, como demonstra o documento analisado. Também é importante notar que esse movimento não é exclusivo do NUM: a *consigna* argentina do 8M de 2021, espaço de articulação que reúne diversas organizações sociais para além do Coletivo, foi justamente “Ni Una Menos Sin Vivienda” (“Nem uma a menos sem moradia”) (Cavallero; Gago, 2022).

Como abordado por Pousadela (2023a), apesar da pandemia ter causado quedas abruptas na inserção das mulheres no mercado de trabalho e aprofundado a feminização da pobreza, também impulsionou um avanço importante na formulação de pautas, ao evidenciar a centralidade do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres, resultado da sua participação desproporcional nas tarefas de cuidado.

Assim, o documento produzido para o 3J de 2021 tem dentre os índices mais frequentes: “Trabalhadoras(es)” e “Cuidado”; mantendo a alta presença de “Violência”, “Território” e “Mulher(es)”, conforme é visível na tabela a seguir.

Tabela 8: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2021.

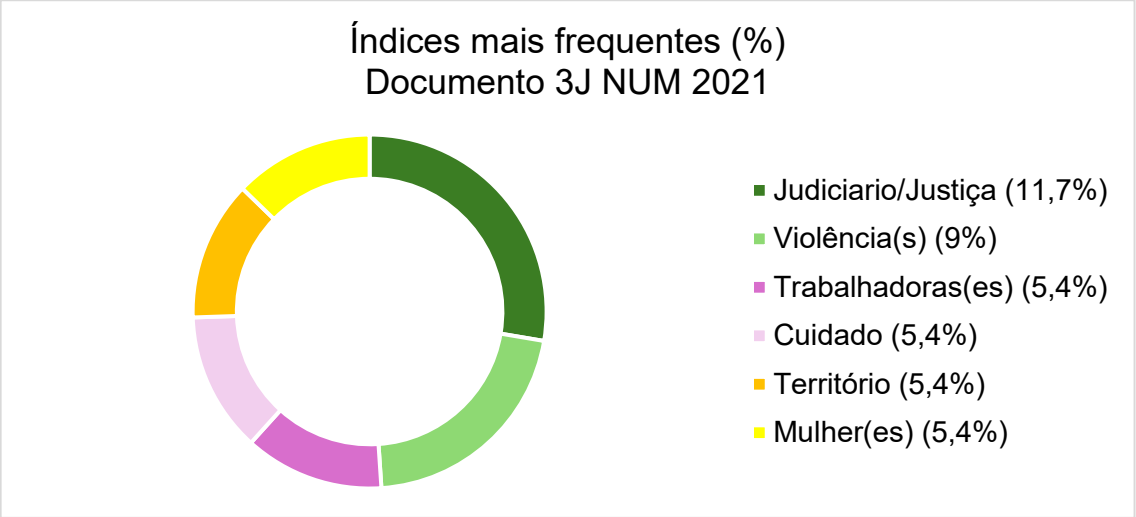
CATEG	ÍNDICES	QUANT	MODOS DE APARIÇÃO		
			DRO	Conq	Autoid
A – Justiça	Poder Judiciário/operadores(as) da Justiça/Justiça	13	13		
A – Justiça	Patriarcal/Patriarcado	2	2		
A – Justiça	Igreja(s)	1	1		
A – Justiça	Ministério	1		1	
A – Justiça	Orçamento	3	3		
A – Justiça	Crianças/meninas(s)/Infância (s)	2	2		
A – Justiça	Violência(s)*/violenta(o)/violentamente/violentada(s)	10	10		
A – Justiça	Violência institucional	1	1		
A – Justiça	Violência machista	1	1		
A – Justiça	Feminicídio(s)/Femicídio(s)/Femicida	2	2		
A – Justiça	Emergência em violência de género/Emergência Nacional [por violência de género]	1	1		

A – Justiça	Tráfico [enquanto tráfico de pessoas]	1	1		
A – Justiça	Prostituição [forçada]/Pessoa em situação de prostituição	1	1		
B – Saúde	Aborto(s)/Interrupção Voluntária da Gravidez	6	6		
B – Saúde	Educação Sexual Integral (ESI)	2	2		
B – Saúde	Deficiência	1	1		
C – Economia	Violência(s) econômica(s)	1	1		
C – Economia	Inflação	1	1		
C – Economia	Dívida*	4	4		
C – Economia	Dívida externa	1	1		
C – Economia	Endividada/Endividamento/Endividarmos/Desendividada(s)	2	2		
C – Economia	Moradia/Aluguel	5	5		
C – Economia	Extrativista/Extrativismo	1	1		
C – Economia	Trabalho(s)	2	2		
C – Economia	Trabalhador/as(es)	6	6		
C – Economia	Cuidado(s) [enquanto função]	1	1		
C – Economia	Greve/*Paro*	1	1		
C – Economia	Prostituição [como trabalho]/ Trabalhadora(s) sexual(is)	3	3		
D – Raça e etnia	Indígena(s)	2	2		
D – Raça e etnia	Território/terras	6	6		
D – Raça e etnia	Migrante(s)/Imigrar	3	3		
E – Identidades de gênero e sexualidade	Trans/Transgénero(s)/Transexual(ais)	4	2		2
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesti(s)	3	2		1
E – Identidades de gênero e sexualidade	Não-binárie(s)	1			1
E – Identidades de gênero e sexualidade	Lésbica(s)/Lesbo	1			1
E – Identidades de gênero e sexualidade	Mulher(es)*	6	3	1	2
E – Identidades de gênero e sexualidade	Corpo/*Acuerpamiento*/*Acuerpada*(s)	2	2		
E – Identidades de gênero e sexualidade	Transfeminicídio(s)/transfeminicídio(s)	1	1		
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesticídio(s)	1	1		

Fonte: elaboração própria a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2021 do Ni Una Menos.

Ao observar o documento de 2021, percebe-se uma continuidade quanto aos temas que foram mais recorrentes também no ano anterior. É um documento mais curto, escrito em tópicos e que conta com a assinatura de diversas organizações sociais de todo o país. Foi mais um ano sem a possibilidade de mobilizações nas ruas em razão da pandemia. Diferencia-se do documento anterior no aumento exponencial de menção à "Judiciário/Justiça", como se observa no gráfico abaixo, ultrapassando inclusive o índice de "Violência".

Gráfico 8: Seis índices mais frequentes no documento 3J de 2021.



Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2021 (Ni Una Menos).

O aumento das menções ao índice "Judiciário/Justiça" também se alinha ao que a literatura identificou como sendo uma ampliação das agendas transversais nos feminismos argentinos ao final de 2020. Nesse período, os movimentos estavam engajados em debates internos sobre temas como a necessidade de uma reforma judicial com perspectiva feminista, o avanço da igualdade no mundo do trabalho e a implementação de políticas voltadas ao enfrentamento das violências de gênero (Natalucci; Messore, 2023). Nesse contexto, o índice aparece no documento, por exemplo, na demanda: "Exigimos revisão de causa com perspectiva de gênero nos processos movidos contra mulheres e dissidências que se defenderam de seus agressores. Basta de Justiça Patriarcal." (Doc 3J, 2021).

O acesso à justiça também se tornou central nesse contexto de aumento da violência de gênero durante a pandemia, evidenciado pelo crescimento de 120% nas chamadas denunciando violência doméstica já na primeira semana do isolamento na Argentina (Gómez, 2023). Além disso, no início de 2021, casos de feminicídio, como o de Úrsula Bahillo, jovem de 19 anos assassinada à facadas mesmo tendo apresentado diversas denúncias de abuso e ameaças contra o ex-namorado, levaram o NUM a convocar novas mobilizações, exigindo que as autoridades passassem a tratar com seriedade as denúncias de violência (Gómez, 2023).

Além disso, há uma demanda expressa por uma Lei nacional de Cuidado, assim como melhores salários para as trabalhadoras das áreas de saúde, da educação e as demais que exercem trabalhos essenciais em todos os bairros. O entendimento sobre quais trabalhos eram essenciais durante a pandemia foi também objeto de debate político.

No campo dos feminismos ocorreram duas disputas importantes sobre este tema, conforme sistematizado por Cavallero e Gago (2022). Primeiro, reivindicou-se que os acompanhamentos em situações de violência de gênero fossem reconhecidos como atividades essenciais para permitir a circulação pela cidade, o que eventualmente acabou sendo oficialmente incluído pelo governo federal entre as atividades essenciais. Segundo, as organizações também disputaram o reconhecimento das tarefas de cuidado realizadas nos bairros e nos lares como trabalho essencial, o que deu origem a *consignas* como: "*Somos esenciales*" ("Somos essenciais"). No entanto, a categoria de "trabalho essencial" tornou-se um paradoxo na medida em que valorizava simbolicamente essas atividades e os corpos que as realizavam, ao mesmo tempo que as naturalizava, como atos heroicos, não se traduzindo em remuneração adequada. Assim, chamou-se de "trabalho", mas ao qualificá-lo como essencial pareceu ser percebido como algo quase fora da esfera laboral, com um reconhecimento sobretudo simbólico e limitado ao contexto de emergência sanitária (Cavallero; Gago, 2022).

Se bem já havia um processo feminista de repensar os trabalhos retomado a partir das greves, como analisado no capítulo anterior, a partir da pandemia e da necessidade de isolamento social e das discussões sobre trabalho essencial, um novo cenário se instala. A imposição da indistinção espacial misturou os trabalhos produtivos e reprodutivos de modo inédito, e mais do que isso: ampliou as jornadas

em horas e intensidade pela indistinção entre um trabalho e outro (Cavallero; Gago, 2022), fazendo com que:

> Cada hora é uma tripla jornada em si mesma. Enquanto se faz teletrabalho, se cuida; enquanto se realiza trabalho comunitário, atende-se à família; ao mesmo tempo em que se trabalha em casa, fazem-se trâmites para acessar benefícios sociais e se cozinha.[125] (Cavallero; Gago, 2022, p. 28)

Motivos pelos quais as autoras argumentam que esse período precisa ser entendido como um momento de experimentação capitalista dentro das casas, no qual a reprodução social se torna o eixo central da reestruturação em curso. Os lares passam a funcionar como terminais financeiros, operando por meio de tecnologias e dispositivos de endividamento, mecanismos de busca de renda e plataformas de recebimento de pagamentos. Ao mesmo tempo, o espaço doméstico é cada vez mais intensificado como lugar de produção de valor, ampliando sua integração às dinâmicas do capital (Cavallero; Gago, 2022). Isso se dá passo a passo, com o crescimento do endividamento doméstico.

Silvia Federici nomeou isso como financeirização da reprodução social, ou seja, o processo pelo qual as mulheres tiveram não apenas o aumento da carga de trabalho não remunerado – com a eliminação das políticas de cuidado, especialmente em governos neoliberais – mas a necessidade de se inserir no mercado de trabalho remunerado e recorrer a créditos bancários para custear aquilo que antes era ofertado pelo Estado (Federici, 2023). Trata-se de um fenômeno global de endividamento, sob o qual já há evidências de que aumenta a vulnerabilidade das mulheres à violência física, e que se soma com a violência institucional, por meio da criminalização de estratégias de sobrevivência, como o trabalho informal (Federici, 2023). Politicamente, essa lógica restringe as possibilidades de resistência coletiva, na medida em que essas dificuldades passam a ser interpretadas como problemas ou fracassos individuais (Federici, 2023).

Nesse contexto, é interessante resgatar o entendimento de Silvia Federici, Verónica Gago e Luci Cavallero (2023) de que a dívida precisa ser entendida de modo duplo: enquanto um meio de acumulação de riqueza e um modo de controle social. Nesse sentido, o endividamento massivo no âmbito doméstico nos últimos anos é lido

[125] Tradução livre, no original: “Cada hora es triple jornada en sí misma. Mientras se teletrabaja, se cuida; mientras se hace trabajo comunitario, se atiende a la familia; a la vez que se trabaja a domicilio, se hacen trámites para acceder a beneficios sociales y se cocina.” (Cavallero; Gago, 2022, p. 28).

“como uma reação ao protagonismo político feminista”, que constrói “um modo particular de moralização” que procura restringir e controlar a contestação aos papéis de gênero nas atividades de reprodução social, bem como a responsabilidade atribuída às famílias de arcar com os custos da crise (Federici; Gago; Cavallero, 2023, p. 9).

O reconhecimento da relevância do endividamento também se refletiu na insígnia #DesendividadasNosQueremos *(#DesendeudadasNosQueremos*), que evidenciou a atenção do movimento para os impactos públicos e privados da dívida na vida de mulheres e pessoas feminizadas, analisados a partir de uma perspectiva de violência, concebida como a redução da autonomia individual e a maior vulnerabilidade à exploração (Palmeiro, 2020). É coerente portanto, a continuidade do tema da dívida no documento do 3J de 2021, bem como sua correlação com as violências de gênero. Como expressa em:

> Continuamos dizendo “Vivas, livres e desendividadas nos queremos!”, porque sabemos que as violências por razões de gênero expressam violências estruturais. […]
> Basta de chantagem das corporações imobiliárias: regulação dos preços de aluguel. Controle e aplicação efetiva da lei de aluguéis. Queremos impostos sobre imóveis vazios. Chega de despejos e de urbanizações baseadas em dívida. Ni Una Menos sem moradia! (Doc 3J, 2021)

Como este foi mais um 3J atípico, sem a possibilidade de assembleias presenciais e manifestações nas ruas como as que ocorreram antes da pandemia, pelos riscos de contaminação da COVID-19, o Coletivo fez uma “Assembleia Latinoamericana Feminista” virtual, disponível no canal do NUM no Youtube (“Asamblea Latinoamericana Feminista 3J - 19 HS | 2021”, 2021). Atuaram como coordenadoras desta atividade Luci Cavallero e Verónica Gago, como representantes do Coletivo NUM da Argentina. Foi uma estratégia de articulação transnacional que contou com a participação de 18 pessoas de diferentes países da América Latina e do Caribe. Conforme analisado por Thatiane Mandelli (2023), além das ativistas do NUM argentino, tinham participantes do Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Peru, Porto Rico e Uruguai[126].

[126] Como detalhado por Mandelli (2023, p. 56): “As falas foram feitas por Nora Cortiñas, representante das Mães da Praça de Maio, Lucia Cavallero e Veronica Gago, representantes do Ni Una Menos; Betty Ruth, representante de Coletivo Feminista da Colômbia; Francy Junior, representante do Movimento de Mulheres Negras da Floresta – Dandara; Monica Benício, vereadora da cidade do Rio de Janeiro e

A primeira a se manifestar foi Norita Cortiñas da linha fundadora das Madres, já mencionada no Capítulo 2. Ela faz uma fala crítica aos feminicídios e de reconhecimento da proximidade das lutas sociais argentinas, como as do NUM e das Madres. Em seguida, uma das participantes do NUM destaca a sua importância para o Coletivo e o fato de que Norita esteve presente nos anos anteriores nas assembleias e nas mobilizações (“Asamblea Latinoamericana Feminista 3J - 19 HS | 2021”, 2021). O que reforça a conexão apresentada anteriormente entre o NUM e a história anterior do movimento de mulheres no país.

Cavallero destacou que o NUM argentino vem aprofundando a compreensão sobre as múltiplas origens da precarização das vidas das mulheres e os processos que nos tornam mais vulneráveis às violências. Segundo ela, a partir da apropriação da greve feminista, o lema “ni una menos” passou a expressar também um não ao endividamento, um basta à precarização laboral, ao extrativismo e a outras formas de exploração (“Asamblea Latinoamericana Feminista 3J - 19 HS | 2021”, 2021). Temas que, como vimos, estão presentes nos documentos produzidos a cada 3J, em especial no período analisado neste capítulo.

Vale destacar que durante essa Assembleia, Cavallero narrou como, no 3J de 2021, realizaram um “*cartelazzo*” a partir das *consignas* construídas em comum entre várias organizações. Isso significou a construção de cartazes para serem impressos ou desenhados e colocados nas casas, nas portas ou colados pelos bairros, como um modo de intervenção possível no contexto de emergência sanitária (“Asamblea Latinoamericana Feminista 3J - 19 HS | 2021”, 2021). Um repertório já conhecido do Coletivo e dos movimentos sociais argentinos no geral, como detalhado no capítulo anterior.

Esta atividade virtual, ainda que nomeada como Assembleia, se assemelhou mais a um seminário ou encontro do que de fato uma assembleia, dada a limitação numérica de participantes e de quem detém a autorização a falar e participar; aspectos que caracterizam as assembleias no NUM e nos demais movimentos sociais na Argentina. No geral, a partir da análise de Mandelli (2023) é possível perceber que a atividade foi pautada pela preocupação e o desejo de construção de agendas comuns

---

ex-companheira de Marielle Franco, representando o Brasil; Karina Nohales, pela Coordinadora Feminista 8M (CF8M) do Chile; Gahela, representante do partido Nuevo Peru; Zoán Tanís e Shariana, representantes do Colectivo Feminista em Construcción, de Porto Rico; Mariana, representante do Uruguai; e Maria Santucho, representante de Cuba.”.

entre movimentos e militantes de diferentes países, entendendo esta como uma estratégia necessária para a superação das violências e desigualdades que atinge a todas, ainda que não do mesmo modo.

Abaixo há a tabela referente ao 3J de 2022. Como é perceptível, os índices mais presentes nos documentos do período analisado nesta seção (2020-2023) são semelhantes.

Tabela 9: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2022.

CATEG	ÍNDICES	QUANT	MODOS DE APARIÇÃO	
			DRO	Autoid
A – Justiça	Estado	3	3	
A – Justiça	Governo	1	1	
A – Justiça	Poder Judiciário/operadores(as) da Justiça/Justiça	16	16	
A – Justiça	Patriarcal/Patriarcado	4	4	
A – Justiça	Igreja(s)	1	1	
A – Justiça	Ministério	1	1	
A – Justiça	Orçamento	1	1	
A – Justiça	Programa Acompanhar	1	1	
A – Justiça	Pobreza	1	1	
A – Justiça	Protesto(s)	1	1	
A – Justiça	Crianças/meninas(s)/Infância(s)	7	7	
A – Justiça	Velhice(s)	1	1	
A – Justiça	Violência(s)*/violenta(o)/violentamente/violentada(s)	9	9	
A – Justiça	Violência institucional	2	2	
A – Justiça	Feminicídio(s)/Femicídio(s)/Femicida	3	3	
A – Justiça	Morte(s)/Morta(s)/Assasinada(s)/Assassinato/Matar(am)/Assassino	1	1	
A – Justiça	Vítima(s)	3	3	
A – Justiça	Emergência em violência de género/Emergência Nacional [por violência de género]	1	1	
A – Justiça	Tráfico [enquanto tráfico de pessoas]	1	1	
A – Justiça	Prostituição [forçada]/Pessoa em situação de prostituição	4	4	
B – Saúde	Aborto(s)/Interrupção Voluntária da Gravidez	3	3	
B – Saúde	Educação Sexual Integral (ESI)	3	3	
B – Saúde	Gordofobia/Gordo(a)	1	1	

B – Saúde	Deficiência	5	5	
C – Economia	Dívida*	1	1	
C – Economia	Endividada/Endividamento/Endividarmos/Desendividada(s)	2	2	
C – Economia	Economia(s) Popular(es)/ Economia(s) comunitária(s)	1	1	
C – Economia	Moradia/Aluguel	2	2	
C – Economia	Extrativista/extrativismo	2	2	
C – Economia	Trabalho(s)	4	4	
C – Economia	Trabalhador/as(es)	5	4	1
C – Economia	Cuidado(s) [enquanto função]	1	1	
C – Economia	Greve/*Paro*	1	1	
C – Economia	Aposentadoria/Aposentadas(os)	2	2	
C – Economia	Prostituição [como trabalho]/ Trabalhadora(s) sexual(is)	2	2	
D – Raça e etnia	Indígena(s)	2	2	
D – Raça e etnia	*Chineo*	1	1	
D – Raça e etnia	Plurinacional	1		1
D – Raça e etnia	Território/terras	4	4	
D – Raça e etnia	Racismo/Racista(s)	3	3	
D – Raça e etnia	Migrante(s)/Imigrar	4	3	1
E – Identidades de gênero e sexualidade	Trans/Transgénero(s)/Transexual(ais)	4	4	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesti(s)	3	3	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Não-binárie(s)	2	2	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Bissexuais	1	1	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Lésbica(s)/Lesbo	1	1	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Mulher(es)*	9	9	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Corpo/*Acuerpamiento*/*Acuerpada*(s)	2	2	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesticídio(s)	1	1	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Ódio [contra LBTQIA+e/ou mulheres]	1	1	

Fonte: elaboração própria a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2022 do Ni Una Menos.

O modo de funcionamento do NUM está registrado no documento, quando afirmam que: “A partir de nossas divergências e de nossos distintos espaços de militância, assumimos o compromisso de seguir criando consensos feministas para frear o avanço da direita, do poder reacionário e patriarcal sobre as conquistas que alcançamos juntes nas ruas e na luta.” (Doc, 3J, 2022). Trata-se de uma concepção do NUM como um ator dedicado à constituição de espaços nos quais sejam possíveis as construções de consensos feministas – ainda que isso nem sempre se realize plenamente, como veremos no 3J seguinte, de 2023. É também perceptível o surgimento de uma preocupação com o avanço da direita, tema ao qual retorno mais adiante.

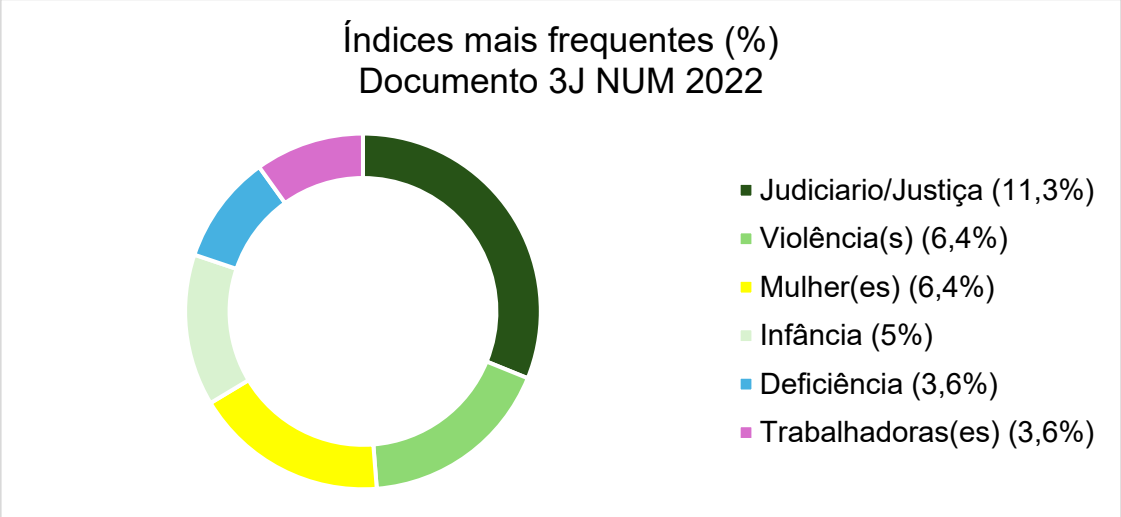
Novamente os índices mais frequentes são “Judiciário/Justiça” e “Violência”, seguido de “Mulher(es)” e “Infância”. Mais uma vez está presente a demanda por uma reforma do judiciário com perspectiva feminista, capaz de torná-lo um poder que garanta o acesso ao sistema de Justiça para as mulheres e pessoas LBTQIA+ (Doc 3J, 2022). E assim como nos anteriores, o documento é assinado por diversas organizações e pessoas de vários lugares do país.

Também estão presentes ao longo do documento o tema da dívida, do trabalho e da moradia que aparecem conectados com os demais índices, em especial a partir de uma perspectiva de violência de gênero ampliada e interseccional. É possível visualizar os temas mais frequentes no gráfico abaixo.

O índice “Trabalhadoras(es)” aparece tanto para expressar reivindicação por salário básico universal para as trabalhadoras comunitárias, como para demandar os direitos trabalhistas das trabalhadoras sexuais.

O tema da dívida e do endividamento, por sua vez, continua sendo acionado para reafirmar que a dívida do país não é com o FMI, mas sim com “*nosotres*”, denunciando o “patriarcado financeiro” (Doc 3J, 2022). Assim como o tema da moradia aparece como demanda fundamental para a autonomia das mulheres e pessoas LBTQIA+, de modo que reivindicam “urbanizações com perspectiva feminista e interseccional para os bairros populares, assentamentos e favelas.” (Doc 3J, 2022).

Gráfico 9: Seis índices mais frequentes no documento 3J de 2022.



Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2022 (Ni Una Menos).

O índice “Deficiência” aparece pela primeira vez dentre os mais frequentes em um documento de 3J. Está associado com uma demanda ampla pelo direito à: “uma saúde integral, sexual, reprodutiva e não reprodutiva anticapacitista e acessível, que contemple a diversidade, que respeite a capacidade jurídica das mulheres e das dissidências com deficiência.” (Doc 3J, 2022). Como é perceptível no trecho acima, trata-se de uma abordagem ampla. O mesmo ocorre nas menções ao índice “Infância”, associado tanto à proteção de crianças contra as violências quanto à centralidade da ESI nesse processo. De modo semelhante, o reforço da *consigna* “¡Niñas, no madres!” (“Criança não é mãe!”) expressa, portanto, uma demanda pela garantia da Lei de IVG.

Vale também destacar que o Ministério é mencionado neste documento. A primeira menção a ele é feita no 3J de 2021, apresentado como uma conquista do movimento: “Conseguimos o Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade em nível nacional e nas cidades de Buenos Aires e Santa Fé.” (Doc 3J, 2021). O que demonstra a já analisada ampliação da institucionalização das políticas de gênero no Governo Fernández. Por sua vez, no documento de 2022, o índice “Ministério” surge como uma DRO, com o pedido de maior orçamento para o seu bom funcionamento e a ampliação do Programa Acompanhar. É válido destacar que isso se dá no período de agravamento da crise política que divide o Governo a partir de 2021 e da reformulação

do Ministério, em especial, a partir de 2022 – conforme analisado na subseção anterior.

Somente em 2023 há o retorno às mobilizações presenciais de modo pleno, após o fim da pandemia de COVID-19. Para entender melhor sobre este retorno, recorro à observação participante realizada por Thatiane Mandelli (2023) que acompanhou duas das três assembleias preparatórias e a mobilização do 3J, entre os dias 27/05/2023 e 03/06/2023 na cidade de Buenos Aires. Neste ano as assembleias foram organizadas de modo itinerante, sendo cada uma em um local diferente. Foi "a primeira vez que as Assembleias ocorreram em bairros populares da cidade de Buenos Aires." (Mandelli, 2023, p. 55). Assim, a autora acompanhou uma assembleia na Villa 31 no dia 27/05/2023, organizada pela *Asamblea Feminista de la Villa 31 e 31 Bis*, realizada de dia em um espaço aberto. A outra assembleia que acompanhou foi no dia 31/05/2023, na Praça Constituição, sendo as anfitriãs as participantes do coletivo de trabalhadoras sexuais daquele bairro, também uma ação de dia no centro da praça. O motivo desta escolha se encontra no documento:

> Chegamos a este 3 de junho depois de um processo de assembleias abertas em diferentes territórios. Porque queremos incorporar mais companheiras e companheires, porque a crise e a inflação em que estamos tornam cada vez mais difícil se organizar, os rendimentos não são suficientes e trabalhamos cada vez mais tempo para poder sobreviver. Queremos que a mobilização se nutra de todas as lutas e saberes que se constroem todos os dias. Desse processo chegamos a esta síntese de nossas demandas, de nossos desejos, de nossas preocupações e exigências. (Doc 3J, 2023)

Como já mencionado anteriormente, as assembleias se organizam de modo horizontal, aberto e todas as pessoas presentes podem se manifestar, um repertório anterior ao surgimento do NUM e que este também utiliza desde o 3J de 2016. Por esse motivo, não surpreende que Mandelli (2023, p. 65) tenha identificado temas diversos abordados durante as duas assembleias que acompanhou, como "acesso à moradia com perspectiva de gênero, centros de saúde do bairro desabastecidos, educação popular, famílias monoparentais, trabalho informal, importância das mulheres nos espaços públicos", dentre muitos outros. A autora também identificou a presença de um amplo leque intergeracional (Mandelli, 2023), coerente com o que a literatura e as entrevistadas desta tese já apontaram e que foi apresentado no capítulo anterior.

Durante a manifestação pelo 3J em frente ao Congresso foi lido por diferentes militantes o documento elaborado nas assembleias, em cima de um palco (Mandelli, 2023). Por meio da análise de conteúdo aplicada ao documento, temos a distribuição das menções dos índices conforme tabela a seguir.

Tabela 10: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2023.

CATEG	ÍNDICES	QUANT	MODOS DE APARIÇÃO	
			DRO	Conq
A – Justiça	Democracia	9	9	
A – Justiça	Estado	2	2	
A – Justiça	Ditadura	1	1	
A – Justiça	Governo	2	2	
A – Justiça	Poder Judiciário/operadores(as) da Justiça/Justiça	25	25	
A – Justiça	Patriarcal/Patriarcado	1	1	
A – Justiça	Igreja(s)	1	1	
A – Justiça	Ministério	2	2	
A – Justiça	Orçamento	1	1	
A – Justiça	Ley de Protección Integral de las Mujeres/Ley Nº 26.485	1	1	
A – Justiça	Programa Acompanhar	4	4	
A – Justiça	Pobreza/Pobre(s)	2	2	
A – Justiça	Protesto(s)/Protestar	1	1	
A – Justiça	Crianças/meninas(s)/Infância(s)	6	6	
A – Justiça	Violência(s)*/violenta(o)/violentamente/violentada(s)	23	23	
A – Justiça	Violência institucional	3	3	
A – Justiça	Feminicídio(s)/Femicídio(s)/Femicida	3	3	
A – Justiça	Morte(s)/Morta(s)/Assasinada(s)/Assassinato/Matar(am)/Assassino	4	4	
A – Justiça	Vítima(s)	5	5	
A – Justiça	Emergência em violência de género/Emergência Nacional [por violência de género]	1	1	
A – Justiça	Tráfico [enquanto tráfico de pessoas]	1	1	
A – Justiça	Prostituição [forçada]/Pessoa em situação de prostituição	3	3	
B – Saúde	Aborto(s)/Interrupção Voluntária da Gravidez	3	2	1

B – Saúde	Educação Sexual Integral (ESI)	6	6	
B – Saúde	Gordofobia/Gordo(a)	3	3	
C – Economia	Ajuste(s)	4	4	
C – Economia	Inflação	1	1	
C – Economia	Dívida*	4	4	
C – Economia	Dívida externa	1	1	
C – Economia	Endividada/Endividamento/Endividarmos/Desendividada(s)	4	4	
C – Economia	Moradia/Aluguel	3	3	
C – Economia	Trabalho(s)	7	7	
C – Economia	Trabalhador/as(es)	5	5	
C – Economia	Cuidado(s) [enquanto função]	5	5	
C – Economia	Aposentadoria/Aposentadas(os)	1	1	
C – Economia	Prostituição [como trabalho]/ Trabalhadora(s) sexual(is)	1	1	
D – Raça e etnia	Plurinacional(ais)	1	1	
D – Raça e etnia	Território/terras	5	5	
D – Raça e etnia	Racismo/Racista(s)	1	1	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Trans/Transgénero(s)/Transexual(ais)	3	3	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesti(s)	3	3	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Mulher(es)*	6	6	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Corpo/*Acuerpamiento*/*Acuerpada*(s)	3	3	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Transfeminicídio(s)/transfeminicídio(s)	2	2	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesticídio(s)	2	2	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Lesbicídio(s)	2	2	

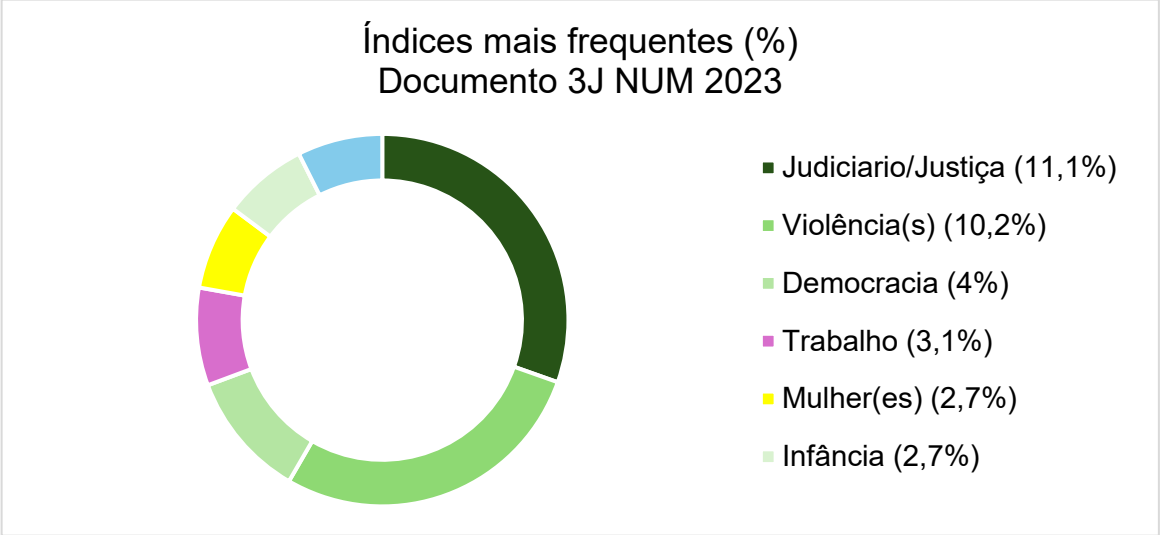
Fonte: elaboração própria a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2023 do Ni Una Menos.

De modo semelhante aos 3J anteriores deste período os índices mais frequentes foram “Judiciário/Justiça” e “Violência(s)”. Além da presença significativa de “Trabalho”, “Mulher(es)” e “Infância”. Pela primeira vez há uma menção expressiva ao índice “Democracia”. É interessante perceber que ele surge em um contexto de ano eleitoral. Como podemos observar no trecho:

> Quarenta anos após a restauração da democracia, afirmamos: não há democracia com um Poder Judiciário a serviço do poder econômico e conspirando contra a organização social e política, criminalizando seus líderes; não há democracia com dívida externa ou sob o controle do FMI; não há democracia com esses níveis de pobreza; não há democracia se o protesto social é perseguido e estigmatizado! (Doc 3J, 2023)

Na citação acima fica evidente como o tema da democracia é tratado em conjunto com questões já abordadas anteriormente como a dívida externa e a necessidade de uma reforma judicial com perspectiva feminista. Assim, os temas mais frequentes neste 3J podem ser observados no gráfico abaixo.

Gráfico 10: Sete índices mais frequentes no documento 3J de 2023



Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2023 (Ni Una Menos).

Observa-se um predomínio do eixo “A – Justiça”. Destaca-se, contudo, a presença recorrente da ESI, vinculada ao eixo “B – Saúde”, que emerge como elemento central no enfrentamento das violências. Nessa perspectiva, afirma-se que sem ESI não há “nem uma a menos”, pois:

> A ESI protege crianças e adolescentes contra abuso sexual e violência de gênero. [...] As Igrejas não podem interferir na ESI nem na educação pública. Não às leis municipais de ESI antidireitos e que são restritivas. Que os conteúdos incluam a Lei de Identidade de Gênero e o aborto. Por uma ESI não binária. (Doc, 3J, 2023)

Apesar do aborto não ter sido um dos temas mais frequentes em nenhum dos documentos analisados neste período, ele esteve presente em todos, como é perceptível no trecho anterior. Ele surgiu tanto como DRO, especialmente pedindo o

cumprimento da Lei de IVG e recursos financeiros para sua plena implementação, como conquista, ao mencionar a aprovação histórica da Lei de IVG.

O tema da moradia esteve presente em todos os documentos do período analisado neste capítulo, sendo principalmente em 2020 e 2021, o que pode estar relacionado ao auge da pandemia. O tema do cuidado, por sua vez, não apenas foi constante como foi crescente. Foi mais frequente no documento do 3J de 2023, sendo em maior quantidade mesmo considerando todo o período analisado nesta tese (2015-2025). Há o reforço das demandas por reconhecimento e remuneração adequadas para as trabalhadoras comunitárias e que atuam na área de cuidado como as que acompanham em casos de violências de gênero, reforçando que “Cuidar es trabajar.” (Doc 3J, 2023).

Um aspecto importante sobre este 3J é que, apesar de haver familiares de vítimas de feminicídios participando das assembleias convocadas pelo NUM para o 3J de 2023 que Mandelli (2023) acompanhou, no dia 03 de junho ocorreram duas mobilizações separadas em Buenos Aires, ambas em função da data. Como indicado por Pousadela (2023a), marcharam à Praça de Maio organizações de esquerda, inclusive a Campanha, enquanto o NUM estava com outras organizações em frente ao Congresso Nacional. Em sua pesquisa, Mandelli narra que:

> Algumas horas antes, ocorreu outra Marcha na Plaza de Mayo, que contou com organizações políticas diversas e familiares de vítimas de feminicídio, que fizeram algumas falas. Ao questionar uma das participantes porque havia dois eventos distintos sobre o mesmo tema, esta opinou que o movimento é maior que o próprio coletivo; ali na Plaza de Mayo, estavam organizações que se posicionam contra o governo atual, enquanto na Praça do Congresso, estariam organizações que estão ao lado do governo, como o próprio NUM, que tem entre algumas de suas integrantes mulheres que atuam diretamente no governo. Importa destacar que a manifestação da Plaza de Mayo contava com um número reduzido de pessoas. (Mandelli, 2023, p. 70)

De tal modo, percebe-se como a conjuntura política altera as dinâmicas internas do NUM e seus alinhamentos com outros coletivos e organizações, em especial em Buenos Aires. O que não significa que se reflita do mesmo modo em todo o país. Como apresentado no capítulo anterior, cada local teve uma construção própria do NUM. Especialmente nas entrevistas com Susana, de Mendoza, e Teresa, de El Bolsón, observa-se que as articulações do NUM nesses espaços envolveu um espectro mais amplo de participantes com orientações políticas distintas e com menos

segmentações internas ao longo desses 10 anos, sem que se produzissem, por exemplo, mobilizações paralelas em uma mesma data, como ocorreu em Buenos Aires no 3J de 2023.

Essa divisão na capital mudará a partir de 2024, em grande medida, em razão da vitória eleitoral de Javier Milei (La Libertad Avanza – LLA) no pleito presidencial de 2023. A preocupação com sua candidatura já esteve presente nas assembleias para o 3J daquele ano, na medida em que também foi abordado o avanço da extrema-direita no país e como ela se constitui em oposição às mulheres (Mandelli, 2023).

A vitória eleitoral da extrema-direita é considerada por Natalucci e Messore (2023, p. 202) como um ponto de inflexão importante, dado que "As mulheres e diversidades foram das primeiras a voltar às ruas para questionar a direita, mas fundamentalmente para defender os direitos e avanços conquistados nos últimos anos."[127]. Essas mudanças serão analisadas no capítulo seguinte. Considero válido destacar, neste momento, a compreensão identificada nas assembleias por Mandelli (2023) de que estes espaços dedicados à organização de cada 3J são encontros de diversas assembleias. Além disso, a autora também destacou o clima celebratório do protesto em frente ao Congresso: "uma atmosfera de celebração, encontros e reencontros, com uma mistura de faixas etárias, mulheres vindas de diversos bairros e outras regiões da província (ou estado) de Buenos Aires; e alguns homens estavam presentes." (Mandelli, 2023, p. 71). Retorno a esses temas no próximo capítulo ao analisar as assembleias e as manifestações para o 3J de 2024 e o 4J de 2025.

Conforme constatou Mandelli (2023), as participantes do NUM reconheceram, durante as assembleias de 2023, que o movimento havia perdido parte de sua força nas ruas, especialmente no que diz respeito à mobilização para aquele 3J. Tal retração foi atribuída tanto aos efeitos da pandemia quanto às crises econômicas e políticas em curso. Ainda assim, "as assembleias e a Marcha 3J de 2023 marcam um ponto de retorno ao espaço público com o compromisso renovado com as mulheres e dissidências [...]" (Mandelli, 2023, p. 82). Também refletem a continuidade do NUM para além do período de massividade que caracterizou as manifestações feministas no país até 2020.

---

[127] Tradução livre, no original: "Las mujeres y diversidades han sido de las primeras en volver a las calles para cuestionar a la derecha, pero fundamentalmente para defender los derechos y avances ganados en los últimos años." (Natalucci; Messore, 2023, p. 202)

4.3 Conclusão do capítulo

Neste capítulo busquei sistematizar alguns dos aspectos mais importantes do NUM tanto no seu envolvimento com as mobilizações em prol da legalização do aborto, quanto nos modos de organização durante o Governo de Alberto Fernández.

Na primeira parte abordei o ciclo de amplas mobilizações pela confluência entre o NUM e as lutas pela aprovação da Lei de IVG liderada, sobretudo, pela Campanha e conhecida como maré verde. Na segunda parte, busquei entender os efeitos no NUM da maior institucionalização das políticas de gênero no Governo Fernández e das crises econômicas, políticas e sanitária a partir da pandemia de COVID-19.

Nessa seção apresento uma síntese comparativa dos principais temas abordados pelo Coletivo entre 2020 e 2023 nos documentos produzidos a cada 3J. Em seguida, retomo as quatro categorias de análise já detalhadas anteriormente: violência, repertórios de confronto, repertórios de estratégia e estoque de legados, para interpretar de que maneira o NUM reorganizou suas prioridades e redefiniu suas formas de ação entre 2020 e 2023, evidenciando tanto continuidades quanto transformações no movimento.

Sendo assim, com o suporte metodológico da análise de conteúdo, foi possível identificar quais temas foram priorizados pelo Coletivo neste período e como foram abordados nos documentos produzidos a cada 3J em Buenos Aires. Vale recordar que estes documentos são aqui entendidos como uma prática política coletiva, um modo de "ocupar as ruas e reinventar o espaço comum"[128] (Ni Una Menos, 2018, p. 4), bem como representam uma declaração política do movimento (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza). Assim, observados os dados já apresentados neste capítulo e considerando apenas os índices que foram citados com mais frequência em cada um dos quatro documentos, produzi o gráfico a seguir para mostrar como variaram no período[129].

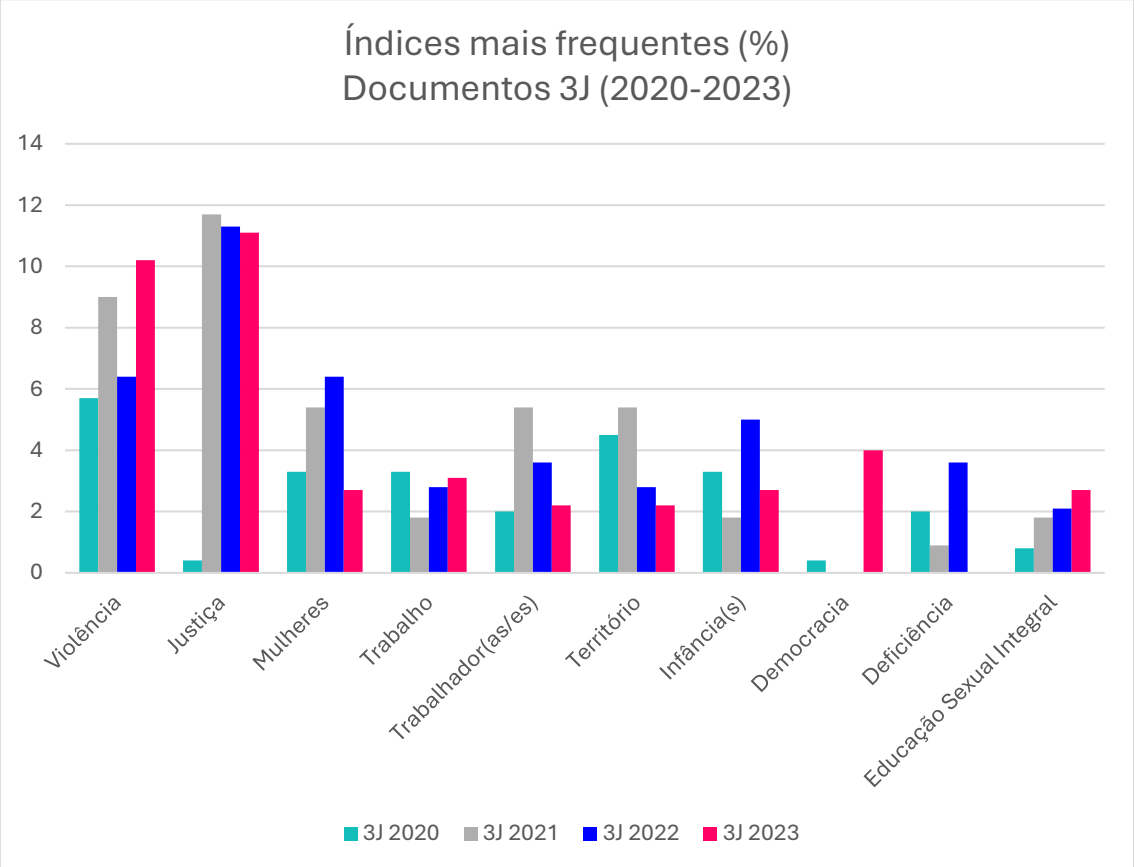
Enquanto no período analisado no capítulo anterior (2015-2019) foram identificados 17 índices mais frequentes, entre 2020 e 2023 são apenas 10. Portanto, há uma redução na variação temática entre os termos que aparecem com maior

[128] Tradução livre, no original: "ocupar las calles y reinventar el espacio común" (Ni Una Menos, 2018, p. 4).
[129] Assim como no capítulo anterior, este gráfico foi elaborado com base no percentual de ocorrência de cada índice em cada um dos documentos, permitindo uma comparação mais precisa entre textos que têm variações significativas em extensão e número de palavras. Os dados brutos encontram-se disponíveis nas tabelas disponibilizadas no decorrer deste capítulo.

recorrência. Mesmo que certos temas continuem presentes nos documentos, eles deixam de estar entre os mais frequentes, como ocorre com “feminicídio”, “vítima” e “morte”, especialmente centrais no primeiro 3J de 2015 e relevantes ao longo de todo o ciclo anterior.

Por outro lado, no período analisado neste capítulo se destacam índices como “trabalho”, “trabalhadoras/es” “território”, “infância”, “ESI” e “deficiência”, indícios da reorganização das prioridades do Coletivo no contexto pandêmico. Destaquei no decorrer do capítulo a relação especial entre trabalho e pandemia, com a reformulação dos trabalhos de cuidado, as mudanças no âmbito do doméstico e o aumento do endividamento, e como estes temas foram abordados pelo NUM.

Gráfico 11: Distribuição percentual dos índices mais frequentes nos documentos do Ni Una Menos para o 3J (2020-2023).



Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo dos documentos do Ni Una Menos para o 3J (2020-2023).

O índice “violência” continuou entre os mais frequentes, o que demonstra a permanência dessa preocupação estruturante desde o surgimento do NUM. No

entanto, a maneira como a violência se articula com os outros temas se transformou. Entre 2015 e 2019, ela apareceu mais fortemente associada a “feminicídio”, “morte” e “corpo”, enquanto, entre 2020 e 2023, ainda que existam menções aos índices anteriores, sua relação se estabeleceu também a partir dos índices de “justiça/judiciário”, “trabalho”, “trabalhadoras/es”, “território” e “infância”. Essa mudança demonstra a ampliação do enquadramento da compreensão do Coletivo sobre violência de gênero, pensada em chave estrutural, conectada às desigualdades sociais, econômicas e territoriais que atravessam o cotidiano das mulheres e pessoas LBTQIA+, em especial a partir da pandemia de COVID-19 iniciada em 2020.

Também considero importante retomar as quatro categorias de análise já detalhadas anteriormente: violência, repertórios de confronto, repertórios de estratégia e estoque de legados. Utilizo-as para compreender tanto os conteúdos políticos mobilizados pelo Coletivo quanto às formas e os sentidos que suas ações assumiram neste período.

Assim, mantendo apenas aquilo que foi possível de ser identificado sobre este período nos documentos, entrevistas e textos, organizo esses elementos no quadro a seguir.

Quadro 4: Síntese das categorias analíticas da atuação do Ni Una Menos (2020-2023).

CATEGORIA	IDENTIFICADOS NO NUM (2020-2023)
Violência	*Chineo*; violência econômica; especulação imobiliária; endividamento; superexploração do trabalho (incluído os de cuidado); negação do aborto legal como violência; feminicídios; transfeminicídios; travesticídios; racismo; violência contra migrantes.
Repertórios de confronto	Marchas; vigílias; aulas abertas sobre aborto; acampamentos; campanhas em redes sociais; cartazes para as mobilizações em período pandêmico; panelaços; filmagem e compartilhamento online de ações de protesto (especialmente na pandemia); assembleias virtuais; *pañuelazos.*
Repertórios de estratégia	Grupos de WhatsApp para organização e comunicação interna; produção e publicização de documentos coletivos (como os elaborados a cada 3J); incidência na esfera política; assembleias virtuais; aproximação/distanciamento com a Campanha.

Estoque de legados	Produção de cartazes; organização horizontal (especialmente pela prática *asamblearia*); marchas e protestos; elaboração de documentos coletivos; *cartelazos*; vigília; rodas de conversa e aulas abertas sobre aborto; *pañuelazos*.

Fonte: elaboração própria, a partir da análise de documentos do Ni Una Menos, entrevistas e revisão da literatura referente ao período de 2020 a 2023.

Quando se considera a categoria de violência, percebe-se que, ainda que siga havendo menções aos feminicídios, ocorreu a inclusão de outras formas de violência, inclusive com maior frequência nos documentos. Violência está relacionada nesse período com dois grandes temas: a criminalização do aborto e as violências econômicas.

O tema do aborto ganha força no NUM a partir de 2018, mas foi incluído neste capítulo em razão da sua continuidade até 2020 e pela entrada em vigor da Lei de IVG somente em 2021. A correlação entre a criminalização do aborto e as violências de gênero baseia-se na percepção defendida pelo NUM (e não apenas por ele) de que existe um elemento estrutural comum que conecta as violências de gênero, inclusive os feminicídios, à negação da autonomia sobre o próprio corpo, expressa na criminalização do aborto.

Por sua vez, se ampliam as menções às violências econômicas a partir da piora das condições de vida durante a pandemia, do aumento da exploração do trabalho, do acréscimo dos trabalhos de cuidado doméstico e comunitário e da necessidade de endividamento para a sobrevivência. Nesse contexto, o direito à moradia também se tornou central, como garantia mínima necessária para a redução das violências de gênero.

Como mencionado na apresentação das mobilizações em prol da legalização do aborto, o NUM pode ser entendido como parte desse processo, ainda que a principal organização convocante neste período tenha sido a Campanha. Por esse motivo, optei por incluir os repertórios de confronto utilizados também neste momento, como as vigílias, as aulas abertas e os acampamentos em frente ao Congresso. As ações virtuais ou com distanciamento social, como os panelaços e as assembleias virtuais, foram repertórios de confronto importantes durante a pandemia.

Quando observados os repertórios de estratégias, há continuidades com relação ao período anterior, como o uso de redes sociais para comunicação e

articulação política, assim como a produção e publicização de documentos, em especial aqueles analisados nesta tese dedicados a cada 3J. Vale destacar a aproximação com a Campanha durante as mobilizações imediatamente anteriores à aprovação da Lei de IVG, em 2020, sem ignorar o distanciamento observado nos anos seguintes, chegando a estarem em mobilizações distintas no 3J de 2023 em Buenos Aires. Esse movimento de aproximação e posterior afastamento evidencia que os repertórios de estratégias não são estáticos, mas sujeitos a reacomodações conforme as conjunturas políticas, as alianças e as estratégias adotadas pelo NUM em cada momento.

Considerei as assembleias virtuais tanto como repertório de confronto quanto como repertório de estratégia. Isso porque entendo que há uma dupla dimensão dessa ação: ainda que sejam públicas, no sentido de estarem disponíveis para serem assistidas e, portanto, coerente com um repertório de confronto, elas também funcionam como um modo de articulação interna, inclusive possibilitando aproximações com ativistas de outros países, como a assembleia virtual latino-americana do 3J de 2021 analisada neste capítulo. Desse modo, as assembleias virtuais operam simultaneamente como espaços de visibilidade e como mecanismos de coordenação política, possibilitando ao NUM atualizar seus repertórios diante das restrições impostas pela pandemia. Isso é coerente com o entendimento de que os repertórios se ajustam continuamente às condições do contexto e às interações com outras organizações e sujeitas.

Em estoque de legados, não houve mudanças significativas. A inspiração em ações de movimentos anteriores continuou presente. Merece destaque, em especial, o vínculo com as Madres, refletido na participação de Norita Cortiñas na assembleia virtual para o 3J de 2021. Assim como em outros anos, isso se expressa tanto pelo uso dos lenços quanto pelas menções diretas às Madres e pela participação delas nas assembleias e protestos convocados pelo NUM. Também é possível observar a permanência desse legado na forma como o movimento articula memória, direitos humanos e mobilização feminista, incorporando elementos simbólicos construídos pelas Madres em sua própria gramática de ação coletiva.

No período analisado neste capítulo, merece destaque como a maré verde deslocou o sentido da luta pelo aborto, não como uma demanda liberal de direitos individuais, mas como uma reivindicação coletiva que articulou dimensões políticas, econômicas e sociais. De modo semelhante, o NUM trouxe para o centro do debate

público as violências econômicas, destacando o aumento do endividamento, da ausência de reconhecimento e retribuição pelos trabalhos de cuidado e suas interconexões com as violências de gênero, de modo interseccional com as questões de raça, classe, nacionalidade, identidade de gênero e orientação sexual, entre outras.

Como destaco desde o início desta tese, tomo os movimentos sociais e suas mobilizações como fazeres da política, nos termos pensados por Jacques Rancière (2018), assim como o entendimento de democracia como prática e disputa constante. Desse modo, o aumento de menções à democracia nos documentos desse período reflete como o NUM associa a luta contra as violências de gênero à ampliação da própria democracia. Entre as diversas questões que aborda, o Coletivo identifica as desigualdades econômicas e o endividamento, bem como a falta de autonomia decorrente da criminalização do aborto, como limites concretos à participação e à igualdade.

Nesse sentido, se constrói o entendimento de que ter acesso ao direito ao aborto legal, público e gratuito torna-se uma prática de resistência frente às formas de disciplinamento moral e material que sustentam a ordem patriarcal, afirmando a igualdade como princípio ativo, e não como promessa institucional. Ao mesmo tempo, a violência econômica, ampliada pelos mecanismos de endividamento, evidencia como as formas de exploração financeira operam como tecnologias de restrição à autonomia material, sobretudo das mulheres e da população LBTQIA+. Para o NUM, esses processos não apenas aprofundam as desigualdades, mas também configuram dispositivos de despolitização que produzem sujeitas endividadas, culpabilizadas e menos capazes de disputar o comum.

Assim, ao denunciar o entrelaçamento entre violência econômica e violência de gênero, o Coletivo conduz à compreensão de que enfrentar o endividamento é também disputar os contornos da democracia ao reivindicar condições concretas para o exercício da ação política. Portanto, a importância das proposições dos feminismos argentinos em geral, e do NUM em especial, para a política extrapola o surgimento do Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidades em nível federal e de seus correlatos em níveis estadual e municipal, assim como a aprovação de leis específicas, ainda que se reconheça a relevância desses espaços e dessas medidas legais no campo político-institucional e na promoção de condições de vida mais igualitárias.

Sendo assim, as dinâmicas analisadas neste capítulo permitiram delinear as continuidades e transformações dos repertórios de confronto, estratégias e legados

do NUM durante o governo de Alberto Fernández, bem como, entender como as violências de gênero foram abordadas neste período marcado pela aprovação da Lei de IVG e pela pandemia de COVID-19. No capítulo seguinte, apresento as mudanças introduzidas pelo governo de Javier Milei, vencedor do pleito eleitoral de 2023. Além da análise de conteúdo dos documentos produzidos para o 3J de 2024 e o 4J de 2025, recorro às entrevistas e à observação participante nas assembleias e protestos desse período, com o intuito de compreender as formas de mobilização, as alianças políticas e os sentidos atribuídos à ação coletiva feminista nos últimos dois anos desta primeira década de existência do NUM argentino.

5 “Unir Las Luchas” em Tempos de Extrema Direita: Reconfigurações da Política e do Político (2024-2025)

Neste capítulo final, analiso o momento mais recente da trajetória do NUM, situado em um contexto marcado pelo avanço da extrema direita e por processos de desdemocratização que atravessam distintos países. No caso argentino, esse cenário se expressa de forma acentuada a partir da ascensão do governo de Javier Milei (LLA) em dezembro de 2023, que promove um desmonte acelerado de políticas públicas orientadas à redução das desigualdades e ao enfrentamento das violências de gênero, em contraste com o ciclo anterior de institucionalização dessas políticas durante o governo de Alberto Fernández, examinado no capítulo anterior. Soma-se a esse processo o desenvolvimento de instrumentos de criminalização dos protestos e de deslegitimação tanto dessas políticas quanto das pessoas e organizações sociais que, por meio da *política callejera*, questionam o governo Milei.

Esse capítulo está estruturado em duas partes. Na primeira, contextualizo o governo Milei no interior de uma dinâmica mais ampla de reorganização das direitas e de fortalecimento de projetos políticos de caráter neoliberal e neoconservador, destacando seus efeitos sobre o campo democrático, os direitos sociais e as políticas de gênero. Ao mesmo tempo, ressalto as particularidades dos modos pelos quais esse governo aciona elementos também identificados em outros países, de forma específica e articulada à história política argentina, especialmente no resgate de ferramentas políticas recorrentes ao longo do século XX, anteriores ao processo de redemocratização.

Na segunda parte, analiso as respostas e rearticulações do NUM diante desse contexto. Essa análise se desdobra a partir do material empírico produzido por meio de observação participante realizada em Buenos Aires nos anos de 2024 e 2025, especialmente durante os processos de preparação das mobilizações do 3J e do 4J. Como nos capítulos anteriores, mobilizo as entrevistas e a análise de conteúdo dos documentos elaborados pelo NUM em cada um desses anos, buscando captar continuidades, deslocamentos e tensões nas estratégias e nos sentidos mobilizados.

Na terceira e última parte do capítulo, apresento uma síntese com foco na atuação do NUM nesse período, mobilizando as quatro categorias analíticas centrais desta tese: violência, repertórios de confronto, repertórios de estratégias e estoque de legados. Com isso, demonstro como a capacidade de construir linguagem e espaços

de enunciação sobre as violências de gênero e a interseccionalidade são centrais para a compreensão da atuação do NUM, em especial, nesses primeiros dois anos do Governo Milei.

5.1 O Governo Milei e a ofensiva antigênero: desdemocratização, neoliberalismo e violência

Meu propósito nesta seção é contextualizar o governo de Javier Milei a partir do quadro mais amplo de avanço da extrema-direita e de seus impactos sobre os regimes democráticos, para a partir disso, abordar algumas das características específicas de seu governo. Por esse motivo, proponho ler a vitória eleitoral de Javier Milei no pleito de 2023, considerando a reinserção da Argentina num grupo de diversos países com lideranças de direita e extrema-direita que passaram a ocupar cargos políticos a partir da década de 2010, em especial, no continente americano. Em contraste com a Onda Rosa dos anos 2000, o que se veem nomeando como Onda Azul inclui, dentre outros, países como Honduras com Porfirio Lobo Sosa (2010-2014) e Juan Orlando Hernández (2014-2022), Paraguai com Horacio Cartes (2013-2018), Brasil com Jair Bolsonaro (2018-2022), El Salvador com Nayib Bukele (2019-), Uruguai com Luis Alberto Lacalle Pou (2020-2025) e Donald Trump nos Estados Unidos (2017-2021 e 2025-).

O crescimento e a radicalização de governos de extrema-direita, articulado ao reconhecimento da existência de uma crise das democracias liberais, têm ampliado o uso de conceitos como o de desdemocratização[130], compreendido como um processo gradual, oposto à noção de democratização, que se desenvolve no interior da própria institucionalidade democrática (Ballestrin, 2023). Aqui, tomando como referência a história política argentina, considero democratização o processo ocorrido a partir de 1983 que incluiu: a desarticulação do poder militar enquanto agentes do processo político, a retirada de sua intervenção nas tarefas de segurança interna, a desqualificação do uso da violência como instrumento de ação política e repressiva, o reconhecimento ampliado da agenda dos direitos humanos e a incorporação das regras da democracia liberal pelo conjunto dos atores políticos, inclusive dos setores historicamente vinculados às direitas autoritárias (Franco, 2025). Enquanto a

[130] As particularidades desse processo, sua historicidade e a importância de análises comparativas globais que considerem as experiências dos países do Sul global escapam aos propósitos dessa tese, sobre isso, ver: Ballestrin (2023).

desdemocratização seria um movimento em sentido oposto ao anterior e que se funda no terreno preparado pela racionalidade neoliberal[131] que tornou possível a mobilização e legitimação de forças antidemocráticas no século XXI (Brown, 2019).

Nesse cenário, a década de 2010 é um ponto de inflexão para a América Latina e o Caribe, marcada por instabilidades políticas e pelo acentuamento do neoconservadorismo e do neoliberalismo (Biroli; Machado; Vaggione, 2020). Nesse contexto, “A noção de neoconservadorismo não remete, assim, ao conteúdo, mas aos padrões de mobilização, ao reforço a tendências iliberais, à sua contribuição para justificar medidas autoritárias e naturalizar as desigualdades.” (Biroli, 2019, p. 86). Portanto o neoconservadorismo se expressa menos como um programa ideológico coerente e mais como um modo de ação política, que opera por meio da ativação moral de medos e ressentimentos, da produção de inimigos internos e da deslegitimação de demandas por direitos como se fossem privilégios.

Nesse sentido, Biroli (2019) argumenta que o neoconservadorismo se consolida no espaço público por meio da oposição aos feminismos enquanto sujeitos políticos coletivos, sobretudo em um contexto de massificação desses movimentos. Para a autora, mobilizações como as do NUM não apenas articularam pautas específicas, mas também a defesa de democracias aprofundadas sob uma perspectiva de gênero, nas quais a cidadania plena pressupõe o enfrentamento da violência, das desigualdades de gênero e do racismo. O neoconservadorismo, por sua vez, atualiza o conservadorismo ao articular moral, religião e política, extrapolando atores estritamente religiosos e assumindo formas variadas conforme o contexto (Vaggione; Machado; Biroli, 2020).

Além disso, ao recorrer a esse termo, busco abarcar o que a literatura tem evidenciado acerca da capacidade de adaptação das forças conservadoras, tanto no que se refere às suas estratégias políticas quanto à recomposição de alianças entre setores sociopolíticos heterogêneos (Serrano, 2021). Esses atores têm demonstrado habilidade para renovar seus repertórios de ação, inclusive apropriando-se de linguagens associadas ao campo progressista e mobilizando registros que se

[131] Wendy Brown (Brown, 2019, p. 31) sistematiza a análise foucaultiana da racionalidade neoliberal como fundamentada em dois elementos: […] “a elaboração de princípios de mercado como princípios de governo onipresentes e o próprio governo reformatado para servir aos mercados”, estes aspectos diferenciam esta racionalidade daquela elaborada a partir do liberalismo econômico clássico. Com isso, se inclui não apenas uma alteração do capitalismo, mas a alteração substancial que o neoliberalismo faz dos valores e princípios a partir dos quais se lê e atua na realidade, conforme discutido no capítulo 3.

apresentam como seculares, científicos ou “modernos” para legitimar suas posições (Serrano, 2021).

Assim, é coerente com esse cenário o entendimento de Biroli (2019) de que para compreender os processos de erosão democrática, entendidos aqui como um avanço em direção a dinâmicas autoritárias, é necessário analisar conjuntamente o neoconservadorismo e o neoliberalismo. Em sintonia, essas racionalidades reforçam a centralidade da família a partir de uma lógica privatizante e moralmente específica (cristã). Nesses termos, a família seria central na conexão entre os elementos econômicos e morais dos processos de desdemocratização e de desmantelamento da estrutura pública, aliada à redução de direitos econômicos e trabalhistas. Como consequência, a proteção e o amparo oferecidos pela família tornam-se uma exigência prática diante das incertezas e das condições de precarização, esse processo faz com que “a moralização das incertezas se torne um componente político central dos processos de restrição democrática e da ascensão de lideranças autoritárias e de extrema-direita” (Biroli, 2019, p. 87).

Conforme analisado por Ballestrin (2023), abordagens críticas como as feministas e neomarxistas, apontam o neoliberalismo como um elemento basilar da crise democrática no Ocidente, em contraste com a Ciência Política dominante que tende a desconsiderar desigualdades não estritamente políticas na avaliação dos regimes democráticos. A autora demonstra como nas democracias do Sul global, os aspectos relacionados às desigualdades estruturais, as múltiplas formas de violência, as demandas por justiça e os desafios da inclusão, são fundamentais para compreender os processos de desdemocratização, uma vez que essas dinâmicas informam práticas e decisões políticas que reduzem os custos de ruptura dos pactos mínimos de convivência e tolerância democrática (Ballestrin, 2023).

Sabe-se que a dinâmica autodestrutiva do liberalismo econômico sobre a política já se manifestava, em certa medida, desde os processos fundacionais republicanos e democráticos de diversas sociedades pós-coloniais (Ballestrin, 2023). Mais do que isso, as contradições entre democracia, Estado-nação e capitalismo estão presentes desde o surgimento dessas instituições no início da modernidade, mesmo em países do Norte, ainda que se reconheça que o “capitalismo pode ser modulado em direções mais ou menos democráticas, e os Estados podem fazer mais ou menos para nutrir ou anular a igualdade política da qual depende a democracia” (Brown, 2019, p. 36).

A trajetória do neoliberalismo na América Latina evidenciou desde seu surgimento a sua articulação com projetos autoritários e conservadores, deixando marcas duradouras sobre os processos de transição e de consolidação democrática, razão pela qual são profícuas e constantes as críticas ao neoliberalismo na região, tanto na produção acadêmica quanto na atuação dos movimentos sociais (Ballestrin, 2023). Algumas dessas críticas e ações de movimentos argentinos foram detalhadas no Capítulo 3, quando abordei o enfrentamento ao neoliberalismo em períodos anteriores, como o movimento *piquetero*, e durante o Governo de Mauricio Macri pela atuação dos movimentos feministas. O que pretendo ressaltar aqui é que na região latino-americana e caribenha, o neoliberalismo é intrinsecamente violento desde o início, de modo que o autoritarismo não é um desvio posterior (Gago, 2025).

Contudo, como sintetizado por Marina Franco (2025) quando se toma em consideração o caso argentino, é importante destacar a diferença no modo de reação a esse neoliberalismo. Enquanto em 2001 houve ampliação e inovações dos setores populares no modo de lidar com a crise econômica, indo de encontro aos ideais do pacto democrático, traduzindo-se em uma mobilização social que recuperou experiências coletivas de organização autônoma e solidariedade em várias frentes, na atualidade prevalece um cenário marcado pela fragmentação do laço social. Nesse contexto, direitos passam a ser interpretados como privilégios indevidos ou como obstáculos à liberdade individual, ao passo que o aprofundamento de um individualismo radicalizado se expressa em formas de indiferença e hostilidade. Essa reconfiguração do imaginário social contribui para a legitimidade de projetos políticos baseados na responsabilização individual como política de Estado, como no caso do governo Milei. Assim, aquilo que há quatro décadas se constituiu como uma aposta na vida em comum – e que chegou a ser reatualizado “por baixo” nas práticas solidárias e democráticas emergidas em 2001 – encontra-se, no presente, profundamente fraturado (Franco, 2025).

Isso é coerente com a leitura de Brown (2019) da ofensiva atual neoliberal sobre a vida política vir alimentando os cenários antidemocráticos ao buscar reduzir o controle político sobre atores econômicos e os mercados. Para isso, substitui mecanismos de regulação e redistribuição pela centralidade da liberdade de mercado e pela primazia de direitos de propriedade desvinculados de compromissos sociais e, desse modo, o neoliberalismo opera simultaneamente tanto no sentido de “[...] constringir quanto desdemocratizar o político.” (Brown, 2019, p. 70).

Vale ressaltar que continuo considerando o entendimento de política e de democracia inspirada no conceito de Rancière (2018), conforme discuto desde o Capítulo 2. Portanto, entendendo a democracia não apenas como um regime que favorece a atuação dos movimentos sociais, mas também como um espaço de disputa de sentidos sobre o fazer político, ancorado em um princípio de igualdade que permite questionar e transformar a ordem estabelecida.

Desse modo, a erosão da democracia está associada também ao esvaziamento do espaço público, expresso tanto em processos de privatização quanto na transformação dos próprios significados do que é coletivo (Biroli, 2020). A ampliação da ocupação dos espaços públicos por meio de protestos, marchas, vigílias, aulas abertas, *cartelazzos* e assembleias – apenas para citar alguns dos repertórios utilizados pelos feminismos argentinos nos últimos anos e abordados no decorrer deste trabalho – traduz uma disputa explícita pelo espaço público e pelos sentidos da democracia.

Além disso, esses movimentos reivindicam uma sociedade que seja pensada coletivamente e isso é oposto ao avanço da extrema-direita. Nos termos como analisado por Wendy Brown, o que se tem nas últimas décadas é um ataque a própria ideia do social, enquanto um espaço no qual as pessoas são mais do que indivíduos ou famílias, mais do que produtoras, consumidoras ou investidoras, e mais do que simples membros da nação. A autora destaca como é emblemático este ataque ao social e a ideia de sociedade e sua inteligibilidade enquanto "[...] refúgio de poderes estratificantes e, acima de tudo, sua adequação como um local de justiça e do bem comum – o que o neoliberalismo se propôs a destruir conceitual, normativa e praticamente." (Brown, 2019, p. 38). É esse ataque ao social[132], como um domínio vital da justiça e que nos permite conexões para além de laços individuais, que contribui para gerar uma "cultura antidemocrática desde baixo", enquanto também

[132] A autora desenvolve seu argumento demonstrando como no neoliberalismo existente se "desmantela" o social a partir de muitas frentes: "Epistemologicamente, o desmantelamento da sociedade envolve a negação da sua existência [….]. Politicamente, envolve o desmantelamento ou a privatização do Estado social […]. Legalmente, envolve o manejo de reivindicações de liberdade para contestar a igualdade e o secularismo, bem como as proteções ambientais, de saúde, de segurança, laborais e ao consumidor. Eticamente, envolve a contestação da justiça social por meio da autoridade natural dos valores tradicionais. Culturalmente, implica uma versão do que os ordoliberais chamaram de 'desmassificação', escorando os indivíduos e família contra as forças do capitalismo que os ameaçam." (Brown, 2019, p. 48–49). Essa "desmassificação" foi substituída no final do século XX pela "empreendedorização" ao mesmo tempo em que se realizavam reformas políticas que transferem a maior parte das responsabilidades do Estado Social para indivíduos e famílias (Brown, 2019).

elabora e legitima “formas antidemocráticas de poder estatal desde cima” (Brown, 2019, p. 39).

Em síntese, essa ofensiva neoliberal revela-se particularmente perversa para o campo da política em sentido amplo, ao restringir tanto as instituições formais quanto as práticas da política *callejera* (Natalucci; Tatagiba; Somma, 2024), esvaziando o princípio de igualdade que sustenta a disputa de sentidos sobre o fazer político e, consequentemente, afetando a democracia em todas as suas dimensões: como regime, como prática e como princípio.

Na Argentina, esse contexto de desdemocratização não apenas deslegitimou práticas coletivas de organização social, como também redefiniu seus antagonistas, convertendo movimentos que politizaram a precariedade e reivindicaram respostas não autoritárias em alvos privilegiados de rejeição social e política.

Conforme sistematizado por Verónica Gago (2025), a vitória eleitoral de Milei deve ser entendida a partir de dois elementos: (1) como uma rejeição à precariedade que já existia e se agravou durante a pandemia, que tinha na alta inflação anual um dos seus maiores símbolos, e; (2) como uma oposição à massificação das lutas feministas no país, que buscaram enfrentar essa precariedade por meio de estratégias coletivas e não autoritárias, ao mesmo tempo em que obtiveram conquistas políticas relevantes, como a aprovação da Lei de IVG, detalhada no capítulo anterior.

Isso aproxima o Governo de Milei da leitura feita sobre outros governos de extrema-direita como parte de uma reação global “contra as agendas da igualdade de gênero e da diversidade sexual”, ainda que possua especificidades regionais próprias (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p. 7). De acordo com a análise de Vaggione, Machado e Biroli (2020), desde a década de 1990, a América Latina tem sido marcada pelo fortalecimento de atores coletivos portadores de projetos antagônicos, produzindo disputas entre grupos alinhados, entre outros, à defesa dos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, e grupos neoconservadores.

Uma das principais ferramentas dos grupos neoconservadores tem sido a retórica de defesa da família e das infâncias frente ao avanço da suposta “ideologia de gênero”, cujo primeiro registro se deu no informe “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”, divulgado pela Comissão da Mulher da Conferência Episcopal Peruana, em 1998 (Biroli, Machado e Vaggione, 2020). A partir dos anos 1990, o termo tem funcionado como um estratagema político que facilitou a atuação em conjunto de

diversos atores conservadores que originalmente tinham interesses diferentes. Além disso, aumentou a mobilização popular nos anos 2000 e adquiriu centralidade, na América Latina, na segunda metade do século XXI (Simioni; Kyrillos, 2023). É importante frisar que "ideologia de gênero" não é propriamente um conceito, mas sim:

> [...] um dispositivo que, intrigantemente, recorre à concepção marxista de ideologia para acusar a teoria feminista do gênero de falsificação. Ou seja, os inventores desse truque afirmam que o conceito de gênero é um engodo porque clama pela igualdade entre homens e mulheres para borrar a diferença sexual "natural", concebida como dimensão ontológica e imutável do humano. O dispositivo também faz supor que, as teóricas e ativistas do gênero – e quem mais recorre ao conceito – simplesmente propagam ideologia, enquanto quem o critica estaria totalmente isento de vieses ideológicos. (Corrêa; Parker, 2021, p. 11)

Um dos espaços em que o uso da "ideologia de gênero" tem produzido repercussões visíveis são os fóruns internacionais de direitos humanos. Como demonstrado no Capítulo 1, o processo de redemocratização na Argentina e em outros países da região ocorreu par e passo com o fortalecimento dos espaços internacionais de direitos humanos. Ambos foram influenciados pela ampliação do uso do conceito de gênero, especialmente após a década de 1980. A partir dos anos 1990 e com o aumento do uso da expressão "ideologia de gênero", a alta hierarquia católica desempenhou um papel ativo na difusão dessa contraofensiva. Segundo Gago (2020), a atuação dos papas Bento XVI e Francisco se destacam pela associação entre a "ideologia de gênero" e uma suposta lógica colonizadora promovida por organismos internacionais e organizações não governamentais[133]. O uso da "ideologia de gênero" se torna proeminente na região latinoamericana e caribenha a partir de 2013 e se acentua pós 2016[134] (Corrêa; Parker, 2021).

---

[133] Nas palavras da autora: "[...] o papa vindo do 'Terceiro Mundo' mobiliza uma retórica pseudoanti-imperialista para liderar a batalha contra os direitos de mulheres e LGBTQ+" (Gago, 2020, p. 257). Além disso, Francisco foi o responsável por aproximar diferentes credos, como católicos, evangélicos e mórmons, "[...] na cruzada contra a 'ideologia de gênero', amalgamados pela expansão da 'ameaça'" (Gago, 2020, p. 257), processo a partir do qual, nos anos recentes, a doutrina eclesiástica se converteu em uma hashtag multiuso e em uma ferramenta de mobilização que passou a disputar o espaço público, como expressa a campanha #NoALaIdeologíaDeGenero (Gago, 2020; Simioni; Kyrillos, 2023).

[134] Escapa aos propósitos dessa tese analisar detalhadamente a ampliação e os impactos do uso da "ideologia de gênero" nos espaços internacionais de Direitos Humanos. Contudo, sobre isso, é válido considerar a análise de Sonia Corrêa e Richard Parker (2021) de acordo com a qual foi a partir de meados da década de 2010 que as mobilizações antigênero passaram a se intensificar e a circular de forma transnacional, articulando diferentes contextos políticos e repertórios de ação. Após protestos na França contra o casamento igualitário, iniciativas semelhantes emergiram em países da América Latina, envolvendo ataques à educação pública, a resoluções internacionais sobre ireitos humanos e à noção de gênero. Esse processo incluiu desde a apropriação do discurso antigênero por lideranças políticas, inclusive de governos identificados com a esquerda, até sua incorporação em campanhas eleitorais e

A partir das contribuições de autoras como Joan Scott (1995, 2005b) e das reflexões foucaultianas sobre o poder, torna-se evidente que gênero e poder são imbricados, conforme apresentado no Capítulo 1. Ao romper com explicações essencialistas sobre as diferenças entre homens e mulheres, o uso do conceito de gênero pelas feministas evidenciou que essas distinções são produzidas social e culturalmente e organizam um sistema de significados que estrutura hierarquias e assimetrias nas relações sociais. Vale retomar a conceituação de Scott, em especial quando afirma que:

> O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro. (Scott, 1995, p. 27)

Portanto não é surpreendente que o ataque ao conceito de gênero inicie nos anos 1990 e se fortaleça a partir dos anos 2000 (Corrêa, 2018), nesse contexto de expansão da extrema-direita e de aliança entre setores neoconservadores. Também tendo esses elementos como referência, torna-se perceptível de que modo a extrema-direita se constrói como antifeminista e em oposição ao conceito de gênero e o arcabouço de significados que ele implica.

Em particular, são antigênero porque foi este o conceito que melhor tornou visível a distribuição desigual de poder socialmente construída a partir das relações que se estabelecem nas distinções entre homens e mulheres, ao mesmo tempo, em que possibilitou a união de distintos movimentos de diferentes países em prol dos direitos das mulheres e pessoas LGBTQIA+. Em sentido semelhante, é coerente que os atores políticos neoconservadores considerem categorias como “homem” e “mulher” de modo binário[135], servindo, portanto, aos padrões de exploração e

---

referendos em distintos países da região. Paralelamente, a agenda antigênero se difundiu por meio de campanhas contra a educação sexual, ações coordenadas por organizações transnacionais e protestos públicos e digitais, revelando a capacidade desses atores de adaptar estratégias, circular narrativas e construir alianças para disputar sentidos no espaço público (Corrêa; Parker, 2021).

[135] Utilizo o termo binário para me referir aos papéis de gênero como entendido por Segato (2023, p. 17-18): “La estructura binaria se desdobla en una gran variedad de binarismos en los cuales el segundo término pasa a ser una función – y también una invención – del primero: desarrollados/subdesarrollados, blanco/no-blanco, moderno/primitivo, civilizado/bárbaro, sujeto universal (el Hombre)/minorías. […] En ese orden, solo un término es ontológicamente completo, y sus

subjetividades impostas a partir do imbricamento entre neoconservadorismo e neoliberalismo, como é perceptível na política de diversos desses governos a exemplo de Jair Bolsonaro no Brasil (Kyrillos; Simioni, 2022; Simioni; Kyrillos, 2023).

Ao refletir sobre a retomada conservadora de discursos morais a partir da década de 2010, Segato argumenta que tal movimento não é contingente nem secundário, mas responde ao reconhecimento de que as relações de gênero constituem a base mais profunda, duradoura e constantemente atualizada da dominação social. Portanto o cenário atual tem evidenciado que "[...] a questão de gênero é a pedra angular e o eixo de gravidade do edifício de todos os poderes."[136] (Segato, 2020, p. 13).

Nesse sentido, ainda que os discursos e práticas a partir da gramática dos direitos humanos não tenham alterado os mecanismos de acumulação capitalista, eles produziram fissuras simbólicas e políticas, que passam a ser percebidas como uma ameaça estrutural (Segato, 2020). É precisamente essa percepção que explicaria a reação conservadora contemporânea: ao identificar no questionamento das hierarquias de gênero um risco à reprodução do poder em seu nível mais elementar, forças antagônicas reorganizam sua ofensiva moral como estratégia para restaurar e reforçar a matriz patriarcal que sustenta as demais formas de desigualdade (Segato, 2020).

Assim, a contraofensiva na região tem características neoliberal, moral, econômica, religiosa e militar e não apenas antecede cronologicamente a eleição de Javier Milei, mas contribui para a conformação do terreno político e social que tornou possível sua vitória eleitoral.

Como detalhado por Verónica Gago (2019), a contraofensiva é neoliberal ao tentar neutralizar as críticas dos feminismos ao capitalismo, acusando-os de serem projetos liberais ou uma "ideologia de gênero" que desestabiliza a ordem econômica. Portanto, é necessariamente também econômica, e explora a crise de reprodução social (incluindo o aumento da pobreza, da dívida e da precarização das condições de vida, detalhados no capítulo anterior) para reforçar a ideia de que a sobrevivência depende da manutenção de arranjos familiares patriarcais e da responsabilização

---

otros son defectivos". É isso que torna possível "o Homem" (em maiúscula) da modernidade se tornar a encarnação de todo discurso e prática que se pretenda como política (Segato, 2023).

[136] Tradução livre, no original: "[…] la cuestión de género es la piedra angular y eje de gravedad del edificio de todos los poderes." (Segato, 2020, p. 13).

individual, ao mesmo tempo em que privatiza ou restringe serviços públicos essenciais.

O caráter moral dessa contraofensiva se percebe na defesa de uma ordem familiar tradicional e valores patriarcais como “solução” à crise, associando os feminismos a uma ameaça à moralidade social cristã e à estabilidade familiar. Esta moral é também religiosa. Como já detalhado, há uma articulação de instituições religiosas que enquadram a promoção dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+ como uma ameaça aos valores naturais e divinos, propondo, em contrapartida, a substituição da solidariedade social por uma tutela moral e espiritual (Gago, 2019).

Por fim, a contraofensiva é militar diante do uso crescente de violência estatal e paraestatal – incluindo assassinatos de lideranças sociais e populações marginalizadas e criminalização de protestos – para disciplinar e conter movimentos sociais que desafiam a ordem estabelecida (Gago, 2019).

Nesses termos, as reações antigênero deram origem a um movimento social neoconservador de caráter transnacional. Em toda a região observa-se que atores que anteriormente não se viam impelidos à organização e à mobilização – possivelmente porque seus valores estavam incorporados aos significados, instituições, práticas, políticas e marcos legais –, passaram a se articular de forma ativa em resposta aos avanços promovidos pelos movimentos de mulheres e LGBTQIA+ (Pousadela, 2023a).

Nesse processo, as mobilizações antigênero deixaram de se restringir ao campo social e passaram a se traduzir em orientações governamentais de viés antiliberal e antidemocrático, sustentadas por governos eleitos com amplo apoio popular, nos quais o conservadorismo moral se combina com agendas econômicas ultraliberais (Biroli, 2019). Na Argentina isso foi perceptível pelo crescimento do movimento “celeste” (azul-claro), que se construiu em oposição à maré verde (Pousadela, 2023a).

Um exemplo da convergência entre neoliberalismo e neoconservadorismo no caso argentino é a criação do “Ministerio de Capital Humano” (“Ministério de Capital Humano”) que uniu os anteriores ministérios do Trabalho, da Educação, do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Cultura. A condução deste Ministério por Sandra Pettovello, graduada em Ciências da Família por uma universidade ligada à Opus Dei, evidencia a articulação entre racionalidade de mercado, redução do papel

do Estado e reforço de hierarquias sociais como as raciais, de gênero e de classe (Gago, 2025). Ao mesmo tempo em que a Ministra eliminou diversas políticas públicas sociais, como o orçamento para os *Comedores Populares*, também promoveu ações de perseguição contra pessoas que recebem benefícios sociais, atacando especialmente as mães que participam de protestos com filhos(as) (Gago, 2025). Dentre as mudanças substanciais realizadas pela ministra Pettovello ocorreu a aproximação com instituições religiosas e organizações conservadoras, "[...] uma das quais é conhecida pela declaração de seu presidente de que 'uma mulher deve fazer um esforço para oferecer ao homem tanto sua virgindade física quanto sua virgindade moral'."[137] (Gago, 2025, p. 24).

Essa convergência entre neoconservadorismo e neoliberalismo é também marcada por uma aproximação com o "libertarianismo", sintetizado na frase repetida inúmeras vezes pelo presidente e seus apoiadores: "¡Viva la libertad, carajo!" ("Viva a liberdade, caralho!"), que deu origem à sigla VLLC. Tal formulação está em sintonia com o que Brown (2019) caracteriza como um liberalismo contemporâneo que rejeita o reconhecimento dos poderes estruturais de dominação e interpreta iniciativas voltadas à promoção de ambientes equitativos e inclusivos como interferências indevidas no funcionamento supostamente espontâneo do mercado e da moral.

No contexto argentino, essa dinâmica manifestou-se de forma particularmente agressiva nos discursos e nas políticas da direita radical, que passou a concentrar no próprio Estado, na sua existência, a responsabilidade pelos problemas sociais. Nessa lógica, direitos anteriormente apresentados como universais passaram a ser reinterpretados como benefícios indevidos de uma minoria, enquanto as lideranças trabalhistas que os defenderam foram enquadradas como parte da "casta" (Aiziczon; Benclowicz, 2026). O sentido anti-privilégios de uma das *consignas* centrais das lutas populares de 2001, reapropriado por Milei (o "que se vayan todos"), assume agora a forma de um igualitarismo negativo, no qual os direitos trabalhistas passam a ser percebidos como fonte de desigualdade e injustiça. Sua correção, nesse enquadramento, não se dá pela ampliação do acesso a direitos, mas por sua supressão (Aiziczon; Benclowicz, 2026).

Essa racionalidade se sustenta na premissa de que o poder se reduz à coerção direta e da liberdade entendida como ausência de leis e de obrigações. Ainda que o

[137] Tradução livre, no original: "[...] one of which is known for its president's statement that 'A woman must make an effort to offer man both her physical and her moral virginity'." (Gago, 2025, p. 24).

livro de Brown seja anterior ao governo Milei, suas análises mostram-se coerentes com este contexto ao afirmar que:

> Essa liberdade não supera simplesmente outros princípios políticos; ela é tudo que existe. Por outro lado, a liberdade, arrancada do social, não se torna apenas ilimitada, mas exercida legitimamente sem preocupação com o contexto ou as consequências sociais, sem restrição, civilidade ou cuidado com a sociedade como um todo ou com os indivíduos dentro dela. Quando a alegação de que 'a sociedade não existe' se torna senso comum, ela torna invisíveis as normas e desigualdades sociais geradas pelos legados da escravidão, do colonialismo e do patriarcado. (Brown, 2019, p. 54-55)

É a partir desses elementos que Gago (2025) considera o governo Milei como um ensaio prático de um novo neoliberalismo que denomina como "neoliberalismo de pilhagem" ("plunder neoliberalism"). Com este conceito, ela sintetiza algumas das características principais do regime que inclui: (1) o acentuamento do extrativismo neoliberal que se acelera sob os territórios, dividindo-os conforme os recursos naturais do local e; (2) um modo de governar via finanças, ao infiltrar a reprodução social com dispositivos financeiros, como a dívida, conforme detalhado no capítulo anterior.

Assim, a autora (Gago, 2025) entende que o conceito de neoliberalismo de pilhagem possibilita compreender a guerra estratégica dirigida à reprodução social como uma forma contemporânea de contrainsurgência, a partir da qual se instaura um novo patamar de políticas de austeridade, extrativismo e desapropriação, viabilizado pela intensificação da criminalização do conflito social. A autora retoma seu conceito anterior de "neoliberalismo desde baixo" que ajuda a entender como em contextos de retração do Estado, o cálculo econômico passa a operar como condição de sobrevivência, deslocando responsabilidades para os empreendimentos populares, cuja "pragmática vitalista" se expressa na mobilização de estratégias diversas de sobrevivência (Gago, 2014), conforme detalhado no Capítulo 3.

Nesses termos, na América Latina a crítica ao neoliberalismo precisa ser realizada a partir da dominação e expropriação das experiências das revoltas do início do século XXI em consonância com o fato de que o neoliberalismo na região além de violento desde seu surgimento, foi criado como uma resposta às lutas revolucionárias (Gago, 2025). Assim, trata-se de entender o neoliberalismo como um regime de existência social e um imperativo político que se construiu na região por meio de ações repressivas estatais e paraestatais dirigidas contra insurgências populares e armadas e consolidado por meio de regimes ditatoriais (Gago, 2025).

Isso ajuda a explicar por que uma parte significativa dos governos que emergem na região a partir da década de 2010 apresenta algum grau de continuidade com as ditaduras anteriores. Essa continuidade se manifesta seja pela presença de militares em seus quadros, pelo elogio explícito aos regimes autoritários ou pela negação das violências e violações de direitos humanos perpetradas por esses governos.

Nesse contexto, o reforço da ordem hierárquica das estruturas de gênero contribui para a hiperexploração capitalista e para a intensificação da sobrecarga de trabalho, incluindo os trabalhos de cuidado e comunitários, tornando-se funcional às racionalidades neoliberais. Assim, os feminismos, ainda que não exclusivamente, são enquadrados como inimigos cuja influência social e política deve ser neutralizada ou eliminada. É nesse ponto que a análise se aproxima do conceito de fascismo, na medida em que, ao buscar estabilizar a crise de legitimidade política do neoliberalismo, esse projeto passa a eleger adversários internos que precisam ser eliminados.

Nos termos propostos por Gago (2019), esse fascismo opera por meio da produção de um inimigo interno, identificado justamente entre aqueles que historicamente foram tratados como corpos estranhos ou ilegítimos no espaço público da política. Trata-se de um cenário no qual predomina uma leitura reativa à potência política dos feminismos e das lutas antirracistas e antineoliberais, que, ao confrontarem as bases patriarcais da ordem social, passam a ser percebidas como ameaças a serem neutralizadas (Gago, 2019).

O presidente Milei em seu discurso no Fórum Econômico de Davos em 2025, negou a crise climática, disse ser necessário “defender o Ocidente” e afirmou que o “feminismo radical” distorce o conceito de igualdade e busca garantir privilégios, citando como exemplo o conceito e tipo penal de feminicídio e definindo o direito ao aborto como uma “agenda sanguinária e assassina” (Milei, 2025). Além disso, associou diretamente a população LGBTQIA+ e a “ideologia de gênero” ao abuso infantil e a pedofilia (Milei, 2025). Abordarei as reações a esse discurso na seção seguinte. O que aqui pretendo destacar é como esse discurso torna explícito que para o governo Milei o movimento feminista e outros movimentos sociais, são os principais inimigos públicos que ele pretende “erradicar” (Gago, 2025).

Há, aqui, uma aproximação com a forma como Rita Segato (2012, 2020) compreende a crueldade. Para a autora, a crueldade integra um processo de longa

duração que articula colonialismo/colonialidade, patriarcado e capitalismo, operando como um mecanismo de reprodução das desigualdades ao converter a violência em algo cotidiano e socialmente tolerável. Nesse sentido, a crueldade pode ser entendida como uma tecnologia de poder e uma pedagogia social, que atua como um dispositivo capaz de ensinar, de modo reiterado e exemplar, quais vidas são consideradas descartáveis, quais corpos podem ser violados e quais sujeitos são posicionados de forma subordinada na hierarquia social (Segato, 2012; 2020).

No governo Milei, essa pedagogia da crueldade manifesta-se por meio da reiterada violência verbal, política, econômica e simbólica, especialmente nas redes sociais, dirigida contra mulheres, pessoas LGBTQIA+ e mobilizada a partir de um racismo que é fundacional do próprio Estado-nação (Gago, 2025). Gago (2025) caracteriza esse overno a partir da noção de política da crueldade, que se reflete no modo como a política institucional passou a prescindir, de maneira consciente e até celebratória, de quaisquer mecanismos de negociação, contenção ou adiamento da violência. Assim, a crueldade não apenas se manifesta, mas se reinstala como princípio de ação. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que essa política parece decretar o colapso das mediações tradicionais destinadas a manter a violência sob controle, ela acaba por engendrar um novo modo de fazer política (Gago, 2025).

A política da crueldade aposta em uma forma de governo que prescinde do próprio ato de governar, entendido como a prática de mediações capazes de dirimir e administrar a violência. Em seu lugar, recorre à violência direta e espetacularizada como estratégia central de poder, operando por meio da exposição reiterada da agressão e da humilhação, com o efeito de produzir insensibilização social e naturalizar a violência como linguagem legítima da ação política (Gago, 2025).

Um exemplo emblemático disso no Governo Milei foi a Resolução 943/2023 do “Ministerio de Seguridad”, intitulada como “Protocolo para el mantenimiento del orden público ante al corte de vías de circulación” (“Protocolo para a manutenção da ordem pública diante do bloqueio de vias de circulação”), que ficou conhecido como Protocolo *Antipiquete*. Publicado dia 15/12/2023, poucos dias após a posse de Milei, definiu que as forças policiais e de segurança federais passaram a poder intervir diante de qualquer impedimento ao trânsito de pessoas ou veículos, incluindo cortes parciais ou totais de vias, alegando ser um modo de manter a ordem pública. Essa intervenção policial independe de ordem judicial e abrange situações em que a circulação fica

dificultada ou obstruída, inclusive com a colocação de obstáculos, que restrinjam o fluxo normal de tráfego.

De acordo com a organização Human Rights Watch (2025), a aplicação do Protocolo *Antipiquete* tem sido utilizada para respaldar o uso desproporcional e indiscriminado da força pelas forças de segurança, inclusive contra manifestantes que não representavam ameaça, como pessoas idosas e jornalistas. O Protocolo autoriza intervenções policiais mesmo na ausência de situações de perigo, o que facilita práticas abusivas, como o disparo irregular de gás lacrimogêneo e o uso de canhões de água de alta pressão. Além disso, ao eliminar salvaguardas legais anteriores, contribuiu para a normalização de respostas repressivas incompatíveis com padrões internacionais de direitos humanos (Human Rights Watch, 2025).

É importante ressaltar que esses dois elementos – o uso da violência na política e a criação de antagonistas internos – não constituem uma novidade do período recente. Conforme detalhado por Marina Franco (2025), ambos estiveram presentes na política argentina ao longo do século XX, até 1983. A violência dirigida aos setores mais pobres e desprotegidos, cuja expressão mais brutal se manifestou nas formas oligárquicas de dominação da primeira metade do século XX, nunca foi eliminada, embora tenha sido parcialmente amortecida e encoberta pelas políticas de integração social das décadas posteriores, com exceção das populações indígenas, que permaneceram submetidas de forma contínua a múltiplas violências, independentemente das orientações políticas dos governos. Ao mesmo tempo, a violência estatal baseada na premissa da destruição do “outro” estruturou as políticas de “combate ao comunismo”, permitindo a construção de inimigos difusos concebidos como ameaças a serem eliminadas, elemento central para os próprios atos de terrorismo de Estado até 1983. Portanto, tanto a violência quanto a construção de inimigos internos possuem uma história no país anterior à transição democrática e ao avanço global da extrema-direita. A novidade reside em sua reutilização de modo explícito no período posterior à transição democrática de 1983 (Franco, 2025) .

Ainda que a crueldade não seja algo novo, como detalhado em diversos casos por Segato (2012, 2020), no atual cenário a extrema direita capitaliza e estimula esse impulso de crueldade em distintos países. Quando esta última é convertida em prática política, manifesta-se um componente de satisfação vinculado ao uso explícito da violência, sustentado por encenações reiteradas que visam normalizá-la e insensibilizar a sociedade (Gago, 2025). Nessa tríade de produção de prazer,

dessensibilização e ancoragem em elementos e estruturas históricas (como o racismo e o patriarcado) se compreende melhor a crueldade tanto na atuação governamental quanto em seus desdobramentos e efeitos no tecido social (Gago, 2025).

> Isso nos leva a uma das características particulares de Milei como líder da extrema-direita: ele não é um nacionalista tradicional. Milei é um membro do setor financeiro, com estreitas conexões com fundos de investimento, e um defensor da institucionalidade global do capital concentrado e dos poderes imperiais. Milei celebra os detentores do capital como heróis, depois de promover a lavagem de dinheiro, a fuga de capitais e a evasão fiscal. Ele representa uma extrema direita em uma situação de "colonialismo interno" extremo.[138] (Gago, 2025, p. 28)

A eleição e o governo de Milei demonstram que a desdemocratização não depende do colapso prévio da democracia e pode avançar justamente em contextos nos quais a democracia se encontrava em disputa, com seus sentidos, limites e promessas sendo contestados. Essa reconfiguração corrói os arranjos institucionais voltados à proteção dos direitos humanos, favorece a expansão de respostas militarizadas e compromete a continuidade de políticas orientadas à promoção da igualdade e ao fortalecimento político de mulheres, populações negras e povos indígenas, o que aprofunda as condições de vulnerabilidade desses grupos (Biroli, 2019)

Para Gago (2025) a atual implementação do neoliberalismo na Argentina se caracterizaria então pela velocidade e pela intensidade da violência com que se impõe como forma de governo, sustentado diretamente pelo poder do capital altamente concentrado e por uma racionalidade destrutiva vinculada à reconfiguração de lógicas extrativistas e de guerra do capitalismo. Nesse cenário, torna-se explícita a correlação entre neoliberalismo, neoconservadorismo, violência e desdemocratização, tendo as relações de gênero como um de seus eixos estruturantes.

Um exemplo dessa dinâmica é denomina por Gago (2025) como "fascistização da reprodução social": uma forma política que permite ao poder do capital avançar por meio da redução dos investimentos na reprodução social, em oposição à sua politização feminista, *queer*, migrante e popular. Ao mesmo tempo em que intensifica

---

[138] Tradução livre, no original: "This brings us to one of Milei's particular qualities as an ultra-right leader: he is not a traditional nationalist. Milei is a member of the financial sector with close connections to investment funds and a defender of the global institutionality of concentrated capital and imperial powers. Milei celebrates the holders of capital as heroes after promoting money laundering, capital flight and tax evasion. He represents an extreme right-wing in a situation of extreme 'internal colonialism'." (Gago, 2025, p. 28).

modos violentos de gestão da reprodução, por meio da violência financeira, direcionada especialmente às mulheres, à população LGBTQIA+ e às pessoas migrantes, como expressão de uma forma contemporânea de guerra[139].

É a partir desses elementos que o caráter antifeminista do governo Milei deve ser compreendido, não como um fenômeno isolado, mas como parte constitutiva de um processo mais amplo de desdemocratização, marcado pela convergência entre a reatualização do neoliberalismo, do neoconservadorismo e da normalização da violência como técnica de governo. Ainda que esse novo momento seja alimentado pela percepção do esgotamento da experiência política iniciada no pós-ditadura e por transformações recentes associadas à chamada "onda reacionária" em escala global, ele também se apoia e encontra ressonância em práticas, discursos e formas de sociabilidade profundamente enraizadas na vida social argentina, conferindo-lhe especificidades próprias no contexto nacional (Franco, 2025).

Portanto, sem ignorar as especificidades do governo Milei, é importante reforçar a centralidade das questões de gênero nesse processo, evidenciando como a reprodução social, suas formas de politização e as sujeitas que a sustentam tornaram-se alvos privilegiados de uma lógica que combina ajuste permanente, violência financeira e dispositivos de guerra voltados contra a organização coletiva (Gago, 2025). É também nesse contexto que se reconfiguram as condições de possibilidade da ação política e da mobilização feminista.

Na seção seguinte priorizo as ações feministas a partir do NUM diante dessa ofensiva, analisando suas estratégias, disputas e rearticulações no período. Para isso, recorro à observação participante que, dentre outras coisas, tornou possível identificar o aumento dos elementos bélicos dirigidos aos protestos sociais entre 2024 e 2025.

5.2 "Unir las luchas": rearticulações do Ni Una Menos frente à extrema direita

Nesta seção, analiso as rearticulações do NUM no ciclo político inaugurado pela posse de Javier Milei e, portanto, no contexto do avanço da extrema direita na Argentina. Tomo como foco prioritário os conteúdos e as formas de organização,

[139] Nos termos como apresentado pela própria autora: "The category of war, already used by feminisms to account for new coordinates of violence, becomes more strategic than ever. The war against the conditions of reproduction of the population, and the war against the conditions of reproduction of struggles, are articulated with war as the global stage, to which the ultra-right can appeal to polarise local scenarios when social protest is on the rise. Militarisation is the highest stage of financial warfare." (Gago, 2025, p. 31)

mobilização e intervenção política do Coletivo. Parto da compreensão de que o contexto inaugurado pelo governo Milei impôs novas condições às disputas políticas, marcadas pela intensificação da repressão, pelo desmonte de políticas públicas e pelo esforço de deslegitimação das pautas feministas.

A seção está dividida em duas partes. Em ambas, recorro sobretudo ao material empírico coletado por meio de observação participante realizada em 2024 e 2025, em Buenos Aires, conforme detalhado na Introdução. De modo semelhante aos capítulos anteriores, também utilizo entrevistas e a análise de conteúdo dos documentos produzidos pelo NUM nesse período. Na primeira parte, analiso a organização do primeiro 3J sob o governo Milei; na segunda, aprofundo a análise das reconfigurações das ações e intervenções do Coletivo ao longo desse ciclo político.

5.2.1 3J de 2024: práticas asamblearias e a reunificação das mobilizações

Em maio de 2024 viajei para Buenos Aires com o propósito de realizar a observação participante das assembleias e da manifestação convocadas pelo NUM para organização do 3J. A primeira assembleia que fui ocorreu dia 15/05/2024, no prédio da Asociación Trabajadores del Estado (ATE – Associação Trabalhadores do Estado), localizado na região central de Buenos Aires. Fiquei sabendo da assembleia pela divulgação feita na página do Instagram do NUM. No dia 12/05/2024, postaram uma imagem com o fundo de uma bandeira LGBTQIA+, na qual dizia: “Asamblea transfeministas. Nos organizamos hacia el 3J” (“Assembleia transfeminista. Nos organizamos rumo ao 3J.”).

Assim, no dia 15/05/24, cheguei com facilidade no local da assembleia. Não tinha nenhum controle especial para acessar o auditório. Na verdade, eu vi duas ou três mulheres entrando no prédio indicado como lugar da assembleia e as segui. Cumprimentei um senhor que estava na portaria e em seguida vi o auditório, que reconheci pelas fotos das minhas buscas prévias online.

A convocatória era para iniciar às 18h, mas esperaram cerca de 20 minutos para que mais “*compas*”[140] pudessem chegar. E de fato o auditório foi pouco a pouco ficando cheio. Aproximadamente 100 pessoas estiveram na assembleia. Com poucas

[140] “*Compas*” é uma abreviatura informal de companheiras(es)(os), amplamente utilizada na Argentina em contextos militantes e de movimentos sociais, como forma de tratamento horizontal que expressa pertencimento coletivo e solidariedade política. Utilizo essa expressão porque foi empregada pelas participantes da assembleia.

exceções, ao menos a partir de um olhar externo, o público era majoritariamente de mulheres (cis, trans, LBTQIA+), com idades, ocupações e pertencimentos bastante variados. Conforme se percebe na fotografia abaixo.

Figura 5: Assembleia do Ni Una Menos em Buenos Aires, 15 de maio de 2024.



Fonte: Arquivo pessoal.

Um dos motivos de meu interesse em acompanhar as assembleias vinha da curiosidade de saber como elas transcorrem na prática, dada a relevância desse repertório para os movimentos sociais argentinos no geral e os feminismos em especial. Por isso, foi importante para entender a dinâmica de funcionamento das assembleias quando logo no início informaram que ela ia se organizar por meio de falas de até três minutos, sendo que qualquer pessoa poderia se manifestar, bastando incluir seu nome na lista de oradoras(es). A dinâmica não é objeto de discussão e a maioria das presentes parecia bastante familiarizada com essa sistemática.

São duas mulheres que organizam esse funcionamento, anotando os nomes, chamando as oradoras e avisando que já esgotaram o tempo; foram as mesmas que deram as boas-vindas ao espaço no início da noite. Somente no ano seguinte entendi que estas pessoas que “assessoram” o funcionamento da assembleia costumam pertencer a organização do local no qual ela está ocorrendo, neste caso, da ATE.

Elas passam a palavra inicialmente para Luci Cavallero[141] quem reforça a importância desse espaço *asambleario* como modo de potencializar as lutas sociais em diferentes lugares e de distintos modos, citando alguns dos diversos coletivos e organizações presentes naquela noite.

Ela menciona desde o início o triplo lesbocídio ocorrido em Barracas, como ficou conhecido o caso no qual um vizinho, que já havia ameaçado dois casais de lésbicas, atirou dois coquetéis molotovs a noite e as atacou para que não conseguissem fugir do quarto onde dormiam, no bairro de Barracas, no dia 05 de maio de 2024. Isso resultou na morte de três delas: Mercedes Roxana Figuroa, Andrea Amarante e Pamela Cobbas, e em ferimentos severos a Sofia Castro Riglos. Em declaração à imprensa, o porta-voz presidencial Manuel Adorni evitou caracterizar o ataque como crime de ódio, enquanto Milei recorreu às redes sociais para minimizar as críticas tanto à não classificação do caso nesses termos quanto ao seu próprio discurso contrário aos direitos de pessoas LGBTQIA+ (Dorobantu, 2024).

Também em seu discurso de abertura da assembleia, Cavallero menciona o Governo de Javier Milei, enquanto um governo fascista que promove e legitima discursos de ódio e que tem implementado políticas que pioram as condições de vida da população. E fala da dificuldade de "romper o cerco midiático", para que se noticie nas mídias essas violências.

A partir daí inicia-se a dinâmica dos três minutos que dura a maior parte da noite. A primeira pessoa a falar foi uma mãe de vítima de feminicídio. A segunda pertencia a uma pastoral evangélica e valorizou a importância da assembleia. Também propôs realizar uma oração inicial, como uma benção para o início dos trabalhos. Isso gerou respostas sobrepostas de acordos e desacordos. Por fim, prevaleceu o pedido de que ela não fizesse a oração dada a diversidade religiosa presente, bem como, de pessoas não-religiosas; entendendo que essa não seria uma prática adequada nesse espaço.

A terceira a falar foi uma representante do Coletivo de Barracas. Ela estava visivelmente emocionada e ressaltou a importância que se nomeie o que aconteceu

[141] No geral, tenho adotado um cuidado de não identificar as pessoas envolvidas com o movimento em razão da crescente e constante violência contra militantes de movimentos sociais no país e na região. Contudo, faço duas exceções a essa regra por se tratar de figuras que atuam no NUM e são públicas, cujos nomes estão disponíveis em diversos materiais acadêmicos e não acadêmicos sobre o Coletivo, quais sejam: Luci Cavallero e Verónica Gago. Entendendo que nomeá-las nessa tese não amplia suas condições de risco e permite reconhecer a autoria de suas participações.

como tendo sido um triplo lesbocídio. Na sua fala, deixa expresso que elas foram mortas por serem lésbicas. Antes disso, pediu que a assembleia fizesse um minuto de silêncio em respeito às vítimas. O auditório ficou em total silêncio, muitas participantes chorando, todas de pé.

Em seguida, a oradora continua destacando que o crime ocorreu em um contexto de múltiplas violências, que incluiu a institucional, dada a ausência de políticas públicas de habitação, e pelo endividamento que coloca as pessoas em situação de rua e impacta de modo diferenciado mulheres lésbicas, e aquelas pertencentes a comunidade LBTQIA+ como um todo. Ela apresenta uma reivindicação para que não haja "nenhuma pessoa a menos"; que se construam políticas públicas de moradia adequada; além de um pedido de julgamento político de Javier Milei por esse crime de ódio, entendido como alinhado com seus discursos. Outra oradora menciona como esse triplo lesbocídio é uma violência também de caráter disciplinador e a importância de que se coloque todas as formas de violência em evidência.

O tema abordado em seguida foi a perseguição às trabalhadoras da economia popular, em especial, dos *Comedores Populares*. Ali elas informaram que o Governo de Milei iniciou um suposto processo de investigação sobre corrupção nos *Comedores*. Isso tem sido feito por meio de perseguições às trabalhadoras e com o corte total do envio de verbas ou alimentos. Este foi um tema recorrente ao longo dessa e das demais assembleias. Parece haver um entendimento compartilhado da importância dos *Comedores* e de outros espaços semelhantes nos bairros, não apenas como modo de dirimir a fome e o aumento da desigualdade, mas também por ser um espaço de organização coletiva majoritariamente liderado por mulheres e/ou pessoas LBTQIA+. Considero que isso foi bem sintetizado pela entrevistada Milagros, quando afirmou:

> Eu sempre digo que não há melhores ministras da economia do que minhas companheiras, que todos os dias se organizam para oferecer um prato de comida àqueles que hoje, por culpa do miserável do Milei, não têm o que comer. Digo isso porque não estamos apenas buscando colocar um pacote de macarrão numa panela, já que milhares e milhares de famílias se somam diariamente a esses espaços socio-comunitários. Nós militamos muito – é uma organização popular – e essa militância nos bairros envolve o acompanhamento de situações de violência, de consumo problemático [de drogas], de violência institucional, de abuso sexual infantil e de muitas outras violências

> vividas cotidianamente, inclusive a violência urbana.[142] (Milagros, Rosário, Mujeres Evita)

Torna-se coerente, portanto, a ofensiva simbólica de desmoralização dirigida às pessoas que atuam nos *comedores*, assim como as medidas que visam ao seu desfinanciamento e desmantelamento, uma vez que esses espaços são percebidos como pilares materiais e simbólicos, das formas de mobilização coletiva que o governo atual busca neutralizar (Aiziczon; Benclowicz, 2026).

Além da defesa dos espaços socio-comunitários como os *Comedores*, se falou sobre a importância de defender o direito ao aborto legal, gratuito e público nesse momento político do país. O governo Milei apoiou e legitimou discursos e iniciativas legislativas voltadas a questionar ou revogar a própria Lei de IVG, incluindo a apresentação de um projeto para modificar o Código Penal e restringir as condições de acesso ao aborto legal, ainda que posteriormente desautorizado pelo presidente (Aguilera-Lobo; Fontaniello, 2025). Essas investidas se somam às tentativas de esvaziamento material da política pública, marcado por cortes orçamentários nas áreas de saúde sexual e reprodutiva, que afetaram diretamente a implementação da Lei de IVG. Conforme analisado por Aguilera-Lobo e Fontaniello (2025), a redução de recursos comprometeu a compra e a distribuição de insumos essenciais, como medicamentos e materiais necessários para a realização de abortos seguros no sistema público, e enfraqueceu os dispositivos institucionais responsáveis pela garantia desse direito. Um contexto no qual se soma a crescente atuação de setores conservadores e por resistências no interior do próprio campo sanitário, que passaram a criar entraves administrativos e morais à oferta dos serviços, produzindo incertezas quanto à continuidade e à efetividade das políticas de saúde reprodutiva conquistadas nos anos anteriores.

Esses temas foram abordados por uma representante da Campanha durante a assembleia, que também convidou para uma mobilização no dia 28 de maio pelo Dia

---

[142] No original: “Yo siempre digo que no hay mejores ministras de economía que mis compañeras que todos los días se organizan para brindar un plato de comida a quienes hoy, por el miserable de Milei, no tienen para comer. Digo eso porque no solamente estamos buscando cómo poner un paquete de fideos a una olla, porque miles y miles de familias cada día se suman a esos espacios socio-comunitarios. Nosotros y nosotras militamos mucho – es una organización popular – y entonces militamos mucho en nuestros barrios, que tiene que ver con que alrededor de esa olla se acompaña en situaciones de violencia, se acompaña a situaciones de consumo problemático [de drogas], de violencia institucional, de abuso sexual infantil y un montón de violencias que vivimos a diario, la violencia urbana inclusive.” (Milagros, Rosário, Mujeres Evita).

Internacional de Ação pela Saúde da Mulher, na Praça de Maio. Ao longo da noite, há menção às ações da extrema-direita contra a suposta “ideologia de gênero” e contra o uso da linguagem inclusiva[143].

Diversas outras falas se sucedem, muitas delas retomando pontos já abordados, sobretudo o triplo lesbocídio de Barracas e as críticas ao governo Milei. Uma das oradoras insere o governo Milei em um histórico patriarcal mais amplo, que inclusive teria possibilitado sua ascensão ao poder. Nesse sentido, destaca a articulação entre o crime de ódio contra Roxana, Andrea, Pamela e Sofia e os discursos de ódio governamentais, afastando a ideia de um episódio isolado, mencionando também práticas associadas a métodos da ditadura, como a ida noturna à casa de trabalhadoras dos *Comedores*.

A Lei de Bases aparece diversas vezes. Denunciam como essa Lei, dentre outras coisas, fechará institutos de combate às violências raciais, LGBTQIA+, ataca o direito à aposentadoria, especialmente das mulheres, potencializa a criminalização dos movimentos sociais e dos protestos. A Lei de Bases é uma reforma econômica proposta pelo governo Milei que, naquele momento, estava prestes a ser votada no Senado. A reforma previa a declaração de “estado de emergência pública” por um ano, abrangendo diversas áreas, como a econômica, a administrativa e a energética. Previa muitas demissões de servidoras(es) públicas(os), privatizações e redução de gastos com políticas sociais.

As falas duraram mais de duas horas e foram muitas. Jovens do movimento estudantil, funcionárias públicas, sindicalistas, mães de vítimas de feminicídios, pessoas LBTQIA+, trabalhadoras dos *Comedores Populares* e de outros espaços socio-comunitários, participantes de organizações de defesa e denúncia de casos de abuso infantil, membras da Campanha, dentre outras. Alguém mencionou que “a assembleia começou nos atravessando o coração” e esse parece ser o sentimento que perdurou durante toda a noite.

Ao final, Luci Cavallero faz uma síntese desses pontos e combina a próxima assembleia. Também pedem que quem está presente se junte para uma foto, que se

[143] A linguagem inclusiva, que vinha sendo utilizada na administração pública, passou a ser alvo de ofensivas do governo Milei com medidas para restringir seu uso e eliminar referências à perspectiva de gênero nos órgãos estatais, conforme analisado por (Aguilera-Lobo e Fontaniello, 2025). As autoras demonstram como essas iniciativas foram justificadas por meio de discursos que associam a linguagem inclusiva à doutrinação ideológica, à chamada “agenda de gênero” e ao chamado “marxismo cultural”, apresentados como elementos a serem combatidos pelo Estado.

torna mais um registro da primeira assembleia para o 3J de 2024 e que posteriormente será incluída na rede social do Coletivo.

Busquei narrar a assembleia agrupando as temáticas, no entanto, ao longo da noite, esses temas emergiram de forma entrelaçada, sendo frequente que uma mesma pessoa articulasse em sua fala diferentes questões. Essa é uma característica comum a todas as assembleias que acompanhei.

O chamado para a 2ª assembleia de preparação para o 3J também foi divulgado na página do Instagram do NUM. A imagem usa de fundo uma foto da primeira assembleia, com um filtro com as cores da bandeira LGBTQIA+ e tem quase o mesmo texto que a anterior. A legenda, contudo, já apresentou alguns dos pontos centrais que foram discutidos na primeira assembleia.

Quando cheguei às 18h no dia 22/05/24 ao mesmo auditório, percebo que parece ter o mesmo número de pessoas que tinha nesse mesmo horário na semana anterior. A maior parte delas chegam acompanhadas, algumas em pequenos grupos. Para muitas parece um ponto de encontro ou reencontro, com abraços, risadas e mate. Antes do início – naquilo que passei a entender que era uma prática comum de "atraso" – algumas participantes aproveitam para tirar fotos do grupo ou de diferentes espaços do prédio. Na entrada do local há uma pintura de Eva Perón, quem dá nome ao auditório, e observo que algumas pessoas tiram foto ali.

A assembleia começa 20 minutos depois do horário divulgado e Verónica Gago faz uma breve fala de abertura. Inicia com o anúncio da "queda" do "pacto de maio" do Governo Milei, que gera celebrações e aplausos dentre as participantes. O que ficou conhecido como "pacto de maio" foi uma proposta de Milei para que todos os governadores e o chefe do distrito federal assinassem um pacto comum. No texto introdutório ele reproduzia simbolicamente o Preâmbulo da Constituição argentina, incorporando referências religiosas que refletiam tanto a religiosidade do presidente quanto um discurso de suposta ruptura com o *status quo*, associado ao imaginário da Revolução de Maio – motivo de Milei pretender a assinatura do documento no dia 25 de maio[144]. As diretrizes posteriormente anexadas estabeleciam compromissos de

[144] A Revolução de 25 de Maio de 1810 marcou o início do processo de ruptura política do Vice-Reino do Rio da Prata com a monarquia espanhola, a partir da destituição do vice-rei e da formação da Primeira Junta de Governo em Buenos Aires. Embora não tenha sido a independência, o episódio inaugurou um ciclo revolucionário que redefiniu a soberania política no território e abriu caminho para a declaração de independência em 1816. Por esse motivo, ao longo do tempo, o 25 de Maio se tornou um marco fundador do país, sendo institucionalizado como o Dia da Pátria.

política de Estado relacionadas à economia, incluindo reformas tributárias, fiscais e acordos de coparticipação federal, alinhados com a perspectiva neoliberal do governo Milei, ou de um “neoliberalismo de pilhagem” (Gago, 2025), e que exemplifica a articulação entre neoconservadorismo e neoliberalismo, como mencionados na seção anterior. Como o processo não tramitou a tempo no Senado, o Pacto não chegou a ser firmado.

Após as comemorações, Gago continuou fazendo uma síntese da conjuntura política nacional que incluiu a Lei de Bases e a importância de que aquela assembleia produzisse algumas definições para começar a divulgação para a manifestação do 3J.

Antes das 19h já percebo que o auditório está mais cheio que na semana anterior, com todas as cadeiras ocupadas e várias pessoas sentadas nas escadas ou em pé, ao fundo. A dinâmica de falas de até três minutos por ordem de inscrição é a mesma da semana anterior. Alguns temas também se repetem, como críticas ao Governo Milei e seus discursos e práticas de ódio, o rechaço a Lei de Bases e o triplo lesbocídio de Barracas.

Um grupo representante de uma organização de pessoas trans e travestis fala sobre a fome e a pobreza que têm levado muitas delas(es) à situação de prostituição por necessidade de sobrevivência. Além disso, destacam que não são “diversidades” ou “dissidências” e que é preciso que se nomeie as identidades trans e travestis, assim como lésbicas, bissexuais, intersexo etc. Argumentam que o que não se nomeia, se invisibiliza. Isso será reforçado em outras falas ao longo da noite.

Também observo como o falar em público provoca nervosismo na maior parte das oradoras, algo que é frequentemente verbalizado, sobretudo pelas mais jovens, embora não apenas por elas. Ao mesmo tempo em que sempre recebem gestos de solidariedade e estímulo das demais para que consigam falar. Esse aspecto aparece em outros trabalhos sobre as assembleias feministas argentinas, especialmente no que se refere à importância na construção política de mulheres nos Encontros, nos quais, ao compartilhar suas vivências, elas “aprendem a falar em público” (Tarducci, 2005). Considerando a relevância do NUM desde 2015 e o processo de massificação já analisado, é válido ressaltar que as assembleias convocadas pelo Coletivo ainda se configuram como espaços importantes de continuidade desse exercício da palavra, nos quais falar em público deixa de ser apenas um desafio individual e passa a constituir uma prática política central de reconhecimento e elaboração coletiva.

Diversas intervenções enquadram o governo Milei em um cenário internacional, destacando sua aproximação com os Estados Unidos e Israel, a centralidade conferida aos interesses de acionistas estrangeiros e a reprodução de dinâmicas associadas ao imperialismo de instituições como o FMI. Ao longo dessas falas, consolida-se a crítica de que o liberalismo defendido pelo governo “não é liberdade, mas violência”, associado à fome e à promoção do ódio, e formas concretas de violência social e política.

É perceptível que os conceitos e debates apresentados na seção anterior, provenientes das teorias feministas e das críticas ao neoliberalismo, atravessam as interpretações construídas na assembleia. Outro exemplo disso é quando uma das participantes define as propostas de ajuste econômico de Milei como um “plano de guerra” de fome, enquanto outra identifica as feministas como inimigas centrais em seu governo. Destaco ainda que essa percepção se ancora em medidas concretas que são citadas, como as demissões e os desmontes do Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidades e do Ministério da Justiça e Direitos Humanos, e os ataques direcionados às políticas de gênero, de enfrentamento à violência contra as mulheres, ao tráfico de pessoas e aos direitos da população LGBTQIA+.

Um dos relatos marcantes foi o de uma jovem que se apresentou como trabalhadora estatal, transexual e lésbica, integrante da organização H.I.J.O.S. Ela contou que em março de 2024 foi sequestrada em sua casa e torturada por cerca de 40 minutos, tendo sofrido abusos e tido sua residência destruída. Segundo seu relato, os homens responsáveis pelo ataque entoavam o slogan de Milei: “viva la libertad, carajo”; e picharam a sigla VLLC. Em razão do ocorrido, ela precisou deixar sua casa, permanecendo escondida e em situação de exílio por mais de um mês.

Ela narrou que esse episódio foi um entre outros quatro ataques dirigidos a integrantes da organização em diferentes regiões do país, e destacou que nenhum deles teve como alvo os homens cis que compõem o grupo. A participante enfatiza que tais agressões são resultado de ataques sistemáticos às políticas de memória e verdade, ressaltando que, “sem memória, não há NUM”. Ao final de sua fala, todo o auditório irrompeu em um canto conhecido da luta pela democracia, ancorado no movimento das Madres: “ole ole ole olá como a los nazis les va a passar, a donde vayan los iremos a buscar” enquanto uma senhora, que é parte da organização das Madres e que usava o lenço da Campanha no pescoço, se levantou e foi até ela abraçá-la.

Dado que, em 2023 e como já analisado, houve duas manifestações distintas em Buenos Aires no 3J, realizadas em praças diferentes, não surpreende que esse tema tenha emergido como objeto de debate nesta assembleia. Ao longo da noite algumas vezes se mencionou o local onde deveria ocorrer a manifestação. Algumas defenderam que fosse na Praça de Maio, conectando mais diretamente com o tema da memória, as Madres e Abuelas, e por ser em frente à Casa Rosada, sede do presidencial. Por outro lado, e em um olhar externo acredito que eram maioria, outras se manifestaram em defesa da Praça do Congresso, local histórico das mobilizações do NUM e de outros movimentos sociais, por ser, como o próprio nome sugere, em frente ao Congresso Nacional, portanto, sede do legislativo, argumentando também que ali era o local no qual estava tramitando a Lei de Bases.

Ao final das falas, Gago fez algumas considerações que incluíram orientações sobre a assembleia seguinte, a ser realizada na quarta-feira posterior, na qual as participantes se organizariam em comissões para definir questões como segurança, logística e a redação do documento do 3J. Além disso, indicou que parecia haver consenso de que a *consigna* principal seria o triplo lesbocídio de Barracas, o que foi seguido por muitos aplausos. Destacou que não estava apresentando uma síntese das assembleias, mas que também percebeu outros consensos, como o rechaço à Lei de Bases e à política de fome de Milei. Argumentou ainda que a manifestação ocorresse na Praça do Congresso, por ser o local no qual iria ocorrer a votação da Lei de Bases nos dias seguintes; essa proposta também foi recebida com aplausos, ainda que se percebesse no auditório a ausência de consenso. Ainda mencionou algumas frases centrais recorrentes ao longo da noite, como “não é liberdade, é violência”, “com fome e com ódio não há NUM” e “sem memória, não há NUM”.

Por fim, também resgatou as denúncias de demissões do Governo Milei, em especial as que afetam sobremaneira as pessoas trans e travestis. E incluiu entre os pontos que pareceram mais consensuados a denúncia de esvaziamento dos *Comedores Populares* e a criminalização dos movimentos sociais, em particular do movimento *piquetero*. Novamente há aplausos.

A partir daí, iniciou-se uma discussão sobre o local da manifestação e sua caracterização, isto é, se seria uma marcha, uma mobilização ou mesmo uma greve geral. Uma das participantes recordou que, nas assembleias de preparação para o 8M daquele ano, “essa mesma assembleia disse que: se se vota, não se segue”, argumentando, assim, que o fato de a maioria das falas ao longo da noite ter indicado

preferência pela Praça do Congresso não seria, por si só, motivo suficiente para deliberar nesse sentido. Há muitas falas sobrepostas e discussões, inclusive com coros em defesa da manifestação na Praça do Congresso. Após cerca de 15 minutos definiram que a manifestação seria nesse local, ficando acordado que o formato (se marcha ou mobilização) será decidido na assembleia seguinte.

Esse embate em torno do local da manifestação evidencia alguns elementos centrais das assembleias do NUM. Em primeiro lugar, tornou claro (o que percebi apenas naquele momento) que essas assembleias não recorrem ao método da votação para suas deliberações. As decisões são construídas por meio de diálogo, negociação e da busca de consensos. Em segundo lugar, permitiu perceber que as assembleias do NUM se inserem em uma dinâmica mais ampla, funcionando quase como uma continuidade de outras assembleias dos movimentos feministas e LGBTQIA+ na cidade. Isso se expressa nas recorrentes referências às assembleias de preparação para o 8M, que, a meu ver, são evocadas pelas participantes como instâncias antecessoras e, de certo modo, como parte de um mesmo processo organizativo. Retornarei a esse tema mais adiante.

A terceira assembleia ocorreu dia 29/05/24, no mesmo local que as duas anteriores, e foi a única que não identifiquei chamado público no Instagram do NUM que, desde a segunda assembleia, passou a fazer postagens convocando para o 3J.

Como de costume, chego um pouco antes do horário, mas, dessa vez, o auditório ainda está ocupado por outra atividade. Após o encerramento desta reunião anterior permanecem no espaço algumas bandeiras: uma com a inscrição “Feminismo sindical”, identificada com a ATE, outra com a bandeira trans e uma terceira com a bandeira LGBTQIA+. Pelo que converso com algumas pessoas, tratava-se de uma atividade preparatória para a participação da ATE no 3J.

Quando iniciaram a assembleia do NUM, informaram que a dinâmica seria diferente: o grupo tinha que se dividir em duas comissões, uma de logística e outra de documento. Explicaram que a comissão de logística era para definir questões relativas à organização do ato, como horários, local e questões relacionadas à segurança das(es) manifestantes. A comissão de documento era a responsável pela elaboração do texto a ser lido no ato e por definir as *consignas* do 3J de 2024.

A comissão de logística ocupou a parte externa do prédio, enquanto a comissão de documento permaneceu no auditório onde havia ocorrido as assembleias anteriores. Cada pessoa ou grupo escolheu de qual comissão desejava participar;

assim, a comissão de documento contou com aproximadamente 110 pessoas, e a de logística, com cerca de 60. A seguir, apresento algumas imagens de ambas as comissões.

Figura 6: Assembleia do Ni Una Menos (Comissão de Logística) em Buenos Aires, 29 de maio de 2024.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 7: Assembleia do Ni Una Menos (Comissão de Documento) em Buenos Aires, 29 de maio de 2024.



Fonte: Arquivo pessoal.

A comissão de documento iniciou pela leitura de um esboço, produzido pelas participantes do NUM a partir das assembleias anteriores. Em cada assembleia uma

jovem fez anotações do que estava sendo debatido e a partir disso produziram esse texto preliminar. Nele se menciona os principais pontos de consenso das assembleias como a denúncia ao triplo lesbocídio em Barracas, a necessidade de frear a Lei de Bases e o enfrentamento ao Governo de Javier Milei, seus discursos de ódio e políticas de fome. Em seguida, foi aberto o debate sobre o texto lido e sobre o melhor modo de fazer as alterações necessárias. Depois de alguma discussão, resolveram primeiro definir as *consignas* e depois ler o texto, parágrafo por parágrafo, para fazer as alterações necessárias.

Decido, então, acompanhar por um período a comissão de logística. Nela, uma jovem expressava sua preocupação com a segurança, diante do aumento do policiamento observado em protestos recentes, como no 8M. A segurança apareceu como uma inquietação compartilhada por várias participantes. Assim, as discussões na comissão de logística abordaram esse aumento da repressão policial aos protestos. Ainda que se possa considerar que as repressões contra mobilizações feministas, como as marchas realizadas ao final dos Encontros, já vinham se intensificando pelo menos desde 2019 (como discutido nos capítulos anteriores), no contexto do governo Milei esse processo adquire novos contornos com o inédito Protocolo *Antipiquete* que contribui para a produção de um clima de medo que, somado a piora da condição econômica, incide diretamente sobre as formas de organização e as possibilidades materiais de presença nos protestos.

Também ocorreu nesta comissão o debate sobre o horário mais adequado para o início da manifestação e para a leitura do documento. Para definir esses aspectos, foram consideradas diferentes variáveis, como o horário de fim da jornada de trabalho e a distância que as *compas* precisam percorrer, especialmente aquelas que vêm de bairros, e até de cidades mais distantes. Foi também nesse espaço que se discutiu algumas possibilidades de intervenções artísticas.

Quando retornei à comissão de documento, pude acompanhar como um dos pontos centrais de discussão ao longo da noite foi sobre como incluir os lesbocídios de Roxana, Andrea e Pamela, e a situação de Sofía como sobrevivente. Integrantes do Coletivo de Barracas pediram a palavra e reivindicaram que suas considerações fossem contempladas integralmente na maneira como o tema seria tratado no documento. Destacaram a importância de que os nomes das vítimas fossem explicitamente mencionados e de que o episódio fosse descrito a partir do termo “massacre”. Além disso, solicitaram que houvesse um parágrafo específico dedicado

aos lesbocídios, e não a sua diluição no primeiro parágrafo junto a outras questões, como a Lei de Bases – ainda que reconhecessem a importância desses temas.

Em determinado momento da assembleia, expressaram frustração com a forma como a inclusão do tema vinha sendo discutida. Em resposta, uma das mulheres responsáveis por organizar a dinâmica das falas desde a primeira assembleia afirmou, ao microfone, que elas estavam sendo ouvidas. Ao que uma das representantes do Coletivo de Barracas respondeu que, de fato, estavam sendo escutadas, mas apenas porque precisavam gritar, enquanto as demais se comunicavam com o microfone – que, por sua vez, não chegava com a mesma frequência às integrantes do Coletivo sentadas nas últimas fileiras do auditório. Diante disso, a organizadora subiu as escadas em silêncio e lhes entregou o microfone. Foi desse modo que se inseriu o parágrafo no documento do 3J de 2024:

> Estamos comovidas e mobilizadas pelo massacre em Barracas, pelo triplo lesbocídio. Exigimos justiça por Pamela, Roxana e Andrea, cruelmente assassinadas com duas bombas molotovs por serem lésbicas. O silêncio é cumplicidade. Exigimos de Jorge Macri e do Governo da Cidade soluções reparatórias para Sofía, sobrevivente do massacre: uma resposta habitacional adequada e um acompanhamento integral, sustentado ao longo do tempo, que lhe garantam uma perspectiva de vida digna e livre de violências. ¡NEM UMA LÉSBICA A MENOS! (Doc 3J, 2024)

Uma senhora pediu a palavra para incluir um parágrafo sobre racismo e colonialismo. Assinalou que essas identidades raramente são nomeadas, afirmando-se como migrante, “afrolesbiana”, “afrodiaspórica” e afroargentina, e destacou que muitas companheiras negras não conseguem participar das assembleias por tantos dias e horas, e de forma bem-humorada e irônica, falou do cansaço que envolve estar nesses espaços. Sua fala foi seguida por aplausos e risadas.

Ela prosseguiu enfatizando a relação entre o racismo colonial e as violências de gênero e observou que, apesar da baixa presença numérica de mulheres negras e indígenas naquele espaço, elas integram essa luta. A partir disso, propôs a adição de um parágrafo ao documento, no qual reivindicava o direito aos territórios, criticava a Lei de Bases e denunciava que o *chineo* mata comunidades afroargentinas, afrodiaspóricas e migrantes, afirmando que o racismo colonial e a fome matam e configuram políticas genocidas. A denúncia se estendia aos genocídios ocorridos na Argentina, no Haiti, na República do Congo e na Palestina, ressaltando que as principais afetadas são mulheres, crianças, pessoas racializadas e LGBTQIA+.

Ao final, ela afirmou que, caso o parágrafo fosse modificado, “esse quilombo se termina”[145], esclarecendo em seguida que quilombo é um espaço de resistência e de luta, e não de briga, embora, se necessário, a briga também pudesse ocorrer. A fala foi novamente acompanhada por aplausos e risadas. O texto proposto foi integrado ao documento.

Ocorreram longas discussões também sobre o título do documento, diante da dificuldade de conseguir produzir um título comum dados os muitos temas consensuados nas assembleias. Assim, a frase inicial do documento ficou:

> Não é liberdade, é violência patriarcal. O massacre de Barracas FOI LESBOCÍDIO. Com fome, ódio e racismo colonial não há Ni Una Menos. Abaixo a Lei Bases e o DNU. O movimento lesbo-transfeminista segue em pé de luta contra o governo Milei.” (Doc 3J, 2024).

Outro ponto de discussão foi trazido por uma jovem que questionou a forma como os “coletivos” LGBTQIA+ vinham sendo nomeados, solicitando que fossem chamados de movimentos, uma vez que se tratam de organizações amplas, construídas ao longo de anos e com presença constante nas ruas. Outra participante também resgatou falas anteriores sobre a importância de nomear essas identidades de maneira específica, e não sob um termo genérico como “diversidades”.

Ao longo da noite, reiterou-se a defesa da convocação de uma greve geral para o 3J, proposta que gerou debates intensos e, por vezes confusos, em razão das falas simultâneas. Ao final, após as 21h, a possibilidade foi descartada por falta de apoio de um dos sindicatos e pela ausência de consenso, não sendo incorporada ao documento. A decisão foi amplamente apoiada pelas participantes remanescentes, sobretudo diante da previsão de votação da Lei de Bases em 12/06/24[146] e da prioridade atribuída à concentração de esforços em uma paralisação geral nessa data. Luci Cavallero conduziu a deliberação nesse sentido, apesar da insatisfação de um

---

[145] No uso coloquial argentino, a expressão quilombo é frequentemente empregada no cotidiano para designar confusão, desordem ou conflito. No contexto da assembleia, ela foi mobilizada em alusão aos quilombos como territórios de resistência formados por populações negras escravizadas e seus descendentes na América Latina. Portanto, como metáfora de um espaço de resistência e disputa política, e não de mera desordem.

[146] A “Lei de Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos” foi aprovada pelo Senado no dia 12 de junho de 2024 em meio a protestos em frente ao Congresso, convocados contra o conjunto de reformas contidas nessa Lei. As mobilizações foram reprimidas pelas forças de segurança com gás lacrimogêneo, balas de borracha e jatos de água, resultando em confrontos, dezenas de detidos e numerosos feridos, diante do acionamento do Protocolo *Antipiquete*. Enquanto isso, o projeto foi votado resultando em um empate, cujo voto de desempate foi da vice-presidência, nesse caso, Victoria Eugenia Villarruel (Dispatch, 2024).

pequeno grupo que continuava defendendo a importância da greve no 3J. Ao sintetizar a posição, Cavallero afirmou que a organização a qual essas participantes pertenciam poderia convocar uma greve geral por conta própria, mas que essa não seria a posição assumida pelo NUM, diante da ausência de consenso nesse sentido.

Outro ponto que gerou tensão foi o pedido feito por uma mulher que se autodefiniu como kirchnerista para que fosse incluída, no documento, a tentativa de assassinato de Cristina Kirchner ocorrida no ano anterior, quando ela ainda ocupava a vice-presidência do país. A proposta tornou visíveis algumas divergências no grupo. Uma proposta conciliatória foi a inclusão de Cristina juntamente com outras mulheres que sofreram violência política de gênero, independentemente de sua filiação kirchnerista. Essa posição foi a que acabou sendo incorporada ao documento.

Foram mais de quatro horas de assembleia, marcadas por momentos de tensão e por debates em defesa de diferentes posições. Não há como abarcar a totalidade das intervenções neste texto; a síntese aqui apresentada resulta de um esforço de recorte e sistematização que busca transmitir alguns dos principais elementos discutidos ao longo da assembleia, bem como as formas como essas discussões se desenvolveram. Portanto, também é preciso registrar, que a assembleia foi marcada por inúmeros gestos de apoio, expressos em aplausos, abraços e por risadas compartilhadas. Reflexo disso é que ao final foi feita a leitura do documento na íntegra e aquelas que ainda permaneciam no auditório – menos da metade das presentes no início – encerraram a assembleia com palmas, risadas e até algumas piadas. Em um clima de celebração por conseguirem construir o texto em conjunto.

Entendo que essa comissão elaborou coletivamente, a partir da participação de ao menos algumas dezenas de movimentos e organizações ali representadas, um documento político que sintetiza o posicionamento do NUM desde uma perspectiva que se nomeia “lesbo-transfeminista” – reflexo das variações de nomenclatura e das sujeitas que compõem o movimento, conforme discutido especialmente no Capítulo 3.

Aplicando a metodologia da análise de conteúdo no documento produzido é visível como ele refletiu os temas discutidos nas assembleias. Com destaque especial para “Governo” como índice mais frequente que expressou a oposição do Coletivo ao Governo Milei, como se observa no trecho:

> O governo de Milei instaurou a crueldade e o ódio como política de Estado. A violência do governo de Milei é social, é econômica e é política. Diante disso, respondemos: seguimos nas ruas e

> mobilizadas(os)! Seguimos gritando: NI UNA MENOS, VIVAS, LIVRES E DESENDIVIDADAS NOS QUEREMOS. FORA O FMI! (Doc 3J, 2024)

É possível ver detalhadamente como os índices estão presentes no documento na tabela a seguir.

Tabela 11: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 3J de 2024.

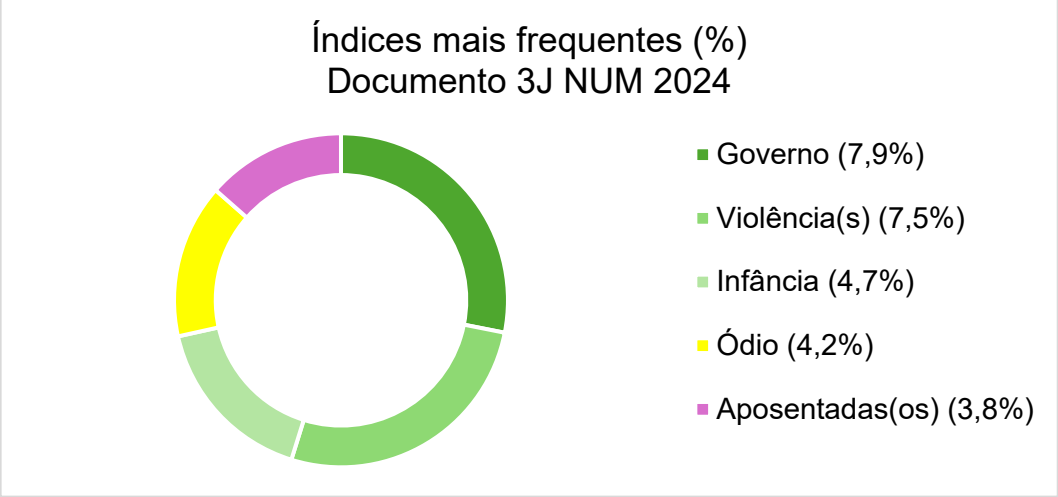
CATEG	ÍNDICES	QUANT	MODOS DE APARIÇÃO	
			DRO	Conq
A – Justiça	Estado	6	6	
A – Justiça	Direitos Humanos	1	1	
A – Justiça	Ditadura	2	2	
A – Justiça	Governo	17	17	
A – Justiça	Poder Judiciário/operadores(as) da Justiça/Justiça	6	6	
A – Justiça	Patriarcal/Patriarcado	1	1	
A – Justiça	Igreja(s)	2	2	
A – Justiça	Ministério	1	1	
A – Justiça	Orçamento	1	1	
A – Justiça	Pobreza/Pobre(s)	2	2	
A – Justiça	Protesto(s)/Protestar	2	2	
A – Justiça	Crianças/meninas(s)/Infância (s)	10	10	
A – Justiça	Violência(s)*/violenta(o)/violentamente/violentada(s)	16	16	
A – Justiça	Violência institucional	1	1	
A – Justiça	Feminicídio(s)/Femicídio(s)/Femicida	2	2	
A – Justiça	Morte(s)/Morta(s)/Assasinada(s)/Assassinato/Matar(am)/Assassino	1	1	
A – Justiça	Tráfico [enquanto tráfico de pessoas]	2	2	
A – Justiça	Prostituição [forçada]/Pessoa em situação de prostituição	1	1	
B – Saúde	Aborto(s)/Interrupção Voluntária da Gravidez	4	2	2
B – Saúde	Educação Sexual Integral (ESI)	1	1	
B – Saúde	Deficiência	3	3	
C – Economia	Violência econômica	1	1	
C – Economia	Ajuste(s)	2	2	
C – Economia	Dívida*	1	1	

C – Economia	Dívida externa	1	1	
C – Economia	Endividada/Endividamento/Endividarmos/Desendividada(s)	2	2	
C – Economia	Economia(s) popular(es)	1	1	
C – Economia	Extrativista/extrativismo	1	1	
C – Economia	Trabalho(s)	2	2	
C – Economia	Trabalhador/as(es)	6	6	
C – Economia	Cuidado(s) [enquanto função]	2	2	
C – Economia	Aposentadoria/Aposentadas(os)	8	8	
C – Economia	Prostituição [como trabalho]/ Trabalhadora(s) sexual(is)	1	1	
D – Raça e etnia	Chineo	1	1	
D – Raça e etnia	Território/terras	1	1	
D – Raça e etnia	Negra(s)/Negro(s)/Negre(s)/Afro/Afoargentina(o)(s) Afrodescente(s)/Afroamericanxs(as/es)	3	3	
D – Raça e etnia	Racismo/Racista(s)	2	2	
D – Raça e etnia	Migrante(s)/(I)migrar	1	1	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Trans/Transgénero(s)/Transexual(ais)	7	7	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesti(s)	4	4	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Intersexo	2	2	
	Lésbica(s)/Lesbo	4	4	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Mulher(es)*	6	6	
	Hetero/Heterosexista(s)	1	1	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Corpo/*Acuerpamiento*/*Acuerpada*(s)	4	4	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Transfeminicídio(s)/transfeminicídio(s)	1	1	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesticídio(s)	2	2	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Lesbocídio(s)	3	3	
	Ódio [contra LGBTQIA+ e/ou mulheres]/Discursos de ódio	9	9	

Fonte: elaboração própria a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2024 do Ni Una Menos.

É visível que “Governo”, “Violência(s)” e “Infância” figuram entre os índices mais frequentes, indicando a forte presença de índices vinculados à categoria “A – Justiça”. Ao mesmo tempo, entre os índices de maior recorrência, observa-se um equilíbrio relevante entre aqueles pertencentes à categoria “A – Justiça” e à categoria “C – Economia”. O gráfico abaixo permite visualizar os cinco índices mais frequentes nesse documento.

Gráfico 12: Cinco índices mais frequentes no documento 3J de 2024.



Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2024 (Ni Una Menos).

De um modo geral, a forma como os temas são tratados no documento já foram explicadas conforme apresentei as discussões das assembleias. Em especial no que diz respeito a compreensão das violências, o desmonte das políticas de combate às desigualdades de gênero, raciais e outras. Vale ressaltar, semelhante ao identificado em documentos anteriores, que este documento apresenta uma abordagem interseccional das violências. Como se visualiza, por exemplo, no trecho: “A pobreza chegou a 55% e a indigência a 18% da população. A Unicef aponta que 69% das meninas, meninos e adolescentes na Argentina são pobres e que o orçamento destinado às infâncias caiu 75%.” (Doc 3J, 2024).

Em um exercício de síntese dos principais aspectos abordados nas três assembleias e que se refletem no documento, retomo três eixos centrais: (1) a violência, (2) nomear ou tornar visível e (3) os movimentos sociais entendidos como inimigos pelo governo Milei.

A violência é provavelmente o tema mais frequente nas assembleias. A violência física e os feminicídios que inspiraram o surgimento do NUM ainda estão presentes, mas a concepção nas assembleias e no documento é também mais abrangente que isso. Com frequência mencionaram nas suas falas a violência dos discursos de ódio do governo Milei e seus apoiadores e a violência que atinge grupos específicos como pessoas negras, indígenas e LBTQIA+. Também foram recorrentes as menções à fome e à desigualdade como formas de violência, assim como a ausência de políticas públicas adequadas, o endividamento, a falta de moradia, a destruição dos *Comedores Populares* e o extrativismo.

O segundo ponto que gostaria de destacar é o ato de nomear ou tornar visível como uma questão central nas três assembleias. Apenas para citar alguns dos casos mencionados, demandou-se pela nomeação das identidades transsexuais e travestis, sem diluí-las na categoria genérica de “diversidades”, assim como de afirmar que se tratou de lesbocídios e de nomear e reconhecer o racismo.

Ainda sobre o nomear, é preciso destacar como o próprio ato de falar em público e de produzir uma linguagem capaz de dar conta da realidade que estavam vivendo constituiu um eixo central desses processos *asamblearios*. Algumas vezes foi literalmente sobre quem segurava o microfone, como indicou a jovem do coletivo de Barracas.

Em sentido figurado, Sonia Alvarez (2014) utilizou a expressão “ter acesso ao microfone”, ao analisar as divergências internas dos feminismos na América Latina nas últimas décadas do século XX, para se referir àquelas que detinham maior acesso a recursos e a capital social e cultural, bem como ao predomínio desses grupos sobre outros. Nesse sentido, a disputa concreta pelo microfone observada durante a assembleia torna-se emblemática, podendo ser lida também como um reflexo dos desafios ainda presentes quando da construção de espaços feministas que se pretendem não hierárquicos, capazes de produzir consensos sem recorrer ao silenciamento de alguns grupos.

O ato de nomear, além disso, integra a própria trajetória do NUM e vem sendo destacado desde o Capítulo 2. Essa centralidade aparece exemplificada tanto na fala da entrevistada Carmen (Buenos Aires, Ni Una Migrante Menos), que ressaltou a importância de visibilizar e nomear as mulheres migrantes e indígenas que compõem o Coletivo; quanto na literatura acadêmica, que entende o NUM como resultado da elaboração, pelos feminismos populares, de uma linguagem própria, capaz de nomear

denúncias, demandas e desejos que a linguagem disponível até então não conseguia expressar (Alcaraz, 2020).

O terceiro ponto, a oposição aos movimentos sociais por parte do Governo Milei, está presente na leitura de muitas das que se manifestaram durante as assembleias e é visível no documento. Isso também foi mencionado em diversas entrevistas, a exemplo de Milagros (Rosário, Mujeres Evita), Ana (Buenos Aires, Campanha), Susana (Mendoza, Colectivo NUM Mendoza) e Laura (Buenos Aires, Mala Junta). Com entendimentos semelhantes sobre o governo Milei como parte de um projeto político que não é apenas nacional e que toma como inimigos os movimentos feministas, sindicais e organizações sociais de um modo geral.

> Há todo um projeto elaborado politicamente para promover o ódio, promover a violência, promover a crueldade, planejar a miséria. Encontramo-nos em um momento de saque, de ajuste, de fome, no qual quem são as principais vítimas dessas definições, desse projeto político, são as mulheres e as diversidades. [...]
> Ou seja, há uma expressão de um projeto político que se assenta sobre a base dessa direita fascista. [...] esse fascismo se constrói sobre o avanço do patriarcado, a partir de um capitalismo violento, ferrenhamente fascista, não é? Essa direita se constrói sobre a base desses sistemas e me parece que também é um produto das novas resistências que hoje existem e da necessidade de fazer frente ao feminismo.[147] (Milagros, Rosário, Mujeres Evita)

Nessa fala de Milagros, percebe-se muitos dos elementos destacados na seção anterior acerca da correlação entre o avanço do neoliberalismo, em suas novas facetas, e o aspecto neoconservador de ataque não apenas às políticas de igualdade de gênero, mas ao próprio campo de significados que o conceito de gênero e os movimentos sociais introduziram na esfera política desde as últimas décadas do século XX.

No documento, o tema mais frequente na categoria “C – Economia” é “Aposentar/Aposentada/s/os/es”. Em 2024, a questão das aposentadorias aparece

[147] No original: “hay todo un proyecto elaborado políticamente para promover el odio, promover la violencia, promover la crueldad, planificar la miseria. Nos encontramos en un momento de saqueo, de ajuste, de hambre, donde quienes son principales víctimas de esas definiciones, de este proyecto político, son las mujeres y las diversidades. […] O sea, hay una expresión de un proyecto político que sobre la base de esta derecha fascista. […] este fascismo se construye sobre el avance del patriarcado, desde el capitalismo violento, acérrimo fascista, ¿no? Esta derecha se construye sobre la base de estos sistemas y me parece que es un producto también de las nuevas resistencias que hoy tienen y para hacer frente al feminismo.” (Milagros, Rosário, Mujeres Evita).

sobretudo como uma preocupação com a revogação da moratória previdenciária[148], “por meio da qual milhares de mulheres puderam acessar uma aposentadoria. Sem a moratória, 9 em cada 10 mulheres não vão poder se aposentar.” (Doc 3J, 2024). Os ataques do Governo Milei às/aos aposentadas(os) intensificou-se ao longo do ano e se prolongou em 2025, razão pela qual o tema se tornou central na mobilização do NUM no ano seguinte – tema que analiso na subseção seguinte.

É interessante observar que o modo de organização das assembleias na Argentina varia de um local para outro, ainda que alguns princípios sejam constantes, como o da horizontalidade. A título de exemplo, em Mendoza as assembleias do NUM discutem os temas de forma aberta, de modo semelhante ao que ocorre em Buenos Aires, mas a escrita do documento fica a cargo de uma comissão menor, criada a cada ano para redigir o texto final a partir dos principais pontos debatidos nas assembleias (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza). Ou seja, a elaboração do texto não é feita integralmente por todas as pessoas presentes que desejem participar, como ocorreu em 2024 em Buenos Aires.

Também é provável que esse modo de produção do documento em Buenos Aires tenha variado ao longo dos anos de existência do NUM, mesmo considerando que, desde 2016, existem assembleias preparatórias para o 3J. Essas variações no modo de produção dos documentos, assim como a unificação de organizações divergentes para as assembleias e a manifestação para o 3J de 2024 em Buenos Aires são percebidas na fala da entrevistada Susana:

> O consenso é entendido como uma prática fundamental e não se vota o consenso; não se trata de votação. Trata-se de alcançar um ponto intermediário, aquilo em que todas terminamos estando de acordo. Não é o mesmo que votar, que é a democracia da maioria. É *consensuar*. As *troskas* sempre com uma posição, nós com outra, sei lá, e sempre tentamos chegar a um consenso em que umas cedem um pouco de um lado, outras cedem de outro, e se alcança uma *consigna* comum. Essa prática [...] ainda não a vejo em Buenos Aires; vejo que está muito incipiente. Porque até quando eu cheguei aqui, há três anos, inclusive, havia duas assembleias distintas e duas marchas

[148] A moratória previdenciária foi um mecanismo criado durante o governo de Néstor Kirchner em 2005 e posteriormente ampliada nos governos de Cristina Kirchner. Ela serve para permitir que pessoas que não haviam completado o tempo mínimo de contribuições ao sistema previdenciário, mas que haviam alcançado a idade obrigatória, pudessem acessar a aposentadoria. Assim possibilitou o reconhecimento e a regularização de períodos de contribuição não realizados, mediante o parcelamento da dívida previdenciária descontado do próprio benefício. Na prática, a medida teve impacto significativo sobre as mulheres, especialmente aquelas que exerceram trabalho doméstico e de cuidado, permitindo sua inclusão no sistema de seguridade social e ampliando o acesso à aposentadoria como direito social.

> diferentes. Era como se a esquerda de um lado, e o restante de outro, não se juntassem; começaram a se juntar, se não me engano, com Milei. […] Acho que o primeiro documento que fizeram juntas, se não me equivoco, [foi] o do 8M do ano passado [2024].[149] (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza)

Essa fala de Susana demonstra a continuidade que mencionei entre as assembleias do NUM e aquelas preparatórias para o 8M em 2024. Além de retomar a já detalhada cisão que existia no movimento durante o governo de Alberto Fernández.

A manifestação unificada do 3J de 2024 na Praça do Congresso foi divulgada pela página do Instagram do NUM. Com chamados como “A fome é violência” e “Vamos ao Congresso!”. Eles informavam que a concentração e mobilização começaria às 16h30m, com a leitura do documento às 17h30m e o início da desconcentração às 18h30m. Quando cheguei, por volta das 15h30m na Praça do Congresso, não tinha nenhuma rua com trânsito interditado. Mas já havia movimento na praça e uma faixa grande presa na grade do portão do Congresso. Em uma tradução livre dizia “Trabalhadoras do Congresso da Nação #VIVAS E LIVRES NOS QUEREMOS”. Também percebi que ali estava um número significativo de policiais, que viria a aumentar ao longo da tarde. Dou uma volta na praça e percebo a diversidade de cartazes e organizações. Também havia muito comércio, oferecendo vários produtos, como se observa a seguir.

[149] No original: “El consenso es como una práctica fundamental y no se vota el consenso, no es por votación. Es lograr el punto intermedio, lo que terminemos estando todas de acuerdo. No es lo mismo que votar que es la democracia de la mayoría. Es consensuar. Las troskas siempre con una cuestión, nosotras con otra, que se yo, y siempre hemos intentado llegar al consenso de que, ceden unas pocas de acá, ceden otras y se logra una consigna común. Eso yo acá en Buenos Aires, esa práctica, […]acá, no la veo todavía, en Bueno Aires, yo veo que está muy incipiente. Porque hasta cuando yo llegué acá hace trés años, inclusive habían dos asambleas distintas y dos marchas de distintas acá. Es como que la izquierda, por un lado y el resto por el otro, que no se juntaban, se empezaron a juntar, no me equivoco, con Milei. […] Creo que el primer documento que hicieron juntas, bueno, si no me equivoco, [fue] el del 8M del año pasado [2024].” (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza).

Figura 8: Materiais diversos à venda durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.



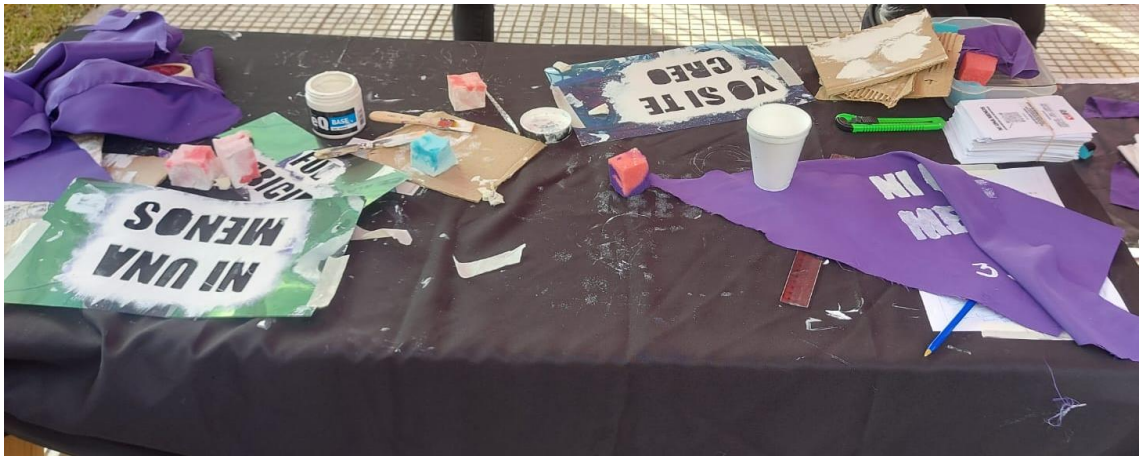
Fonte: Arquivo pessoal.

Havia bastante gente, e o número de pessoas cresceu conforme se aproximou o horário marcado para a mobilização. Bem em frente ao Congresso tinha um palco montado com estrutura de som. E muitas faixas e cartazes em homenagem a Norita, que faleceu dia 30 de maio aos 94 anos, como mencionado no Capítulo 2.

Mesmo antes das 16h30, já havia varias faixas, pessoas e organizações presentes. Ao lado do palco, destacava-se uma grande faixa rosa com a inscrição “NI UNA MENOS – vivas y libres nos queremos”. Também tinha um espaço destinado à confecção de materiais em *stencil* com os dizeres “Ni Una Menos” e “Yo sí te creo” (“Eu sim acredito em você”), aparentemente organizado por mulheres bastante jovens (figura 9).

No chão, encontrava-se uma faixa grande na qual cada pessoa podia escrever o motivo de sua presença na manifestação (figura 10); nela, predominavam relatos de sobreviventes de violência de gênero ou mensagens escritas em nome de vítimas de feminicídios. Além disso, havia distribuição de material informativo sobre o aborto legal e faixas de diversas organizações. Entre elas, a das Mariposas, com cartazes dispostos no chão e presos às grades, contendo fotos de mulheres assassinadas ou desaparecidas em diferentes cidades da Argentina em decorrência de redes de tráfico (figura 11).

Figura 9: Atividade de stencil durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 10: Elaboração coletiva de faixa com participação aberta durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 11: Intervenção visual de denúncia de feminicídios durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.



Fonte: Arquivo pessoal.

Há também cartazes em memória das vítimas e exigindo justiça por casos de feminicídios e são de tamanhos variados, em sua maioria contendo a foto e o nome das mulheres, além da data do crime. Alguns são faixas grandes, com várias imagens e acabamento de melhor qualidade; outros são cartazes feitos à mão, muitos deles escritos em papelão.

A ATE esteve presente não apenas por meio de faixas e cartazes, mas também com uma banda. Não foi possível identificar se todas as pessoas que a compunham eram filiadas exclusivamente à ATE ou se havia também integrantes de outros sindicatos, como a CGT. Era uma banda composta por algumas dezenas de participantes, que vestiam predominantemente as cores verde e roxa, com uma homenagem a Norita colada no peito – conforme se observa na figura 12.

Figura 12: Presença da ATE por meio de banda musical durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.



Fonte: Arquivo pessoal.

À medida que eu circulava entre as pessoas, percebia a mobilização quase como se fosse a sobreposição de várias manifestações simultâneas, dada a quantidade de participantes e a diversidade de formas de organização. Quando me aproximava da banda da ATE, era esse o som predominante; ao caminhar um pouco mais, encontrava uma roda de jovens vinculadas a uma organização de estudantes de escola pública, entoando palavras de ordem e realizando danças sincronizadas. E assim sucessivamente, conforme transitava pela Praça.

Apenas uma das ruas foi fechada por volta das 16h30, apesar do grande fluxo de manifestantes. A via adjacente não pôde ser ocupada, o que levou as participantes a permanecerem na calçada da Praça. Essa orientação foi reiterada ao microfone, acompanhada do alerta para que não se ocupasse aquela rua, de modo a evitar qualquer possibilidade de repressão policial.

Foi uma mobilização composta por uma ampla diversidade de organizações e principalmente mulheres e pessoas LBTQIA+. Era possível perceber que, nas assembleias, havia representantes dessas coletividades e que se desenvolveu, no interior delas, um processo interno de preparação para a mobilização. Isso se tornou visível nos diferentes materiais apresentados com referência aos 9 anos do NUM, como cartazes, a presença de bandas, palavras de ordem organizadas e a distribuição de materiais informativos, incluindo tanto os sindicatos maiores quanto coletividades

menos institucionalizadas e mais recentes. Nesse sentido, a manifestação expressou uma diversidade tanto geracional quanto de prioridades políticas.

Assim, foi possível identificar reivindicações voltadas à denúncia de casos de feminicídio, ao massacre lesbocída de Barracas, à defesa da liberdade de cátedra em oposição às acusações de "ideologia de gênero", à condenação do genocídio palestino, à oposição à perseguição aos *Comedores Populares*, à defesa do direito à memória e à verdade, bem como da democracia e dos direitos humanos. Também se destacaram homenagens a Norita, o repúdio à Lei de Bases e a defesa da Lei de IVG e da ESI, entre outros temas. Algumas das imagens apresentadas a seguir ilustram essa multiplicidade de pautas (figura 13).

A maioria das pessoas presentes carregava algum cartaz, faixa ou lenço. Em determinado momento, a circulação pelo espaço tornou-se inviável, e optei por permanecer próxima ao palco.

Por volta das 17h30, ocorreu a primeira intervenção no palco, realizada por aproximadamente dez mulheres, que exibiam cartazes e faixas. Em tradução livre, algumas das mensagens afirmavam "foi lesbocídio", "reparação para Sofía já", "não é liberdade, é violência" e "a heteronorma mata". Em suas falas, abordaram o triplo lesbocídio de Roxana, Andrea e Pamela, que teve Sofía como única sobrevivente. Além disso, mencionaram outros casos de violência contra mulheres lésbicas, cis e trans. Procederam à leitura de um texto que enfatizava a importância de incorporar essas denúncias entre as prioridades do NUM, de nomear as lésbicas que compõem o movimento e de somar vozes na exigência por justiça, bem como nos protestos por elas convocados (figura 14). É interessante observar como este texto lido não compôs integralmente o documento do 3J do NUM.

Figura 13: Multiplicidade de demandas expressas no protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 14: Intervenção no palco com denúncia por caso de lesbocídio durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.



Fonte: Arquivo pessoal.

Em seguida, subiu ao palco outro grupo, um pouco menor e com menos faixas e cartazes – conforme se observa na figura 15. Elas fizeram a leitura do documento deste 3J. Algumas eu reconheço das assembleias, são de diferentes idades, orientações sexuais e identidades de gênero. A única adição que percebo ao documento que foi lido no final da terceira assembleia é feita no início da leitura, uma afirmação de que estão ali também em homenagem a Norita.

Figura 15: Leitura do documento do Ni Una Menos no palco durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.



Fonte: Arquivo pessoal.

Após o fim da leitura do documento, a jovem representante do coletivo H.I.J.O.S. que fez o relato da violência sofrida na segunda assembleia, usando um lenço branco e uma camiseta do coletivo, faz a leitura de um texto em homenagem a Norita. Ao seu lado, no palco, está uma senhora que participou das assembleias e que havia se identificado como sendo integrante da Campanha. Ela usa um lenço da Campanha e parece estar emocionada, ficou todo o tempo da leitura do texto com o pulso em riste, conforme se observa na imagem abaixo.

Figura 16: Leitura de texto em homenagem a Norita Cortiñas no palco durante o protesto do 3J de 2024, Praça do Congresso, Buenos Aires.



Fonte: arquivo pessoal.

O documento em homenagem a Norita ressaltou a importância de sua trajetória e do movimento das Madres e Abuelas na história política e social do país. Repudiou a ditadura militar, defendeu a democracia e entoou um coro que exigia a abertura dos arquivos oficiais do período. A leitora estava visivelmente emocionada, assim como muitas de nós que assistíamos. Esse foi o último ato da mobilização. Para encerrar, pediram que o público erguesse os lenços que carregava e realizaram um registro fotográfico de um *pañuelazo* – repertório já detalhado desde o Capítulo 3.

A partir daí, iniciou-se o momento de desconcentração. Somente então pude perceber a quantidade de policiais no entorno da mobilização. Como eu estava mais

ao centro, não via nenhum policiamento, o que me pareceu estranho, já que em outros protestos dos quais participei enquanto estive em Buenos Aires sempre havia uma presença significativa. De fato, desta vez não foi diferente: estávamos cercadas de policiais. Ainda assim, tudo transcorreu sem violência direta.

Saí dali refletindo sobre a diferença em relação à primeira assembleia, quando o luto havia sido expresso por meio do minuto de silêncio e do choro. Na manifestação, o luto pelo triplo lesbocídio e pelas demais violências de gênero apresentou-se como um luto ativo e até raivoso, marcado pelas denúncias e pela reivindicação de justiça. Havia também um clima "celebratório", de encontro entre pessoas que se conheciam e de simpatia entre desconhecidas(es/os) que compartilhavam causas em comum. Por isso senti-me bem recebida, mesmo sem conhecer ninguém, assim como ocorrera nas assembleias.

Há, sobretudo, continuidades nos modos de organização do NUM para a manifestação de junho de 2025, especialmente no recurso às práticas *assemblarias*. Essas continuidades, contudo, se inscrevem em um contexto marcado pelo acentuamento da repressão aos protestos e por uma reconfiguração decorrente do aumento da articulação do Coletivo com outros movimentos sociais. Esses elementos alteram os termos da mobilização, inclusive com a inédita mudança de data, e intensifica as preocupações com a segurança, o medo e a exposição à violência policial. É esse o quadro que analiso detalhadamente a seguir.

5.2.2 "Unir las luchas es la tarea": o 4J de 2025 e as alianças políticas

Em 2025 as assembleias do NUM, convocadas pela página oficial do Coletivo no Instagram, ocorreram na sede da CTA. Como no ano anterior, o local evidencia o vínculo do Coletivo com outras organizações sociais, neste caso, o sindicato de trabalhadoras(es). Ele é de fácil acesso, localizado na região central de Buenos Aires. Assim como ocorreu em 2024, foi a presença de mulheres em frente ao prédio que me ajudou a perceber que eu estava no lugar certo. A primeira assembleia aconteceu dia 23/05/25. O acesso também foi simples: cumprimentei dois homens na portaria e entrei no salão, onde já havia várias pessoas sentadas. Como no ano anterior, não houve necessidade de identificação ou credenciamento.

A estrutura do espaço é um salão amplo, com cadeiras não fixas ao chão. A organização das cadeiras foi feita em formato de "roda de conversa", apesar da

existência de um pequeno palco na sala, que não foi utilizado (figura 17). Nas assembleias de 2025 há um local onde fica disponível uma térmica com café, alguns biscoitos e utensílios para fazer mate, ao lado de uma pintura em homenagem a Norita (como se observa na figura 18), com a escrita:

Nora Morales de Cortiñas
1930 - ∞
Madres da Plaza de Mayo, Linha Fundadora
Mãe de Gustavo Cortiñas, detido-desaparecido
Mãe de todas as lutas
Filiada à CTA[150]

Figura 17: Assembleia do Ni Una Menos para o 4J em Buenos Aires, 23 de maio de 2025.



Fonte: Arquivo pessoal.

[150] Tradução livrem no original: Nora Morales de Cortiñas.
1930-∞
Madres de Plaza de Mayo, Línea Fundadora
Madre de Gustavo Cortiñas, detenido-desaparecido
Madre de todas las luchas
Afiliada a la CTA.

Figura 18: Espaço de convivência durante a assembleia do Ni Una Menos para o 4J, com pintura em homenagem a Norita Cortiñas no prédio da CTA, Buenos Aires, 23 de maio de 2025.



Fonte: Arquivo pessoal.

Com o atraso habitual de cerca de 15 minutos, a assembleia iniciou com as boas-vindas de uma mulher que se apresentou como integrante da CTA e que, em seguida, passou a palavra a Luci Cavallero. Logo no início, chamou minha atenção a presença de mais jovens do que no ano anterior, assim como uma quantidade maior de participantes – estimo que houvesse mais de 150 pessoas, número superior ao da primeira assembleia de 2024.

Cavallero abordou o desmonte promovido pelo governo Milei nas políticas públicas de gênero, de direitos humanos e em outras áreas. Mencionou também a quantidade de atividades e mobilizações populares das quais todas(es) estavam participando, destacando a importância da articulação entre as lutas e da assembleia do NUM como um espaço para “tramar unidades”. Ressaltou que não havia lugar para disputas internas de qualquer natureza, nem para protagonismos individuais naquele momento.

Nesse sentido, apresentou a proposta do Coletivo de que naquele décimo ano de existência do NUM, fossem realizadas atividades no dia 03 de junho, mas que, pela primeira vez, a manifestação ocorresse no dia 04 de junho, uma quarta-feira, para poderem se somar às mobilizações semanais das(os) aposentadas(os), em frente ao

Congresso Nacional[151]. Cavallero também afirmou ser uma responsabilidade histórica dos movimentos transfeministas – considerando as influências dos movimentos das Madres, de *piqueteras(os)* e de direitos humanos – de se unirem para "enterrar o experimento cruel de Milei". A partir daí ela deu início a mesma dinâmica do ano anterior na qual o microfone ficou disponível a todas as pessoas que quisessem se manifestar, tendo até três minutos para fazerem suas falas.

Os temas que foram sendo abordados eram variados, sendo recorrentes denúncias contra o governo Milei, contra o Legislativo e o Judiciário, apontados como pactuantes com seu governo. As participantes referiram-se a ele como um governo de extrema-direita, com um caráter ideológico de hostilidade aos feminismos e com a intenção de promover o retorno das mulheres ao espaço doméstico – ou seja, uma exclusão da vida pública e política, questão central para os feminismos como discutido no Capítulo 2. Também foram mencionadas questões relativas ao neocolonialismo na relação com o FMI e a outros processos de "entrega" de recursos públicos, como as privatizações e o extrativismo.

Houve muitas referências à repressão violenta aos protestos, reconhecendo seu caráter disciplinador, televisionado todas as quartas-feiras pelos meios de comunicação do país. Assim como várias falas mencionaram as demissões e os seus impactos sobre sobretudo para pessoas trans e travestis, que haviam ingressado por meio de políticas de cotas, que acabam obrigadas à retornar à situação de rua e à exploração sexual. Também se falou sobre dívida, violência laboral e feminização da pobreza.

Uma participante histórica da Campanha – e de outras organizações que, segundo ela, seriam tantas que ocupariam todo o tempo disponível para serem mencionadas –, ressaltou que 2025 também era o marco de 20 anos da maré verde, o que resultou em aplausos e cantos entoados coletivamente.

[151] Desde 2024 todas as quartas-feiras, aposentadas(os) e pensionistas fazem protestos na Praça do Congresso em oposição às políticas implementadas pelo governo Milei, sobretudo diante da deterioração das aposentadorias, da redução de benefícios sociais e da adoção de medidas de ajuste que afetaram o poder de compra e o acesso a medicamentos. Ao longo do tempo, foi se tornando cada vez mais recorrente que ao acionar o Protocolo *Antipiquete*, os protestos terminassem com repressão policial. Isso ampliou o número de participantes e organizações, com destaque para março de 2025, quando circulou via redes sociais a agressão sofrida por um idoso torcedor do Chacarita Juniors. A partir desse episódio, torcidas organizadas de clubes como Chacarita, Boca Juniors, River Plate, Independiente, Racing, entre outros, ampliaram a mobilização por meio de convocações públicas, expressando apoio às reivindicações das(os) aposentadas(os) e repudiando a repressão.

Diversas participantes mencionaram as conquistas dos últimos anos (como a Lei de cotas para pessoas trans e travestis no serviço público, a Lei de IVG e a ESI) e se reconheceram como parte de um movimento que influenciou e inspirou outros países da América Latina e de outras regiões do mundo; retomando o caráter internacionalista do Coletivo como discutido desde o Capítulo 2. Jovens da organização Mala Junta falaram sobre a importância dos feminismos e do NUM para a abertura de espaços como as assembleias e mobilizações, ressaltando que muitas passaram a ocupá-los em decorrência das mobilizações do NUM.

Foram muitos os temas abordados, entre eles, as novas propostas do governo de restrição de direitos a migrantes; as denúncias de docentes de universidades e da educação básica sobre os cortes de verbas e salários e seus impactos na educação; a mudança legal que passou a classificar a educação como serviço essencial com o objetivo de limitar o direito de greve; além do esvaziamento da ESI e da falta de insumos para a implementação da Lei de IVG.

Uma participante, visivelmente emocionada, relatou as dificuldades financeiras que ela e sua família vinham enfrentando, bem como seu adoecimento psicológico decorrente desse contexto. Destacou a importância da existência desses espaços de assembleia como uma forma de sobrevivência em períodos difíceis, afirmando que “o que nos salva são as alianças, o que me salvou foram vocês”. Há falas semelhantes a essa na assembleia seguinte.

Durante as falas, a maioria das participantes apoiaram a sugestão de realizar o protesto dia 04, mas teve algumas pedindo que fosse dia 03 e, inclusive, que fosse na Praça de Maio para se dirigirem mais diretamente ao governo Milei – discussão em termos semelhantes a de 2024 e descrita na subseção anterior.

A assembleia foi mais curta do que as de 2024, com duração de pouco mais de duas horas. Próximo ao encerramento, Cavallero voltou a falar, reconheceu que havia uma maioria significativa de manifestações favoráveis à proposta de realizar a mobilização no dia 4 em frente ao Congresso, o que foi seguido por aplausos. Ela reforçou a importância de pensar como reativar, revitalizar e atualizar o NUM naquele contexto, marcado por um governo de extrema-direita que tem como alvo as(os) aposentadas(os), por diferentes razões. Segundo Cavallero, trata-se, em primeiro lugar, de um setor que concentra cerca de um terço dos cortes econômicos

promovidos pelo governo (“um terço da motosserra”[152]), ao mesmo tempo em que o ataque às aposentadorias incide sobre a classe trabalhadora como um todo, no presente e no futuro. Além disso, caracterizou as mobilizações e a repressão às quartas-feiras como uma espécie de “escola de formação política de Milei” como “uma escola de crueldade”, na qual a violência policial contra aposentadas e aposentados é televisionada. Transmitindo a mensagem de que se pode agredir pessoas idosas sem consequência alguma. Isso está em sintonia com o conceito de Rita Segato (2020) de pedagogia da crueldade e de política da crueldade de Gago (2025), como apresentado na seção anterior.

Ela também fez uma defesa enfática da divulgação, em todos os meios de comunicação, do motivo da alteração da data, como forma de marcar a articulação dos feminismos com a luta das(os) aposentadas(os), afirmando que isso é, de fato, “ativar” os feminismos. A fala foi seguida por aplausos. Em seguida, concluiu destacando a necessidade de dialogar com as direções dos movimentos das(os) aposentadas(os) e de criar mecanismos de proteção, em articulação com outras organizações de direitos humanos, para a defesa desse “corpo coletivo” nas ruas frente à repressão policial. Por fim, informou que o Coletivo NUM iria realizar uma reunião com a mesa das(os) aposentadas(os), com o objetivo de preparar o protesto, elaborar alguns pontos iniciais para escrita do documento anual do NUM e definir estratégias de segurança, entre outros encaminhamentos que seriam apresentados na próxima assembleia.

Para mim, como registrei no diário de campo naquele momento, minha impressão foi bastante distinta daquela da primeira assembleia do ano anterior, marcada por mais momentos de silêncio, pelo luto em torno do triplo lesbocídio em Barracas, por relatos de violência em primeira pessoa e até pelo choro. Em 2025, tudo pareceu mais acelerado, como se o sentimento predominante não fosse a tristeza, mas a raiva (“la bronca”, mencionada algumas vezes ao longo da noite).

A partir deste olhar externo tive a impressão de que as participantes já estavam inseridas em um ritmo contínuo de encontros e mobilizações, o que fazia a assembleia perder em parte esse caráter de “primeira”. Naquele momento, considerei que isso poderia ser reflexo da continuidade das atividades de mobilização diante do cenário

[152] Javier Milei conduziu sua campanha eleitoral utilizando reiteradamente uma motosserra como emblema de sua intenção de promover cortes drásticos no gasto público e, consequentemente, no conjunto das políticas estatais (Franco, 2025).

político em curso, especialmente porque muitas mencionaram a organização do 8M e da Marcha Federal do Orgulho Antifascista e Antirracista, realizada em fevereiro em resposta ao discurso de Milei no Fórum Econômico Mundial, em Davos.

Somente posteriormente, durante a entrevista com Laura (Buenos Aires, Mala Junta), quando ela me perguntou sobre as minhas impressões das assembleias daquele ano e que compartilhei essa leitura com ela, pude entender melhor a origem dessas características, pois ela me disse:

> Nós, a partir de diferentes organizações do que foi a União pela Pátria, ou melhor, que continua sendo o campo nacional e popular e do NUM, com a Luci [Cavallero] e a Vero [Verónica Gago], temos um espaço de articulação feminista que não se reúne sempre, mas que, em alguns momentos, se reúne para pensar determinadas datas… sobretudo porque temos certas diferenças políticas, né?, como com as *troskas*. Ainda assim, seguimos considerando importante manter o espaço *asambleario* e a pluralidade, e construir conjuntamente com elas as estratégias de rua. De todo modo, foi a Luci quem nos propôs, antes da assembleia, que fôssemos juntas com os aposentados e as aposentadas. Então, tivemos um momento prévio, em nossas organizações, para debater isso e, quando fomos à primeira assembleia, já tínhamos decidido que queríamos seguir por esse caminho. Não é que tenha havido uma assembleia anterior, mas se teceu uma estratégia que talvez no ano passado [2024] – ainda que esse grupo e essas participações já existissem – não estivesse tão clara, não fosse tão definida […]. É verdade que agora, neste ano, já estamos participando de mobilizações semanais, em torno da pauta dos aposentados, mas também de forma mais geral. Trata-se de um ano de muito mais mobilização de rua. No ano passado é verdade que estávamos mais desorientadas, ou, melhor dizendo, nos perguntando como nos organizar ou como enfrentar a situação. Talvez por isso tenha sido mais catártico, enquanto agora fomos diretamente com a ideia de que “é preciso organizar assim”. Mas, sim, foi isso que aconteceu.[153] (Laura, Buenos Aires, Mala Junta)

[153] No original: “Nosotras desde distintas organizaciones de lo que era Unión Por La Patria o bueno, sigue siendo el campo nacional y popular y Ni Una Menos, con Luci [Cavallero] y con Vero [Verónica Gago] tenemos un espacio de articulación feminista que no se reúne siempre, pero a veces se reúne para pensar algunas fechas… sobre todo porque tenemos ciertas diferencias políticas, ¿no? como con las *troskas*. Y que si nos sigue pareciendo importante mantener el espacio asambleario y la pluralidad y construir igualmente con ellas las estrategias de las calles... pero bueno, Luci fue la que nos propuso antes de la asamblea que vayamos con los jubilados y las jubiladas. Entonces nosotras tuvimos un momento previo en nuestras organizaciones de debatirlo y cuando fuimos a esa primera asamblea ya teníamos decidido que queríamos hacer eso. Entonces no es que hubo una asamblea antes, pero sí se tejió una estrategia que quizás el año pasado, si bien este grupo y participaciones existía, por ahí no era tan claro, no era tan cierto […]. Es verdad que estamos yendo ya a movilizaciones semanales ahora, este año, en la… bueno, por jubilados, pero en general. Es un año de mucha más movilización callejera. Y por ahí el año pasado [2024] es verdad que estábamos más desorientadas. O bueno, sí, preguntándonos cómo organizarnos o hacerle frente. Entonces quizás fue más catártico y ahora fuimos directamente con él, bueno: ‘hay que organizarlo así.’ Pero sí, pasó eso.” (Laura, Buenos Aires, Mala Junta).

O trecho acima revela alguns modos de articulação desse 4J ao qual retornarei na próxima seção com o conceito de repertório de estratégias. O que gostaria aqui de destacar é que, novamente, há uma lógica de continuidade entre o NUM e as demais mobilizações e protestos que estão ocorrendo no país, reforçando, mais uma vez, o vínculo do Coletivo com as pautas e estratégias de outras organizações e movimentos sociais. Um exemplo importante em 2025 foi a Marcha Federal do Orgulho Antifascista e Antirracista, convocada por organizações sociais a partir do mencionado discurso de Milei em Davos.

Essa Marcha e suas assembleias preparatórias foram convocadas, sobretudo, por organizações LGBTQIA+ com apoio de diversos setores, inclusive o NUM. Ela é emblemática da união entre diferentes organizações no enfrentamento ao Governo Milei. Como Ana (Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal) definiu, essa união para a Marcha no dia 1º de fevereiro aconteceu porque não havia outra alternativa: "Ali havia maior ou menor concordância com a *consigna* que propusemos. Ainda assim, todos vieram do mesmo jeito."[154]. Essa foi uma marcha com grande participação. O que algumas entrevistadas definiram como "massiva", mesmo em um contexto de menor adesão aos protestos (Camila, Buenos Aires, NUM Buenos Aires).

É nesse contexto que ocorre a segunda e última assembleia preparatória para o 4J em Buenos Aires, no dia 30/05/25, no mesmo local da anterior. Como de costume, cheguei um pouco mais cedo e o espaço ainda estava parcialmente vazio, mas, por volta das 18h15, voltou a ficar cheio. Assim como no ano passado, é perceptível que a assembleia funciona também como um espaço de reencontros, com momentos que se assemelham a uma confraternização. Isso se evidenciou especialmente neste ano, em torno do local onde fica o café, tornando ainda mais visível essa dinâmica de reencontros.

Assim como na assembleia anterior, uma mulher da organização deu as boas-vindas e explicou a dinâmica da assembleia, passando em seguida a palavra a Luci Cavallero quem retomou algumas das decisões tomadas na assembleia anterior sobre o protesto ocorrer no dia 04, na Praça do Congresso, em conjunto com outras organizações, em especial, das(os) aposentadas(os).

---

[154] No original: "Ahí había más de acuerdo o menos de acuerdo con la consigna que pusimos. Pero vinieron todos igual." (Ana, Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal).

Cavallero também afirmou que os processos *asamblearios* não haviam sido interrompidos ao longo desses dez anos de existência do NUM e que, sem essa continuidade, a data se reduziria a uma efeméride. Relatou também alguns acordos e articulações que vinham se construindo nos dias anteriores, indicando que a convocatória havia adquirido outras "texturas" a partir do diálogo com diferentes setores que passaram a se somar, como o movimento pelos direitos das pessoas com deficiência, as(os) trabalhadoras(es) do Hospital Garrahan, cientistas, trabalhadoras(es) das universidades e torcidas antifascistas.

Segundo ela, esse processo exigia maior inteligência coletiva e generosidade para a coordenação da atividade, uma vez que não se tratava de um protesto convocado apenas pelo Coletivo NUM. Mencionou também a importância da sessão no Congresso que deveria votar questões relativas a subsídios para pessoas com deficiência e aposentadas. Assim como, falou das reuniões de articulação com diferentes setores das(os) aposentadas(os), nas quais acordaram o horário da manifestação.

Nesse momento, informou que a mobilização ocorreria às 16h e ressaltou a importância de que as organizações definissem pontos de encontro para que as pessoas se deslocassem juntas até a Praça do Congresso, sugerindo que esses pontos não fossem divulgados publicamente, por razões de segurança. Embora o tema da segurança também tivesse sido relevante nas assembleias do ano anterior, não havia presenciado, até então, alertas desse tipo. Como, por exemplo, evitar ir sozinha ou não divulgar publicamente os pontos de encontro. Esses elementos são um reflexo do aumento da violência e da repressão aos protestos ao longo do último ano em Buenos Aires.

Cavallero informou ainda que, às 17h, seria realizada a leitura do Documento, que deveria ser redigido ao longo daquela assembleia, e que às 18h30 seria a desconcentração. Assim, para aquela noite, a proposta de trabalho foi semelhante à do ano anterior, com a divisão em duas comissões: uma responsável pela redação do documento e outra pela logística. Antes disso, foi aberto o microfone para quem quisesse se manifestar, desde que não fosse para reabrir debates sobre esses pontos já consensuados na assembleia anterior. Cavallero termina sua fala inicial destacando a importância da união das diferentes lutas diante do "pior dos mundos" no qual estão com o governo Milei.

Assim, passou a palavra a uma representante histórica da Campanha, que recordou que naquela data se completava um ano da morte de Norita Cortiñas, o que foi seguido por muitos aplausos e por um canto entoado coletivamente em sua homenagem. Em seguida, iniciou-se a rodada de falas.

De modo semelhante às assembleias anteriores, diversos temas foram abordados, entre eles, a situação das universidades públicas e o baixíssimo reajuste salarial e a perseguição política às trabalhadoras dos *Comedores Populares* e a falta de alimentos que vêm enfrentando.

Há uma fala contundente de uma jovem do centro estudantil do ensino médio sobre o medo que sua geração sente não apenas da violência sexual e dos feminicídios, mas também da possibilidade de, na vida adulta, não ter acesso ao trabalho e, no futuro, à aposentadoria. Destacou, ainda, a importância dos feminismos pensarem futuros para ela e para outras jovens que eram crianças quando o NUM surgiu. Sua fala foi aplaudida e deixou muitas presentes visivelmente emocionadas.

Outra intervenção que pareceu mobilizar fortemente as presentes foi a de uma senhora que relatou ter perdido o emprego e que, naquele momento, dependia dos pais que eram aposentados, para sobreviver. Ela falou das dificuldades enfrentadas, especialmente em razão de problemas de mobilidade e saúde, e se mostrou visivelmente emocionada ao contar que fazia muito tempo que não participava de uma assembleia, mas que aquele espaço havia diminuído seu sentimento de solidão; motivo pelo qual agradecia. A fala foi seguida por muitos aplausos, e foi possível observar mulheres próximas a ela se levantando para abraçá-la. Em sentido semelhante, uma senhora integrante de uma organização de pessoas idosas, agradeceu o apoio à luta das(os) aposentadas(os) e pediu que ele fosse contínuo, e não restrito ao 4J. Relatou ainda que, ao estar na assembleia, sentiu-se feliz e recuperou uma esperança que já não tinha.

Declarações que valorizam o espaço *asambleario*, como essa, apareceram em algumas das assembleias que acompanhei. Essa percepção também está em sintonia com a fala de Susana (Mendoza, Colectivo NUM Mendoza), para quem o feminismo operou, ao longo de sua vida, como um espaço de amparo e sustentação: desde quando era muito jovem até o presente, inclusive no contexto atual, participar de uma assembleia feminista e escutar as companheiras segue sendo uma experiência que a “salva”. Trata-se de um aspecto já discutido nos capítulos anteriores, quando analisei o reconhecimento das redes feministas e das manifestações não apenas como

estratégias de pertencimento na construção de um “nós” coletivo, mas também como formas de sobrevivência material, um modo de cuidado, em contextos de crescente precarização.

Outra fala que seguiu direção semelhante foi a de um participante do Movimento Travesti-Trans, irmão de uma vítima de travesticídio. Em sua intervenção, ele destacou as dificuldades vivenciadas por pessoas trans e travestis no interior do próprio coletivo LGBTQIA+, especialmente nas relações com homens gays, e ressaltou que, nas assembleias do NUM, a experiência se diferenciava por possibilitar a construção conjunta. Seu relato assumiu um tom mais pessoal ao abordar as adversidades que vinha enfrentando. Mencionou, por exemplo, ter tido o acesso ao julgamento de Tehuel de la Torre restringido, como se não fosse reconhecido como familiar, além de relatar que foi uma das pessoas demitidas durante o governo Milei, apesar de ter ingressado no trabalho por meio da Lei de Cotas Travesti-Trans. Compartilhou ainda experiências de profundo sofrimento psíquico, incluindo uma tentativa de suicídio, e expressou sua preocupação com o futuro da comunidade trans-travesti mesmo após o eventual término do governo Milei, diante da intensificação dos discursos de ódio. A intervenção foi recebida com longos aplausos, e ao final foi possível observar diversas pessoas se aproximando para acolhê-lo, abraçá-lo e conversar.

No decorrer da assembleia, se tornou perceptível que além do movimento das(os) aposentadas(os), também se somariam ao 4J trabalhadoras(es) da área da saúde. Na semana entre as assembleias, a greve das(os) residentes do Hospital Pediátrico Garrahan havia sido amplamente noticiada por todos os meios de comunicação. Com isso, passaram a integrar a mobilização médicas(os), residentes e funcionárias(os) desse e de outros hospitais públicos que demandam reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Pela primeira vez, observei a participação de uma médica em uma assembleia. Ela chegou durante a reunião, vestindo um jaleco e fez sua intervenção e, em seguida, retornou ao hospital para seu turno de trabalho. Pediatra do Garrahan, agradeceu a oportunidade de falar na assembleia, afirmando que nunca havia participado de uma antes. Foi recebida de forma calorosa e utilizou sua fala para defender as reivindicações das(os) residentes em greve, apesar das ameaças que vinham sofrendo por parte do governo.

Outra reivindicação que se somou ao 4J foi a das pessoas com deficiência. Nas semanas que antecederam a manifestação, ocorreram protestos na Praça do

Congresso em resposta aos cortes promovidos pelo governo Milei nas políticas destinadas a esse grupo.

O tema da saúde durante o Governo Milei também surgiu na entrevista com Teresa, que faz uma leitura que conecta o desmonte das políticas pública de saúde com uma lógica fascista de governar:

> Que vem para arrancar todos os direitos e para nos matar de diferentes formas, não é? Tirando todos os direitos que está tirando, retirando os medicamentos. De fato, eu tomo medicamento há mais de cinco anos, que hoje a assistência social me fornece gratuitamente, que é para bloquear meus estrogênios, e que eu não poderia pagar se deixassem de me dar; e, se eu não bloquear meus estrogênios, o câncer pode voltar. Então, imagina isso... levemos isso ao Garrahan, que é o que está acontecendo com o Hospital, e levemos isso a tudo o que está acontecendo com os aposentados, e com todas as pessoas doentes de HIV[155]. E assim eu digo: é contra a vida humana. Porque direitos estão retirando um monte. Mas eu estou falando de como esse sujeito está querendo, como um nazista, nos exterminar, retirando coisas básicas de pessoas que dependemos do sistema de saúde ou de diferentes cuidados de saúde. De como ele está querendo nos exterminar, não é?[156] (Teresa, El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM)

Assim, as denúncias presentes nos protestos do 4J incorporaram de forma explícita os efeitos concretos do desmonte das políticas de saúde e de atenção às pessoas com deficiência e aposentadas, o que ajuda a compreender a relevância da presença desses setores na mobilização.

Nesse contexto, já havia também a indicação de que as torcidas organizadas participariam do ato. A esse respeito, Cavallero comentou a diferença em relação aos primeiros anos do NUM, quando os homens perguntavam se poderiam estar

---

[155] As políticas adotadas pelo governo Milei no campo da saúde têm sido interpretadas por organizações e ativistas como um processo de “genocídio planejado” contra pessoas que vivem com HIV, na medida em que o desfinanciamento deliberado dos programas públicos, a desarticulação das áreas técnicas responsáveis, a interrupção na compra e distribuição de medicamentos e a precarização da prevenção e do acompanhamento terapêutico colocam em risco direto a continuidade dos tratamentos e a própria sobrevivência dessas populações, especialmente entre grupos já historicamente vulnerabilizados (Fundação GEP, 2025).

[156] No original: “Que viene a arrebatar todos los derechos y a matarnos de distintas formas, ¿no? sacando todos los derechos que está sacando, sacando los medicamentos, de hecho, yo tomo medicamento por cinco años más que hoy me lo da la obra social gratis que es para bloquear mis estrógenos y que no me los podría pagar si me los dejan de dar, y si yo no bloqueo mis estrógenos el cáncer puede volver, así que imagínate eso… llevémoslo al Garrahan que es lo que está sucediendo con el hospital y llevémoslo a todo lo que está pasando con los jubilados, y con todos los enfermos de HIV, y así yo digo: contra la vida humana. Porque derecho están sacando un montón. Pero yo estoy hablando de cómo este tipo está queriendo cual nazi exterminarnos sacándonos cosas básicas como a las personas que dependemos del Sistema de Salud o de distintas cosas de salud. Cómo nos está queriendo exterminar ¿no?” (Teresa, El Bolsón, Colectiva Comarcal NUM).

presentes, enquanto hoje predomina o entendimento de que essa participação é parte do chamado político, de modo que a adesão passa apenas a ser comunicada.

Essa etapa das falas de até três minutos durou aproximadamente uma hora. Em seguida, passaram ao segundo momento da assembleia, com a divisão do grupo em duas comissões. Neste ano, ambas permaneceram no mesmo salão, que era amplo o suficiente para isso, ainda que, por vezes, as discussões em uma das comissões fossem altas a ponto de atrapalhar o trabalho da outra – o que demandou ajustes no decorrer da noite. Abaixo imagem da comissão de documento e de logística.

Figura 19: Assembleia do Ni Una Menos (Comissão de Documento) em Buenos Aires, 30 de maio de 2025.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 20: Assembleia do Ni Una Menos (Comissão de Logística) em Buenos Aires, 30 de maio de 2025.



Fonte: Arquivo pessoal.

Inicialmente, acompanhei os trabalhos da comissão de documento. Nela, a primeira a falar foi Verónica Gago, que explicou que o Coletivo havia pensado em uma proposta de documento concisa, capaz de sintetizar dez anos do NUM em dez pontos. Apresentou uma proposta inicial, sem que necessariamente precisassem seguir essa ordem: (1) aposentadas(os), (2) dívida, (3) violências, (4) ajuste, (5) perseguição política, (6) saúde, (7) ciência e educação, (8) cultura, (9) direitos humanos e povos indígenas, e (10) contra a internacional fascista. De modo geral, houve aceitação da proposta e, a partir disso, iniciaram as discussões sobre o que acrescentar em cada ponto e sobre a forma de redigi-los.

Acompanhei também a comissão de logística na qual uma das primeiras discussões foi sobre a conveniência ou não de haver um palco para a leitura do documento e para outras atividades semelhantes. O tema gerou posições distintas e defesas firmes de ambos os lados. As preocupações incluíam tanto questões de segurança, como as saídas de emergência, quanto aspectos financeiros, especialmente sobre quem arcaria com os custos da estrutura de palco e de som. Por outro lado, muitas argumentavam que sem o palco para leitura do documento as reivindicações do NUM seriam diluídas nessa manifestação mais geral. Depois de fortes embates sobre este tema, decidiram pela inclusão do palco, para que pudesse ser lido o documento adequadamente.

O tema da segurança também apareceu em outros momentos na comissão de logística. Tive a impressão de que, neste ano, as preocupações em torno desse aspecto estavam mais presentes. Uma participante de uma organização de Direitos Humanos falou sobre os cuidados necessários ao ir à manifestação para reduzir as chances de prisão, como dentre outros, evitar portar qualquer coisa que pudessem acusar de ilícita ou perigosa (como um canivete ou uma tesoura) e que pessoas migrantes não deveriam ir dado o risco de prisão e deportação. Além disso, foi produzido um material com orientações sobre segurança que, neste ano, trazia de forma mais detalhada informações sobre como proceder em caso de ser vítima do uso de armas não letais por parte do policiamento, como balas de borracha e gás lacrimogêneo.

De modo semelhante, o medo de participar dos protestos apareceu nas falas de algumas das entrevistadas. Também está presente quando comentam a decisão do NUM de realizar a manifestação no dia 4. Susana abordou essa questão antes da realização do ato, uma vez que nossa entrevista ocorreu dia 31/05/2025. Em suas palavras:

> Este governo está conseguindo disciplinar. Mas, ainda assim, eu acho que vai ser importante e considero que foi uma decisão muito acertada. Dizer: não vamos estar comemorando um "aniversário" feminista no dia 3 de junho neste contexto, quando no dia seguinte batem nas nossas companheiras aposentadas. Vamos estar com as nossas companheiras. Tomara que não nos batam, mas vamos nos expor, vamos nos expor também a isso. E me parece algo muito digno da nossa parte. Muito digno. Somos nós, as mulheres, que estamos indo ali. Não são os sindicatos, nem os partidos políticos. Somos as mulheres que estamos indo defender as nossas companheiras aposentadas e enfrentar a polícia.[157] (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza)

Além dos relatos que evidenciam o medo da prisão, da judicialização e das sanções administrativas como elementos dissuasórios da participação nos protestos visíveis nas assembleias e no trecho da entrevista acima, também observei que diferentemente do que havia visto no ano anterior, em 2025 tornou-se recorrente a

[157] No original: "Ta logrando disciplinar este Gobierno. Pero igual yo creo que va a estar bueno y creo que es una muy buena decisión que se tomó. De decir, no vamos a estar festejando un cumple feminista el 3 de junio en este contexto, cuando al día siguiente les pegan a nuestras compañeras jubiladas. Vamos a ir con nuestras compañeras… ojala que no nos peguen, pero nos vamos a exponer, nos vamos a exponer a eso también. Y me parece que es muy loable de nuestra parte. Muy loable, ¿somos las mujeres eh? Las que estamos yendo ahí. No son los sindicatos, ni los partidos políticos. Somos las mujeres las que estamos yendo a defender a nuestras compañeras jubiladas y enfrentarnos con la policía." (Susana, Mendoza, Colectivo NUM Mendoza)

utilização de grandes estruturas metálicas vazadas em ruas próximas ou diretamente em frente ao Congresso Naiconal e à Casa Rosada. Embora apresentadas oficialmente como dispositivos de contenção e organização do espaço público em casos de protestos, tais grades operam, na prática, como tecnologias de controle e intimidação, reconfigurando previamente o campo da manifestação. Sua utilização torna-se particularmente visível em contextos de acionamento do Protocolo *Antipiquete*, quando deixam de cumprir uma função meramente preventiva e passam a integrar estratégias ativas de repressão, ampliando a capacidade coercitiva das forças de segurança. Assim, esses dispositivos materiais não apenas limitam fisicamente o protesto, mas produzem efeitos simbólicos e subjetivos que reforçam o clima de medo, antecipam a violência estatal e contribuem para o esvaziamento das ruas[158].

Foram aproximadamente duas horas de debates nas comissões. A comissão de documento que prosseguiu a partir dos pontos acordados inicialmente não conseguiu concluir a redação do texto durante a assembleia. Diante da hora avançada e da necessidade de encerrar as atividades para o fechamento do prédio, optaram por criar um grupo de WhatsApp para realizar os últimos ajustes a partir do texto que seria ali compartilhado, bem como para viabilizar as assinaturas das organizações no documento. Todas as pessoas que estavam ali puderam ingressar nesse grupo, razão pela qual também passei a integrá-lo.

Ainda ocorreram a inclusão de alguns pontos específicos no documento a partir das discussões neste grupo de whatsapp, assim como sua circulação para a coleta

[158] A contração do espaço cívico na Argentina tem sido denunciada de forma sistemática por redes regionais dedicadas à defesa da liberdade de expressão e de imprensa, como a *Alianza Regional por la Libre Expresión e Información*, a IFEX-ALC e a *Red Voces del Sur*. Segundo essas organizações a ofensiva do Poder Executivo contra direitos fundamentais como a liberdade de informação, de expressão, de imprensa, de manifestação e de reunião pacífica, tem produzido efeitos concretos e mensuráveis, ainda que na ausência de dados oficiais (“Argentina”, 2024). Registros elaborados por organizações da sociedade civil indicam que, entre janeiro e junho de 2024, ocorreram dezenas de detenções arbitrárias em distintas cidades do país, centenas de pessoas feridas durante protestos – incluindo casos de mutilação permanente provocada pelo uso de balas de borracha – e um número expressivo de trabalhadoras(es) da imprensa atingidas(os) no exercício de suas funções (“Argentina”, 2024). É emblemática a repressão aos protestos no dia 12 de junho de 2024, quando da votação da Lei de Bases no Congresso – tema já detalhado na subseção anterior. Nessa ocasião, manifestantes contrários a aprovação da Lei foram presos sob acusações graves e desproporcionais, como tentativa de golpe de Estado e terrorismo. Para além da repressão física, essas redes também apontam para a adoção de estratégias discursivas de intimidação e criminalização, por meio das quais o governo de Javier Milei e altos funcionários recorrem a pronunciamentos públicos e mensagens em redes sociais para deslegitimar atores críticos – incluindo ativistas, organizações sociais, comunicadores e jornalistas –, buscando desqualificá-los como interlocutores legítimos e esvaziar sua autoridade pública construída ao longo de anos de atuação (“Argentina”, 2024).

das assinaturas. Esse processo se estendeu até poucos momentos antes da manifestação do 4J. No documento final, manteve-se a proposta inicial de organização em dez pontos, que em uma tradução livre, passaram a ser os seguintes: (1) “Contra as violências patriarcais, fascistas e racistas”; (2) “Contra o FMI e a dívida que se paga com nossos corpos e territórios”; (3) “Contra a repressão e o ajuste sobre as/os aposentadas/os: nem uma aposentada a menos!”; (4) “Contra a fome e a guerra contra as/os trabalhadoras/es”; (5) “Contra a criminalização e a perseguição política”; (6) “Contra o desmonte da saúde pública e dos direitos reprodutivos”; (7) “Contra o desmonte da educação pública e do sistema científico nacional”; (8) “Contra o ajuste na cultura”; (9) “Contra o negacionismo e a apologia à ditadura”; (10) “Contra a internacional fascista, denunciamos o genocídio contra o povo palestino”.

Esses pontos refletem a *consigna* central deste 4J, segundo a qual “unir las luchas es la tarea” (“unir as lutas é a tarefa”). São também emblemáticos da crescente transversalidade e interseccionalidade do Coletivo, expresso no documento como a ressignificação da “luta transfeminista” a partir da solidariedade com aposentadas e aposentados, entendidas(os) como aquelas(es) que, todas as quartas-feiras, enfrentam diretamente a repressão promovida por um “governo fascista e seus cúmplices”. Assim, indicam como é essa a razão que leva a mobilização a ocorrer no dia 04, uma vez que o “movimento transfeminista, com seu grito de Ni Una Menos, expressa a vontade de transversalizar e articular lutas” (Doc. 4J, 2025). Parte-se, assim, da compreensão de que não se trata de celebrar uma efeméride, mas de assumir o compromisso de enfrentar o projeto de fome e empobrecimento impulsionado por Javier Milei e pelo FMI, bem como a lógica de espoliação e de negócios que lhe dá sustentação (Doc. 4J, 2025).

Os elementos de *unir las luchas* aparece diversas vezes no documento, e está bem sintetizado no seguinte trecho:

> São as lutas que vêm de baixo que hoje sentem a urgência de uma convocação unitária, capaz de articular todos os conflitos que estão enfrentando o ajuste e a crueldade: trabalhadoras/es do Garrahan e da saúde pública, cientistas do CONICET e trabalhadoras/es das universidades e da educação pública, trabalhadoras comunitárias, pessoas que reivindicam a declaração de emergência na área da deficiência, trabalhadoras/es da cultura, inquilinas/os, comunidades indígenas criminalizadas, coletivos pela lei de Reparação Histórica Travesti-Trans, assembleias ambientais, migrantes, demitidas/os e precarizadas/os, companheiras do movimento *piquetero* e da

> economia popular, torcidas antifascistas e organismos de direitos humanos. (Doc 4J, 2025)

Portanto é coerente com esse contexto, que a violência, em suas diversas formas de expressão, tenha sido central na comissão de documento, o que fez com que este se configurasse como o índice mais frequente no texto final, conforme é possível observar na tabela a seguir.

Tabela 12: Frequência dos índices por categoria no documento do Ni Una Menos no 4J de 2025.

CATEG	ÍNDICES	QUANT	MODOS DE APARIÇÃO	
			DRO	Autoident
A – Justiça	Estado	7	7	
A – Justiça	Direitos Humanos	1		1
A – Justiça	Ditadura	1	1	
A – Justiça	Governo	3	3	
A – Justiça	Poder Judiciário/operadores(as) da Justiça/Justiça	9	9	
A – Justiça	Patriarcal/Patriarcado	2	2	
A – Justiça	Ministério	1	1	
A – Justiça	Orçamento	2	2	
A – Justiça	Pobreza/Pobre(s)	4	4	
A – Justiça	Protesto(s)/Protestar	2	2	
A – Justiça	Crianças/meninas(s)/Infância(s)	8	8	
A – Justiça	Velhice(s)	2	2	
A – Justiça	Violência(s)*/violenta(o)/violentamente/violentada(s)	17	17	
A – Justiça	Violência institucional	3	3	
A – Justiça	Feminicídio(s)/Femicídio(s)/ Femicida	5	5	
A – Justiça	Morte(s)/Morta(s)/Assasinada(s)/Assassinato/Matar(am)/Assassino	3	3	
A – Justiça	Vítima(s)	2	2	
B – Saúde	Aborto(s)/Interrupção Voluntária da Gravidez	2	2	
B – Saúde	Educação Sexual Integral (ESI)	1	1	
B – Saúde	Deficiência	4	3	1
C – Economia	Ajuste(s)	4	4	
C – Economia	Dívida*	8	8	

C – Economia	Endividada/Endividamento/ Endividarmos/Desendividada(s)	2	2	
C – Economia	Economia Popular	1		1
C – Economia	Trabalho(s)	2	2	
C – Economia	Trabalhador/as(es)	13	9	4
C – Economia	Cuidado(s) [enquanto função]	2	2	
C – Economia	Greve/*Paro*	3	3	
C – Economia	Aposentadoria/Aposentadas(os)	9	9	
D – Raça e etnia	Indígena(s)	3	2	1
D – Raça e etnia	Território/terras	5	5	
D – Raça e etnia	Racismo/Racista(s)	2	2	
D – Raça e etnia	Migrante(s)/Migrar	6	4	2
E – Identidades de gênero e sexualidade	Trans/Transgénero(s)/Transexual(ais)	4	3	1
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesti(s)	4	3	1
E – Identidades de gênero e sexualidade	Não-binárie(s)	1	1	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Lésbica(s)/Lesbo	1	1	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Mulher(es)*	7	5	2
E – Identidades de gênero e sexualidade	Corpo/*Acuerpamiento*/*Acuerpada*(s)	4	3	1
E – Identidades de gênero e sexualidade	Transfeminicídio(s)/transfeminicídio(s)	2	2	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Travesticídio(s)	5	5	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Lesbocídio(s)	2	2	
E – Identidades de gênero e sexualidade	Ódio [contra LGBTQIA+ e/ou mulheres]	3	3	

Fonte: elaboração própria a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2025 do Ni Una Menos.

A violência aparece no documento de múltiplas formas, para além dos feminicídios, travesticídios e outras violências letais e corporizadas, articulando-se a

diferentes questões como tem sido perceptível também em anos anteriores. Neste, o trecho abaixo é representativo disso:

> A fome é violência. A ausência de políticas públicas para enfrentar as violências por razões de gênero é violência. A dívida é violência. Estamos cada vez mais endividadas, precarizadas e pluriempregadas, com rendimentos miseráveis. Basta de violência institucional. Manifestar-se não é crime. Fora Bullrich, abaixo o protocolo *antipiquetes*. (Doc 4J, 2025)

As denúncias às repressões policiais contra os protestos sociais, em especial aquelas associadas ao Protocolo *Antipiquete*, aparecem no ponto 5. Nesse trecho, o documento denuncia os processos de criminalização e perseguição dirigidos a sindicatos, movimentos sociais e *piqueteros* e lideranças comunitárias, ao mesmo tempo em que reivindicam a retirada das acusações e processos judiciais contra dirigentes sociais, *piqueteros* e atores políticos. O medo da repressão policial durante o protesto se soma, portanto, ao medo de processos judiciais e mesmo de prisão. Isso foi mencionado em algumas das entrevistas, a exemplo da fala de Ana:

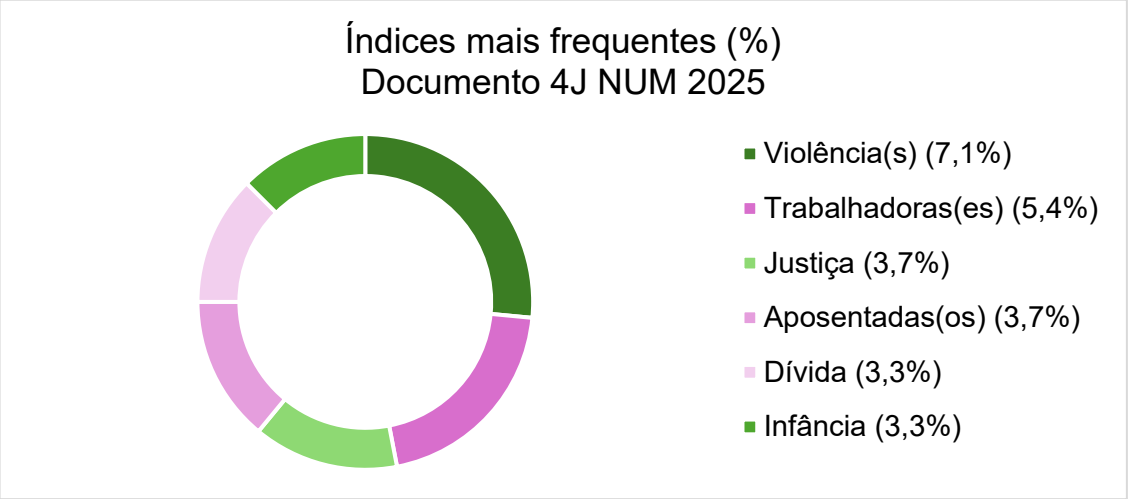
> Ou seja, é muito eficaz o que estão fazendo em termos de repressão e de medo de perder o trabalho […] No ano passado, o governo se empenhou em demonstrar sua força repressiva e que não teria nenhum pudor com nada. Evidentemente, isso está esvaziando as ruas porque as pessoas têm medo, e é lógico que se tenha medo. Porque nós, no movimento feminista, em nossas marchas, do NUM, nos sentíamos seguras; nós não nos preocupávamos com isso, era seguro. […] Havia isso de dialogar com a polícia, com a cidade. Tranquilo. Não havia restrição, nem mesmo durante o macrismo. Neste momento, Patricia Bullrich, no governo Macri, tinha o mesmo plano *antipiquete* que tem agora, mas não o aplicava como o faz atualmente. […] Transporte que aumenta, os múltiplos trabalhos ou o desemprego para conseguir chegar ao fim do mês. Soma-se a isso o medo de ser reprimida ou de ser presa e de ficar com um processo. Eles te colocam um processo, se te pegam com uma *pepa* [comprimido de droga] e te demitem do trabalho que você tem. No ano passado começaram as mobilizações e prendiam todo mundo, não importava quem fosse, todo mundo que estivesse ali.[159] (Ana, Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal)

[159] No original: “O sea, es muy efectivo lo que están haciendo en términos de represión y de miedo de perder el trabajo […] Y el año pasado empecinaron el gobierno en demostrar su fuerza represiva y que no iban a tener ningún pudor con nada. Por supuesto que está vaciando la calle porque la gente tiene miedo, y es lógico que te de miedo. Porque nosotras en el movimiento feminista, nuestras marchas, de NUM, nos sentíamos seguras, nosotras no nos preocupábamos con eso, era seguro. […] Tenía esto de hablar con la policía, con la ciudad. Tranquilo. No había restricción, mismo durante el macrismo. En este momento, Patricia Bullrich, en el gobierno de Macri, tenía el mismo plan antipiquete que tiene ahora, pero no lo cumple como lo hace ahora. […] Transporte que aumenta, los múltiples trabajos o la desocupación para poder llegar al fin del mes. Más el miedo que te repriman o que te metan preso y que te queda una causa. Te ponen una causa se te tomas una pepa y te echan del trabajo que tienes.

Assim, para além da violência da repressão e da possibilidade de responder a processos judiciais e até mesmo à prisão, soma-se o risco da perda do emprego, bem como a ameaça já mencionada de suspensão de subsídios governamentais àquelas(es) que participarem de protestos. Além dos cortes previamente citados em políticas públicas, também houve a redução dos subsídios federais ao transporte público que resultou em reajustes frequentes nas tarifas de ônibus e metrô – alguns deles superiores a 400%. Deve-se acrescentar, ainda, a deterioração das condições materiais de vida e ações como a desregulamentação dos aluguéis[160] enquanto fatores que impõem a necessidade de acumular múltiplos empregos para garantir a sobrevivência.

Não surpreende, portanto, que, nesse contexto, as questões econômicas ocupem um lugar central na forma como as violências são compreendidas nas assembleias convocadas pelo NUM. Isso se reflete também nos índices mais recorrentes do documento deste ano, dos quais metade se insere na categoria "A – Justiça" e a outra metade na categoria "C – Economia", conforme se observa no gráfico a seguir.

Gráfico 13: Seis índices mais frequentes no documento 4J de 2025.



Fonte: elaboração própria, a partir da análise de conteúdo do documento do 4J de 2025 (Ni Una Menos).

En el año pasado empezaron a movilización y agarraban a todo el mundo, no importaba, todo el mundo ahí." (Ana, Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal)

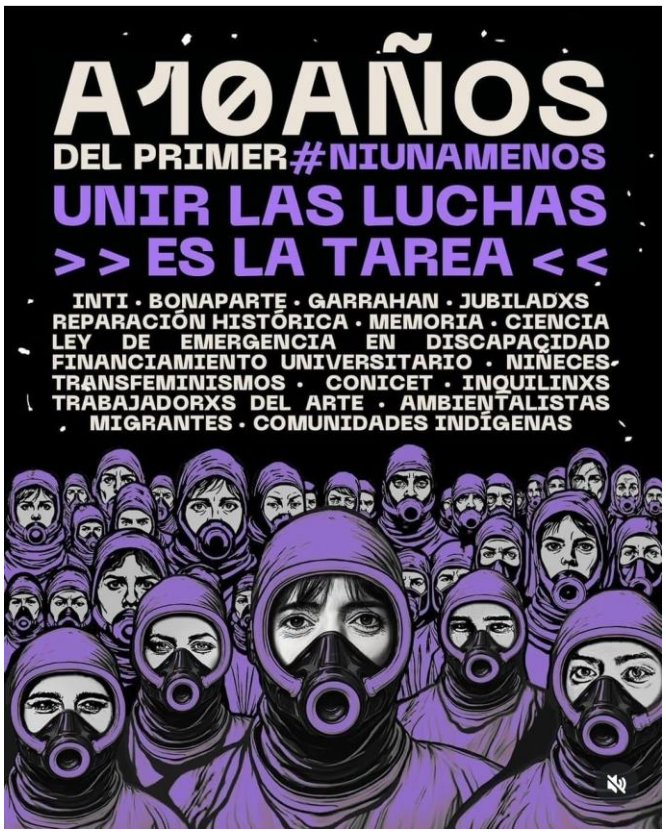
[160] O governo Milei extinguiu a Lei do Aluguel nº 27.551 de 2020 que tinha algumas previsões protetivas às/aos inquilinas(os), como, por exemplo, a previsão de reajuste de aluguéis apenas anualmente. Com a extinção dessa legislação, passou a ser legal, dentre outras coisas, contratos em dólar ou outras moedas estrangeiras, com duração mais curta e reajustes a cada três meses.

Por fim, cabe destacar a permanência do tema da dívida como um eixo estruturante das leituras de violência produzidas pelo NUM em 2025. Trata-se de uma agenda já amplamente explorada no capítulo anterior, mas que reaparece aqui como elemento constitutivo do diagnóstico político do Governo Milei. Isso se dá, como abordado na primeira seção deste capítulo, na medida em que a dívida é compreendida como um dispositivo central de governo, articulado à austeridade, à precarização do trabalho e à intensificação da exploração do trabalho reprodutivo, incidindo de forma desproporcional sobre mulheres e lares chefiados por mulheres, ao mesmo tempo em que revela os limites do endividamento como mecanismo de sustentação da reprodução social diante do avanço acelerado do empobrecimento (Gago, 2025).

Assim, a dívida não figura apenas como uma questão econômica isolada, mas como um mecanismo de disciplinamento social, profundamente articulado ao neoliberalismo. Sua presença no documento deste 4J, portanto, reforça o entendimento de que as violências extrapolam o campo estrito da repressão ou da violência de gênero, inscrevendo-se em uma racionalidade econômica que organiza e legitima tais processos.

Foi a partir desses elementos preparatórios que, no dia 4 de junho, se convocou, a partir de diversas organizações sociais, a manifestação na Praça do Congresso. Neste ano, um dos principais materiais de convocação à manifestação (figura 21) incluiu algumas das múltiplas pautas e sujeitas que conformam o campo de alianças do Coletivo, ao marcar os dez anos do primeiro NUM. A imagem articula visual e discursivamente demandas feministas, trabalhistas, educacionais, ambientais e de direitos sociais – como saúde pública, financiamento universitário, memória, migração, infâncias e população LGBTQIA+ – evidenciando a amplitude do escopo político da manifestação e a aposta na convergência das lutas.

Figura 21: Material de convocação à manifestação do 4J de 2025 do Ni Una Menos.



Fonte: material de divulgação da manifestação do 4J de 2025, disponibilizado na página oficial do Coletivo Ni Una Menos no Instagram (@_niunamenos_).

Como se observa na imagem acima, há uma alusão à obra *El Eternauta*, uma série de histórias em quadrinhos de Héctor Germán Oesterheld, reatualizada em razão da série lançada em 2025. Na narrativa, o uso de máscaras de proteção remete à sobrevivência diante de uma “neve mortal” que encobre o país. Esse imaginário foi reapropriado em distintas manifestações ao longo de 2025 na Argentina como metáfora de uma violência difusa, ao mesmo tempo em que se articula à necessidade concreta de proteção facial diante do uso de gás lacrimogêneo pela polícia na repressão aos protestos.

Não é por acaso que se dá a reapropriação desse elemento simbólico: Oesterheld foi perseguido e desaparecido pela ditadura militar argentina, assim como suas quatro filhas (Estela, Diana, Beatriz e Marina), o que inscreve a obra em uma memória política de resistência à ditadura e em defesa da democracia. No protesto do 4J, essa atualização simbólica manifestou-se tanto nos corpos – com pessoas utilizando máscaras semelhantes às do personagem – quanto nos cartazes que afirmavam “ninguém se salva sozinho(a)” e “basta de chuva de crueldade”. Alguns

desses cartazes foram espalhados pela cidade, em oposição ao governo Milei e em clara alusão à série (como se observa na figura 22). Uma articulação entre passado e presente como forma de nomear a experiência contemporânea de repressão e violência, reafirmando a ideia de que a resistência, assim como no passado, só é possível como prática coletiva.

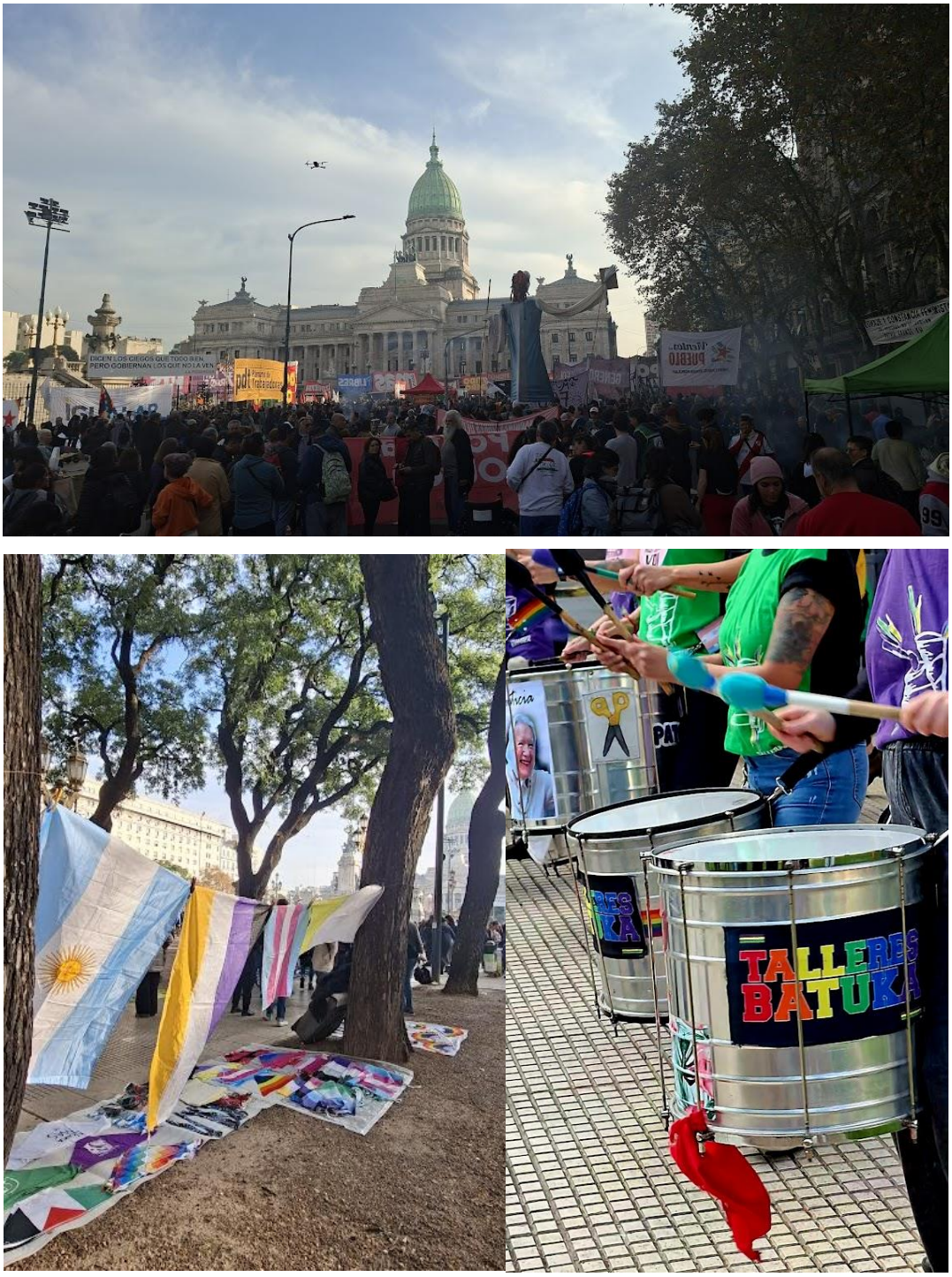
Figura 22: Uso de imagem inspirada em *El Eternauta* em manifestação no centro de Buenos Aires, maio de 2025.



Fonte: Arquivo pessoal.

Assim, dirigi-me ao 4J atendendo à recomendação do Coletivo e evitando ir sozinha. Fui ao ponto de encontro da organização Incidencia Feminista e, a partir dali, pude acompanhar a manifestação. Logo na chegada, já foi possível perceber diferenças em relação ao ano anterior, sobretudo pela presença significativamente maior de pessoas e pela ampliação do número de organizações que atenderam ao chamado. Ao mesmo tempo, alguns elementos se mantinham, como a venda de produtos relacionados às pautas da mobilização, a oferta de alimentos e a presença de bandas e intervenções artísticas. Também era visível um clima de reencontro entre distintos grupos, bem como a organização interna prévia ao protesto, evidenciada na disposição das colunas, na distribuição de materiais e na articulação entre as organizações que compuseram a convocatória. Alguns desses elementos podem ser identificados nas imagens abaixo.

Figura 23: Registros do protesto do 4J de 2025, Praça do Congresso, Buenos Aires.



Fonte: Arquivo pessoal.

Mais uma vez, observou-se a presença tanto de organizações de grande e pequeno porte, previamente articuladas para aderir à manifestação, quanto de pequenos grupos e participantes individuais que, mesmo sem cartazes, quase sempre portavam ao menos alguns lenços. Essa diversidade de formas de participação pode

ser observada na imagem abaixo, na qual três jovens compartilham mate e comida na praça durante a manifestação.

Figura 24: Convivência entre participantes durante o protesto do 4J de 2025, Praça do Congresso, Buenos Aires.



Fonte: Arquivo pessoal.

Ainda que fosse perceptível a presença de muitos policiais, a manifestação adquiriu tal dimensão que as ruas foram fechadas sem que fosse acionado o Protocolo *Antipiquete*. Apesar de conversas e preocupações em torno da possibilidade de violência, o ato transcorreu sem repressão policial, sendo uma exceção naquele período.

O espaço ocupado na praça foi significativamente maior do que no ano anterior, quando a concentração se limitou sobretudo à sua metade. Em 2025, houve mobilizações em toda a extensão da praça. Além disso, tornou-se novamente visível a diversidade de prioridades e demandas dos distintos grupos e participantes, ainda que permanecessem recorrentes faixas e cartazes vinculados ao NUM ou às pautas feministas de modo mais amplo, conforme indicado nas imagens contidas na figura 25.

Figura 25: Faixas e cartazes com referência ao Ni Una Menos durante o protesto do 4J de 2025, Praça do Congresso, Buenos Aires.



Fonte: Arquivo pessoal.

Não foi possível aproximar-me do palco, em razão da grande concentração de pessoas ao longo da praça, em especial mais próximas ao Congresso. Foi a partir dele que se realizou a leitura pública do documento NUM, um repertório já consolidado de publicização das deliberações do Coletivo. Como em edições anteriores, o palco operou como espaço central de enunciação dos posicionamentos construídos coletivamente ao longo do processo *asambleario*.

O tema da massividade dos protestos apareceu em algumas das entrevistas e esteve presente em conversas com participantes durante o 4J. Apesar do número significativamente maior de pessoas em 2025, em comparação com o 3J de 2024, interlocutoras ressaltaram que a mobilização ainda foi menor do que aquelas observadas no período identificado como de massificação dos feminismos (entre 2015 e 2020), analisado nos capítulos anteriores. Na entrevista com Camila, realizada no dia seguinte ao 4J, essa variação ao longo dos dez anos de existência do NUM é abordada de forma direta:

> Aquelas mulheres ou adolescentes que entraram de maneira orgânica, soltas, que se convocavam para o 3 de junho, que se convocavam para o 25 de novembro, o 8 de março, que foram às vigílias pela sanção da Lei do Aborto, essas soltas já não estão, por múltiplas razões. Muitas […] porque têm medo, ou porque a onda já passou e já não é tão representativo, né? E muitas também porque, bom, hoje as crises econômicas fazem com que as companheiras da região metropolitana, por exemplo, não possam vir. Que não conseguem pegar dois ônibus para vir porque não têm um tostão. Então, cada vez há menos presença nas ruas. É uma realidade, né? No sentido do acumulado que era aquela questão massiva dos primeiros NUM, em que você não conseguia caminhar meia quadra para entrar [na Praça] porque levava uma hora e pouco, porque era… transbordava, transbordava. […] parece-me estratégico o fato de unir forças e também considerei interessante o próprio movimento feminista dizer "bom, nos *acuerpamos* com todo o resto das lutas", não? Porque também acho que esse é sempre o desafio… durante o governo Alberto Fernández e acho que, bom, muito mais agora, prevalece como que as feministas falemos apenas de certos temas, não? Que é a violência de gênero, feminicídio, não sei o quê… [...] E sei que é preciso extrapolar isso, parece-me que o que foi feito ontem é parte dessa estratégia.[161] (Camila, Buenos Aires, NUM Buenos Aires)

[161] No original: "Aquellas mujeres o adolescentes que se metieron de manera orgánica, sueltas, que se convocaban al 3 de junio, que se convocaban el 25 de noviembre, el 8 de marzo, que fueron a las vigilias por la sanción de la Ley de aborto, esas sueltas ya no están, por múltiples razones. Muchas […] porque tienen miedo, o porque ya pasó la ola y ya no es tan representativo, ¿eh? Y muchas también, porque bueno, hoy las crisis económicas hacen que las compañeras de conurbano, por ejemplo, no puedan venir. Que no se pueden tomar dos bondis para venir porque no tienen un mango. Entonces cada vez hay menos presencia en las calles. ¿Es una realidad, eh? En el sentido del acumulado que era esa cuestión masiva de los primeros ni una menos que no podías caminar media cuadra para entrar porque tardabas una hora y pico, porque era… desbordaba, desbordaba. […] me parece estratégico el hecho de unir fuerzas y también pensé como interesante el proprio movimiento feminista decir "bueno nos acuerpamos con todo el resto de las luchas" ¿no? Porque también creo que es el desafío siempre… durante el gobierno Alberto Fernández y también creo bueno, mucho más ahora, preside como que las feministas hablemos solo de ciertos temas, ¿no? Que es la violencia de género, femicidio, no sé qué… […] Y sé que hay que desbordar eso, me parece que lo que sí hizo ayer es parte de esa estrategia. (Camila, Buenos Aires, NUM Buenos Aires).

Assim, a manifestação do 4J refletiu uma ocupação ampliada do espaço público se considerados os anos imediatamente anteriores. Foi marcada pela diversidade de demandas e de sujeitas(os), pela reatualização de referências culturais e pela centralidade da violência econômica como chaves interpretativas no contexto sociopolítico argentino atual. Esses elementos conformam um quadro que permite retomar um entendimento desenvolvido desde o início desta tese: o de que os protestos não se limitam a expressões de descontentamento político mas também constroem sujeitos políticos coletivos (Natalucci; Tatagiba; Somma, 2024) e condensam diagnósticos políticos mais amplos. Nesse sentido, analiso na seção seguinte como se pode entender o NUM neste período (2023-2024) considerando as categorias centrais desta pesquisa (violência, repertório de confronto, repertório de estratégias e estoque de legados) no contexto da desdemocratização argentina e de um novo momento do neoliberalismo.

5.4 Conclusão do Capítulo

Neste capítulo, analisei as ações, os discursos e as formas de organização do NUM nos primeiros anos do governo Milei (2024-2025), evidenciando como a ofensiva neoliberal e antigênero apresentou indícios de desdemocratização e impactou nos modos de fazer ação coletiva na Argentina. Dentre os diversos elementos discutidos ao longo do capítulo nesse sentido, destaco dois como emblemáticos: o uso da violência como recurso político e a construção de antagonistas internas(os) a serem eliminadas(os). Tais elementos, conforme apresentado por Marina Franco (2025), estiveram presentes na história política anterior à transição democrática no país. O que se mostra inédito no cenário atual, diferentemente do que se observou nas últimas quatro décadas, é a retomada pública e explícita dessas práticas e discursos (Franco, 2025).

Busquei demonstrar que esse processo se constrói em um contexto mais amplo de avanço da extrema-direita em diversos países, sustentado por uma racionalidade neoliberal que antecede a eleição de governantes como Milei (Brown, 2019). De modo que em um novo cenário de acentuamento da crise econômica no país, em vez da ampliação do ideal democrático e do fortalecimento criativo das articulações coletivas, passou a existir, em sentido oposto, um significativo apoio social às lógicas individualizantes de enfrentamento dos problemas socioeconômicos que tem nas

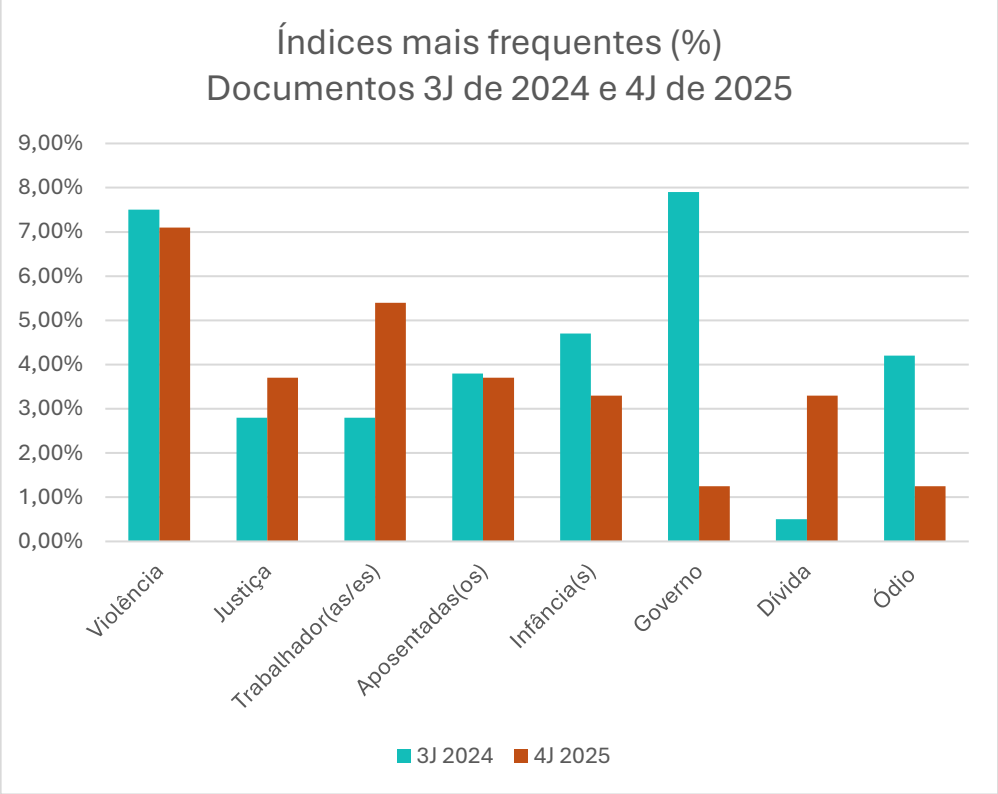
propostas e discursos de Javier Milei sua expressão privilegiada (Aiziczon; Benclowicz, 2026; Franco, 2025; Gago, 2025).

Portanto, esse contexto é parte da análise sobre a atuação do NUM neste período. Como nos capítulos anteriores, nessa seção, apresento uma síntese comparativa dos principais temas abordados pelo Coletivo em 2024 e 2025 nos documentos produzidos para o 3J e o 4J. Em seguida, retomo as quatro categorias de análise já detalhadas anteriormente: violência, repertórios de confronto, repertórios de estratégia e estoque de legados, de modo a compreender não apenas as continuidades em relação a ciclos anteriores de mobilização, mas também os deslocamentos específicos produzidos por este novo momento político.

A partir do suporte metodológico da análise de conteúdo, foi possível identificar quais temas foram priorizados pelo Coletivo neste período e de que maneira foram abordados nos documentos produzidos pelo NUM em Buenos Aires. Ao longo do capítulo, também detalhei o processo de construção desses documentos, a partir de elementos apreendidos por meio da metodologia de observação participante das assembleias preparatórias e das manifestações ocorridas em 2024 e 2025. Assim, considerando os dados já apresentados neste capítulo e levando em conta apenas os índices mencionados com maior frequência em cada um dos documentos, produzi o gráfico abaixo[162], com o objetivo de evidenciar as variações do período.

[162] Como nos capítulos anteriores, este gráfico foi elaborado com base no percentual de ocorrência de cada índice nos documentos, permitindo uma comparação mais precisa entre textos que têm variações em extensão e número de palavras. Os dados brutos encontram-se disponíveis nas tabelas disponibilizadas no decorrer do capítulo.

Gráfico 14: Distribuição percentual dos índices mais frequentes nos documentos do 3J de 2024 e do 4J de 2025.



Fonte: elaboração própria a partir da análise de conteúdo do documento do 3J de 2024 e 4J de 2025 do Ni Una Menos.

Um elemento que merece ser destacado é que, diferente dos capítulos anteriores, esta tabela condensa apenas dois documentos do NUM, produzidos ao longo dos dois primeiros anos do governo Milei (2024-2025), o que, reduz o volume do material empírico e marca o fechamento da primeira década de existência do NUM. É perceptível que a violência permanece como um eixo central e transversal, mantendo sua posição de destaque em ambos os documentos, o que reafirma sua centralidade para o Coletivo em todos os contextos políticos analisados nesta tese.

O gráfico demonstra algumas mudanças entre 2024, com maior peso relativo de índices associados ao governo e à infância, e 2025 com maior centralidade de temas como trabalho, justiça e dívida. Esses aspectos podem ser relacionados com o aprofundamento da crise socioeconômica e das políticas implementadas ao longo do primeiro ano de governo Milei. A presença da dívida e sua ampliação relativa em 2025 é particularmente significativa, pois dialoga tanto com debates já consolidados em ciclos anteriores do NUM quanto com a leitura do neoliberalismo como forma de disciplinamento social, discutida na seção inicial deste capítulo.

Pela primeira vez, “Ódio” figura entre os índices mais frequentes. Embora esse índice tenha aparecido de forma pontual em 2022, é em 2024 e 2025 que se observa menções recorrentes pelo NUM. Essa maior incidência pode ser interpretada como indicativa de uma leitura política do contexto inaugurado pelo governo Milei, no qual discursos estigmatizantes, desumanizantes e de incitação à violência passam a ocupar um lugar central na retórica governamental e no debate público. Ao incorporar o “ódio” como categoria de denúncia, o NUM não apenas nomeia um clima político específico, mas também explicita os afetos mobilizados e produzidos por esse novo regime discursivo, articulando-os às dinâmicas de violência, exclusão e desdemocratização analisadas ao longo do capítulo.

Por fim, os documentos analisados neste período expressam menos uma lógica de expansão temática e mais um processo de rearticulação e condensação discursiva, no qual demandas históricas do movimento são reatualizadas no âmbito das especificidades do período. Em outras palavras, em um cenário marcado pela ofensiva neoliberal, pela desdemocratização e pela intensificação da violência econômica e institucional.

Considero igualmente relevante retomar as quatro categorias analíticas previamente apresentadas – violência, repertórios de confronto (Tilly, 1978, 2006), repertórios de estratégia (Rossi, 2017) e estoque de legados (Rossi, 2017) – , mobilizando-as como chaves interpretativas para compreender tanto os conteúdos políticos acionados pelo Coletivo quanto as formas e os sentidos assumidos por suas ações neste período. Desse modo, e considerando exclusivamente os elementos que puderam ser identificados na observação participante, nos documentos, nas entrevistas e textos analisados sobre este período, sistematizo essas informações no quadro a seguir.

Quadro 5: Síntese das categorias analíticas da atuação do Ni Una Menos (2024-2025).

CATEGORIA	IDENTIFICADOS NO NUM (2024-2025)
Violência	*Chineo*; violência econômica; especulação imobiliária; endividamento; superexploração do trabalho (incluído os de cuidado); negação do aborto legal como violência; feminicídios; transfeminicídios; travesticídios; racismo; violência contra migrantes; violência institucional contra grupos específicos – aposentadas(os), pessoas com deficiência, profissionais da saúde pública, educadores, trabalhadoras de Comedores

	Populares etc; silenciamento/apagamento como violência.
Repertórios de confronto	Protesto, manifestação, campanhas em redes sociais; *pañuelazo.*
Repertórios de estratégia	Assembleias; Grupos de WhatsApp para organização e comunicação interna; produção e publicização de documentos coletivos; diálogos prévios às assembleias para coordenação de posicionamentos; grupos de whatsapp para continuidade de atividades iniciadas em assembleia.
Estoque de legados	Produção de cartazes; organização *asamblearia*; protestos e manifestações; elaboração de documentos coletivos; uso dos lenços; *pañuelazos*.

Fonte: elaboração própria, a partir da análise de documentos do Ni Una Menos, entrevistas e revisão da literatura referente ao período de 2024 e 2025.

À violência de gênero, central desde o surgimento do NUM, somam-se, de maneira cada vez mais explícita, a violência econômica e a violência política. A utilização recorrente da repressão, a desproteção social e a construção dos movimentos sociais e das feministas e pessoas LGBTQIA+ como inimigas internas, redefiniu o cenário no qual o Coletivo atua. Isso potencializou o deslocamento já identificado em períodos anteriores do foco exclusivo da denúncia da violência dos feminicídios para uma crítica mais ampla às condições materiais e políticas que produzem as condições de possibilidade dessas violências.

Como discutido na primeira seção deste capítulo, o governo Milei pode ser compreendido a partir da centralidade que a violência assumiu como princípio de ação política, com o esvaziamento deliberado das mediações institucionais e da própria ideia de negociação como forma legítima de governar. A crueldade, nesse sentido, não opera apenas como excesso ou retórica, mas como reorganização do campo político, ao transformar determinados grupos em inimigos públicos e ao naturalizar a violência. Essa dinâmica não apenas fragilizou os canais tradicionais de interlocução entre movimentos sociais e Estado, como alterou as condições da prática da *política callejera* nesse período.

As falas das entrevistadas evidenciaram como esse processo é vivenciado concretamente. Como afirma Ana, se “pode avançar em termos de reivindicação de direitos, na medida em que se tenha um Governo com o qual se possa dialogar, com

o qual se possa sentar para exigir algo. Hoje, ele não é um interlocutor válido."[163] (Ana, Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal). Ela reforça, assim, que não há com quem dialogar no governo Milei, o que configura uma ruptura muito mais profunda do que aquela vivenciada durante o governo Macri. A ausência de diálogo deve ser entendida aqui como o esvaziamento de um elemento central das mediações políticas típicas de regimes democráticos, que, nesse contexto, passa a ser substituído pela hostilidade e por uma forma de fazer política que prescinde da mediação e se sustenta na violência.

Ao mesmo tempo, está presente entre as entrevistadas a percepção de um recrudescimento generalizado da violência que, como analisa Milagros, extrapola a dimensão de gênero e se manifesta também como violência urbana e estrutural, promovida desde âmbitos institucionais. Essa leitura reforça a compreensão de que não se trata apenas de um retrocesso setorial, circunscrito às políticas de gênero, mas de uma crise mais profunda do pacto democrático, que, diante do aumento de diferentes formas de violência, demanda uma reconstrução das bases de convivência social, que pode ser sintetizada na afirmação da necessidade: "[...] temos que voltar a um pacto social democrático"[164] (Milagros, Rosário, Mujeres Evita).

Sendo assim, ao considerar a observação participante nas assembleias e nos protestos desse período, bem como a análise dos documentos e das entrevistas, identifico uma transição da preocupação generalizada do enfrentamento da violência do campo exclusivo dos feminismos para uma responsabilidade coletiva, recolocando a reconstrução das mediações democráticas como condição necessária para conter a "política da crueldade".

O repertório de confronto, por sua vez, apresenta importantes continuidades, como a centralidade das manifestações públicas, mas também passa por adaptações relevantes em um cenário de reaproximação entre diferentes grupos que, nos anos anteriores, não haviam produzido manifestações coincidentes para o 3J. Isso se relaciona à necessidade de disputar a legitimidade da ação coletiva em um contexto que busca criminalizá-la.

---

[163] No original: "puede avanzar en términos de reclamo de derechos, en tanto y en cuanto tenéis un Gobierno con el que puedes dialogar, con el que puedes sentarte a exigirle algo. Hoy no es un interlocutor válido." (Ana, Buenos Aires, Incidencia Feminista e Campaña por el Aborto Legal).

[164] No original: "[…] tenemos que volver a un pacto social democrático" (Milagros, Rosário, Mujeres Evita).

No caso dos repertórios de estratégias, o enfraquecimento das mediações institucionais e o ataque direto às políticas de gênero fazem com que o NUM e outras organizações sociais intensifiquem táticas de articulação territorial, cuidado coletivo e construção de redes de apoio material e simbólico. As assembleias assumem centralidade não apenas como locais de deliberação, mas também como instâncias de escuta, acolhimento e elaboração coletiva do sofrimento, funcionando simultaneamente como espaços políticos e de sobrevivência. Nesse sentido, as práticas *asamblearias* observadas nesse período atuam tanto na construção dos repertórios de confronto quanto como espaços subjetivos de sustentação cotidiana, articulando denúncia, cuidado e busca por permanência no espaço público.

Por fim, há pouca alteração no estoque de legados acumulado ao longo dessa primeira década de mobilizações, com destaque especial para a ferramenta política das assembleias e das manifestações públicas.

Nesse sentido, a atuação recente do NUM também permite retomar as discussões, já trabalhadas ao longo da tese, sobre a política, o político e o espaço público. Tal como proposto por Rancière (2018), a política emerge como ruptura da ordem consensual e como disputa pelos termos do visível, do dizível e do audível. No período analisado neste capítulo, essa dimensão do político se destaca nas ações do NUM, que insistem em ocupar o espaço público em um contexto marcado por tentativas explícitas de restrição e criminalização das manifestações.

Além disso, se destacou na observação participante a centralidade da linguagem e do ato de falar em público como prática política coletiva. Muitas mencionaram nas assembleias o nervosismo de falar em público pela primeira vez, enquanto outras relataram que foi nesses espaços que aprenderam a fazê-lo. O alcance do falar, especialmente sobre as múltiplas formas de violências vividas, constituiu um dos marcos do surgimento do NUM na Argentina. Isso se deu, desde o início, não apenas em contextos clássicos de organização coletiva, como grupos de conscientização ou nos Encontros, mas de modo difuso, tornando-se visível em conversas cotidianas entre amigas, em relatos nos meios de comunicação e em cartazes feitos individualmente ou por pequenos grupos que se somaram ao primeiro 3J – e também aos seguintes (Rossi, 2022). Trata-se, portanto, de um processo anterior e de alcance mais amplo do que os espaços de fala tradicionais dos movimentos de mulheres e feministas.

Quando faço alusão a essa nova linguagem política, me associo ao entendimento de Agustina Rossi (2022), para quem o processo de falar sobre as violências de gênero a partir do NUM se explica pelo fato de que tais violências eram uma norma, resultado de aprendizados impostos por um sistema social, político, cultural, econômico e simbólico. Nesse sentido, não se falava não por ignorância, mas porque não se tratava de um tema possível de ser enunciado.

Assim, mulheres falando publicamente sobre violências sofridas ou expressando opiniões constitui uma ação política, como os feminismos vêm sustentando há décadas. No entanto, quero reforçar algo que vai além disso, na medida em que envolve a construção de uma linguagem capaz de reorganizar a compreensão tanto das experiências individuais e cotidianas quanto das estruturas macro, como a política e a economia.

Nesse ponto, recordo do clássico ensaio de Gayatri Spivak (2010), “Pode o subalterno falar?”, no qual a autora afirma que a sujeita subalterna não encontra condições de possibilidade para ser ouvida. Em Spivak, a noção de fala está indissociavelmente vinculada à escuta e às relações de poder que definem quem pode falar, quem pode ser escutado e em quais condições. Não se trata, portanto, de uma ausência literal de voz, mas da impossibilidade de que essa voz produza efeitos no espaço social e político.

É a partir dessa chave que leituras posteriores, como a de Grada Kilomba (2019), deslocam o problema do silenciamento para o terreno das condições materiais e simbólicas da enunciação. Ao recuperar a imagem da máscara de Anastácia como metáfora do silenciamento colonial, Kilomba reinscreve a boca como lugar de violência, controle e interdição da palavra, evidenciando que o silenciamento não é mera abstração, mas historicamente produzido. Esse deslocamento permite pensar não apenas na impossibilidade de fala, mas nos dispositivos que a produzem.

Apesar das realidades distintas que são analisadas por Spivak e Kilomba, suas discussões se conectam com o contexto estudado nesta tese na medida em que evidenciam que a fala não pode ser dissociada das relações de poder que definem quem pode enunciar, em que condições e com quais efeitos. Essa chave analítica permite dialogar com o contexto político argentino, no qual a produção de voz pública sobre as violências de gênero esteve historicamente atravessada por mecanismos de interdição.

Karina Bidaseca (2023) retoma esse debate ao reinscrever a boca como espaço de disputa simbólica, a partir da obra *Bocanada*, de Graciela Sacco, interpretada como um gesto de grito, de fome e de necessidade de dizer. Ao contrapor a boca interditada à boca que exige enunciação, Bidaseca oferece uma chave analítica que permite pensar a linguagem como prática política situada, atravessada por relações de poder, mas também como campo de reapropriação e reinscrição do político. Não por acaso, essa leitura dialoga com definições recorrentes do próprio NUM como um grito pelo fim da violência. Algo que Sara Ahmed (2022, p. 124) associa aos movimentos feministas de modo mais amplo, ao afirmar “o feminismo como um grito para se fazer ouvir; o grito como uma maneira de tornar a violência visível; o feminismo como a aquisição de uma voz”.

Essa perspectiva encontra ressonância no conceito de tradução política que Cecilia Palmeiro (2019, 2020) articulou em relação ao NUM, segundo a qual o movimento não apenas produziu novas formas de discurso coletivo, mas operou como um processo contínuo de tradução entre diferentes linguagens e modos de enunciação – da expressão poética original às hashtags e manifestos coletivamente escritos, da linguagem das assembleias e protestos ao discurso público e aos documentos políticos. Trata-se de um trabalho político que transforma experiências singulares em linguagem comum, tornando-as comunicáveis, compartilháveis e passíveis de ação coletiva.

É a partir dessa dinâmica de fala e escuta coletivas que as assembleias, os protestos e as articulações promovidas pelo NUM não apenas contestam políticas específicas do governo Milei, mas reatualizam o espaço público como lugar de aparecimento político para mulheres e pessoas LGBTQIA+, migrantes, trabalhadoras(es) populares, entre outras sujeitas “sem-parte”. Ao produzir espaços nos quais múltiplas vozes podem ser ouvidas e traduzidas em uma gramática comum, o movimento tensiona as fronteiras entre o público e o privado e amplia os sujeitos reconhecidos como portadores de voz política, operando a partir da estratégia de *unir las luchas*.

Assim, o período analisado neste capítulo não pode ser interpretado simplesmente como um momento de desmonte de políticas estatais e desmobilização. Trata-se de uma fase de reconfiguração da ação coletiva, especialmente no campo dos feminismos. É um contexto marcado pela intensificação da violência, pela adaptação dos repertórios de confronto, pela ampliação das estratégias de

sobrevivência e pela continuidade dos modos de organização coletiva (ou do estoque de legados) construídos ao longo do tempo. Esses elementos ajudam a entender como o NUM segue atuando como um ator político relevante, mesmo em um cenário que busca deslegitimar, fragmentar e silenciar os movimentos sociais.

É destacado nesse período o acentuamento das tendências interseccionais do Coletivo, diretamente vinculado a essa mencionada capacidade de produzir fala e escuta coletivas. Como registrei no diário de campo, em junho de 2025, inicialmente supus que a incorporação da violência econômica e de temas correlatos na gramática do movimento tenderia a reduzir a capacidade do NUM de analisar e enfrentar aquelas que foram fundamentais para seu surgimento, isto é, as violências letais e corporalizadas (como feminicídios e travesticídios, por exemplo). Contudo, após acompanhar as assembleias e as manifestações de 2024 e 2025, observei que não é exatamente isso que ocorre. Não há apagamento da gravidade dessas violências. Em outras palavras, a incorporação das dimensões econômica e política da violência não diminuiu a preocupação nem as denúncias relativas às violências físicas e aos feminicídios.

Com isso, percebi que o NUM se aproxima muito mais de uma abordagem interseccional da violência, sustentada por uma prática de escuta, tradução e articulação entre diferentes e complexas experiências de violência. Trata-se de uma forma coletiva e transversal de mobilização, protesto e articulação política – em suma, *unir las luchas*. Essa dinâmica me remeteu à formulação de Mara Viveros Vigoya, segundo a qual importa mais a interseccionalidade das lutas do que das identidades (Kyrillos, 2024). Talvez seja precisamente isso que, com todas as tensões que tal escolha implica, o NUM esteja conseguindo realizar neste período.

Conclusão

Ao longo desta tese, examinei os repertórios e os sentidos sobre as violências de gênero articulados pelo NUM na Argentina, em sua primeira década de existência (2015 a 2025), buscando compreender de que modo afetaram tanto as práticas políticas e as agendas dos movimentos feministas e sociais quanto o campo político-institucional no país. Tomei a violência de gênero como eixo analítico central. Isso permitiu identificar que ela não operou apenas como objeto de denúncia, mas como uma chave interpretativa a partir da qual o movimento se constituiu, construiu diagnósticos, articulou alianças e redefiniu alguns temas e sujeitas(os) que passaram a ser reconhecidos como legítimos na esfera pública e política. Para alcançar esse objetivo, subdividi os propósitos desta pesquisa em cinco partes.

O primeiro objetivo específico implicou compreender os antecedentes históricos e a construção do NUM como ator político. No Capítulo 2 demonstrei que a emergência do NUM não pode ser entendida como um evento isolado, nem como resultado de um mero post em rede social, ainda que este tenha funcionado como um catalisador relevante. O NUM é fruto de um acúmulo histórico dos movimentos sociais argentinos e, em particular, dos movimentos de mulheres e feministas; ao mesmo tempo, seu alcance inicial foi marcado pelo fato de ter surgido fora dos espaços organizativos tradicionais desses movimentos, com destaque para o papel central desempenhado por jornalistas na convocação para o primeiro 3J. Nesse sentido, indiquei como e por que é possível considerar o NUM como um ator político complexo, que mobiliza repertórios e práticas de movimentos sociais anteriores ao seu surgimento, ao mesmo tempo em que se constitui em um cenário marcado pela centralidade das redes sociais e por articulações transnacionais que, embora conectadas globalmente, permanecem situadas territorialmente.

O segundo objetivo específico priorizou identificar os principais repertórios de ação utilizados pelo NUM em todo o período. Para isso, recorri as categorias analíticas de repertório de confronto de Tilly (1978, 2006, 2010) e de repertório de estratégias e estoque de legados de Rossi (2017). Com elas, pude analisar quais repertórios foram acionados em cada período, conforme detalhado nos capítulos 3, 4 e 5.

Esse exame dos repertórios do NUM evidenciou que o Coletivo desenvolveu uma capacidade contínua de adaptação articulando ação pública, estratégia organizativa interna e legados históricos em distintos contextos. Entre 2015 e 2019,

os repertórios de confronto centrados na ocupação massiva e performativa do espaço público, combinados a estratégias horizontais, digitais e transnacionais, foram fundamentais para a ampliação dos sentidos da violência de gênero e para a massificação do campo feminista. Isso implicou em uma ressignificação no debate público e político da violência de gênero, em especial, dos feminicídios.

No período de 2020 a 2023, esses repertórios foram reconfigurados diante da pandemia e do aprofundamento da institucionalização das políticas de gênero, incorporando formas híbridas de mobilização e aprofundando a articulação entre violência, economia e reprodução da vida, ao mesmo tempo em que mantiveram os legados históricos que sustentam a legitimidade do movimento, por meio de adaptações às condições impostas pelo isolamento social. Por fim, entre 2024 e 2025, em um cenário marcado pela ofensiva antigênero e por processos de desdemocratização, o NUM manteve a centralidade das manifestações públicas com a continuidade das assembleias como um espaço de articulação política entre diferentes atores. Ao longo de todo o período, o estoque de legados – com destaque especial às assembleias, ao uso dos lenços e à ocupação do espaço público – operou como base de reconhecimento e inteligibilidade da ação coletiva, permitindo ao NUM disputar os sentidos do político e da democracia mesmo em contextos de retração de direitos.

O terceiro objetivo específico envolveu identificar os sentidos atribuídos às violências de gênero pelo NUM desde seu surgimento até 2025 e algumas de suas consequências políticas. Isso dialoga diretamente com o quarto objetivo específico: analisar como a atuação do NUM contribuiu para as alterações nas práticas políticas e nas agendas dos movimentos sociais, em especial dos movimentos feministas e de mulheres na Argentina.

A análise da categoria de violência ao longo desta primeira década do NUM argentino demonstrou que o Coletivo produziu um deslocamento progressivo e cumulativo nos modos de nomear, compreender e politizar as violências de gênero. Entre 2015 e 2019, a centralidade da importância de nomear os feminicídios – e sua posterior ampliação para categorias como transfeminicídio, travesticídio e lesbocídio – ampliou a capacidade de inscrever experiências historicamente relegadas ao âmbito privado como problemas públicos e legítimos de disputa democrática. A violência foi mobilizada como diagnóstico coletivo, ao mesmo tempo em que foi central para a capacidade de ampliar sujeitas(es/os), alianças e gramáticas de denúncia, articulando

uma leitura interseccional que conectou gênero, classe, raça, sexualidade e nacionalidade.

Entre 2020 e 2023, sem abandonar a denúncia das violências letais e corporizadas, o NUM aprofundou essa estratégia de intervenção no debate público e incorporou de modo mais sistemático as violências econômicas e reprodutivas, vinculando a criminalização do aborto, o endividamento, o trabalho de cuidado e a precarização da vida às condições estruturais que produzem e reproduzem as violências de gênero. Por sua vez, no período de 2024 a 2025, em um contexto de avanço da extrema direita e de esvaziamento das mediações democráticas, a violência passou a ser denunciada também como princípio de governo, incorporando de forma explícita suas dimensões política, econômica e simbólica.

Em vez de diluir a centralidade das violências corporalizadas, esse deslocamento as reinscreveu em uma abordagem interseccional, sustentada, sobretudo, por práticas coletivas *asamblearias*. É nesse processo que o NUM amplia o espaço público como lugar de aparecimento político, no sentido rancieriano (Rancière, 2018), ao tornar visíveis corpos, vozes e experiências, e passa a compreender a reconstrução das mediações democráticas como dimensão indissociável do enfrentamento às violências.

No que se refere ao quarto objetivo específico, e considerando o exposto ao longo da tese, a atuação do NUM contribuiu para a transformação das práticas políticas e das agendas dos movimentos sociais na Argentina, especialmente no campo dos feminismos e dos movimentos de mulheres. Ao longo de sua primeira década, o NUM foi central na ampliação dos temas reconhecidos como politizáveis, incorporando de maneira sistemática as violências de gênero em suas múltiplas dimensões tanto na política quanto no político. Na política, na medida em ampliou a visibilidade dessas violências nas agendas de mobilização, plataformas de reivindicação e disputas no interior de arenas institucionais e não institucionais. No político, porque essa incorporação tensionou as fronteiras do espaço público, questionou quais experiências poderiam aparecer como problemas comuns e contribuiu para a legitimação de novas sujeitas(os/es) como portadoras(es) de voz política, além de ter tornado estes temas inescapáveis para candidatas(os) e políticas(os) eleitas(os).

A ampliação das alianças dos feminismos com sindicatos, movimentos populares, organizações LGBTQIA+ e redes territoriais, assim como a consolidação

de práticas *asamblearias* abertas, horizontais e interseccionais, não são resultados exclusivos da existência do NUM. Contudo, é inegável que, a partir do primeiro 3J e das ações continuadas promovidas ao longo dessa década, o NUM operou como um eixo importante na reorganização do campo feminista argentino, contribuindo para a pluralização de sujeitas(os/es), para a circulação de novas gramáticas políticas e para a redefinição das agendas de mobilização mais além de demandas setoriais. Nesse processo, fortaleceram-se articulações entre gênero, economia, trabalho, dívida, moradia e democracia, impactando no alcance político das lutas feministas e em sua capacidade de incidência no debate público.

Quanto ao quinto objetivo específico, a análise evidenciou que a atuação do NUM se reconfigurou conforme os diferentes contextos político-institucionais do período analisado, mantendo, contudo, sua capacidade de intervenção nas disputas em torno dos sentidos da democracia. Em contextos de maior abertura político-institucional às demandas feministas na Argentina (2015-2020), como nos anos que culminaram na legalização do aborto e na maior institucionalização de políticas de gênero, o NUM incidiu tanto na negociação direta com agentes da política institucional quanto na elaboração e inserção de temas considerados relevantes em termos políticos. A maior institucionalização das políticas de gênero observada entre 2020 e 2023 é reflexo da massificação dos feminismos nos anos anteriores (Barrancos, 2020) e da capacidade de incidência política de diversos grupos e organizações feministas, entre os quais se insere o NUM.

Nos cenários mais recentes, por sua vez, com o avanço da extrema direita e a retração de direitos sociais e trabalhistas, das políticas de gênero, da deslegitimação dos movimentos sociais e com a intensificação da violência como ferramenta política, o Coletivo reforçou a importância da articulação entre atores diferentes, priorizando a reconstrução das mediações democráticas como horizonte político. Em 2024 se observou, portanto, a ampliação da capacidade de articulação coletiva do NUM em Buenos Aires, em contraste com as rupturas de anos anteriores que impediram a realização de um 3J unificado na capital.

Para sustentar essas conclusões, construí um percurso metodológico pensado para captar diferentes camadas da atuação do NUM ao longo do período analisado e coerente com a perspectiva de conhecimento situado que atravessa esta tese. Para além da revisão da literatura acadêmica, analisei os documentos produzidos pelo Coletivo por ocasião de cada 3J e do 4J, compreendendo-os como declarações

políticas que não apenas expressam posições, mas condensam processos coletivos de diagnóstico, disputa e elaboração de consensos. A análise de conteúdo de natureza temática-categorial desses documentos permitiu acompanhar deslocamentos, continuidades e reconfigurações na gramática política do Coletivo – tal qual sintetizado anteriormente no que diz respeito às variações no entendimento sobre as violências de gênero ao longo dessa década.

De modo complementar, recorri à realização de entrevistas semiestruturadas com militantes argentinas participantes do NUM, o que possibilitou acessar trajetórias, percepções e interpretações situadas sobre as transformações do Coletivo e sobre as mudanças mais gerais no campo político-institucional no país. Por fim, a observação participante realizada em 2024 e 2025, durante assembleias e protestos em Buenos Aires, permitiu compreender as dinâmicas concretas de organização, os processos de fala e escuta coletivas e os modos pelos quais o NUM se reorganizou em um cenário marcado pelo avanço da extrema direita.

Considerando todos esses elementos e como argumento no decorrer da tese, a relação entre feminismos e poder é intrínseca e se manifesta tanto nas disputas dirigidas ao campo da política institucional quanto na crítica à separação entre público e privado e às dinâmicas de poder que essa distinção produz e pretende preservar. Ao adotar a perspectiva de que os fazeres dos movimentos sociais são também fazeres da política, busquei demonstrar que o NUM atuou como agente relevante com influência não apenas no funcionamento da política institucional, mas também da ordem simbólica que estrutura o campo político. As transformações legais e socioculturais em torno dos feminicídios e do aborto constituem exemplos emblemáticos dessas disputas, ao abrirem fissuras em consensos previamente estabelecidos e produzirem novos marcos de inteligibilidade e legitimidade política.

Quando se trata de movimentos feministas podemos listar algumas dezenas de conquistas de direitos e mudanças socioculturais que são reflexos de suas ações. E apesar da importância de todas elas, em especial nesta década na Argentina, gostaria de focar em como os feminismos são responsáveis, antes de tudo, por construir e reconstruir linguagens.

A construção de uma linguagem capaz de nomear fenômenos sociais é também um modo de torná-los passíveis de reconhecimento, compreensão e enfrentamento. Sem uma linguagem que permita nomear condutas como, por exemplo, feminicídio e violência econômica, essas práticas tendem a permanecer no

registro do privado, do excepcional ou do acidental. Assim como a ampliação dos significados em torno do que constitui violência de gênero implicou em um deslocamento fundamental, ao reinscrever essas experiências como problemas públicos, socialmente produzidos e politicamente enfrentáveis.

Esse é outro aspecto central da linguagem dos feminismos: ela não apenas nomeia aquilo que precisa ser enfrentado, mas o faz a partir de uma lógica da coletividade. Razão pela qual compreender essas gramáticas é relevante também para o campo dos estudos sobre movimentos feministas. Ao transformar vivências dispersas em diagnósticos compartilhados, essa gramática permite articular experiências individuais em um “nós” político, produzindo sentidos comuns, alianças e formas de ação coletiva. Nomear, nesse sentido, não é apenas descrever a realidade, mas reorganizá-la simbolicamente, criando condições para que determinadas experiências sejam reconhecidas, legitimadas e mobilizadas politicamente.

Ao longo desta tese, busquei demonstrar como a construção dessa gramática no NUM se produz tanto a partir da inteligência coletiva das práticas *asamblearias* quanto em diálogo com o conhecimento acadêmico que delas emerge e sobre elas se debruça. Essas práticas constituem uma chave analítica central para entender como demandas se formam, como sujeitos políticos se constituem e como se expandem as fronteiras do que é reconhecido como politizável no espaço público.

Os modos como se entendem as violências de gênero na Argentina se transformaram significantemente durante esta primeira década de existência do NUM. A partir de uma compreensão interseccional que a entende imbrincada necessariamente nas estruturas do racismo, do capitalismo e de outros eixos de poder. Ao mesmo tempo em que também se complexificou as sujeitas dos feminismos. O *nosotras e nosetres* refletem essa dinâmica de mudanças de autoras e destinatárias das demandas feministas, assim como a importância da linguagem para torná-las visíveis.

Esse processo pode ser compreendido à luz do entendimento de Jacques Rancière (2014, 2018), para quem a política emerge nos momentos de dissenso, quando sujeitas(os) historicamente excluídas(os) interrompem a ordem estabelecida e tornam visíveis demandas e sujeitas(os) antes considerados ilegítimos. Essa leitura dialoga diretamente com a noção de *política callejera* (Natalucci; Tatagiba; Somma, 2024), que permitiu compreender as manifestações e assembleias do NUM não

apenas como expressões de insatisfação, mas como atos políticos que criaram espaços públicos e produziram sujeitas(os) políticas(os) no próprio curso da ação coletiva. Ao longo da década analisada, o NUM operou nessa chave, incidindo sobre os regimes políticos e seus modos de funcionamento, ainda que em tensão constante com a política institucional.

É importante novamente ressaltar que o NUM não é o único sujeito político responsável pelas transformações observadas no período analisado. Ainda assim, constituiu-se como um dos atores centrais do campo feminista argentino, seja enquanto tecido no qual se entrelaçam múltiplos fios ou um guarda-chuva sob o qual diversas sujeitas(os) se reconhecem; ou como um Coletivo com capacidade de articulação em escala nacional e internacional. Essa complexidade aproxima o NUM das leituras que consideram os feminismos latino-americanos do século XXI como *assemblagens* enredadas, redes e tecidos em permanente recomposição, marcados por articulações heterogêneas, contingentes e situadas (Alvarez, 2022; Cabezas González, 2014).

O NUM emergiu ampliando a politização das violências de gênero, em especial dos feminicídios, que até então eram amplamente negados como tema político e como problema público por setores majoritários da sociedade, incluindo a mídia, atores políticos, o sistema de justiça e o senso comum, apesar das reivindicações históricas dos movimentos feministas. No contexto do governo Milei, marcado por uma agenda antigênero, neoconservadora e neoliberal, a primeira década do Coletivo se encerra justamente com o acirramento das disputas em torno do que é considerado legítimo e aceitável na esfera política. Apesar de diferenças substantivas entre esses momentos – como o reconhecimento da legitimidade democrática em um período e os questionamentos abertos a essa legitimidade em outro –, a disputa permanece sendo política e pública.

Nesse cenário recente, tornam-se mais visíveis também os limites da ação do NUM e de outros atores sociais, não apenas em razão da repressão estatal ou do fechamento do espaço cívico, mas devido ao avanço, no país, de uma racionalidade neoliberal que deslocou o debate político para registros morais individualizantes (Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Corrêa; Soares; Freitas, 2021; Franco, 2025; Gago, 2025). Esse contexto produz um solapamento progressivo da legitimidade democrática construída a partir do fim da ditadura ao deslegitimar mediações coletivas, enfraquecer a ideia de direitos como conquistas sociais e reconfigurar a

violência como ferramenta política explícita. Nesse cenário, mesmo a ampliação de direitos anteriormente conquistados passa a ser apresentada como privilégio ou excesso, tensionando os próprios fundamentos normativos da democracia.

Essa dinâmica pode sustentar uma leitura do período como um *backlash* frente aos avanços dos anos anteriores no reconhecimento de direitos de grupos específicos, como a aprovação da Lei de IVG, a Lei de cotas para pessoas trans e travestis, entre outras. No entanto, sem descartar essa interpretação, argumento que um elemento central reside na incapacidade do Estado de garantir patamares mínimos de bem-estar social e nos efeitos dessa insuficiência sobre a legitimidade do regime democrático.

A afirmação de Raúl Alfonsín, primeiro presidente eleito após a redemocratização argentina, de que com a democracia “se come, se cura, se educa”, sintetiza o vínculo entre a restauração da democracia formal em 1983 e a projeção de um horizonte de vida baseado na ampliação dos direitos sociais e econômicos para a maioria da população (Franco, 2025). Em grande medida, esse horizonte jamais se concretizou plenamente, em um país com recorrentes crises econômicas e instabilidades políticas.

Soma-se a isso ao menos dois processos que extrapolam as fronteiras nacionais que são fundamentais para compreender o pleito eleitoral de 2023 e a vitória de Javier Milei. Primeiramente, o avanço de uma racionalidade neoliberal que, combinada à experiência da pandemia, contribuiu para a conformação de novas subjetividades marcadas pelo individualismo, pela valorização da sobrevivência como mérito pessoal e pelo empreendedorismo como *ethos*; dinâmicas amplamente reforçadas pelas redes sociais (Brown, 2019; Franco, 2025). No caso argentino, essas subjetividades devem ser entendidas como formas práticas de lidar com sofrimentos materiais acumulados, especialmente entre as gerações mais jovens, diante da deterioração persistente das condições de vida e do enfraquecimento das mediações coletivas. Nesse processo, direitos passam a ser percebidos como privilégios, e demandas coletivas, como ameaças (Franco, 2025).

Em segundo lugar, ainda que os discursos e práticas mobilizados a partir da gramática dos direitos humanos não tenham transformado os mecanismos estruturais da acumulação capitalista, eles abriram brechas simbólicas e políticas que passaram a ser percebidas como uma ameaça à ordem existente (Segato, 2020). É essa percepção que contribui para compreender a reação conservadora contemporânea:

ao reconhecer no questionamento das hierarquias de gênero um risco à reprodução do poder em sua base mais elementar, forças antagônicas reconfiguram sua ofensiva moral como forma de restaurar e reforçar a matriz patriarcal que sustenta outras desigualdades (Segato, 2020).

Nesse sentido, no contexto de aprofundamento da crise econômica a partir de 2020 na Argentina, em vez da ampliação do ideal democrático e do fortalecimento criativo das articulações coletivas – como ocorreu em crises anteriores, notadamente a de 2001 – observa-se um movimento inverso, marcado por um expressivo apoio social às lógicas individualizantes de enfrentamento dos problemas socioeconômicos, que encontram nas propostas e nos discursos de Javier Milei sua expressão privilegiada (Franco, 2025; Gago, 2025).

Assim, a fratura no pacto democrático torna-se perceptível não apenas na revalorização simbólica do passado ditatorial, mas sobretudo na defesa e no uso explícito de formas de exercício do poder político que se acreditava terem sido superadas com a redemocratização de 1983 (Franco, 2025). Entre elas, destaco o recurso sistemático à violência na repressão a protestos e movimentos sociais e a intensificação do uso político da construção de inimigos internos a serem combatidos ou eliminados; dentre os quais, os feminismos ocupam um lugar central. O que se observa, portanto, é o esgotamento da hegemonia da crença na própria democracia como horizonte coletivo, como regra legítima do jogo político e como modelo de organização da vida social.

É nesse contexto que o NUM pode ser entendido também como símbolo e prática de outra forma de existência política: coletiva e contrária às lógicas individualizantes do neoliberalismo, na qual a interseccionalidade opera como encontro e articulação. Ao insistir na produção de espaços de fala e escuta coletivas, na ocupação do espaço público por meio das manifestações, na construção de gramáticas comuns para nomear as violências e na exigência de responsabilização do Estado por mediá-las e enfrentá-las, o NUM afirma a política como prática relacional e democrática.

Essa afirmação política se sustenta, desde os primeiros anos do Coletivo, na centralidade do desejo como força coletiva. Conforme pude acessar pelas entrevistas, pensar a ação política “desde o desejo” implica recusar a redução da vida à sobrevivência individualizada e afirmar a possibilidade de outros projetos de vida digna, sobretudo em um contexto no qual ofensivas neoconservadoras e

antidemocráticas buscam restringir os horizontes de imaginação política. Essa ênfase atravessa também a produção escrita do NUM, concebida como prática de inteligência coletiva que articula crítica situada da conjuntura com a imaginação de outros mundos possíveis a partir de uma ética feminista da vida, do prazer e do desejo (Ni Una Menos, 2018). Como apontou Palmeiro (2019, 2020), trata-se de um processo de tradução que produz nova linguagem e força política, nutrida por um desejo que circula entre línguas e territórios. Pude perceber a continuidade desses elementos ao acompanhar as ações para e as mobilizações no 3J de 2024 e no 4J de 2025. Nessa chave, o desejo opera como vetor político, ao desafiar normas morais conservadoras, reapropriar o corpo na política e tornar visíveis práticas e trabalhos historicamente desvalorizados, como os de cuidado (Piccone, 2020).

Portanto, o período final desta primeira década de existência do NUM evidencia limites no alcance dessa subjetividade coletiva, tanto no campo mais amplo dos movimentos sociais argentinos quanto no interior do próprio Coletivo, os quais se expressam na vitória eleitoral e no ainda significativo apoio a um projeto político que se opõe a essas formas de organização e ação. Mas esse momento também reforça a importância do NUM como um dos atores centrais para “unir las luchas”. Trata-se de uma estratégia que articula desejo, linguagem e ação coletiva para disputar publicamente os sentidos da democracia e afirmar sua legitimidade não apenas como regime político, mas como forma de organização da vida social.

Referências

ACOSTA, Marina. Activismo Feminista en Instagram - El caso de la Campaña Nacional por el derecho al aborto legal seguro y gratuito en Argentina. **Perspectivas de la comunicación**, v. 13, n. 1, p. 29–46, jun. 2020.

AGUILAR, Raquel Gutiérrez. **Horizontes comunitario-populares - Producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

AGUILERA-LOBO, Juliana; FONTANIELLO, Isabella Fernandes Moreira. ¡Ni un paso atrás!: a resistência do movimento feminista argentino às investidas antiaborto do governo Milei. **Revista Ñanduty**, v. 13, n. 22, p. 296–337, 15 dez. 2025.

AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

AIZICZON, Fernando; BENCLOWICZ, José. ¿Desmovilización? : Sindicalismo, Organizaciones Sociales y Gobierno de Ultraderecha en Argentina. **Revista Despierta - Sociedade, Cultura e Contestação Social**, v. 13, n. 19, 1 jan. 2026.

ALCARAZ, María Florencia. **¡Que sea ley!: La lucha de los feminismos por el aborto legal**. Buenos Aires, Argentina: Marea Editorial, 2020.

ALEMANY. **El “chineo”, una forma de violencia sexual, racista y colonial que no debería existir**. Disponível em: <https://lac.unwomen.org/es/stories/noticia/2022/09/el-chineo-una-forma-de-violencia-sexual-racista-y-colonial>. Acesso em: 17 nov. 2025.

ALMEIDA, Alessandra Jungs de. **Direitos reprodutivos na América Latina: ativismos transnacionais e a evolução das políticas de legalização e criminalização do aborto na Argentina e no Brasil (2010-2022)**. Tese de Doutorado—Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, 2024.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 49–86, 2009.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, p. 21–41, 2012.

ALVAREZ, Sonia E. Feminismos Latinoamericanos. **Revista Estudos Feministas**, v. 6, n. 2, p. 265–265, 1 jan. 1998.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13–56, dez. 2014.

ALVAREZ, Sonia E. Feminismos en Movimiento, Feminismos en Protesta. **Revista Punto Género**, n. 11, p. 73–102, 17 jul. 2019.

ALVAREZ, Sonia E. Protestos: Provocações teóricas desde os feminismos. **Polis - Revista Latinoamericana**, v. 21, n. 61, p. 128–153, jan. 2022.

ALVAREZ, Sonia E.; BAIRROS, Luiza. Engajamentos Ambivalentes, Efeitos Paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 1, 8 nov. 2014.

ANNUNZIATA, Rocío *et al.* Argentina. *In*: **Activismo político en tiempos de internet**. São Paulo: Edições Plataforma democrática, 2016. p. 35–110.

Argentina: Condenamos el alarmante cierre del espacio cívico. **IFEX**, 11 jul. 2024.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. *[S.l.]*: Boitempo Editorial, 2019.

Asamblea Latinoamericana Feminista 3J - 19 HS | 2021. , 3 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k9Omwk6ChiE>. Acesso em: 17 nov. 2025

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Declaração Sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres**. , 20 dez. 1993. Disponível em: <https://dcjri.ministeriopublico.pt//sites/default/files/declaracaoviolenciamulheres.pdf> . Acesso em: 7 set. 2025

AZCONEGUI, María Cecilia. De madres de desaparecidos a Madres de Plaza de Mayo 1976-1983. *In*: **El "arcón" de la Historia Reciente en la Norpatagonia argentina: Articulaciones de poder, actores y espacios de conflicto, 1983-2003**. by Susan Eckstein ed. Berkeley: University of California Press, 2023. p. 241–258.

BAKSH, Rawwida; HARCOURT, Wendy. Rethinking Knowledge, Power, and Social Change. *In*: **The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements**. New York,: Oxford University Press, 2015. p. 1–50.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismos subalternos latino-americanos e a descolonização como utopia política contemporânea. *In*: **Teoria e Política Feminista - contribuições ao debate sobre gênero no Brasil**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020. p. 97–120.

BALLESTRIN, Luciana. Desigualdades pós-coloniais no processo de desdemocratização global. **Revista Dissertatio de Filosofia**, v. 12, p. 95–121, 13 jun. 2023.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Para uma Abordagem Feminista e Pós-Colonial das Relações Internacionais no Brasil. *In*: **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais**. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 179–204.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARRANCOS, Dora. **Historia mínima de los feminismos en América Latina**. Ciudad de México: El Colegio de México, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida.** 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. v. 2

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. v. 1

BIANCO, Celeste del. Divididas: el segundo 35º Encuentro Nacional de Mujeres muestra las fracturas dentro del feminismo. **elDiarioAR.com**, 19 nov. 2022.

BIDASECA, Karina Andrea. **La nación y sus mujeres - Crítica poscolonial y feminismos**. 1. ed. Ituzaingó, Argentina: El mismo mar, 2023.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. *In*: **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31–46.

BIROLI, Flávia. A reação contra o gênero e a democracia. **Nueva Sociedad**, p. 76–87, dez. 2019.

BIROLI, Flávia. Gênero, "valores familiares" e democracia. *In*: **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

BLACKWELL, Maylei; NABER, Nadine. Interseccionalidade em uma era de globalização: As implicações da Conferência Mundial contra o Racismo para práticas feministas transnacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 189–198, jan. 2002.

BRINGEL, Breno; CABEZAS GONZÁLEZ, Maria Almudena. Geopolítica de los movimientos sociales latinoamericanos: espacialidades, ciclos de contestación y horizonte de posibilidades. *In*: **Anuario de la integración latinoamericana y caribeña 2011**. Guadalajara, Jalisco, México: Universidad de Guadalajara, 2014.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo - a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politea, 2019.

BÜLOW, Marisa von; MESSORE, Florencia; OLGUÍN, Tomás. Protestas híbridas: redes y repertorios en las calles y en las arenas digitales. *In*: **Protestas, democracia y desigualdades en el Cono Sur**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo, 2024. p. 177–198.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero - feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CABEZAS GONZÁLEZ, Maria Almudena. Anotaciones sobre el tejido feminista latinoamericano: más allá de las genealogías. **Contextualizaciones latinoamericanas**, v. 11, n. 6, p. 1–14, dez. 2014.

CABRAL, Paz; ACACIO, Juan Antonio. La violencia de género como problema público. Las movilizaciones por "Ni una menos" en la Argentina. **Question**, v. 1, n. 51, p. 170–187, set. 2016.

CAICEDO-ROA, Mônica; BANDEIRA, Lourdes Maria; CORDEIRO, Ricardo Carlos. Femicídio e Feminicídio: discutindo e ampliando os conceitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, p. e83829, 19 set. 2022.

CAIMMI, Nuria. Plurinacional y pluridisidente. Las disputas por el cambio de nombre del 34° Encuentro en La Plata, desde un enfoque interseccional. **Revista de Estudios y Políticas de Género**, v. 3, n. 5, p. 166–185, abr. 2021.

CAMPAÑA. **Ana María, la muerte y el símbolo -**. , 17 maio 2008. Disponível em: <https://abortolegal.com.ar/ana-maria-la-muerte-y-el-simbolo/>. Acesso em: 22 nov. 2025

CAMPBELL, Meghan. CEDAW and Women's Intersecting Identities: A Pioneering New Approach to Intersectional Discrimination. **Revista Direito GV**, v. 11, n. 2, p. 479–504, dez. 2015.

CANELO, Paula Vera. Volvimos mujeres: Participación, atributos y reclutamiento del personal político femenino en el gabinete inicial del presidente Alberto Fernández. **Estudios Sociales del Estado**, v. 7, n. 14, p. 1–36, 2021.

CANELO, Paula Vera; AVALOS, Gonzalo Duarte. El Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad durante el gobierno de Alberto Fernández. Del Volvimos Mujeres a los rigores de la crisis política. **Descentrada. Revista interdisciplinaria de feminismos y género**, v. 7, n. 2, p. 1–6, 2023.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 209–214, jan. 2002.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, 6 mar. 2011.

CASOLA, Natalia. Las troskas del PO - el Partido Obrero y la sinuosa militancia en el Movimiento de Mujeres. *In*: **Actas del XIV Encuentro Nacional y VIII Congreso Internacional de Historia Oral**. Rosario, Argentina: Facultad de Humanidades y Artes - UNR, 2021. p. 145–160.

CATOIA, Cinthia de Cassia *et al.* Caso "Alyne Pimentel": Violência de Gênero e Interseccionalidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, 2020.

CAVALLERO, Lucía; GAGO, Verónica. **La Casa como Laboratoio: finanzas, vivienda y trabajo esencial**. 1. ed. Buenos Aires, Argentina: Fundación Rosa Luxemburgo, 2022.

COLECTIVO SITUACIONES. Mesa de escrache popular - Documento de la Comisión de Escraches de H.I.J.O.S. out. 2002.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionality as Critical Social Theory**. 1. ed. Durhan and London: Duke University Press, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. 1. ed. Cambridge: Polity Press, 2016. v. 1

COMISIÓN PROVINCIAL POR LA MEMORIA. Historieta - Reina Maraz Bejarano. **Comisión por la memória**, p. 1–12, *[S.d.]*.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, p. 1–16, 11 jun. 2018.

CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard. Prefácio. *In*: **Políticas Antigênero na América Latina - Estudo de Caso**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2021. p. 10–20.

CORRÊA, Sonia; SOARES, Nana; FREITAS, Angela de. **Políticas Antigênero na América Latina - Estudos de caso - versões condensadas**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2021.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, v. 13, n. 2, p. 30–36, 31 dez. 2009.

CORREIA, Mariama. Movimento “Ni una menos” e a luta contra o feminicídio. **Agência Pública**, 3 jun. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, p. 139, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, p. 1241, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

CRESPO, Carolina. Imágenes de la violencia. **Seminario Internacional Políticas de la Memoria**, v. Mesa 34, p. 1–16, 2021.

CURIEL, Ochy. La Red de Mujeres Afrolatinoamericanas y Afrocaribeñas: un intento de acción política transnacional atacado por la institucionalización. **CEPI- Draft Working Paper**, p. 1–18, mar. 2006.

D’ALESSANDRO, Martín. Los movimientos sociales en la transición democrática. El caso de las Madres de Plaza de Mayo: sentimiento y discurso. **América Latina Hoy**, n. 20, p. 41–45, dez. 1998.

DAVIES, Thomas R.; PEÑA, Alejandro M. Social movements and international relations: a relational framework. **Journal of International Relations and Development**, v. 24, n. 1, p. 51–76, 2019.

DISPATCH, Peoples. Senate approves reduced version of Milei’s Omnibus Law amid protests and heavy repression. **Peoples Dispatch**, 13 jun. 2024.

DOROBANTU, Oana. **It was a lesbicide – Justice for Pamela, Mercedes, Andrea, and Sofia**. **The ELC**, 17 maio 2024. Disponível em: <https://lesbiangenius.org/it-was-a-lesbicide/>. Acesso em: 17 jan. 2026

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 1, p. 287–293, abr. 2006.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME, UNODC; UNITED NATIONS WOMEN, UN WOMEN. **Femicides in 2023 Global estimates of intimate partner/family member femicides**. *[S.l.]*: United Nations publication, 2024. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-11/femicides-in-2023-global-estimates-of-intimate-partner-family-member-femicides-en.pdf>.

ESSAYAG, Sebastián. **Del Compromiso a la Acción: Políticas para erradicar la violencia contra las mujeres en América Latina y el Caribe**. Panama: United Nations Entity for Gender Equality and Women Empowerment, 2017. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/12/DEL_COMPROMISO_A_LA_ACCION_ESP.pdf>. Acesso em: 7 set. 2025.

ETULAIN, Carlos Raul. **A esquerda e o peronismo**. Tese de Doutorado— Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa - Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução - Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Mulheres, dinheiro e dívida: notas para um movimento feminista de reapropriação. *In*: **Quem deve a quem? Ensaios transnacionais de desobediência financeira**. São Paulo: Elefante, 2023. p. 17–32.

FEDERICI, Silvia; GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. Quem deve a quem? Manifesto pela desobediência financeira. *In*: **Quem deve a quem? Ensaios transnacionais de desobediência financeira**. São Paulo: Elefante, 2023. p. 7–16.

FELITTI, Karina. Sexualidad y reproducción en la agenda feminista de la segunda ola en la Argentina (1970-1986). **Estudios Sociológicos**, v. 28, n. 84, p. 791–812, 2010.

FERRETTO, Martina. Acción colectiva transnacional por el aborto voluntario en América Latina y el Caribe en el siglo XXI. *In*: **Movimientos sociales en y desde América Latina: interpretaciones y conceptos para pensar sus saberes, propuestas y conflictos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Verónica Paz Soto Pimentel, 2024. p. 333–372.

FINO, Carlos Manuel Nogueira. FAQs, etnografia e observação participante. **Revista Europeia de Etnografia da Educação**, v. 3, p. 95–105, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade - A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014. v. 1

FRANCO, Marina. Milei y la nueva derecha en la Argentina, el cierre de un ciclo histórico. **Passés futurs**, n. 17, jun. 2025.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

FUNDAÇÃO GEP. HIV: o “genocídio planejado” de Milei na Argentina. **Outra Saúde - SUS, Saúde Pública e Ciência**, 25 mar. 2025.

GAGO, Verónica. The fascistisation of social reproduction. abr. 2025.

GAGO, Verónica. **La razón neoliberal - Economías barrocas y pragmática popular**. 1. ed. Buenos Aires, Argentina: Tinta Limón, 2014.

GAGO, Verónica. Critical Times/La tierra tiembla. **Critical Times**, v. 1, n. 1, p. 178–197, 2018.

GAGO, Verónica. Cartografar a contraofensiva: o espectro do feminismo. **Nueva Sociedad**, v. XXIII, n. 65, p. 59–75, dez. 2019.

GAGO, Verónica. **A Potência Feminista ou o Desejo de Transformar Tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GARCIA, Isabella. **Narrativas subalternas de mulheres negras na construção da interseccionalidade como metodologia do comitê da ONU contra a discriminação racial**. Dissertação de Mestrado em Direito—Campinas, MG: Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), 9 dez. 2022.

GIARDINI, Federica. Ni Una Menos - Politics on a planetary scale. **Soft Power**, v. 8, n. 15, p. 17–17, 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GÓMEZ, Maricruz. Ni Una Menos - An Intersectional Movement. *In*: **The Other #MeToos**. Oxford Studies in Gender and International Relations. New York: Oxford University Press, 2023. p. 86–100.

GORDILLO, Monica Beatriz. **La excepcionalidad del cordobazo**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2019.

HERRERA, Mariela Isabel. Apuntes para interpretar el crecimiento de los Encuentros Nacionales de Mujeres en las luchas colectivas en Argentina. **Utopías 2da. época**, n. 23, p. 1–10, nov. 2017.

HOBBES, Thomas. **Leviatã: ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. 3. ed. São Paulo: Ícone, 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. Argentina: Abusive Response to Protest. **Human Rights Watch**, 3 abr. 2025.

IZQUIERDO EXPÓSITO, Violeta; GUTIÉRREZ COLOMER RUIZ, Natalia Paloma. Arte visual y activismo como medio de comunicación social y política. v. 30, n. 1, p. 255–263, 25 jun. 2025.

JONAS. **Argentina. ONU contesta prisão de Milagro Sala**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/552261-argentina-onu-contesta-prisao-de-milagro-sala>. Acesso em: 22 set. 2025.

KESTLER, Thomas. Exploring the Relationship Between Social Movement Organizations and the State in Latin America. **Politics and Governance**, v. 11, n. 2, p. 1–11, 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação - Episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KYRILLOS, Gabriela M. **Os Direitos Humanos das Mulheres no Brasil a partir de uma Análise Interseccional de gênero e raça sobre a Eficácia da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW)**. Tese—Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, 2020.

KYRILLOS, Gabriela M. Interseccionalidade: proposta de um mapa teórico provisório. **Revista Estudos Feministas**, v. 32, p. 1–12, 14 jun. 2024.

KYRILLOS, Gabriela M.; SCHULZ, Rosangela Marione. Da onguização a um novo internacionalismo: as transformações nas articulações feministas transnacionais na América Latina no século XXI. **Oasis**, n. 42, p. 69–92, 2 jul. 2025.

KYRILLOS, Gabriela M.; SIMIONI, Fabiane. Raça, gênero e direitos humanos na política externa brasileira no Governo Bolsonaro (2019-2021) / Race, gender and human rights in Brazilian foreign policy in the Bolsonaro government (2019-2021). **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 3, p. 1874–1896, 12 set. 2022.

LAUDANO, Claudia. #Ni una menos en Argentina: Activismo digital y estrategias feministas contra la violencia hacia las mujeres. *In*: **Internet e feminismos: olhares sobre violências sexistas desde América Latina.** Salvador: EDUFBA, 2019. p. 149–173.

LAUDANO, Claudia. Acciones colectivas contra la violencia hacia las mujeres en Argentina. *In*: **Cuestiones de teoría social contemporánea**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, EDULP, 2023. p. 1214–1236.

LENGUITA, Paula Andrea. Rebelión de las pibas: trazos de una memoria feminista en Argentina. **La ventana. Revista de estúdios de género**, v. 6, n. 54, p. 48–73, dez. 2021.

LIMA, Jorge Ávila de. Por uma Análise de Conteúdo mais fiável. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, p. 7–29, 2013.

LOCKE, John. **Dois Tratados sobre o Governo**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

LODWICK, Lucía Nuñez. Reclamos diversos por vidas libres de violencias. *In*: **#NiUnaMenos - Vivxs nos queremos**. 2. ed. Argentina: Milena Caserola, 2017. p. 47–50.

LOPREITE, Débora; GUSTÁ, Ana Laura Rodríguez. Feminismo de Estado en la Argentina democrática (1983-2021): ¿modelo aspiracional o realidad institucional? **Revista SAAP**, v. 15, n. 2, p. 287–311, nov. 2021.

MAKKI, Mariam Gadir Awada. **Del Ni Una Menos a movimientos y políticas internacionales: revisión bibliográfica sobre la repercusión internacional del movimiento feminista argentino**. Trabajo de conclusión de grado en Relaciones Internacionales—Madrid: Universidad Europea de Madrid, 2023.

MANDELLI, Thatiane. **Estratégias feministas na América Latina: uma análise do Coletivo Ni Una Menos**. Dissertação de Mestrado—Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-americana, 2023.

MARCO, Graciela Di. Los movimientos de mujeres en la Argentina y la emergencia del pueblo feminista. **La Aljaba**, v. XIV, n. Segunda época, p. 51–67, 2010.

MARINO, Katherine M. From women's rights to human rights. The influence of Pan-American feminism on the United Nations. *In*: PLESCH, Daniel; ADAMI, Rebecca (Orgs.). **Women and the UN: a new history of women's international human rights**. Milton Park, Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2022. p. 1–16.

MARQUES, Brenda Moreira. A atuação do movimento Ni Una Menos como rede (feminista) de ativismo transnacional na luta contra a violência de gênero na Argentina (2014-2016): **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 18, n. 35, p. 62–87, 30 abr. 2019.

MASON-DEESE, Liz. Not One Woman Less - From Hashtag to Strike. **Spheres - Journal for Digital Cultures**, v. 6, p. 1–15, 2020.

MASSON, Laura. **Feministas en todas partes. Una etnografía de espacios y narrativas feministas en Argentina.** Buenos Aires, Argentina: Editorial Prometeo Libros, 2007.

MENDONÇA, Daniel de; VIEIRA JUNIOR, Roberto. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 107–136, 2014.

MESSORE, Florencia Blanca. Del silencio del hogar al grito en el Congreso. La configuración del aborto como un problema público en Argentina (1988-2018). **Revista Mexicana de Estudios de los Movimientos Sociales**, v. 4, n. 2, p. 5–27, 1 jul. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. *In*: **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014a. p. 93–108.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. *In*: **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014b. p. 17–30.

MIGUEL, Luis Felipe. Carole Patman e a fundação da teoria política feminista. *In*: **Teoria e Política Feminista - contribuições ao debate sobre gênero no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020. p. 13–38.

MILEI, Javier. **Discurso del Presidente de la Nación, Javier Milei, desde el Foro de Davos, Suiza**. Disponível em: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/50848-discurso-del-presidente-de-la-nacion-javier-milei-desde-el-foro-de-davos-suiza>. Acesso em: 12 jan. 2026.

MOURA, Karina Violeta. Saltar la valla. *In*: **#NiUnaMenos - Vivxs nos queremos**. 2. ed. Argentina: Milena Caserola, 2017. p. 61–67.

NATALUCCI, Ana; MESSORE, Florencia. El feminismo de masas: la movilización de las mujeres y diversidades en el ciclo de la marea verde (Argentina, 2015-2020). **Revista Punto Género**, n. 20, p. 178–205, dez. 2023.

NATALUCCI, Ana; REY, Julieta. ¿Una nueva oleada feminista? Agendas de género, repertorios de acción y colectivos de mujeres (Argentina, 2015-2018). **Revista de Estudios Políticos y Estratégicos**, v. 6, n. 2, p. 14–34, 2018.

NATALUCCI, Ana; TATAGIBA, Luciana; SOMMA, Nicolás M. Las protestas y desafíos actuales a la democracia en América Latina. *In*: **Protestas, democracia y desigualdades en el Cono Sur**. Pensamiento político contemporáneo. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo, 2024. p. 13–36.

NI UNA MENOS. **Amistad política + inteligencia colectiva - Documentos y manifiestos 2015/2018**. Ni Una Menos, , 2018. Disponível em: <https://niunamenos.org.ar/wp-content/uploads/2018/12/amistad-poli%CC%81tica-inteligencia-colectiva-libro-num.pdf>

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, OEA. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher "Convenção de Belém do Pará"**. , 6 jun. 1994. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencaobelem1994.pdf>

PAGNONE, Melina. Un tema de escritura. *In*: **#NiUnaMenos - vivxs nos queremos**. 2. ed. Argentina: Milena Caserola, 2017.

PALMEIRO, Cecilia. Ni Una Menos: las lenguas locas, del grito colectivo a la marea global. **Cuadernos de Literatura**, v. XXIII, n. 46, p. 177–195, 2019.

PALMEIRO, Cecilia. Ni Una Menos and the Politics of Translation. **Spheres - Journal for Digital Cultures**, v. 6, p. 1–7, 2020.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, v. 24, n. 1, p. 77–98, 2005.

PICCONE, María Verónica. **El Ni Una Menos en el movimiento social feminista de Argentina**. Dissertação de Mestrado—Argentina: Universidad Nacional de La Plata, 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 15–23, 2010.

PORTA, Donnatella della. Spreading Protests: Changing Paths of Transnationalization of Social Movements. **Alternate Routes: A Journal of Critical Social Research**, v. 31, n. 1, 2021.

POUSADELA, Inés M. Claiming the space for women in Argentina, one step at a time [Interview with Ana Correa]. **CIVICUS**, 2017.

POUSADELA, Inés M. Feminists by Default? Women's Rights and Social Change in Argentina. *In*: **Women's Rights in Movement - Dinamics of Feminist Change in Latin America and the Caribean**. Suiça: Springer, 2023a. p. 15–42.

POUSADELA, Inés M. Chapter 1 - Introduction. *In*: **Women's Rights in Movement - Dynamics of Feminist Change in Latin America and the Caribbean**. Suiça: Springer, 2023b. p. 1–14.

PUERTO, Eugenia del. Un paso entre muchos. *In*: **#NiUnaMenos - Vivxs nos queremos**. Argentina: Milena Caserola, 2017. p. 77–82.

RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

REBÓN, Julián; TRONCOSO, Fabio. La estructura social en la protesta durante la crisis del COVID-19. *In*: **Estructura social de Argentina en tiempos de pandemia, vol. 1: Efectos de la doble crisis y recomposición social en disputa**. Buenos Aires: Ediciones Imago Mundi, 2022. p. 185–204.

RODRIGUEZ, Tania. Representación sindical y activismos feministas. El caso de la Intersindical de mujeres en Argentina. **Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, v. 4, n. 1, p. 160–178, 6 out. 2020.

ROSSI, Agustina. **Nunca seremos las mismas - la vida de las mujeres a partir del Ni Una Menos: testimonios de una transformación**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones Lea, 2022.

ROSSI, Federico M. **The Poor's Struggle for Political Incorporation - The Piquetero Movement in Argentina**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Editora Lafonte, 2019.

ROVETTO, Florencia L. Violencia contra las mujeres: comunicación visual y acción política en "Ni Una Menos" y "Vivas Nos Queremos". **Contratexto**, n. 24, p. 13–34, 2015.

SANCHIS, Fabricio Andrés Laino. Salir al mundo en tiempos de dictadura: Abuelas de Plaza de Mayo y las redes transnacionales de derechos humanos (1977-1983). **Quinto Sol**, v. 24, n. 1, p. 1–22, 7 jan. 2020.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, p. 109–130, abr. 2006.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 11–30, abr. 2005a.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 11–30, abr. 2005b.

SEGATO, Rita. **Escenas de un pensamiento incómodo: género, violencia y cultura en una óptica decolonial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo, 2023.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, n. 18, p. 106–131, 1 dez. 2012.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. 1. ed. Buenos Aires, Argentina: Prometeo Libros, 2020.

SERAFINI, Mariana. Ni Una Menos: “Tecemos uma rede feminista que vai abalar a terra” - Vermelho. **Vermelho**, 8 mar. 2017.

SERRANO, Fernando. Políticas Antigênero: um olhar panorâmico. *In*: **Políticas Antigênero na América Latina - Estudo de Caso**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Radical Philosophyde Aids - ABIA, 2021. p. 21–43.

SILVA, Lohana Pereira da. **Ni Una Menos na Argentina: Mobilização, Demandas e Reconfigurações do Feminismo Contemporâneo**. Dissertação de Mestrado— Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2024.

SIMIONI, Fabiane; KYRILLOS, Gabriela. Política Externa no Governo Bolsonaro (2019-2021): Disputas Discursivas e Rupturas Institucionais nas Políticas De Gênero. **Dados**, v. 67, p. e20220040, 22 dez. 2023.

SORJ, Bernardo. Online/offline: el nuevo tejido del activismo político. *In*: **Activismo político en tiempos de internet**. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2016. p. 7–34.

SOUZA, Natália Maria Félix de. When the Body Speaks (to) the Political: Feminist Activism in Latin America and the Quest for Alternative Democratic Futures. **Contexto Internacional**, v. 41, n. 1, p. 89–112, abr. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2010.

TABERNE, Eva. Encuentros y desencuentros entre feministas y Madres de Plaza de Mayo en Buenos Aires (1982-1986). **FEMERIS: Revista Multidisciplinar de Estudios de Género**, v. 7, n. 3, p. 8–28, 20 set. 2022.

TARDUCCI, Mónica. La iglesia católica y los encuentros nacionales de mujeres. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 2, p. 397–402, ago. 2005.

TESORIERO, Victoria. La Marea Verde como nuevo actor político. Cambios en el movimiento feminista argentino. **Plaza Pública - Revista de Trabajo Social**, n. 22, p. 101–107, 2019.

TILLY, Charles. **From Mobiliations to Revolution**. Nova York: Random House, 1978.

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 133–160, jun. 2010.

UNIDIVERSIDAD. **Alberto Fernández promulgó la ley del aborto: "Estoy feliz de ponerle fin al patriarcado"**. Disponível em: <https://www.unidiversidad.com.ar/alberto-fernandez-promulgo-la-ley-del-aborto-estoy-feliz-de-ponerle-fin-al-patriarcado>. Acesso em: 7 jan. 2026.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. Introdução - Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. *In*: **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 13–40.

VALENCIA, Sayak. **Capitalismo Gore**. São Paulo: Sobinfluencia edições, 2024.

VASALLO, Alejandra. 'Las mujeres dicen basta': movilización, política y orígenes del feminismo argentino en los 70. *In*: **Historia, género y política en los '70**. Buenos Aires, Argentina: Feminaria Editora, 2005. p. 61–88.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIBECCHI, Carla. El cuidado comunitario en Argentina en tiempos de Covid-19: Prácticas preexistentes y respuestas emergentes. v. 13, n. 1, p. 103–114, 2022.

Apêndice: Roteiro das Entrevistas Semiestruturadas

GUIÓN DE ENTREVISTAS

Fecha: Modo de realización:

El tema de mi tesis indaga cómo se entiende y enfrenta la violencia de género en el marco del Ni Una Menos argentino.

Datos personales	
Nombre	
Fecha de nascimiento	
Identidad de género	
Orientación sexual	
Raza	
Ocupación	

Módulo 1 – Trayectoria y participación en NUM

Me gustaría saber un poco de tu trayectoria política y cuándo y cómo fue tu aproximación con NUM, cómo supiste de su existencia y qué te motivó a participar. Además:

- si aún participa: ¿cómo definirías tu actuación junto al colectivo actualmente?
- si no participa más: ¿puedes compartir los motivos que te llevaron a esto y cuando ocurrió?

Módulo 2 – Violencia de género

¿Podrías compartir cuál es tu impresión sobre cómo se entiende la violencia de género en NUM?

- Aquí puede incluir los cambios a lo largo del tiempo de qué es violencia, quienes son sus sujetos, cómo enfrentarla etc.

Módulo 3 – Estrategias colectivas

Ahora me gustaría escucharla sobre las estrategias colectivas del NUM en torno al tema de la violencia de género a lo largo del tiempo y en las distintas conjunturas políticas y sociales del país.

- ¿Es posible percibir cambios en aproximación o distanciamiento de los distintos colectivos y movimientos sociales que son parte del Ni Una Menos con los ciclos gubernamentales?

Módulo 4 - Final

Por fin, quería saber si hay algo que no he preguntado pero que te parece importante para entender el tema de la violencia en NUM, así como percibir el proprio Colectivo militante.

Anexo: Documentos NUM 3J e 4J (2015-2025)

1. 3J – 2015

I

En 2008 mataron una mujer cada 40 horas; en 2014, cada 30. En esos 7 años, los medios publicaron noticias sobre 1.808 femicidios. ¿Cuántas mujeres murieron asesinadas sólo por ser mujeres en 2015? No lo sabemos. Pero sí sabemos que tenemos que decir basta. En estos años, los femicidios dejaron cerca de 1500 niñas y niños huérfanos y algunos de ellos están obligados a convivir con los asesinos. El problema es de todos y de todas. La solución hay que construirla en conjunto. Necesitamos sumar compromisos para cambiar una cultura que tiende a pensar a la mujer como objeto de consumo y descarte y no como una persona autónoma.

El femicidio es la forma más extrema de esa violencia y atraviesa todas las clases sociales, credos e ideologías: Pero la palabra "femicidio" es, además, una categoría política, es la palabra que denuncia el modo en que la sociedad vuelve natural algo que no lo es: la violencia machista. Y la violencia machista es un tema de Derechos Humanos.
Hablamos entonces de una cultura de la violencia contra las mujeres. Hablamos de hombres que piensan que una mujer es suya y que tienen derecho sobre ella, que pueden hacer lo que quieran, y que cuando esa mujer dice NO, la amenazan, le pegan, la matan para impedir que diga NO.

El femicidio es eso: marcar los cuerpos de las mujeres violentamente, y como amenaza para otras: para que las mujeres no puedan decir que no, para que renuncien a su independencia.

Aunque la gran mayoría de las mujeres que recordamos aquí fueron asesinadas por hombres de su círculo íntimo, el femicidio no es un asunto privado, es producto de una violencia social y cultural que los discursos públicos y de los medios vuelven legítima, cada vez que alguien le dice puta a una mujer porque ejerce su sexualidad libremente, cada vez que alguien la juzga por las medidas de su cuerpo, cada vez que alguien la mira con sospecha porque no quiere tener hijos, cada vez que alguien pretende reducirla simplemente al lugar de la buena esposa o la buena madre, destinada a un varón.

El femicidio es un tipo de violencia particular: no es un tema íntimo o doméstico o sólo de las mujeres. En muchos femicidios también fueron asesinados los hijos como parte del castigo proyectado sobre ellas y su propia capacidad de dar vida.
Lo privado es político. Cada mujer que se atreve a decir basta, que quiere dejar de ser víctima para convertirse en sobreviviente, desafía a toda la estructura de la violencia machista. Pero ese es su momento más vulnerable, ahí es cuando con saña se pretende ajusticiarla y es entonces cuando más necesita de otros y de otras que ayuden a sostener su decisión: redes de afecto, sociales, asistencia del Estado y un activismo político fuerte que insista en decirle que no está sola y que no es su culpa. Para que ese BASTA, que por fin pudo enunciar, se sostenga en el tiempo. Eso es, también, lo que estamos haciendo hoy, acá, en esta plaza pública.

La violencia ejercida en el ámbito doméstico se vincula con cuestiones sociales que deben ser discutidas en la esfera de la política. A diferencia de otros crímenes, el femicidio se puede leer en una cadena: encontramos crímenes casi calcados por todo el país.

Por eso, afirmamos el derecho a decir NO frente a aquello que no se desea: una pareja, un embarazo, un acto sexual, un modo de vida preestablecido. Afirmamos el derecho a decir NO a los mandatos sociales de sumisión y obediencia. Y porque decimos NO, podemos decir sí a nuestras decisiones sobre nuestros cuerpos, nuestras vidas afectivas, nuestra sexualidad, nuestra participación en la sociedad, en el trabajo, en la política y en todas partes.

II

Los femicidios no deben tratarse como problemas de seguridad. Y la lucha contra ellos exige una respuesta múltiple, de todos los poderes del Estado y todas sus instancias
-nacional, provincial, municipal- pero también precisa una respuesta de toda la sociedad
civil. Y en especial una respuesta por parte de los y las periodistas, comunicadores y comunicadoras, que son quienes construyen interpelaciones públicas.

En 2009 y por amplia mayoría (con 174 votos afirmativos y 3 abstenciones), el Congreso nacional aprobó la Ley de Protección Integral de las Mujeres, Ley Nº 26.485, un paso importante en la lucha contra la violencia machista. Sin embargo, todavía está pendiente la reglamentación de algunos artículos, incluido el Plan Nacional de Acción para la Prevención, Asistencia y Erradicación de la Violencia contra las Mujeres. Sin la reglamentación completa de la Ley, el diseño de políticas integrales y la asignación
del presupuesto necesario para su instrumentación, esta herramienta lograda en 2009 resulta insuficiente para revertir el aumento de la violencia. En el país existen líneas telefónicas y oficinas especializadas para orientar y asistir a las víctimas que sufren violencia machista. No alcanzan si no son acompañadas de políticas integrales.

No existe en la Argentina un registro oficial de femicidios. Los datos que mencionamos aquí son los que releva año tras año la Organización No Gubernamental Casa del encuentro. Es fundamental contar con estadísticas oficiales.

El Poder Judicial desempeña un papel en general ineficiente a la hora de dar respuesta a las víctimas. En muchas jurisdicciones, son ellas las que tienen que denunciar y luego ratificar la denuncia que hicieron en comisarías. Este sistema de doble denuncia está apoyado en la falta de confianza de la Justicia hacia las mujeres y contribuye a la impunidad del agresor. El aporte de pruebas y testigos depende enteramente de las víctimas y, si no lo hacen, las causas quedan paralizadas y luego se archivan. Se trata de un modelo de gestión judicial de la violencia contra las mujeres que suma desprotección y que no garantiza medidas efectivas. Con la impunidad para el agresor, el Poder Judicial agrega otro tipo de violencia para la denunciante: la violencia institucional. Muchas de las víctimas de femicidios habían denunciado antes y en reiteradas ocasiones al asesino. A tantas otras mujeres no quisieron tomarles las denuncias. Esta inercia no puede continuar.

Hay mujeres golpeadas y asesinadas por afirmar sus propias decisiones. Otras están desaparecidas, víctimas del delito de trata con fines de explotación sexual o laboral, y sus destinos siguen sin conocerse. En torno a algunas de esas mujeres desaparecidas
se sospechan tramas mafiosas que incluyen la participación de la justicia y de las

fuerzas
de seguridad. Por ellas también pedimos justicia.

El modo en que los medios, mayoritariamente, tratan el problema, debe transformarse por completo: en muchos casos culpabilizan a las víctimas de su destino: hablan de su vestimenta, sus amistades, sus modos de divertirse. En el fondo, agitan allí el “algo habrán hecho”. Necesitamos medios comprometidos en la elaboración de protocolos, además del imprescindible cumplimiento de los protocolos existentes y de los códigos de ética para las coberturas periodísticas de estos casos.

La televisión repite imágenes y palabras que ubican a las mujeres en situaciones de desigualdad, dominación y discriminación. Repite estereotipos. El tratamiento noticioso de los casos de niñas y mujeres asesinadas o desaparecidas, con la invasión de la intimidad de las víctimas y la insistencia en revelar el modus operandi del asesino, contribuyen a que el femicidio se naturalice o se lo convierta en insumo para que el show continúe. Y esto ayuda a su reproducción.

Decimos Ni una menos, con el dolor de la suma de víctimas que crece y crece. Esta conmoción masiva, esta enorme y comprometida participación social, son un grito
unánime. Es la manera que encontramos, en todas las plazas del país, con la movilización, con el dolor común, con la preocupación y la necesidad urgente, de poner en marcha acciones coordinadas que ataquen el problema; desde el origen -la cultura machista-, y hasta el fin de la cadena: la mujer golpeada, la mujer asesinada.

El Estado y los poderes reales, junto con la ciudadanía, debemos comprometernos a perfeccionar los instrumentos para combatir la violencia contra las mujeres, nuevos
esfuerzos deben sumarse, codo a codo con el esfuerzo realizado por las organizaciones
de mujeres, feministas, ONGs y personas comprometidas que trabajan en esto desde hace tiempo.

Es que los derechos de unas son los derechos de todos. La preservación de la vida y las decisiones de las mujeres son ampliación de libertad para todos y para todas. Forjemos nuevos modos de convivencia, estrategias para hilar cada vez mejor la trama de la vida en común. No queremos más lágrimas de duelo y sí más avances que festejar.
No queremos más mujeres muertas por femicidio. Nos queremos vivas. A todas.
#NiUnaMenos.

III

Pedimos, entonces, una serie de puntos ineludibles para recorrer el camino hacia
Ni una menos:

1. Instrumentación en su totalidad y con la asignación de presupuesto acorde de la LEY N º 26.485 “Ley de Protección Integral para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres en los ámbitos en que desarrollen sus relaciones interpersonales”. Puesta en marcha del Plan Nacional que allí se establece.
2. Recopilación y publicación de estadísticas oficiales sobre violencia hacia las mujeres incluyendo los índices de femicidios.

3. Apertura y funcionamiento pleno de Oficinas de Violencia Doméstica de la Corte Suprema de Justicia en todas las provincias, con el objeto de agilizar las medidas cautelares de protección. Federalización de la línea 137.
4. Garantías para la protección de las víctimas de violencia. Implementación del monitoreo electrónico de los victimarios para asegurar que no violen las restricciones de acercamiento que impone la Justicia.
5. Garantías para el acceso de las víctimas a la Justicia. Atención de personal capacitado para recibir las denuncias en cada fiscalía y cada comisaría. Vinculación de las causas de los fueros civil y penal. Patrocinio jurídico gratuito para las víctimas durante todo el proceso judicial.
6. Garantías para el cumplimiento del derecho de la niñez con un patrocinio jurídico
   especializado y capacitado en la temática.
7. Creación de más Hogares/Refugio en la emergencia, Hogares de Día para víctimas, y subsidio habitacional, con una asistencia interdisciplinaria desde una perspectiva de género.
8. Incorporación y profundización en todas las currículas educativas de los diferentes
   niveles de la educación sexual integral con perspectiva de género, la temática de la violencia machista y dictado de talleres para prevenir noviazgos violentos.
9. Capacitaciones obligatorias en la temática de violencia machista al personal del Estado, a los agentes de seguridad y a los operadores judiciales, así como a profesionales que trabajan con la temática de violencia en diferentes dependencias oficiales de todo el país.

Todas las medidas requieren creación de instancias de monitoreo y seguimiento para su puesta en práctica y funcionamiento efectivo.

Erradicar la violencia contra las mujeres puede ser difícil pero no es imposible. Ni una menos es un grito colectivo, es meterse donde antes se miraba para otro lado, es
revisar las propias prácticas, es empezar a mirarnos de otro modo unos a otras, es un compromiso social para construir un nuevo nunca más.

Repetimos. No queremos más mujeres muertas por femicidio. Queremos a cada una de las mujeres vivas. A todas. #NiUnaMenos.

2. 3J – 2016

I

El 3 de junio del año pasado dimos un grito poderoso y airado. 286 víctimas de femicidio en 2015 nos imponen templar las gargantas una vez más. 66 nuevas muertes en los primeros 100 días de 2016, nos exigen tomar las calles nuevamente. Cientos de miles de personas volvemos a encontrarnos en la calle para alojar la voz de las víctimas de la violencia femicida. Y para decir que la violencia machista también mata, lentamente, cuando coarta libertades, participación política y social, la chance de inventar otros mundos, otras comunidades, otros vínculos. Cuando nos dice cómo vestirnos y cómo actuar, mata nuestra libertad. Cuando nos insulta o nos juzga por el modo en que disfrutamos nuestros cuerpos, mata nuestro derecho a poner en acto su

inmensa potencia. Cuando nos niega la palabra en el espacio público, la silencia o la minimiza; cuando los medios masivos de comunicación sólo nos retratan señalando un deber ser, en falta, o como víctimas; mata nuestro derecho a cambiar el mundo. Cuando nos impone las tareas domésticas y de cuidado como si fueran un deber exclusivo y natural, olvida que es un trabajo, y mata el libre uso de nuestro tiempo. Cuando nos niega el mismo salario por la misma tarea, mata nuestra autonomía. Cuando avasalla o abusa de nuestros cuerpos, mata nuestra integridad. Cuando pretende controlar nuestra capacidad reproductiva, mata nuestro derecho a elegir. Decir Ni Una Menos no fue, ¡no es!, un ruego ni un pedido. Es plantarse de cara a lo que no queremos: ni una víctima más, y decir que nos queremos vivas, íntegras, autónomas, soberanas. Dueñas de nuestros cuerpos y nuestras trayectorias vitales. Dueñas de nuestras elecciones: cómo queremos, cuándo queremos, con quién queremos.

II

Decir Ni Una Menos fue y es tejer una trama de resistencia y solidaridad; contra los guiones patriarcales que prescriben rivalidad entre mujeres y rechazo a las personas trans. Contra la trata, muchos representantes de los sectores políticos, judiciales, policiales y mediáticos se hacen los sordos, los mudos, los ciegos. Un aparato judicial misógino, injusto y arbitrario sigue cosechando víctimas entre las víctimas. Nosotras y nosotros sabemos que las redes de afecto, que también son políticas, nos permiten hacer visibles las opresiones, salir del círculo de la violencia, darnos fuerzas y entusiasmos para vivir las vidas que queremos vivir. Una joven presa en Tucumán, condenada a ocho años de prisión por homicidio, cuando tuvo un aborto espontáneo, en una causa armada, nos obligan a gritar con más fuerza la consigna “Sin Educación Sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar, aborto legal, seguro y gratuito para no morir, no hay Ni Una Menos”. Decir Ni Un Menos es estar alertas y denunciar toda violencia machista que persigue, violenta y mata a mujeres hétero, lesbianas, gays, travestis y trans. A toda esa violencia que coarta libertades, ocupaciones y trayectorias. Sin pan y sin trabajo, los y las más desprotegidos y desprotegidas lo son aún más. Por Diana Sacayán, Lohana Berkins entre tantas representantes de esta trama común que buscó y busca una igualdad en el acceso a derechos que no oculta las diferencias, que las celebra, las abraza, las vuelve motivo de crecimiento común. Decimos también Ni Una Menos frente a toda avanzada de reacción conservadora más allá del signo político del gobierno. Porque si la represión en los tramos finales del Encuentro Nacional de Mujeres fue realizada bajo el gobierno anterior, el cambio electoral nos desprotegió todavía más. Los observatorios que se habían puesto en práctica dejaron de existir y programas que ya existían como el de Salud Sexual y Reproductiva empezaron a ser desmantelados y/o abandonados, las y los trabajadores que se ocupan de la atención de la violencia machista están precarizados y, como todxs, amenazados de perder sus trabajos. Los contenidos de la ley de Educación Sexual Integral, ley fundamental por la que pedimos el 3 de junio pasado para prevenir la violencia machista, se están modificando para conformar a los sectores más retrógrados. Es cierto que se puso al frente del Consejo Nacional de las Mujeres a una feminista pero a la vez, el ajuste, el tarifazo, los despidos masivos, el fin de la moratoria previsional para las amas de casa que dedican su vida al cuidado de los otros, el escandaloso achique del Estado, golpean sobre todo a las mujeres, recortan nuestra autonomía, nos dejan más inermes frente a la violencia. Cuando la pobreza aumenta, las primeras perjudicadas somos las mujeres. Cuando el conflicto social se mete dentro de las casas, las más perjudicadas somos las mujeres. El ajuste

y la inflación golpean directamente sobre nuestra capacidad de decir Basta. El disciplinamiento de la protesta social y el encarcelamiento de dirigentes sociales y políticos hablan claramente de una revancha misógina y racista que nos golpea a todas. A todxs. La ley de patrocinio gratuito no ha sido reglamentada y desde el Ministerio de Justicia ya se alertó sobre la falta de presupuesto para ponerla en práctica en una escandalosa vuelta atrás de un derecho básico para poder acceder a la Justicia.

III

Hace un año nos movilizamos reclamando la implementación de la ley 26.485. Eso exige políticas públicas, trabajadores capacitados, formación de quienes se encargan del tema en las oficinas judiciales y estatales, presupuesto adecuado, creación de refugios, patrocinio jurídico de las víctimas, medidas de prevención y cuidado efectivas. En un contexto de ajuste económico y privación general de derechos, las presuntas soluciones que se buscan son punitivistas. Plantean el atajo del castigo antes que la prevención para evitar que haya más víctimas. Venimos a decir que eso no alcanza, que se trata de conmover las creencias y prácticas sociales que sustentan la violencia machista y la complicidad del Estado y la justicia. Venimos a decir que con ajuste no hay Ni una menos y que la pobreza es violencia. Venimos a gritar: Ni una menos por femicidio Ni una menos por trata Ni una menos por aborto clandestino Ni una menos por persecución judicial Ni una menos por despido Ni una menos por homo lesbo y trans odio A la violencia machista y a quienes la perpetran les decimos: Ni Una Menos, contra nuestros cuerpos Nunca Más. Por eso, más que nunca, ¡Vivas nos queremos!

Adhesiones:
“Conjuros a viva voz”, producciones radiales feminisitas. 89.1 fm Alas, radio comunitaria de El Bolsón.
Agrupación de Mujeres en Lucha Las Piqueteras
Agrupación Villera Piquetera – AVP
Agrupación Pingüinos
Alejandro Amor, defensor del Pueblo de la CABA
ALITT Asociación de Lucha por las Identidades Travesti Transexuales
Amnistía Internacional-Argentina.
Ana Iniesta y la Banda de la Luna
Ana María Gortari. Mercedes provincia de Buenos Aires. Psicóloga
APDH
Asamblea de Mujeres de la Federación de Organizaciones de Base (FOB Regional Caba)
Asociación Civil de Especialistas en Violencia Familiar (ACEViF)
Asociación Civil Develar – Observatorio de Derechos Humanos y Prácticas Políticas
Asociación Civil Lola Mora
Asociación Civil Palabras. Santa Fe
Asociación Civil Profesionales Latinoamericanos/as contra el Abuso de Poder- PLcAP Argentina – Uruguay – Honduras- España
Asociación Civil Trama
Asociación por los Derechos de las Mujeres , de Sevilla, España
ATE Mujeres de la provincia de Chubut
Barbara Gill
Beatriz Garrido

Campaña contra las violencias hacia las mujeres
Carlos Schröder. Docente universitario, integrante de la Secretaría de Educación de la APDH Buenos Aires.
Carolina Balderrama. Periodista.
Carolina Scotto, ex rectora de la Universidad Nacional de Córdoba
Católicas por el Derecho a Decidir
Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)
Centro Integral de Salud Mental Tandil. Dra Guillermina Berkundsky Idiart, coordinadora.
Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género (CInIG) (FaHCE-UNLP)
Claudia Hasanbegovic. EQUIFEM
Claudia Korol. Educadora popular feminista
Colectiva de Antropólogas Feministas
Colectiva Feminista MALA JUNTA
Colectiva Feministas Independientes de la Ciudad de Buenos Aires
Colectivo Ni Una Menos Río Grande, Tierra del Fuego
Colectivo CORO CUMPA, Instituto Universitario Nacional en DDHH “Madres de Plaza de Mayo”
Colectivo de Trabajadores/as de Prensa de La Plata
Colectivo por la Justicia Social
Colectivo de Mujeres Osadía
Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres. CLADEM-ARGENTINA
Comunicación para la Igualdad
Comunidad de sexualidad libre
Concejal Claudia González. Alumine, provincia del Neuquén.
Cooperativa MIKA de Belleza y Estética de las Mujeres Unidas de la villa 21-24 de Barracas
Defensoría General de la Nación
Democracia Socialista
Diana Cordero, periodista
Diana Maffía. Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género. UBA
Dora Barrancos, directora de la Maestría y el Doctorado en Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Nacional de Quilmes. Directora del CONICET en representación de las Ciencias Sociales y Humanas.
Elsa Schvartzman, docente UBA
Equipo de Educación Popular Pañuelos en Rebeldía
Equipo de Género y Diversidad de la UNDAV
Equipo Latinoamericano de Justicia y Género (ELA)
Espacio Feminismos, Género y Sexualidades (FaHCE-UNLP)
Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE), Universidad Nacional de La Plata (UNLP)
Florencia Cremona. Laboratorio de Comunicación y Género. Facultad de Periodismo y Comunicación Social. UNLP
Foro pampeano por el derecho al aborto legal seguro y gratuito
Foro Pampeano por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito.
Frente de Estudiantes en Lucha – FEL
Frente Popular Darío Santillán-Corriente Nacional
Frente Por La Igualdad Diversidad , Tierras Altas Ong.
Fundación Rumbos de Integración y Desarrollo Regional

Gloria Bonder. Directora Área de Género, Sociedad y Políticas. Flacso. Argentina
Irene Meler. Coordinadora del Foro de Psicoanálisis y Género (APBA)
La Fundación Agenda de las Mujeres
Lamalajunta, colectiva feminista, de Junín de los Andes.
La marcha de las putas
Las bases
Lesbianas y feministas por la descriminalización del aborto
Lic. Laura Boggon. Ministerio de Justicia y DDHH.
Lic. Silvia Luppino
Lidia González. Pediatra.
Liliana Daunes. Periodista.
Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora
Marcela V. Rodríguez, ex diputada nacional.
María Carpineta
Mónica Morales. Instituto Interdisciplinario de Estudios de la Mujer. Facultad de Ciencias Humanas, UNLPam
Mónica Scokin
Mujeres Autoconvocadas en Trelew
Mujeres de Artes Tomar
Mujeres de pie Trelew
Mujeres en Acción Política por la Igualdad – Las Ñatas
Multisectorial de Mujeres de Santa Fe
Murga “Baila la chola”
Nelly Miyersky, Abogada. Profesora Consulta de la Facultad de Derecho, UBA. Investigadora Permanente del Instituto.“Ambrosio L. Gioja”, Facultad de Derecho, UBA. Directora de la Carrera Interdisciplinaria de Especialización de Posgrado en Problemáticas Sociales Infanto Juveniles de la Universidad de Buenos Aires.
Nicolas Ravignani
Nina Brugo, secretaria de la mujer, Unidad Popular
Nodo Género y Políticas de Equidad
Observatorio de Violencia de Género, Defensoría del Pueblo, PBA
Patria Grande
Pbro. Leonardo Félix. Iglesia Evangélica Metodista Argentina
Periodistas de Argentina en Red por una Comunicación no Sexista (PAR)
Pilar Vendrell – Psicóloga
Ponete Las Violetas
Programa Ingéneros de la Universidad Tecnológica Nacional, Regional Avellaneda
Raquel Asensio. Coordinara de la Comisión sobre Temáticas de Género de la Defensoría General de la Nación.
Red de Mujeres Afrolatiomericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora en Argentina
Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe
Rocío Belén Oliva
Romina Rufatto. Periodista.
Sandra G.C, Cabrera. Coordinadora Nodo de Género y Políticas de Equidad. San Luis.
Seamos Libres
Silvina Ramos y Mariana Romero. CEDES
Sindicato Argentino de Docentes Privados
Sindicato de Trabajadores/as Judiciales de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires
Sindicato de Trabajadores Judiciales de la República Argentina

Sin Moldes-Tandil
Soledad Agostina Malnis Lauro
Susana Nieri. Directora de cine
Tamboras de Bragado
Tendencia Piquetera Revolucionaria – TPR
Unidad Popular
Usina
Valeria M. Tallarico
Varones antipatriarcales CABA

3. 3J – 2017

El 10 de mayo, cuando estábamos haciendo cuerpo colectivo en la Plaza de Mayo para evidenciar nuestro contrapoder frente a la impunidad de los crímenes del Terrorismo de Estado, el gobierno de la Alianza Cambiemos comprometía la vida de generaciones futuras tomando miles de millones de deuda. El mismo permiso que se tomó la última dictadura cívico militar a fuerza de sangre, de tortura, secuestro, desaparición, exterminio y apropiación de niños y niñas. Los genocidas y sus cómplices silenciaban las voces disidentes y usurpando el gobierno tomaban deuda, confiscaban la fuerza de trabajo y de producción al servicio del capital financiero. Y cuando denunciamos la impunidad del genocidio amparada por este gobierno, ¿vuelven a endeudarnos?

Esta simultaneidad de hechos nos obliga a gritar: la deuda es otra forma de violencia que pone nuestras vidas en riesgo. Desde que el Gobierno de la Alianza Cambiemos asumió, ingresamos en un nuevo ciclo de endeudamiento, que ronda la cifra de los 95 mil millones de dólares. Esta descomunal toma de deuda se estima llegará al 60% del PBI a fin de 2017.

Las mujeres sabemos, lo aprendemos en nuestra vida cotidiana, lo que significa estar endeudadas. Sabemos que las deudas no nos dejan decir no cuando queremos decir no. Y la deuda del Estado siempre termina derramando sujeción sobre nosotras. Y sobre nuestrxs hijxs. Y sobre nuestrxs nietxs. Nos expone a mayores niveles de precarización y a nuevas violencias. Para tomar deuda, el Estado promete planes de flexibilización laboral y reducción del gasto público que afectan de modo diferencial a las mujeres.

Pero además, somos usuarias, voluntarias o no, del sistema financiero: en los últimos años fuimos bancarizadas compulsivamente, al punto que los subsidios sociales son insumos del sistema financiero. Como jefas de hogar, ocupamos un lugar central en la organización y autogestión de tramas de cooperación. Las corporaciones financieras explotan estas economías comunitarias cobrando comisiones sobre subsidios y salarios y aplicando tasas de interés exorbitantes para préstamos, tarjetas de crédito y microcréditos.

Sin embargo, es con la tarjeta de crédito como festejamos un cumpleaños, con el préstamo hacemos la pieza del fondo, con el microcrédito buscamos emprender ese negocio que nos dejaría sobrevivir. Y así pasamos las noches, haciendo cuentas, separando la parte del león. Esa cuenta del día a día es la que se hace abstracta en las políticas financieras pero que las mujeres le ponemos el cuerpo en cada lugar donde hacemos malabares para llegar a fin de mes. Sujetas a pagar la deuda bajo amenaza de perderlo todo, ¿cómo vamos a poder decir basta a la violencia machista cuando cualquier desequilibrio de la frágil estructura económica en la que vivimos nos

deja a la intemperie absoluta? Si vamos a un refugio para sobrevivir a la violencia, ¿cómo pagamos las cuentas al día siguiente?

Las finanzas, a través de las deudas, constituyen una forma de explotación directa de la fuerza de trabajo, de la potencia vital y de la capacidad de organización de las mujeres en las casas, en los barrios, en los territorios. La violencia machista se hace aun más fuerte con la feminización de la pobreza y la falta de autonomía económica que implica el endeudamiento.

El movimiento de mujeres se consolidó como un actor social dinámico y transversal capaz de poner en escena las diversas formas de la explotación económica. Dejamos de ser meramente víctimas justamente porque podemos hacer comprensibles las formas en que nos explotan y accionar colectivamente contra los múltiples despojos. En los dos Paros de Mujeres que realizamos en menos de un año, en articulación con mujeres sindicalistas y con organizaciones de todo tipo, fuimos capaces de poner en agenda y ensamblar demandas del trabajo formal y de las desocupadas, de las economías populares junto con la histórica reivindicación del reconocimiento de las tareas no remuneradas que realizamos las mujeres, y de politizar el cuidado junto al reconocimiento del trabajo autogestivo. En ese marco, creemos que es necesario avanzar en dar cuenta de las renovadas formas de explotación que pauperizan nuestras condiciones de vida y precarizan nuestras existencias, constituyendo el marco en el cual se duplicó la cifra de femicidios. Son cifras que tienen una íntima relación.

Como productoras de valor, decimos Ni Una Menos, ¡Vivas y Desendeudadas Nos Queremos!

4. 3J – 2018

Deseo y revolución feminista

Llega un nuevo 3 de junio y el Colectivo NUM renueva las demandas e insiste con las reivindicaciones pendientes.

Este mes de junio, por cuarta vez, volveremos a ocupar la calle para decir Ni Una Menos. Desde el primer 3 de junio, en 2015, el movimiento que se convirtió en marea arrasadora no ha parado de crecer. Cada vez somos más las que entendemos el feminismo como la casa de nuestras rebeldías, que queremos habitar. Una casa donde la mano esté tendida para la otra, porque hacemos cuerpo lo que declamamos: estamos para nosotras. En esa manera de estar, nos reconocemos en los pañuelos verdes que desde hace 13 años son el signo de la lucha por el derecho al aborto legal que, ahora mismo, por presión de la calle, por la capacidad del feminismo de darle cuerpo y sentido a esta demanda, está muy cerca de ser debatido y esperamos que aprobado en el Congreso de la Nación, mientras la discusión no para de profundizarse en los barrios, las casas y las escuelas.

Ni Una Menos es contraseña contra la violencia machista y patriarcal y así se ha afianzado en muy diversos territorios a nivel internacional. Su clave está en la apropiación transversal de un grito colectivo capaz de conjugar el ¡Ya basta! que detiene y consuela las heridas en el propio cuerpo y de denunciar a la vez la opresión de las violencias económicas, políticas e institucionales que también son patriarcales. Así pudimos decir Ni Una Trabajadora Menos frente a los despidos constantes y masivos que imponen las políticas de ajuste. Dijimos Desendeudadas Nos Queremos frente a la expropiación de nuestro tiempo y nuestro trabajo por el disciplinamiento financiero. Ni Una Travesti Menos para dar cuenta de cómo los cuerpos disidentes son marcados de manera particular por el machismo. Ni Una Migrante Menos para

denunciar las políticas del racismo institucional. La bandera Ni Una Menos se cuelga en las escuelas para reclamar Educación Sexual Integral y también se hace oír el Ni Una Menos por aborto clandestino. Ni Una Menos se dice contra el femicidio territorial en América Latina a manos de fuerzas represivas estatales y para-estatales: Marielle Franco asesinada en Brasil y lideresas comunitarias en Colombia, México, Ecuador, Honduras, Nicaragua y Perú.

Esta manera de entramar y hacer cuerpo y voz lo personal y lo colectivo, lo político y lo doméstico (que también es político) habilitó una militancia al modo del tejido y del enjambre: una manera en la que hoy se anudan las experiencias y demandas feministas puestas en juego en territorios y cuerpos (y en cuerpos-territorios) concretos. Por eso, los pañuelazos por el derecho al aborto tienen una fuerza particular cuando se hacen en las villas, así como las asambleas tienen otra textura cuando son capaces de elaborar colectivamente los conflictos. Las geografías del movimiento feminista son sinuosas y múltiples: el llamado al paro resuena de otro modo en la Selva Lacandona cuando lo dicen las zapatistas y la educación feminista gana otra fuerza con las jóvenes con pasamontañas en Chile; festejamos con las irlandesas en la calle el triunfo del plebiscito por la legalización del aborto y nos unimos a la manada que impugna la justicia patriarcal y toma las calles en España. Seguimos nutriéndonos e investigando cómo se expande este nuevo internacionalismo.

Pero el fervor por lo que venimos consiguiendo, por la disponibilidad de sentidos antes relegados a guetos que hoy devienen masivos, abren a una necesaria interrogación y experimentación sobre nuestras formas de vida y de organización. ¿Qué significa ser feminista a la hora de enamorarse? ¿Cómo acompañamos la libertad de las adolescentes para poner en juego su deseo sin que sus derivas sean apropiadas por la maquinaria patriarcal que las sigue viendo como objetos de cambio? ¿Qué clase de justicia feminista podemos poner en juego cuando las denuncias por acoso sexual se dan entre adolescentes? ¿Cómo reparamos colectivamente las heridas de las que sobrevivieron a la violencia machista? ¿Hay alguna alternativa a la cárcel para los hombres violentos, hijos obedientes del patriarcado? Y frente a los femicidios cotidianos, ¿cómo profundizar la organización y la alerta?

Necesitamos estar cada vez más atentas y cuidadosas con el dolor, con las formas particulares de violencia sexual contra las niñas y adolescentes, con los modos institucionales y clasistas con que se quiere de nuevo encorsetar nuestros debates y nuestros deseos. Porque no somos solamente víctimas pero el duelo no se termina, porque la respuesta misógina a nuestra autonomía es la crueldad que se imprime en los cuerpos feminizados. Porque todos los días hay un ejecutor dispuesto a terminar con la vida de una mujer o de una travesti como forma de disciplinarnos a todas y de reponer una autoridad masculina que se niega a pensarse a sí misma.

El mundo que conocíamos, el mismo que queremos cambiar se resquebraja y hacemos pie sobre tembladerales. Esto es signo de que lo estamos cambiando todo y a la vez de que necesitamos hacer lugar al duelo y al desconcierto frente a la ardua tarea de construcciones y horizontes revolucionarios que desconocemos pero que deseamos.

La potencia de nuestro movimiento no es lo contrario al dolor si no una manera de reconocerlo, de advertir las heridas cada vez más profundas del racismo y del colonialismo, de los modos en que la crueldad intenta disciplinar a diario nuestros cuerpos a través de la violencia sexual, de la imposición de una belleza hegemónica y del permiso para habitar el mundo para unos pocos cuerpos supuestamente normales. La potencia no es un empoderamiento banal ni un triunfalismo que se agota en el gesto de declararnos juntas cuando estamos atravesadas por una crisis que es

cambio de época. La potencia es estar juntas en la calle cuando marchamos pero también poder aliarnos con las pibas que hoy viven en la calle sin elegirlo y tienen que ponerse pillas, en medio de una trama de violencia que las abusa a diario. La potencia es estar juntas en la calle cuando marchamos pero también hacernos cargo colectivamente de que la represión se ensaña más cruelmente con las que están en la cárcel.

La tierra tiembla. Verdaderamente la tierra se mueve bajo nuestros pies y lo sentimos día a día. Los umbrales de tolerancia frente a la violencia machista se han modificado sin vuelta atrás. El abismo que hoy se abre a las relaciones -especialmente las amorosas y familiares- intenta ser respondido sólo con moral punitivista o con protocolos que intentan calmar la incertidumbre. Necesitamos construir nuestros cuidados y nuestra autodefensa. Las formas de organización tradicionales ya no dicen nuestros anhelos de ocupar las ciudades y las casas de otro modo ni contienen las sensibilidades nuevas que derraman maneras diversas de sentir, percibir y pelear. El feminismo no es una moda, no es una remera, ni puede ser reducido a la demanda de cupos –aun cuando la paridad es una exigencia en todos los ámbitos de organización y de representación mixtos–. Tampoco es un lugar a ocupar en una unidad que no se cuestione el modo de construir política, de ejercer liderazgos y de representar a otrxs. No es tampoco reducible a un conjunto de demandas a incluir en una plataforma electoral.

El movimiento feminista pone en el centro de la política la cuestión del deseo y eso no admite respuestas fáciles ni veloces. El deseo es también un terreno de disputa, de tensión, de contradicciones. Es un espacio de experimentación, de pliegues y repliegues. Dijimos que en este movimiento nos mueve el deseo. Y eso se lo disputamos al mercado, a las promesas de la publicidad, y a las agendas de género neoliberales. No es un deseo individual sino que se teje en la trama colectiva, que busca su espacio- tiempo para realizarse, para encontrar sus bordes, para decir su nombre. Nos mueve el deseo de habitar esa casa feminista a construir a la vez que construimos comunidades. Nuestro deseo es también una apuesta de tiempo, el tiempo de esta revolución que es abierto y es ahora.

5. 3J – 2019

#3J2019: el documento completo de un nuevo Ni Una Menos

Después de dos asambleas para la construcción colectiva de este nuevo 3 de junio, en Ciudad Autónoma de Buenos Aires se llegó a este documento que compartimos a continuación.

Hoy, 3 de junio de 2019, estamos acá una vez más para tomar las calles y manifestarnos, para decir basta de violencia económica, sexista, racista y clasista contra las mujeres, lesbianas, travestis, trans, bisexuales, no binaries, gordes e intersex; de la clase trabajadora: ocupades, desocupades, precarizades, piqueteres y de la economía popular, visibilizando especialmente a las mujeres indígenas, originarias, afroargentinas y negras en pos de empezar a saldar la deuda histórica para con ellas y todas las identidades vulneradas por el capitalismo patriarcal y el modelo económico de Mauricio Macri y la alianza Cambiemos, sostenido por su gobierno y los gobiernos provinciales que precarizan nuestras vidas y profundizan todas las desigualdades y las opresiones. La enorme transferencia de recursos hacia los grandes capitales financieros mediante una devaluación que destruyó buena parte del salario, la fuga de divisas, el acuerdo con el FMI, la justicia patriarcal y la reforma previsional, así como la política de persecución, represión y criminalización de la

protesta social y de guerra contra nuestro pueblo, precarizan día a día nuestras vidas. Ante este momento, los feminismos tenemos que ser resistencia y alternativa porque tenemos la tarea ineludible de aportar una alternativa de futuro para que el pueblo no siga pagando las consecuencias de esta crisis. Estamos organizades y no podemos retroceder. Gane quien gane en octubre, el movimiento de mujeres travestis, trans, no binaries, tiene el desafío de seguir copando las calles por sus reivindicaciones. Porque ningún gobierno, jamás, nos ha regalado nada. Todos nuestros derechos los arrancamos siempre con nuestra propia organización, confiando en nuestras propias fuerzas.

Las enormes movilizaciones que gestamos y que atravesaron nuestro país y el continente desde el 3 de junio de 2015 fueron la voz de nuestro hartazgo: ¡basta de violencia machista!

Traemos con nosotres las experiencias, las construcciones y los lazos que hemos consolidado entre todes en los Encuentros Nacionales de Mujeres, Lesbiabas, Travestis y Trans y en los procesos asamblearios, en las Huelgas del 8M y en años de organización popular en diversos ámbitos. Nos reconocemos en las luchas latinoamericanas, originarias y afrodescendientes: remarcamos el protagonismo de las mujeres y todas las identidades en las luchas comunitarias por la vida y los territorios. Somos un movimiento antiimperialista, anticapitalista, antipatricarcal, anticlerical, antiracista, antibiologicista y antineoliberal. Reclamamos prevención y cuidado, igualdad y justicia social. Estamos en las calles, estamos resistiendo y no nos vencieron. ¡No nos han vencido! A la crueldad femicida le oponemos feminismo y organización, decimos ¡Basta!: Ni una víctima más. Basta de violencia machista en todos los ámbitos: basta de trata, basta de femicidios, travesticidios, transfemicidios y crímenes de odio, basta de abortos clandestinos. Además, luego de la marea verde que inundó las calles y las plazas de toda la Argentina y el mundo en el 2018 para exigir que finalmente el aborto sea legal, seguro y gratuito, como volvimos a decirlo el pasado 28M, seguimos exigiendo: inmediata separación de las iglesias y el Estado: ¡Que sea ley!

ABORTO, ESI Y VIOLENCIAS MACHISTAS

- Demandamos a las dos cámaras del poder legislativo la aprobación del proyecto de ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo presentado por la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito. Aborto legal ya. No hay Ni Una Menos con muertas por abortos clandestinos.
- Cumplimiento de la Interrupción Legal del Embarazo en todo el país, sin restricciones y con las técnicas recomendadas por la OMS. ¡Niñas, no Madres!
- Es necesario que el sistema de salud incorpore la provisión y producción pública de Misoprostol y Mifepristona aprobada por la ANMAT.
- Basta de femicidios, travesticidios, transfemicidios y crímenes de odio contra travestis, trans, lesbianas, bisexuales, no binaries y todas las identidades sexuales y de género.
- Basta de violencia institucional, racista y colonialista para les integrantes de los pueblos originarios e indígenas, de la comunidad afro y de las personas racializadas. Por infancias felices, libres de racismo y de todo tipo de violencia y discriminación.

- El machismo, la misoginia y el odio nos matan. En lo que va de 2019 hubo 278 femicidios y trans/travesticidios. Denunciamos el genocidio trans / travesti. No más niñas ni adolescentes acosadas, abusadas, violadas, asesinadas. No más compañeres revictimizadas por los medios de comunicación. Exigimos más presupuesto para políticas públicas de erradicación de la Violencia patriarcal.
- Promoción de políticas para la independencia económica y habitacional de mujeres, lesbianas, bisexuales, travestis, trans y no binaries víctimas de violencia.
- Exigimos la implementación de la Ley N° 26.485 de Protección Integral contra las violencias. Repudiamos el ajuste al INAM (Instituto Nacional de Mujeres) del gobierno macrista y a su titular, Fabiana Tuñez, responsable de los recortes de presupuesto y el ajuste en todos los programas contra las violencias.
- Desde la primera movilización por Ni Una Menos en 2015, hubo alrededor de 1193 femicidios. Exigimos la declaración de la emergencia en violencia de género.
- Basta de violencia hacia las mujeres, travestis, trans y no binaries. Presupuesto para la construcción de los refugios que contempla el Plan Nacional de Erradicación de la Violencia hacia las Mujeres. Asistencia legal y psicológica para víctimas de violencia.
- Seguimos exigiendo la implementación plena de la Educación Sexual Integral, laica, feminista y con perspectiva de género para todos los niveles educativos en todo el país, así como presupuesto acorde para su ejecución. Financiamiento para el Programa Nacional de Educación Sexual Integral. Basta de tercerizar en ONG’s la implementación de la ESI.
- Separación de la Iglesia del Estado. Fuera las iglesias y organizaciones clericales de la salud y la educación. Basta de financiamiento a las iglesias y tercerización de programas y tareas de asistencia a las iglesias. Abajo el 0800 celeste de Vidal en la Provincia de Buenos Aires.

VIOLENCIAS ECONÓMICAS

- Basta de endeudamiento. La deuda con el FMI es fraudulenta e ilegítima. Sólo financia actualmente la fuga de capitales, endeuda nuestras economías domésticas y atenta contra la soberanía de nuestro país. Creemos necesaria una auditoría de toda la deuda externa Argentina para demostrar que es ilegal, ilegítima y fraudulenta. Nos declaramos en contra del endeudamiento con el Fondo Monetario Internacional llevado a cabo a lo largo del gobierno de Mauricio Macri, así como su continuidad bajo cualquier gobierno.
- El ajuste precariza y empobrece a nuestro pueblo. Este movimiento se pronuncia en contra de las políticas de ajuste fiscal y vaciamiento del Estado que el gobierno nacional y los gobiernos provinciales llevan a cabo.

- Las políticas de este gobierno produjeron un saldo de casi 250.000 despidos. Este movimiento se pronuncia por la defensa del trabajo, el salario, las jubilaciones y las pensiones.
- Consideramos urgente recuperar el sistema previsional argentino, sobre la base de reponer los aportes patronales y garantizar el 82% móvil para todes les jubilades y pensionades. Todes tenemos derecho a jubilarnos. Por la prórroga en la moratoria para la jubilación de amas de casa.
- El sistema de cuidados forma parte de la economía y de la producción. Demandamos el reconocimiento de las tareas de cuidado: es trabajo no remunerado y quienes lo llevan a cabo debe ser reconocides.
- Rechazamos las reformas laboral y previsional exigida por el FMI que el gobierno aún tiene en su agenda. Al mismo tiempo, exigimos paritarias sin condicionamientos y para la recomposición del salario destruido por la inflación.
- A 40 años del Cordobazo, reivindicamos las luchas obreras y peleamos por una huelga general.

AFRODESCENDIENTES

- Exigimos aprobación de la ley de reparación histórica y económica para las hermanas indígenas-originarias, africanas, afroargentinas y afrodescendientes invisibilizadas por la historia y víctimas de la trata esclavista, primeras desaparecidas por el estado.
- No a los despojos territoriales
- La negación de nuestra existencia en este suelo implicó la construcción de una historia oficial eurocentrada y colonizadora. Nos oponemos a la violencia racista estructural, capitalista, patriarcal y colonialista que sufren nuestras cuerpas negras y afro en las calles y en las instituciones
- Exigimos políticas públicas que protejan nuestras vidas y nuestra salud empobrecida. Matan a nuestras compañeras negras y afrodescendientes en sus territorios e invisibilizan a las afroargentinas dentro de este estado nación fundado con sus vidas.
- Exigimos ser parte del censo 2020. Para saber de nuestra identidad. Para saber también a futuro cuántas son realmente nuestras muertas.

MIGRANTES

- Basta de políticas racistas y xenófobas. Anulación definitiva del DNU 70/2017 contra migrantes. Exigimos el retorno de Vanesa Gómez y su hijo, compañera peruana expulsada del país. Rechazamos las expulsiones y separaciones de familias migrantes. Absolución a Morelia Colque, judicializada por defenderse de su agresor.
- ¡Migrar no es delito! Ni una migrante menos

INDÍGENAS

- Ni una Indígenas Menos

- Ni un Territorio Menos: el modelo extractivista y neocolonialista aniquila de forma organizada a las más de 36 Naciones Originarias existentes.
- ¡Ni una Nación Originaria menos por Genocidio Silencioso! El exterminio se ejecuta a través de políticas sociales, educativas, económicas, culturales, jurídicas, religiosas Racistas del Estado Nacional Argentino que continúan sembrando muerte.
- ¡Nos queremos Plurinacionales! porque defendemos el derecho a mantener, expresar y desarrollar libremente nuestra identidad y cosmogonías
- ¡Nos queremos Sin Racismo! Urge cuestionar “los privilegios” desde donde se funda la sociedad eurocéntrica que reproduce desde cada institución violencia racista y clasista sobre los cuerpos de nosotras, las indígenas, las racializadas.
- No queremos a nuestras autoridades espirituales sometidas a la violencia de la Justicia Occidental y Patriarcal que criminaliza nuestras prácticas medicinales ancestrales.
- ¡Ni una muerta menos por la libre determinación de nuestros cuerpos! caminamos hacia la descolonización de nuestras decisiones y desde ahí reconstruiremos nuestro derecho a la autodeterminación.

TRAVESTIS Y TRANS

- Basta de genocidio trans-travesti, basta de crímenes y discursos de odio.
- Basta de perseguir y reprimir. Abajo los Códigos Contravencionales.
- Cumplimiento efectivo de la Ley de Identidad de Género; cada artículo garantiza una mejor calidad de vida.
- Reclamamos a la política ser prioridad en sus agendas.
- Implementación del cupo laboral trans-travesti en todo el país y en todos los organismos del Estado.
- Ley de Reparación Histórica Integral para las sobrevivientes del genocidio. Tenemos derecho a una vejez digna.
- Denunciamos la violencia, discriminación e invisibilización de las infancias y adolescencias trans en Argentina. Lo que no se nombra no existe.
- Ni una travesti-trans menos.

GORDAS

- Reclamamos la integridad y el respeto de los cuerpos intersex.
- Decimos no a las cirugías compulsivas que buscan una normalidad que es solo opresión y represión.
- Basta de mutilación genital.
- Denunciamos el proceso de sistemático de patologización y estigmatizatización de los cuerpos gordos y exigimos respeto por la autonomía corporal.

PRESXS POLÍTICXS

- Libertad a lxs presxs políticxs. Con presxs políticxs no hay democracia. Libertad a Patricia Cabana, Mirtha Guerrero, Mirta Aizama, Gladis Diaz, María Condori, Mariana Condori.
- Libertad a Milagro Sala.

VIOLENCIA INSTITUCIONAL

- Denunciamos el recrudecimiento de la represión contra las migrantes, las trabajadoras sexuales, de todas las trabajadoras, y personas en situación de prostitución. Basta de represión, persecución, abuso y extorsión policial a las trabajadoras sexuales y a las personas en situación de prostitución. Exigimos la derogación de los artículos contravencionales que permiten mantener detenida sin orden judicial a cualquier persona y que criminalizan a las trabajadoras sexuales. La calle es de todes, ser pobre no es un delito.
- Derechos laborales y sociales para las y les trabajadores sexuales y alternativas de trabajo reales para quienes quieran dejar la prostitución. Basta de represión y aprietes de las fuerzas de seguridad.
- Absolución a Mariana Gomez, judicializada por besar a su esposa en la estación de Constitución de la Ciudad de Buenos Aires.
- Absolución de Higui.

INTERNACIONAL

- Repudiamos la intervención imperialista en Venezuela y hoy volvemos a gritar #EleNao: nos solidarizamos con el pueblo, las mujeres, lesbiabas, trans, travestis y no binaries de Brasil que enfrentan al gobierno fascista y misógino de Jair Bolsonaro. Repudiamos la visita de Bolsonaro a la Argentina el próximo 6 de Junio.
- Justicia por Marielle Franco!

JUSTICIA

- Basta de justicia patriarcal, machista, racista, clasista y lesbotransodiante que nos somete, disciplina, oprime y revictimiza. Juicio político y destitución inmediata de magistrados ejecutores del patriarcado e incumplidores seriales de las leyes de género y tratados internacionales que reconocen nuestros derechos como derechos humanos.
- Denunciamos a la justicia como herramienta del sistema capitalista y patriarcal que desoye las voces de les niñes y less obliga a revinculiarse con sus abusadores. Que estigmatiza y revictimiza a las madres que protegen los derechos de les niñes a través de la utilización del inexistente SAP (síndrome de alienación parental). Les niñes no mienten. Aplicación urgente de la ley Micaela. Exigimos la derogación de La ley 24270 de impedimento de contacto aplicada solo en contra de las madres.

¡Viva el 3 de Junio en el calendario de las luchas populares feministas!
¡Ni Una Menos!
Vivas y libres nos queremos.
El Estado es Responsable.

6. 3J – 2020

Documento colectivo NiUnaMenos 3 de Junio 2020
NOS SOSTIENEN LAS REDES FEMINISTAS
VIVAS, LIBRES Y DESENDEUDADAS NOS QUEREMOS

En estos días de aislamiento y de incertidumbre por el futuro frente a la pandemia global, frente al aumento de las violencias machistas, los femicidios, travesticidios y transfemicidios, cuando las compañeras trans y travestis son desalojadas de sus viviendas en hoteles por la voracidad inmobiliaria, cuando lloramos por la muerte evitable de Ramona Medina, compañera militante de la villa 31, cuando exigimos por las niñas que en Santiago del Estero y Corrientes necesitan aborto legal y por las violaciones de niñas y jóvenes, cuando repudiamos la violencia institucional que sufrieron compañerxs Qom del Barrio “Bandera Argentina” de la provincia de Chaco, venimos a insistir en que nos sostenemos en las redes feministas, internacionalistas y transfronterizas, afrofeministas e indígenas, porque son nuestra fuerza, y desde ahí venimos a insistir que la deuda es con nosotras y nosotres.

Queremos poner en primer lugar la deuda con la historia trágica del colectivo trans, travesti, llena de muertes evitables por la falta de una decisión política, que se resume en tres palabras: treinta y cinco años de promedio de vida. Aún hoy seguimos muriendo en la cama de algún hotel de cuarta, enfermas de injusticia y sin un sistema de salud que nos atienda, mal comidas y mal vividas, en la espantosa miseria a la que nos condenan todos los días por lo que somos.

Hemos pedido, rogado y hasta suplicado al estado argentino que ponga fin a este genocidio. Pero no logramos que nos escuchen. Se conformaron con una ley que nos abrió las puertas a la civilización, pero nadie nos invitó a comer en su mesa. Exigimos el derecho a una vida digna, una vida en paz, al fin y al cabo... ¡una vida! Necesitamos políticas públicas concretas, no parches, ni salidas de urgencia, exigimos todos los derechos que nos negaron: salud, educación, vivienda y trabajo.

Trans/travesti ya!

Llegó la hora de empezar por las últimas, ¡cupo Laboral!

Porque la deuda es con nosotras y nosotres exigimos que se apruebe de manera urgente el impuesto a las grandes fortunas y que se investigue la deuda externa, fraudulenta e ilegítima, porque queremos que la crisis la paguen los responsables del saqueo y del endeudamiento de los últimos años de políticas neoliberales, los bancos y las empresas beneficiadas por el agronegocio que envenenan nuestros territorios. Las mismas que hoy presionan con despidos y suspensiones para levantar la cuarentena y no resignar ni un ápice de sus millonarias ganancias. Si no, ¿quién va a pagar la crisis desatada por este nuevo virus cuyas causas sin duda hay que buscarlas en la depredación del planeta por la ambición capitalista? Para que la tierra y nuestros cuerpos dejen de ser territorio de conquista, para que las semillas y el agua sean un bien común, para poner en el centro la vida decimos ¡Ni Una Menos!

Lo que nos muestra esta crisis es que las violencias que venimos denunciando hace años se profundizan y tirar abajo el patriarcado se torna innegociable. Lo que estamos viviendo no es más que la muestra más visible de un sistema heterociswinkapatriarcal que se sostiene con la descarga cada vez más brutal de explotación sobre nosotres. Por eso sentimos esta crisis, que es económica, sanitaria, habitacional y ecológica, en la sobrecarga del trabajo doméstico en las casas y del trabajo territorial. El 90% de los espacios comunitarios que tienen a cargo la

alimentación de les vecines son sostenidos por mujeres. Mientras las entidades financieras triplicaron ganancias millonarias en los últimos meses, se triplicaron las tareas comunitarias. ¡Por eso necesitamos una reforma tributaria ya! Reclamamos políticas públicas de alcance territorial y presupuesto adecuado y planes de vivienda con perspectiva de género y etnicidad que garanticen el pleno acceso a este derecho para todxs, para lxs que estamos en las villas y en los barrios, en situación de calle y en riesgo de estarlo, para lxs internadxs, lxs presxs, y otrxs en situaciones de encierro, ¡ahora! Queremos que se haga efectiva la prohibición de desalojos, que se discuta una nueva Ley de Alquileres, que se suspendan los despidos en todo el territorio y que no salgamos más endeudades de esta crisis por cubrir necesidades vitales. Porque la cuarentena sin acceso a Internet es aislamiento, exigimos la plena democratización de la tecnología entendiendo que en esta era la conectividad digital es un derecho humano.

Sentimos la sobrecarga las docentes y las enfermeras, las cuidadoras domiciliarias y las que debemos ahora entrenarnos en el teletrabajo. Lo sabemos las viejas que sufrimos una discriminación histórica, pero hoy se ve aún más acentuada, porque este sistema productivista, capacitista y machista nos posiciona al final de las jerarquías de las vidas que merecen ser vividas. Lo sabemos las trabajadoras de la economía popular que seguimos sosteniendo comedores y merenderos en los barrios, las tareas de cuidado se acumulan, sin ser reconocidas ni remuneradas, sin que se respeten nuestros derechos laborales. Somos las que tejemos redes y acompañamos. A nuestros espacios recurren mujeres víctimas de violencia, se hacen talleres, se brinda asistencia, se da apoyo escolar, se vacuna, se festeja, se hacen velorios. Hoy gritamos fuerte, todas juntas, porque no queremos llorarnos, queremos festejarnos.

No queremos aplausos para quienes ponen el cuerpo, queremos salario universal y derechos contra la precarización de nuestras vidas. Nosotras, las trabajadoras esenciales, queremos salarios dignos que no nos obliguen al pluriempleo porque nuestra precariedad es la precariedad también de las políticas públicas que hoy atienden a la población más expuesta al contagio.

Queremos derechos para las trabajadoras sexuales. Exigimos políticas integrales para personas en situación de explotación sexual que garanticen el derecho al trabajo. Exigimos el pleno cumplimiento de la ley de cupo laboral de personas con discapacidad en el empleo público. Queremos niñeces trans contenidas con amorosidad y derechos.

También las migrantas y disidencias migrantes debemos ser incluidas dentro de las ayudas gubernamentales: es fundamental que el IFE llegue también a las familias migrantes, así como la AUH y el AUE sin restricciones, muchas de nosotras somos madres y estamos a cargo del cuidado de nuestras familias. ¡Somos sujetes de derechos de los países que habitamos! Seguimos exigiendo la derogación del DNU 70/2017 antimigrante, así como la reunificación de las familias que fueron separadas a causa de este decreto y exigimos la regularización migratoria urgente. ¡Ni una migrante menos!

En las villas, donde están explotando las cifras de contagios, seguimos con las mismas urgencias. Necesitamos que se tome como prioritario lo que está pasando en las barriadas y territorios. No es un gobierno particular, es una violencia racista que es estructural e institucional. Nosotras estamos harta de llorarnos. ¡Ni Una Ramona Menos! Para eso hay que hablar de Ramona y de su feminismo villero, de los días que pasó sin agua, de su fuerza militante que la llevó a denunciar, a exponerse, a tramar con otres. Y por eso ahora conocemos su nombre. Como conocimos el de Beatriz Mechato Flores, la vendedora ambulante migrante que murió escapando de la

cotidiana persecución de la Agencia Gubernamental de Control de Lunesse (ex UCEP) y de la policía porteña de Horacio Rodríguez Larreta para que no le saquen su mercadería, apenas empezada la cuarentena.

Para hacer realidad la consigna Ni Una Menos, reclamamos que se apruebe la Emergencia Nacional en Violencia de Género. Queremos 100 mil promotoras en prevención de violencia, para que se reconozca y se remunere el trabajo de acompañamiento que día a día realizamos, siendo un nexo con los dispositivos del Estado que son los que deben dar respuestas. También reclamamos por las promotoras rurales que llegan a los territorios donde el Estado no llega. Por la independencia económica y habitacional, por una red de refugios en todo el territorio. Urge que en los Comité de Crisis incorporen la perspectiva de género y el trabajo de las promotoras. Que se intervenga en los territorios garantizando derechos, antes que desplegando fuerzas de seguridad. Reclamamos mayor presupuesto para el Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad.

Sabemos que la violencia machista se incrementa en cuarentena: el confinamiento se convirtió en un infierno para miles que deben pasar las 24 hs del día con sus agresores. Exigimos la protección para las mujeres, trans, travestis, lesbianas y no binaries, mujeres con discapacidad e hijes víctimas y el aislamiento de los violentos. Seguimos pidiendo acompañamiento, que se tomen las denuncias, que les profesionales que nos atienden estén capacitades, no nos presionen y no nos expongan. No queremos instituciones patriarcales que nos juzgan y revictimizan. Queremos poder sentirnos seguras cuando pedimos ayuda. Por eso seguimos luchando contra la justicia heterocispatriarcal, y no nos olvidamos los disciplinamientos que ejercen sobre nuestras libertades, seguimos firmes alzando nuestra voz por Higui, Marian Gómez y Luz Aime. ¡Ni una menos!

Porque la deuda es con nosotras y nosotres, la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito ha cumplido quince años de militar su proyecto de IVE y exigimos su aprobación ¡ya! y saque de la clandestinidad de una vez a todas a las decisiones vitales que solo nosotras y nosotres podemos tomar sobre nuestros cuerpos. Decimos ¡Ni Una Menos! porque ya no se puede tolerar que se tome a las infancias de rehenes para que sigan gestando como si fueran incubadoras, porque el chineo sigue siendo la forma en que el patriarcado colonial ejecuta de forma más brutal, la dominación sobres las niñas y adolescentes indígenas, porque la Interrupción Legal del Embarazo ya es un derecho y nadie se los puede negar, ni en Santiago del Estero ni en Corrientes, que tienen que suscribir ¡ya! el protocolo de ILE, ni en ningún otro territorio, hospital o centro de salud. El aborto es una cuestión de salud pública y no pueden seguir muriendo personas con capacidad de gestar por no acceder a este derecho.

Queremos respeto a la autonomía e integridad de los cuerpos gordos, patologizados y estigmatizados desde la infancia. Queremos acceso a la salud sin violencia: basta de discriminación, no somos un índice ni un riesgo. Exigimos la implementación de la Ley Nacional de Talles: vestirnos no puede ser un privilegio, nuestro cuerpo no puede ser castigado económicamente por su diferencia.

Afirmamos el derecho de todas las personas intersex a la integridad corporal, a la verdad y la reparación. Exigimos el cese inmediato de todas las formas de violencia médica contra los cuerpos intersex y el acceso de todas las personas intersex a nuestras historias clínicas, nuestras partidas de nacimiento y a la cobertura de salud. La diversidad corporal no es una patología a ser tratada, curada o eliminada.

Para que la prevención de la violencia machista sea efectiva y sostenida en el tiempo, exigimos que la Educación Sexual Integral tenga perspectiva feminista y no

se frene por el poder de lobby de las Iglesias y los dogmas fundamentalistas. Y nos pronunciamos contra los golpes de estado en Bolivia y Honduras, contra el terrorismo de estado asesinando a lideresas y líderes sociales en Colombia y contra la fascistización de la política en Chile, Brasil y Ecuador. Exigimos libertad inmediata a Milagro Sala, Mirta Guerrero, Graciela López, Gladys Díaz, Patricia Cabana, María Condori, Adriana Condori, Mirta Aizama y Angelina Lesieux. Con presas políticas no hay democracia. Libres las queremos. No más presas por luchar.

Las mujeres, lesbianas, travestis y trans cuidadoras que cultivamos marihuana para la salud, no queremos que se nos criminalice ni a nosotras, ni a nuestras plantas. El cannabis es esencial en tiempos de pandemia donde nuestra única forma de acceder a nuestra medicina es autocultivo. Solicitamos su adhesión en la ley 27350 ¡ya!

Reclamamos que ni una mujer más sea separada de sus hijes por su condición de discapacidad y que se garanticen lxs asistentes de apoyo a la maternidad cuando sea necesario. Exigimos que no se permita ni una sola esterilización forzosa más contra mujeres y niñas con discapacidad. Tenemos derecho a elegir si queremos o no ser madres. Exigimos ser tenidas en cuenta en la ESI que comprenda las perspectivas de género y discapacidad. Reclamamos que las medidas para protegernos de la violencia machista tengan accesibilidad. Necesitamos poder acudir por ayuda y encontrar lenguaje sencillo, que las apps sean accesibles con lectores de pantalla y que haya servicios de videollamadas con intérpretes de lengua de señas y toda vía de comunicación alternativa para que ninguna se quede fuera. Muchas para maternar y colaborar con sus hijes en las tareas escolares se encuentran con materiales inaccesibles. No queremos ser invisibilizades, asexuades ni anulades.

Cuando decimos que vivas, libres y desendeudadas nos queremos, sabemos que otras gargantas se tensan en el mismo grito y eso nos da fuerza, nos estimula el deseo, nos ofrece la certeza de que vamos a cambiarlo todo. Que somos capaces de parar el mundo en huelgas feministas que trascienden las fronteras y se extienden desde las montañas del Kurdistán hasta las selvas tropicales de nuestra Abya Yala, haciendo visible que nuestra potencia y nuestros trabajos sostienen el mundo y que queremos y exigimos que gire en otro sentido, contrario a la extracción capitalista, contra el racismo estructural e institucional, la xenofobia y de los clasismos que ahora agitan la pandemia, contra las operaciones financieras que expropian nuestro tiempo, nuestro alimento, nuestra salud. Por esto, abrazamos a nuestrxs hermanxs afroamericanxs y latinxs que se han levantado contra el racismo y el fascismo en Estados Unidos para decir ¡ya basta!. Queremos y estamos construyendo, con estas redes feministas, un mundo otro en el que todas las existencias tengan espacio, en el que la memoria viva de nuestras ancestras, de las luchadoras de otros tiempos, nos renueve la fuerza y la imaginación, en el que las niñeces y las vejeces sean dignas, sin violencias ni estereotipos, y en el que podamos pensar las crianzas y los cuidados como una relación recíproca y comunitaria.

Hoy tenemos que salir con la boca tapada, pero nada tapa nuestro grito y las muchas maneras de decirlo: Ni una travesti menos, Ni una trans menos, Ni una trabajadora menos, Ni una trabajadora sin salario menos, Ni una afro menos, Ni una indígena menos, Ni una migrante menos, Ni una negra menos, Ni una villera menos, Ni una sin tierra, Ni una sin vivienda, Ni una muerta más por aborto clandestino. Y todas las otras maneras en que esta consigna que se convirtió en un movimiento de transformación en cada territorio, en cada lugar de trabajo, en cada casa, en cada lugar de estudio y de activismo pueda ser dicha. Decimos Ni Una Menos, vivas, libres y desendeudadas nos queremos y lo decimos juntas y juntes. Decimos, hoy más que

nunca, que las redes feministas, transfronterizas, afrofeministas e indígenas, son nuestra fuerza.

Firmas:
Nora Cortiñas – Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora
Colectivo NiUnaMenos
Feminismo Villero La Poderosa
Colectivo NiUnaMigrante Menos
Colectivo Intersex Plurinacional
Movimiento Trans Nadia Echazú
Grupo Matamba
Columna Antirracista
Asamblea Feminista Villa 31 y 31 bis
Red de Mujeres y Disidencias de la Villa 21-24 y Zavaleta
Red Feminista Villa Soldati
Feministas de Abya Yala
Movimiento Peronista Trans
No Tan Distintas, Mujeres y Disidencias en Situación de Calle
Mamá Cultiva Argentina
Socorristas en Red - Feministas que abortamos
Colectivo Feminista La Revuelta - Neuquén Colectiva Comarcal NiUnaMenos - Bolsón
NiUnaMenos - Mendoza
NiUnaMenos - Santiago del Estero
NiUnaMenos - Chaco
NiUnaMenos - Moreno
NiUnaMenos - Fiorito
Asamblea Popular Feminista
Movimiento Nacional Campesino Indígena- Vía Campesina
Unión de Trabajadorxs de la Tierra (UTT)
Grupa Evita Capitana
Inquilinxs Agrupadxs
Católicas por el Derecho a Decidir
Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)
Actrices Argentinas
Colectivo YoNoFui
CTA Autónoma
ATE Nacional
CTA de les Trabajadores
APA-Asociación del Personal Aeronáutico.
CTERA-Confederación de Trabajadores de la Educación.
CONADU-Federación Nacional de Docentes Universitarios.
SIGURA AMGTAD- Sindicato de Guardavidas Unidos de la República Argentina.
SUTEPA- Sindicato Unido de Trabajadores y Empleados de PAMI.
AGTSyP- Asociación Gremial de Trabajadores del Subte y Premetro.
Frente Telefónico.
ATE Capital- Asociación Trabajadores del Estado Capital.
CTA Unificada Seccional CABA
Federación Judicial Argentina
Asociación de Empleades Judiciales de CABA (AEJBA)
Secretaría de Género de Aeronavegantes

SiPreBA, sindicato de Prensa de Buenos Aires
FATPREN, Federación Argentina de Trabajadorxs de Prensa
Federación Nacional de Docentes, Investigadorxs y Creadorxs Universitarixs (CONADU HISTORICA)
Mujeres Sindicalistas de la Corriente Federal de Trabajadorxs de la CGT
UTEP - Secretaría de Géneros y Diversidades
AMMAR (Sindicato de Trabajadorxs Sexuales de Argentina)
Asociación Argentina de Actores
Colectiva de Intervención Ante las Violencias (CIAV)
Bardo - Colectivo contracultural
Emergente - UBA
Atrapamuros - Organización popular en cárceles
Contragolpe
Vamos terciarios
La Mella - Corriente Universitaria Nacional
Lobo Suelto - Secundaries
La Martí
Punto de Fuga
Movimiento de Unidad Secundaria (MUS)
Coordinadora de Estudiantes de Base (CEB)
Centro de Estudiantes del Normal No.7
Lupas - Humanidades UNLP
Comisión de géneros y diversidades del MTL
Mala Junta - VAMOS
MTE- Movimiento de Trabajadorxs Excluídxs
Organización Libres del Pueblo (OLP)
Feminismo Popular y Disidente - MP La Dignidad
Encuentros de Feminismo Popular
Frente Popular Venceremos
Siembra - Feminismos, socialismo y buen vivir
Mujeres Nuevo Espacio de Participación (NEP)
Abriendo Caminos
Puebla
Corriente Clasista y Combativa – CCC
Avanza
La Cámpora
Agrupación Eva Perón
PJ
Todas con Cristina
Kolina
El Hormiguero
Chana
Frente de géneros y diversidades Lxs Irrompibles
Frente Nacional Mujeres Irrompibles Géneros y Diversidad
Frente de Mujeres y Diversidad PSol
Pingüinos
Buenos Aires 3D
Corriente Nacional de la Militancia
La Simón Bolívar
26 de Julio

Miles
UYO
Descamisadxs
Nuevo Encuentro
Peronismo por la Ciudad
Unidad Desobediente
Todxs Somos Patria
Las Piqueteras
Frente Renovador
Frente Patria Grande
Peronismo Militante
Liberación Popular
CR al frente
Frente Social Peronista
Movimiento Evita
Somos Barrios de Pie- Marea Feminismo -Popular y Disidente
Partido Comunista Revolucionario- Juventud Comunista Revolucionaria
La Colectiva, corriente política y social
Fuegas feminismo disidente
Mala Junta- Nueva Mayoría
Corriente Lohana Berkins
Partido Comunista
Red por Buenos Aires
Tejiendo el Barrio
La Nelly Omar
Organización Barrial Túpac Amaru
Géneros Micaela García/Grupo Bicentenario
Oleada Feminista Movimiento Mayo
Corriente Peronistas 13 de Abril
Frente Popular Darío Santillán
Pueblo en Marcha
Federación Tierra y vivienda
Frente por la Igualdad
El Sur no espera
Las Martinas
Presentes
Tres Banderas
Proyecto Generar
Red por los derechos de las personas con discapacidad (REDI)
Federación Argentina de instituciones de ciegos y ambliopes (FAICA)
Orgullo Disca
Campaña por la Emergencia en Violencia contra las Mujeres
Casa El Mate
Club Social y Deportivo La Medrano
La Disidente
Orilleras, Victoria ER
Cátedra género sexualidades y DDHH de la Universidad Nacional de la Patagonia UNSJB sede Puerto Madryn
Cladem Chubut
Mujeres cannábicas

Las Marías, feministas del Cono Sur
Frente provincial

7. 3J – 2021

Pliego de Demandas Colectivas consensuadas por las organizaciones abajo firmantes 3J 2021.

Hoy y siempre gritamos: ¡Ni Una Menos!

Ante la crisis profundizada por la pandemia mundial, frente a una feroz disputa geopolítica por cómo enfrentarla, las mujeres cis, mujeres trans, travestis, lesbianas, no binaries y varones trans, sostenemos en las casas, las calles y en cada territorio la resistencia, la salud y la vida. Después de conquistar el derecho al aborto, seguimos confrontando el poder patriarcal porque afirmamos que este movimiento es antineoliberal, antirracista, anti- colonial y antifascista. Nos acuerpamos con las luchas de Latinoamérica y el mundo: con la resistencia de los pueblos de Colombia y Palestina y el triunfo constituyente en Chile. Seguimos diciendo ¡Ni una menos! ¡Vivas, libres y desendeudadas nos que- remos!, porque sabemos que las violencias por razones de géneros expresan violencias estructurales. Por eso, exigimos:

1. ¡LEY DE CUPO E INCLUSIÓN LABORAL TRAVESTI TRANS YA!
   ☛ ¿Dónde está Tehuel? ¡Aparición con vida YA!
   ☛ Reparación histórica para la población travesti trans.
2. ¡BASTA DE FEMICIDIOS, TRAVESTICIDIOS, Y TRANSFEMICIDIOS! REFORMA JUDICIAL JUSTICIA FEMINISTA.
   ☛ Logramos el Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad a nivel nacional y en las provincias de Buenos Aires y Santa Fé. Ahora necesitamos más presupuesto para políticas integrales desde todas las áreas de gestión y decisión.
   ☛ Paridad y equidad en el Poder Judicial.
   ☛ Implementación de la Ley Micaela en todos los poderes judiciales del país.
   ☛ Más presupuesto para combatir la violencia machista.
   ☛ Ley de emergencia en violencia de género.
   ☛ Creación de áreas de género en todos los municipios del país y de equipos de abordaje integral de todas las formas de violencia para la efectiva implementación de las políticas.
   ☛ Cumplimiento de la Ley ESI en todo el país, sin obstrucción eclesial. Llamamos a profundizar el trabajo al interior de nuestras organizaciones sociales para que la educación sexual no sea ni binaria ni sexista.
   ☛ Exigimos la derogación de todos los artículos de los códigos contravencionales que criminalizan a las compañeras que ejercen la prostitución, se reconozcan o no trabajadoras sexuales. ¡Basta de violencia institucional!
   ☛ Derechos laborales y sociales para las trabajadoras sexuales.

☛ Políticas públicas concretas de salida laboral, de vivienda y educación para personas en situación de prostitución que pidan salir de ese contexto.

☛ Desmantelamiento de las redes de trata. Basta de complicidad judicial y policial.

☛ Basta de violencias contra las infancias. Pedimos la no prescripción de delitos de abusos sexuales en la infancia y adolescencia.

☛ Exigimos revisión de causa con perspectiva de género en los procesos seguidos a mujeres y disidencias que se defendieron de sus agresores. Basta de Justicia Patriarcal.

☛ Ni una presa más por autocultivo: ¡legalización cannábica ya!

☛ Libertad a lxs presxs políticos. #TodoPresxEsPoliticx

☛ Justicia para Francisca Herrera Cusi, ¡Basta de violencia judicial para separar a madres migrantes de sus hijes! ¡Exigimos reforma judicial con perspectiva migrante! ¡Sin las y les migrantes no estamos todas y todes!

☛ ¡Exigimos la aparición de Abigail Carniel! ¡Justicia por Florencia Gómez! ¡Justicia por Noelia Soledad Almada! ¡Justicia por Úrsula Bahillo! ¡Justicia por Luna Ortiz: fue femicidio y no homicidio involuntario! Y por todas las que gritamos colectiva- mente ¡Ni Una Menos!

3. MÁS SALARIOS, SUBSIDIOS Y VACUNAS PARA LAS TRABAJADORAS SOCIOCOMUNITARIAS, PROMOTORAS DE GÉNERO Y TODES LES TRABAJADORES ESENCIALES.

☛ Paritarias libres y aumento de salarios y subsidios por encima de la inflación en todos los sectores.

☛ Aumento salarial para las trabajadoras de la salud, la educación y las esenciales en todos los barrios.

☛ Aumento de subsidios y políticas públicas para las personas con discapacidad.

☛ Licencias por nacimiento igualitarias para todes.

☛ Por una ley integral de cuidados.

☛ No hay Ni Una Menos sin discutir y distribuir la riqueza: que los grupos concentra- dos aporten para la salida de la crisis sanitaria y económica.

☛ Exigimos que en la ciudad de Buenos Aires, la más rica del país, se destine presupuesto para paliar las consecuencias de la pandemia y para los espacios sociocomunitarios.

☛ Repudiamos la presencialidad forzada de la educación en Córdoba, en Mendoza y en la Ciudad de Buenos Aires, donde ya se cobró 20 vidas de trabajadorxs docentes. Exigimos que el GCBA deje de perseguir a docentes y familias. No a los descuentos salariales por ejercer el legítimo derecho a huelga.

☛ Conectividad, dispositivos y virtualidad para no enfermar y para continuar estudiando y enseñando de forma segura.

☛ Reconocimiento de las enfermeras como actividad profesional en la Ciudad de Buenos Aires y en todo el país.

4. BASTA DE VIOLENCIA ECONÓMICA DE LAS CORPORACIONES: ¡NO HAY SOBERANÍA DE LOS CUERPOS SIN SOBERANÍA ALIMENTARIA Y SANITARIA!

   ☛ Basta de chantaje de los grupos monopólicos. Control real de los precios y suba de retenciones. Estatización de la Vía fluvial del Paraná-Paraguay con consulta y control popular-territorial.

   ☛ ¡Queremos soberanía alimentaria! Ley de acceso a la tierra para la producción agroecológica. ¡Ni una Menos sin tierra!

   ☛ Basta de chantaje de las corporaciones inmobiliarias: regulación de los precios de alquileres. Control y aplicación efectiva de la ley de alquileres. Queremos impuestos a las viviendas vacías. Basta de desalojos y urbanizaciones con deuda. ¡Ni una Menos sin vivienda!

   ☛ Aprobación de la Ley de Tierra, Techo y Trabajo para todes.

   ☛ Repudio a las topadoras de los terratenientes que expulsan a las campesinas e indígenas de sus tierras y a los jueces que pretenden condenarlas como a Lucía Ruiz en Salta.

   ☛ Basta de meganegocio de las empresas de telecomunicaciones: queremos conectividad en los barrios. Repudiamos la medida cautelar dictada a favor de Telecom. Aplicación del DNU 690/2020, que declaró servicio público a las telecomunicaciones. ¡Ni una menos sin conectividad!

   ☛ Investigación y desconocimiento de la deuda externa ilegítima y fraudulenta. Condonación de todas las deudas domésticas. ¡Vivxs, librxs y desendeudadxs nos queremos!

   ☛ ¡Reforma tributaria! La deuda es con nosotres.

   ☛ Vacunas para todes: ¡Queremos la liberación de las patentes!

   ☛ Basta de incendios intencionales como los que han sucedido en la comarca andi- na, Patagonia, y en Córdoba y en distintos territorios del país.

   ☛ Basta de incendios en nuestros humedales, #LeyDeHumedalesya!

   ☛ Insistimos: Chubut dice NO a la megaminería y a los negocios extractivistas.

   ☛ Las mujeres de las naciones indígenas dicen: ¡Basta de terricidio!

5. EFECTIVA IMPLEMENTACIÓN DE LA LEY DE INTERRUPCIÓN VOLUNTARIA LEGAL DEL EMBARAZO Y DE LA LEY DE PARTO RESPETADO

   ☛ Educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar, aborto legal para no morir.

   ☛ Exigimos la reglamentación urgente por parte del Ejecutivo de la Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo para su implementación.

   ☛ Repudiamos la obstrucción de las Iglesias a la ley IVE. ¡Saquen sus rosarios de nuestros ovarios!

☛ Libertad y juicios justos para las mujeres privadas de su libertad a causa de abor- tos y eventos obstétricos. ¡Ni una presa más!

☛ Cumplimiento efectivo de la ley de parto respetado. Basta de violencia obstétrica: por nuestro derecho a decidir cómo, dónde y con quién parir.

FIRMAS: Colectivo NiUnaMenos / Secretaría de Género de la Unión de Trabajadorxs de la Tierra (UTT) / La Nelly Omar / La Nelly Omar Zona Oeste / La Nelly Omar Zona Norte / Mala Junta - Vamos / Mala Junta - Frente Patria Grande / Nueva Mayoría - Frente Patria Grande / Frente de Mujeres Evita / Columna AntiRacista / Matamba LGBTIQ / Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal Seguro y Gratuito, CABA / Red de redes transfeministas de villas y barrios populares de CABA: / Red Feminista de Villa Soldati / Red de Mujeres y Disidencias organizadas de la Villa 21-24 y Zavaleta / Asamblea Feminista de la Villa 31 - 31 Bis / Red de Docentes, Docentes y Organizaciones del Bajo Flores / Red Feminista de Lugano / Red de Géneros y Disidencias Oculta / Red de Géneros Playón de Chacarita / Corriente Villera 21-24 Zavaleta en MPDL Confluencia / Orilleres / Colectiva Feminista La Revuelta Neuquén / Colectivo de Mujeres Osadía / Osadía Cárceles / Mujeres Indígenas por el Buen Vivir / CELS - Centro de Estudios Legales y Sociales / Actrices Argentinas / Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI-VC) / Ni Una Migrante Menos / Mujeres Sindicalistas de la CFT - CGT / Trabajadoras Sindicalistas CGT / Frente Telefónico / SADOP (Sindicato Argentino de Docentes Privados) / SUTEPA / CTERA / CONADU / CONADU Histórica / SIPREBA / FATPREN (Federación Argentina de Trabajadorxs de Prensa) / Federación Judicial Argentina / Secretaría de Géneros de AEJBA-Judiciales / APA - Asociación del Personal Aeronáutico / Secretaría Nacional de Igualdad de Género CTA-T / CTA Autónoma Capital / Secretaría de Género y Diversidad CTA CABA / ATE Nacional / Género y Diversidad ATE Nacional / Escuela de Feminismo Popular Nora Cortiñas / AMMAR - Sindicato de Trabajadorxs Sexualxs de Argentina / ATE Capital / SIGURA / AGTSyP (Asoc. Gremial de Trabajadores del Subte) - / Metrodelegades / Comisión de Géneros de Asociación Argentina de Actores / SEAT (Sindicato de Empleados de Albergues Transitorios) / Colectivo de Docentes Transfeministas de UTE / Comisión de la Mujer Trabajadora - Asociación de Abogados y Abogadas Laboralistas (CO.MU.TRA.-AAL) / FEPROSA / Secretaria de Género - IMFC / Frente Popular Darío Santillán - Frente Patria Grande / Frente Popular Darío Santillán - UTEP / Mujeres Sindicalistas Zona Norte / Charlas Compañeras - Feministas Sindicalistas / Matanceras Sindicalistas / Liberación Popular / Corriente Insurrecta / Corriente Nacional Lohana Berkins - PC / Buenos Aires 3D / Espacio Político Aires / MOVEMOS / Frente Federal Travesti Trans / Movimiento Trans Nadia Echazú / PTP-PCR / La Cámpora / Unidad Popular CABA / Red Nacional de Centros de Estudiantes / Peronismo para Todxs / CCC - Corriente Clasista y Combativa / La Mella - Corriente Universitaria Nacional / La Martí - Terciaries / Lobo Suelto - Secundaries / Centro de Estudiantes Juan Pedro Esnaola / Mujeres Mesa Reconquista / Colectiva Mujeres UNSAM / Migrantas en Reconquista / Bardo colectivo contracultural / Contragolpe Secundarixs / Vamos Terciarixs / Atrapamuros CABA / Auge. Movimiento Estudiantil / Cadh. Coord. Argentina DDHH / Integr-Arte (mujeres Travestis Trans de Moreno) / Diversidad Popular / MPT - Movimiento Peronista Trans / Espacio de Géneros - Centro Cultural de la Cooperación / Géneros Micaela García - Grupo Bicentenario / MPLD Confluencia / Ni Una Menos Mendoza / Ni Una Menos Moreno / Ni Una Menos Chubut / Ni Una Menos Trelew / Ni Una Menos Comodoro Rivadavia / Ni Una Menos Puerto Madryn / Ni Una Menos Chaco / Ni Una Menos Santiago del Estero / Ni Unx Menos San Juan / Colectiva Comarcal Ni Una Menos, el

Bolsón / Socorro Rosa Comarca Andina / Colectivo Yo No Fui / Frente Nacional por la Igualdad / MTE - Movimiento de Trabajadorxs Excluídxs / Nuestra América / Frente de Mujeres y Diversidad Partido Solidario / Mesa Multisectorial Feminista FI.DI.CHA / Peronismo en Marcha género y diversidad / Peronismo por la Ciudad / Mujeres en Movimiento SM / Todas con Cristina / Acción Feminista / Casa El Mate / Coordinadora de agrupaciones de género San Martín / Marea Feminismo Popular / Somos Barrios de Pie / El Hormiguero / Club Social y Deportivo Medrano Palermo / La Barriada Mugica / Corriente Nacional 1ro La Patria / Las Pueblas, Movimiento Popular / Corriente Nacional de la Militancia / Casa de las Mujeres Dora Barrancos / Secretaria de Género Movimiento Nacional Surge / Agrupación Nacional Grito de Corazón / Casa Política y Cultural Agustin Tosco / La Pingüinos / Frente de Mujeres RETEGE Esteban Echeverría. / Fuegas Feminismo Disidente / Frente Nacional Mujeres Irrompibles, Géneros y Diversidad / La Simón Bolívar - Nuestra Patria es América / Parlamento de Mujeres CABA / La Colectiva. Corriente Política y Social / Unidxs y Organizadxs / Movimiento Mayo / Todxs Somos Patria / Descamisadxs / Espacio Puebla en Movemos / Frente de Mujeres Octubres / Corriente Militante Lealtad / Feminismo Popular Lealtad / La Dignidad, feminismo disidente / Corriente Peronista 13 de Abril / Centro Cultural El Sueñero / Nuestramérica, Feminismo Popular y Disidente / Asamblea Popular Feminista Comuna 5 / Frente de Mujeres Géneros y diversidades Evita Capitana / Espacio Puebla Entre Ríos / Tu Eterno Chicharrón / Club Atlético Las Águilas del Mugica / Futures / Frente Eva Perón / Frente por el trabajo y la dignidad Milagro Sala / Organización Barrial Tupac Amaru / Jóvenes Científicxs Precarizadxs - Buenos Aires / Movimiento Kultural / Espacio Político Aires / FTV MILES / Corriente Nacional Lohana Berkins-PC / Espacio Puebla PBA / Abriendo Caminos / Frente Grande Nacional / Frente de Mujeres Azucena Villaflor del MP La Resistencia / ILEPOS. Iniciativa para la emancipación de los pueblos / Las Marías. Feministas del Coño Sur. / AIXA. Arte X Arte Independiente. / Centro de Capacitaciones Puerta Violeta / Multisectorial Feminismos Populares. Chubut / Puerta Violeta / Las Indias y Disidencias / Red de Géneros de Tres de Febrero / Corriente Nacional de la Militancia / Frente de Géneros y Diversidad Peronismo Militante / Mostras- Coope Esquina Libertad / Asamblea Vecinal 3 de febrero / El Sur No Espera /Urbana / Familiares y compañerxs de detenidxs-desaparecidxs de Tres de Febrero / Fútbol Militante / Nuevo Espacio de Participación (NEP) / Mujeres Peronistas / Rías / Parte - Partido del Trabajo y la Equidad / Nuevo Encuentro / La Sublevada - Nuevo Encuentro / Casa ciudadana Arturo Jauretche / Frente de Mujeres Azucena Villaflor MP La Resistencia / Casa de Género y Diversidad Micaela Bastidas, La Matanza / Mujeres y disidencias en Lucha, Victoria - Entre Ríos / Red Río Feminista / Frente de Mujeres Justicialista de Chubut / Agrupación María Eva de Puerto Madryn. / Frente de Empoderamiento Militante LGBTIQ / Araucarias - Feminismo en Santa Cruz / Puerta Diversa / Agrupación Rural Peronista / Mujeres supervivientes de violencia de género/ La Violeta. Agrupación Justicialista / Las Peronchas / Mujeres de Pie / Mujeres Resilientes Fénix, Trelew / Mujeres y Disidencias Libres Rawson Playa Unión / Secretaría, Género y Diversidad Kolina. Chubut / FUP. Federación Universitaria Patagónica. / A.E.I. Agrupación de Estudiantes Independientes. Comisión de Género. FAMUCH / MTA - Chubut (Mujeres Trans Argentina) / Equipe de Género SUR (C.C.Galeano) - El Bolsón - Río Negro / H.I.J.O.S Madryn / Acción Colectiva / Frente Barrial Puerto Madryn / ATE Trelew / CTA Regional TW y RW / Sacra Chubut / ATE - CTA Autónoma Géneros e Igualdad de Oportunidades de la Provincia de Chubut / Ni Una Migrante Menos.

8. 3J – 2022

3J: el documento que reunió las demandas de los feminismos – 2022

A 7 años de nuestra primera movilización, volvemos a confluir en esta jornada de lucha contra los fundamentalismos reaccionarios, misóginos y racistas para decir #NiUnaMenos #ElEstadoEsResponsable #VivasLibresyDesendeudadesNosQueremos.

Reafirmamos el carácter internacionalista, plurinacional, antiracista, antiimperialista, antibiologicista, transfeminista, antiespecista, anticapitalista, antigordofóbico, anticarcelario, anticapacitista, migrante, trasfonterizo, antifascista, antiedadista y transgeneracional del movimiento.

Desde nuestras divergencias y distintos espacios de militancia, asumimos el compromiso de seguir creando consensos feministas para frenar el avance de la derecha, del poder reaccionario y patriarcal sobre las conquistas que logramos juntes en las calles y en la lucha. Acordamos conjuntamente el siguiente pliego de exigencias y reivindicaciones:

1. ¡Basta de Justicia patriarcal! Por una reforma judicial feminista que garantice el acceso al sistema de justicia para mujeres, lesbianas, bisexuales, travestis, trans y no binaries.
2. Exigimos el cumplimiento de la ley de patrocinio jurídico gratuito sancionado en 2015 con perspectiva de género. Los procesos legales no deben revictimizarnos.
3. Por un sistema judicial que no invisibilice la realidad de niñeces y adolescencias víctimas de abuso sexual. Basta de la aplicación del falso SAP y de la persecución a las madres protectoras.
4. Justicia por Arcoiris en La Rioja. Defendamos infancias libres de abusos. Basta de complicidad del poder judicial. Libertad para su madre.
5. Búsqueda y aparición con vida de Tehuel ¡YA!
6. Esclarecimiento inmediato del asesinato mafioso, misógino y patriarcal de Claudia Benítez en Misiones, creadora de la red de taxis ENTRE NOSOTRAS.
7. Justicia por Luna Ortíz: fue FEMICIDIO. Justicia por el femicidio de Lorena Franco. Justicia por Milagros Santos. Justicia por Santiago Cansino, por Araceli Moreno y por Nicolás Cristal. Justicia por Diana Sacayán, aún seguimos diciendo FUE TRAVESTICIDIO.
8. En Febrero del 2023 comenzará un nuevo juicio oral por Lucía Pérez: una vez más exigimos ¡JUSTICIA!
9. Basta de persecución a profesionales que asisten en casos de violencia a víctimas y familias. Exigimos se desestime la denuncia contra Romina Doncel por su intervención en la detención de los familiares de los violadores de Paula Martínez, quienes no cesaron de hostigar a la madre de Paula en todo el juicio.
10. Sobreseimiento YA para Miranda Ruíz, médica presa por garantizar un aborto en Tartagal, Salta. Protección para todes les profesionales que garantizan en tiempo y forma el cumplimiento de la Ley de aborto legal, seguro y gratuito. Liberen a Ana Velezquez YA, presa en Corrientes. Emergencia obstétrica no es delito.

11. Exigimos se garantice la aplicación de la Ley de interrupción voluntaria del embarazo en todo el país. ¡Niñas, no madres!
12. Efectivización de la Educación Sexual Integral ¡YA! Por una ESI con perspectiva de discapacidad, educación inclusiva y feminista.
13. Separación de la Iglesia y el Estado.
14. ¡Fuera violentos de nuestras escuelas! Les secundaries exigimos medidas concretas para erradicar los abusos y el acoso que realizan adultos mayores tanto dentro como fuera de los establecimientos educativos. No hay Ni Una Menos sin la aplicación inmediata de la ESI.
15. Exigimos políticas públicas no cisexistas y un sistema educativo y de salud que proteja las niñeces y vejeces Travestis Trans No Binaries.
16. Por la autonomía de nuestros cuerpos y territorios. Basta de extractivismos, contaminación, incendio y privatización del territorio. No hay supervivencia posible para la especie humana aniquilando las demás formas de existencia. Exigimos una Ley de acceso a la tierra y de soberanía alimentaria sostenidas en un modelo productivo no extractivo y comunitario.
17. Derecho a la vivienda como algo sustancial para nuestras autonomías. Exigimos urbanizaciones con perspectiva feminista e interseccional para los barrios populares, asentamientos y villas. Exigimos el cumplimiento de la Ley de Alquileres.
18. Tierra, techo y trabajo.
19. Salario básico universal que garantice dignidad y derechos laborales para las trabajadoras comunitarias. Cuidar, alimentar y construir es trabajar. Trabajadoras somos todas, todes y todos. Reconocimiento económico de promotorxs territoriales de géneros y diversidad.
20. Autonomía económica para mujeres y diversidades. Exigimos trabajo, salario y jubilaciones dignas. Basta de precarización. Por un mundo del trabajo sin violencia y acoso. Aplicación del convenio 190 de la OIT.
21. Sanción de la ley integral de cuidados que ya fue enviada al congreso.
22. Emergencia nacional en violencia por motivos de género.
23. Mayor presupuesto para el Ministerio de Mujeres, Géneros y Diversidades y la extensión del Programa Acompañar y cese de las incompatibilidades.
24. Libertad a quienes sufren violencia institucional, política y mediática del poder judicial misógino y racista. Exigimos la liberación de Milagro Sala y lxs presxs en Jujuy.
25. Excarcelación a todas las personas privadas de libertad por ser pobres, migrantes, o por estar en situación de prostitución y/o trabajadoras sexuales. Libertad a las presas por abortar o por eventos obstétricos. Libertad a lxs presxs por la actual ley de drogas.
26. Derecho al trabajo y estudio para las mujeres con arresto domiciliario.
27. ¡Ni una más víctima de las redes de trata y proxenetismo! Las pibas desaparecidas son para ser prostituidas. Basta de complicidad policial, judicial y política.

28. Contra el capital concentrado, decimos distribución de la riqueza YA. Recomposición de los salarios y garantía de acceso a los alimentos.
29. La deuda es con nosotrxs y no con el FMI. Que la paguen quienes la fugaron. Basta de patriarcado financiero.
30. Exigimos la continuidad de la moratoria jubilatoria y aumento de emergencia para las jubilaciones.
31. Cumplimiento de la Ley de Cupo Laboral Travesti Trans a nivel municipal, provincial y nacional. Ley Trans integral.
32. Derogación de los códigos contravencionales en todo el país. Derechos laborales para las trabajadoras sexuales. Basta de violencia institucional.
33. Reconocimiento, reparación y políticas públicas transversales para quienes estuvieron o están en situación de prostitución y quieran salir de ella. Para muchas de nosotras la prostitución es violencia.
34. Exigimos que dejen de criminalizar a las mujeres migrantes, trabajadoras de la economía popular. ¡Ni Una Migrante Menos! Protestar es un derecho, criminalizar es un delito: repudiamos la criminalización por parte del gobierno y el sistema judicial de San Juan contra activistas que se movilizaron el 8 de marzo en el marco del Paro Feminista.
35. Reclamamos se extienda la Ley Micaela al ámbito sindical, a las organizaciones sociales y políticas, a los medios de comunicación, agencias publicitarias y en todas las categorías y divisiones del fútbol nacional. Ley Micaela al Poder Judicial y Legislativo ¡YA!. No se puede tolerar que la Corte Suprema se haya negado a su cumplimiento.
36. ¡Basta de discriminación y violencia hacia los cuerpos gordos! La gordura no es una enfermedad. ¡Despatologización ya! Sin gordes no hay feminismo.
37. Exigimos la sanción de la nueva Ley de VIH, Hepatitis virales, otras ITS y tuberculosis.
38. Exigimos accesibilidad en todos los ámbitos, públicos y privados. Basta de barreras que impiden el libre ejercicio de los derechos. Exigimos que dejen de criminalizar las maternidades discas, las mujeres con discapacidad maternamos. ¡Basta de separar a las familias por prejuicios capacitistas! Por una salud integral, sexual, reproductiva y no reproductiva anticapacitista y accesible, que contemple a la diversidad, que respete la capacidad jurídica de las mujeres y disidencias con discapacidad. Exigimos la reivindicación del goce del colectivo de mujeres y LGTBIQ+ con discapacidad y la puesta en marcha de políticas que acompañen en el desempeño y desarrollo del mismo. Exigimos el cumplimiento y aplicación de la convención por los derechos de las personas con discapacidad.
39. Basta de violencia física y simbólica a las identidades indígenas. Abolición del chineo: violación sistemática de niñes de las comunidades indígenas. Es un crimen de odio y el Estado está siendo cómplice de esa práctica perpetuada por policías, gendarmes y militares.

40. Nos solidarizamos con las mujeres y niñas Villalba ¡Ni una compañera Paraguaya menos! El Estado paraguayo es femicida, infanticida y terrorista, mantiene desaparecida a Carmen Villalba “Lichita” desde el 30 de noviembre de 2020. Asesinó a María Carmen y Lilian Mariana, niñas de 11 años el 2 de septiembre de 2020. Actualmente Laura Villalba está presa por portación de apellido y por maternar bajo acusaciones misóginas e infundadas. En octubre enfrentará un juicio totalmente ilegal, arbitrario, violando todos sus derechos. Libertad a Carmen Villalba presa con condena cumplida.
41. A Larreta y a la derecha le decimos ¡BASTA! No pasarán sobre nuestras conquistas, ni sobre nuestro futuro. En la Ciudad más rica del país y laboratorio de expresiones políticas misóginas, transodiantes y racistas, desde el feminismo popular nos organizamos para frenar la reorganización de la derecha local, federal y continental.

#NiUnaMenos #ElEstadoEsResponsable #VivasLibresyDesendeudadesNosQueremos.

Firmas:
Taty Almeida (Madres de Plaza de Mayo - Línea Fundadora) / Colectivo Ni Una Menos / Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito Regional CABA / Asamblea Feminista de la Villa 31 y 31 bis, CABA / CEB - Coordinadora Estudiantil de Base / Campaña internacional Eran niñas Aparicion con vida de Lichita - Libertad a Laura Villalba / Socorristas en Red (feministas y transfeministas que abortamos) / Socorristas La Revuelta GBA / Mujeres Trabajadoras de la Tierra / MTL Movimiento Territorial de Liberación - PC / Corriente Lohana Berkins - Partido Comunista / AMMAR – Sindicato de Trabajadorxs Sexuales de la Argentina / Agrupación Violeta en Suteba / Espacio de Géneros Centro Cultural de la Cooperación / G.R.A.S.A (Grupo de resistencia artística social autogestivo) / Trans Argentinas / Red de Psicologxs Feministas / Cooperativa Flores para Eva / La Revolución de las viejas / Mama Cultiva Argentina / El Hormiguero / CGAA Colectivo de Gordes Activando / Mala Junta - Frente Patria Grande / Asociación civil Arco Violeta: Ayuda y prevención en violencia de género / Adherimos desde Reddy Redd por los derechos de las personas con discapacidad y desde el Consejo de género de FAICA federación Argentina de instituciones de ciegos / Frente de Mujeres y Diversidad PSol / Unidxs y Organizadxs / Veinticinco de Mayo José c Paz / Frente de Mujeres y disidencias / Corriente villera independiente / MP La Resistencia / Movimiento Popular Liberación / Movimiento Mayo / Organización Político Social 25 de Mayo / Secretaria de mujeres y diversidad. UTEP / Descamisadxs / Feminismo Popular Lealtad / La Pingüinos / Nuevo Encuentro - Frente de Géneros y Disidencias / La Revolución de las Viejas / Centro social comunitario la matera / Liberación popular / Niñez y Territorio / FTV / Aquellarre - Facultad de Filosofía y Letras / Feminismo Popular y Disidente. La Dignidad / BARDO CONTRACULTURAL / Corriente insurrecta / Corriente nacional René Salamanca / Movimiento popular liberación / Comunismo revolucionario / CTA Autónoma Nacional / HIEDRALIBRE / 25 de mayo Ituzaingó regional oeste / Organización 25 de mayo nacional / Frente de mujeres e igualdad de géneros La Cámpora / CTD Aníbal Verón. Corriente nuestra Patria / Ivanna Rezano / Géneros Micaela García - Grupo Bicentenario / Barricada TV / Asociación Gremial de Trabajadores del Subte y Premetro (AGTSyP/Metrodelegades) / Paritaria social / ATE NACIONAL / La Corriente Nacional de la Militancia / Casa Joven Diana Sacayán / ATE Capital / APA

ASOCIACIÓN PERSONAL AERONÁUTICO / Kolina Feminista / La Mella - Poder Popular / Corriente villera 21-24 Zavaleta / Corriente Insurrecta - Mujeres y disidencias / MP La Resistencia Frente AzucenaVillaflor / Vamos - Frente Patria Grande / Espacio puebla / ESPACIO POLÍTICO AIRES / Frente de mujeres y disidencias azucena villaflor / Nuestramérica Feminismo Popular y Disidente / Lxs Irrompibles / Corriente Nacional de la Militancia /Emergente - Poder Popular / Géneros y Diversidad PM / Feminismo Paritaria social y popular / Frente Social Peronista / Corriente Lohana Berkins – Partido Comunista / Instituto de la economía popular. Escuela nacional de cuidados / CONTRAGOLPE - EDUCACIÓN SOBERANA / Frente Popular Darío Santillan - FPG / Todas con Cristina / Peronismo x la Ciudad / Asambleas De Géneros FOB / MALA JUNTA - SOBERANA / Buenos Aires 3D / CTA Autónoma Capital / Identidad / La Colectiva. Corriente Política y Social / FRENTE GRANDE NACIONAL / Corriente Militante Lealtad / Proyecto Generar / INQUILINXS AGRUPADXS / Centro de Estudios Legales y Sociales CELS / Secretaria de DDHH y Género. ADAI / Asociación Docentes Artistas Investigadores (adai) de la UNA/ CTA Y Género Corrientes / SUTEPA / Agrupación Enfermería Federal / Comisión Libres Las Queremos / Campaña por el Derecho al aborto / UOLCRA Ladrilleras / Mujeres Auto convocadas de Alberti / Red de autocuidado feminista / Espacio de género Udocba Campana

9. 3J – 2023

Este 3 de junio, a 8 años del primer Ni Una Menos, nos volvemos a movilizar, porque ¡vivas, libres, desendeudades y en las calles nos queremos!

Ni Una Menos nació para transformar la bronca en organización y expresar nuestra furia y nuestro dolor en las calles. Ni Una Menos hoy sigue diciendo basta a las violencias machistas que cada 32 horas se llevan vidas en femicidios, lesbicidios, travesticidios, transfemicidios, transhomicidios. ¡Gritamos Ni Una Menos porque estar organizades es empezar a vencer! Decimos basta a la violencia patriarcal, económica, sexual, institucional, política y racista. Decimos basta a las violencias cotidianas, que son parte de formas de opresión históricas y que sirven para explotar nuestros cuerpos y territorios.

Somos un movimiento político persistente, tenaz, que ya acumulamos años de organización y nos reivindicamos ser parte de las luchas populares de nuestro continente. En un momento en que las ultraderechas y los fascismos avanzan en el mundo entero, el movimiento feminista tiene una tarea decisiva en defender lo ganado, en seguir ampliando sus alianzas y el horizonte de las vidas que queremos vivir, libres de violencia y precariedad. Sabemos hacer de la bronca una herramienta para la emancipación. No le entregamos nuestra bronca a los proyectos que se levantan contra nosotras y nosotres.

Llegamos a este 3 de junio después de un proceso de asambleas abiertas en distintos territorios. Porque queremos incorporar a más compañeras y compañeres, porque la crisis y la inflación en la que estamos hace cada vez más difícil organizarse, los ingresos no alcanzan y trabajamos cada vez más tiempo para poder sobrevivir. Queremos que la movilización se nutra de todas las luchas y saberes que se construyen todos los días. De ese proceso llegamos a esta síntesis de nuestras demandas, de nuestros deseos, de nuestras preocupaciones y exigencias.

A 40 años de recuperar la democracia, decimos: ¡No hay democracia con un Poder Judicial al servicio del poder económico y conspirando contra la organización

social y política, criminalizando a sus referentes; no hay democracia con deuda externa ni bajo el control del FMI; no hay democracia con estos niveles de pobreza; no hay democracia si se persigue y estigmatiza la protesta social!

Por eso este 3 de junio, decimos:

- BASTA DE FEMICIDIOS, LESBICIDIOS, TRAVESTICIDIOS, TRANSFEMICIDIOS Y TRANSHOMICIDIOS.

Pedimos justicia por María Isabel Speratti, por Micaela Rascovsky, por Florencia Galarza. Pedimos justicia por Milagros Santos y Araceli Moreno, trabajadoras comunitarias. Pedimos justicia por Ferni Ayala. Justicia por la periodista Griselda Blanco. Justicia por Sofi Fernández y Lorena Franco. Basta de travestis y trans que "aparecen muertas" en una comisaría. Nos seguimos preguntando dónde está Tehuel de la Torre y exigimos que el Estado lo busque! Basta de abuso sexual contra las niñeces! Justicia para Luna.

Las personas que transitan por el sistema judicial reclamando justicia frente a estas violencias extremas coinciden en que se trata de un camino plagado de malos tratos, revictimizaciones, con demoras que solo profundizan la injusticia. Tal como ocurrió en los casos de Lucia Pérez y Anahí Benitez, es común que los juicios tengan que hacerse más de una vez porque se siguen juzgando las vidas de las víctimas más que los hechos que cometen los acusados, así como también se usan los prejuicios para armar casos con chivos expiatorios sin ir sobre los culpables. Esos prejuicios y estereotipos se expresan con más crudeza aún cuando las víctimas son trabajadoras sexuales, desempleadas en situación de prostitución y personas en situación de calle. Al maltrato judicial se suman la indiferencia social y la complicidad mediática.

Los y las Fiscales que desatienden las investigaciones, distorsionan los hechos y no atienden a las víctimas, siguen en sus trabajos sin responsabilidad alguna. También deben removerse dificultades que hoy vulneran el derecho de les hijes de las mujeres asesinadas a percibir las reparaciones que les corresponden, agilizando el procedimiento y garantizando que al desamparo producto de la violencia femicida, no le siga el desamparo estatal.

- Además, para que vivir una vida libre de violencias sea una posibilidad cierta:

• Exigimos que se garantice el acceso a patrocinios jurídicos gratuitos.
• Reclamamos la efectiva implementación de ESI. ¡Sin EDUCACIÓN SEXUAL INTEGRAL no hay Ni Una Menos! La ESI protege a las infancias y adolescencias de los abusos sexuales y las agresiones de género. Necesitamos que sea un espacio transversal de escucha y formación permanente. Las Iglesias no pueden intervenir en la ESI ni en la educación pública. No a las leyes provinciales de ESI antiderechos que son restrictivas. Que los contenidos incluyan a la Ley de Identidad de Género y el aborto. Por una ESI no binaria. Exigimos acceso a las vacantes escolares para todes les niñes y adolescentes, y la promoción de la educación pública desde la primera infancia.
• Porque sabemos que MATERNAR ES POLÍTICO, la ausencia de políticas que democraticen el cuidado y la desidia judicial frente a los reclamos de responsabilidad alimentaria y cuidado compartido de hijes castiga la maternidad, es complaciente con los incumplidores y perpetúa la desigualdad.

- Exigimos la persecución de la trata con fines de explotación sexual y laboral. Reparación para las sobrevivientes.
- Reclamamos la declaración nacional de la emergencia en violencia de género.
- Repudiamos los ataques a la libertad de expresión y los intentos de silenciamiento a quienes comunican sobre las violencias que padecemos. Y reclamamos en el caso de Griselda Blanco el total apartamiento de la policía de Corrientes de toda investigación. No fue suicidio, no es homicidio simple. Su femicidio fue un crimen de poder contra la libertad de prensa y de expresión. Paren de encubrir.
- Pedimos justicia y memoria por las trabajadoras textiles y sus hijes que murieron en el incendio del taller textil de Luis Viale en 2o06, y decimos ni una menos, ni una muerta más en talleres clandestinos.
- Exigimos la libertad para Delfina. Justicia para Arco Iris. La mamá y la niña continúan revictimizadas y castigadas por el poder judicial de La Rioja, en un caso extremo de violencia institucional y de gónero contra ambas. Basta de criminalización a su mamá por defenderla.

- ¡BASTA DE VIOLENCIA POLICIAL E INSTITUCIONAL!
- Exigimos la derogación de todos los códigos contravencionales que criminalizan el trabajo sexual. La clandestinidad mata. Reclamamos Justicia por Sandra Cabrera.
- Reclamamos que se ponga fin a una política de drogas que criminaliza el consumo y el narcomenudeo, habilita a las policías a perseguir a mujeres, trans y travestis, favorece la corrupción y la violencia institucional, mientras la atención al consumo problemático sigue siendo un tema pendiente.
- Insistimos con la Reparación Histórica para las travestis y personas trans sobrevivientes de la violencia institucional causada durante la dictadura eclesial cívico militar y luego en democracia con los edictos contravencionales.

- ¡CONQUISTAMOS EL ABORTO LEGAL, AHORA QUEREMOS SU PLENO CUMPLIMIENTO!
- Queremos que nuestro derecho se garantice en cada sala de salud del país, en el sistema público y privado, sin demoras, sin obstrucciones, con tratos respetuosos y amables.
- Repudiamos los intentos de criminalizar acompañamientos tanto de médicas como de socorristas. ¡Acompañar abortos es legal y es parte de los cuidados que nos damos!

- ¡NI UNA PRESA MÁS POR EMERGENCIAS OBSTÉTRICAS! BASTA DE VIOLENCIA MÉDICO GINECO OBSTETRICA!
- Repudiamos que se criminalice y acuse por homicidio agravado por el vínculo a quienes sufren emergencias obstétricas. Tienen que ver con la salud, no con los delitos. ¡Basta de criminalizar la pobreza y la vulnerabilidad!

- Denunciamos al poder de la Corporación médica y al Estado que no nombra personal de salud no objetor. Exigimos al Senado la media sanción para aprobar la Ley Johanna de modo urgente y sin modificaciones, para garantizar los procedimientos en la atención de personas gestantes en casos de muerte perinatal.
- Solicitamos al Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad de la Nación y a los Ministerios Provinciales que implementen de manera urgente procedimientos claros de recepción y trámite de denuncias de violencia médico gineco obstétrica; conforme lo establece la Ley 26.485 de Protección Integral de las Mujeres y la Ley 2s.929 de Parto Respetado.

- CON ESTE PODER JUDICIAL NO HAY NI UNA MENOS
- Los transfeminismos populares dejamos en claro que esta justicia no es nuestra, y si no es para todes, no es justicia. Por eso exigimos una reforma judicial transfeminista, plurinacional e interdisciplinaria: queremos una justicia democrática y con participación popular, y en la que se garantice escucha a las víctimas, se construyan respuestas que responsabilicen a quienes cometen daños y repare a las víctimas. Debe incorporar la perspectiva feminista, decolonial y antirracista, requiere paridad e incorporación del colectivo LGTBIQIA+, acceso eficaz y lenguaje claro.
- Exigimos el Juicio Político a la Corte Suprema de Justicia de la Nación, y la destitución de sus actuales integrantes. La composición debe ser federal y con diversidad de género. Basta de una Corte que resuelve en pasillos y con negociados. Queremos una Corte que tenga plazos para resolver, que no duerma sobre las causas y que resuelva de cara al pueblo, en audiencias en las que se garantice y amplíe la participación popular en temas cruciales.
- Decimos YO TE CREO HERMANA. Frente a los que nos quieren sumisas y calladas, estamos hermanadas y en colectivo, no van a tener nunca más nuestro miedo ni nuestro silencio. Te seguimos creyendo Thelma. Nunca NO es un Sí. ¡Justicia para Thelma!

- EXIGIMOS LA INMEDIATA LIBERTAD A LAS PRESAS MAPUCHE.
- No hay democracia con presas políticas. Betiana Colhuan, Luciana Jaramillo, Celeste Huenumil y Romina Rosas, están detenidas en Río Negro por este gobierno hace casi ocho meses, con sus hijes, violentadas y acusadas de usurpación con una causa armada para criminalizar su demanda de territorio ancestral. Exigimos el inmediato cumplimiento del acuerdo de la mesa de diálogo del jueves pasado y la desmilitarización del territorio.

- BASTA DE ILEGALIDAD Y PERSECUCIÓN. INDULTO A MILAGRO SALA.
- No hay democracia con presas políticas y Milagro Sala lleva 7 años presa, perseguida y proscrita por el gobierno de Jujuy. Lideresa, ex parlamentaria de la Legislatura jujeña y del Parlasur, institución a la que no pudo ingresar debido a la arbitraria e ilegal detención que llevó adelante el Poder Judicial jujeño. Este

grito es para decir basta de violencia política e institucional. ¡Para Milagro la libertad, para Morales el repudio popular!

- DENUNCIAMOS LA VIOLENCIA JUDICIAL, MEDIÁTICA Y POLÍTICA QUE TOMA COMO BLANCO A CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, EN TANTO MUJER Y LÍDER POPULAR.

• Como lo hicimos en las calles frente al intento de su magnifemicidio, repudiamos todas esas violencias que han llevado también a su proscripción y exigimos efectiva investigación de los responsables intelectuales y materiales. Repudiamos el cierre de la investigación del intento de asesinato como un nuevo acto de consagración de la impunidad. El Poder Judicial, con celeridad ha puesto traba tras traba para impedir que se conozca la verdad.
• Exigimos que el 1 de septiembre sea declarado Día Nacional de la lucha contra la Violencia Política.

- EL HAMBRE ES VIOLENCIA: ¡BASTA DE AJUSTE PARA PAGAR LA DEUDA CON EL FMI!

• El ajuste recae sobre nuestro trabajo pago y no pago. Nuestras jornadas laborales triples están cada vez más precarizadas. No llegamos a fin de mes y estamos cada vez más endeudades para sobrevivir. Que la deuda la paguen quienes la fugaron, no con nuestros cuerpos, ¡no con nuestras vidas!
• El ajuste del FMI no puede ser el techo de las paritarias salariales, ni de las moratorias ni de las jubilaciones.
• Exigimos la aprobación de la ley del Sistema Integral de Cuidados con presupuesto. Según nuestros cálculos, si los jueces pagarán el impuesto a las ganancias, tendríamos los recursos suficientes para esas políticas.
• Exigimos la ampliación de licencias por maternidad y nacimiento para todxs lxs trabajadorxs, incluídes les 9 millones de trabajadorxs informales.
• Exigimos el reconocimiento y remuneración del trabajo de cuidado y de acompañamiento de las promotoras de género y de salud y de las cocineras comunitarias. Cuidar es trabajar.
• Repudiamos la estigmatización y el recorte sobre los Planes Potenciar Trabajo. La deuda es con nosotres, no somos la variable de ajuste fiscal de los planes del FMI.
• Pedimos que el Acompañar se extienda y amplíe, porque sabemos que los procesos de violencia de género no se terminan en 6 meses, por tal motivo urge: primero, que el Acompañar sea renovable; segundo, que no sean incompatibles los programas Acompañar y Potenciar; y tercero, que el Potenciar en casos de violencias de género se sostenga y se abran más cupos.
• Por un Salario Básico Universal que garantice un ingreso mínimo para todas las personas.
• Por políticas públicas de acceso al trabajo, a la vivienda, a la educación y a la salud para las desocupadas en situación de prostitución.
• Decimos que sin TIERRA, TECHO Y TRABAJO no hay ni una menos

- Exigimos que la vivienda no sea una fuente de especulación: pedimos urbanizaciones con perspectiva de género y regulación de alquileres.
- Necesitamos políticas que garanticen un acceso equitativo a la gestión menstrual para las niñas, adolescentes, mujeres y personas menstruantes.

- ¡DESPATOLOGIZACIÓN DE LOS CUERPOS GORDOS YA!
- La gordura no es una enfermedad, es parte de la diversidad corporal. La salud y la enfermedad vienen en todos los talles.
- ¡Implementación urgente de la ley de talles! Vestirse es un derecho básico.
- Basta de estigma, violencia y discriminación contra las personas gordas.

Por todo lo que logramos, por lo que todavía nos falta', por quienes estamos, porque no estamos todes, y por les que vendrán, gritamos Ni una Menos. Vivas, Libres, ¡Desendeudades y en la Calles nos Queremos!

¡Gracias a todxs por esta jornada de lucha!

Adhesiones: Colectivo Ni Una Menos / Ni Una Menos Chubut / Ni Una Menos Trelew / Ni Una Menos Comodoro Rivadavia / Ni Una Menos Patagonia / Ni Una Menos Mendoza / Ni Una Menos Santiago del Estero / Frente Ni Una Menos Olavarría / Ni Unx Menos San Juan / Colectiva Comarcal Ni Una Menos / Ni Una Menos Córdoba / Ni Unx Menos Furilofche / Ni Una Menos Río Cuarto / Ni Una Menos Lago Puelo / Asamblea Popular Feminista / Asamblea Feminista de la Villa 3i y 31bis Campaña Nacional por el Derecho al Aborto - Regional CABA / Socorristas en Red (feministas y transfeministas que abortamos) / Feministas del Abya Yala / Católicas por el derecho a Decidir Argentina / Proyecto Generar / Red de docentes por el derecho al aborto CABA / Mamá Cultiva / Mujeres Trabajadoras de la Tierra / Movimento Nacional Campesino Indígena - Vía Campesina / Red Río Feminista / Asociación Argentina de Panteras Independientes / Cooperativa textil travesti trans Nadia Echazú / Las Históricas Argentinas - Colectivo Travesti Trans de mayores sobrevivientes / APDH-Asamblea Permante por los Derechos Humanos / CONAT - Comite Nacional de Prevención de la Tortura / Observatorio de las violenciad de género "Ahora que sí nos ven" / RESET (Políticas de Drogas y Derechos Humanos) / Familiares de Detenidxs Desaparecidxs / CGA Colectivo de Gordes Activistas de Argentina / OPHAU Mujeres Cooperativistas / Movimiento Travesti - Trans / Colectiva Feminista La Revuela en Neuquén, Patagonia / Mujeres Trans Argentina / Guardianas FloreSeremos - Doulas Feministas / Red de Abogadas Feministas / Colectiva Transfeminista Aguafiestas / Gordes Conurbanes / Casa de Mujeres Dora Barrancos / MAT Mujeres de Artes Tomar / Mujeres que no fueron tapa / Centro Estudios Laborales y Sociales (CELyS) / CTA AUTÓNOMA Capital / CTA AUTÓNOMA Nacional / CTA de les y las Trabajadoras / CTA T Provincia de Buenos Aires / AMMAR Sindicato de Trabajadorxs Sexuales en la Argentina / Sindicato de Prensa de Buenos Aires (SiPreBA) / Red de Periodistas y Comunicadoras de Corrientes / Campaña Nacional contra la Violencia Ginecobstétrica / Organización Barrial Tupac Amaru - Frente Milagro Sala / Federación Argentina de Trabajadoras de Prensa (FATPREN) / Asociación Gremial de Trabajadorxs del Subte y Premetro/Metrodelegades / ATE NACIONAL / UTEP - Unión de Trabajadoras y Trabajadores de la Economía Popular / Secretaría mujeres y diversidad de UTEP / CTERA / UTE-CTERA / CTERA- SECRETARIA DE GÉNERO / El Desborde

Educativo. Educadorxs por la liberación UTE-CTERA / CONADU / Dirección de Géneros y Diversidad Sexual CONADU Histórica / Federación Judicial Argentina / Sindicato de Trabajadorxs Docentes de la UBA / SUTEBA - Sindicato Unificado de Trabajadorxs de la Educación de la Provincia de Buenos Aires / ATE CAPITAL / SUTEPA- Sindicato Unido de Trabajadorxs y Empleadxs del PAMI / AEJBA Judiciales / APA Asociación Personal Aeronáutico / Juventud Sindical Peronista CGT / Secretaría de Géneros y Diversidad ATE-INTI / Mala Junta - Soberana / Educación Soberana / Contragolpe Secundarios / Espacio Puebla / La Cámpora / La Cámpora - Frente de Mujeres e Igualdad de Géneros / Frente de Igualdad de Géneros Descamisadxs / Mujeres Evita / Movimiento Evita / Corriente Militante Lealtad - Lealtad Feminismo Popular / Nuevo Encuentro / Mala Junta - Frente Patria Grande / Nueva Mayoría / La Mella / Lobo Suelto / La Martí / Espacio Político AIRES / CTD Aníbal Verón - Nacional. Frente Milagro Sala / Feminismo popular y Disidente - MP La Dignidad / Peronismo x la Ciudad / Comunismo Revolucionario / Movimiento Popular Liberación / Corriente Insurrecta / Campaña Nacional contra la Violencia Ginecobstétrica “Mi parto, mi decisión” / Red Argentina de Casas de Parto / Frente Feminista Crece desde el pie / Movimiento Mayo / KOLINA Feminista / Mujeres Socialistas / Identidad / UP- UNIDAD POPULAR / Movimiento No Matarás - Colectivo Yo Sí Te Creo / La Simón Bolívar - Nuestra Patria es América / Parlamento de Mujeres de la Legislatura Porteíía / Nuestramérica MP - Izquierda Popular / La Lanteri / Buenos Aires 3D / Corriente Nacional Lohana Berkins- Partido Comunista / Marea Feminismo Popular - Somos Barrios de Pie / Nuestramerica Movimiento Popular - Frente Patria Grande / Géneros Micaela García / Colectiva Feminista Aquelarre. Villa Mercedes. San Luis / La Corriente Nacional de la Militancia / CCC - Corriente Clasista y Combativa / El Hormiguero / La Colectiva. Corriente Política y Social / Organización Nacional Peronismo Militante / Organización 2s de Mayo / Central de emergencias villeras. Cuerpo de rescate comunitario / Frente de Mujeres y Diversidades de Unidxs y Organizadxs / Soberanes / Corriente Villera Independiente / INECIP / Red Sin Muros. Abordaje comunitario en consumos / Frente Popular Darío Santillan - FPG / Coordinadora de Agrupaciones de Género de San Martín / Emergente - Poder Popular / Frente de Mujeres y Diversidad PSo1 / Charlas Compañeras / Partido Comunista Revolucionario - Juventud Comunista Revolucionaria / Partido Igualar / PJ Capital / Lxs Irrompibles - Géneros y Diversidades / Asociación Lola Mora / Red de Género y Comercio / Feminismo Popular Corrientes / Aquelarre - Izquierda Popular en Filosofía y Letras / Frente 22 de Agosto / Tramas Feministas Judiciales /Eva Perón Avellaneda / Centro Cultural de la Cooperación - Espacio de Géneros / Puerta Violeta Fundación / Tenemos Patria / Casa Patria / Centro Cultural Rodolfo Walsh / Escuela de Feminismo Popular Nora Cortiñas / Gestar Justicia-Parir Derechos / Peronismo en Marcha Género y Diversidad / Mujeres en movimiento San Martín / Secretaría de Géneros IMFC / CNP Capital en La Patria es el otro / CISPREN / Barricada TV Canal 32 / CONTA Coordinadora Nacional de Televisoras Alternativas / Frente de Género y Diversidades AIRES / Frente de Géneros y Equidad APL / Vamos - Frente Patria Grande / Corriente Peronistas 13 de abril / Cuestión de Género / Frente de Disidencias En Lucha Argentina / Peronismo 26 de Julio / Frente de Mujeres, Generos y Diversidades Evita Capitana / Liberación popular - Comunismo Revolucionario - Al frente / Mujeres que relatan / Asociación Civil Arco Violeta: ayuda y prevención en violencia de género / Acción Feminista / Todas con Cristina / Movemos - FRENTE GRANDE NACIONAL / Arco Violeta / Tupac Amaru / Frente Transversal - Mundanas agrupación feminista / Colectiva Andina / Mujeres y Disidencias Socialistas San Nicolás / Secretaria de Mujeres Género y Diversidad Municipalidad de La Costa /

Centro de Fomento Barrio Jardín de Villa Elisa / Asociación civil mujeres unidas de José C Paz / CADH- COORDINADORA ARGENTINA POR LOS DDHH- MPE-MOVIMIENTO DE PARTICIPACIÓN ESTUDIANTIL / Asociación civil Dando a Luz- / Colectiva Por un Parto Respetado / Cooperativa Flores para Evita / Fundación Las Rudas Colectiva Transfeminista / Agrupacion Lucía Cullen / Estudiantes, graduades y docentes de Trabajo Social / Nosotrxs de aqui y allá / CENTRO FLORA TRISTAN FHyCS UNaM / Unión Educadores Córdoba / Asociación Civil Mujeres Unidas de José C Paz / DIRECCION HABITAT JCP /Movimiento Nacional SurgeOctubres Ituzaingó / NEP / Las Mariposas- Tigre / Agrupación Arturo Jauretche / Movimiento Octubres - Asociacion mujeres unidas - Grupo Incidencia Feminista NEA /Partido Solidario de la Pcia de Buenos Aires / Descamisadxs / Matria - Red Comunitaria en Salud / Centro Cuestión de Género / Merendero y comedor Villa Pora, Lanus Este / Madre de La Patria de San Miguel y Lanús / Red Contacto Nutritivo / Encuentro Social Peronista Luján / LAS MARIAS. FEMINISTAS DEL COÑO SUR / Grupo Gesta / La Lanteri / Federación Nacional Territorial Cta Autónoma FeNaT / Mujeres y Disidencias de Unidos y Organizados / Doulas de Rosario / Las Juanas / FOETRA EN CTA-A / Emancipación sur / Brandon por la Igualdad / Equidad de Derechos y Oportunidades, Asociación Civil y Cultural / FM La Chicharra. Ooya . Corrientes / Club Social y Deportivo Águilas de Mugica Asociación Civil / Socorristas Catamarca / Socorristas del callvû azul / Las Celinas / Emancipación Sur / Encuentros del Buen Nacer Necochea Quequén / Red Nacional De Mujeres / Todxs Somos Patria Asamblea Las Tipas / Mujeres y Géneros en Unidad Ciudadana / Atenea Feminista Popular / Cooperativa recuperadores urbanos del oeste / Instituto Patria / Antigona / AAPI (Asociación Argentina de parteras independientes) / Nuestro Barrio VPC / Columna Matria / Colectivo Sawabona / La Isauro Arancibia / Fundación Comprometerse / La german / FTV / Red de Géneros de Tres de Febrero / Agrupación DNI - Facultad de Derecho UNR / Agrupación AREA - Facultad de Arquitectura, Planeamiento y Diseño UNR / Partido Socialista Córdoba / Movimiento Nacional Reformista / Juventudes Socialistas de Argentina / Las Victorias Nacional y Popular - Rio Negro / MUJERTROVA / Mariposas Disidentes – Pehuajó.

10. 3J – 2024

Documento colectivo 3J 2024

I – No es libertad, es violencia patriarcal. La masacre de barracas FUE LESBICIDIO. Con hambre, odio y racismo colonial no hay Ni Una Menos. Abajo la Ley Bases y el DNU. El movimiento lesbo transfeminista sigue en pie de lucha contra el gobierno de Milei.

Este 3 de junio nos encuentra siendo muches, estando juntas y juntes y en movimiento. Estamos también aquí EN HONOR A NORITA CORTIÑAS, luchadora incansable y madre de todas las batallas.

Estamos viviendo un momento de profundos ataques al conjunto de nuestro pueblo. El Gobierno de Milei instauró la crueldad y el odio como política de Estado. La violencia del Gobierno de Milei es social, es económica y es política. Ante eso respondemos: ¡seguimos en las calles y movilizades! Seguimos gritando: NI UNA MENOS, VIVAS LIBRES Y DESENDEUDADAS NOS QUEREMOS. ¡FUERA EL FMI!

Estamos conmocionades y movilizades por la masacre en Barracas, por el triple lesbicidio. Exigimos justicia por Pamela, Roxana y Andrea, asesinadas cruelmente con dos bombas molotov por ser lesbianas. El silencio es complicidad. Exigimos a Jorge Macri y el Gobierno de la Ciudad soluciones reparatorias para Sofía, sobreviviente de

la masacre: exigimos una respuesta habitacional adecuada y acompañamiento integral sostenido en el tiempo y que le garanticen una perspectiva de vida digna y libre de violencias. ¡NI UNA LESBIANA MENOS!

Condenamos los femicidios, lesbicidios, travesticidios, transfemicidios y transhomicidios que se incrementan dia a dia y el violento accionar del poder judicial misógino y denunciamos el cerco mediático. Exigimos justicia por el travesticidio de Sofia Fernández a manos de la policía, por el femicidio de Mariel Jiménez en Lugano; de Erika Torres, docente de Chaco; de Claudia Tupa Lotore y de Micaela Rascovsky! El estado es responsable!

Nos seguimos preguntando ¿dónde está Tehuel de la Torre?

Exigimos justicia por Sabrina, compañera de la Agrupación Hijxs, atacada en su propio hogar por una patota libertaria, y por les demás militantes por ddhh amenazades. Ya dijimos muchas veces NUNCA MÁS, no podemos permitir que se vuelva a la persecución y a la violencia de la dictadura. ¡SIN MEMORIA NO HAY NI UNA MENOS!. Son 30.000, fue genocidio. Exigimos la apertura de los archivos de la dictadura, del 74 al 83. Nora Cortiñas presente!

No son solo discursos de odio, son actos de odio que vivimos los pueblos y comunidades hace más de 500 años. Peligra a través del DNU vigente la Ley 26160 sobre los Derechos Territoriales. EL CHINEO MATA a nuestras Comunidades Afroargentina, Afrodescendiente, Afrodiasporica y Migrantee. ¡¡EL RACISMO COLONIAL DEL HAMBRE MATA Y ES POLÍTICA GENOCIDA!!

Denunciamos el aumento de la violencia institucional hacia las trabajadoras sexuales y personas en situación de prostitución, así como la persecución y el hostigamiento a personas en situación de calle y trabajadores de la economía popular. Toda esta violencia expresa el modelo de crueldad y exclusión que impulsa este gobierno nacional.

Exigimos el desmantelamiento de las redes de trata. El estado es responsable. Exigimos celeridad en la investigación por abuso sexual que involucra al intendente de la Matanza Fernando Espinoza y resguardo a la denunciante. Seguimos organizadas contra todos los abusos.

Los discursos y actos de odio promovidos desde el gobierno y sus seguidores son responsables de que los ataques hacia la comunidad LGBTIQ+ se hayan incrementado alcanzando su peor expresión. Exigimos la sanción de la ley de reparación histórica y condenamos la represión del 24 de mayo a las compañeras travesti trans. En nuestro país se mutilan niñes todos los días: basta de cirugías normalizantes a cuerpos intersex. Exigimos el tratamiento de la Ley de Protección Integral de las Características Sexuales que prohíbe intervenciones quirúrgicas sin consentimiento. Exigimos absolución de nuestra compañera lesbiana Pierina Nochetti, procesada por preguntar ¿dónde está Tehuel?

En un contexto de desmantelamiento de las políticas contra las violencias por motivos de género y de una crisis habitacional sin precedentes, los discursos de odio ponen en peligro a miles de personas, especialmente a mujeres, lesbianas, travestis, transexuales, transgenero e intersex.

Denunciamos el desalojo de las Mujeres de la Galería de la Villa 31: son familias monomarentales que fueron desalojadas y violentadas por el gobierno de la ciudad de Buenos Aires. Denunciamos que esta es una política que se repite en distintos barrios populares del país. EL ODIO MATA ¡BASTA DE VIOLENCIA! ¡JUSTICIA ES QUE NO SUCEDA NUNCA MÁS!

II – Decimos: ¡EL HAMBRE ES UN CRIMEN! NO AL PAGO DE LA DEUDA EXTERNA. NO AL PROTOCOLO ANTI PROTESTA DE BULLRICH. NO A LA BAJA DE LA EDAD DE PUNIBILIDAD.

El gobierno de Milei es el responsable de la violencia hacia a nosotres. El plan motosierra representa el hambre y el saqueo. La Ley Bases es una nueva propuesta de ajuste de nuestras vidas al servicio del FMI y destinada al enriquecimiento de los grandes intereses económicos y financieros internacionales y nacionales. Repudiamos a los endeudadores seriales de Sturzenegger y Caputo que impunemente vuelven a ocupar cargos públicos por una justicia cómplice que no investiga a los delincuentes económicos.

Denunciamos el despliegue represivo y persecutorio que alimenta la campaña política del gobierno de Milei, Bullrich y Pettovello para estigmatizar y quebrar a las organizaciones de lucha. NO AL PROTOCOLO ANTI PROTESTA DE BULLRICH. NO A LA BAJA DE LA EDAD DE PUNIBILIDAD. NO AL PROYECTO DE LEY DE REITERANCIA NI AL PROYECTO DE LIBRE PORTACIÓN DE ARMAS. ¡ES MÁS VIOLENCIA HACIA NOSOTRES!

El gobierno que no envía alimentos es el responsable de agravar la crisis social promoviendo los despidos, el ajuste y recortando los programas sociales. Hostiga a los movimientos sociales y piqueteros, a sus militantes y a sus dirigentes acusándolos de extorsionadores mientras tienen guardados y sin entregar 5 millones de kilos de alimentos que deberían llegar a los comedores, merenderos y ollas a lo largo y ancho del país. Estamos en emergencia alimentaria. Esta política de hambre expresa una política genocida. ¡MILEI Y PETTOVELLO SON RESPONSABLES! ¡EL HAMBRE ES UN CRIMEN!

La pobreza llegó al 55% y la indigencia al 18% de la población. Unicef señala que el 69% de los niñas, niños y adolescentes en la Argentina son pobres y que el presupuesto destinado a la niñeces cayó un 75%. El superávit fiscal anunciado por el gobierno se logró con la plata de las jubilaciones y pensiones. Se recortaron las jubilaciones entre un 24% y un 37%.

La violencia económica es violencia. Las políticas destinadas al cuidado fueron desfinanciadas. Solo 7 de las 43 principales políticas de cuidados se mantienen vigentes. Desapareció de la dirección de géneros y diversidad del ministerio de salud de la nación borrando el área de gestión de insumos para travestis trans y transgénero. El plan ENIA que redujo los embarazos en la adolescencia a la mitad fue suspendido. Decimos: “NIÑAS, NO MADRES”. El Plan Mil Días para personas gestantes y niñes hasta 3 años se redujo un 74%. Se desmanteló la Ley Micaela, la construcción de escuelas, espacios para la primera niñez y para adultos mayores fue suspendida.

El abuso sexual contra niñes y adolescentes es tortura, denunciamos la persecucion a madres protectoras y adultes referentes. No a la prescripción: gritamos fuerte YO SI TE CREO. Exigimos la aplicación e implementación de ESI laica y científica en todo el país. Denunciamos la profundización de la alianza con el Opus Dei y las iglesias para avalar el carácter conservador del gobierno. ¡Seguimos exigiendo iglesia y estado asunto y separado!

III – DEFENDEMOS nuestro derecho a decidir sobre los propios cuerpos y proyectos de vida.

Repudiamos los discursos cis heterosexistas, misóginos, machistas, pregnados por el fundamentalismo religioso del Gobierno Nacional y sus aliadxs y cómplices que intentan reabrir debates con respecto a nuestro derecho a decidir sobre los propios cuerpos y proyectos de vida y promueven acciones violentas.

Reafirmamos que la única agenda sangrienta fue la del aborto criminalizado y clandestino que se llevó la vida de miles de mujeres y personas gestantes. Una realidad injusta que logramos revertir a partir de la sanción de la Ley 27.610 de acceso a la Interrupción Voluntaria del Embarazo que logramos gracias a la organización, la movilización y la lucha persistente del movimiento transfeminista junto a la Campaña Nacional por el derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito.

¡Exigimos el acceso efectivo a métodos anticonceptivos de manera gratuita y la efectiva implementación de la Ley de IVE sin barreras en todas las provincias!

¡Exigimos la compra, producción y distribución de mifepristona, misoprostol YA!

Denunciamos la intencionalidad del Gobierno Nacional de incumplir con la Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo a través del desabastecimiento de insumos necesarios para realizar las prácticas.

¡Exigimos insumos para la Aspiración Manual Endo Uterina (AMEU) en todos los centros de salud y capacitación a profesionales de la salud para su uso! Elegir cómo abortar también es un derecho.

Decimos NO al decreto de Milei que pretende desregular las obras sociales y prepagas, por lo cual ya no tendrán que respetar el nomenclador nacional que establece el valor de pago a los servicios y prestaciones que mejoran la calidad de vida de las personas con discapacidad. Se quiere mercantilizar nuestros cuerpos y nuestras necesidades y decretar la desigualdad de oportunidades para las personas con discapacidad trabajadoras. La desregulación financiera que pretende Milei garantiza el avance del crimen organizado, la trata de personas, el narcotráfico y las redes de pedofilia.

IV – DECIMOS ¡NO A LA LEY DE BASES! ¡BASTA DE DESPIDOS! ¡NI UNA JUBILADA MENOS!

Estamos una vez más frente al Congreso, porque en estos momentos se está debatiendo una Ley machista, antiobrera, antipopular y neocolonial, una declaración de guerra al pueblo: ¡NO A LA LEY DE BASES! LE EXIGIMOS A DIPUTADXS Y SENADORES QUE RECHACEN TODOS LOS ARTÍCULOS DE ESTA LEY QUE GARANTIZA POLÍTICAS DE HAMBRE Y SAQUEO PARA NUESTRO PUEBLO. Repetimos: NO AL FMI. Merecemos políticas que garanticen tierra, techo y trabajo en nuestro país, no una reforma laboral que nos empobrece y violenta en una desigualdad estructural e histórica. El día que se trate la ley bases, vamos a parar el país y llenar las calles.

Nos preocupa especialmente la derogación de la moratoria previsional, por la cual miles de mujeres pudieron acceder a una jubilación. Sin la moratoria, 9 de cada 10 mujeres no van a poder jubilarse. ¡SOMOS HIJXS DE LAS AMAS DE CASA QUE SE PUDIERON JUBILAR! ¡CUIDAR ES TRABAJO Y LA JUBILACIÓN ES UN DERECHO! ¡NI UNA JUBILADA MENOS!

Condenamos el Régimen de Incentivo a las Grandes Inversiones, desguace del INCAA y del cine nacional. EL INTI NO SE TOCA. ¡NO AL CIERRE DEL INADI! Repudiamos la privatización de empresas públicas como Trenes Argentinos, Aerolíneas Argentinas, los medios públicos y el Correo Argentino: la privatización no es el camino, ya lo vivimos en los 90. El vergonzoso blanqueo para millonarios que no pagan impuestos, son todas medidas que implican un SAQUEO Y ROBO DE NUESTROS BIENES COMUNES. Condenamos la política colonial extractivista de nuestros bienes y de la depredación ambiental. FUERA YANKEES DE AMÉRICA LATINA. Fuera ingleses de Malvinas. NI UNA BASE MILITAR MÁS. ¡QUIEREN PONER EL PAÍS EN VENTA, NO LO PODEMOS PERMITIR! ¡La Patria no se vende!

Han echado a más de 15mil trabajadorxs estatales en 6 meses. Les trabajadores estatales garantizan políticas públicas fundamentales, Además entre los miles de despidos hay personas que ingresaron por cupo laboral travesti-trans y por cupo de discapacidad. Seguimos exigiendo el reconocimiento profesional a la enfermería. Nuestro apoyo a las trabajadoras docentes y de salud de Misiones, en su reclamo por aumentos salariales al gobierno provincial. Solidaridad con las docentes y no docentes universitarias en su lucha por el salario. ¡Reincorporación ya de todes les despedides! NO A LOS DESPIDOS EN EL ESTADO Y EN EL SECTOR PRIVADO ¡NO A LA REFORMA LABORAL DE MILEI!

¡V – REPUDIAMOS LA INTERNACIONAL FASCISTA!

Repudiamos todo ataque del tipo fascista como el intento de magnicidio contra la ex vicepresidenta, los crímenes de odio y la impunidad. Intentan disciplinarnos para sacarnos de la política.

Expresamos nuestra solidaridad con la familia Villalba de Paraguay y total apoyo a la campaña internacional “eran niñas”. Abajo el juicio trucho contra Laura Villalba. ¡Aparición con vida ya! No a la deportación de Myriam, Tania, Rosa y Mariana Villalba. Seguimos exigiendo liberación para milagro sala.

Condenamos el plan de Milei a nivel internacional, que excede nuestras fronteras con una alianza de este gobierno junto a Estados Unidos e Israel. Denunciamos los genocidios en Haití, República del Congo y Palestina, donde las más afectadas por el genocidio del Estado de Israel son las mujeres y niñeces. BASTA DE PERSECUCIÓN Y CRIMINALIZACIÓN A QUIENES SE SOLIDARIZAN CON LA CAUSA PALESTINA. ALTO AL FUEGO. ¡NO ES GUERRA, ES GENOCIDIO!

Frente al odio y la crueldad de este Gobierno, nosotres seguimos organizades, tejiendo redes que nos sostienen. Como hace nueve años, cada 3 de junio, volvemos a decir: ¡NI UNA MENOS! Nora Cortiñas Presente! Aquí estaremos hasta que vivamos vidas libres y dignas. ¡Las calles son nuestras!

11. 4J – 2025

10 Reivindicaciones a 10 años de Ni Una Menos

🔥 10 años de NI UNA MENOS | 10 reclamos colectivos 🔥

Hoy celebramos 10 años de haber salido por primera vez a las calles al grito de Ni Una Menos, contra los femicidios, travesticidios, transfemicidios y transhomicidios. Hoy reivindicamos haber mantenido, ampliado y radicalizado la movilización durante una década, dando cuerpo colectivo a un ciclo de luchas histórico por su masividad y radicalidad. Hoy actualizamos el sentido de nuestra lucha transfeminista en solidaridad con las y los jubilados y jubiladas. Son ellxs quienes cada miércoles le ponen el cuerpo a la represión del gobierno fascista y sus cómplices: por eso, porque el movimiento transfemista, con su grito de Ni Una Menos, marca la voluntad de transversalizar y unir luchas, es que nos movilizamos este miércoles 4J. No nos interesa el festejo de una efeméride, nos convoca la tarea de hacerle frente al plan hambreador y empobrecedor de Javier Milei y el FMI y el esquema de saqueo y negocios que lo sostiene. Son las luchas desde abajo las que hoy sienten la urgencia de una convocatoria en unidad, que enlace todos los conflictos que están enfrentando el ajuste y la crueldad: trabajadorxs del Garrahan y la salud pública, científicxs del CONICET y trabajadores universitaries y de la educación pública, trabajadoras comunitarias, personas que reclaman la emergencia en discapacidad, trabajadorxs de la cultura, inquilinxs, comunidades indígenas criminalizadas, colectivas por la ley de

Reparación Histórica Travesti/Trans, asambleas ambientales, migrantes, despedides y precarizades, compañeras del movimiento piquetero y la economía popular, hinchadas antifascistas y organismos de derechos humanos.

Hoy celebramos 20 años de la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto, Legal, Seguro y Gratuito y denunciamos que el Estado Nacional obstaculiza el acceso a la IVE e insumos para garantizar los derechos y la salud sexual reproductiva y no reproductiva. En 2024 hubo un recorte total desde nación en la entrega de misoprostol y mifepristona, mientras reaparecen discursos anti derechos en instituciones de salud y proclamas biologicistas que llaman a las mujeres a parir y a encerrarse en las tareas de cuidado dentro de lo hogares. Repudiamos la avanzada de la ideología familiarista con la que buscan disciplinar nuestros cuerpos e identidades.

¡A diez años de Ni Una Menos, hoy decimos FUERA MILEI!

1. CONTRA LAS VIOLENCIAS PATRIARCALES, FASCISTAS Y RACISTAS

El gobierno de Javier Milei y sus cómplices promueven discursos de odio como política de Estado. Son negacionistas del femicidio y la violencia patriarcal. Buscan generalizar la violencia y el odio como forma del vínculo social frente al aumento del hambre y la crueldad. Han elegido a las mujeres, lesbianas, travestis, trans, personas no binarias, migrantes, personas en situación de calle, a las niñeces y vejeces como sus principales enemigos, poniendo en riesgo nuestras vidas frente a todo tipo de violencias. El Estado es responsable.

Denunciamos que hoy en Argentina se registra un femicidio cada 31 horas mientras se redujo a cero el presupuesto nacional para prevenir las violencias por razones de géneros. Exigimos la renuncia del Ministro de Justicia Cúneo Libarona.

Denunciamos el triple lesbicidio de Barracas. Andrea, Roxana y Pamela PRESENTES. Justicia y reparación para Sofía. Fue un crimen de odio, fue lesbicidio. Basta de femicidios, travesticidios, transfemicidios y transhomicidios. Seguimos preguntando, ¿dónde está Tehuel?

A diez años del travesticidio de la compañera Amancay Diana Sacayán queremos repudiar la decisión de la Corte Suprema de Justicia de desestimar la figura del travesticidio, ya que lo consideramos un ataque directo a nuestras identidades y la negación de nuestras existencia. Es parte de la violencia que atravesamos las personas trans y travestis en nuestras vidas, además repudiamos la designación inconstitucional de García Mansilla en la Corte Suprema por decreto 137/2025, sin acuerdo del Senado, que tuvo por finalidad ejecutar la agenda del Poder Ejecutivo Nacional en la Corte, vinculada entre otros temas al desconocimiento y retroceso de derechos de las personas LGBTIQ+ y las mujeres.

¡Decimos bien fuerte que el crimen de Diana FUE TRAVESTICIDIO!

El hambre es violencia. La falta de políticas públicas para el abordaje de las violencias por razones de género es violencia. La deuda es violencia. Estamos cada vez más endeudadas, precarizadas y pluriempleadas con ingresos miserables.

Basta de violencia institucional. Manifestarse no es delito. Fuera Bullrich, abajo el protocolo antipiquetes. Exigimos la absolución de Zaida Mamani, mujer pobre, indígena y migrante, víctima de violencia institucional.

Gritamos fuerte ¡Violencias sexuales nunca más! ¡Por niñeces y adolescencias libres de toda violencia! ¡Yo sí te creo! Denunciamos la avanzada en la criminalización a madres y referencias protectoras, y las perspectivas revictimizantes que desamparan a les niñes y adolescentes. Decimos NO a la prescripción de los delitos por abuso sexual. No a las revinculaciones forzadas. Decimos: niñas, no madres. No hay “falsas denuncias”; es encubrimiento judicial.

2. CONTRA EL FMI Y LA DEUDA QUE SE PAGA CON NUESTROS CUERPOS Y TERRITORIOS

¡Fuera FMI de la Argentina! No al pago de la deuda, es una ESTAFA. La deuda ilegal se paga recortando jubilaciones, moratorias previsionales, a costa de la desinversión en salud y educación. Desde hace años el movimiento feminista viene denunciando en las calles, la ilegalidad de la deuda. Hoy nos encontramos en un nuevo ciclo de endeudamiento, con deuda tomada ilegal e inconstitucionalmente por decreto. ¡El objetivo es entregar nuestros bienes comunes por deuda, por eso seguimos en las calles gritando que la deuda es con nosotrxs!

3. CONTRA LA REPRESIÓN Y EL AJUSTE A LXS JUBILADXS: ¡NI UNA JUBILADA MENOS!

Reivindicamos los reclamos comunes del movimiento de jubiladxs: moratoria, aumento, bonos y medicamentos gratuitos. El FMI exige la reforma jubilatoria y la cancelación de la moratoria previsional: 9 de cada 10 mujeres no vamos a poder jubilarnos. Nos pronunciamos contra el desmantelamiento del PAMI y denunciamos la red de nombramientos a familiares y punteros del PRO y LLA en sus cargos jerárquicos. Con salarios menores por igual trabajo, con tareas de cuidados no reconocidas, nuestras jubilaciones también valen menos. El Congreso devino escenario de represión permanente de la mano de la violencia económica y el hambre.

¡Basta de jubilaciones que condenan a la pobreza!

4. CONTRA EL HAMBRE Y LA GUERRA CONTRA LES TRABAJADORES

Decimos no a la reforma laboral. Mientras se intenta dar de baja el derecho a huelga, siguen aumentando los despidos. Seguimos exigiendo el reconocimiento salarial para las trabajadoras comunitarias. Seguimos pidiendo que se respete el cupo laboral travesti trans como oportunidad para llegar a vejeces dignas y reparación histórica para la población TravestiTrans. Basta de guerra contra el salario: estamos en contra del techo paritario, repudiamos la extorsión en conciliaciones obligatorias. ¡Hoy los salarios no alcanzan para vivir!

Todo el apoyo a les trabajadores de Tierra del Fuego.

¡Es urgente el llamado a un nuevo paro nacional que unifique todas las luchas hasta derrotar el plan de Javier Milei!

5. CONTRA LA CRIMINALIZACIÓN Y LA PERSECUCIÓN POLÍTICA

Denunciamos la criminalización y persecución a los sindicatos, a los movimientos sociales y piqueteros, a las referentas comunitarias, a los pueblos comunitarios. Exigimos el inmediato desprocesamiento de lxs dirigentes sociales, piqueteros y políticxs. Repudiamos la persecución política y el desmantelamiento del FISU, el ensañamiento contra los comedores populares con el cual hambrean a nuestro pueblo criminalizando la pobreza. Exigimos que Sandra Pettovello entregue la comida a los barrios populares y su renuncia.

Repudiamos la cruenta represión a la protesta social y exigimos el desprocesamiento inmediato de les detenides en el marco de la protesta contra la Ley Bases. Derogación YA de la ley antiterrorista.

Repudiamos el ataque a la libertad de prensa y en particular a les fotoperiodistas. Solidaridad con Pablo Grillo: ¡exigimos justicia!

Rechazamos la baja de edad de punibilidad a 13 años porque es parte del plan de hambre y castigo contra las niñeces y adolescencias.

Denunciamos el nuevo DNU 366 de "Reforma Migratoria" que otorga función de policía a la DNM en la frontera, restringe el derecho de ingreso al país y de regulación migratoria. Agiliza los procedimientos de expulsión y separa familias; arancela y limita el acceso a la educación, salud pública y ciudadanía argentina.

Exigimos la absolución de Zaida Mamani, única procesada por el asesinato de su hija Joselin Mamani, por ser mujer pobre, indígena y migrante, víctima de violencia institucional!

Basta de tortura y abusos a Laura, Carmen y Francisca en el penal de Minga Guazú. Basta de persecusión contra la familia Villalba. Libertad ya, aparición con vida de Lichita. Justicia por las niñas asesinadas. Abajo el Estado terrorista e infanticida de Paraguay.

Absolución para Victoria Fenrnández ya, criminalizada por solidarizarse con el pueblo mapuche. Desprocesamiento de los integrantes del Lof Buenuleo, acusades de usurpar el territorio.

No al RIGI.

6. CONTRA EL DESMANTELAMIENTO DE LA SALUD PÚBLICA Y DE LOS DERECHOS REPRODUCTIVOS

Defendemos el efectivo cumplimiento del derecho al aborto, ganado gracias a la lucha colectiva. Denunciamos que la falta de insumos para tratamientos hormonales, métodos anticonceptivos y retrovirales de VIH y oncológicos es violencia. Reivindicamos la lucha de los hospitales Garrahan, Bonaparte y Posadas, así como la lucha de les profesionales y trabajadores de la salud por el aumento salarial. Reclamamos el reconocimiento profesional de la carrera de enfermería.

Declaración de Emergencia en discapacidad ya. Basta de ajuste. Exigimos condiciones dignas de trabajo. Respeto por todos los derechos de les trabajadores de la discapacidad, y los de las personas con discapacidad. No al vaciamiento del sistema. Basta de pagos atrasados y precarización.

Repudiamos la retirada del país de la OMS.

Nos encontramos en una crisis de salud mental, para lo cual exigimos presupuesto para la Ley de Salud Mental.

7. CONTRA EL DESMANTELAMIENTO DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA Y EL SISTEMA CIENTÍFICO NACIONAL

Repudiamos el vaciamiento de la educación pública: de las escuelas, colegios, profesorados y universidades. Nos pronunciamos contra el desmantelamiento del sistema científico y tecnológico nacional, de CONICET y Agencia y de instituciones como el INTI y el INTA. El desguace educativo se hace a través de salarios docentes miserables y del recorte presupuestario a la investigación. Va acompañado de una guerra contra la educación sexual integral que incluye la persecución a lxs docentes que la implementan. Repudiamos el intento de cierre de los postítulos de ESI del Joaquin V. Gonzalez y de la escuela de maestros en CABA y el vaciamiento de las plataformas digitales. ¡Decimos no a la intervención de la Universidad de Madres, intervenida de manera irregular!

Es parte fundamental del proyecto de la ultraderecha que difunde sus contenidos reaccionarios, racistas y misóginos hoy con financiamiento público millonario. Nos manifestamos contra el decreto de la esencialidad educativa, que

pretende echar atrás el derecho a huelga, nuestra herramienta por excelencia para defender la educación pública.

¡Viva la lucha educativa! Exigimos el aumento salarial inmediato para trabajadores universitarios y la inmediata renuncia de Carlos Torrendell y Carlos “el gallego” Alvarez, responsables de este atentado contra nuestra educación.

8. CONTRA EL AJUSTE EN LA CULTURA

Defendemos la Ley 24800 Nacional de Teatro contra la pérdida de autarquía del Instituto Nacional del Teatro. Su pase a órbita del Ministerio de Cultura pone en peligro las producciones escénicas en todo el país y amenaza la continuidad de les trabajadores de la cultura. Repudiamos la represión a lxs trabajadores de la cultura y exigimos la derogación de los decretos 345 y 346 que desmantelan la CONABIP, Tecnópolis, diversos Institutos Nacionales y Museos.

No al vaciamiento del INCAA y el incumplimiento de la ley de cine. Fuera Pirovano. Estamos hartes de las provocaciones contra la industria cinematográfica nacional y el congelamiento de los financiamientos. El decreto 662/24 desmantela nuestro cine, elimina la Cuota de Pantalla en un claro intento de extranjerización, reduce financiamientos, es la base de los despidos. Defendemos el carácter federal de nuestras escuelas de cine contra la persecución y despidos a su docencia. CINEar. Play y CINEar.TV deben seguir en manos de quienes promueven el desarrollo audiovisual nacional y no volverse un espacio de propaganda de la Secretaría de Comunicación de Adorni. En un país reconocido mundialmente por su industria audiovisual, el cine es soberanía. Documenta nuestra identidad. Defendamos nuestro cine, defendamos el INCAA.

9. CONTRA EL NEGACIONISMO Y LA APOLOGÍA DE LA DICTADURA

Exigimos apertura de los archivos desde el 74 al 83. No a la paralización de los juicios a genocidas, morigeración de pena ni domiciliarias. ¡Cárcel común perpetua y efectiva a todos los genocidas! Repudiamos el traslado de los genocidas condenados a la cárcel VIP de Campo de Mayo que impulsa Victoria Villarruel. Defendemos la continuidad de los Espacios de Memoria, ex Centros Clandestinos de Tortura y Exterminio. Exigimos la reincorporación inmediata de todes les trabajadores despedides y la renuncia del Secretario de DDHH Alberto Baños.

Exigimos el cumplimiento de la ley reparatoria. Seguimos peleando por la restitución de la identidad de todes les hijes apropiades. Memoria, verdad y justicia. Son 400 compañeres LGTBIQ+ presentes. Son 30.000. Fue genocidio. No olvidamos, no perdonamos, ¡no nos reconciliamos!

10. CONTRA LA INTERNACIONAL FASCISTA, DENUNCIAMOS EL GENOCIDIO CONTRA EL PUEBLO PALESTINO

El gobierno de Javier Milei es un capítulo dentro de una avanzada de extrema derecha global. Y es uno de los más obedientes. Decimos BASTA al genocidio contra el pueblo palestino, que usa el hambre y el bombardeo para aniquilar a una población entera. Exigimos la ruptura diplomática y comercial con Israel. Fuera Mekorot de Argentina.

Decimos que el Estado sionista de Israel es femicida y genocida, que asesina a más de una mujer por hora y 1 niñe cada 10 minutos: usa el hambre como arma de guerra en Gaza. Israel comete un genocidio reproductivo planificado. Denunciamos la limpieza étnica y el apartheid en Palestina. No en nuestro nombre. Decimos Cese al fuego definitivo, juicio y castigo a Netanyahu y su gabinete, todos ellos criminales de

guerra prófugos de la justicia internacional. El territorio y el pueblo palestino son el laboratorio de exterminio militar y tecnológico; armas de exterminio y vigilancia masiva contra los pueblos del mundo.

Los bombardeos y asedios son incesantes mientras sigue avanzando con la ocupación y anexión ilegal de territorios palestinos en Cisjordania.

Nos pronunciamos contra la persecución judicial a quienes defienden, desde Argentina, una Palestina libre. A 77 años de la Nakba, por el derecho al retorno.

Desde el sur global, repudiamos las alianzas globales coloniales y luchamos por la libre autodeterminación de los pueblos a resistir en defensa de la dignidad de la vida.

PALESTINA LIBRE. ESTADOS GENOCIDAS NUNCA MÁS. Solidaridad transfeminista internacional con el pueblo palestino.

A 10 años del Ni Una Menos, unir las luchas es la tarea.

El Estado es responsable. ¡Vives, libres y desendeudades nos queremos!